

RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2016

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL 2

PRESIDÊNCIA 12

- Assessoria de Planejamento 14
- Assessoria de Precatórios 35
- Auditoria Interna 38
- Casa Militar 50
- Coordenadoria de Magistrados 54
- CEIJ 61
- Grupo de Monitoramento e Fiscalização 80
- Núcleo de Comunicação Institucional 83
  - Assessoria de Imprensa 85
  - Assessoria de Cerimonial 90
- Ouvidoria do Poder Judiciário 105
- Conselho Gestor 112

1ª VICE-PRESIDÊNCIA 140

2ª VICE-PRESIDÊNCIA 154

3ª VICE-PRESIDÊNCIA 155

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA 156

ACADEMIA JUDICIAL 221

SECRETARIA-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 228

DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA 230

- Secretaria Estatística das Instâncias Recursais 241
- Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual 266
- Diretoria de Recursos e Incidentes 274
- Diretoria de Documentação e Informações 276

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA 300

- Assessoria Especial 300
- Secretaria de Gestão Socioambiental 301
- Secretaria Executiva 307
- Diretoria de Engenharia e Arquitetura 308
- Diretoria de Tecnologia da Informação 322
- Diretoria de Infraestrutura 350
- Diretoria de Material e Patrimônio 371
- Diretoria de Orçamento e Finanças 384
- Diretoria de Gestão de Pessoas 391
- Diretoria de Saúde 403

www.tjsc.jus.br | tjcenai@tjsc.jus.br

Produção: Assessoria de Planejamento - TJSC - Rua Álvaro Millen da Silveira, 208 - Centro - Florianópolis/SC
CEP 88020-901 - tel.: (48) 3287-1000 - fax.: (48) 3287-1967
Copyright© TJSC. Janeiro de 2016 - Florianópolis - Santa Catarina

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

DESEMBARGADORES

Pedro Manoel Abreu
Cláudio Barreto Dutra
Newton Trisotto
Luiz Cézar Medeiros
Sérgio Roberto Baasch Luz
Antonio do Rêgo Monteiro Rocha
Fernando Carioni
José Antônio Torres Marques – Presidente
Rui Francisco Barreiros Fortes
Marcus Tulio Sartorato
Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu
Salete Silva Sommariva
Ricardo Orofino da Luz Fontes – Corregedor-Geral da Justiça
Salim Schead dos Santos – Vice-Corregedor-Geral da Justiça
Maria do Rocio Luz Santa Ritta
Cid José Goulart Júnior
Jaime Ramos – 3º Vice-Presidente
Alexandre d'Ivanenko – 1º Vice-Presidente
Lédio Rosa de Andrade
Moacyr de Moraes Lima Filho
Jorge Henrique Schaefer Martins
Sérgio Izidoro Heil – 2º Vice-Presidente
José Carlos Carstens Köhler
João Henrique Blasi
Jorge Luiz de Borba
Rejane Andersen
Joel Dias Figueira Júnior
Cláudio Valdyr Helfenstein
Rodrigo Cunha
Jânio de Souza Machado
Soraya Nunes Lins
Sônia Maria Schmitz
Henry Goy Petry Junior
Raulino Jacó Brüning
Roberto Lucas Pacheco
Jairo Fernandes Gonçalves
José Inacio Schaefer
João Batista Góes Ulysséa
Ronei Danielli
Luiz Fernando Boller
Paulo Roberto Sartorato
Tulio José Moura Pinheiro
Carlos Alberto Civinski
Ronaldo Moritz Martins da Silva
Ricardo José Roesler
Robson Luz Varella

Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço
Sérgio Antônio Rizelo
Denise Volpato
Getúlio Corrêa
Sebastião César Evangelista
Domingos Paludo
Ernani Guetten de Almeida
Carlos Adilson Silva
Rogério Mariano do Nascimento
Edemar Gruber
Stanley da Silva Braga
Altamiro de Oliveira
Saul Steil
Newton Varella Júnior
Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli
Odson Cardoso Filho
Gilberto Gomes de Oliveira
José Everaldo Silva
Volnei Celso Tomazini
Paulo Henrique Moritz M. da Silva
Leopoldo Augusto Bruggemann
Júlio César Knoll
Vera Lúcia Ferreira Copetti

JUÍZES DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU
Janice Goulart Garcia Ubialli
Cláudia Lambert de Faria
Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto
Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer
Jorge Luis Costa Beber
Guilherme Nunes Born
Eduardo Mattos Gallo Júnior
Luiz Zanelato
Dinart Francisco Machado
Gerson Cherem II
Rosane Portella Wolff
Denise de Souza Luiz Francoski
Artur Jenichen Filho
Paulo Ricardo Bruschi
Luiz Cesar Schweitzer
Rubens Schulz
Júlio César Machado Ferreira de Melo
Luiz Antônio Zanini Fornerolli
Hildemar Meneguzzi de Carvalho
Luiz Felipe Siegert Schuch
José Maurício Lisboa
Carlos Roberto da Silva
Bettina Maria Maresch de Moura

CONSELHOS (BIÊNIO 2016/2018)

CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS
Presidente
Des. Torres Marques
Membros
Des. Alexandre d'Ivanenko, 1º Vice-Presidente
Des. Ricardo Fontes, Corregedor-Geral da Justiça
Des. Luiz Cézar Medeiros, Diretor-Executivo da Academia Judicial
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho, Presidente do Sidejud
Des. João Henrique Blasi, Coordenador do Núcleo de Comunicação Institucional
Des. Tulio Pinheiro, Presidente do Conselho Gestor de Tecnologia da Informação – CGINFo
Des. Carlos Alberto Civinski, Presidente do Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva, Presidente do Conselho Gestor de Engenharia – CGEng
Des. Carlos Adilson Silva, Presidente do Conselho de Planejamento e Gestão Estratégica – CPLAN
Des. Odson Cardoso Filho, Presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses
Juíza de Direito Sônia Eunice Odwazny, Coordenadora de Magistrados (ouvinte)
Secretário
Ricardo Albino França, Diretor-Geral Judiciário
Chefe da Secretaria
Nireni Macarini Olivo

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Presidente
Des. Torres Marques
Membros
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz
Des. Ricardo Fontes, Corregedor-Geral da Justiça
Des. Salim Schead dos Santos, Vice-Corregedor-Geral da Justiça
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta
Des. Jaime Ramos, 3º Vice-Presidente
Des. Alexandre d'Ivanenko, 1º Vice-Presidente
Des. Sérgio Izidoro Heil, 2º Vice-Presidente
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva
Des. Ricardo José Roesler
Des. Sérgio Antônio Rizelo
Des. Ernani Guetten de Almeida
Secretário
Ricardo Albino França, Diretor-Geral Judiciário
Chefe da Secretaria
Nireni Macarini Olivo

CONSELHO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA – FRJ
Presidente
Des. Carlos Alberto Civinski
Representante do MPSC
Dr. Cid Luiz Ribeiro Schmitz, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Representante da OAB/SC
Dr. Mauri Joao Galeli, Advogado

Servidor
Ricardo Lentz, Diretor de Orçamento e Finanças do Tribunal de Justiça de SC

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS
(Portaria n. 717/2016-GP, de 4 de novembro de 2016)
Presidente
Des. Ronei Danielli
Membros
Juíza de Direito Sônia Eunice Odwazny, Coordenadora de Magistrados
Cleverson Oliveira, Diretor-Geral Administrativo
Ricardo Lentz, Diretor de Orçamento e Finanças

CONSELHO GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGINFO
(Portaria GP nº 71, de 10 de fevereiro de 2016)
Presidente
Des. Túlio José Moura Pinheiro
Coordenador
Juiz de Direito de Segundo Grau Paulo Ricardo Bruschi
Membros
Juiz de Direito Fernando Rodrigo Busarello
Juiz de Direito Luís Felipe Canever
Juíza de Direito Maria Paula Kern
Juiz de Direito Marlon Negri
Cassiano Reis, Diretor de Tecnologia da Informação

CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
Presidente
Des. José Antônio Torres Marques, Presidente
Membros
Des. Alexandre d'Ivanenko, 1º Vice-Presidente
Des. Ricardo Orofino da Luz Fontes, Corregedor-Geral da Justiça
Des. Jânio de Souza Machado, Coordenador Estadual do Sistema JEPASC
Des. Luiz Cézar Medeiros, Diretor-Executivo do CEJUR - Academia Judicial
Juíza de Direito Sônia Eunice Odwazny, Coordenadora de Magistrados
Membros Convidados
Representante da Procuradoria-Geral de Justiça
Representante da Ordem dos Advogados do Brasil/SC
Secretaria
Ilex Rosália Gonçalves - Chefe da Secretaria

CONSELHO GESTOR DE ENGENHARIA – CGENG
(Resolução n. 2/2012-TJ)
Presidente
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva
Coordenador
Juiz de Direito de Segundo Grau Luiz Felipe Schuch
Membros
Juiz de Direito Sílvio José Franco

Juiz de Direito Cyd Carlos da Silveira
Cleverson Oliveira, Diretor-Geral Administrativo
Débora Carolina Piazza, Diretora de Engenharia e Arquitetura
João Anfilóquio Machado Junior, Coordenador da Assessoria de Planejamento
Wanderley Horn Hulse, Assessor de Planejamento

CONSELHO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA – CPLAN
(Resolução n. 11/2015-TJ)
Presidente
Des. Carlos Adilson Silva
Membros
Juiz de Direito de Segundo Grau Dinart Francisco Machado
Juiz de Direito Alexandre Morais da Rosa, Juiz Auxiliar da Presidência
Juíza de Direito Maria Paula Kern, Juíza Corregedora
João Anfilóquio Machado Júnior, Coordenador da Assessoria de Planejamento
Cleverson Oliveira, Diretor-Geral Administrativo
Ricardo Albino França, Diretor-Geral Judiciário

CONSELHO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL – CSI
(Resolução n. 7/2014-GP)
Presidente
Des. José Antônio Torres Marques
Membros
Des. Altamiro de Oliveira, Coordenador
Des. José Everaldo Silva, Coordenador-Adjunto
Juiz Luís Felipe Canever, Juiz Auxiliar da Presidência
Juiz Luiz Henrique Bonatelli, Juiz-Corregedor
Juiz Julio Cesar Bernardes, Juiz de Direito
Ten. Cel. Marcos Aurélio Correa Dutra, Chefe da Casa Militar do TJSC
Del. Ronaldo Neckel Moretto, Delegado PCSC

COMISSÕES

COMISSÃO DO CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
(Resolução n. 01/2015-TJ)
Presidente
Des. Alexandre d'Ivanenko
Titulares
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva
Dra. Sandra Krieger Gonçalves, Membro da OAB/SC
Suplentes
Des. Tulio Pinheiro
Dr. Leonardo Reis de Oliveira, Membro da OAB/SC
Legislação

COMISSÃO PERMANENTE DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS
(Portarias GP n. 95, de 11 de fevereiro de 2016, e GP n. 400, de 14 de junho de 2016)
Presidente

Des. Alexandre d'Ivanenko
Membros
Des. Domingos Paludo;
Des. Saul Steil
Juiz de Direito Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto;
Juíza de Direito Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer;
Representantes da Associação dos Magistrados Catarinenses
Juiz de Direito Marco Augusto Ghisi Machado, Titular
Juiz de Direito Josmael Rodrigo Camargo, Suplente

COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA
(Portaria GP n. 339, de 19 de maio de 2016)
Presidente
Des. Alexandre d'Ivanenko
Membros
Juiz de Direito Gerson Cherem II
Juiz de Direito Marcelo Pons Meirelles

COMISSÃO PERMANENTE DE REGIMENTO INTERNO
(Portaria GP n. 95, de 11 de fevereiro de 2016)
Presidente
Des. Alexandre d'Ivanenko
Membros
Des. Fernando Carioni
Des. Jorge Borba
Des. Rogério Mariano do Nascimento
Des. José Everaldo Silva

COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL
(Portaria GP n. 245, de 13 de abril de 2016)
Presidente
Juiz de Direito Luís Felipe Canever
Membros
Juiz-Corregedor Cyd Carlos da Silveira
Roger Tang Vidal
Wanderley Horn Hulse
Manuela Stefani Cardoso
Fernanda de Jesus
Fernanda Carvalho Pereira
Rinaldo Celso Feldmann Filho

COMITÊS

COMITÊ DE GESTÃO DA CRIATIVIDADE (BIÊNIO 2016/2017)
Presidente
Des. Luiz Cézar Medeiros, Diretor-Executivo da Academia Judicial
Membros
Des. Saul Steil, Desembargador indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça
Juiz de Direito Alexandre Morais da Rosa, Juiz Auxiliar da Presidência

Juiz de Direito Marcelo Carlin, Diretor de Pesquisa e Aprimoramento Institucional da Academia Judicial
Juíza de Direito Vânia Petermann, Diretora de Assuntos Acadêmicos e Pedagógicos da Academia Judicial
Alexandre dos Anjos, Secretário-Executivo da Academia Judicial
Michele Hortz, Chefe de Gabinete da Presidência
Cleverson Oliveira, Diretor-Geral Administrativo
Ricardo Albino França, Diretor-Geral Judiciário
João Anfilóquio Machado Júnior, Coordenador da Assessoria de Planejamento – Asplan
Priscila de Aquino Marcelino, Assessora da Academia Judicial, na qualidade de secretária

COMITÊ GESTOR REGIONAL PARA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO – CGRPG (BIÊNIO 2016/2018)
(Portaria GP n. 247, 248 e 249, de 13 de abril de 2016, e Portaria GP n. 448, de 5 de julho de 2016)
Magistrado indicado pelo Tribunal Pleno
Presidente
Juiz de Direito Laudenir Fernando Petroncini, Titular
Juiz de Direito Sérgio Luiz Junkes, Suplente
Magistrado escolhido pelo Tribunal Pleno
Juíza de Direito Cândida Inês Zoellner Brugnoli, Titular
Juíza de Direito Brigitte Remor de Souza May, Suplente
Magistrado eleito pela categoria
Juiz de Direito Edison Zimmer, Titular
Juíza de Direito Brigitte Remor de Souza May, Suplente
Servidor escolhido pelo Tribunal Pleno
Emylia Buchner Scalco Carneiro, Titular
Michelly Dalpiaz, Suplente
Servidor eleito pela categoria
Olacir Gonçalves, Titular
Natália Radtke, Suplente
Participantes (sem direito a voto)
Magistrado indicado pela Associação de Magistrados Catarinenses
Juiza de Direito Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, Titular
Juiz de Direito Josmael Rodrigo Camargo, Suplente
Servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores do PJSC
Rinaldo Luiz da Silva, Titular
Marcos Borba, Suplente

COMITÊ GESTOR LOCAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE
Presidente
Desa. Rejane Andersen
Membros
Juiz de Direito Edison Zimmer, Juiz de Direito de Primeiro Grau
Cleverson Oliveira, Diretor-Geral Administrativo
Renato Grillo Flach, Diretor de Saúde
Raphael Jaques de Souza, Diretor de Gestão de Pessoas
João Anfilóquio Machado Júnior, Coordenador da Assessoria de Planejamento – Asplan

COMITÊ GESTOR DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS – CGDA
(Portaria n. 151/2016-GP)
Presidente

Des. Luiz Cézar Medeiros
Membros
Des. Carlos Alberto Civinski
Des. Odson Cardoso Filho
Giovanni Moresco

DIRIGENTES (BIÊNIO 2016/2018)

PRESIDÊNCIA
Des. José Antônio Torres Marques

PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA
Des. Alexandre d'Ivanenko

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA
Des. Sérgio Izidoro Heil

TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA
Des. Jaime Ramos

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Des. Ricardo Orofino da Luz Fontes

VICE-CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Des. Salim Schead dos Santos

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS
Juíza Sônia Eunice Odwazny

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA
Juiz de Direito Luís Felipe Canever
Juiz de Direito Alexandre Morais da Rosa

SECRETARIA-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Juiz de Direito Jefferson Zanini

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Michele Hortz

CASA MILITAR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Tenente-Coronel Marcos A. C. Dutra

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA
Cleverson Oliveira

DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA
Ricardo Albino França

DIRETORIA DE CADASTRO E DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

Renato José Uliano Bertoldi

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES
Maurício Walendowsky Spricigo

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
Débora Carolina Piazza

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA
Rafael Giorgio Ferri

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
Graziela Cristina Zanon Meyer Juliani

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
Ricardo Lentz

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
Raphael Jaques de Souza

DIRETORIA DE RECURSOS E INCIDENTES
Boris Leonel Kruger

DIRETORIA DE SAÚDE
Renato Grillo Flach

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Cassiano Reis

COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Desa. Soraya Nunes Lins, Coordenadora

COORDENADORIA DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
Des. Jânio de Souza Machado, Coordenador

SECRETÁRIO-GERAL DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Anderson Bächtold

COORDENADOR DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO
João Anfilóquio Machado Júnior

COORDENADOR-GERAL DO NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
Des. João Henrique Blasi

ASSESSOR DE IMPRENSA
Ângelo Lima Medeiros

ASSESSORA DE CERIMONIAL

Tathiana Nogueira Mendes Carlin

OUVIDORIA DO PODER JUDICIÁRIO
Des. Robson Luz Varella, Ouvidor do Poder Judiciário
Juiz Auxiliar da Presidência
Juiz de Direito Alexandre Morais da Rosa
Rodrigo de Aguiar Damiani, Coordenador
Servidores
Bárbara Rodrigues de Freitas
Márcio Atila dos Santos

COORDENADOR DA AUDITORIA INTERNA
Jozelito Neves Cunha

PRESIDÊNCIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

O Gabinete da Presidência, conforme atribuições definidas pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça e pelo Código de Divisão e Organização Judiciárias, possui incumbência, dentre outras, de superintender o Poder Judiciário, de expedir atos normativos, de ordenar o pagamento dos débitos da fazenda pública submetido ao regime de precatórios, prestar informações aos Tribunais Superiores em habeas corpus, recurso ordinário em habeas corpus, reclamação, habeas data e em mandado de segurança. Ainda lhe compete prestar informações nos mandados de segurança e habeas data impetrados nesta Corte de Justiça. Além disso, incumbe-lhe a representação do Poder Judiciário catarinense junto ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, com a adoção das providências cabíveis para a divulgação e o cumprimento das determinações oriundas do Órgão de Controle. O Presidente integra, na qualidade de presidente, o Tribunal Pleno, o Órgão Especial, o Conselho da Magistratura, o Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, o Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos e o Conselho Técnico-Científico da Academia Judicial, bem como lhe compete instaurar, processar e julgar os processos administrativos disciplinares contra servidores e magistrados.

Informações relativas ao período compreendido entre 1º/2/2016 a 19/12/2016.

1. PEDIDO DE INFORMAÇÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Reclamação: 4
Medida Cautelar em Reclamação: 3
Recurso Extraordinário: 2
Agravo Regimental em Recurso Extraordinário: 1
Total de Informações: 10

2. PEDIDO DE INFORMAÇÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Habeas Corpus: 1.311
Reclamação: 10
Medida Cautelar em Reclamação: 2
Revisão Criminal: 2
Recurso Especial: 2
Recurso Ordinário em Habeas Corpus: 68
Agravo em Recurso Especial: 1
Conflito de Competência: 1
Total de informações: 1.397

3. PEDIDO DE INFORMAÇÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

Mandado de Segurança: 110
Habeas Data: 1
Total de informações: 111

4. DECISÕES E DESPACHOS PROFERIDOS NOS FEITOS ATINENTES AOS PRECATÓRIOS

Alvarás: 2.384
Precatórios expedidos: 3.670
Decisões: 10.749

5. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

Sindicância Investigativa: 12
Sindicância Punitiva: 4
Pedido de Providências: 69
Processo Administrativo Disciplinar: 8
Recurso Hierárquico: 10

6. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ

Ofícios expedidos: 289
Despachos/Decisões: 285
Processos instaurados: 95
Processos arquivados: 216

7. DECISÕES E ACÓRDÃOS PROFERIDOS NOS PROCESSOS JUDICIAIS

Despachos: 54
Decisões: 4
Acórdãos: 4

8. ATOS NORMATIVOS

Atos Regimentais: 13
Resoluções TJ: 27
Resoluções GP: 56
Resoluções Conjuntas GP/CGJ: 6
Resoluções CM: 15
Resoluções CGSJEPASC: 1
Total: 118

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

4ª MOSTRA DE BOAS PRÁTICAS

Idealizada pela Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por meio da Assessoria de Planejamento, e promovida em parceria com a Academia Judicial, a 4ª Mostra das Boas Práticas do Poder Judiciário catarinense visou identificar e difundir atividades inovadoras, bem como valorizar magistrados e servidores criativos e empreendedores, que contribuem para uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.
Integrante das atividades comemorativas dos 125 anos de instalação do Tribunal de Justiça, a 4ª Mostra de Boas Práticas foi realizada no dia 7 de outubro de 2016, no auditório do Tribunal Pleno, e contou com a participação de aproximadamente 250 magistrados e servidores de todo o estado.
A partir de critérios preestabelecidos no regimento de inscrição (contribuição/benefícios, relevância da prática, caráter inovador e potencial de difusão), uma comissão avaliadora formada por 5 magistrados e 3 servidores selecionou 6 práticas que foram apresentadas no evento, atribuindo-lhes notas de 1 a 5.
As práticas selecionadas, por ordem alfabética foram:

- Advertência Qualificada
- Conciliação e Mediação Virtual
- Conciliação nas Declaratórias de Paternidade – Lei 8.560/92
- Digitalizar Já
- Modelo de gestão de processos cíveis digitais e físicos em gabinete de magistrado de primeiro grau
- Programa do Teletrabalho no PJSC
- Um membro de cada equipe foi premiado com participação em curso fora do Estado, a ser indicado pela Academia Judicial.

O evento teve, em seu encerramento, palestra com o escritor e jornalista Eduardo Bueno, o “Peninha”.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina para o período de 2015 a 2020, alinhado ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Nacional instituído pela Resolução CNJ n. 198/2014, consta da Resolução TJ n. 28/2014.
Em cumprimento à Resolução do CNJ supramencionada e Resolução 23/2009-GP deste Tribunal, a Assessoria de Planejamento promoveu, em julho de 2016, as Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs).
As RAEs têm por objetivo:

- promover um momento de integração do corpo diretivo para reflexão a respeito do desempenho institucional;
- verificar se o PJSC está cumprindo sua missão institucional e seguindo no caminho certo rumo ao alcance da visão de futuro;
- comparar planejado com executado;
- analisar o desempenho institucional a partir da análise dos resultados dos indicadores estratégicos com base na metodologia Balanced Scorecard;
- analisar e interpretar os resultados dos indicadores;
- validar ou redefinir metas;
- identificar oportunidades de melhoria que possibilitarão a melhoria dos resultados e, por esse motivo, darão origem a projetos prioritários;
- fornecer subsídios para a administração elaborar o planejamento orçamentário do próximo exercício.

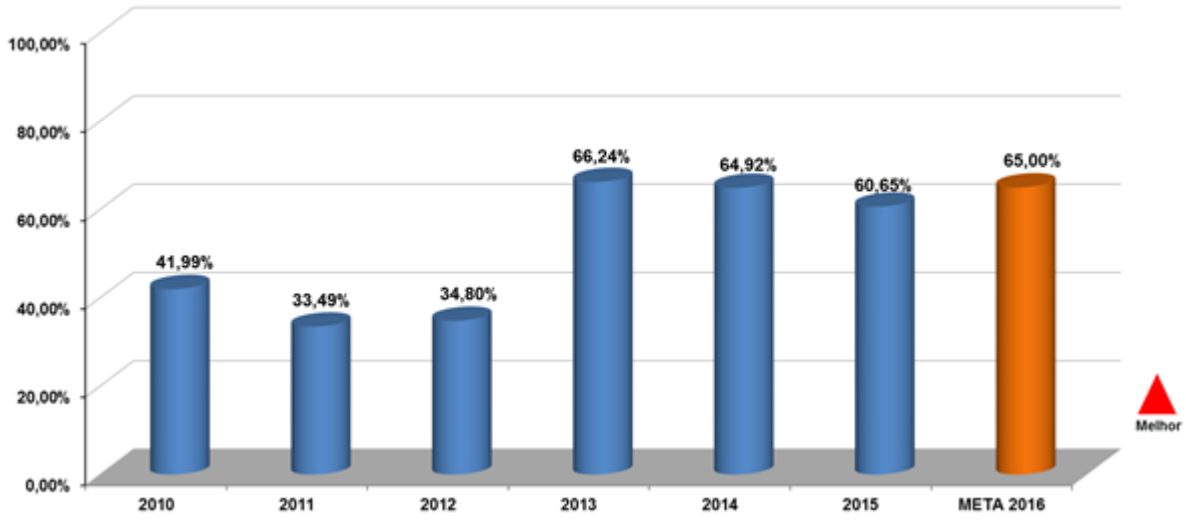
Foram realizadas duas reuniões. A primeira, no dia 12 de julho, tratou das perspectivas Cidadãos (CI) e Serviços (SE) e a segunda, no dia 14 de julho, da perspectiva Pessoas e Recursos (PR). Em razão da

necessidade de melhorias na descrição e coleta dos indicadores, a perspectiva Gestão (GE) será discutida noutra oportunidade.
Participaram das reuniões: Juízes Auxiliares do Gabinete da Presidência, Diretores-Gerais, Diretores, Assessorias da Presidência, Assessores Técnicos, representantes da 1ª Vice-Presidência, da Academia Judicial, da Corregedoria-Geral de Justiça, do Conselho Gestor de Tecnologia da Informação, do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflito, da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude, do Comitê Gestor Regional para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, da Associação de Magistrados Catarinenses e do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.
Como resultado das reuniões obteve-se: atualização das matrizes de controle e das séries históricas dos resultados, revisão das metas, interpretação do desempenho e identificação das oportunidades de melhorias.

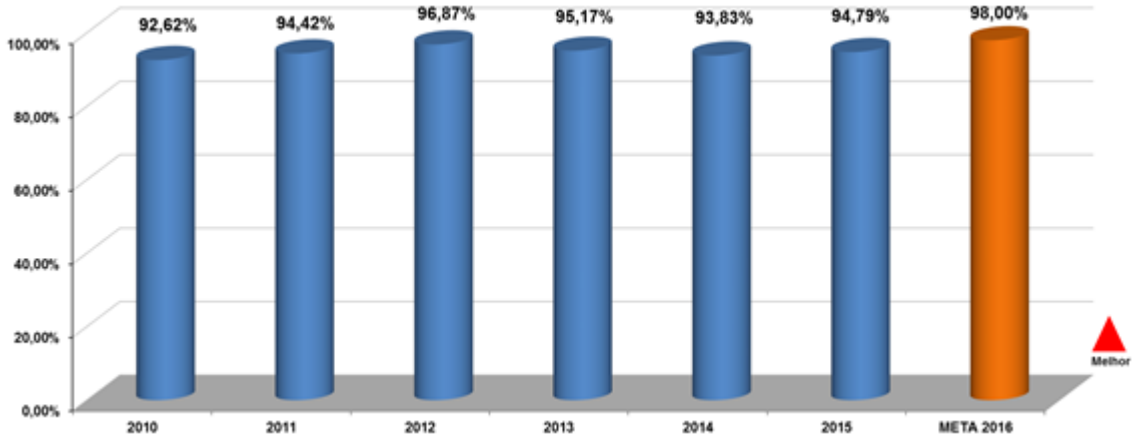
Atuais indicadores estratégicos do PJSC

Perspectiva Cidadãos – CI

- **CI 1 – Garantir a humanização do atendimento e buscar satisfação dos cidadãos**
  è *CI 1.1 – Índice de satisfação do usuário*



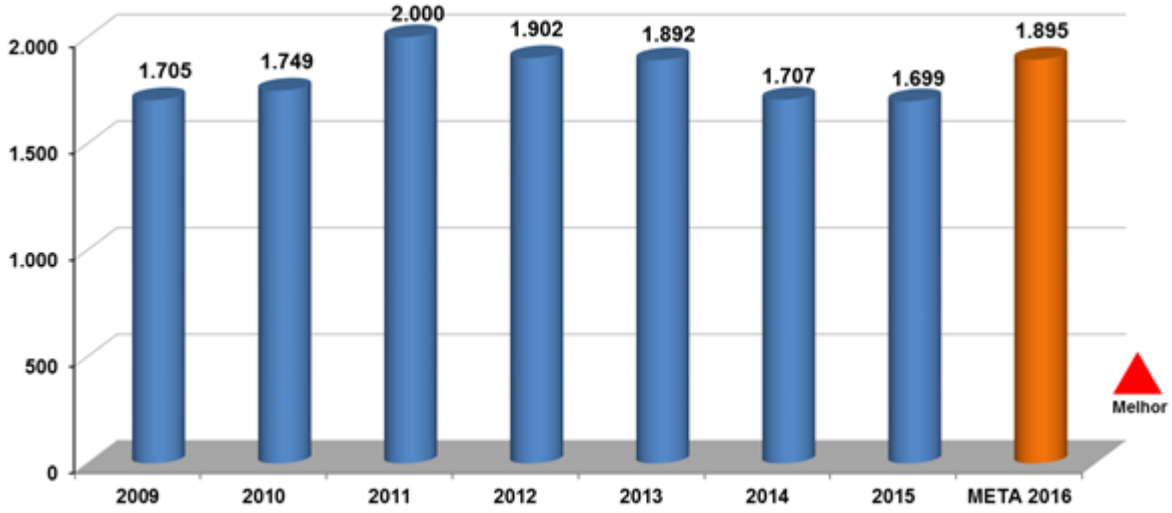
- **CI 2 – Aprimorar a comunicação institucional**
  è *CI 2.1 – Índice de matérias institucionais positivas*



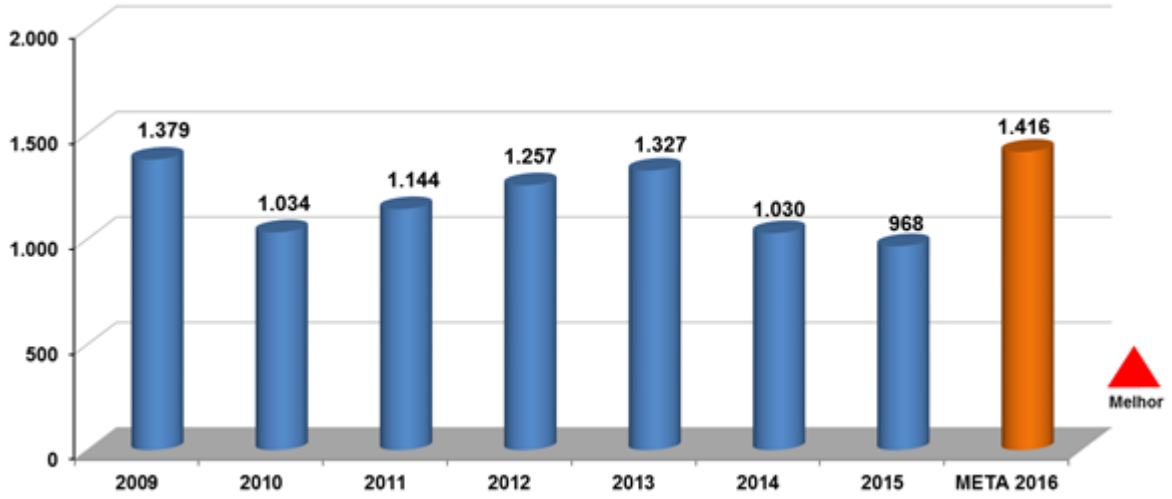
Perspectiva Serviços – SE

- **SE 1 – Tornar a atividade jurisdicional célere e efetiva**

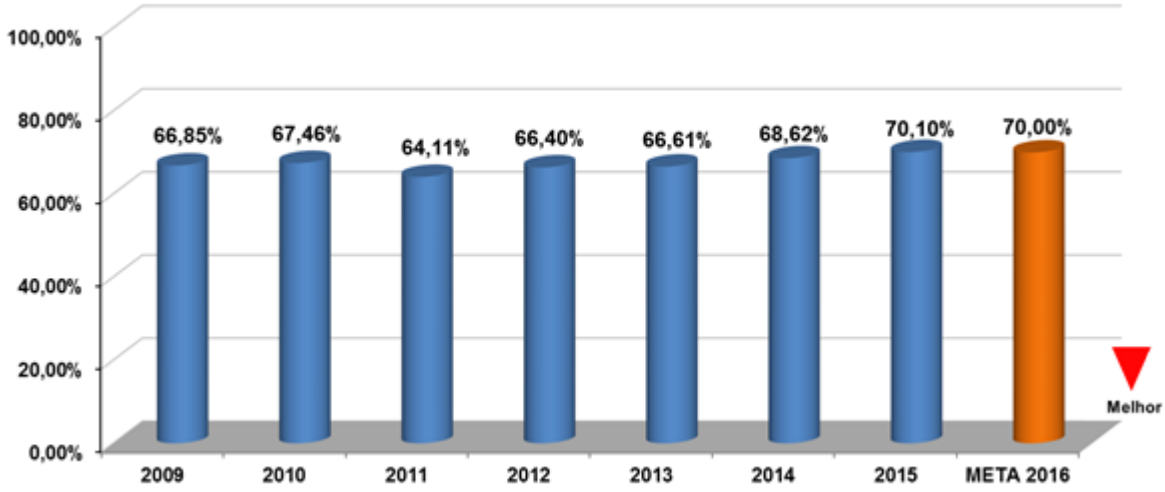
è *SE 1.1 – Tempo de tramitação dos processos baixados de primeiro grau*
è *SE 1.2 – Tempo de tramitação dos processos baixados de segundo grau*
è *SE 1.3 – Tempo da sentença nos processos de conhecimento de primeiro grau*
è *SE 1.4 – Tempo da decisão terminativa de processo de segundo grau*
è *SE 1.5 – Produtividade de juízes de primeiro grau*



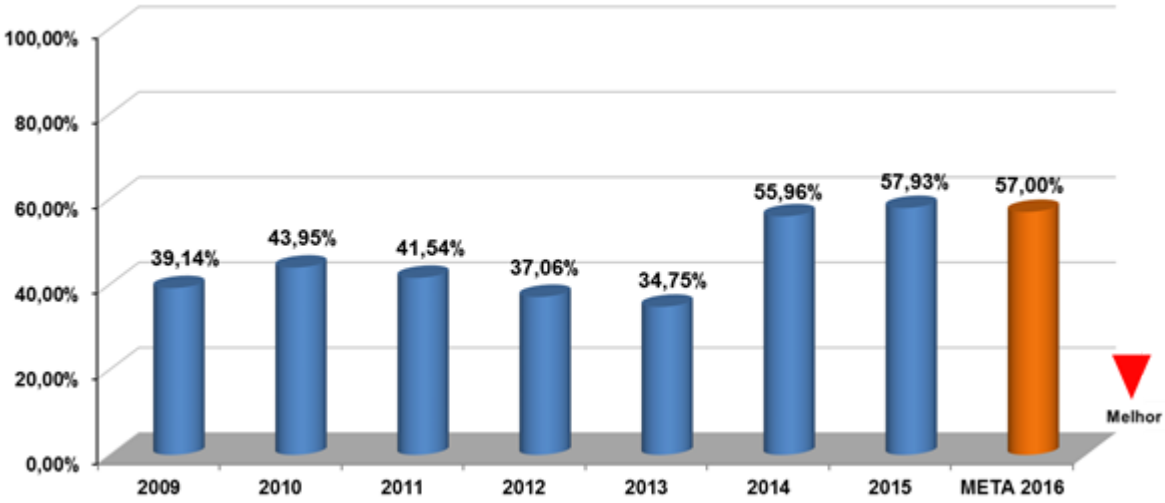
è *SE 1.6 – Produtividade de desembargadores e juízes de segundo grau*



è *SE 1.7 – Índice de atendimento à demanda do primeiro grau*
è *SE 1.8 – Índice de atendimento à demanda do segundo grau*
è *SE 1.9 – Taxa de congestionamento no primeiro grau*



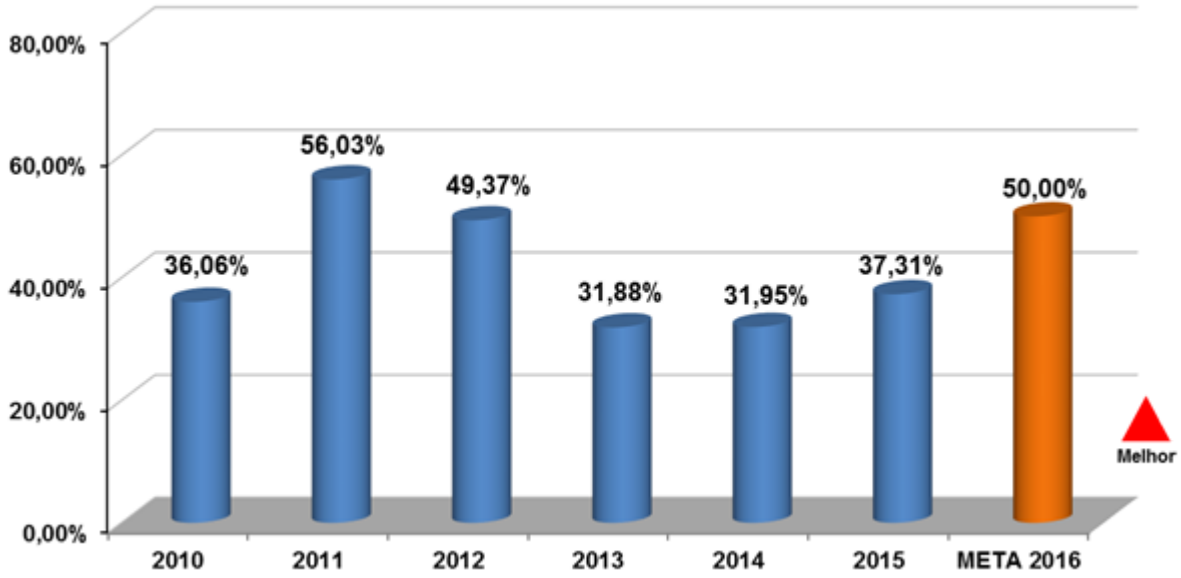
è *SE 1.10 – Taxa de congestionamento no segundo grau*



- **SE 2 – Aprimorar práticas autocompositivas**
  è *SE 2.1 – Percentual de acordos realizados pelo sistema não adversarial*
  è *SE 2.2 – Percentual de conflitos, na área cível, resolvidos por acordo*
- **SE 3 – Promover a cidadania e iniciativas de valor social**
  è *SE 3.1 – Tempo para resolução de ações de maior impacto social*
  è *SE 3.2 – Número de pessoas beneficiadas por serviços ou projetos sociojurídicos*

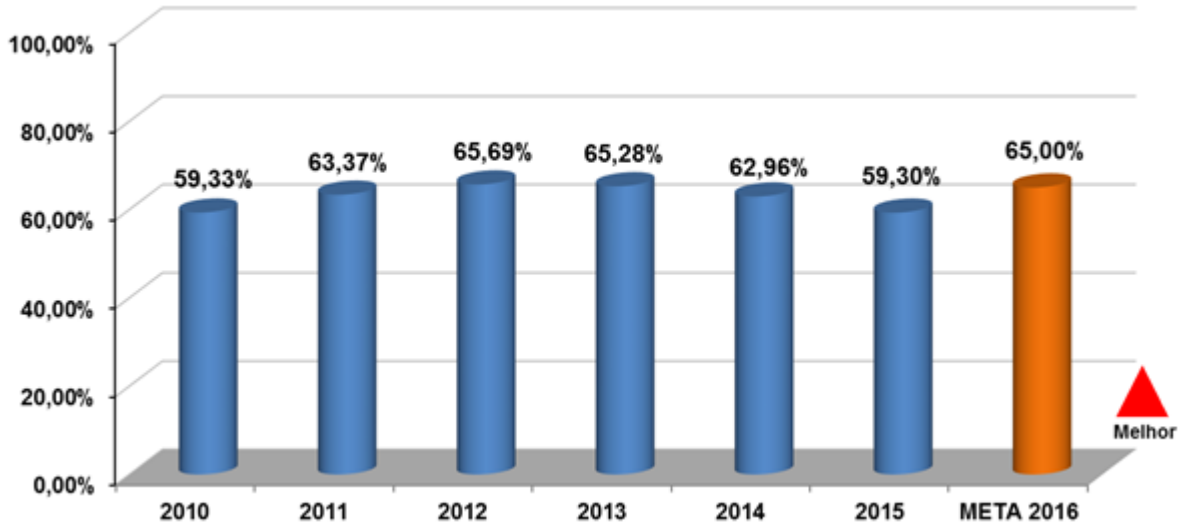
Perspectiva Pessoas e Recursos – PR

- **PR 1 – Desenvolver permanentemente conhecimentos, habilidades e atitudes**
  è *PR 1.1 – Percentual de colaboradores capacitados*



è *PR 1.2 – Horas de capacitação por colaborador*
è *PR 1.3 – Índice de efetividade da capacitação*
è *PR 1.4 – Índice de satisfação dos colaboradores com relação às oportunidades de desenvolvimento profissional*

- **PR 2 – Fomentar ações para a melhoria da saúde e do clima organizacional**
  è *PR 2.1 – Índice de satisfação dos colaboradores*

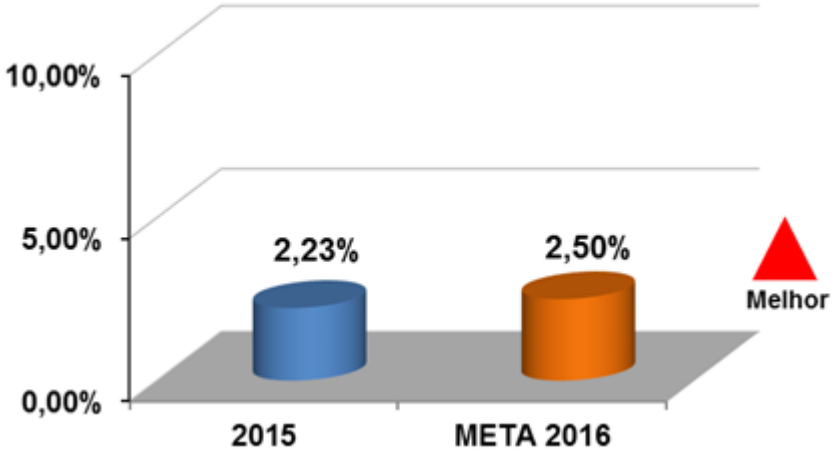


è *PR 2.2 – Percentual de dias de afastamento por motivo de saúde própria*
è *PR 2.3 – Percentual de colaboradores afastados por motivo de saúde própria*

- **PR 3 – Assegurar soluções adequadas de tecnologia da informação e comunicação**
  è *PR 3.1 – Número de dias em que prazos processuais foram prorrogados em função da indisponibilidade do sistema*
  è *PR 3.2 – Índice de satisfação dos colaboradores em relação aos serviços de TIC*
- **PR 4 – Garantir infraestrutura adequada à prestação de serviços**
  è *PR 4.1 – Nota do plano de obras*

Perspectiva Gestão – GE

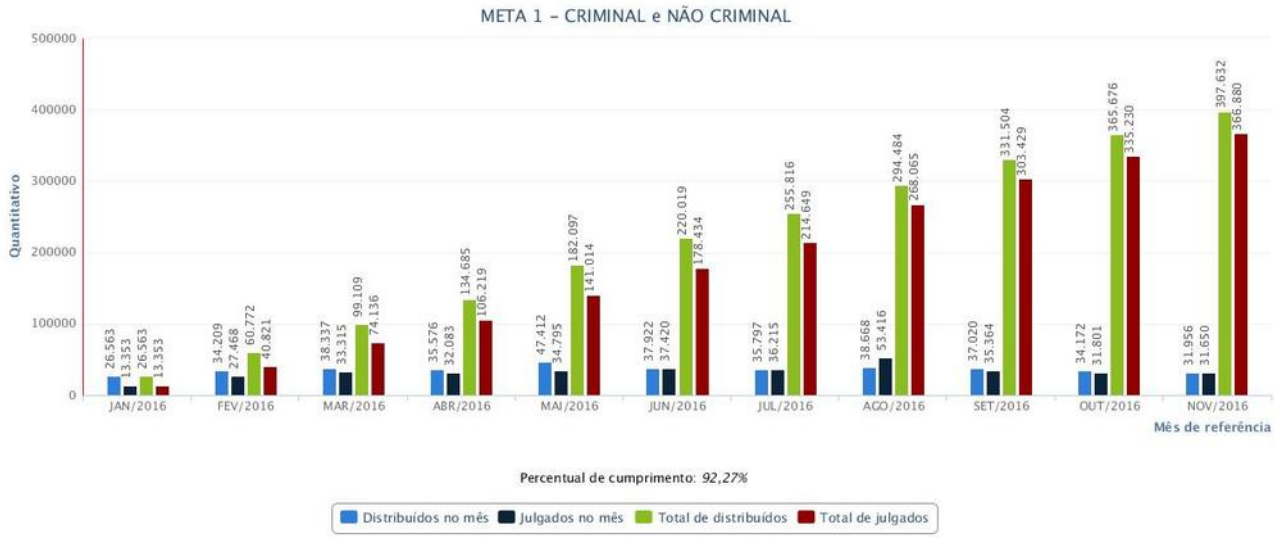
- **GE 1 – Disseminar a cultura do planejamento com ênfase no alinhamento estratégico assegurando a gestão participativa**
  è *GE 1.1 – Índice de unidades com planos de ação implementados*
  è *GE 1.2 – Índice de colaboradores capacitados em Planejamento Estratégico*



- **GE 2 – Otimizar a aplicação dos recursos, estabelecendo prioridades para a execução da estratégia**
  è *GE 2.1 – Índice das contratações realizadas no prazo ideal*
  è *GE 2.2 – Custo do processo baixado*
- **GE 3 – Implementar a gestão por desempenho e assegurar a melhoria contínua dos processos de trabalho**
  è *GE 3.1 – Índice de colaboradores capacitados em Gestão de Processos de trabalho*
  è *GE 3.2 – Índice de macroprocessos melhorados*
- **GE 4 – Aperfeiçoar a comunicação interna**
  è *GE 4.1 – Índice de satisfação com a efetividade da comunicação interna*
- **GE 5 – Concretizar a gestão do conhecimento**
  è *GE 5.1 – Índice de colaboradores capacitados em Gestão do Conhecimento*

ACOMPANHAMENTO DAS METAS NACIONAIS DO JUDICIÁRIO PARA 2016

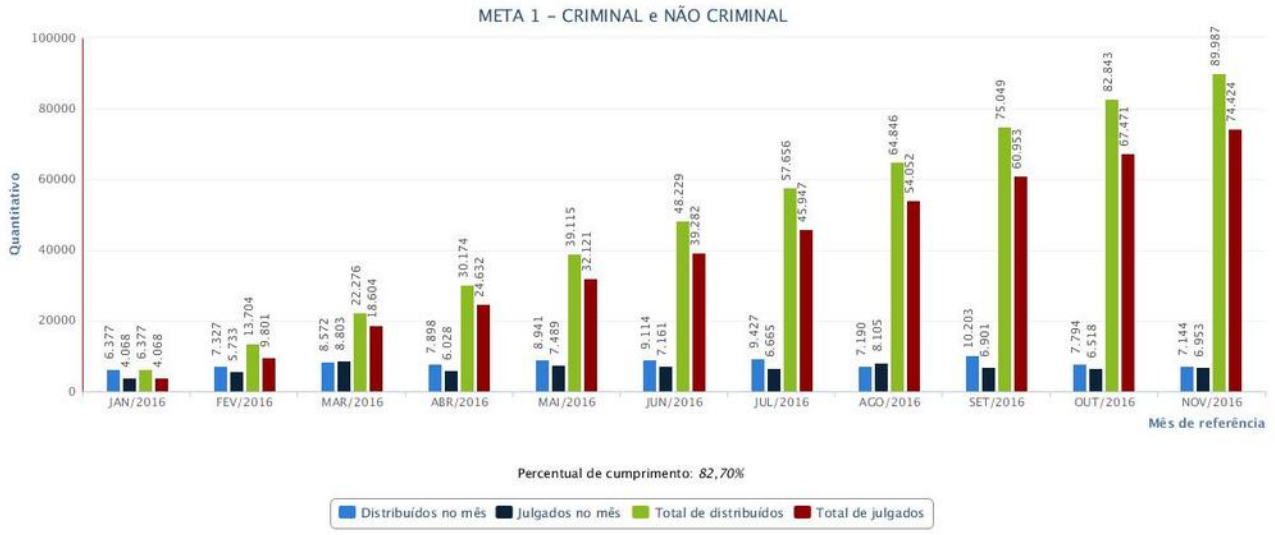
Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.



Instâncias: 1° Grau comum , Órgão de Uniformização, Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais Criminais, Juizados Especiais da Fazenda Pública, Turmas Recursais Cíveis, Turmas Recursais Criminais, Turmas Recursais da Fazenda Pública

Período de referência: Em 2016

Relatório gerado às 11:16:44 do dia 11 de janeiro de 2017



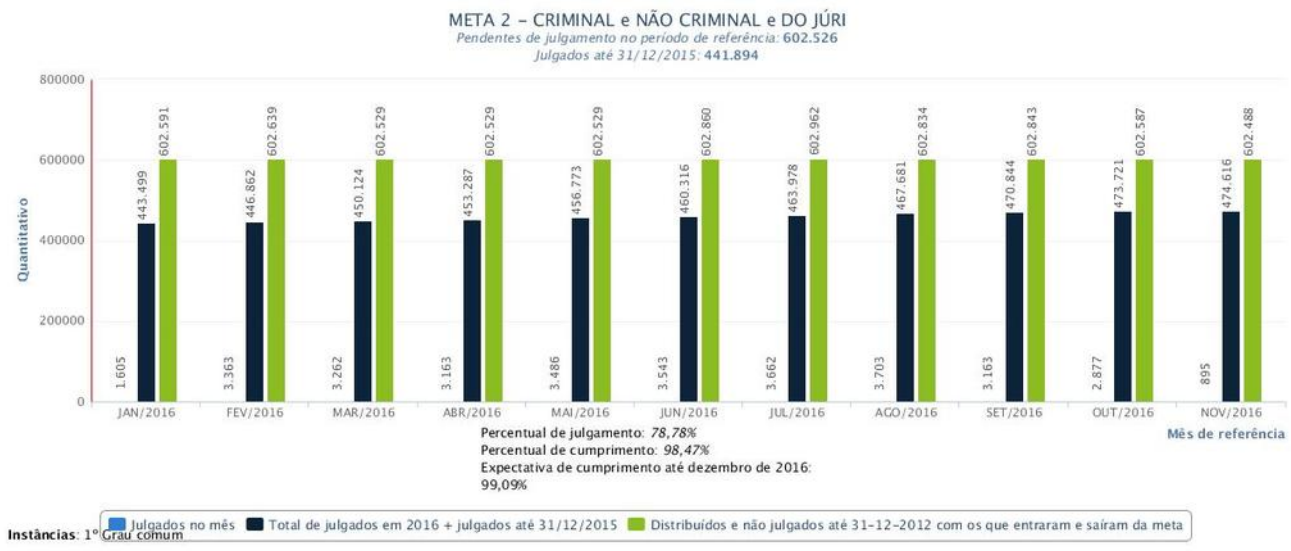
Instâncias: 2° Grau

Período de referência: Em 2016

Relatório gerado às 11:22:22 do dia 11 de janeiro de 2017

Meta 2 – Julgar processos mais antigos

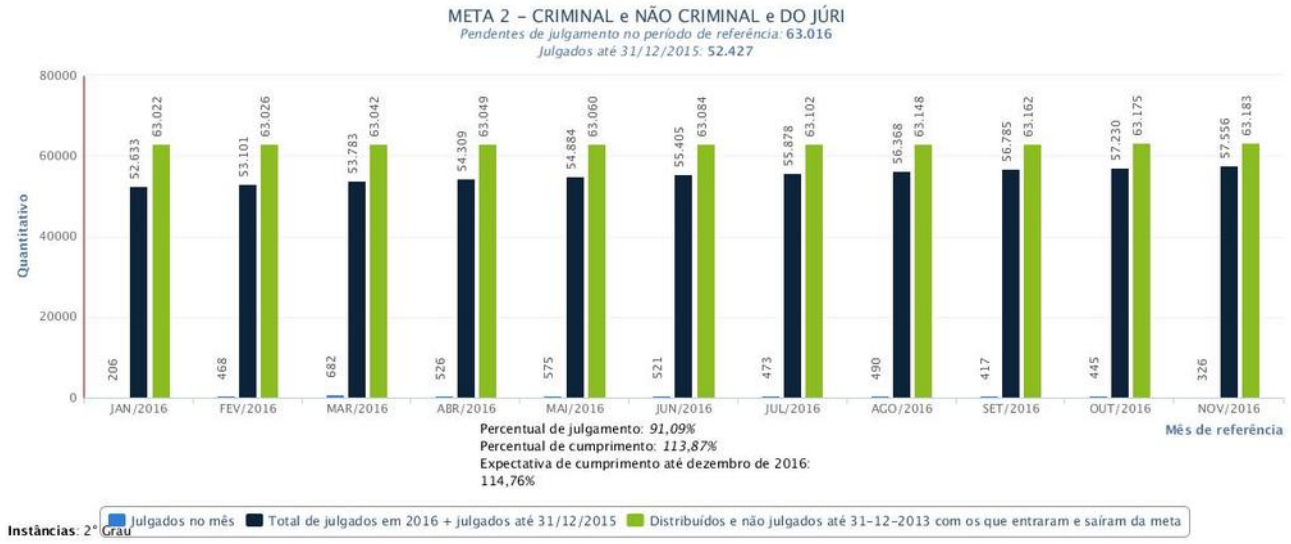
Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no primeiro grau, e até 31/12/2013 no segundo grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, nos juizados especiais e nas turmas recursais estaduais.



Instâncias: 1º Grau comum

Período de referência: Até 31-12-2012

Relatório gerado às 11:25:30 do dia 11 de janeiro de 2017



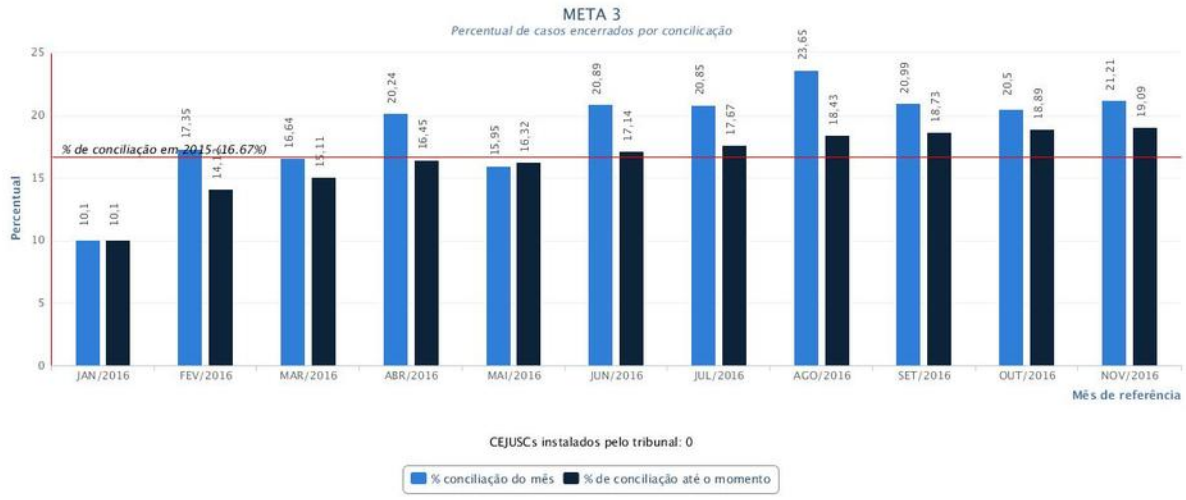
Instâncias: 2º Grau

Período de referência: Até 31-12-2013

Relatório gerado às 11:29:7 do dia 11 de janeiro de 2017

Meta 3 – Aumentar os casos solucionados por conciliação

Aumentar os casos resolvidos por conciliação em relação ao ano anterior e aumentar o número de CEJUSCs.

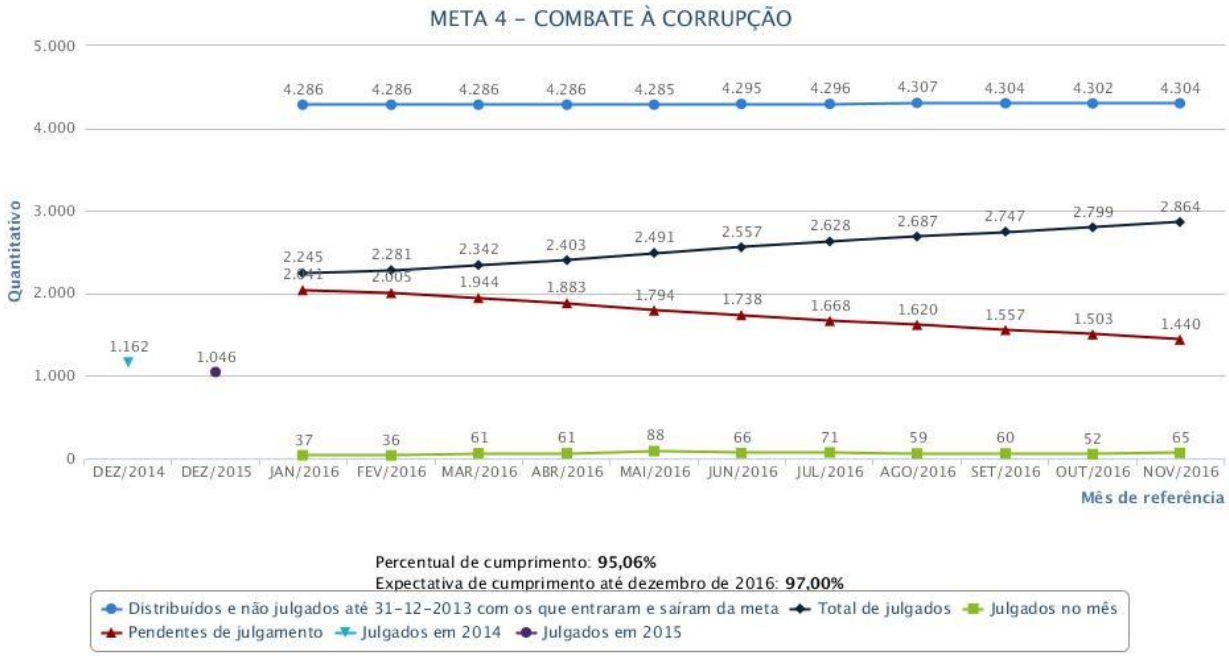


Instâncias: 1° Grau comum , Tribunal, 2° Grau, Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais da Fazenda Pública, CEJUSCS

Período de referência: Em 2016

Relatório gerado às 11:36:7 do dia 11 de janeiro de 2017

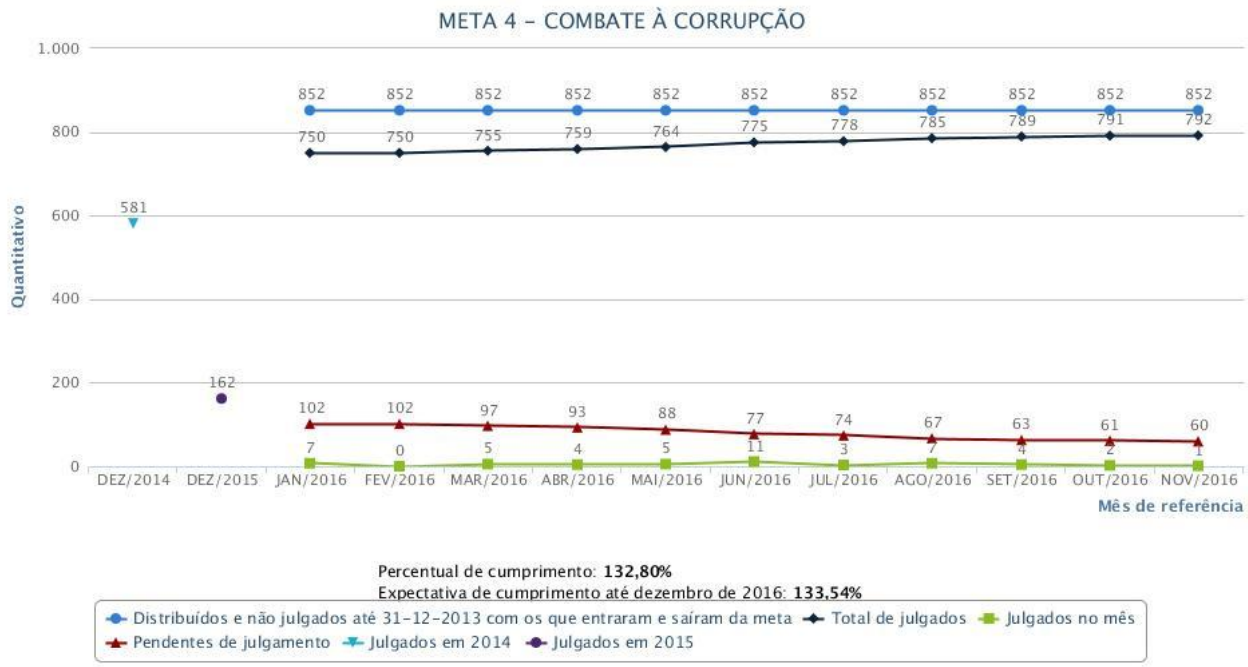
Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa
Identificar e julgar até 31/12/2016 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013.



Instâncias: 1° Grau comum , Órgão de Uniformização, Juizados Especiais Criminais, Turmas Recursais Criminais

Período de referência: Até 31-12-2013

Relatório gerado às 11:37:34 do dia 11 de janeiro de 2017



Percentual de cumprimento: **132,80%**
Expectativa de cumprimento até dezembro de 2016: **133,54%**

Instâncias: 2° Grau

Período de referência: Até 31-12-2013

Relatório gerado às 11:39:8 do dia 11 de janeiro de 2017

Meta 5 – Impulsionar processos à execução

Identificar o número e a situação dos processos de execução até 31/12/2016.

META 5	ESTADUAL
Tribunal	Percentual de cumprimento
TJSC	99,13%

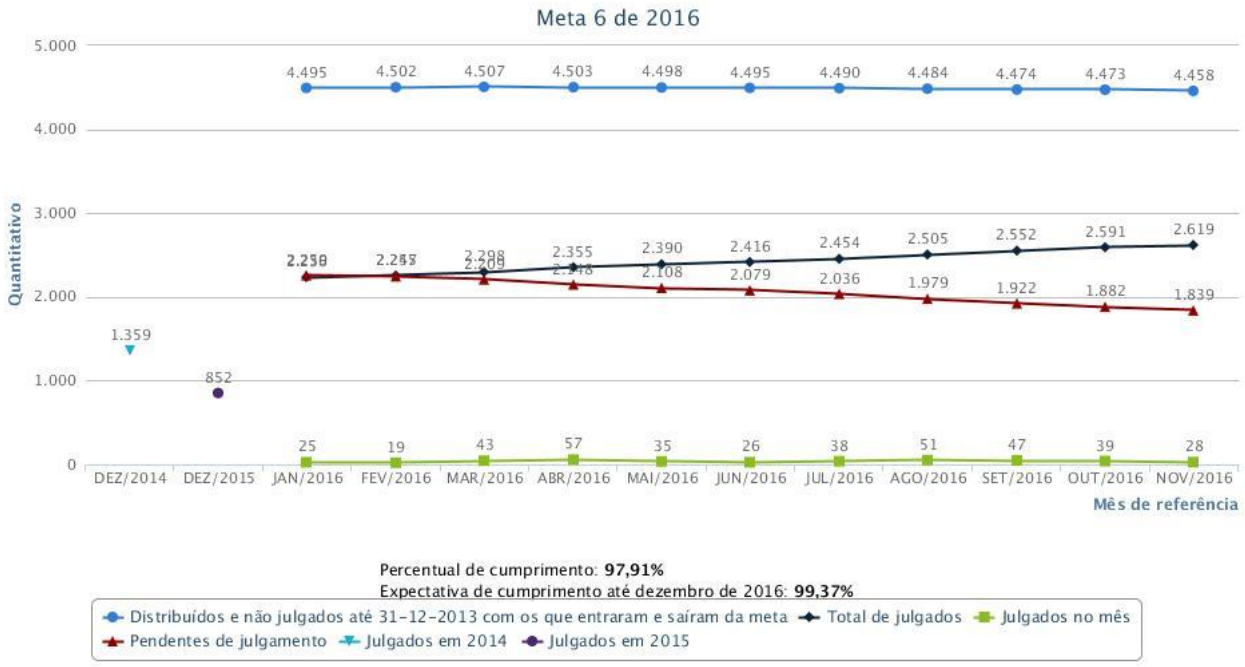
Instâncias: 1º grau, Juizados Especiais Cíveis e Juizados Especiais da Fazenda Pública

META 5	ESTADUAL
Tribunal	Percentual de cumprimento
TJSC	99,67%

Instâncias: 2º grau

Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas

Julgar, até 31/12/2016, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no primeiro grau, e até 31/12/2014, no segundo grau.



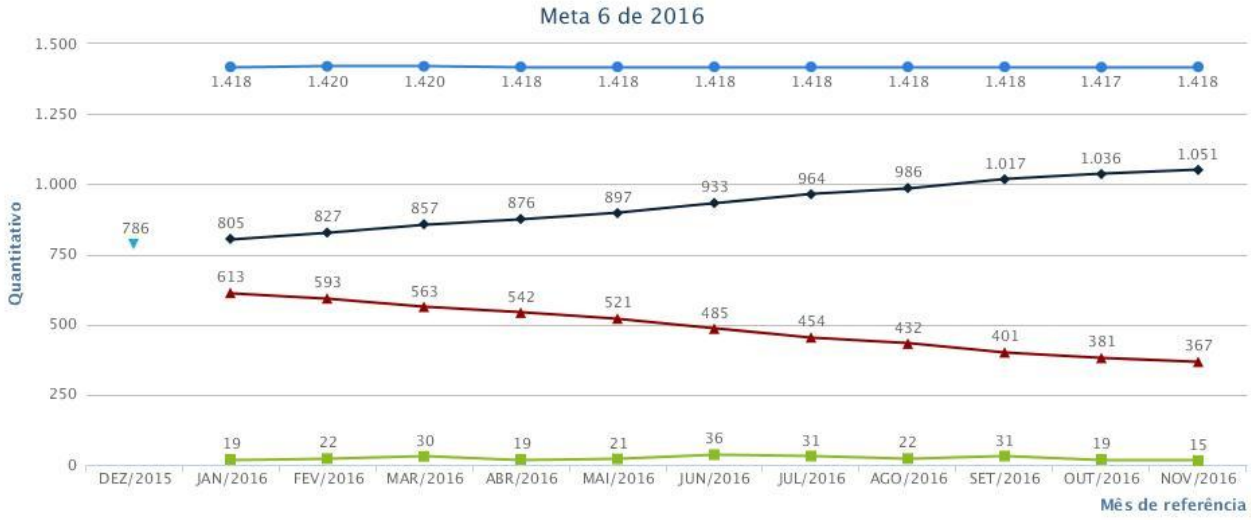
Percentual de cumprimento: **97,91%**
Expectativa de cumprimento até dezembro de 2016: **99,37%**

Distribuídos e não julgados até 31-12-2013 com os que entraram e saíram da meta — Total de julgados — Julgados no mês
Pendentes de julgamento — Julgados em 2014 — Julgados em 2015

Instâncias: 1° Grau comum

Per□odo de referência: Até 31-12-2013

Relatório gerado às 11:56:54 do dia 11 de janeiro de 2017



Percentual de cumprimento: **92,65%**
Expectativa de cumprimento até dezembro de 2016: **94,77%**

Distribuídos e não julgados até 31-12-2014 com os que entraram e saíram da meta — Total de julgados — Julgados no mês
Pendentes de julgamento — Julgados em 2015

Instâncias: 2° Grau

Per□odo de referência: Até 31-12-2014

Relatório gerado às 12:0:32 do dia 11 de janeiro de 2017

Meta 7 – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos

Gerar estrategicamente as ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.

GERAR RELATÓRIO

META 7 de 2016		
Tribunal	% de cumprimento	Cumprimento da meta (acima de 90%)

META 7 de 2016		
TJSC	90%	SIM

Relatório gerado às 14:34:25 do dia 11 de Janeiro de 2017.

Meta 8 – Implementar práticas de Justiça Restaurativa

Implementar projeto com equipe capacitada para oferecer práticas de Justiça Restaurativa implantando ou qualificando pelo menos uma unidade para esse fim até 31/12/2016.

GERAR RELATÓRIO

Mês de referência	P8.1	P8.2	P8.3	P8.4	P8.5	P8.6	P8.7	% de cumprimento
NOV/2016	N	S	S	S	S	S	N	71,43%

Relatório gerado às 14:34:25 do dia 11 de Janeiro de 2017.

PROPOSTA DE METAS NACIONAIS DO JUDICIÁRIO PARA 2017

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução n. 198/2014, instituiu macrodesafios que expressam as diretrizes do Poder Judiciário 2015-2020 (doc. n. 138615/2016).
Seguindo essa orientação, o Departamento de Gestão Estratégica do CNJ apresentou, na 1ª Reunião Preparatória para o 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizada nos dias 3 e 4 de maio de 2016, uma nova modelagem para o processo de formulação das metas nacionais e prioridades estratégicas do Poder Judiciário, pautada nos princípios democráticos de representação e participação, visando envolver e dar voz a magistrados e servidores. Essa nova modelagem foi formalizada pela Resolução CNJ n. 221/2016 (doc. n. 138619/2016).
Cabe ressaltar que em 2015, de forma proativa, a Assessoria de Planejamento promoveu a elaboração participativa da proposta de Metas Nacionais para 2016, utilizando instrumentos como grupos de trabalho e enquete.
Para dar cumprimento à referida resolução, esta Assessoria construiu cronograma nos mesmos moldes do ano passado, que restou aprovado pelo Conselho de Planejamento e Gestão Estratégica deste Tribunal.
É importante destacar que as atividades de grupo de trabalho e enquete servirão também para atendimento deste Tribunal ao inciso XV, do artigo 5º da Portaria CNJ n. 56/2016, que institui o Selo Justiça em Números.
Em 27 de junho, representantes da Rede de Governança Colaborativa do segmento da Justiça Estadual se reuniram, por videoconferência, para tratar da priorização dos macrodesafios e da elaboração da proposta de metas 2017 (doc. n. 138627/2016). Dentre as deliberações, destacam-se: propor aos tribunais que busquem por propostas que aglutinem as metas já existentes; incluir proposta de meta para a justiça criminal; propor meta de execução, tão somente de caráter político e não relacionada à produtividade (resultado), já que a atuação da Justiça tem pouca influência no efetivo cumprimento dos processos de execução.
Diante de todas essas diretrizes, a Assessoria de Planejamento promoveu no último dia 5 de julho reuniões de grupos de trabalho com o objetivo de construir uma proposta de metas nacionais para o ano de 2017.
Participaram das reuniões os desembargadores do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos, os juízes auxiliares da Presidência, os juízes corregedores, o Diretor-Geral Judiciário, além de servidores da Assessoria de Planejamento, Diretoria-Geral Judiciária, Corregedoria-Geral da Justiça, Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER), Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos, Grupo de Monitoramento e Fiscalização, Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude e Comitê Gestor Regional Para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, conforme listas de presença (doc. n. 138672/2016).

A partir do resultado das discussões dos grupos de trabalho, as sugestões foram submetidas a uma enquete junto a magistrados e servidores para identificar qual a proposta do PJSC. Na sequência, o resultado foi encaminhado aos Tribunais de Justiça do Paraná e do Rio Grande do Sul para um consenso quanto à proposta da Região Sul, que foi enviada à Rede de Governança Colaborativa em 16 de agosto, conforme segue:

MACRODESAFIO	META ESCOLHIDA
Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas	Estabelecer política de enfrentamento do estoque processual de execuções cíveis e execuções fiscais.
Aprimoramento da gestão da justiça criminal	Implementar projeto com equipe capacitada para oferecer práticas de Justiça Restaurativa implantando ou qualificando pelo menos uma unidade para esse fim até 31/12/2017.
Adoção de soluções alternativas de conflito	Aumentar o número de casos resolvidos por conciliação, mediação e arbitragem.
Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes	Criar e manter banco de dados capaz de monitorar e divulgar a afetação e o julgamento dos Temas de recursos repetitivos.

Após realização da 3ª reunião do segmento da Justiça Estadual em Belém e da 2ª Reunião preparatória em Brasília, a proposta foi encaminhada ao CNJ e submetida à apreciação dos presidentes no 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado também em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2016.
Metas nacionais 2017 do segmento da Justiça Estadual:

Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Meta 2 – Julgar processos mais antigos
Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013 no 1º Grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no 2º Grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa
Identificar e julgar até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2014, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Meta 5 – Impulsionar processos à execução
Estabelecer política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal, até 31/12/2017.

Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas
Identificar e julgar, até 31/12/2017, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º Grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 2º Grau.

Meta 8 – Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres
Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, até 31/12/2017.

REVISÃO DO PROGRAMA DE NECESSIDADES (SPA 4252/2014)

A Assessoria de Planejamento e a Diretoria de Engenharia e Arquitetura estão desenvolvendo projeto com o objetivo de revisar e atualizar o programa de necessidades de construção ou reforma dos fóruns,

ouvindo todas as partes interessadas, inclusive magistrados e servidores que atuam no 1º Grau, no intuito de adequar a estrutura à realidade atual e demandas futuras.
Foram realizadas duas reuniões estratégicas, em 11 e 25-8-2016, com representantes do Conselho Gestor de Engenharia, Gabinete da Presidência, Conselho Gestor de Tecnologia da Informação, Corregedoria-Geral da Justiça, Diretoria de Engenharia e Arquitetura e Assessoria de Planejamento.
Definidas as diretrizes, a Diretoria de Engenharia e a Asplan conduziram reuniões técnicas para execução do escopo, conforme segue:

DATA	ESCOPO	PARTICIPANTES
8-9-2016	Central de Atendimento e hall de entrada (quantos postos de trabalho); Analisar a necessidade de sala de segurança no acesso, junto à porta giratória; Analisar a necessidade de espaço para monitores (imagens das câmeras de segurança) na entrada do prédio.	Casa Militar; Conselho de Segurança Institucional; Diretoria de Documentação e Informações; Diretoria de Engenharia e Arquitetura; Assessoria de Planejamento.
22-9-2016	Análise das necessidades dos Cartórios; Analisar impactos do processo eletrônico; Análise das necessidades dos Gabinetes de Juízes, Assessoria (com ou sem recepção e número de postos de trabalho) e Sala de Audiências (necessidade de uma para cada Vara, necessidade de estarem vinculadas ao Gabinete); Salão do Júri, cela (masculina e feminina independente do porte do prédio), sala de reconhecimento (em todas as Varas ou não), sala de armas (qual dimensão e avaliar o tipo de segurança), sala de bens apreendidos etc.	Juiz Auxiliar da Presidência; Conselho Gestor de Tecnologia da Informação; Casa Militar; Conselho de Segurança Institucional; Diretoria de Engenharia e Arquitetura; Assessoria de Planejamento.
6-10-2016	Análise das necessidades do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.	Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais e Programas; Alternativos de Solução de Conflitos; Diretoria de Engenharia e Arquitetura; Assessoria de Planejamento.
20-10-2016	Verificar junto ao Gabinete da Presidência as diretrizes a respeito de cartórios unificados; Verificar junto ao Gabinete da Presidência as diretrizes a respeito do trabalho remoto e do teletrabalho; Analisar a necessidade de existência de estrutura para Gabinete de Juiz Substituto.	Conselho Gestor de Engenharia; Gabinete da Presidência; Conselho Gestor de Tecnologia da Informação; Diretoria de Engenharia e Arquitetura; Assessoria de Planejamento.
10-11-2016	Análise das necessidades das Assistentes Sociais e dos Psicólogos (quantos profissionais e possibilidade de ocuparem a mesma sala em horários diferentes); Análise das necessidades dos Oficiais da Infância e da Juventude (identificar quantos postos de trabalho e qual o número de servidor por posto de trabalho).	Assistentes Sociais; Oficiais da Infância e da Juventude; Diretoria de Engenharia e Arquitetura; Assessoria de Planejamento.
21-11-2016	Análise das necessidades dos Oficiais de Justiça e Avaliador e da Central de Mandados (identificar quantos postos de trabalho e qual o número de servidor por posto de trabalho).	Oficiais de Justiça; Diretoria de Engenharia e Arquitetura; Assessoria de Planejamento.
7-12-2016	Analisar a necessidade do número de postos de trabalho para a Secretaria; Áreas administrativas (arquivos, biblioteca, copa, lanchonete/restaurante, depósitos, almoxarifado, banheiros, lavanderia, áreas comuns); Análise das necessidades dos Técnicos de Suporte em Informática (além do espaço para os equipamentos a necessidade de espaço para ambiente de trabalho enquanto estiver desenvolvendo esta atividade específica);	Chefes de Secretaria do Foro; Técnicos de Suporte em Informática; Diretoria de Engenharia e Arquitetura; Assessoria de Planejamento.

No início de 2017, serão realizadas reuniões para diretrizes sobre: Distribuição e Contadoria; ambientes destinados ao Ministério Público, Defensoria Pública e Advogados; possíveis intervenções nas obras em andamento; e demais assuntos pertinentes. Todas as informações coletadas serão consolidadas em relatório final, que norteará a elaboração de futuros projetos.

EXPANSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

O Sistema de Processos Administrativos Eletrônicos (SPA) é normatizado pela Resolução Conjunta GP/CGJ nº 7/2015 e tem por objetivo o cadastramento, tramitação e classificação de processos administrativos

em meio eletrônico no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Dentre seus benefícios, destacam-se:

- Aumento da eficiência na gestão pública e celeridade na condução dos feitos, observados os requisitos de segurança e autenticidade dos documentos administrativos em meio eletrônico.
- Atendimento do disposto na Meta n. 8 do Poder Judiciário para o ano de 2011, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça, que tem por objetivo implantar a gestão de processos em pelo menos 50% das rotinas administrativas, visando à implementação do processo administrativo eletrônico.
- Economicidade em função da diminuição no consumo de insumos, o que contribui também para a responsabilidade socioambiental da instituição.

Durante o ano de 2016, deflagrou-se um projeto sob coordenação da Assessoria de Planejamento, cujo objetivo foi maximizar o uso do Sistema de Processos Administrativos Eletrônicos – SPA nas unidades administrativas do Poder Judiciário de Santa Catarina, visando o fim da autuação de processos administrativos em meio físico até 31 de dezembro de 2016. Outrossim, foram definidos como objetivos específicos:

- Definição da tabela de classes processuais
- Capacitação de servidores e magistrados no uso do sistema SPA
- Adição de funcionalidades no sistema SPA
- Discussões sobre o trâmite eletrônico dos processos administrativos com os atores envolvidos
- Identificar casos excepcionais impeditivos ao trâmite eletrônico

As principais ações e os resultados obtidos durante o projeto, bem como a situação atual do uso do sistema SPA são listados a seguir:

:: *Ações e iniciativas realizadas*

- **Reuniões ordinárias do grupo de trabalho**: Ao longo do ano, o grupo de trabalho do projeto, de caráter multidisciplinar e com representantes da Corregedoria-Geral da Justiça, Assessoria de Planejamento, Direção-Geral Administrativa, Direção-Geral Judiciária, Auditoria Interna, Diretoria de Tecnologia da Informação, Diretoria de Documentação e Informação, Diretoria de Orçamento e Finanças, Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria de Saúde, Diretoria de Material e Patrimônio, Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Engenharia e Arquitetura reuniu-se regularmente, totalizando 21 encontros presenciais, onde os resultados do projeto foram avaliados de forma sistemática a cada encontro. Outrossim, foi o fórum para deliberações, apresentação de problemas e de propostas, definição de diretrizes, adequações em procedimentos internos e demais ações para o êxito dos objetivos propostos. Adicionalmente, foi criado um fórum virtual igualmente importante no alcance dos resultados.
- **Comunidade de prática para definição da tabela de classes para o primeiro grau**: considerando que um dos objetivos específicos do projeto era a definição das classes processuais, incluindo o primeiro grau de jurisdição, optou-se pela realização de uma comunidade de prática, cujo objetivo foi agregar o conhecimento dos próprios Chefes de Secretaria. Trata-se de um método eficaz no compartilhamento, criação, disseminação e aplicação de conhecimento, onde um grupo de pessoas compartilham um interesse, um problema que enfrentam regularmente, e que se unem para desenvolver ou aprimorar uma prática em torno desse tópico de interesse comum. A ação foi realizada de forma híbrida, com interação dos participantes de modo virtual e presencial, ganhando destaque inclusive no portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- **Melhorias no sistema**: uma constante durante o ano foi a sugestão de melhorias no sistema atual, originariamente concebido pelo TRE/PR, visando adequá-lo às necessidades dos usuários e setores. Para que a Diretoria de Tecnologia da Informação pudesse ser assertivo nas entregas, o grupo de trabalho listou as principais demandas e, com o apoio do método GUT e do princípio de Pareto, priorizou as 7 mais significativas, que foram então trabalhadas. Atualmente, 6 delas já

foram entregues, havendo a necessidade de promover a atualização da lista de demandas e a revisão das prioridades.

- **Disponibilização de novas funcionalidades e melhorias**: dentre as melhorias e novas funcionalidades disponibilizadas ao longo do ano, destaca-se: a)Apensamento e desapensamento de processo; b) Possibilidade de validar documentos eletrônicos inclusos em processos administrativos; c) Possibilidade de tornar um documento sem efeito; d) Possibilidade de localizar documentos eletrônicos; e) Possibilidade de editar informações cadastrais dos documentos, sem alterar o respectivo teor; f) Inclusão de marcações nos processos, prevista para março de 2017, que permitirá incluir lembretes, alertas de prazos e tarjetas pré-definidas pelos gestores dos setores; g) Formulário para solicitação de participação em evento externo; h) Formulário para concessão de bolsa de estudo (ESMESC e Graduação); i) Formulário para renovação de bolsa de estudo; j) Formulário de Pagamento; k) Formulário de Solicitação de Gratificação de Nível Superior; l) Formulário de Acompanhamento do Estágio Probatório; m) Formulário de Solicitação de Recurso de Avaliação de Desempenho; n) Formulário de Solicitação de Promoção por Aperfeiçoamento; o) Formulário de Licença-Gestação; p) Formulário de Solicitação de Licença para Tratamento de Saúde (Própria e Família); q) Importação e integração com o castro de fornecedores da DMP; r) Consolidação de dados e envio de informação ao Conselho Nacional de Justiça para o selo do Justiça em Números.
- **Capacitação de usuários**: na área formativa, além da atualização constante do manual do sistema, um curso auto instrucional à distância foi concebido numa parceria entre a Academia Judicial e a Diretoria de Tecnologia da Informação. No período de 7 de novembro a 2 de dezembro de 2016, o respectivo curso foi ofertado a magistrados e servidores, totalizando 500 vagas. Nesta edição, o público-alvo foram os Chefes de Secretaria que ainda não fizeram o curso presencial, os que normalmente substituem os Chefes de Secretaria nas suas ausências e os Técnicos de Suporte em Informática. As vagas remanescentes foram então disponibilizadas ao público em geral. Uma nova edição, para mais 500 vagas, já está prevista para o início de 2017.
- **Discussão sobre sigilo dos tipos documentais e classes processuais**: um amplo debate foi realizado sobre o tema sigilo no escopo do grupo de trabalho do projeto durante o ano. Levou-se em consideração a Lei de Acesso a Informação (12.527), a Resolução n. 215 do CNJ, de 16 de dezembro de 2015, a Portaria n. 92 do CNJ, de 22 de agosto de 2016, observações colhidas das diretorias envolvidas, bem como normatizações e experiências do próprio TJSC no âmbito do processo judicial eletrônico. O resultado das discussões deu origem a um documento que define os tipos documentais e as classes processuais que têm visibilidade sigilosa ou restrita no SPA.
- **Revisão da resolução do SPA**: considerando as funcionalidades introduzidas no sistema SPA durante o ano e a necessidade de sanar algumas lacunas detectadas em seu período inicial de utilização, uma revisão da resolução vigente tornou-se necessária. Nesse sentido, o grupo de trabalho do projeto, após as devidas discussões, apontou sugestões que estão consolidadas nos autos do processo SPA nº 4370/2016. Trata-se de uma minuta de alteração da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 7 de 26 de outubro de 2015, que institui o Sistema de Processos Administrativos – SPA para a tramitação de processos administrativos em meio eletrônico no Poder Judiciário de Santa Catarina.

:: *Status atual*

- Em novembro de 2016, 88% dos processos administrativos foram autuados eletronicamente. No mesmo período de 2015, o percentual era de 52%, o que demonstra a evolução em termos percentuais neste ano de 2016;
- Em novembro de 2016 rompeu-se a marca dos 50 mil processos eletrônicos autuados desde a implantação do SPA, sendo que temos cerca de 21 mil processos em andamento. É justamente neste quantitativo em andamento que devemos empreender esforços para reduzir o estoque.

- As 5 classes processuais mais demandadas são: Devolução de custas, Promoção por aperfeiçoamento, Devolução de valores, Auxílio-saúde e Licença para tratamento de saúde;
- Os 5 setores onde mais tramitam processos são: Gabinete do Diretor de Gestão de Pessoas, Conselho do FRJ, DGA, Seção de Registros Funcionais e Seção de Protocolo;
- Os 5 setores onde existem mais processos pendentes são: Conselho do FRJ, Divisão de Desenvolvimento de Pessoas, Seção de Acompanhamento de Pessoas, Seção de Direitos e Deveres e Seção de Benefícios. Destaca-se aqui a necessidade de uma ação especial nos processos do Conselho do FRJ, que está com um passivo de mais de oito mil processos pendentes.
- Algumas classes processuais ainda não reúnem os requisitos para a tramitação eletrônica no sistema SPA e precisam ser mantidas em meio físico. São elas: Processo Administrativo Disciplinar; àqueles relacionados aos concursos sob gestão da 1ª vice-Presidência; os que tem relação com nomeações, designações, gratificações, exonerações e aposentadoria e, por fim, classes que tem trâmite exclusivo nas comarcas, ou entre as comarcas e a Corregedoria-Geral da Justiça, cujo teor normalmente diz respeito à destinação de bens apreendidos e providências de cunho extrajudicial.
- Valendo-se de experiências oriundas das Provas de Conceito com as ferramentas de Data Analytics, criou-se alguns painéis gerenciais para acompanhamento de alguns indicadores relacionados a expansão dos processos administrativos eletrônicos na instituição. Os autos do processo administrativo eletrônico nº 4370/2016 contém os respectivos painéis.
- Diante das ações realizadas durante o ano e o status atual relatado, estão previstos:
- Alteração da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 7 de 26 de outubro de 2015, que institui o Sistema de Processos Administrativos – SPA para a tramitação de processos administrativos em meio eletrônico no Poder Judiciário de Santa Catarina.
- Avanços na análise estatística e processual da área administrativa: os dados gerados pelo SPA são fontes ricas para gestão dos setores e merecem ser medidos continuamente para auxiliar na melhoria dos procedimentos internos e do nosso desempenho.
- Deflagração de projeto para implantação do SAJ nas comarcas: conforme identificado na realização da comunidade de prática, o trâmite de algumas classes no próprio SAJ deve prosperar, pois tem escopo limitado a própria comarca, onde o sistema já é largamente utilizado e conhecido. Tal fato ajudaria no aculturamento dos usuários e daria celeridade na implantação das respectivas classes.
- Continuidade às melhorias do sistema: embora os resultados obtidos até o momento tenham sido significativos, o sistema ainda apresenta uma série de oportunidades de melhoria que merecem atenção.
- Manutenção do grupo de Trabalho: com o objetivo de manter o acompanhamento do uso do sistema, a coordenação das ações planejadas, a revisão dos procedimentos internos e a priorização das demandas de melhorias no sistema

PREPARAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO AO ESOCIAL E AO EFD-REINF

O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) foi instituído pelo decreto presidencial nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, configurando-se como instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e tem por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo ambiente nacional composto por:

- escrituração digital, contendo informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas;
- aplicação para preenchimento, geração, transmissão, recepção, validação e distribuição da escrituração; e
- repositório nacional, contendo o armazenamento da escrituração.

Dentre as obrigações acessórias abrangidas pelo eSocial, temos: Relação Anual de Informações Sociais (Rais); Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (Sefip/GFIP);

Cadastro Geral de Empregados e desempregados (Caged); Manual Normativo de Arquivos Digitais (Manad); Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT); Registro de Empregados; Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP); Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF); Folha de Pagamento; Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT).

Estão obrigados a prestar informações no eSocial todos os empregadores (pessoas físicas ou jurídicas), todas as empresas (mesmo sem empregados), microempreendedor individual (MEI), equiparados em legislação específica (entidades em geral, mesmo sem fins lucrativos), órgãos públicos, segurados especiais (produtor rural, pescador artesanal) e empregador doméstico (120 após a regulamentação da Emenda Constitucional).

O cronograma de implantação do eSocial foi regulamentado pela Resolução nº 2, de 30 de agosto de 2016, do Comitê Diretivo do eSocial, que estabelece em seu artigo 2º, inciso II:

Art. 2º O início da obrigatoriedade de utilização do eSocial dar-se-á:

*II - **em 1º de julho de 2018**, para os demais empregadores e contribuintes.*

Parágrafo único. Fica dispensada a prestação das informações dos eventos relativos a saúde e segurança do trabalhador (SST) nos 6 (seis) primeiros meses depois das datas de início da obrigatoriedade de que trata o caput

O caráter obrigatório de sua utilização e a essência da iniciativa, que busca simplificar o envio das obrigações às entidades partícipes, pode ser observado nos artigos cinco e seis da Resolução nº 2, de 30 de agosto de 2016, do Comitê Diretivo do eSocial:

Art. 5º Os empregadores e contribuintes obrigados a utilizar o eSocial que deixarem de prestar as informações no prazo fixado ou que as apresentar com incorreções ou omissões ficarão sujeitos às penalidades previstas na legislação específica.

Art. 6º A prestação das informações por meio do eSocial substituirá, na forma regulamentada pelos órgãos e entidades integrantes do Comitê Gestor do eSocial, a apresentação das mesmas informações por outros meios.

Em síntese, pode-se dizer que o eSocial é um projeto do governo federal que vai unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados. Trata-se de uma ação conjunta dos seguintes órgãos e entidades do governo federal: Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Ministério da Previdência – MPS, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB. O Ministério do Planejamento também participa do projeto, promovendo assessoria aos demais entes na equalização dos diversos interesses de cada órgão e gerenciando a condução do projeto, através de sua Oficina de Projetos.

Diante do caráter multidisciplinar, da quantidade de envolvidos e impactos em vários procedimentos internos que o eSocial trará ao Poder Judiciário de Santa Catarina, a Assessoria de Planejamento buscou prover neste ano de 2016 uma ação coordenada das iniciativas necessárias para atender os propósitos do eSocial. Dentre as ações executadas, destaca-se:

- Intensificação das reuniões do grupo de trabalho, totalizando 12 reuniões ao longo do ano;
- Reuniões focais, com grupos específicos, para trabalhar os eventos;
- Reuniões com a Receita Federal e outros órgãos públicos da região da grande Florianópolis visando a formação de um grupo regional para troca de experiências;
- Início do procedimento licitatório para aquisição de uma solução de TI para gestão dos arquivos a serem enviados ao ambiente nacional do eSocial (Processo Administrativo Eletrônico nº 7994/2016);
- Início do procedimento licitatório para contratação de serviços na área de engenharia e segurança do trabalho e saúde ocupacional (Processo Administrativo Eletrônico nº 5540/2016);
- Participação em webinares e fóruns de discussão a respeito do tema;
- Participação do 1º e 2º Seminário do eSocial para Órgãos Públicos
- Participação do Grupo de Trabalho Nacional para Órgãos Públicos (GT-OP)

Um fato relevante durante o ano de 2016 foi o surgimento da Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída (EFD-Reinf). Trata-se do mais recente módulo do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e está sendo construída em complemento ao eSocial.
A EFD-Reinf abarca todas as retenções do contribuinte sem relação com o trabalho, bem como as informações sobre a receita bruta para a apuração das contribuições previdenciárias substituídas. Assim como o eSocial, a nova escrituração substituirá as informações contidas em outras obrigações acessórias e é constituída por eventos de informações, contemplando a possibilidade de múltiplas transmissões em períodos distintos, de acordo com a obrigatoriedade legal. Dentre as informações prestadas através da EFD-REINF, destacam-se aquelas associadas:

- aos serviços tomados/prestados mediante cessão de mão de obra ou empreitada;
- às retenções na fonte (IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP) incidentes sobre os pagamentos diversos efetuados a pessoas físicas e jurídicas;
- aos recursos recebidos por / repassados para associação desportiva que mantenha equipe de futebol profissional;
- à comercialização da produção e à apuração da contribuição previdenciária substituída pelas agroindústrias e demais produtores rurais pessoa jurídica;
- às empresas que se sujeitam à CPRB (cf. Lei 12.546/2011);
- às entidades promotoras de evento que envolva associação desportiva que mantenha clube de futebol profissional.

Inicialmente, quando ainda só existia o eSocial, imaginava-se que somente a área de recursos humanos fosse responsável pelas informações necessárias. Porém, com o surgimento da EFD-REINF e verificando as informações solicitadas pelas novas obrigações, percebeu-se que o esforço da área de RH é grande, porém, não único e suficiente. A área de finanças, contábil e fiscal também é responsável por parte importante das informações e terá um esforço considerável na implantação do eSocial e da EFD-REINF. Outras áreas como tecnologia da informação, medicina do trabalho e assessoria jurídica também têm envolvimento garantido, em menor proporção, porém não menos importantes.
Por fim, vale destacar que a instabilidade dos layouts do eSocial e da EFD-REINF impediram avanços mais significativos no projeto no ano de 2016. Por exemplo, os layouts da EFD-REINF ainda estão em versão beta e uma nova versão do layout dos eventos do eSocial, após algumas prorrogações, foi disponibilizada em setembro de 2016. Acredita-se, inclusive, que os layouts devem passar por mais ajustes até sua implantação definitiva em 2018. Não obstante, acredita-se que 2017 será um ano de muitas ações para atender a tempestividade legal e exigirá um esforço institucional significativo, especialmente das diretorias de Gestão de Pessoas, Orçamento e Finanças, Saúde, Tecnologia da Informação e Saúde.

ADOÇÃO DE FERRAMENTAS PARA INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS

As linhas de pensamento administrativo moderno indicam que uma gestão eficaz e eficiente, em qualquer organização, pressupõe a existência de uma infraestrutura informacional para tomada de decisão. Construir, alimentar e compartilhar essa infraestrutura não é tarefa simplória, pois a informação geralmente encontra-se dispersa na cabeça das pessoas, nos vários sistemas de informação e em mídias diversas. Além disso, a tecnologia vem impactando o cenário dos negócios e acelerando de forma exponencial o ritmo das mudanças: a Internet, a mobilidade, a computação em nuvem e a geração quase infinita de dados obrigam às empresas e seus gestores a repensarem suas estratégias, seus modelos de negócios e suas técnicas de gestão.
Ciente desse cenário e comprometido com a realização da justiça de forma efetiva e célere, o Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC), por meio de sua Assessoria de Planejamento (ASPLAN) e da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), motivado pela experiência positiva de outros órgãos públicos, vem intensificando a busca por ferramentas de inteligência de negócio, bem como técnicas de mineração de dados e criação de datawarehouses, além da prospecção de ferramentas de apoio decisório. Tal iniciativa

está diretamente ligada aos objetivos “Otimizar a aplicação dos recursos, estabelecendo prioridades para a execução estratégica”, “Implementar a gestão por desempenho e assegurar a melhoria contínua dos processos de trabalho” e “Assegurar soluções adequadas de tecnologia da informação e comunicação”.
Neste ano de 2016, focou-se na aquisição de um software para visualização, análise e descoberta de dados com o objetivo de criar cultura organizacional no uso de soluções com suporte aos principais conceitos de Data Discovery e Self-Service BI. Outrossim, adquirir expertise na condução de projetos dessa natureza foi considerado igualmente importante, pois trazem consigo mudanças e novos conceitos a serem implantados em toda a administração.
Nestes termos, buscou-se formação sobre o assunto junto ao Gartner Group e executou-se duas provas de conceito com as ferramentas Qlik Sense e Tableau, líderes de mercado no segmento de soluções em Business Intelligence e plataformas analíticas. Ao término das provas de conceito, propôs-se a aquisição de uma única licença para criação de painéis gerenciais, mas com uma grande capacidade de compartilhamento. Para início, tal estratégia foi considerada suficiente para gerar resultados no curto prazo, avaliar a eficiência de ferramentas dessa natureza, difundir os conceitos de Data Analytics e criar cultura organizacional em decisões baseadas em dados. Posteriormente, ao validar-se os benefícios esperados, a aquisição de uma solução corporativa deve ser o caminho natural, especialmente em função da necessidade de governança, observadas a oportunidade e conveniência da administração, bem como a disponibilidade orçamentária.
A estratégia mencionada anteriormente está em curso desde o último bimestre de 2016 e, para 2017, vislumbra-se um avanço significativo nesta frente de trabalho.

CAPACITAÇÃO DA EQUIPE

A necessidade de capacitação continuada é uma das características marcantes da era do conhecimento. Nestes termos, e consoante ao objetivo estratégico de “Desenvolver permanentemente conhecimentos, habilidades e atitudes”, fomentou-se a participação da equipe em atividades formativas, dentre os quais destaca-se:

- KM Brasil
- 1º Seminário do eSocial para Órgãos Públicos
- Webinares em temas de gestão de processos e gestão do conhecimento
- Introdução ao Gerenciamento de Processos de Negócios

RESOLUÇÃO 219

Em abril, foi publicada pelo Conselho Nacional de Justiça a Resolução n. 219/2016, que "Dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências." A Resolução estabelece diretrizes para a distribuição e movimentação de servidores entre as unidades de 1º e 2º graus, assim como dentre as unidades de cada grau.
Em resumo, os servidores que atuam nas áreas de apoio direto à atividade judicante, ou seja, aqueles envolvidos diretamente no trâmite processual, devem ser distribuídos entre os 1º e 2º graus de jurisdição conforme a proporção de demanda de cada um. Após essa distribuição, as unidades devem ser agrupadas, de acordo com suas competências, e o contingente de servidores resultante para cada grau deve ser distribuído conforme a demanda de cada unidade, utilizando-se como base a produtividade das mais eficientes de cada grupo.
Além da distribuição de servidores, a Resolução prevê que os valores totais pagos por cargos comissionados e funções de confiança também respeitem a proporção de demanda entre o 1º e o 2º Grau.

As necessidades de pessoal calculadas conforme as regras da Resolução dão origem à Tabela de Lotação Paradigma (TLP). A TLP deve conter a lotação calculada para cada unidade, assim como a lotação real de cada uma. A tabela deverá ser publicada semestralmente, nos meses de março e setembro, a partir do ano de 2017.
A Assessoria de Planejamento formou um grupo de trabalho com a Diretoria de Gestão de Pessoas com o objetivo de estudar a Resolução e sistematizar os dados e mecanismos de cálculo para aplicação da Resolução. O grupo realizou reuniões de trabalho durante o ano para definir regras sobre os dados e estruturou uma base para aplicar os cálculos necessários, bem como gerar os relatórios para publicação. O primeiro diagnóstico foi realizado e apresentado à Administração no final deste ano.

ASSESSORIA DE PRECATÓRIOS

1. ATRIBUIÇÕES

A Assessoria de Precatórios, vinculada ao Gabinete da Presidência, tem suas atribuições fixadas pela Resolução n. 10/2013-GP:

- verificar mensalmente o cadastro dos índices de atualização utilizados no Sistema de Precatórios;
- cadastrar no Sistema de Precatórios os novos processos que dão entrada no protocolo do Tribunal de Justiça, movidos contra o Estado de Santa Catarina, o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina — IPREV, o Departamento de Estradas de Rodagem — DER, o Instituto Nacional de Seguridade Social — INSS — e as Prefeituras;
- expedir editais para publicação das decisões proferidas pelo Desembargador Presidente do TJ;
- comunicar aos órgãos devedores a inclusão dos precatórios em orçamento;
- comunicar aos Juízes a inclusão do precatório em orçamento;
- comunicar aos Juízes os pagamentos dos precatórios;
- comunicar aos credores o pagamento do precatório;
- dar cumprimento às decisões proferidas pelo Desembargador Presidente no tocante aos Precatórios;
- realizar os procedimentos necessários ao pagamento dos beneficiários;
- prestar informações ao Presidente sobre o repasse dos recursos financeiros ao Tribunal de Justiça, pelos órgãos devedores, para a devida liberação aos destinatários;
- prestar informações às partes e seus representantes sobre o andamento dos precatórios;
- controlar o ingresso de valores destinados à quitação dos precatórios inseridos no Regime Especial de Pagamentos — Art. 97 ADCT - observando na distribuição dos valores, a lista unificada abrangendo o Tribunal de Justiça de Santa Catarina o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região;
- noticiar ao Presidente do Tribunal de Justiça, qualquer atraso no repasse das parcelas anuais ou mensais das Entidades optantes do Regime citado no parágrafo anterior. (Artigo 33 da Resolução 115 do Conselho Nacional de Justiça);
- controlar o ingresso de valores destinados à quitação dos precatórios inseridos no Regime Geral, observando na destinação dos valores, o cumprimento da ordem cronológica;
- atualizar mensalmente a Lista Unificada de Precatórios (TJSC, TRT e TRF) e a Lista de Precatórios do Regime Geral (TJSC);
- anotar as prioridades por doença e idade aos credores beneficiados, atualizando-as mensalmente;
- auxiliar o Comitê Gestor de Precatórios na elucidação das questões de sua competência.

2. FATOS RELEVANTES

A Assessoria trabalha com todo o acervo de precatórios no formato digital, somado a isso, está em pleno funcionamento a Requisição Eletrônica de Precatórios. Essa nova ferramenta propiciou aos Juízos requisitantes encaminhar os precatórios de forma virtual e instantânea. Esse procedimento além de agilizar a chegada das requisições neste Tribunal, dispensa a retirada de cópias do processo originário, pois as peças que acompanham o precatório são anexos digitais.
A economia de tempo e papel fica evidente com o novo procedimento, são milhares de folhas que deixarão de ser impressas/fotocopiadas.
Apesar de estar em uso desde o final de 2014, neste ano o sistema foi seguidamente aprimorado, dentre as alterações significativas está a possibilidade de remessa das requisições em bloco.
O Setor de Distribuição/Protocolo Administrativo deixou de realizar o trabalho de cadastramento/distribuição, pulando uma etapa burocrática do fluxo e liberando servidores para atuação

em outras demandas.
Implementamos ainda, um aprimoramento na rotina de conferência e verificação dos cálculos que originam a expedição dos precatórios, esse novo procedimento identificou mais de 400 precatórios com possível erro material, destes, após instado o Juízo requisitante a se manifestar, 125 já retornaram com resposta pela alteração dos valores requisitados, ou seja, os vícios apontados pela assessoria foram acolhidos pelo Magistrado de origem.
O quantitativo só não é maior, porque a maioria dos processos ainda aguarda a resposta da origem, contudo, pelo número de alterações já deferidas, podemos verificar o efeito positivo do novo procedimento, nesses 125 com resposta, a redução de valores após correção dos erros encontrados chegou ao montante de R$ 5.579.942,66.
Por fim, o Conselho Nacional de Justiça reconhece o bom trabalho e organização do setor, tanto que o Servidor coordenador da Assessoria de Precatórios continua participando de Inspeções realizadas pelo Brasil a convite daquele órgão.

3. DADOS ESTATÍSTICOS

A tramitação dos processos foi intensa, ingressaram 4.172 novos precatórios e foram arquivados no mesmo período outros 2.806. As movimentações processuais destas requisições geraram a expedição de 6.995 Ofícios, emissão de 5.290 certidões e 10.764 decisões proferidas.
Em se tratando da liquidação dos precatórios, o setor conseguiu realizar o pagamento de 2.410 beneficiários, para que isso acontecesse, 4.313 alvarás foram expedidos (incluídos aqueles de transferência de valores para TRT e TRF), alcançando um montante liberado de R$ 152.893.329,06.
A Presidência tem sido rigorosa quanto aos inadimplentes, tanto que neste ano foram emitidas 28 ordens de bloqueio via BACENJUD, acarretando o sequestro de R$ 7.579.397,75 dos cofres públicos. Essa postura gera um efeito positivo em relação aos demais devedores, que buscam manter os repasses em dia.
A evolução dos pagamentos na ordem cronológica continua em evidente ascensão, podemos utilizar como exemplo a lista de precatórios do Estado de Santa Catarina, onde o avanço será capaz de liquidar cerca de quatro anos de atraso (precatórios de 2008/2012) após o repasse integral da parcela deste ano.

4. SISTEMAS

Assessoria de Precatórios utiliza os seguintes Sistemas:

- SAJ5/Precatórios – Sistema de movimentação processual, idêntico ao utilizado na Justiça de Primeiro Grau, nele são cadastrados os dados das partes, expedidos certidões, ofícios, despachos e publicações, tudo disponível para consulta em nossa página na internet (consulta processual – precatórios – andamento). Os novos precatórios ingressam virtualmente, sem necessidade de manuseio de papel, a movimentação é por filas e fluxos, o que agiliza o processamento das decisões.
- Sistema de Precatórios/cálculos – Esse sistema organiza os valores que cada um dos beneficiários possui, atualizando-os automaticamente mês a mês. Uma vez cadastrado o Precatório, basta a atualização do índice mensal para que todos os precatórios sejam atualizados. Controla, ainda, as prioridades deferidas e a ordem cronológica. Esta preparado para quitar parcialmente o valor, observando as prioridades concedidas. Tudo fica também disponível para consulta em nossa página (Precatórios – Consulta a lista da ordem cronológica);
- LUP – Lista Unificada de Precatórios – Neste sistema, controlasse a lista unificada das Entidades que se encontram no Regime Especial do Art. 97 ADCT. Compreendem os precatórios do TJSC, TRT 12ª Região e TRF 4ª Região. A destinação dos repasses realizados pelos Entes devedores obedece à ordem unificada, que também se encontra disponível para consulta em nossa página na internet (precatórios – – Consulta a lista da ordem cronológica);

- Sistema de Contas Especiais – Iniciamos a utilização desse Sistema em novembro de 2012, após a escolha de Instituição Financeira para administrar os depósitos de precatórios (art. 8º da Resolução 115 do Conselho Nacional de Justiça), nele as Entidades podem gerar os boletos diretamente na internet (Precatórios – gerar boleto de pagamento), os recursos ingressam no Sistema e são automaticamente distribuídos entre os precatórios atingidos pelo repasse, observando para tanto, a Lista Unificada dos precatórios. Há uma interligação deste Sistema com os demais, aproveitando-se as informações disponíveis. Se a Entidade faz destinações específicas do repasse (§ 8º do art. 97 ADCT – ex: 50% ordem, 50% acordos), os recursos são igualitariamente distribuídos para os precatórios de ambas as ordens. Os repasses são remunerados pelos índices da caderneta de poupança. A liberação dos valores é feita por TED/ordem bancária diretamente aos beneficiários, já deduzidas as retenções. O Sistema armazena as informações do Imposto de Renda possibilitando preenchimento da DIRF anual etc.

Dos Sistemas aqui utilizados, já realizamos a cessão de uso do "Sistema de Precatórios/cálculos" para diversos Tribunais da Federação, dos quais podemos citar: TJPA, TJMS, TJGO, TJCE, TJBA, TJPE, TJPB, TJTO, TJAM, TJAL, TJMA, TJES, TJPR e TJMG. Os Sistemas estão em constante aperfeiçoamento e desde o final de 2013 ganharam a companhia da Requisição de Precatório Eletrônica que possibilita o envio do Precatório via "Portal Web".

5. TRANSPARÊNCIA

As principais informações sobre os precatórios e sua tramitação podem ser acessadas por qualquer pessoa no endereço eletrônico: http://www.tjsc.jus.br/assessoria-de-precatorios.
Dentre os dados disponíveis estão a composição da Assessoria de Precatórios, procedimentos para pagamento, lista de ordem cronológica, legislação e dúvidas frequentes.
A página foi reformulada nos moldes do que aconteceu com a página inicial de nosso Tribunal, fato que aumentou ainda mais a transparência desejada por todos os beneficiários e Entes devedores.

AUDITORIA INTERNA

1. APRESENTAÇÃO

A Resolução nº 19/2003-TJ instituiu o Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário, com fundamento no artigo 74 da Constituição Federal, artigos 62 e 83, inciso III, da Constituição Estadual, e artigo 119 da Lei Complementar nº 202/2000, alterada pela Lei Complementar nº 246/2003.
A Resolução mencionada estabelece, em seu artigo 3º, que o Sistema de Controle Interno é composto pelo Órgão Central, que é representado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, pelo Núcleo Técnico e pelas Unidades Administrativas.
O Núcleo Técnico, formado pela Auditoria Interna, está vinculado à Presidência do Tribunal de Justiça.
O Novo Manual de Auditoria, instituído pela Resolução nº 47/2015-GP, além de estabelecer o funcionamento do Núcleo Técnico e sua correlação com as demais Unidades Administrativas do Poder Judiciário, incorporou as normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização dispostas na Resolução CNJ nº 171/2013.
Assim, nos diversos trabalhos desenvolvidos, norteados pelos regramentos e procedimentos acima descritos, ressaltamos o cumprimento do Plano Anual de Auditoria, as atividades decorrentes de normativos oriundos do Tribunal de Contas e do Conselho Nacional de Justiça, a Auditoria Especial solicitada pela Presidência, bem como a busca permanente pelo aprimoramento dos controles internos nas unidades administrativas do Poder Judiciário.

2. PLANO ANUAL DE AUDITORIA – 2016

Durante o ano de 2016, foram cumpridos os trabalhos descritos no Plano Anual de Auditoria, sendo que, alguns deles, serão concluídos no início de 2017.

PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2016							
Nº	**DESCRIÇÃO SUMÁRIA - indicação da unidade auditada e do conhecimento específico exigido para realizar a auditoria.**	**Risco e Relevância - indicação do risco em relação ao objeto e sua relevância para a Administração**	**Classificação da auditoria**	**Objetivo(s) - indicação dos resultados esperados e especificação de que forma a vulnerabilidade do objeto pode ser mitigada**	**Escopo - abrangência dos exames em relação ao objeto**	**Período de execução**	**Quantidade de auditores envolvidos**
1	**Area Auditada**: Diretoria de Orçamento e Finanças – **Conhecimento Específico**: regimento de custas, sistemas de informação SAJ e CCJ	**Risco**: falta de recolhimento de custas judiciais e recolhimentos a menor. **Relevância:** Grandes valores envolvidos nas operações	Auditoria de conformidade	Verificação da aplicação correta nos recolhimentos das custas judiciais e FRJ - cod 130 - LC 156/97 e seguintes, no Primeiro Grau	Serão examinados processos virtuais de todas as comarcas, onde seja pertirnente o recolhimento de custas judiciais (FRJ)	fev/16 a abr/16	2 auditores
2	**Área Auditada**: Diretoria de Engenharia e Arquitetura **Conhecimento Específico:** Lei 8666/93 e Engenharia	**Risco**: descumprimento contratual, utilização inadequada dos recursos e controles inadequados. **Relevância**: Cumprimento da legislção e do objeto contratado.	Auditoria Operacional	Fiscalização "in loco" de obras para avaliar a gestão das construções por parte do TJ e cumprimento do contrato	Verificação da obra de reforma da Torre I	2 meses	2 auditores

3	**Área Auditada:** Diretoria de Engenharia e Arquitetura **Conhecimento Específico:** Lei 8666/93 e Engenharia, Resolução n. 114/2010-CNJ, Resolução n. 44/2010-TJ	**Risco:** descumprimento do disposto no art. 26 da Resolução n. 114/2010-CNJ - **Relevância**: Necessidade de cumprimento de preceito legal	Fiscalização	Avaliar a regularidade dos processos de pagamento de obras e legalidade dos procedimentos adotados.	Exame de todos os processos de pagamento de parcela de contrato de obra.	jan/16 a dez/16	2 auditores
4	**Área Auditada:** DGP/DRIF/Seção de Registro Funcional. **Conhecimento Específico:** CF/88; CE/89; Normativos internos; Normativos do TCE; Lei n. 6.74/1985; LC n. 90/1993 e alterações; LC n. 428/2008).	**Risco**: Adoção pela **Seção de Registro Funcional** de controles internos inadequados e descumprimento de preceitos legais **Relevância**: Reflexos negativos sobre os registros funcionais e financeiros de Servidores e Magistrados, bem como da necessidade de cumprimento de preceitos legais exigidos.	Auditoria Operacional	Avaliar se os controles internos do setor são suficientes para a mitigação dos riscos inerentes as atividades de elaboração dos registros funcionais de servidores e magistrados. Com esse trabalho, espera-se auxiliar a Administração do Tribunal no aprimoramento e/ou implantação de controles internos adequados.	Avaliar os controles internos da **Seção de Registros Funcionais**, relativos aos procedimentos de elaboração dos registros funcionais.	2 meses	2 auditores
5	**Área auditada:** DGP/Divisão de Desenvolvimento de Pessoal. **Conhecimento Específico:** CF/88; CE/89; Normativos internos; Normativos do TCE; Lei n. 6.74/1985; LC n. 90/1993 e alterações; LC n. 428/2008).	**Risco**: Adoção pela Divisão de Desenvolvimento de Pessoal de controles internos inadequados e descumprimento de preceitos legais. **Relevância:** Reflexos negativos sobre os registros funcionais e financeiros de Servidores e Magistrados, bem como das informações exigidas pelos órgãos de controle externo.	Auditoria Operacional	Com esse trabalho, espera-se auxiliar a Administração do Tribunal no aprimoramento e/ou implantação de controles internos adequados.	Avaliar os controles internos da **Divisão de Desenvolvimento de Pessoal**, relativos aos procedimentos de valorização do servidor e dos demais assuntos relativos a vida funcional do servidor, de atribuição dessa Divisão.	2 meses	2 auditores
6	**Àrea auditada:** DGP/DRB - Rubricas da Folha de Pagamento. **Conhecimento Específico:** Constituição Federal; Constituição Estadual; Lei n. 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores SC); LC n. 90/1993 e alterações; normativos internos do TJSC específicos nomeação e cargos.	**Risco:** Inobservância de preceitos legais, desconformidade dos registros e controles internos inadequados. **Relevância:** cumprimentos das normas e assegurar a eficiência operacional	Auditoria de conformidade	Avaliar o processo de cálculo da folha de pagamento, integrando as Divisões/Seções envolvidas no lançamentos dos dados pessoais e funcionais.	Envolve a conformidade da(s) rubrica(s) analisadas com o registro funcional/processo/determinação legal correspondente, no que diz respeito a percentuais, valores, tipos de rubricas e forma de lançamento na folha de pagamento.	2 meses	4 auditores

7	**Área Auditada:** DGP/DRF/Seção de Registro Funcional: **Conhecimento Específico:** Constituição Federal; Constituição Estadual; Lei n. 6.745/1985; LC n. 90/1993; LC n. 428/2008 (previdência estadual); previdência federal; normativos internos e externos sobre gratificações, benefícios, imposto de renda, INSS, cargos e salários.	**Risco:** desconformidade dos registros e pagamentos irregulares.**Relevância:** Cumprimento de normas e preceitos legais e prevenir riscos com pagamentos irregulares.	Auditoria de conformidade	Avaliar os procedimentos adotados para anotação dos registros pessoais e funcionais dos servidores e se são compatíveis com a legislação vigente.	Envolve a conformidade dos registros funcionais elaborados no Sistema de Histórico Funcional - SHF, com as determinações legais ou processos administrativos e judiciais que os originaram.	2 meses	4 auditores
8	**Área Auditada**: Diretoria de Tecnologia da Informação e Diretoria de Material e Patrimônio. **Conhecimento Específico**: Lei 8666/93, Lei 10520/02, IN 04/2008 e informática	**Risco:** inobservância de normas de gestão de contratos e das cláusulas contratuais; **Relevância**: são diversos contratos com valores elevados e cumprimento de normativos.	Auditoria Operacional	Avaliar a forma como é tratada a gestão dos contratos que estão sob a responsabilidade da Diretoria de Tecnologia da Informação	Envolve a avaliação da foma como os contatos são geridos no âmbito da Diretoria de Tecnologia da Informação e se esta atende os requisitos da Lei 8666 e IN 04/2008	3 meses	3 auditores
9	**Área Auditada:** Diretoria de Tecnologia da Informação e Diretoria de Material e Patrimônio. **Conhecimento Específico:** Lei 8666/93 e informática, Resolução 182/2013-CNJ	**Risco:** inobservância de normas previstas na Resolução 182/2013-CNJ. **Relevância:** Cumprimento de formalidade e preceitos estabelecidos na Resolução nº 182/2013 CNJ	Auditoria Operacional	Avaliar se a Direotira de Tecnologia da Informação está cumprindo o que detminou o CNJ quando da Publicação da Resolução 182/2013	Envolve a verifcação e análise de processos licitatóris, no intuíto de verificar a aderencia dos mesmos ao que determina a Resolução 182/2013 - CNJ	3 meses	3 auditores
10	**Área Auditada:** Diretoria de Tecnologia da Informação e Diretoria de Material e Patrimônio. **Conhecimento Específico:** Lei 8666/93, Lei 10520/02 e informática	**Risco:** descumprimento do contrato. **Relevância:** Elevados valores envolvidos e cumprimento de preceitos legais	Auditoria Operacional	Avaliar o contrato 156/2015 firmaddo entre o TJSC e a Empresa Software One - cujo obejto é a renovação e aquisição de novas licenças do Software Assurance por 36 meses e contratação de serviços especializados de suporte, instalação e de customização dos *softwares* contratados.	Envolve a verifcação e a avaliação dos cumprimentos dos termos dos contrato, em especial aos pagamentos efetuados pela prestação de serviços especializados de suporte, instalação e de customização dos softwares contratados	3 meses	3 auditores
11	**Área Auditada:** Diretoria de Orçamento e Finanças. **Conhecimento Específico:** Regimento de Custas, Lei n. 8067/90, Resolução n. 4/04-CM, Manual de perguntas e respostas do FRJ	**Risco:** Falta de recolhimento, recolhimento parcial ou a menor e recolhimento indevido. **Relevância:** Elevados valores envolvidos, prejuizo ao erário.	Fiscalização	Fiscalização dos atos praticados pelos cartórios extrajudiciais que incidem Fundo de Reaparelhamento da Justiça-FRJ	Verificar, por amostragem, a regularidade nos recolhimentos destinados ao FRJ, efetuados pelos cartórios extrajudiciais das comarcas de: Santo Amaro da Imperatriz, Camboriú, Navegantes, Curitibanos, Gaspar, Urussanga, Videira, São Miguel do Oeste, São José do Cedro e Coronel Freitas	Mar/16 a nov/16	3 auditores

12	**Área Auditada**: Diretoria de Orçamento e Finanças e Assessoria de Planejamento. **Conhecimento Específico:** PPA, LOA, orçamento, contabilidade pública e Instrução Normativa 20/15-TCE	**Risco**: Inobservância dos objetivos dos programas e normativos **Relevancia:** cumprimento dos preceitos legais e verificação da gestão.	Fiscalização	Realizar fiscalização da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional: cumprimento das metas do PPA e LOA (execução orçamentária); gestão financeira (aplicações, pagamentos, comportamento da receita e aplicações); exame de registros contábeis; avaliação dos controles e registros de bens patrimoniais; prestações de contas; balancetes	Exame por amostragem das operações	fev/16 a dez/16	2 auditores
13	**Área Auditada:** Diretoria de Material e Patrimônio. **Conhecimento Específico:** Lei 8666/96; Lei 10520/02 e IN 20/2015 - TCE.	**Risco:** impropriedade no procedimento licitatório que podem resultar em uso inadequado de recusosna. **Relevância:** Cumprimento de formalidades e preceitos legais	Auditoria de conformidade	Análise quanto a regularidade dos processos de licitação, dispensa e inexigibilidade.	Exame por amostragem de processos de licitação, dispensa e inexigibilidade.	3 meses	4 auditores
14	**Área Auditada:** Diretoria de Orçamento e Finanças. **Conhecimento Específico:** Orçamento e Contabilidade pública, LC 101/2000 e a Portaria STN nº 553 de 22/10/2014, IN TCE 20/2015	**Risco**: Inobservância da legislação que estabelece forma e limites com despesa de pessoal. **Relevância**: Cumprimento de formalidades e preceitos legais.	Fiscalização	Verificação da regularidade dos valores descritos nos relatórios de gestão fiscal e se sua forma está de acordo com o normativo, bem como se os percentuais de despesas de pessoal estão dentro dos limites estabelecidos na Lei.	Exame quadrimestral dos processos que tratam do relatório de gestão fiscal	jan/16, maio/16 e set/16	2 auditores
15	**Área Auditada:** Diretoria de Gestão de Pessoas. **Conhecimento Específico:** Legislação previdenciária IN TCE 11/2011 e 20/2015.	**Risco:** inobservância dos normativos. **Relevância:** cumprimento de formalidades e preceitos normativos	Fiscalização	Fiscalização da gestão de recursos humanos: avaliação da legalidade de ato de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadoria;	Exame de todos os processo de admissão e de concessão de aposentadoria	jan/16 a dez/16	2 auditores
16	**Área Auditada:** Diretoria de Orçamento e Finanças. **Conhecimento Específico:** Resolução n. 6/2011-CM; sistemas informatizados (SAJ)	**Risco:** Inobservância da legislação e ressarcimentos incorretos. **Relevância:** Cumprimento de preceitos legais e grande volume de recursos de terceiros administrados e quantidade de operações semanais	Fiscalização	Verificar a regularidade e os controltes nos ressarcimentos aos servidores que cumpriram os mandados	Exame por amostragem nos sistemas de gerenciamento de processos (SAJ) e de pagamento	2 meses	3 auditores

17	**Área Auditada:** Diretoria de Gestão de Pessoas. **Conhecimento Específico:** Plano de cargos, contratos de mão de obra terceirizada, IN TCE 20/2015, LC 101/2000 e legislação previdenciária.	**Risco**: Inobservancia de preceitos legais e pagamentos que podem comprometer o limite imposto pela Lei.Exames previstos na Instrução Normativa 20/15-TCE. **Relevância**: Cumprimento de preceitos legais e gestão dos gastos decorrentes da folha	Auditoria de Gestão	Análise da situação do quadro de pessoal efetivo e comissionados, contratações temporárias e terceirizados, admissões e exonerações, cessão e requisição de pessoal e concessão de aposentadorias e dos reflexos na gestão e nos resultados	Exame do quadro de pessoal no início e no final do ano	1 mês	2 auditores

Escala para Risco e Relevância Moderados:
Elevados: Alto risco material ou alto risco de imagem associados ao impacto de eventuais falhas.
Moderado risco material ou moderado risco de imagem associados ao impacto de eventuais falhas.
Reduzidos: Baixo risco material ou baixo risco de imagem associados, mas realizado por questões normativas.

3. QUANTITATIVO DOS TRABALHOS/DOCUMENTOS DE AUDITORIA PRODUZIDOS EM 2016

Durante o exercício de 2016 foram realizados os seguintes trabalhos:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Informação	101
Parecer	1.360
Relatório	57
Ofícios Expedidos Diversos	23
Ofícios Expedidos – FRJ	290
TOTAL	**1.831**

4. ÁREAS DE ATUAÇÃO E OBJETOS DE ANÁLISE

4.1. Diretoria de Gestão de Pessoas

- Processos de aposentadoria de servidores;
- Processos de aposentadoria de magistrados;
- Processos de revisão de aposentadoria;
- Processos de nomeação e de exoneração de servidores;
- Processos de nomeação de Magistrados;
- Auditoria nos pagamentos - folha de pagamento (exercício findo, rubricas 458 e 641);
- Auditoria nos Recolhimentos do INSS e informações na GFIP;
- Auditoria nos controles internos da Divisão de Remuneração e Benefícios.
- Auditoria nos pagamentos do benefício do auxílio funeral;
- Auditoria nos controles internos da seção de registros funcionais;
- Auditoria nas gratificações pagas aos Técnicos de Suporte de Informática;
- Auditoria de acompanhamento da folha de pagamento (relatório trimestral);
- Controle e envio de informações do módulo de Atos de Pessoal, do sistema e-Sfinge (Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão), para o TCE.

4.2. Compras, Licitações, Contratos e Gestão de Bens

- Análise dos editais cujos valores estimados correspondem a uma concorrência;
- Auditoria de processos licitatórios para contratação de serviços terceirizados;
- Auditoria nos pagamentos mensais dos contratos de terceirização;

- Análise dos processos de liberação de verbas trabalhistas contingenciadas com base nas Resoluções nºs 98/2009 e 183/2013, do CNJ;
- Análise nos procedimentos relativos à execução e pagamento dos contratos de terceirização de serviços com mão de obra continuada;
- Auditoria na Gestão de Contratos que estão sob responsabilidade da Diretoria de Tecnologia da Informação;
- Auditoria nos processos licitatórios;
- Controle e envio de informações do módulo de Atos Jurídicos, do sistema e-Sfinge (Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão), para o TCE.

4.3. Obras e Serviços de Engenharia

- Análise de todos os pagamentos de parcelas contratuais e cronograma físico-financeiro;
- Análise dos aditivos de contrato;
- Análise dos editais e dos processos de licitação;
- Fiscalização da execução, com visita in loco, da obra da torre I, 5º, 5ºA e 6º andares;
- Consultoria em diversos aditivos, mediante solicitação do Diretor-Geral Administrativo.

4.4. Contábil, Orçamentária e Financeira

- Análise dos balancetes mensais e dos balanços anuais;
- Análise dos relatórios de gestão fiscal;
- Elaboração do relatório bimestral de controle interno encaminhados ao Tribunal de Contas;
- Acompanhamento da regularidade fiscal do Tribunal de Justiça e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ, junto ao Tesouro Nacional, INSS, Receita Federal, Governos Estadual e Municipal e demais Órgãos de proteção ao crédito;
- Análise nos processos de prestação de contas de adiantamentos;
- Fiscalização – Ressarcimento aos Oficiais de Justiça;
- Fiscalização para cumprimento da IN nº 20/2015 do TCE, pagamentos diversos;

4.5. Auditoria de Sistemas e de Bens de Informática

- Análise dos editais de TI, com valores equivalentes a concorrência;
- Análise dos processos licitatórios quanto aos procedimentos determinados pela Resolução nº 182/2013 do CNJ;
- Auditoria operacional para avaliação do contrato 156/2015 - (Renovação e aquisição de licenças do Software Assurance, pelo prazo de 36 meses, e contratação de serviços técnicos especializados de suporte, de instalação, de atualização e customização dos softwares contratados);

4.6. Auditoria Judicial – Fiscalização nos recolhimentos do FRJ

- Auditorias virtuais em Cartórios Judiciais – todas as comarcas – FRJ – Custas iniciais pendentes;
- Fiscalização virtual no recolhimento das custas iniciais para processos sem concessão de Justiça gratuita ou dispensa/isenção legal de recolhimento;
- Auditoria no sistema de ressarcimento de conduções aos oficiais de justiça – todas as comarcas;
- Auditoria Especial em processos judiciais redistribuídos da 2ª para 3ª vara Cível da Comarca de São José (atual Vara de Direito Bancário), 805 processos, atos do escrivão para conta do Sr. Wilson Jensen, a ser restituído ao FRJ.

4.7. Auditoria em Cartórios Extrajudiciais – FRJ

- Fiscalização nas cobranças dos valores destinados ao Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ conforme demonstrativo a seguir;
- Análise, com emissão de pareceres, dos recursos apresentados pelos serventuários notificados;

- Reanálise dos processos referente à quitação de valores;
- Notificação e acompanhamento dos pagamentos e quitações provenientes das fiscalizações realizadas;
- Encaminhamento dos valores a serem inscritos em Dívida Ativa;
- Sugestão de exclusão de serventias desativadas do sistema de geração de boletos.

4.8. Demonstrativo das fiscalizações realizadas por comarca

COMARCA	REALIZAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO	VALOR NOTIFICADO
URUSSANGA	30/05/2016 a 03/06/2016	27.368,70
NAVEGANTES	27/06/2016 a 01/07/2016	1.694,06
CAMBORIÚ	27/06/2016 a 01/07/2016	35.199,07
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	18/07/2016 a 22/07/2016	27.603,29
GASPAR	22/08/2016 a 26/08/2016	72.712,37
VIDEIRA	11/09/2016 a 16/09/2016	152.304,10
CORONEL FREITAS	24/10/2016 a 28/10/2016	27.523,35
SÃO JOSÉ DO CEDRO	24/10/2016 a 28/10/2016	7.532,25
SÃO MIGUEL DO OESTE	24/10/2016 a 28/10/2016	55.737,96
CURITIBANOS	28/11/2016 a 02/12/2016 (em andamento)	34.094,25
TOTAL		**441.769,40**

De acordo com o demonstrativo, foram realizadas fiscalizações em 10 comarcas (50 serventias), resultando em notificações que somam a quantia de R$ 441.769,40.

5. OCORRÊNCIAS RELEVANTES

A seguir apresentamos as recomendações relevantes, em pareceres e relatórios:

5.1. Processos de Pagamento e Contratos de Serviços Continuados de Mão de Obra Terceirizada

5.1.1. Processos de pagamentos
Falta de comprovantes de depósitos e folhas de pagamentos dos prestadores de serviços, bem como anexação equivocada de documentos, decorrente da ausência de comprovação de conferência de documentos trabalhistas, ante a falha do controle interno. Providências em monitoramento.

5.1.2 Auditoria de conformidade nos Contratos de Licitação para a Contratação de Serviços Terceirizados
Ausência de pesquisa de preços de mercado; preferência pelo pregão presencial ao pregão eletrônico, sem a devida justificativa; valores idênticos de propostas entre as empresas concorrentes e a vencedora. Providências em implantação.

5.2. Fiscalização do recolhimento das custas judiciais

- Recuperação de valores decorrentes da auditoria especial (inspeção) na Comarca de São José.
- Recuperação de valores decorrentes de fiscalização de custas iniciais pendentes, identificação de pagamentos agendados já vencidos e sem confirmação de pagamento.
- Propostas de melhorias no sistema de ressarcimento de conduções visando o aprimoramento do sistema (relatórios e controles de valores a devolver para a parte).

5.3. Fiscalização no recolhimento do FRJ – extrajudiciais

5.3.1. Notificações relevantes, decorrentes da fiscalização nos recolhimentos do FRJ, nos cartórios extrajudiciais de: Ofício de Registro de Imóveis de Camboriú, Ofício de Registro de Imóveis de Videira, Ofício de Registro de Imóveis de Gaspar, Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos de São Miguel do Oeste.

5.4. Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP

5.4.1. Achado: não comprovação dos procedimentos de fiscalização pela DGP, sobre os encargos trabalhistas e previdenciários em todos os contratos de serviços terceirizados com mão de obra continuada. Providências: Até o momento não foram adotadas as providências, sob o argumento de não contar com adequada estrutura de pessoal e capacitação, aguarda a conclusão do grupo de trabalho instituído pela Portaria nº 80/2015, publicada no Diário da Justiça de 27/1/2015, criado para aprimorar a fiscalização dos contratos de serviços terceirizados com mão de obra continuada.

5.4.2. Achado: recolhimentos de INSS realizado além do prazo legal, com pagamento de juros e multa de mora. Providência: Que a Seção de Regime Geral da Previdência, estabeleça controle sobre os processos referentes a Guia do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - GFIP para que, havendo eventuais alterações dos registros funcionais com repercussão sobre recolhimentos de INSS, seja providenciada a devida regularização, conforme o caso: compensação de valores recolhidos a maior em competências posteriores ou recolhimento complementar, com retificação da GFIP da competência. Conforme informações da DGP e monitoramento dessa Auditoria, a referida Seção já vem providenciando as regularizações.

5.4.3. Achado: Faltam os originais: Processo de Averbação de Tempo de Serviço (INSS), Ipesc e Certidão da Comarca de que não responde a processo disciplinar. Providência: Encaminhado à DGP em 25/02/2016. Cumprido em parte em 29/03/2016. Reenviado em 29/03/2016, pois faltou o processo de averbação de tempo de serviço que se encontra no arquivo. Cumprido em 05/04/2016.

5.4.4. Achado: Numeração truncada (pág. 02, como se fosse a 03). Providência: Encaminhado à DGP para providências em 04/03/2016.

5.4.5. Achado: Triênio equivocado, em vez de 36% deve constar 33%. Providência: Encaminhado à DGP para providências em 28/03/2016. Cumprido em 31/03/2016.

5.4.6. Achado: Faltou anexar o processo de averbação de tempo de serviço, certidão original (consta no Arquivo). Providência: Encaminhado à DGP em 06/04/2016. Cumprido em 19/04/2016.

5.4.7. Achado: Falta declaração de que não acumula cargo público. Providência: À DGP para as devidas providências em 01/04/2016. Cumprido em 11/04/2016.

5.4.8. Achado: Ato de aposentadoria fixado na contracapa, contrariando o art. 12, §2º, da Resolução Conjunta GP-CGJ nº 5, de 11/07/2014. Providência: Encaminhado à DGP em 06/04/2016. Cumprido em 07/04/2016.

5.4.9. Achado: Ato e publicação da aposentadoria com a lotação equivocada. Providência: Solicitado o processo em 12/04/2016, retificado o parecer em 13/04/2016.

5.4.10. Achado: Paginação truncada, contrariando o disposto na Resolução Conjunta GP-CGJ nº 5, de 11/07/2014. Providência: Encaminhado à DGP para providências em 14/04/2016. Cumprido em

15/04/2016.

5.4.11. Achado: Data de ingresso no cargo e na carreira equivocadas. Providência: Encaminhado à DGP/DRF para providências em 19/05/2016. Cumprido em 25/05/2016.

5.4.12. Achado: Numeração truncada, Res. GP/CGJ nº 5/2014, art. 10, §3º. Providência: Encaminhado à DGP/DRF para providências em 19/05/2016.

5.4.13. Achado: Numeração truncada, Res. GP/CGJ nº 5/2014, art. 10, §3º. Informação referente a servidor alheio ao processo, pág. 29. Providência: Encaminhado à DGP/DRF para providências em 19/05/2016. Cumprido em relação ao servidor, porém foi devolvido em 23/05, pois não foi feita a renumeração. Reenviado, pois não foi renumerado novamente. Cumprido em 27/05/2016.

5.4.14. Achado: Falta declaração da Secretaria do Foro, informando acerca de pendência junto à Biblioteca. Providência: Encaminhado à DGP para providências em 20/05/2016. Cumprido em 01/06/2016.

5.4.15. Achado: Numeração truncada, Res. GP/CGJ nº 5/2014, art. 10, §3º. Providência: Encaminhado à DGP/DRF para providências em 23/05/2016. Cumprido em 25/05/2016.

5.4.16. Achado: Nome constante no ato de nomeação diferente do documento de identidade. Providência: Encaminhado à DGP para retificação em 26/08/2016.

5.4.16. Achado: Há promoção pendente, 01 promoção por desempenho ANS-12/A, não atualizada. Providência:

5.4.17. Achado: Três volumes fora de ordem e com paginação truncada. Faltou juntar o demonstrativo de composição de tempo de contribuição. Encaminhado à DGP para regularização. Providência: Encaminhado à DGP para regularização. Encaminhado à DGP, pela terceira vez, em 30/08/2016. Cumprido em 31/08/2016.

5.4.18. Achado: Faltou juntar o demonstrativo de composição do tempo de contribuição. Encaminhado à DGP para regularização. Há, também promoção pendente, 01 promoção por desempenho ANS-12/J, não atualizada. Providência: Encaminhado à DGP para regularização.

5.4.19. Achado: Falta juntar os dados funcionais com o registro da aposentadoria e o último ingresso no serviço público sem interrupão. Falta ainda o Demonstrativo da Composição do Tempo de Contribuição, tudo de acordo com o disposto na IN nº TC 11/2011 (IN nº TC 23/2016). Datas de ingresso no cargo e na carreira equivocadas. Providência: Encaminhado à Coomagis em 31/08/2016. Cumprido em 12/09/2016. Reencaminhado à Coomagis para retificação em 13/09/2016. Cumprido em 14/09/2016.

5.4.20. Achado: Falta juntar os dados funcionais com o registro da aposentadoria e o último ingresso no serviço público sem interrupão. Falta ainda o Demonstrativo da Composição do Tempo de Contribuição, tudo de acordo com o disposto na IN nº TC 11/2011 (IN nº TC 23/2016). Datas de ingresso no cargo e na carreira equivocadas. Providência: Encaminhado à Coomagis em 31/08/2016. Cumprido em 12/09/2016. Reencaminhado à Coomagis para retificação em 13/09/2016. Cumprido em 14/09/2016.

5.4.21. Achado: Falta o comprovante de exoneração do cargo público anterior. Providência: Encaminhado à DGP para providências em 14/09/2016. Cumprido em 18/11/2016.

5.4.22. Achado: Dados do funcionário equivocados, pág. 46. Falta a informação do regime jurídico. Providência: Encaminhado à DGP para providências. Cumprido em 23/09/2016.

5.4.23. Achado: Faltou a comunicação ao IPREV, bem como o demonstrativo do tempo de contribuição. Providência: Encaminhado à DGP para providências em 19/09/2016. Cumprido em 29/09/2016.

5.4.24. Achado: Falta o Demonstrativo da Composição do Tempo de Contribuição (IN nº TC 11/2011). Providência: Encaminhado à DGP para providências em 21/09/2016. Cumprido em 30/09/2016.

5.4.25. Achado: Falta anexar o comprovante de cancelamento da OAB. Providência: Encaminhado à DGP para providências em 21/10/2016.

5.4.26. Achado: Numeração truncada, entranhamento de processos. Providência: Encaminhado à Coomagis com a recomendação, verbal, de corrigir a paginação antes do encaminhamento ao TCE.

5.4.27. Achado: Faltou anexar o comprovante de exoneração do cargo público anterior. Providência: Encaminhado à DGP em 03/11/2016.

5.4.28. Achado: Falta anexar a certidão do Conselho da Magistratura, informando se o servidor responde ou não a processo administrativo.
- Providência: Encaminhado à DGP para providências em 26/10/2016. Cumprido em 27/10/2016, substituída a página 35 que estava em duplicidade, e substituída pela correta, Conselho da Magistratura (ver data no rodapé).

5.4.29. Achado: Falta anexar as certidões da Corregedoria e do Conselho da Magistratura, informando se responde ou não a processo administrativo.
- Providência: Encaminhado à DGP para correção em 07/11/2016. Cumprido em 17/11/2016.

5.4.30. Achado: Falta anexar a certidão do Conselho da Magistratura, informando se o servidor responde ou não a processo administrativo.
- Providência: Encaminhado à DGP para providências em 31/10/2016.

5.4.31. Achado: Falta de documentos, e juntada de documento não pertencente ao servidor a ser nomeado.
- Providência: Encaminhado à DGP para providências em 21/07/2016.

5.4.32. Achado: Falta de indicação de regime Jurídico.
- Providência: Encaminhado à DGP para providências em 27/07/2016.

5.4.33. Achado: Falta da declaração de não ter sofrido penalidade.
- Providência: Encaminhado à DGP para providências em 01/08/2016.

5.4.34. Achado: Correção em ficha funcional, grau de Instrução informado, em desacordo com a exigência para o cargo.
- Providência: Encaminhado à DGP para providências em 11/08/2016.

5.4.35. Achado: Falta de juntada de Declaração de não ter sofrido penalidades no exercício de cargo público.

- Providência: Encaminhado à DGP para providências em 29/08/2016.

5.4.36. Achado: Falta de juntada de Ficha de Histórico Funcional - Dados dos Funcionário.
- Providência: Encaminhado à DGP para providências em 31/08/2016.

5.4.37. Achado: Pedido de Análise pela DGA, em virtude de nomeação ter sido realizada em desacordo com o parecer do Diretor-Geral Administrativo, visto este ter determinado o indeferimento.
- Providência: Encaminhado à DGA para providências em 05/09/2016.

5.4.38. Achado: Falta juntada de comprovante de publicação.
- Providência: Encaminhado à DGP para providências em 23/09/2016.

5.4.39. Achado: Falta de registro de regime jurídico.
- Providência: Encaminhado à DGP para providências em 23/09/2016.

5.4.40. Achado: Falta de registro de regime jurídico.
- Providência: Encaminhado à DGP para providências em 26/09/2016.

5.4.41. Achado: Falta assinatura terceiro integrante da Junta médica.
- Providência: Encaminhado à DGP para providências em 29/09/2016.

5.4.42. Achado: Falta assinatura terceiro integrante da Junta médica.
- Providência: Encaminhado à DGP para providências em 29/09/2016.

5.4.43. Achado: Falta de registro de regime jurídico.
- Providência: Encaminhado à DGP para providências em 05/10/2016.

5.4.44. Achado: Falta de juntada de Ficha de Histórico Funcional - Dados dos Funcionário.
- Providência: Encaminhado à DGP para providências em 24/10/2016.

5.4.45. Achado: Falta de juntada de Ficha de Histórico Funcional - Dados dos Funcionário.
- Providência: Encaminhado à DGP para providências em 24/10/2016.

5.4.46. Achado: Falta de juntada de Ficha de Histórico Funcional - Dados dos Funcionário.
- Providência: Encaminhado à DGP para providências em 25/10/2016.

5.4.47. Achado: Declaração de bens incompleta.
- Providência: Encaminhado à DGP para providências em 07/11/2016.

5.5. Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI

Em monitoramento do trabalho de auditoria realizado, em 2015, no Contrato nº 172/2013 (implantação do SAJ/PG5), verificou-se que o contrato buscou disciplinar o controle sobre a execução dos serviços, com a previsão de documentos para o seu recebimento, e com a definição de acordos de níveis de serviço. Entretanto, percebeu-se que, na fase de execução, nem todos os documentos exigidos foram elaborados e entregues pela Contratada. Assim, a equipe gestora do contrato, para atender aos pedidos desta Auditoria, necessitou consultar a empresa contratada sobre a existência dos documentos, além de outras informações sobre a execução do contrato, demonstrando, com isso, o desconhecimento de algumas das obrigações contratuais, e, portanto, o não acompanhamento de seu regular cumprimento.

5.6. Diretoria de Material e Patrimônio – DMP

5.6.1. No Relatório AUDI n. 568/2016, contido no SPA nº 7958/2015 - Auditoria de Conformidade – Processos de licitação de serviços terceirizados com mão de obra continuada – período de 2008 a 2015, constatou-se que as recomendações e sugestões apresentadas por esta Auditoria Interna já estão sendo objetivamente implantadas e/ou implementadas, conforme monitoramento efetuado no processo SPA 6672/2016 (Pregão Eletrônico nº 266/2016), tais como a adoção de pregão eletrônico, capacitação de toda a equipe de trabalho envolvida nos processos, entre outras ações, que, inclusive, já faziam parte de um planejamento interno daquela diretoria, conforme informado no mencionado processo.

5.7. Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA

5.7.1. Avaliação nos pagamentos (IN TC 20/2015)
Situação encontrada: Pagamento de Ordem de Serviço em duplicidade (SPA nº 12687/2016).
Providência: Valor devolvido.

5.7.2. SPA nº 6212/2015 - Aditivo inicialmente concedido no valor de R$ 422.134,67, após análise desta auditoria o valor aditado foi de R$ 157.865,33, (diferença de R$ 264.269,34), haja vista que a Unidade não considerou os reajustes já concedidos e o novo preço do dólar.

6. CONCLUSÃO

As atividades da Auditoria Interna ao longo de 2016 contribuíram para o aperfeiçoamento nos procedimentos desenvolvidos pelas diversas unidades, bem como na ação preventiva de atos irregulares/ineficazes. Com isso, proporcionou à Administração deste Tribunal mais segurança para com os órgãos de controle externo, Tribunal de Contas de Santa Catarina - TCE e Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o que pode ser comprovado pelo ínfimo número de diligências e pela melhoria nos procedimentos internos decorrentes da ação de controle.

CASA MILITAR

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Embora as atividades da Casa Militar estejam ligadas diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, as suas atuações vão muito além do Gabinete. Age de forma contínua e ininterrupta em todo o Estado, prestando informações, orientações e suporte técnico às Comarcas e seus diretores. Integra, desde 2014, por intermédio da Resolução nº 7/GP de 19 de março, o Conselho de Segurança Institucional, órgão que passou a aglutinar as estratégias de segurança nas áreas de prevenção, reação e investigação, estabelecendo uma atuação conjunta entre a Casa Militar e outros setores.
As atividades desenvolvidas no ano foram relacionadas abaixo e sofreram aprimoramento ao longo do período, sempre no sentido de melhor atender a comunidade judiciária, especialmente aos Desembargadores, Magistrados e Servidores.
Ações que visam promover a segurança pessoal e/ou das instalações são cada vez mais a prioridade. Investimentos em tecnologia buscam majorar os sistemas já existentes, enquanto outros projetos e ferramentas são criados e adaptados à rotina das unidades e das pessoas. É a prevenção protegendo a vida e o bem público.

2. GUARDA DAS SEGUINTES UNIDADES NA GRANDE FLORIANÓPOLIS

- Tribunal de Justiça
- Fórum da Capital
- Fórum Norte da Ilha
- Fórum Eduardo Luz
- Fórum do Continente (Estreito)
- Vara da Infância e Juventude
- Almoxarifado e Gráfica
- Fórum de Santo Antônio de Lisboa

Guarda em Fóruns do interior
Em 2008 a Casa Militar passou a efetuar contratação de policiais militares inativos, conforme as prescrições da Lei Complementar nº 380 de 3 de maio de 2007. Com essa atuação, foi possível oferecer melhores condições de segurança aos Fóruns do interior do Estado, área especialmente carente de policiais militares do corpo ativo. Hoje, 106 (cento e seis) Fóruns contam com o serviço. Além da presença policial, todas as unidades do Poder Judiciário contam com vigilância privada 24 horas.

3. SEGURANÇA DAS CÂMARAS CRIMINAIS, GRUPO DE CÂMARAS, TRIBUNAIS DE JÚRI E UNIDADE DE APURAÇÃO DE CRIMES PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

Todas as sessões das Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça, Grupo de Câmaras e dos Tribunais de Júri da capital recebem policiamento presencial do efetivo da Casa Militar, proporcionando segurança e tranquilidade para o bom andamento dos trabalhos. O planejamento é realizado com antecedência, conforme calendário encaminhado. Da mesma forma, atua-se nas audiências da Unidade de Apuração de Crimes Praticados por Organizações Criminosas.
Em 2016, algumas audiências especiais e julgamentos do Tribunal de Júri da capital, São José, Indaial e Palhoça receberam maior atenção no planejamento e na execução, em razão de envolverem réus diretamente ligados a facções criminosas organizadas e de alta periculosidade. Entre esses, pode-se citar especialmente a audiência promovida pela Unidade de Apuração de Crimes Praticados por Organizações Criminosas ocorrida nos dias 27 e 28 de julho, no Fórum da capital, momento em que 30 (trinta) réus presos e presentes foram ouvidos, movimentando mais de 100 (cem) pessoas, dentre advogados,

servidores, policiais militares de várias especializações, agentes prisionais e terceirizados. A repercussão e os efeitos sobre a segurança do magistrado, servidores e jurados envolvidos impôs a necessidade da aplicação de um sistema especial de segurança que antecedeu o evento e permaneceu até o dia posterior. Outras audiências da mesma unidade e com a participação de réus envolvidos com o crime organizado também se repetiram durante o ano nos meses subsequentes, recebendo a mesma atenção e planejamento especial.

4. JULGAMENTO ESPECIAL DA 4º CÂMARA CRIMINAL

A 4ª Câmara Criminal, presidida pelo Desembargador Jorge Shaefer Martins, transferiu a sessão de julgamento da chamada "Operação Fundo do Poço" para o Tribunal Pleno da Corte, em razão da amplitude dos trabalhos, a participação de diversas testemunhas e a quantidade de réus.
A segurança, entre outras questões, foi um tema considerado relevante e recebeu atenção especial, produzindo um sistema de segurança amplo e proporcional.

5. AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO E MUNIÇÃO PARA MAGISTRADOS

Além da instrução específica ministrada aos Magistrados, a Casa Militar orienta a aquisição de armas, providência a documentação e acompanha sua tramitação na Policia Federal (SINARM) ou no Exército Brasileiro (SIGMA), nos casos de armas de calibre permitido e restrito respectivamente. Propicia, ainda, informações técnicas quanto à arma e à munição ideal, conforme as características pessoais do adquirente e a modalidade desejada de aplicação do equipamento.

6. GERENCIAMENTO E RECOLHIMENTO DE ARMAS DOS FÓRUNS

O programa de recolhimento de armas desvinculadas de processo dos Fóruns em todo o Estado é uma das atividades imprescindíveis à segurança orgânica, gerando efeitos positivos no ambiente de trabalho e, por consequência, nas atividades jurisdicionais.
Além do armamento recolhido, há também o envio para destruição de munições e produtos congêneres, tais como cartuchos, chumbo e pólvora.
A atuação da Casa Militar nesse evento, além de repassar orientações específicas referentes às armas em geral, estimula a ligação entre os Diretores de Fórum e Chefes de Secretarias com as 9 Unidades Militares do Exército, o que demanda contatos formais com os Comandantes e oficiais do Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados -SFPC daquelas Unidades, órgão receptor e destruidor das armas.
O translado das armas e produtos, além da sua conferência nos Fóruns e no Exército, é realizado por intermédio de escolta, com segurança armada da Casa Militar.
Neste ano de 2016 foram recolhidas armas e produtos de 107 Fóruns (de forma repetida em algumas unidades), conforme o quadro abaixo. Desde a implantação desse serviço em 2006, já foram recolhidas um número superior a 35 mil armas.

ARMAS	4.250
MUNIÇÕES/PRODUTOS	31.300

7. ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO NA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE SEGURANÇA

A Casa Militar promove e acompanha, através de técnicos especializados e parceria com outras diretorias, a elaboração de Projetos de CFTV, controles de acesso aos prédios e outros meios de proteção física nos Fóruns do Estado.

Participa da avaliação final dos projetos de construção e reforma dos Fóruns, auxiliando na percepção de melhorias ainda possíveis de serem executadas e que terão reflexo na segurança do ambiente.
Integra, ainda, o grupo de trabalho responsável em elaborar e implantar um modelo piloto de Fórum, com todos os recursos de acessibilidade e segurança.

8. SERVIÇO DE PROTEÇÃO A MAGISTRADOS

Uma das atividades intrínsecas à Casa Militar é a proteção pessoal do Presidente do TJSC, Desembargadores e Magistrados de Santa Catarina. Em 2014 esta atividade foi intensificada e compartilhada com a criação do Conselho de Segurança Institucional. Em 2016 a parceria foi mantida nos atendimentos àqueles em situação de risco.
Mantemos um Núcleo de Atividades Especiais composto por policiais militares da Casa Militar com o fito específico de proteger e resguardar a vida dos Magistrados sob ameaça ou risco. Magistrados que presidiram Tribunais de Júri com réus integrantes do crime organizado ou com periculosidade reconhecida foram acompanhados por equipe de escolta pessoal antes, durante e após o evento.
Da sua gênese até hoje, foram desenvolvidos diversos trabalhos de proteção e apoio operacional à segurança pessoal de Magistrados e familiares. Deixamos de constar o número de atuações por ano neste relatório, por considerar essa informação de caráter sigiloso, embora possamos afirmar que já foram mais de 500 dias empregados em atividades de segurança pessoal e/ou intervenções de apoio a emergências. Eventos de grande porte e importância que contaram com a participação de autoridades do Poder Judiciário brasileiro também receberam o apoio operacional da Casa Militar.

9. PARTICIPAÇÃO NOS EVENTOS DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

A Casa Militar participa, quando requisitada, da segurança dos eventos da Corregedoria-Geral da Justiça, além das diligências ordinárias e extraordinárias nos estabelecimentos penais.

10. IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE CFTV NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Manutenção da aplicação do sistema do CFTV na Torre II e estacionamento como ferramenta fundamental do sistema de segurança aplicado à área física do TJ.
O projeto de ampliação do equipamento à Torre I já está em fase de licitação e aguarda-se para o próximo ano. Da mesma forma, um projeto piloto foi elaborado para estudo e implantação no Fórum Central da Capital.

11. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO IMPRESSA OU ELETRÔNICA DE ORIENTAÇÕES RELACIONADAS À SEGURANÇA

Mantivemos a distribuição dos manuais e cartilhas de segurança. Encaminhamos aos Desembargadores e Magistrados orientações e notas preventivas relacionadas à segurança e a tomada de decisão diante às diversas situações do dia a dia. Compomos, ainda, comitiva do Conselho de Segurança Institucional que recebeu a incumbência de dialogar com os juízes do interior do Estado, objetivando dirimir dúvidas e estabelecer procedimentos e práticas positivas de segurança.

12. PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS DIVERSOS

Além das atividades executadas já descritas, outras contam com a participação da Casa Militar de forma ordinária, como os Mutirões de Conciliação e Mutirões Carcerários.

13. CONTROLE DE ACESSO A PESSOAS PORTANDO ARMA DE FOGO

Mantêm-se nos Fóruns os meios logísticos necessários para empregar o controle de acesso de pessoas armadas, conforme estabelecem as Resoluções nº 26/2011-GP e nº 22/2011-GP. Planeja-se a inclusão de outros meios de detecção e impedimento à entrada de artefatos perigosos.

14. ATENDIMENTO ININTERRUPTO

O atendimento às necessidades emergenciais de Magistrados e Servidores foi mantido de forma ininterrupta durante o ano, com disponibilidade de acionamento por telefone 24 horas.

15. ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS E/OU ALTERAÇÕES NORMATIVAS

A Casa Militar elaborou e encaminhou à aprovação minutas de Resolução que tratam sobre a matéria segurança, bem como sugeriu alterações em normas já estabelecidas.
Podemos citar a idealização e elaboração da Resolução GP n. 2/2016, que institui protocolo de segurança a ser adotado nos casos de magistrados ou de servidores colocados em situação de risco às suas integridades física ou psíquica em razão de suas atribuições funcionais; idealização e elaboração do Termo de Cooperação n. 1, visando estabelecer entre o TJSC e o MPSC, por intermédio de ações integradas, cooperação técnica, compartilhamento de informações de inteligência, contrainteligência e investigação, esforços para melhor atuação e resposta às ocorrências de ameaças ou situações análogas de risco que envolvam magistrados catarinenses; idealização e elaboração da minuta de alteração da Resolução GP n. 7/2014, que dispõe sobre a criação do Conselho de Segurança Institucional, definindo e acrescentando dispositivos na competência do seu Coordenador referentes à compra de armas e munições de calibre restrito por parte da magistratura.

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

A Coordenadoria de Magistrados é um órgão auxiliar da Presidência, disciplinado pelas Resoluções n. 22/2009-TJ e 23/2009-TJ.
Dentre suas atribuições, destacam-se:

1) o acompanhamento dos processos administrativos de interesse dos magistrados e da Presidência;
2) a supervisão das atividades administrativas do Gabinete da Presidência;
3) a delegação de competência para a prática de atos administrativos de interesse da magistratura catarinense afetos ao Presidente do Tribunal;
4) confecção da folha de pagamento dos Magistrados;
5) elaboração da pauta administrativa do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, com todos os atos pertinentes à movimentação na carreira da magistratura.

Além disso, a Juíza Coordenadora de Magistrados, em relação ao primeiro grau, é competente para proferir decisões acerca das seguintes matérias:

a) licenças para tratamento de saúde própria, por motivo de doença em pessoa da família, para repouso à gestante, paternidade, gala, nojo e prêmio;
b) lotação e relotação de juízes substitutos, designações de substituição e para suplência das turmas de recursos, bem como para responder interinamente pela direção do foro;
c) concessão de isenção do imposto de renda, abono de permanência, ajuda de custo aos empossados, averbação de tempo de serviço e inclusão de dependentes para fins de imposto de renda e previdenciários;
d) marcação, suspensão e autorização de gozo de férias, licença-prêmio e trânsito;
e) pagamento de auxílio funeral, gratificação dos instrutores e antecipação de 1/3 constitucional de férias;
f) elaboração de certidões e de declarações de interesse dos magistrados;
g) análise de questões administrativas relativas aos seus servidores.

As atividades da Coordenadoria englobam o trâmite de processos e as decisões sobre pedidos de afastamento de magistrados, requerimentos para participação em cursos de aperfeiçoamento no país e no exterior, compensação por folgas decorrentes de plantão, consultas a respeito de substituição legal nas comarcas, elaboração de escala de férias, prestação de informações e dados de produtividade dos magistrados ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho da Magistratura, recuperação de valores pagos a maior, encaminhamento de pleitos de criação e instalação de novas varas/comarcas, atendimento a familiares de magistrados falecidos, bem assim confecção de escala de plantão no âmbito do Tribunal e consulta para ocupação de gabinetes vagos.
Oportuno destacar, no decorrer deste ano, dentre outros números:

- 22.917 ligações recebidas e 11.618 ligações efetuadas, totalizando 34.535 atendimentos via telefone;
- 101.677 correspondências eletrônicas enviadas e recebidas;
- 1.703 portarias de designações, férias, licença-prêmio e demais licenças;
- 107 atos de movimentação (promoções, remoções, opções e aposentadorias).

Destaque-se que a Juíza Coordenadora de Magistrados participa como membro efetivo no Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – GMF/TJSC, bem como do Núcleo de Cooperação Judiciária no âmbito do Poder Judiciário.
Destarte, a Coordenadoria de Magistrados não mediu esforços para administrar a escassez de juízes substitutos no atual quadro da carreira da magistratura, utilizando-se para isso da designação para cumulação de unidades, nos termos da Resolução n. 34/2011-TJ.
Relaciona-se a seguir os processos administrativos de interesses pessoais de magistrados ativos, inativos e pensionistas analisados pela Coordenadoria no ano de 2016.

PROCESSOS		
1	Academia Judicial/Gratificação de Instrutor	77
2	Abono de permanência	36
3	Aposentadoria	27
4	Auxílio funeral	0
5	Autorização para frequência de curso no Brasil	2
6	Averbação de tempo de serviço	21
7	Devolução de valores	77
8	Diligência do Tribunal de Contas do Estado	9
9	Inclusão de dependente	22
10	Exclusão de dependente	1
11	Isenção do IR e IPREV	26
12	Licenças de saúde própria e em pessoa da família	118
13	Licença gala	6
14	Licença maternidade	8
15	Licença nojo	19
16	Licença paternidade	24
17	Licença-prêmio	90
18	Ressarcimento despesas/diárias/celular/combustível	78
19	Auxílio Saúde	73
20	Diversos	46

Foram prestados pela Coordenadoria de Magistrados também outros serviços importantes, compreendendo além da atualização e elaboração do Quadro de Antiguidade, a alimentação dos sistemas (Scua/SHF), o processamento da folha de pagamento dos magistrados, bem como a confecção, encaminhamento e publicação de diversos atos, tais como:

OUTROS SERVIÇOS		
1	Atos (nomeação / vitaliciamento / promoção / remoção / opção / permuta / aposentadoria)	107
2	Apostila de proventos	8
3	Certidões para ativos/inativos/pensionistas	56
4	Declarações para magistrados/dependentes	28
5	Despachos e pareceres	889
6	Comunicados	198
7	Atendimentos	34.535
8	Correspondências eletrônicas	101.705
	Recebidas	72.502
	Enviadas	29.203
9	Ofícios expedidos	194
10	Plantão Judicial de 2º Grau	28
11	Portarias expedidas	1.703
	Concessão de saldo para compensação de plantão	39
	Gozo de compensação de Plantão	26
	Alteração de período de trânsito	23
	Designações de magistrados	548
	Férias (marcação/suspensão/transferência)	693
	Licença gala	6
	Licença maternidade	8
	Licença nojo	19
	Licença paternidade	22

	Licença-prêmio (concessão/marcação/gozo/transferência)	206
	Licença de saúde própria e em pessoa da família	113
12	Relatórios diversos	15

MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA CATARINENSE

1. PRENCHIMENTO DE CARGO DE DESEMBARGADOR, DESTINADO À CARREIRA DA MAGISTRATURA:

1) Saul Steil
2) Newton Varella Júnior
3) Rodolfo Tridapalli
4) Odson Cardoso Filho
5) Gilberto Gomes de Oliveira
6) José Everaldo Silva
7) Volnei Celso Tomazini
8) Paulo Henrique Moritz M. da Silva
9) Leopoldo Augusto Brüggemann
10) Júlio César Knoll

2. PRENCHIMENTO DE CARGO DE DESEMBARGADOR PELO 5º CONSTITUCIONAL:

1) Vera Lúcia Ferreira Copetti

3. REMOÇÃO DE MAGISTRADOS PARA O CARGO DE JUIZ DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU:

1) José Maurício Lisboa
2) Carlos Roberto da Silva
3) Bettina Maria Maresch de Moura

4. PROMOÇÃO DE MAGISTRADOS NO PRIMEIRO GRAU

POR MERECIMENTO:

1) Lilian Telles de Sá Vieira, da Vara da Fazenda Pública, Acidentes de Trabalho e Registros Públicos da comarca de Palhoça para a 2ª Vara Cível da comarca de São José.
2) Eduardo Passold Reis, da comarca de Rio do Campo para a Vara Criminal da comarca de Curitibanos.
3) Lívia Borges Zwetsch, 1ª Juíza Substituta Vitalícia lotada na 7ª Circunscrição Judiciária, sediada na comarca de Araranguá, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Santa Rosa do Sul.
4) Rui César Lopes Peiter, 1º Juiz Substituto Vitalício lotado na 10ª Circunscrição Judiciária, sediada na comarca de Imbituba, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Lebon Régis.
5) Rafael Steffen da Luz Fontes, da comarca de Presidente Getúlio para a 3ª Vara Cível da comarca de Araranguá.
6) Gilberto Kilian dos Anjos, 1º Juiz Substituto Vitalício lotado na 5ª Circunscrição Judiciária, sediada na comarca de Criciúma, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Rio do Campo.
7) Rodrigo Tavares Martins, da 1ª Vara Cível da comarca de Indaial para a Vara da Família, Órfãos, Sucessões e Infância e Juventude da comarca de Rio do Sul.
8) Christian Dalla Rosa, da 1ª Vara da comarca de Xaxim para a 2ª Vara Cível da comarca de Xanxerê.
9) Manoelle Brasil Soldati, 2ª Juíza Substituta Vitalícia lotada na 23ª Circunscrição Judiciária, sediada na comarca de Itajaí, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Presidente Getúlio.
10) Murilo Leirião Consalter, da 2ª Vara Cível da comarca de Navegantes para a Vara da Família, Infância, Juventude, Órfãos e Sucessões da comarca de Palhoça.

11) Sônia Eunice Odwazny, da 1ª Vara Cível da comarca de Itapema para a Vara de Execuções Penais da comarca de São José.
12) Rubens Ribeiro da Silva Neto, da 2ª Vara da comarca de Capinzal para a 2ª Vara da comarca de Rio Negrinho.
13) Daniela Fernandes Dias Morelli, da Vara da Família, Infância, Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões da comarca de Xanxerê para a 2ª Vara Criminal da comarca de Jaraguá do Sul.
14) Horacy Benta de Souza Baby, da comarca de Ascurra para a 1ª Vara Cível da comarca de Indaial.
15) Karina Müller Queiroz de Souza, da 1ª Vara da comarca de Porto Belo para a 1ª Vara Cível da comarca de Camboriú.
16) Rodrigo Vieira de Aquino, 2º Juiz Substituto Vitalício lotado na 24ª Circunscrição Judiciária, sediada na comarca de Balneário Camboriú, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Ascurra.
17) Rafael de Araújo Rios Schmitt, da 1ª Vara da comarca de Fraiburgo para a 2ª Vara Cível da comarca de Caçador.
18) Fernando Zimermann Gerber, da 2ª Vara Cível da comarca de Porto União para o Juizado Especial Cível da comarca de Jaraguá do Sul.
19) Dominique Gurtinski Borba Fernandes, da comarca de Catanduvas para a 1ª Vara Cível da comarca de Canoinhas.
20) Marciana Fabris, 1ª Juíza Substituta Vitalícia lotada na 30ª Circunscrição Judiciária, sediada na comarca de Chapecó, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Ipumirim.
21) Rafael Germer Condé, da Vara da Família, Infância, Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões da comarca de Gaspar para o cargo de 1º Juiz Especial da comarca da Capital.
22) Fabíola Duncka Geiser, da 2ª Vara da comarca de Guaramirim para a 2ª Vara Cível da comarca de Timbó.
23) Stefan Moreno Schoenawa, 1º Juiz Substituto Vitalício lotado na 11ª Circunscrição Judiciária, sediada na comarca de Sombrio, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Santa Cecília.

POR ANTIGUIDADE:

1) Tiago Fachin, da comarca de Araquari para a Vara Criminal da comarca de São Francisco do Sul.
2) Marcus Vinícius Von Bittencourt, 1º Juiz Substituto Vitalício lotado na 32ª Circunscrição Judiciária, sediada na comarca de São Miguel do Oeste, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de São José do Cedro.
3) Luciana Lampert Malgarin, 1ª Juíza Substituta Vitalícia lotada na 15ª Circunscrição Judiciária, sediada na comarca de Joinville, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Forquilhinha.
4) Monike Silva Póvoas, da 2ª Vara da comarca de Rio Negrinho para a 2ª Vara Cível da comarca de Tijucas.
5) Marivone Koncikoski Abreu, da Vara Criminal da comarca de Itapema para a Vara de Execuções Penais da comarca de São José.
6) Ezequiel Schlemper, da 2ª Vara Cível da comarca de Jaraguá do Sul para a 2ª Vara Criminal da mesma comarca.
7) Ana Vera Sganzerla Truccolo, da 2ª Vara Cível da comarca de Camboriú para a 2ª Vara Cível da comarca de Itajaí.
8) Cristina Paul Cunha Bogo, 1ª Juíza Substituta Vitalícia lotada na 24ª Circunscrição Judiciária, sediada na comarca de Balneário Camboriú, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Araquari.
9) Luís Paulo Dal Pont Lodetti, da 3ª Vara da comarca de São Bento do Sul para a 2ª Vara Cível da comarca de Rio do Sul.
10) Gabriela Sailon de Souza Benedet, da Vara Criminal da comarca de Biguaçu para o cargo de 6º Juiz Especial da comarca da Capital.
11) Rodrigo Dadalt, da 2ª Vara da comarca de Xaxim para a Vara Criminal da comarca de Caçador.

12) João Batista da Cunha Ocampo Moré, da 2ª Vara Cível da comarca de Timbó para o cargo de 9º Juiz Especial da comarca da Capital.
13) Marcelo Trevisan Tambosi, da 1ª Vara da comarca de Balneário Piçarras para a Vara Criminal da comarca de Itapema.
14) Andréia Regis Vaz, da 2ª Vara Cível da comarca de Itapema para a Vara Cível da comarca de Brusque.
15) Rafael Espíndola Berndt, da comarca de Taió para a 3ª Vara da comarca de São Bento do Sul.
16) Sancler Adilson Alves, da comarca de Armazém para a 2ª Vara Cível da comarca de Navegantes.
17) Vanessa Bonetti Haupenthal, da comarca de Quilombo para a 2ª Vara da comarca de Xaxim.
18) Daniel Radünz, da comarca de Palmitos para a 2ª Vara da comarca de Capinzal.
19) Rodrigo Fagundes Mourão, 1º Juiz Substituto Vitalício lotado na 6ª Circunscrição Judiciária, sediada na comarca de Tubarão, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Armazém.
20) Tanit Adrian Perozzo Daltoé, da 1ª Vara Cível da comarca de Navegantes para a Vara da Infância, Juventude e Anexos da comarca de Itajaí.
21) Iolmar Alves Baltazar, da 2ª Vara da comarca de Barra Velha para a 1ª Vara da comarca de Balneário Piçarras.
22) José Adilson Bittencourt Júnior, 3º Juiz Substituto Vitalício lotado na 18ª Circunscrição Judiciária, sediada na comarca de Blumenau, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Catanduvas.

5. REMOÇÃO DE MAGISTRADOS NO PRIMEIRO GRAU

POR MERECIMENTO:

1) Alexandra Lorenzi da Silva, da 1ª Vara Criminal da comarca de São José para o cargo de 10º Juiz Especial da comarca da Capital.
2) Cláudia Margarida Ribas Marinho, da Vara Cível da comarca de Brusque para a 2ª Vara Cível da comarca de Camboriú.
3) Sabrina Menegatti Pítsica, da 1ª Vara Cível da comarca de Canoinhas para a 1ª Vara Cível da comarca de Itapema.
4) Leandro Rodolfo Paasch, da comarca de Ipumirim para a comarca de Taió.
5) Anuska Felski da Silva, da Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Jaraguá do Sul para a 2ª Vara Cível da comarca de Itapema.
6) Crystian Krautchychyn, da 1ª Vara Cível da comarca de São Miguel do Oeste para a 2ª Vara Cível da comarca de Porto União.

POR ANTIGUIDADE:

1) Rogério Carlos Demarchi, da 1ª Vara Cível da comarca de Camboriú para a 1ª Vara da comarca de Xaxim.
2) Yannick Caubet, da 2ª Vara Cível da comarca de Caçador para a Vara Criminal da comarca de Biguaçu.
3) Sérgio Luiz Junkes, do cargo de 1 º Juiz Especial da comarca da Capital para a 1ª Vara Criminal da comarca de Itajaí.
4) Lizandra Pinto de Souza, da 2ª Vara Cível da comarca de Concórdia para a 2ª Vara Cível da comarca de Xanxerê.
5) Aline Mendes de Godoy, da comarca de Santa Cecília para a comarca de Quilombo.
6) André Luiz Anrain Trentini, da Vara Criminal da comarca de Videira para a 1ª Vara da comarca de Porto Belo.

6. MOVIMENTAÇÃO DE MAGISTRADOS POR OPÇÃO:

1) Otávio José Minatto, da 1ª Vara Criminal da comarca de São José para a Vara da Fazenda Pública, Execução Fiscal, Acidentes de Trabalho e Registros Públicos da mesma comarca.
2) Letícia Pavei Cachoeira, da 3ª Vara Cível da comarca de Araranguá para a 2ª Vara Criminal da mesma comarca.
3) Mônani Menine Pereira, da 2ª Vara Cível da comarca de Tijucas para a Vara Criminal da mesma comarca.
4) Rubens Schulz, da Câmara Especial Regional de Chapecó para a Sede do Tribunal de Justiça, sediada na comarca da Capital.
5) Alexandra Lorenzi da Silva, da Vara de Execuções Penais da comarca de São José para a 1ª Vara Criminal da mesma comarca.
6) André Augusto Messias Fonseca, da Vara Família, Infância e Juventude, Órfãos e Sucessões da comarca de Palhoça para a Vara da Fazenda Pública, Acidentes de Trabalho e Registros Públicos da mesma comarca.
7) Daniela Fernandes Dias Morelli, da 1ª Vara Cível da comarca de Xanxerê para a Vara da Família, Infância e Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões da mesma comarca.
8) Lívia Francio Rocha Cobalchini, da 1ª Vara Cível da comarca de Caçador para a Vara da Família, Infância, Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões da mesma comarca.
9) Surami Juliana dos Santos Heerdt, da 2ª Vara Cível da comarca de Xanxerê para a 1ª Vara Cível da mesma comarca.
10) Luciana Pelisser Gottardi Trentini, da 2ª Vara Cível da comarca de Caçador para a 1ª Vara Cível da mesma comarca.
11) Ezequiel Schlemper, da 2ª Vara Criminal da comarca de Jaraguá do Sul para a 2ª Vara Cível da mesma comarca.
12) Maria Paula Kern, da 5ª Vara Cível da comarca da Capital para o Juizado Especial Criminal do Foro do Continente da mesma comarca.
13) Jefferson Zanini, do cargo de 10º Juiz Especial da comarca da Capital para a 2ª Vara da Fazenda Pública da mesma comarca.
14) Yannick Caubet, da Vara Criminal da comarca de Caçador para a 2ª Vara Cível da mesma comarca.
15) Daniela Vieira Soares, do cargo de 6º Juiz Especial da comarca da Capital para a 5ª Vara Cível da mesma comarca.
16) Marivone Koncikoski Abreu, da Vara de Execuções Penais da comarca de São José para a 1ª Vara Criminal da mesma comarca.
17) Christian Dalla Rosa, da 2ª Vara Cível da comarca de Xanxerê para a Vara da Família, Infância, Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões da mesma comarca.
18) Luiz Antônio Zanini Fornerolli, da Câmara Especial Regional de Chapecó para a Sede do Tribunal de Justiça, sediada na comarca da Capital.
19) Hildemar Meneguzzi de Carvalho, da Câmara Especial Regional de Chapecó para a Sede do Tribunal de Justiça, sediada na comarca da Capital.
20) Ademir Wolff, da Vara da Infância, Juventude e Anexos da comarca de Itajaí para o Juizado Especial Cível da mesma comarca.
21) Sônia Maria Mazzetto Moroso Terres, da 1ª Vara Criminal da comarca de Itajaí para a Vara da Fazenda Pública, Executivos Fiscais, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos da mesma comarca.
22) Ederson Tortelli, da Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Chapecó para a 1ª Vara Cível da mesma comarca.
23) Bruno Makowiecky Salles, da 2ª Vara da comarca de Fraiburgo para e 1ª Vara da mesma comarca.
24) Daniela Fernandes Dias Morelli, da 2ª Vara Criminal da comarca de Jaraguá do Sul para a Vara da Família, Infância e Juventude da mesma comarca.

7. DIREÇÃO DE FORO
Foram apreciadas e deferidas 39 indicações para a função de Diretor do Foro das comarcas com mais de uma vara.

8. INDICAÇÃO PARA TURMAS DE RECURSOS
Foram apreciadas e deferidas 15 indicações para composição de turmas de recursos.

9. APOSENTADORIA
Foram apreciados e deferidos os processos de aposentadoria dos seguintes Desembargadores:

1) Marli Mosimann Vargas
2) Nelson Juliano Schaefer Martins
3) Eládio Torret Rocha

Foram apreciados e deferidos os processos de aposentadoria dos seguintes Juízes de primeiro grau:

1) Luiz Henrique Martins Portelinha
2) Paulo Roberto Froes Toniazzo
3) Fernando Cordioli Garcia
4) Edenildo da Silva
5) José Carlos Bernardes dos Santos

10. CERTIDÕES E DECLARAÇÕES FUNCIONAIS FORNECIDAS
Foram fornecidas 53 certidões e 28 declarações funcionais de interesse dos magistrados.

11. CERTIDÃO DE MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA
Foram elaboradas 3 certidões referentes à movimentação na carreira da magistratura.

12. EDITAIS
Foram abertos, assinados e publicados 90 editais para provimento de cargos vagos na carreira da magistratura de Primeiro e de Segundo Grau.

13. PAUTAS ADMINISTRATIVAS
Foram elaboradas 20 pautas do Tribunal Pleno, 2 do Órgão Especial e 1 aditamento.

14. NOMEAÇÃO DE JUÍZES SUBSTITUTOS
Não houve.

15. EFETIVAÇÃO
Foi apreciado e deferido 1 processo de efetivação de magistrado.

16. PREENCHIMENTO DE CARGOS VAGOS NO TRE

- Preenchimento de 1 cargo de Juiz Efetivo, categoria Jurista
- Preenchimento de 1 cargo de Juiz Substituto, categoria Jurista
- Preenchimento de 1 cargo de Juiz Efetivo, categoria Juiz de Direito
- Preenchimento de 3 cargos de Juiz Substituto, categoria Juiz de Direito
- Preenchimento de 1 cargo de Juiz Efetivo, categoria Desembargador
- Preenchimento de 1 cargo de Juiz Substituto, categoria Desembargador

COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – CEIJ

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório contém informações acerca das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Santa Catarina - Ceij/TJSC no exercício de 2016 e das metas para 2017.

Instituída pela Resolução n. 63/2011-TJ, a Ceij é constituída por um colegiado de 18 (dezoito) juízes que se reúnem semestralmente. Ela tem como missão promover a melhoria da prestação jurisdicional, por meio da proposição e implementação de políticas afetas à área da infância e da juventude, bem como a capacitação de magistrados e servidores quanto ao tema.

Os trabalhos realizados ao longo do ano de 2016 tiveram como foco de atuação as áreas protetiva e socioeducativa da política de atendimento à infância e à juventude. Dentre as ações, elenca-se a renovação do Termo de Cooperação que criou o Programa Novos Caminhos, o qual se originou da parceria entre o Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJSC, a Associação dos Magistrados Catarinenses – AMC e a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – Fiesc. Em 2015, a Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Santa Catarina também ingressou como parceiro, assim como, neste ano de 2016, o Programa contou com a adesão do Ministério Público de Santa Catarina – MPSC. O Novos Caminhos tem por objetivo proporcionar aos adolescentes acima de 14 anos, acolhidos ou que passaram pelo acolhimento, a perspectiva de uma vida adulta com qualidade e autossuficiência, através de capacitações e profissionalização. O destaque de final do ano foi a confraternização e "formatura" de 182 adolescentes que tiveram a oportunidade de vir à Capital catarinense receber os certificados de participação nos cursos, interagir com jovens de outras regiões, compartilhar atividades recreativas e culturais, além de vivenciar o primeiro contato com o mar.

Acompanhando a ótica da proteção, diante da discussão nacional quanto às possíveis alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA lançadas pelo Ministério da Justiça e da Cidadania, a Coordenadoria viabilizou a elaboração de uma proposta de Projeto de Lei relativa ao instituto da adoção e prazos processuais. Esta proposta foi apresentada no II Encontro do Fórum Nacional de Justiça Protetiva - Fonajup e posteriormente no Fórum Parlamentar Catarinense para eventuais encaminhamentos.

Com enfoque na socioeducação, a Ceij convergiu atenção ao cumprimento da Meta 8 do CNJ, que trata da implementação ou qualificação de práticas de Justiça Restaurativa - JR. Mobilizou a ampliação do Projeto de JR ao promover o Curso Preparatório de Gestores em Justiça Restaurativa, como também enviando juízes e servidores a outros Estados para conhecerem experiências em JR, com vistas a subsidiar modelo a ser implantado em Santa Catarina. Estabeleceu, ainda, tratativas relativas ao convênio de construção e implantação do Núcleo de Atendimento Integrado ao Adolescente em Conflito com a Lei - NAI com representantes do Sistema de Garantia do Direito da Criança e do Adolescente.

Cumprindo com suas atribuições, a Coordenadoria promoveu capacitações para magistrados e equipes técnicas por meio de importantes eventos como o Fórum de Assistentes Sociais e Psicólogos do Poder Judiciário de Santa Catarina e o Fórum Estadual de Juízes de Direito, Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Técnicos do Poder Judiciário e do Ministério Público.

2. PROJETOS

2.1 Projeto Justiça Restaurativa

Descrição

A Justiça Restaurativa - JR vem encontrando espaço no cenário judicial, sendo executada por meio de diversas ações incentivadas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e pela Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB.
A implementação de práticas de Justiça Restaurativa foi apontada entre as oito metas nacionais do CNJ para 2016. Em 31 de maio, também pelo referido Conselho, foi editada a Resolução n. 225 que dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário.
Com o intuito de aprimorar o atendimento ao adolescente em conflito com a lei, a Ceij implantou e apoia o projeto piloto de Justiça Restaurativa, desenvolvido na comarca da Capital desde 2011.
O Núcleo de Justiça Restaurativa - NJR, instituído na Vara da Infância e da Juventude da comarca da Capital pela Portaria n. 04/2016, conta com as parcerias do Ministério Público - MPSC, da Secretaria da Segurança Pública - SSP/SC e da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
A proposta tem como escopo o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei por meio de práticas restaurativas, priorizando a excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas socioeducativas.
Há um rol de tipos infracionais estabelecidos pelo Juízo e pelo MP que seguem para atendimento direto pelo NJR, mesmo antes da oitiva informal de que trata o art. 179 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Além desses, o NJR recebe encaminhamentos pelo Juízo (ex officio; a pedido do MP ou da defesa) em qualquer fase do processo de conhecimento, requerendo sua suspensão. Tem como terceira porta de entrada a busca espontânea. No NJR são utilizados os instrumentais de mediação ou círculos restaurativos e conta com uma equipe formada por 2 servidores (1 comissária da infância e juventude; e 1 assistente social, esta última à disposição da Vara da Infância e Juventude da Capital) e 5 estagiários das áreas de Direito, Psicologia e Serviço Social.
No decorrer do ano de 2016, a Coordenadoria dedicou-se à construção de um projeto de expansão do NJR para outras comarcas.
Nesse sentido, a Ceij promoveu o Curso Preparatório de Gestores em Justiça Restaurativa, nos dias 17 e 19 de fevereiro de 2016, com carga horária de 20 horas-aula. A capacitação contou com 22 participantes, entre magistrados, servidores e outros atores integrantes do sistema socioeducativo, e versou sobre o desenvolvimento de estratégias de instalação e divulgação da Justiça Restaurativa no Estado de Santa Catarina, assim como a consolidação de parcerias para sua expansão.
Com o intuito de conhecer metodologias desenvolvidas por outros Tribunais, viabilizou-se, no dia 4 de março de 2016, uma telessala nas dependências do TJSC para recepção de videoconferência promovida pela Coordenadoria da Infância e da Juventude - CIJ do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP, com o tema: Justiça Restaurativa - discutindo a meta 8 do CNJ.
Foram realizadas, ainda, visitas aos Projetos em JR desenvolvidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos dias 9 e 10 de junho de 2016 e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, nos dias 14 e 15 de julho de 2016. A Ceij foi representada em tais ocasiões pela Juíza de Direito Brigitte Remor de Souza May, titular da Vara da Infância e Juventude da comarca da Capital, pelo Juiz de Direito Alexandre Karazawa Takaschima, titular da Vara da Família da comarca de Lages e pelas servidoras Cristina Mulezini Gonçalves, Comissária da Infância e Juventude e Gisele Comiran, Assistente Social, as quais atuam no NJR da Capital.
Em reunião, no mês de setembro, foram apresentados os relatórios das visitas institucionais aos Tribunais de Justiça de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Considerando as observações realizadas, analisou-se que a metodologia a ser aplicada em Santa Catarina deveria incluir Círculos de Construção de Paz e a Mediação Transformadora. Dessa forma, optou-se pela contratação da psicóloga, especializada em JR, Mônica Mumme, a qual prestou suporte à institucionalização e à expansão dessa prática no Estado de São Paulo, assim como no Poder Judiciário de Minas Gerais e na Prefeitura Municipal de Santos. Trata-se de profissional com atuação consolidada em âmbito nacional e notório saber na área, estando as tratativas para contratação em andamento.

No ano de 2017, dando seguimento aos trabalhos desenvolvidos até então, pretende-se a implantação de dois polos irradiadores de Justiça Restaurativa no PJSC: o primeiro na Capital, a partir do fortalecimento e ampliação da experiência desenvolvida pelo NJR já existente, e o segundo a ser instituído na região da comarca de Lages.

Atividades relacionadas

- Participação em evento realizado no Núcleo de Justiça Restaurativa, na comarca da Capital - Fórum Desembargador Eduardo Luz, com o magistrado Dalmir de Oliveira Júnior, atuante na comarca de Passo Fundo/RS, para apresentação do Projeto Banda Liberdade (12/02/2016);
- Realização de Curso preparatório de Gestores em Justiça Restaurativa, na Academia Judicial, ocorrido no período de 17/02/2016 a 19/02/2016;
- Participação em videoconferência promovida pela Coordenadoria da Infância e da Juventude - CIJ/TJSP, com o tema: Justiça Restaurativa: discutindo a meta 8 do CNJ (04/03/2016);
- Participação em reunião de supervisão para planejamento e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Justiça Restaurativa, na Vara da Infância e da Juventude, da comarca da Capital (26/02/2016; 14/04/2016; 23/06/2016);
- Reunião sobre Projeto Estadual de implantação da Justiça Restaurativa no TJSC (06/05/2016; 03/06/2016; 23/09/2016);
- Viagem para conhecimento do trabalho desenvolvido em Justiça Restaurativa na Vara da Infância e da Juventude das comarcas de São Paulo Capital e de Tatuí/SP (09 e 10/06/2016);
- Participação em videoconferência transmitida pelo TJSP com o tema: Resolução 225/2016 do CNJ - Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário (02/09/2016);
- Participação em reunião com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização, a convite do Dr. Alexandre Takaschima, para falar sobre o Projeto de implantação da Justiça Restaurativa no TJSC (18/11/2016);
- Reunião com integrantes do Grupo de Monitoramento e Fiscalização para apresentação do Projeto de implantação da Justiça Restaurativa no TJSC (06/12/2016);
- Organização de cursos e realização de aulas e palestras voltados ao tema.



Notícias relacionadas

- Presidente do CNJ aprova logotipo para Justiça Restaurativa (08/01/2016) - http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=81268:presidente-do-cnj-aprova-logotipo-para-justica-restaurativa&catid=813:cnj&Itemid=4640&acm=7715_7943
- Ceij participa de videoconferência para conhecer experiências de Justiça Restaurativa (04/03/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/ceij-participa-de-videoconferencia-para-conhecer-experiencias-de-justica-restaurativa

- Ceij discute implantação da Justiça Restaurativa nas comarcas de Santa Catarina (03/06/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/ceij-discute-implantacao-da-justica-restaurativa-nas-comarcas-de-santa-catarina
- Justiça restaurativa também foi tema discutido em evento sobre adoção em Joinville (21/09/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/justica-restaurativa-tambem-foi-tema-discutido-em-evento-sobre-adocao-em-joinville
- Ceij debate Justiça Restaurativa e expõe projetos para novos magistrados na Academia Judicial (27/09/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/ceij-debate-justica-restaurativa-e-expoe-projetos-para-novos-magistrados-na-academia

2.2 Cartilha sobre violência sexual contra crianças/adolescentes

Descrição
A Ceij possui, dentre uma de suas propostas, a perspectiva de implementação de ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Nessa direção foi elaborada a cartilha “Super Adultos de Confiança”. Trata-se de um material informativo sobre violência sexual contra crianças e adolescentes que, por meio de uma abordagem lúdica e utilizando-se de linguagem adequada ao público infanto-juvenil, objetiva ser uma ferramenta de informação que auxilie crianças e adolescentes a identificarem a violência sexual e, assim, se protegerem melhor contra esse tipo de agressão.
Esse material está em etapa de finalização e será lançado no próximo Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - 18 de maio.

Atividades relacionadas
- Reunião com Divisão de Artes Gráficas sobre projeto de elaboração da Cartilha (05/07/2016; 08/08/2016; 21/11/2016);
- Reunião na Secretaria de Estado da Educação sobre projeto de elaboração da Cartilha (30/08/2016).

2.3 Implantação do Núcleo de Atendimento Integrado ao Adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional (NAI)

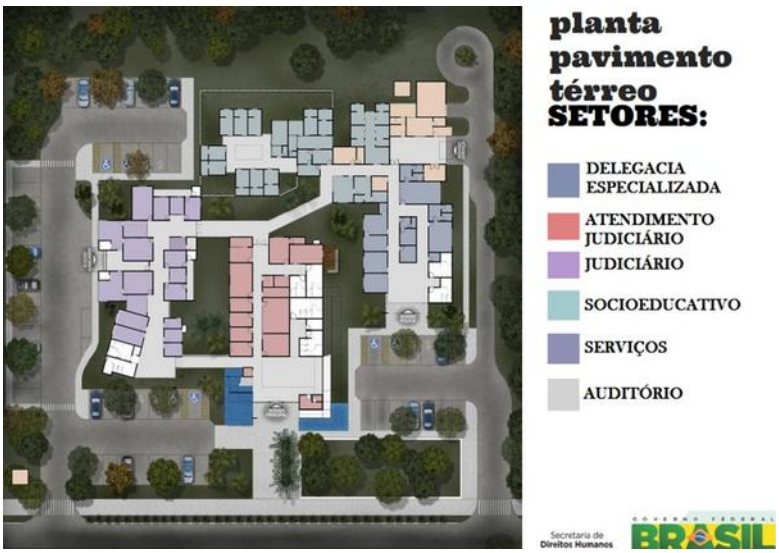
Descrição
Desde 2011, a Ceij vem propondo a implantação de estrutura semelhante ao que hoje se convencionou chamar Núcleo de Atendimento Integrado ao Adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional - NAI.
O NAI é um programa que reúne, em um mesmo espaço físico, o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as Secretarias de Estado da Segurança Pública e de Justiça e Cidadania, além das Secretarias municipais de Assistência Social, Saúde e Educação.
Em 2013, a Ceij diligenciou para que a Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP cedesse terreno para edificação de um NAI na capital, e assumisse o compromisso de firmar convênio para viabilização de cofinanciamento.
No decorrer de 2015, os esforços concentraram-se no acompanhamento do processo de conveniamento e na oficialização do Termo de Adesão para o estabelecimento de compromisso entre as instituições que integrarão o NAI da comarca da Capital, quais sejam: Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Ministério Público de Santa Catarina, Governo estadual, Prefeitura Municipal de Florianópolis e a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.
Neste ano, com intuito de deliberar sobre a execução e o funcionamento do NAI, a Coordenadora da Ceij, Desembargadora Soraya Nunes Lins, a Vice-Coordenadora, Juíza de Segundo Grau Rosane Portella Wolff, o Segundo Vice-Presidente do TJSC e ex-Coordenador da Ceij, Desembargador Sérgio Isidoro Heil e a

Secretária em exercício, Cristine Pereira Tuon Sposito, compareceram em reunião (22/06/2016) convocada pelo Secretário de Segurança Pública, Dr. César Augusto Grubba, a qual contou, também, com a presença de representantes do Ministério Público, da Secretaria de Justiça e Cidadania, do Instituto Geral de Perícias, da Defensoria Pública de Santa Catarina, da Polícia Militar de Santa Catarina, da Polícia Civil - Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso e da Secretária de Assistência Social do município de Florianópolis.
Em reunião realizada no dia 18/10/2016, na SSP/SC, entre os representantes das instituições partícipes, analisou-se a Nota Técnica n. 21/2016, emitida pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR, que, em síntese, redefiniu a atuação territorial do NAI, restringindo-a apenas ao município de Florianópolis e não à Grande Florianópolis, como outrora proposto.

Atividades relacionadas

- Participação em 2 (duas) reuniões interinstitucionais promovidas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP/SC) para implantação do NAI na comarca da Capital (22/06/2016 e 18/10/2016);
- Reunião com a Assessoria de Planejamento e Diretoria de Engenharia e Arquitetura a fim de estabelecer estratégias para implementação de estrutura do TJSC no NAI (24/10/2016);
- Articulação interinstitucional;
- Elaboração de documentos.





3. AÇÕES DESENVOLVIDAS

3.1 Programa Novos Caminhos

Descrição

A parceria de sucesso, entre este Tribunal de Justiça, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - Fiesc, a Associação de Magistrados Catarinenses - AMC e a Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Santa Catarina, que deu origem ao Programa Novos Caminhos, tem por objetivo capacitar e qualificar adolescentes a partir de 14 anos de idade, os quais se encontram ou passaram por situação de acolhimento.

O Sistema Fiesc, por intermédio do Instituto Euvaldo Lodi - IEL, do Serviço Social da Indústria - Sesi e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai, proporciona aos adolescentes cursos profissionalizantes, projetos e atividades complementares visando a sua formação e qualificação, sendo posteriormente encaminhados ao mundo do trabalho.

No âmbito do programa, as indústrias das regiões abrangidas são convidadas a oportunizar trabalho para os adolescentes que foram capacitados e qualificados.

As ações do Novos Caminhos são desenvolvidas por assistentes sociais/servidores do Poder Judiciário, pelos técnicos dos Serviços de Acolhimento e pelos colaboradores da Fiesc. A efetivação do Programa demanda dedicação constante e requer a participação dos executores em videoconferências e reuniões de capacitação, alinhamento e acompanhamento do desempenho dos adolescentes.

Para a organização da implantação e expansão do Programa, estabeleceram-se alguns parâmetros para a delimitação das regiões a serem atendidas, utilizando-se como referência a divisão administrativa da Fiesc. O lançamento oficial do Programa, em cada região, dá-se por meio da assinatura de um termo de adesão.

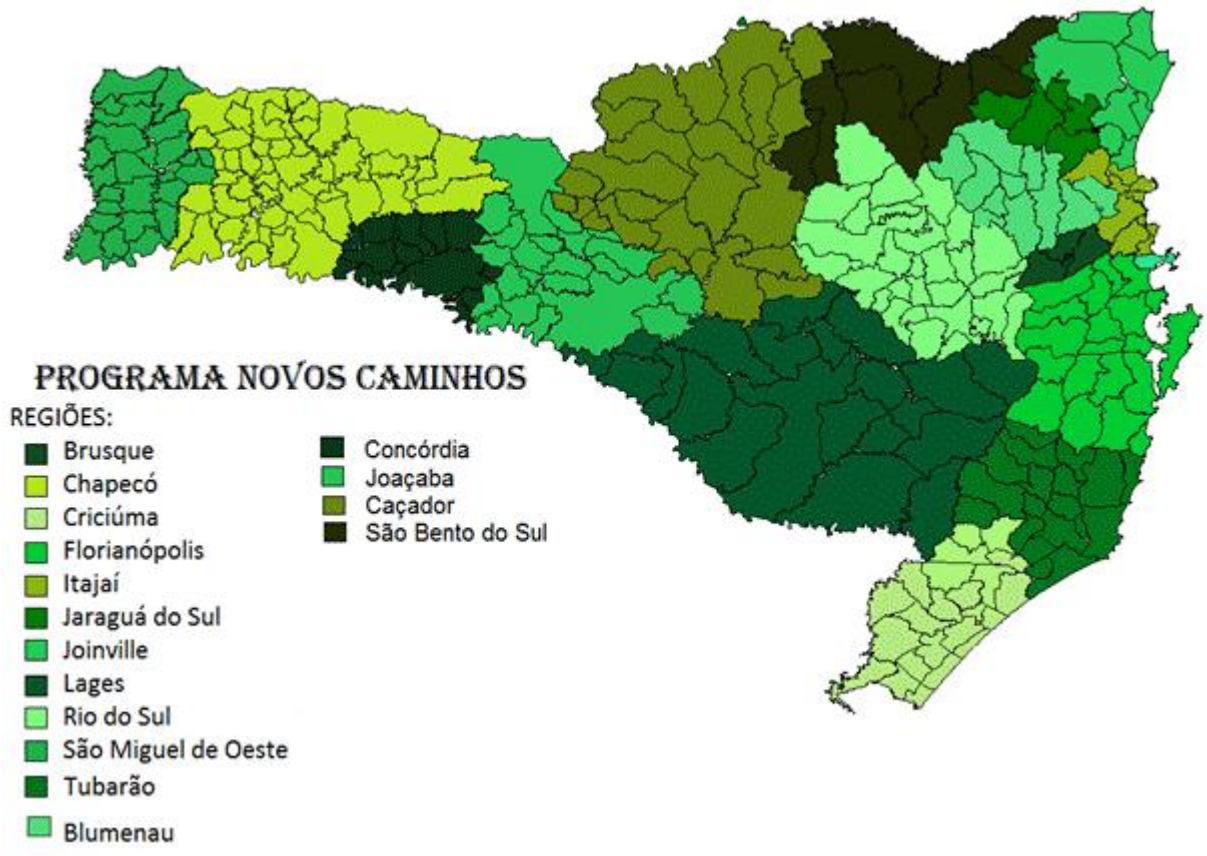
Ocorreu em 2016, expansão às regiões das comarcas de Joaçaba, Concórdia, Caçador e São Bento do Sul, cumprindo-se a meta de atendimento das 111 comarcas do Estado.

Houve assinatura do Termo Aditivo n. 175/2013.002, estabelecendo a prorrogação do Termo de Cooperação n. 175/2013.003, que criou o Novos Caminhos, com vigência até 29 de agosto de 2019. E, ainda, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina - MPSC aderiu ao Programa, através do Termo Aditivo n. 175/2013.003, em 7 de outubro de 2016.

Realizou-se, no encerramento de ano, um evento de confraternização com a participação de representantes dos parceiros, coordenação, equipes executoras e adolescentes, e de entrega de certificados de participação em cursos aos adolescentes. Compareceram 182 adolescentes que tiveram a oportunidade de vir à Capital catarinense e interagir com outros jovens de outras regiões, compartilhar atividades recreativas e culturais, além de vivenciar o primeiro contato com o mar.

Até o presente mês, 653 adolescentes participaram de capacitações e destes, 112 foram encaminhados ao mundo de trabalho através de estágios, aprendizagem e/ou efetivos.

Mapa demonstrativo das regiões do estado atendidas pelo Programa Novos Caminhos em 2016:



Atividades relacionadas

- Reunião com o Presidente da Fiesc, Sr. Glauco José Côrte, para entrega de homenagem à Ceij e apresentação das novas Coordenadora, Desa. Soraya Nunes Lins, e Vice-Coordenadora, Juíza de Direito de Segundo Grau Rosane Portella Wolff, da Ceij (26/01/2016);
- Participação em 5 (cinco) reuniões com a coordenação estadual do Programa para avaliação e encaminhamentos necessários à execução (18/04/2016; 14/06/2016; 13/07/2016; 29/09/2016; 26/11/2016);
- Organização e participação em 5 (cinco) reuniões técnicas com os responsáveis e corresponsáveis pela execução direta do Programa, realizadas nas comarcas polo de Joaçaba, Concórdia, Caçador, Grande Florianópolis e São Bento do Sul (22/02/2016; 23/02/2016; 1º/09/2016; 29/09/2016; 07/10/2016; 26/11/2016);
- Organização de 4 (quatro) solenidades de assinatura do termo de convênio do “Novos Caminhos” (Joaçaba, 22/02/2016; Concórdia, 23/02/2016; Caçador, 1º/09/2016 e São Bento do Sul, 07/10/2016);
- Organização de 13 (treze) aulas inaugurais para apresentação do Programa (Itajaí, 28/04/2016; Blumenau, 03/05/2016; Jaraguá do Sul, 05/05/2016; Joinville, 10/05/2016; Lages, 12/05/2016; Chapecó, 16/05/2016; São Miguel do Oeste, 24/05/2016; Rio do Sul, 13/06/2016; Concórdia, 28/06/2016; Joaçaba, 29/06/2016; Tubarão, 28/07/2016; Caçador, 1º/09/2016; São Bento do Sul, 07/10/2016);
- Participação e organização de videoconferências com todos os responsáveis pela execução do Programa, para definição de ações e metas (17/03/2016);
- Reunião com o Presidente da Fiesc, Sr. Glauco José Côrte, para discutir inclusão do Ministério Público de Santa Catarina no Programa, entre outras questões (11/07/2016);
- Reunião de apresentação do Programa Novos Caminhos ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, representado por sua Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos (10/08/2016);

- Visita institucional do TJSC na sede da OAB/SC para discutir encaminhamentos do Projeto Novos Caminhos (26/08/2016);
- Entrevista concedida pela Desa. Soraya Nunes Lins à FIESC sobre a participação do TJSC no Programa Novos Caminhos (29/08/2016);
- Participação e organização da confraternização e solenidade de entrega de certificados aos adolescentes (26/11/2016);
- Planejamento e acompanhamento das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa pelos responsáveis e corresponsáveis técnicos do Poder Judiciário;
- Elaboração de documentos de expediente.

Notícias relacionadas

- TJSC, Fiesc e AMC comemoram inserção de 63 jovens abrigados no mundo do trabalho em SC (14/01/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/tj-fiesc-e-amc-comemoram-insercao-de-63-jovens-abrigados-no-mundo-do-trabalho-em-sc
- Fiesc presta homenagem a Ceij, em reunião que teve a presença das novas coordenadoras (28/01/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/fiesc-presta-homenagem-a-ceij-em-reuniao-que-teve-a-presenca-das-novas-coordenadoras
- Com apoio do TJSC, programa Novos Caminhos chega ao meio-oeste de Santa Catarina (24/02/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/com-apoio-do-tj-programa-novos-caminhos-chega-ao-meio-oeste-de-santa-catarina
- Ceij e parceiros avaliam programa Novos Caminhos e projetam novas metas para 2016 (16/06/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/ceij-e-parceiros-avaliam-programa-novos-caminhos-e-projetam-novas-metas-para-2016
- TJSC formaliza Termo de Adesão e Programa Novos Caminhos chega a Caçador (02/09/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/tjsc-formaliza-termo-de-adesao-e-programa-novos-caminhos-chega-a-cacador
- Parceria de sucesso, programa Novos Caminhos forma mais 182 adolescentes na Capital (28/11/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/parceria-de-sucesso-programa-novos-caminhos-forma-mais-182-adolescentes-na-capital



3.2 Reestruturação do Colegiado da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude

Descrição

Em reunião do Colegiado ocorrida em 10 de junho, presidida pela Desembargadora Coordenadora, Soraya Nunes Lins, e pela Vice-Coordenadora, Juíza de Direito de Segundo Grau Rosane Portella Wolff, foi deliberado que a composição da Ceij seria formada pelos juízes de entrância especial, por um magistrado

representante das entrâncias finais e um representante das entrâncias iniciais, todos com atuação na área da infância e da juventude.

Atividades relacionadas

- Realização de 2 (duas) reuniões ordinárias do Colegiado da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (10/06/2016 e 25/11/2016);
- Articulação com os magistrados com competência na infância e juventude;
- Elaboração de documentos de expediente.

Notícias relacionadas

- Ceij discute reestruturação e estabelece metas em reunião semestral de seu colegiado (14/06/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/ceij-discute-reestruturacao-e-estabelece-metas-em-reuniao-semestral-de-seu-colegiado

3.3 Campanha: Adoção Laços de Amor

Descrição

A Campanha Adoção - Laços de Amor é uma parceria entre a Assembleia Legislativa de Santa Catarina - ALESC, Ministério Público de Santa Catarina - MPSC, Federação Catarinense dos Municípios - Fecam, Fiesc, OAB, Defensoria Pública de Santa Catarina, Poder Judiciário de Santa Catarina e Governo de Santa Catarina, através da Secretaria da Saúde e Secretaria da Assistência Social, Trabalho e Habitação.
A referida Campanha está na sua segunda edição, lançada em 15 de maio deste ano. Nessa reedição, foram desenvolvidas novas peças publicitárias com a divulgação de histórias reais com o intuito de promover a sensibilização social para os tipos de adoção que fogem do perfil procurado pela maioria dos interessados, como crianças mais velhas ou adolescentes, grupos de irmãos, adoção interracial e de crianças e adolescentes com deficiência. A Campanha também previu ações a serem desenvolvidas pelos parceiros. Para o Poder Judiciário definiu-se:

- Estabelecer critérios mais ágeis e dar premência aos processos de habilitação das pessoas interessadas em adotar crianças de difícil colocação em famílias substitutas;
- Promover capacitações regionais conjuntas com as equipes técnicas do Poder Judiciário e dos serviços de acolhimento, de forma a minimizar atuações conflitantes que venham a interferir no andamento dos processos;
- Incentivar a implementação de convênios com universidades para a realização de estudos sociais e psicológicos.

Atividades relacionadas

- Reunião na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para definição do Relançamento da Campanha Adoção: Laços de Amor (29/03/2016; 17/05/2016);
- Participação na ALESC da solenidade de Assinatura do Termo de Cooperação Técnica acerca da Campanha Adoção: Laços de Amor (25/05/2016);
- Lançamento da campanha Adoção: Laços de Amor, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (15/07/2016);
- Reunião na Presidência da ALESC sobre Campanha Adoção: Laços de Amor (12/09/2016 e 06/12/2016).

Notícias relacionadas

- Tribunal assina termo de cooperação na campanha estadual "Adoção: laços de amor" (25/05/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/tribunal-assina-termo-de-cooperacao-na-campanha-estadual-adocao-lacos-de-amor-

3.4 Participação da Comissão Permanente de Captação de Recursos do FIA

Descrição

O grupo permanente de captação de recursos do Fundo para a Infância e Adolescência - FIA foi criado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, no ano de 2012, com o objetivo de ampliar a captação de recursos para o Fundo Estadual da Infância e Adolescência. O FIA é um fundo público que tem como proposta financiar projetos que atuem na garantia da promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

A comissão reúne representantes do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA, da Secretaria de Estado da Fazenda, da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST/SC, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, do MPSC e do TJSC. O Tribunal de Justiça, por meio da Ceij, tem representação no referido grupo desde a sua criação.

No dia 7 de dezembro, com o objetivo de dar cumprimento à Lei n. 16.496/2014, os integrantes promoveram o 1° Colóquio Estadual "Fundo da Infância e Adolescência", solenidade que faz parte da Semana Estadual de Conscientização a Doações ao FIA. Além de explanação sobre o funcionamento dos FIAs Estadual e Municipais, relatos de experiências exitosas de CMDCAs/SC (Blumenau, Criciúma, Joinville, Palhoça e Tijucas) e apresentação dos projetos custeados com recursos do FIA/SC, foi lançada, durante o evento, a campanha de conscientização FIA 2016/2017. Tal divulgação, com vistas a incentivar a destinação de recursos ao FIA, deverá se estender até o fim de abril de 2017, uma vez que é nesse período que são feitas as declarações de imposto de renda.

Em Santa Catarina, o FIA é vinculado à Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. Ao contribuir com o FIA estadual, o cidadão destinará parte do seu imposto de renda devido às crianças e aos adolescentes catarinenses. O contribuinte recebe de volta o valor doado na restituição ou em forma de desconto no imposto a pagar. As doações estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990).

Atividades relacionadas

- Participação em reuniões periódicas com a Comissão Permanente do Fundo para a Infância e Adolescência Estadual - FIA (02/02/2016; 01/03/2016, 15/03/2016, 05/04/2016, 03/05/2016; 05/07/2016; 11/10/2016);
- Reunião Extraordinária da Comissão Permanente do Fundo para a Infância e Adolescência Estadual - FIA (24/02/2016);
- Participação no 1º Colóquio Estadual sobre o Fundo para a Infância e Adolescência Estadual - FIA, realizado na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (07/12/2016).

3.5 Participação da Comissão Interinstitucional para construção do Plano Estadual Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e do Adolescente

Descrição

A Comissão interinstitucional foi instituída pela Resolução 013/2014 para a elaboração, implantação e acompanhamento da Política e o Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. As atividades da comissão foram retomadas em abril do corrente ano, sendo realizadas desde então reuniões mensais. O Tribunal de Justiça, por meio da Ceij e do Núcleo V, encontra-se representado neste grupo.

O objetivo da comissão é planejar as diretrizes, metas e ações de uma política intersetorial na área da Infância e Juventude que incorpore planos nas áreas da saúde, educação, assistência social, erradicação do trabalho infantil, socioeducação, convivência familiar e comunitária, levando em conta as demandas atuais do Estado de Santa Catarina.

Atividades relacionadas

- Participação em reuniões da Comissão Interinstitucional sobre implantação e acompanhamento da Política e o Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (18/05/2016; 22/06/2016; 17/08/2016; 19/10/2016).

3.6 Participação do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho - FETI/SC

Descrição

O FETI/SC foi criado em 02 de junho de 1996 como um espaço permanente de discussão das questões relacionadas à erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente trabalhador, com participação do Poder Público e da Sociedade Civil.
A CEIJ participa das assembleias que ocorrem bimestralmente, com o objetivo de acompanhar as discussões pautadas pelo FETI/SC.
Em 5 de maio, foi realizada Audiência Pública, em Florianópolis, com o tema “Promoção e Efetivação da Aprendizagem Profissional em Santa Catarina”, para tratar do cumprimento da legislação sobre aprendizagem, prevista nos artigos 428 e seguintes da CLT, com vistas a assegurar o direito à profissionalização encartado na Constituição Federal de 1988. Como exemplo de prática exitosa de incentivo a aprendizagem no estado de Santa Catarina, houve apresentação do Programa Novos Caminhos, realizada por representante da entidade parceira - Fiesc. O evento contou com a presença da Vice-Coordenadora da Ceij, Juíza de Direito de 2º Grau Rosane Portella Wolff.

Atividades relacionadas

- Participação na Assembleia do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de SC, no auditório do Ministério Público do Trabalho (08/07/2016; 09/09/2016);
- Participação no Painel de Debates: Não ao Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva, realizado no auditório do Tribunal Pleno (23/08/2016);
- 2ª Reunião Ordinária do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de SC (24/08/2016).

3.7 Participação do Fórum Estadual de Educação – FEE/SC

Descrição

O Fórum Estadual de Educação – FEE/SC, composto por representantes de órgãos públicos, autarquias, entidades e movimentos sociais, tem como atribuição participar do processo de concepção, implementação e avaliação da política estadual de educação.
A CEIJ, com o objetivo de participar das principais discussões na área educacional do estado, representa o Tribunal de Justiça de Santa Catarina no FEE/SC.

Atividades relacionadas

- Participação na 10ª Reunião Extraordinária do Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina - FEE/SC (29/06/2016);
- Participação na 11ª Reunião Extraordinária do Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina - FEE/SC (14/07/2016);
- Participação na 20ª Reunião Ordinária do Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina - FEE/SC (17/08/2016);

- Participação na 12ª Reunião Extraordinária do Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina - FEE/SC (19/10/2016).

3.8 Atualização do Cartaz e Folder Informativo Sobre Autorização de Viagem

Descrição
A Ceij, após mudanças nas legislações que regulamentam a autorização de viagem nacional (Resolução n. 4308/2014 da ANTT) e internacional (Resolução n. 131/2011 - CNJ), realizou a atualização dos impressos informativos. Dentre as alterações, foram acrescentadas informações quanto a obrigatoriedade de identificação de passageiro adolescente em viagens terrestres (transporte rodoviário e/ou ferroviário), por meio de documento de identidade oficial com foto no caso de viagem nacional; bem como a possibilidade de, para viagem internacional, os genitores incluírem, na página de identificação, uma autorização prévia no momento do requerimento de emissão do passaporte do filho.
Esse material é disponibilizado a todas as Comarcas do estado e bastante demandado no período de férias escolares. É utilizado principalmente pelos Comissários/Oficiais da Infância e Juventude para esclarecimentos junto aos pais e responsáveis que procuram os Fóruns em busca de orientações, bem como no trabalho informativo comumente realizado junto às empresas que realizam serviço de transporte.

Atividades relacionadas
- Reunião com Oficiais da Infância da comarca da Capital sobre atualização do material de Autorização de Viagem (23/11/2016).

3.9 Reiteração do pedido de desmembramento da Vara da Infância e da Juventude da Capital

Descrição
Florianópolis contava em 2010 com uma população de 421.240 habitantes, sendo que a estimativa para o ano de 2016 é de 477.798 habitantes (fonte Ibge).
No ano de 2011, a magistrada titular da Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital apresentou pedido de desmembramento fundamentado em exposição de dados, motivos e documentos.
A referida Vara, segundo relatório extraído do SAJ no mês de agosto de 2016, contava com 4.656 processos. Ainda, possui inúmeras instituições que demandam frequente inspeção.
Considerando o quadro relatado, a CEIJ mobilizou-se, neste exercício, no sentido de reiterar o pleito feito em 2011, para viabilização do desmembramento da Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital.

4. CURSOS E SEMINÁRIOS ORGANIZADOS

Fórum de Assistentes Sociais e Psicólogos do Poder Judiciário
Local: Auditório Tribunal Pleno - Florianópolis/SC
Data: 05 e 06/05/2016

Fórum de Juízes, Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Técnicos do Poder Judiciário e do Ministério Público de Santa Catarina
Local: Bourbon Joinville Business Hotel
Data: 15 e 16/09/2016

Notícias relacionadas
- Encontro de assistentes sociais e psicólogos do PJ discute as facetas da violência (05/05/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/encontro-de-assistentes-sociais-e-psicologos-do-

pj-discute-as-facetas-da-violencia

- Magistrados, promotores, defensores públicos e técnicos debaterão adoção em Joinville (14/09/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/magistrados-promotores-defensores-publicos-e-tecnicos-debaterao-adocao-em-joinville
- Justiça restaurativa também foi tema discutido em evento sobre adoção em Joinville (21/09/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/justica-restaurativa-tambem-foi-tema-discutido-em-evento-sobre-adocao-em-joinville





5. PALESTRAS MINISTRADAS EM EVENTOS

- Evento: Palestra ministrada pelas integrantes da CEIJ no curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura
  Data: 26/09/2016
  Local: Academia Judicial

Atividade relacionada

- Reunião com equipe da CEIJ para definição das falas abordadas no Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura (20 e 23/09/2016).

Notícia relacionada

- Ceij debate Justiça Restaurativa e expõe projetos para novos magistrados na Academia (27/09/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/ceij-debate-justica-restaurativa-e-expoe-projetos-para-novos-magistrados-na-academia

6. PARTICIPAÇÃO EM CURSOS E EVENTOS

- Cerimônia de Posse dos dirigentes do Tribunal de Justiça de Santa Catarina eleitos para o Biênio 2016/2018
  Data: 29/01/2016
  Local: Auditório Tribunal Pleno
- XXVIII Fórum Nacional de Justiça Juvenil - FONAJUV
  Data: 03/02/2016 e 04/02/2016
  Local: Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina - ESMESC
- 1º Seminário Catarinense de Acolhimento Institucional e Familiar
  Data: 03/03/2016 e 04/03/2016
  Local: Hotel Maria do Mar em Florianópolis - SC
- Participação na Capacitação em Supervisão de Entrevistadores Forenses
  Data: 14 e 15/03/2016
  Local: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
- 2ª Assembleia Conjunta do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina - FETI/SC e Fórum Catarinense de Aprendizagem Profissional - FOCAP
  Data: 15/04/2016
  Local: Ministério Público do Trabalho
- VIII Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude do Brasil
  Data: 29/04/2016
  Local: TJES
- Lançamento do Programa "Jovem Aprendiz"
  Data: 29/04/2016
  Local: Auditório MPSC
- Audiência Pública: Promoção e Efetivação da Aprendizagem Profissional em Santa Catarina
  Data: 05/05/2016
  Local: ALESC
- XXVI Congresso Nacional da ABMP - Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude
  Data: 18, 19 e 20/05/2016
  Local: Curitiba
- XXI Encontro Nacional dos Grupos de Apoio a Adoção - ENAPA
  Data: 26, 27 e 28/05/2016
  Local: Caxias do Sul
- Evento da ABRAMINJ para criação de um Fórum Nacional que tratará das questões cíveis ligadas à criança e ao adolescente
  Data: 24/06/2016
  Local: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
- Videoconferência IV Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância
  Data: 05/07/2016 à 07/07/2016
  Local: Internet
- Seminário Estadual para contribuições à segunda versão preliminar da Base Nacional Comum Curricular

Data: 19/07/2016 e 20/07/2016
Local: AIESC e IEE

- Palestra com Psicólogo e Constelador Sistêmico do Ipê Roxo Constelação Familiar e Organizacional
  Data: 02/08/2016
  Local: Fórum de São José
- Audiência Pública: Marco Legal da Primeira Infância
  Data: 04/08/2016
  Local: ALESC
- Curso organizado pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA para Assessores dos Gabinetes de Juízes de 2º Grau e Desembargadores
  Data: 05/09/2016
  Local: Academia Judicial
- VIII Encontro Nacional de Magistrados da Infância e da Juventude
  Data: 08 e 09/09/2016
  Local: Auditório da ESMESC
- Encontro Mulheres em Ação: 10 anos da Lei Maria da Penha
  Data: 28/09/2016
  Local: Auditório Tribunal Pleno
- IX Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude do Brasil
  Data: 30/09/2016
  Local: Brasília
- Audiência Pública sobre Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e prestação de serviços à comunidade (PSC)
  Data: 06/10/2016
  Local: ALESC
- Direito à Convivência Familiar em Debate - Alienação Parental
  Data: 21/10/2016
  Local: São Bento do Sul
- Cerimônia de entrega Medalha Herbert de Souza para Dra. Brigitte Remor de Souza May
  Data: 31/10/2016
  Local: Câmara Municipal de Florianópolis
- Audiência Pública: A alteração das regras curriculares e o funcionamento do ensino médio - Medida Provisória 746/2016
  Data: 07/11/2016
  Local: ALESC
- II Seminário Estadual de Práticas Exitosas na área da criança e do Adolescente
  Data: 10/11/2016
  Local: ALESC
- II Encontro Nacional do Fórum Nacional de Justiça Protetiva - FONAJUP
  Data: 18/11/2016
  Local: Brasília - na sede da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude
- Oficina de implantação do Núcleo Intersetorial de Suporte ao APOIA (Programa criado pelo MPSC de combate a evasão escolar) do Município de Florianópolis
  Data: 28/11/2016
  Local: MPSC
- Curso sobre Fluxo da Infância e da Juventude no SAJ5/PG
  Data: 29/11/2016
  Local: TJSC

Notícias relacionadas

- Florianópolis sedia debates do 18º Fórum Nacional da Justiça Juvenil (Fonajuv) (03/03/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/florianopolis-sedia-debates-do-18%C2%BA-forum-nacional-da-justica-juvenil-fonajuv
- Presidente em exercício, desembargador Sérgio Heil abre 18º Fonajuv em Florianópolis (03/03/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/presidente-em-exercicio-desembargador-sergio-heil-abre-18%C2%BA-fonajuv-em-florianopolis
- Abraminj participa de seminário sobre entrevista forense com vítimas de violência sexual (18/03/2016) - http://abraminj.org.br/noticia.php?id=1665
- Juíza Brigitte recebe medalha Herbert de Souza por defesa da criança e do adolescente (1º/11/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/juiza-brigitte-recebe-medalha-herbert-de-souza-por-defesa-da-crianca-e-do-adolescente

7. PROJETOS EM ESTUDO

Para o exercício de 2017, a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude, visando incentivar a qualificação profissional de juízes e servidores, elaborou propostas de cursos de atualização. Ainda, iniciou estudos para implementação do Programa de Aprendizagem no TJSC.

7.1 Atualização em Prática de Estudos Sociais

Com o objetivo de desenvolver conhecimentos técnicos para elaboração de estudos sociais, laudos e pareceres, está em estudo a realização de capacitação aos assistentes sociais do Poder Judiciário. O curso se justifica pela necessidade de proporcionar espaço qualificado de construção do conhecimento e reflexão acerca da importância dos estudos sociais como instrumento para subsidiar os processos jurídicos e contribuir para decisões judiciais. Será ministrado em duas etapas, sendo a primeira voltada à construção de textos, com exploração de técnicas de redação, e a segunda ao aperfeiçoamento do uso dos instrumentos técnico-operativos que se fazem presentes no exercício profissional.

Atividades Relacionadas

- Reunião na Academia Judicial para discussão sobre orçamento dos projetos que a Ceij desenvolve em parceria com a AJ (02/06/2016);
- Reunião com Professora Célia Maria, da Universidade do Estado de Santa Catarina, sobre elaboração de curso às Assistentes Sociais para redação de pareceres (01/07/2016);
- Reunião com Professora Eliete Vaz, do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, sobre elaboração de curso às Assistentes Sociais para redação de pareceres (02/09/2016);
- Realização de contatos com Assistentes Sociais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e com Professores com formação em Serviço Social, a fim de viabilizar a capacitação.

7.2 Escuta Qualificada

Considerando a recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinou aos Tribunais de Justiça a instalação de serviços para operacionalizar os procedimentos de audiência especial de crianças e adolescentes, em situação de vítimas ou testemunhas de violência, a Coordenadoria promoveu debate acerca do tema com juízes, representantes dos Conselhos Regionais de Psicologia e de Serviço Social e das Associação Catarinense de Assistentes Sociais e de Psicólogos do Poder Judiciário.
Definiu-se, dentre as ações, uma capacitação voltada à escuta qualificada, com o propósito de fomentar debates, construção e ressignificação de conceitos e de promover compreensão, constatação ou

identificação de situações de vulnerabilidades, violências e riscos sociais, sem, contudo, revitimizar as partes ao longo do processo jurídico.

Atividades Relacionadas

- Reunião na Academia Judicial para discussão sobre orçamento dos projetos que a Ceij desenvolve em parceria com a AJ (02/06/2016);
- Participação em reunião com representantes da Associação Catarinense de Assistentes Sociais do Poder Judiciário - ACASPJ - acerca do Depoimento Especial (06/05/2016);
- Reunião com Presidentes das Associações de Psicólogos e Assistentes Sociais do TJSC, Conselho Regional de Psicologia e Conselho Regional de Serviço Social, ambos da 12ª Região, para discussão sobre Depoimento Especial (19/08/2016).

7.3 Programa de Aprendizagem

Na perspectiva de implementar o Programa Adolescente Aprendiz no âmbito do Tribunal de Justiça, a fim de contribuir para a formação técnico-profissional de adolescentes entre 14 e 18 anos de idade, em especial àqueles em situação de maior vulnerabilidade social, a Coordenadoria visitou no dia 08 de junho de 2016 o Ministério Público/SC, órgão que já possui o programa em atividade, com o intuito de obter subsídios para a estruturação do Projeto no TJSC.
A implantação de um projeto deste porte, a exemplo também, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), justifica-se não somente pelo impacto social a ser causado, mas também pelo fortalecimento do papel orientador, fiscalizador e indutor do TJSC enquanto integrante da estrutura do Estado, na garantia da profissionalização como direito fundamental e inalienável dos adolescentes.

Atividades Relacionadas

- Reunião no Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, para conhecer o Projeto Jovem Aprendiz (08/06/2016).

8. ATIVIDADES DIVERSAS

8.1 Visitas Técnicas

- Visita ao serviço de acolhimento Instituto de Desenvolvimento Integral, da comarca de São Bento do Sul, com a Comissão Estadual Judiciária de Adoção
  Data: 07/10/2016
  Local: São Bento do Sul

8.2 Reuniões diversas

- Participação em reunião na Corregedoria-Geral da Justiça para tratar sobre a situação do Centro de Atendimento Socioeducativo - CASE de Florianópolis (19/01/2016);
- Reuniões internas de planejamento estratégico entre a equipe da Ceij (20/01/2016; 04/02/2016; 07/06/2016; 14/07/2016; 06/09/2016);
- Participação em reunião no Gabinete do Desembargador Sérgio Izidoro Heil com o Presidente de Fundação Telefônica, a Dra. Ana Cristina Borba Alves, a Coordenadora e a Vice-Coordenadora da Ceij, e a Secretária da Ceij (28/01/2016);
- Participação de reunião com a Seção de Criação e Fotolitografia/DAG/DIE acerca da elaboração do Relatório CEIJ 2015 (10/03/2016);
- Reunião com a Dra. Simone Faria Locks e empresários de Blumenau para tratar sobre o Projeto Jovem Aprendiz com adolescentes em conflito com a lei - Oscip Gerar (16/03/2016);

- Reunião na Academia Judicial sobre Projeto de Elaboração do Manual dos Oficiais da Infância (16/05/2016);
- Seleção de pedagoga para atuar na Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (24/05/2016);
- Participação em reunião com a ASPLAN acerca do orçamento da CEIJ (25/05/2016; 30/05/2016; 23/06/2016; 26/10/2016);
- Seleção de psicóloga para atuar na Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (27/05/2016);
- Reunião com a Academia Judicial para tratar do Fórum Estadual de Juízes e outros cursos relacionados a CEIJ (27/06/2016);
- Participação em reunião sobre o Programa de Inclusão Profissional de Adolescentes pós-Acolhimento Institucional (30/06/2016);
- Participação em reunião Elaboração da proposta das metas nacionais de 2017 referentes aos macrodesafios: Aprimoramento da gestão da justiça criminal; Impulso às execuções (05/07/2016);
- Participação em reunião na Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA, com a Assistente Social Janice Merigo sobre família acolhedora (06/07/2016);
- Participação em reunião na ASPLAN: Análise Estratégica - Indicadores 2015-2020 (12/07/2016);
- Reunião com o CRPsicologia e Psicólogos do Judiciário para apresentação do Relatório de Análise sobre as Demandas do Sistema de Justiça aos Serviços Públicos Municipais de Saúde e Assistência Social - Fenômeno "Transborde" (09/08/2016);
- Reunião com o Juiz Auxiliar da Presidência Alexandre Morais da Rosa sobre PLC 0014.2/2016, que altera a redação do art. 2° da Lei Complementar n° 188, de 1999, que dispõe sobre o Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) e adota outras providências (28/09/2016);
- Reunião na sede do Conselho Regional de Psicologia com o "Grupo de Estudos Transborde da Justiça" - Relatório de Análise sobre as Demandas do Sistema de Justiça aos Serviços Públicos Municipais de Saúde e Assistência Social (26/10/2016);
- Reunião no Gabinete da Desembargadora Soraya Nunes Lins com magistrados integrantes do Colegiado da Ceij para discussão de Projeto de Lei de edição do Ministério da Justiça e Cidadania, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (31/10/2016);
- Reunião com Diretora de Engenharia e Arquitetura acerca da reforma do novo espaço físico da CEIJ (04/11/2016);
- Reunião com Chefe da Divisão de Educação da Academia Judicial sobre levantamento de futuros cursos afetos à infância e juventude para magistrados (07/11/2016);
- Reunião na ALESC, no Gabinete do Deputado Vicente Caropreso, acerca de Projeto de Lei, editado pelos servidores e magistrados catarinenses, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (10/11/2016);
- Reunião na Diretoria de Engenharia e Arquitetura, com a participação da ASPLAN, sobre as necessidades relacionadas aos espaços do Serviço Psicossocial (10/11/2016);
- Participação em reunião com o Fórum Parlamentar Catarinense, no Congresso Nacional, sobre projeto de lei que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (23/11/2016);
- Reunião no Gabinete da Desembargadora Soraya Nunes Lins acerca da reformulação do site da Ceij (12/12/2016).

Notícias relacionadas

- TJ reúne magistrados e servidores em grupos de trabalho para traçar metas de 2017 (05/07/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/tj-reune-magistrados-e-servidores-em-grupos-de-trabalho-para-tracar-metas-de-2017

8.3 Notícias diversas

- Pleno aprova por unanimidade coordenadores de áreas estratégicas da nova gestão do TJ (03/02) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/pleno-aprova-por-unanimidade-coordenadores-de-areas-estrategicas-da-nova-gestao-do-tj
- Ceij discute depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência (27/09/2016) - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/ceij-discute-depoimento-especial-de-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-violencia
- Justiça catarinense discute ampliar depoimento especial de crianças - Reportagem Ceij sobre Depoimento Especial no site da Abraminj (02/09/2016) - http://abraminj.org.br/noticia.php?id=1778

GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização foi instituído com o objetivo de monitorar e fiscalizar o sistema carcerário e o de execução de medidas socioeducativas, de orientar o exercício da atividade jurisdicional criminal, de execução penal e socioeducativa, e de desenvolver políticas, treinamentos e ações relacionados ao combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres, possuindo como órgãos de execução a Coordenadoria Estadual da Justiça Criminal e das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar, a Coordenadoria Estadual do Sistema Socioeducativo e da Justiça Juvenil e a Coordenadoria Estadual da Execução Penal.

Coordenadoria Estadual da Justiça Criminal e das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar

VISITAS TÉCNICAS A UNIDADES PRISIONAIS		
COMARCAS	**UNIDADES**	**DATA**
Palhoça	Colônia Penal Agrícola	23-2
Videira	Unidade Prisional Avançada	1 e 2-3
Capital	Presídio Feminino	8-3
Imbituba	Unidade Prisional Avançada	6-6
Araranguá	Presídio Regional	7-6
Biguaçu	Presídio Regional	13-6
Capital	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	14-6
Tijucas	Presídio Regional	28-6
Itapema	Unidade Prisional Avançada	28-6
Capital	Presídios Feminino e Masculino	11-7
Blumenau	Presídio Regional	12-7
Brusque	Unidade Prisional Avançada	13-7
Indaial	Unidade Prisional Avançada	13-7
Gaspar	Unidade Prisional Avançada	13-7
São José	Penitenciária de São Pedro de Alcântara	2-8
Caçador	Presídio Regional	9-8
Joaçaba	Presídio Regional	10-8

IMPLANTAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA		
COMARCAS	**DATA**	**RESOLUÇÃO**
Capital	21-4 (implantação nos dias sem expediente forense)*	
Araranguá	1-5 (implantação integral)	Resolução CM n.1 de 20 de abril de 2016, publicada no Diário da Justiça n. 2.333 em 22-4-2016
Blumenau		
Chapecó		
Concórdia		
Criciúma		
Indaial		
Itajaí		
Jaraguá do Sul		
Joinville		
Lages		
Mafra		
Tijucas		
Videira		

* A realização da audiência de custódia em dias úteis na comarca da Capital teve início em setembro de 2015 (Resolução GP/CGJ n. 6 de 4 de setembro de 2015).

IMPLANTAÇÃO DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO		
COMARCAS	TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS	RESOLUÇÃO
Araranguá	10	Resolução Conjunta GP/CGJ n. 4 de 7 de julho de 2016, publicada no Diário da Justiça n. 2.387 em 8-7-2016
Blumenau	30	
Capital	20	
Criciúma	30	
Itajaí	30	
São José	30	

OUTRAS AÇÕES DECORRENTES DAS RESOLUÇÕES N. 214 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (15-12-2015) E N. 7 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (17-2-2016)	
AÇÃO	QUANTITATIVO
Apuração de maus tratos / tortura	17
Apuração de irregularidade em unidade prisional	16
Acompanhamento de transferência de preso	11
Interlocução com órgãos externos para definição de procedimentos	52
Acompanhamento / implementação de programas e projetos	7
Acompanhamento / elaboração de convênios e atos normativos	7
Manifestação em consulta sobre temas afetos ao sistema prisional	9

PROMOÇÃO DE EVENTOS				
TIPO	TEMA	PÚBLICO-ALVO	LOCAL	DATA
Palestra	Evento em comemoração ao aniversário de 10 anos da Lei Maria da Penha	Operadores do Direito	Gaspar	17-8
Seminário	I Seminário de Prevenção e Combate à Violência Contra Mulher	Corpo docente e discente da UNOESC	Joaçaba	9-8
Palestra	Encontro "Mulheres em Ação: 10 anos da Lei Maria da Penha"	Aberto	Tribunal de Justiça	28-9
Painel	Funcionamento do GMF	Alunos do Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura	Academia Judicial	18-11

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS			
TIPO	TEMA	LOCAL	DATA
Fórum	Fórum Nacional de Alternativas Penais - FONAPE	Salvador	24 a 27-2
Palestra	Painel sobre Feminicídio	ALESC	7-3
Palestra	Prisões Cautelares – Ministro Rogério Cruz	Academia Judicial	8-4
Workshop	VII Workshop sobre o Sistema Penitenciário Federal	Brasília - DF	15 e 16-6
Seminário	II Seminário sobre Tortura e Violência no Sistema Prisional e no Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas	Brasília - DF	22 a 24-6
Encontro	10ª edição da Jornada Lei Maria da Penha	Brasília – DF	11-8
Fórum	VIII Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - FONAVID	Minas Gerais - BH	9 a 12-11

Coordenadoria Estadual do Sistema Socioeducativo e da Justiça Juvenil

VISITA TÉCNICA A UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO		
COMARCAS	UNIDADES	DATA
Capital	Centro de Internação Feminina - CIF	8-9
São José	Centro de Atendimento Socioeducativo e Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório da Grande Florianópolis	23-9
Capital	Centro de Internação Feminina - CIF	14-11

OUTRAS AÇÕES DECORRENTES DAS RESOLUÇÕES N. 214 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (15-12-2015) E N. 7 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (17-2-2016)	
AÇÃO	**QUANTITATIVO**
Interlocução com órgãos externos para definição de procedimentos	8
Acompanhamento / elaboração de convênios e atos normativos	1

PROMOÇÃO DE EVENTOS				
TIPO	**TEMA**	**PÚBLICO-ALVO**	**LOCAL**	**DATA**
Painel	Funcionamento do GMF	Alunos do Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura	Academia Judicial	18-11

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS			
TIPO	**TEMA**	**LOCAL**	**DATA**
Fórum	XIX Fórum Nacional da Justiça Juvenil	Pirenópolis / GO	18 e 19-8

Coordenadoria Estadual da Execução Penal

AÇÕES DECORRENTES DAS RESOLUÇÕES N. 214 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (15-12-2015) E N. 7 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (17-2-2016)	
AÇÃO	**QUANTITATIVO**
Apuração de maus tratos / tortura	4
Apuração de irregularidade em unidade prisional	3
Análise de portaria	16
Acompanhamento de transferência de preso	9
Interlocução com órgãos externos para definição de procedimentos	24
Acompanhamento / implementação de programas e projetos	4
Manifestação em consulta sobre temas afetos ao sistema prisional	7

PROMOÇÃO DE EVENTOS				
TIPO	**TEMA**	**PÚBLICO-ALVO**	**LOCAL**	**DATA**
Painel	Funcionamento do GMF	Alunos do Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura	Academia Judicial	18-11

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS			
TIPO	**TEMA**	**LOCAL**	**DATA**
Fórum	XIX Fórum Nacional da Justiça Juvenil	Pirenópolis / GO	18 e 19-8

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação compõe o Mapa Estratégico do Poder Judiciário de Santa Catarina – Vigência 2015-2020 – e está delineada nas perspectivas Cidadão: "Aprimorar a comunicação institucional" e Gestão: "Aprimorar a comunicação interna". Neste sentido, foram desenvolvidas inúmeras ações no ano de 2016 pelo Núcleo de Comunicação Institucional (NCI).

O projeto de produção de material para *web*, *web*tv e *web*radio, iniciado em 2015, foi prorrogado em 2016 com a confecção e disponibilização no Canal TJSC no *YouTube*, dos seguintes produtos:

- 67 vídeos – entre eles matérias, bem como os quadros Modus Operandi; De olho no Direito; Antes e Depois da Lei; Além da Toga; e Hora Extra;
- 209 áudios – Resenha Semanal; e Pílulas de um minuto;
- Duas campanhas institucionais – Incentivo à Adoção; e Jurado Voluntário;
- Dois eventos na íntegra – Palestra do Ministro Rogério Schietti M. Cruz; e Mostra de Boas Práticas.

Compondo os materiais em vídeo, importante destacar a participação do NCI na grade da TV Alesc, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por meio do programa "TJSC na TV", com veiculação quinzenal de quadro de entrevistas. Já foram transmitidas as seguintes entrevistas:

- Juiz de Direito de Segundo Grau Paulo Ricardo Bruschi – Direito do Consumidor na era da internet;
- Desembargador César Abreu – Eleições 2016 em Santa Catarina;
- Desembargador Ronei Danielli – Resolução de demandas repetitivas; e
- Juiz de Direito Rafael Brüning – Crime organizado.

O NCI ainda atuou diretamente na supervisão dos serviços gráficos executados pela Divisão de Artes Gráficas (DAG), conforme função definida pela Resolução n. 16/2014-GP de "supervisionar a produção e zelar pela qualidade de material impresso de promoção ou divulgação da imagem e das políticas públicas institucionais no âmbito do Poder Judiciário".

No ano de 2016 foram supervisionadas 462 (quatrocentos e sessenta e dois) serviços gráficos.

Com o lançamento do novo portal do PJSC em novembro de 2015, o NCI assumiu integralmente a supervisão e moderação do site em agosto de 2016, conforme SPA n. 9380/2016.

Imperioso destacar que o novo portal do PJSC tornou o acesso às informações e aos serviços prestados pelo Judiciário catarinense mais célere e mais eficiente, além de contribuir, significativamente, para o desempenho das funções de seus servidores e a aproximação da Corte com a sociedade.

Prova disso é o número expressivo de correspondências eletrônicas recebidas pelo NCI, cujo formulário de contato foi disponibilizado em cada página do Novo Portal por meio do link "Fale Conosco sobre esta página". Só em 2016 foram recebidas e devidamente respondidas 3.851 correspondências eletrônicas. Entre elas constam elogios, dúvidas e críticas, as quais, após análise da DTI e NCI, servem de base para o aperfeiçoamento do Portal, bem como pedidos de atualização, cujas informações são verificadas pelo Núcleo e imediatamente disponibilizadas no site.

Paralelamente, o NCI deu continuidade ao Projeto Memórias, iniciado no segundo semestre de 2015, cujo objetivo principal é a produção de vídeos a respeito da história da Justiça no Estado, a partir do relato de ex-presidentes do Tribunal de Justiça e servidores destacados da administração, bem como de livro sobre os fatos marcantes da instituição.

Em parceria com a Diretoria de Documentação e Informações, foram realizadas pesquisas em documentos administrativos e judiciais, fotografias, notícias de jornais, e efetivadas as entrevistas.

Foram entrevistados os ex-presidentes:

- Desembargador Tycho Brahe Fernandes Neto;
- Desembargador João Martins;
- Desembargador Francisco Xavier Vieira;
- Desembargador João José Ramos Schaefer;
- Desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva;
- Ministro Jorge Mussi;

- Desembargador Pedro Manoel Abreu;
- Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho; e
- Desembargador José Trindade dos Santos;

E, ainda, os servidores:

- Servidora aposentada Célia Bucke; e
- Servidor aposentado Jaime Sprícigo.

O Projeto Memórias foi apresentado na Sessão Solene em comemoração aos 125 anos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, realizada em 10 de outubro de 2016, oportunidade em que foi exibido um clipe com os melhores momentos das entrevistas.

Já a obra "Em meio a leis e pessoas, 125 anos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina" teve seu lançamento realizado no dia 5 de dezembro de 2016 por ocasião da inauguração da exposição "A Máquina, a Terra, a Luta: 100 Anos do Fim da Guerra do Contestado".

Por fim, é necessário ressaltar que, apesar das diversas ações empreendidas pelo NCI neste ano, muito ainda pode e deve ser projetado para o futuro. No entanto, são indispensáveis a consolidação e a valorização do trabalho desenvolvido pelo setor, de modo que seu papel seja disseminado e perenizado perante a instituição e que servidores e colaboradores percebam no NCI um importante aliado na melhoria da comunicação e da imagem do Poder Judiciário de Santa Catarina.

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A Assessoria de Imprensa do TJ, durante o ano de 2016, produziu e distribuiu entre os diversos órgãos de comunicação do Estado **1.640 informes** oficiais, assim divididos: **1.300 releases** (matérias jornalísticas) e **340 notas** enviadas a colunas em páginas dedicadas ao Judiciário nas mídias estadual e nacional. Neste ano, em média, registraram-se **6,56 informes** produzidos em cada dia útil, com aproveitamento estimado em 70% de todo o material enviado às redações ou captados diretamente em nosso site de notícias. A média de acessos diários em nosso campo de notícias na internet/intranet, voltou a registrar mais de **5 mil acessos** cotidianos, o que no total ultrapassa **1,5 milhão de acessos** no ano.
Além disso, a Assessoria de Imprensa do TJSC realizou trabalho cotidiano de atendimento – por telefone ou mesmo pessoalmente – tanto ao público interno como aos jornalistas interessados em obter informações do Judiciário estadual. Em razão desta interface entre instituição e órgãos de comunicação, facilitamos entrevistas e reportagens com o presidente do TJ e demais integrantes desta Corte a emissoras de rádio e televisão, inclusive representantes da mídia nacional e internacional. A Assessoria de Imprensa, no campo do jornalismo impresso, também providenciou o encaminhamento de dezenas de artigos de magistrados de 1º e 2º grau para publicação em jornais estaduais.
A elaboração diária da Resenha Eletrônica Informativa foi outro trabalho desenvolvido pela assessoria neste período, sempre com o objetivo de fornecer subsídios aos magistrados e servidores sobre fatos pertinentes ao Judiciário e a suas diversas interpretações pelos órgãos de comunicação do Estado e do país, disponibilizando tais informações via computador para toda a rede do Judiciário estadual, com alcance de 6 mil terminais em todas as 111 comarcas de Santa Catarina. A assessoria manteve e administrou espaço nas páginas da intranet e internet, oferecendo aos públicos interno e externo informações atualizadas sobre decisões e acontecimentos do mundo judiciário na seção “Notícias do TJ”.
Tivemos ainda, ao longo do ano, a publicação de 19 novas edições do boletim eletrônico Veredicto, todas disponibilizadas na página do TJ – intranet/internet. O Veredicto é um produto realizado inteiramente pelos profissionais lotados na Assessoria de Imprensa, com base em projeto gráfico elaborado pela Gráfica do TJ.
Em 2016, o Poder Judiciário de Santa Catarina também manteve – pelo décimo primeiro ano consecutivo – seu espaço na disputada grade da TV Justiça, emissora de TV a cabo do Supremo Tribunal Federal (STF) com alcance nacional, em que veiculou **44 programas inéditos** e 33 reprises do Justiça Legal (JL), no total de **2.310 minutos de exibição**. No Estado, por meio de convênios, o JL foi veiculado também pela TV Floripa e TV Legislativa de Blumenau. Com supervisão da Assessoria de Imprensa do TJ e produção terceirizada – contratada por meio do devido processo licitatório –, o JL ocupou espaço na mídia por **10.230 minutos** ao longo de 2016. Ainda neste meio, a assessoria deu continuidade aos trabalhos de apoio à Rádio Justiça, mediante a produção de boletins e a marcação de entrevistas com magistrados catarinenses, para veiculação naquela emissora e aproveitamento no espaço dedicado ao Judiciário no programa Voz do Brasil. A Rádio Justiça, emissora administrada pelo STF, pode ser sintonizada no Estado por meio da internet.
Em conjunto com esse importante projeto, a assessoria continuou em ação no trabalho cotidiano de cobertura de eventos do TJ (Presidência, Corregedoria-Geral de Justiça, Academia Judicial, Coordenadoria de Juizados Especiais etc.) e de instituições afins (universidades, Procuradoria-Geral de Justiça, OAB/SC etc.), na Capital e no interior do Estado; no trabalho de acompanhamento de sessões dos órgãos julgadores do TJ; e no atendimento aos magistrados (1º e 2º grau) e a servidores (notadamente diretores) para divulgação de realizações e projetos localizados. Em 2016, em parceria com a Academia Judicial, a Assessoria de Imprensa viabilizou a realização de novas turmas do curso de Midia Training para magistrados. Esse projeto, iniciado em outubro de 2012, já alcançou sua 14ª turma, com cerca de 120 juízes beneficiados. Houve ainda o lançamento de novos produtos, a partir de contrato próprio, via licitação, como os programas de WebRádio e WebTV, mais o novo programa TJSC na TV, desde 24 de outubro na grade da TVAL. Já foram apresentados, ao longo de 2016, cinco programas do TJSC na TV.

Pelo conjunto de atividades desenvolvidas neste ano e sua inegável repercussão nos meios de comunicação em geral, a Assessoria de Imprensa considera ter contribuído para a divulgação dos principais atos do Poder Judiciário, aproximando-o da população e, assim, cumprindo uma das metas da atual gestão, qual seja, garantir a transparência de suas realizações. Avanços e conquistas obtidos com o apoio do Núcleo de Comunicação Institucional (NCI) do Tribunal de Justiça, reestruturado e sob a competente coordenação do desembargador João Henrique Blasi e do Gabinete da Presidência do TJ.

INFORMES OFICIAIS (RELEASES E NOTAS) – EVOLUÇÃO ANUAL

1998
261 informes oficiais = 196 notas + 65 releases.
Média produção/dia útil* = 1,04

1999
175 informes oficiais = 110 notas + 65 releases.
Média produção/dia útil* = 0,70

2000
333 informes oficiais = 151 notas + 182 releases.
Média produção/dia útil* = 1,33

2001
141 informes oficiais = 51 notas + 90 releases.
Média produção/dia útil* = 0,56

2002
345 informes oficiais = 102 notas + 243 releases.
Média produção/dia útil* = 1,38

2003
611 informes oficiais = 325 notas + 286 releases.
Média produção/dia útil* = 2,44

2004
775 informes oficiais = 492 notas + 283 releases.
Média produção/dia útil* = 3,10

2005
768 informes oficiais = 479 notas + 289 releases.
Média produção/dia útil* = 3,07

2006
1.585 informes oficiais = 893 notas + 692 releases.
Média produção/dia útil* = 6,34

2007
1.949 informes oficiais = 1.062 notas + 887 releases.
Média produção/dia útil* = 7,80

2008
2067 informes oficiais = 1.091 notas + 976 releases.
Média produção/dia útil*= 8,26

2009
1905 informes oficiais = 1.002 notas + 903 releases.
Média produção/dia útil*= 7,62

2010
2605 informes oficiais= 505 notas + 2.100 releases.

Média produção/dia útil*= 10,42

2011
2.435 informes oficiais = 350 notas + 2.085 releases.
Média produção/dia útil*= 9,74

2012
2.188 informes oficiais = 338 notas + 1.850 releases.
Média produção/dia útil*= 8,75

2013
2.182 informes oficiais = 283 notas + 1.899 releases.
Média produção/dia útil*= 8,72

2014
1.878 informes oficiais = 376 notas + 1.502 releases.
Média de produção/dia útil*= 7,49

2015
1.619 informes oficiais = 319 notas + 1.300 releases.
Média produção/dia útil*= 6,47

2016
1.640 informes oficiais = 340 notas + 1.300 releases.
Média de produção/dia útil*= 6,56

_____
**250 dias/ano*

PROGRAMA DE TV JUSTIÇA LEGAL

2001
Contrato de prestação de serviço
Programa semanal de 15 minutos
Veiculação em sistema a cabo
Convênio com a TV Assembleia Legislativa
Duração: agosto, setembro, outubro, novembro
Número de programas: 16
Tempo de exposição: 240 minutos

2002
Contrato de prestação de serviço
Programa semanal de 15 minutos
Veiculação em sistema a cabo
Convênio com a TV Assembleia Legislativa
Duração: outubro, novembro, dezembro
Número de programas: 12
Tempo de exposição: 180 minutos

2003
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Convênio com o SBT-SC
Duração: abril/dezembro
Número de programas: 39
Tempo de exposição: 1.170 minutos

2004
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos

Veiculação em canal aberto
Contrato com o SBT-SC
Duração: junho/dezembro
Número de programas: 27
Tempo de exposição: 810 minutos

2005
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Contrato com o SBT-SC
Duração: março/dezembro
Número de programas: 44
Tempo de exposição: 1.320 minutos

2006
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara
Número de programas: 135 (76 inéditos + 59 reprises)
Tempo de exposição: 4.050 minutos

2007
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/SBT/TV Justiça/TV Câmara
Número de programas: 416 (208 inéditos + 208 reprises)
Tempo de exposição: 12.480 minutos

2008
Licitação - modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara
Número de programas: 328 (148 inéditos + 180 reprises)
Tempo de exposição: 9.840 minutos

2009
Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara Fpolis/TV Câmara São José
Número de programas: 391 (163 inéditos + 228 reprises)
Tempo de exposição: 11.730 minutos

2010
Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação apenas em TV a cabo
Convênios com TV Justiça/TV Câmara Fpolis/TV Câmara São José
Número de programas: 354 (118 inéditos + 236 reprises)
Tempo de Exposição: 10.620 minutos

2011
Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com SBT/TV Justiça/ TV Câmara Fpolis/São José/Blumenau/TV Floripa
Número de programas: 564 (228 inéditos + 336 reprises)

Tempo de exposição: 16.920 minutos

2012
Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto* e fechado
Contrato com SBT/TV Justiça/ TV Câmara Fpolis/São José/Blumenau/TV Floripa
Número de programas: 557 (189 inéditos + 368 reprises)
Tempo de exposição: 16.710 minutos
** O contrato para exibição em TV aberta, celebrado com o SBT, foi suspenso por decisão liminar da Justiça. Cinco programas haviam sido veiculados até então. Não há decisão final sobre o assunto.*

2013
Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação apenas em canal fechado
Convênio com TV Justiça/TV Câmara Fpolis/São José/Blumenau
Número de programas: 505 (203 inéditos + 302 reprises)
Tempo de exposição: 15.150 minutos

2014
Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação apenas em canal fechado
Convênio com TV Justiça/TV Câmara Fpolis/São José/Blumenau
Número de programas: 505 (203 inéditos + 302 reprises)
Tempo de exposição: 15.150 minutos

2015
Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação apenas em canal fechado
Convênio com TV Justiça/TV Câmara Fpolis e Blumenau
Número de programas: 352 (132 inéditos + 220 reprises)
Tempo de exposição: 10.560 minutos

2016
Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação apenas em canal fechado
Convênio com TV Justiça/TV Floripa e TV Câmara Blumenau
Número de programas: 341 (121 inéditos + 220 reprises)
Tempo de exposição: 10.230 minutos

ASSESSORIA DE CERIMONIAL

1. INTRODUÇÃO

A Assessoria de Cerimonial está regulamentada pela Resolução 16/2014-GP e integra o Núcleo de Comunicação Institucional, subordinado ao Gabinete da Presidência.
De acordo com a Resolução 16/2014-GP, a Assessoria de Cerimonial é o órgão competente para:

- preparar, supervisionar e coordenar eventos para os públicos interno e externo;
- expedir correspondências da Presidência que lhe sejam pertinentes;
- diligenciar a confecção e providenciar a distribuição dos convites para eventos oficiais e receber as confirmações dos convidados;
- manter contato com órgãos congêneres, visando ao intercâmbio de informações;
- acompanhar cerimônias e eventos realizados pelo Poder Judiciário sob a responsabilidade da Presidência desta Corte;
- organizar eventos no espaço cultural do Tribunal de Justiça;
- recepcionar autoridades em visita protocolar ao Tribunal de Justiça;
- recepcionar estudantes de Direito em visita ao Tribunal de Justiça; e
- exercer outras atividades inerentes às suas finalidades.

2. ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Os eventos institucionais organizados pelo Cerimonial são:

- inauguração e reinauguração de Fóruns;
- abertura de solenidades;
- instalação de varas e outras unidades jurisdicionais;
- posses de Desembargadores, Juízes de Direito de Segundo Grau e Juízes Substitutos;
- assinatura de convênios;
- almoço do Ático em dias de sessão do Tribunal Pleno;
- solenidades alusivas às comemorações de instalação deste Tribunal de Justiça e de comarcas;

Em 2016 foram organizados e conduzidos os eventos listados no quadro a seguir:

JANEIRO	
DIA	**EVENTO**
26	Solenidade de instalação de CEJUSC na Comarca de Tubarão
29	Solenidade de Posse dos Novos Dirigentes do TJSC
29	Solenidade e ato de transmissão de posse da Corregedoria-Geral da Justiça









FEVEREIRO	
DIA	EVENTO
26	Posse do Juiz de Segundo Grau Saul Steil no cargo de Desembargador





MARÇO	
DIA	**EVENTO**
09.03	Instalação de Vara na comarca de Xanxerê





ABRIL	
DIA	**EVENTO**
01	Solenidade de Posse do Juiz de Direito José Maurício Lisboa no cargo de Juiz de Direito de Segundo Grau

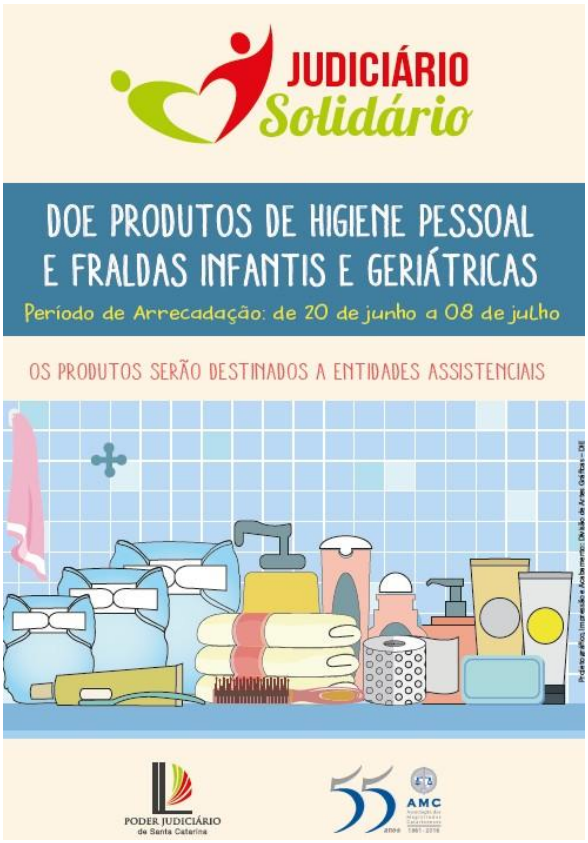
MAIO	
DIA	**EVENTO**
20	Palestra de advogados americanos sobre Mediação – Fórum Eduardo Luz



JUNHO	
DIA	**EVENTO**
10	Confecção de placa para Formatura do Curso de Formação de oficiais do Corpo de Bombeiros militar de Santa Catarina



JULHO	
DIA	**EVENTO**
8	Judiciário Solidário – Arrecadação de produtos de Higiene pessoal e fraldas infantis e geriátricas
14	Instalação da Vara da Família, Infância, Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões na comarca de Caçador





AGOSTO	
DIA	**EVENTO**
1	Inauguração da Nova Galeria dos Corregedores-Gerais da Justiça
3	Jantar de Despedida da Desembargadora Marli Mosimann
10	Entrega de Presente em homenagem à aposentadoria do Des. Nelson Schaeffer Martins
18	Homenagem de e Descerramento de foto do Desembargador Getúlio Correa no Fórum Eduardo Luz





SETEMBRO	
DIA	**EVENTO**
2	Posse dos Juízes de Direito de Segundo grau Newton Varella Júnior e Rodolfo Tridapalli no cargo de Desembargador
5	Apresentação do TJSC aos novos Delegados da Polícia Civil
23	Inauguração do CEJUSC Executivo Fiscal da comarca da Capital
27	Encontro Mulheres em Ação - Celebração de 10 anos da Lei Maria da Penha















OUTUBRO	
DIA	**EVENTO**
06	Seminário dos 125 Anos do TJSC
10	Sessão solene de 125 anos do TJSC + Inauguração da Galeria dos Presidentes
20	Instalação do CEJUSC na comarca de Balneário Piçarras
20	Posse dos Juízes de Direito Carlos Roberto da Silva e Bettina Maria Maesch de Moura no Cargo de Juíz de Direito de Segundo Grau

21	Instalação do CEJUSC na comarca de Rio Negrinho





















NOVEMBRO	
DIA	EVENTO
21	Abertura da Semana Nacional da Conciliação
23	Descerramento de placa Edifício Desembargador Ungaretti
24	Celebração Ecumênica – Santa Catarina de Alexandria

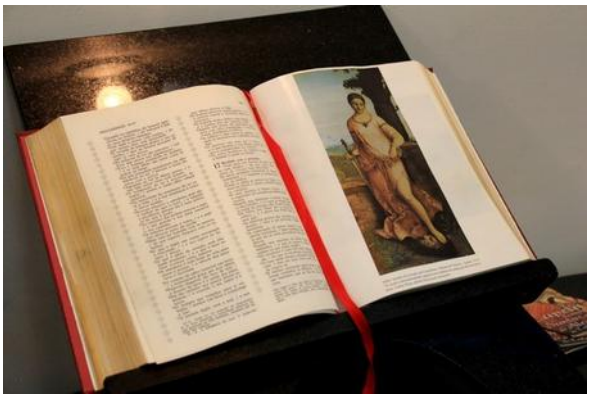












DEZEMBRO	
DIA	**EVENTO**
2	Confecção de placa para Formatura do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar realizada na sede da Academia Militar
5	Abertura da Exposição do Contestado no Museu
7	Sessão solene de posse no cargo de Desembargador dos Juízes de Direito de Segundo Grau Odson Cardoso Filho, Gilberto Gomes de Oliveira, José Everaldo Silva, Volnei Celso Tomazini, Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, Leopoldo Augusto Brüggemann, Júlio César Knoll e da Procuradora de Justiça Vera Lúcia Ferreira Copetti


A MÁQUINA A TERRA
A LUTA
100 anos do fim da Guerra do Contestado




Tribunal de Justiça de Santa Catarina



3. EVENTOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES NO TJSC

A Assessoria de Cerimonial, quando solicitada pela Presidência, também é encarregada de atuar em parceria ou intermediar o uso de espaço do TJSC cedido a outra instituição, oferecendo os serviços e atuando de forma colaborativa na preparação, organização e condução do evento, além de fiscalizar e zelar pelo patrimônio do PJSC.
Em 2016 este setor atuou desta forma nos eventos a seguir.

DATA	EVENTO	INSTITUIÇÃO
18.03	Posse dos novos Dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	TRE- SC
15.04	Abertura do programa Novo CPC em debate	Academia Judicial
7 - 8.07	Congresso de Direito Eleitoral	TRE- SC/OAB/ALESC
23.08	Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil	MPT
15.12	Diplomação dos Candidatos Eleitos pelo TRE-SC	TRE-SC

4. CAMPANHA JUDICIÁRIO SOLIDÁRIO

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a Associação dos Magistrados Catarinenses apresentaram a campanha Judiciário Solidário, que objetivou arrecadar, aquela primeira etapa, produtos de higiene pessoal e fraldas infantis e geriátricas, contribuindo no cuidado com a saúde e o bem-estar de pessoas assistidas.
As doações arrecadadas foram entregues à comarca de Tijucas e ao CEPOM.

5. VISITA DE ESTUDANTES

No decorrer do ano, a Assessoria de Cerimonial prosseguiu com o seu programa de visita mediada aos alunos das instituições de ensino superior do curso de Direito.
As visitas são realizadas nas terças e quintas-feiras, e consistem em visitação ao Museu do Poder Judiciário, em palestra (opcional) proferida por Secretários de Câmaras e encaminhamento para as sessões de julgamento.
Neste ano foram agendadas 64 visitas, somando um total de 2.961 acadêmicos, e foram ministradas 35 palestras.
Seguem abaixo dados relativos ao agendamento de visitas de 2016:

DATA	UNIVERSIDADE	CIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
29.03	FURB	BLUMENAU	40
05.04	SINERGIA	NAVEGANTES	37
05.04	UNIDAVI	RIO DO SUL	84
07.04	SINERGIA	NAVEGANTES	33
07.04	UFSC	FLORIANÓPOLIS	60
12.04	UNISUL – PEDRA BRANCA	PALHOÇA	40
14.04	UNC	CONCÓRDIA	28
19.04	AVANTIS	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	25
26.04	UNESC	CRICIÚMA	43
26.04	FURB	BLUMENAU	36
28.04	UNIBAVI	ORLEANS	44
03.05	UNIFEBE	BRUQUE	39
10.05	CESUSC	FLORIANÓPOLIS	100
12.05	CESUSC	FLORIANÓPOLIS	100
17.05	UNESC	CRICIÚMA	43
17.05	UNISUL	FLORIANÓPOLIS	80
19.05	UNIASSELVI - FAMEBLU	BLUMENAU	40
24.05	UNIVILLE	JOINVILE	50
31.05	UNISUL	FLORIANÓPOLIS	80
31.05	UNISUL	FLORIANÓPOLIS	80
02.06	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	JOINVILLE	40
07.06	UNIARP	CAÇADOR	37
09.06	UNIVALI	ITAJAÍ	40
14.06	ESUCRI	CRICIÚMA	50
21.06	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DE SC	JARAGUÁ DO SUL	41
30.06	UNIVALI	ITAJAÍ	52
30.06	UNIVALI	BALNEÁRIO CAMBORÍÚ	52
18.08	UNOCHAPECÓ	CHAPECÓ	45
25.08	UFSC	FLORIANÓPOLIS	29
30.08	UNC	CONCÓRDIA	42
06.09	UNISUL	PALHOÇA	49
08.09	UNISUL	FLORIANÓPOLIS	50
13.09	FURB	BLUMENAU	72
15.09	UNIVALI	TIJUCAS	41
20.09	CENTRO UNIVERSITÁRIO - CATÓLICA DE SC	JOINVILE	66
22.09	UNIASSELVI	BLUMENAU	35
22.09	UNOESC	JOAÇABA	60
27.09	FURB	BLUMENAU	50
29.09	UNISOCIESC	JOINVILE	48
11.10	AVANTIS	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	21
11.10	UNIGUAÇU	UNIÃO DA VITÓRIA	50
11.10	UNIVILLE	JOINVILE	51
13.10	UNIVERSIDADE DE JOINVILE	JOINVILE	40
13.10	UNIARP	CAÇADOR	50
18.10	UNESC	CRICIÚMA	50
20.10	UNOCHAPECÓ	CHAPECÓ	45
25.10	UNIDAVI	RIO DO SUL	48
25.10	FURB	BLUMENAU	52
27.10	UNIPLAC	LAGES	40
27.10	UNOCHAPECÓ	CHAPECÓ	45
1.11	UNESC	CRICIÚMA	51
1.11	UNESC	CRICIÚMA	50

3.11	UNIFEBE	BRIUSQUE	41
8.11	ESUCRI	CRICIÚMA	30
8.11	CENTRO UNIVERSITÁRIO - CATÓLICA DE SC	JARAGUÁ DO SUL	40
10.11	CELER	XAXIM	26
17.11	FACULDADE DE SC	SÃO JOSÉ	25
17.11	UNIFEBE	BRUSQUE	44
22.11	UNESC	CRICIÚMA	50
24.11	UNOESC	VIDEIRA	35
29.11	FURB	BLUMENAU	40
1.12	AMF – RIO GRANDE DO SUL	RESTINGA SECA/RS	30
1.12	UNISUL	TUBARÃO	26

6. RECEPÇÃO DE AUTORIDADES

No decorrer do ano a Assessoria de Cerimonial recebeu e acompanhou ao Gabinete da Presidência diversas autoridades em visita protocolar à esta Corte. Entre elas, Ministros, Presidente da Assembleia Legislativa, Deputados, Representantes de diversas entidades, Prefeitos, Presidente da OAB, totalizando 58 recepções.

OUVIDORIA

1. APRESENTAÇÃO

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina está vinculada ao Gabinete da Presidência, sendo o Desembargador Ouvidor escolhido pelo Tribunal Pleno mediante indicação do Presidente do Tribunal de Justiça, cabendo-lhe receber, encaminhar e responder reclamações, solicitações, sugestões, denúncias, elogios e pedidos de informações relacionados às esferas judicial e administrativa.
O exercício dessas tarefas pressupõe a existência de **método claro** de atendimento, de maneira a assegurar ao interessado a fundamental percepção de que há **instrumentos de gestão e de controle ligados à proteção** dos seus **direitos** e, desse modo, legitimar materialmente a atuação do Órgão na busca da efetivação das pretensões de caráter jurisdicionais e administrativas. É possível conferir no sítio da Ouvidoria informações relevantes a respeito da forma de atuação como canal de comunicação.
A **confiança** de que o procedimento adotado é seguro e atende às expectativas incentiva a **participação** dos interessados e, por consequência, **fortalece o papel da Ouvidoria** no âmbito do Poder Judiciário e tal medida contribui para a evolução das pessoas, dos processos de trabalhos e da instituição.
A divulgação de **informativo anual** é um passo no caminho da transparência, a evidenciar aos interessados, à administração do Poder Judiciário e à sociedade as providências adotadas pela Ouvidoria na busca de respostas às inquietações e às indagações dos cidadãos ao longo do ano que se passou.
O **Relatório Estatístico** tem por base as demandas recebidas na Ouvidoria entre o período de 1º de janeiro a 30 de novembro de 2016 e abrange também as providências adotadas pelo Órgão até o dia 16 de dezembro do mesmo ano. O estudo também contempla, em tópico próprio, os pedidos de informação baseados na Lei 12.527/2011, no período compreendido entre 1º de janeiro a 19 de dezembro de 2016.

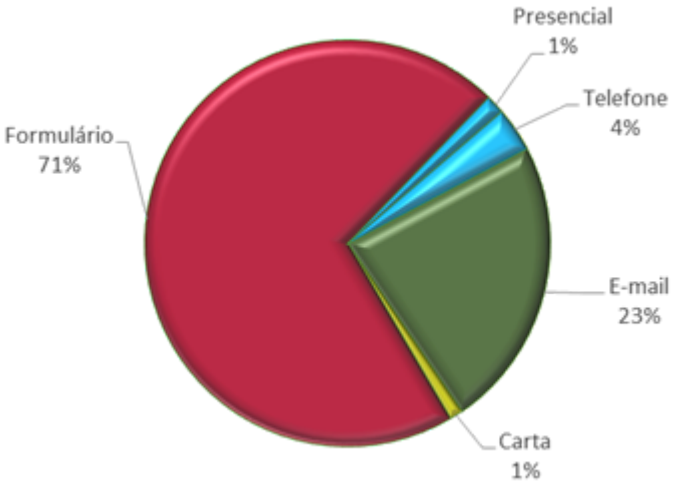
2. DEMANDAS

A Ouvidoria recebeu 2.537 demandas, das quais 82 não viraram atendimento por desistência do interessado.



3. CANAL DE CONTATO

O canal de comunicação preferido pelos interessados para a formalização das demandas foi a forma eletrônica, que representou 94% dos atendimentos realizados.



4. TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO NA OUVIDORIA

Os relatos recebidos são analisados e respondidos individualmente pela Ouvidoria ou mediados junto às unidades que detêm a informação ou que são objeto da reclamação.
Cada etapa do fluxo de trabalho é medida com o objetivo de mensurar o tempo médio do atendimento das demandas e também o tempo médio de retorno das unidades jurisdicionais e administrativas, quando a Ouvidoria não consegue ela mesma responder a manifestação.

4.1. TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO GERAL

O tempo médio de atendimento na Ouvidoria nas demandas em que responde diretamente ao interessado, sem necessidade de contato com a respectiva unidade, **é de 3 dias**.
Nas situações em que são essenciais a solicitação de esclarecimentos, o **atendimento da resposta mediada pela Ouvidoria ocorre em 15 dias**. O tempo médio para o direcionamento da demanda é de 2 dias, do retorno da unidade de 12 dias e o envio da resposta à parte interessada de 1 dia.

ATENDIMENTO	DIAS
Demandas respondidas diretamente pela Ouvidoria	3
Demandas com respostas mediadas junto às Unidades	15
Direcionamento da demanda à unidade para manifestação	2
Retorno da unidade às demandas direcionadas	12
Encaminhamento da resposta da unidade ao demandante	1

4.2. COMPARATIVO DE TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO ENTRE UNIDADES ADMINISTRATIVAS E JUÍZOS DE DIREITO

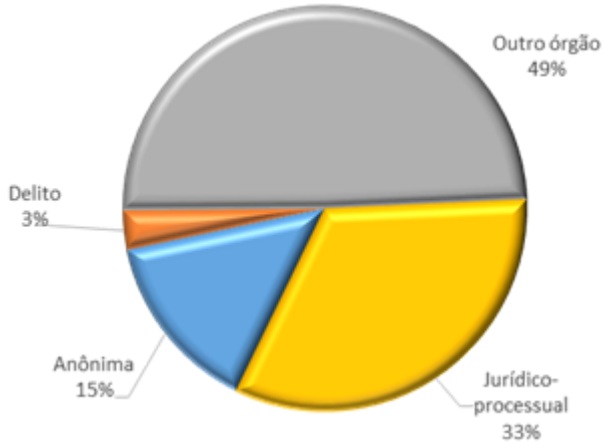
A Ouvidoria, adotando os mesmos critérios para a medição do tempo de atendimento, separou os pedidos de esclarecimentos solicitados às unidades com atribuições administrativas ou jurisdicionais. No comparativo entre elas, chama atenção que, nas duas situações, o tempo médio de resposta prestada diretamente pela Ouvidoria é idêntico, 3 dias; nas demandas com respostas mediadas, o tempo médio de retorno dos setores administrativos é de 15 dias, enquanto o tempo médio de retorno dos juízos de direito (cartório e gabinete) é de 11 dias.

ATENDIMENTO	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	JUÍZOS DE DIREITOS
	DIAS	DIAS
Demandas respondidas diretamente pela Ouvidoria	3	3
Demandas com respostas mediadas junto às Unidades	16	**14**

Direcionamento da demanda à unidade para manifestação	1	2
Retorno da unidade às demandas direcionadas	15	**11**
Encaminhamento da resposta da unidade ao demandante	0	1

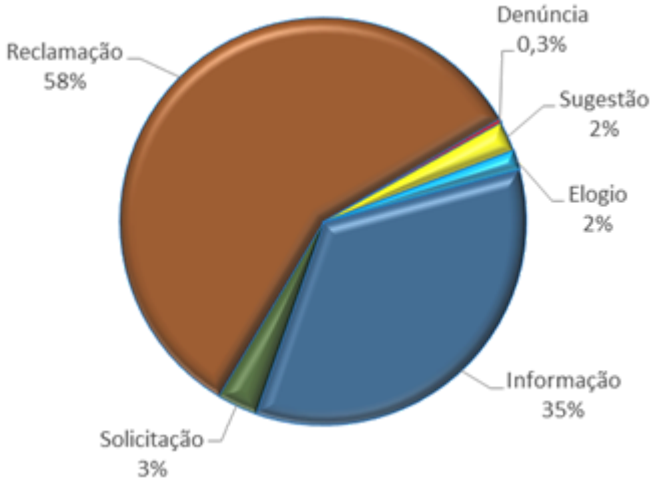
5. DEMANDAS NÃO ADMITIDAS

A Resolução TJ n. 5 de 3 de fevereiro de 2016 define as manifestações que não podem ser admitidas pela Ouvidoria. As demandas, embora fora da atribuição deste Órgão, são analisadas e devolvidas à parte interessada com a devida justificativa e orientação sobre o seu adequado direcionamento. As manifestações anônimas são imediatamente descartadas, consoante preceitua o § 2º do referido ato normativo.

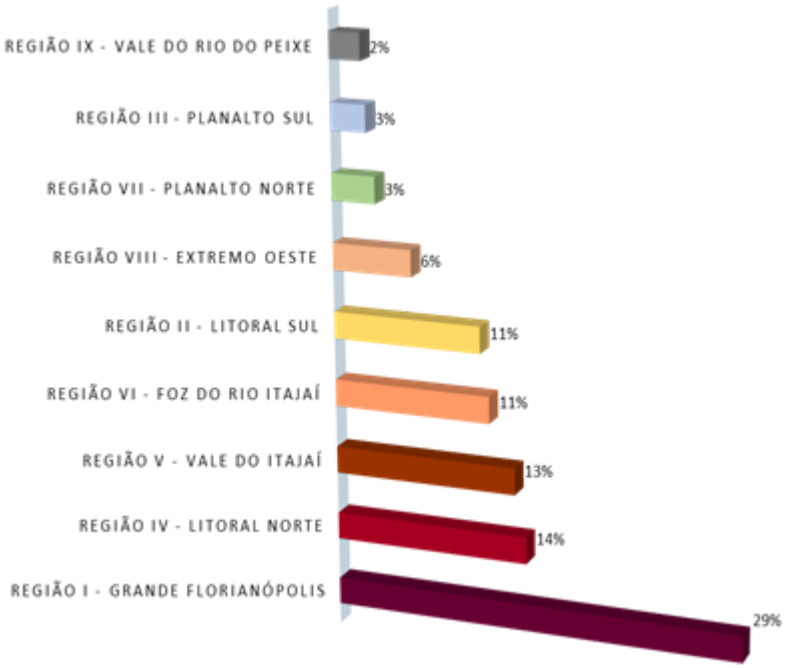


6. TIPO DE DEMANDA

A reclamação e o pedido de informação são os tipos de demandas mais recorrentes na Ouvidoria, significando 93% da totalidade dos atendimentos.



7. DISTRIBUIÇÃO DE DEMANDAS POR REGIÃO



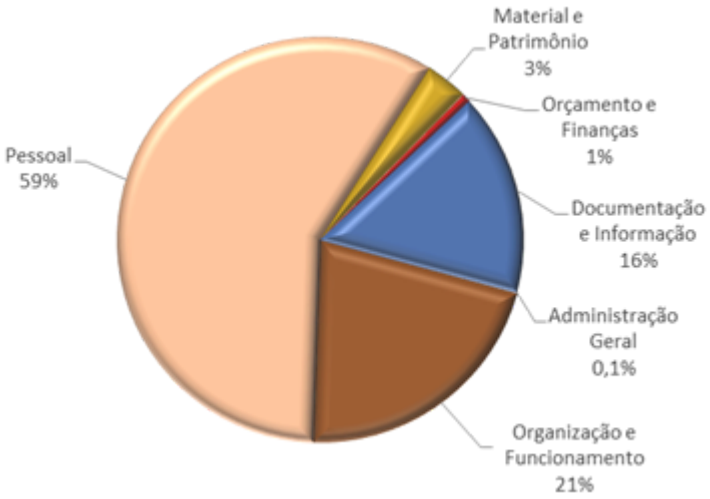
Tribunal de Justiça	**1%**
Outro Estado	**3%**
Não informado	**5%**

8. DEMANDAS POR ATRIBUIÇÃO

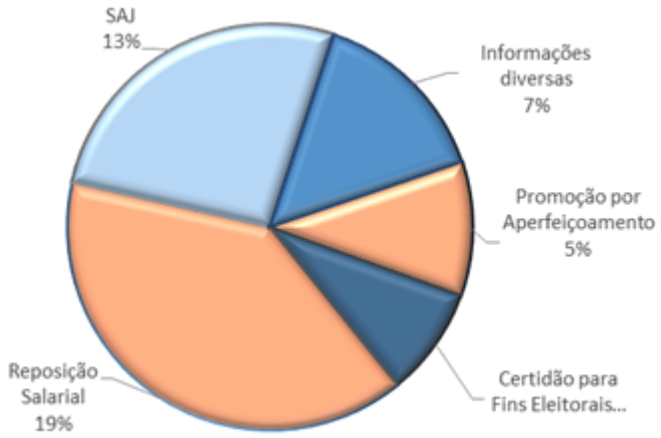
As demandas recebidas podem ser divididas em atividade-meio, ligada às unidades que dão suporte à jurisdição, e atividade-fim, relacionada aos juízos de direito. As manifestações que tratavam da prestação da atividade jurisdicional corresponderam a 64% das demandas admitidas na Ouvidoria.



9. TEMAS ABORDADOS NA ATIVIDADE-MEIO

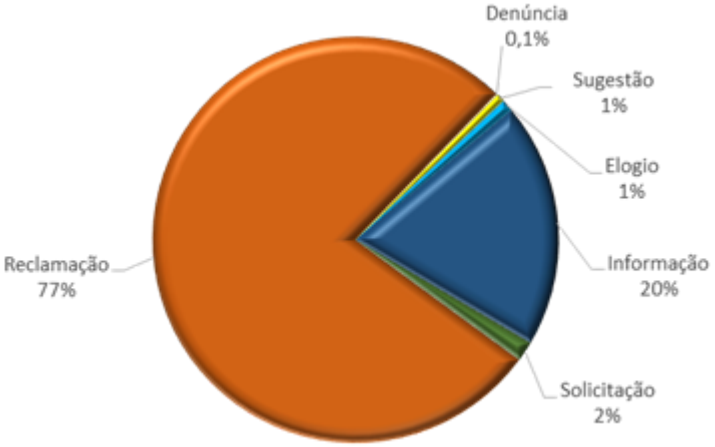


Os cinco principais assuntos abordados na Ouvidoria foram os seguintes:



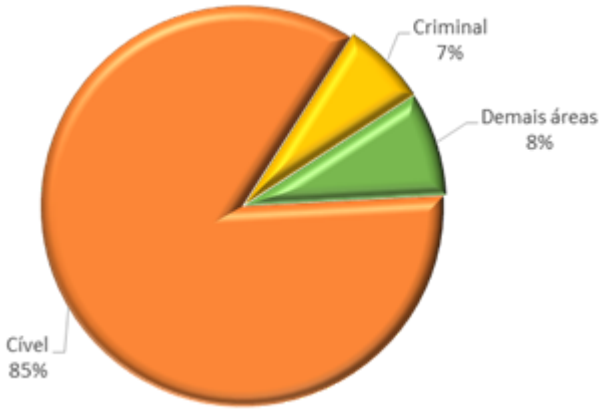
10. TIPO DE DEMANDAS NA ATIVIDADE-FIM

A reclamação corresponde a 77% das demandas relacionadas à prestação jurisdicional. O tempo médio entre a data da última movimentação no processo e a data da reclamação por excesso de prazo na Ouvidoria é de **168 dias.**



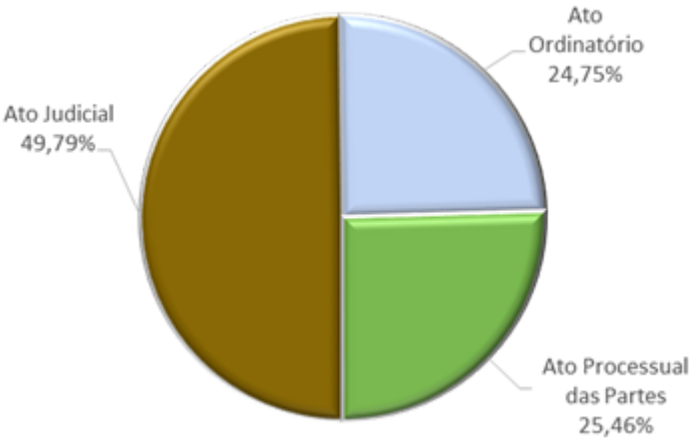
11. RECLAMAÇÕES DE EXCESSO DE PRAZO POR ÁREA JUDICIAL

A área judicial que mais sofre reclamação por excesso de prazo é a cível, com 85% das manifestações



12. RECLAMAÇÕES DE EXCESSO DE PRAZO POR TIPO DE ATO PROCESSUAL

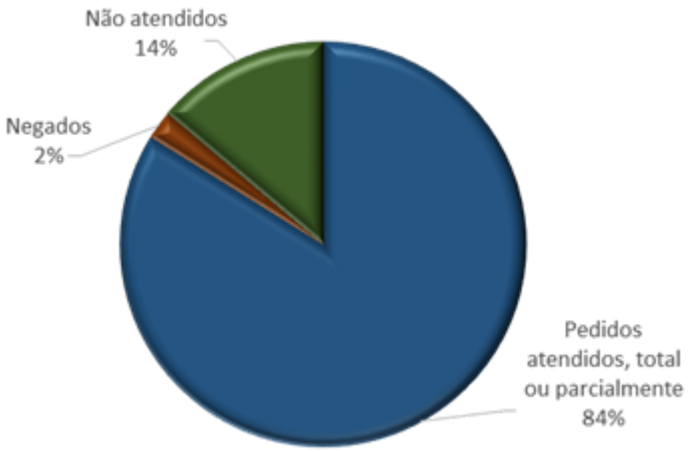
O principal foco de reclamação por excesso de prazo é o ato judicial, que representa praticamente a metade desse tipo de manifestação.



SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

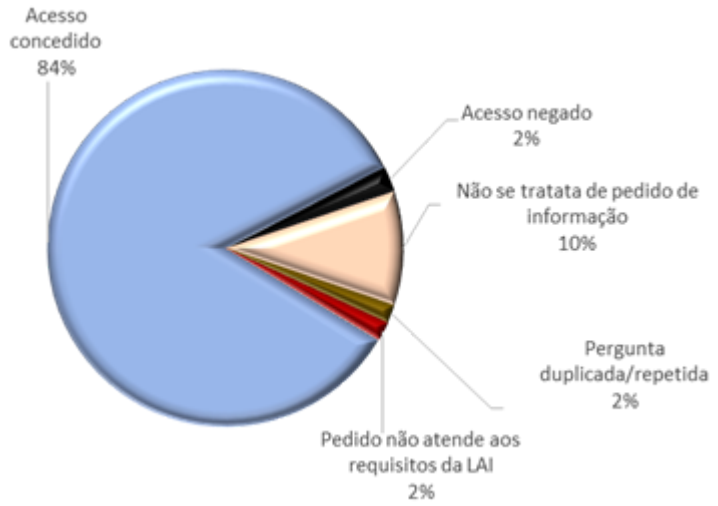
VISÃO GERAL DOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO COM FUNDAMENTO NA LEI 12.527/2011.

A Ouvidoria recebeu 174 pedidos de acesso à informação, no período compreendido entre 1º de janeiro e 19 de dezembro de 2016, sendo todas as solicitações já respondidas. Categorizou-se os atendimentos em três tipos de eventos: pedidos atendidos; não atendidos; e acesso negado

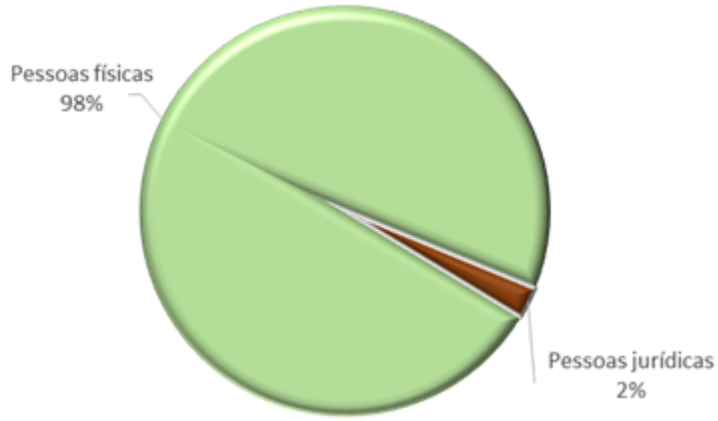


TIPOS DE RESPOSTA

Os pedidos foram respondidos da seguinte forma:



PERFIL GERAL DOS SOLICITANTES



O inteiro teor das demandas está em relatório próprio, arquivado na Ouvidoria dos Servidores para consulta.

CONSELHO GESTOR E DA COORDENADORIA ESTADUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS 2015	PROCESSOS JULGADOS
José Antônio Torres Marques	01	01
Alexandre d'Ivanenko	-	-
Ricardo Orofino da Luz Fontes	-	-
Jânio de Souza Machado	55	54
Luiz Cézar Medeiros	-	-
JUIZ DE DIREITO		
Sônia Eunice Odwazny		
TOTAL	**56**	**55**

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

Foro	Vara	Entrados por distribuição	Média mensal de entrados	Por Evolução para Ação Penal	Reabertos	Sentenciados	Média mensal de sentenciados	Arquivado definitiva-mente	Remetido para outro tribunal	Em grau de recurso	Arquivado administra-tivamente	Suspensos	Pendente de julgamento	Em andamento em nov/2016
Abelardo Luz	Vara Única	814	74	13	32	375	34	379	81	19	0	44	1.230	1.411
Anchieta	Vara Única	328	30	20	51	324	29	348	13	13	2	46	343	416
Anita Garibaldi	Vara Única	505	46	5	21	610	55	625	11	18	3	9	310	380
Araquari	Vara Única	736	67	4	12	339	31	58	123	17	4	13	1.176	1.794
Araranguá	2ª Vara Criminal	1.074	98	166	27	994	90	568	33	13	0	25	1.441	2.000
Araranguá	3ª Vara Cível	927	84	0	43	838	76	899	217	93	0	18	1.643	2.032
Armazém	Vara Única	433	39	74	41	418	38	436	70	20	1	29	643	784
Ascurra	Vara Única	782	71	16	38	1.653	150	1.364	59	12	18	12	986	1.373
Balneário Camboriú	1º Juizado Especial Cível	1.642	149	0	1.618	1.941	176	2.904	219	165	1	49	3.651	5.197
Balneário Camboriú	2º Juizado Especial Cível	1.652	150	0	144	1.775	161	1.314	274	346	2	24	1.342	2.222
Balneário Camboriú	Juizado Especial Criminal	2.310	210	134	104	1.365	124	1.512	252	16	1	50	2.770	4.095
Balneário Piçarras	1ª Vara	1.520	138	0	60	1.156	105	794	171	6	1	16	1.168	1.864
Balneário Piçarras	2ª Vara	492	45	13	11	262	24	221	72	1	1	11	572	889
Barra Velha	1ª Vara	447	41	0	9	408	37	462	67	15	6	8	458	525
Barra Velha	2ª Vara	351	32	48	14	196	18	287	31	1	0	9	470	519
Biguaçu	Unidade Judiciária de Cooperação	1.121	102	7	277	791	72	953	109	140	8	80	1.587	1.876
Blumenau	1º Juizado Especial Cível	2.332	212	0	425	3.307	301	3.721	185	859	157	223	4.701	6.187
Blumenau	2º Juizado Especial Cível	2.285	208	0	66	1.833	167	1.361	215	149	58	26	3.896	4.542
Blumenau	Juizado Especial Criminal	2.312	210	377	311	2.013	183	2.162	949	23	0	185	1.157	2.041
Bom Retiro	Vara Única	332	30	13	27	317	29	217	33	19	1	11	438	614
Braço do Norte	Vara Criminal	1.201	109	68	20	569	52	654	200	19	0	18	2.800	3.757
Brusque	Juizado Especial Cível e Criminal	3.127	284	61	296	3.063	278	2.242	323	279	0	283	4.969	7.810
Caçador	1ª Vara Cível	356	32	0	6	180	16	646	37	9	1	33	1.277	1.434
Caçador	2ª Vara Cível	596	54	0	168	307	28	363	53	38	0	2	243	257
Caçador	Vara Criminal	688	63	149	147	532	48	863	37	6	0	63	810	1.057
Camboriú	2ª Vara Cível	1.198	109	0	170	858	78	960	70	47	0	114	1.182	1.289
Camboriú	Vara Criminal	445	40	26	58	502	46	334	34	6	0	31	466	972
Campo Belo do Sul	Vara Única	252	23	8	28	237	22	270	5	7	10	27	160	196
Campo Erê	Vara Única	515	47	43	59	540	49	528	110	14	1	62	308	392
Campos Novos	2ª Vara Cível	650	59	0	35	682	62	520	61	54	17	54	429	702
Campos Novos	Vara Criminal	524	48	69	105	442	40	435	61	1	0	138	518	613
Canoinhas	2ª Vara Cível	1.082	98	0	36	824	75	769	72	62	9	100	1.217	1.616
Canoinhas	Vara Criminal	601	55	123	40	399	36	284	23	2	0	32	840	1.141
Capinzal	1ª Vara	774	70	0	51	574	52	559	52	43	2	45	970	1.090
Capinzal	2ª Vara	465	42	49	18	332	30	147	24	3	0	14	534	795
Capital - Continente	Juizado Especial Cível	1.422	129	0	8.170	9.872	897	3.819	4	314	35	29	1.876	8.761
Capital - Continente	Juizado Especial Criminal do Foro do Continente e Unidade de Delitos de Trânsito da Com. da Capital	1.220	111	35	56	816	74	1.290	0	0	0	25	966	1.130
Capital - Eduardo Luz	1º Juizado Especial Cível	1.013	92	0	32.802	33.900	3.082	55.663	1	1.121	1	80	2.736	3.631
Capital - Eduardo Luz	2º Juizado Especial	1.105	100	0	389	1.877	171	9.413	0	402	11	195	1.692	48.609

	Cível													
Capital - Eduardo Luz	Juizado Especial Criminal	2.095	190	73	364	1.465	133	1.807	11	33	0	53	2.769	5.158
Capital - Eduardo Luz	Unidade Judiciária de Cooperação do Sul da Ilha	987	90	0	639	2.024	184	2.581	0	785	4	110	1.024	1.234
Capital - Norte da Ilha	Juizado Especial Cível e Criminal da Trindade	2.315	210	101	2.656	5.077	462	8.188	1	1.323	85	172	2.682	3.873
Capital - Norte da Ilha	Juizado Especial de Santo Antônio de Lisboa	3.212	292	146	391	3.176	289	2.708	1	263	3	69	4.993	7.026
Capivari de Baixo	Vara Única	451	41	11	24	177	16	300	112	8	0	0	840	947
Catanduvas	Vara Única	486	44	16	63	429	39	513	70	6	21	69	399	534
Chapecó	1º Juizado Especial Cível	1.808	164	0	341	4.474	407	4.040	242	148	522	39	3.907	6.205
Chapecó	2º Juizado Especial Cível	1.791	163	0	77	2.096	191	1.725	228	102	2	16	3.203	4.339
Chapecó	Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica	1.776	161	399	293	1.974	179	1.168	300	47	0	188	1.254	2.662
Concórdia	Juizado Especial Cível e Criminal	2.920	265	245	673	2.845	259	3.775	298	150	1	388	3.547	4.346
Coronel Freitas	Vara Única	313	28	8	35	296	27	292	30	7	0	14	287	363
Correia Pinto	Vara Única	470	43	36	65	280	25	321	60	10	1	40	783	905
Criciúma	2ª Vara Criminal	1.658	151	248	91	1.401	127	1.791	218	4	0	60	1.351	1.775
Criciúma	Juizado Especial Cível	3.346	304	0	2.173	4.504	409	9.262	261	682	1	139	2.146	3.908
Cunha Porã	Vara Única	375	34	4	50	378	34	409	32	34	0	42	366	408
Curitibanos	1ª Vara Cível	1.199	109	0	166	627	57	933	54	60	291	201	1.142	1.235
Curitibanos	2ª Vara Cível	162	15	0	1	158	14	68	1	1	0	0	174	255
Curitibanos	Vara Criminal	522	47	8	16	376	34	317	31	11	0	0	358	496
Descanso	Vara Única	485	44	28	165	525	48	592	38	7	0	113	303	372
Dionísio Cerqueira	Vara Única	826	75	30	215	770	70	636	163	260	0	33	939	1.092
Forquilhinha	Vara Única	360	33	11	58	304	28	426	23	23	7	51	258	343
Fraiburgo	1ª Vara	939	85	0	23	1.048	95	1.145	63	17	34	40	946	1.017
Fraiburgo	2ª Vara	511	46	4	22	343	31	615	48	2	0	24	834	916
Garopaba	Vara Única	613	56	36	34	296	27	272	91	9	0	9	1.245	1.453
Garuva	Vara Única	426	39	0	11	169	15	267	17	5	0	4	447	516
Gaspar	1ª Vara Cível	630	57	0	37	288	26	670	113	21	3	26	1.597	1.878
Gaspar	Vara Criminal	380	35	86	5	231	21	59	47	0	0	5	465	748
Guaramirim	1ª Vara	766	70	0	42	734	67	641	171	51	0	76	1.568	1.995
Guaramirim	2ª Vara	517	47	80	29	356	32	238	67	5	0	31	816	1.168
Herval d´Oeste	Vara Única	800	73	47	62	287	26	273	31	2	2	27	1.222	1.485
Ibirama	1ª Vara	756	69	0	241	683	62	882	79	18	0	253	559	596
Ibirama	2ª Vara	158	14	9	18	220	20	168	21	19	0	20	175	233
Içara	1ª Vara	694	63	0	14	361	33	203	62	6	0	37	1.000	1.311
Içara	2ª Vara	675	61	14	29	179	16	289	31	1	0	24	1.198	1.403
Imaruí	Vara Única	298	27	5	34	324	29	322	22	13	0	33	207	254
Imbituba	1ª Vara	537	49	0	9	383	35	683	129	20	0	7	909	1.264
Imbituba	2ª Vara	712	65	35	9	428	39	225	44	2	0	14	1.482	1.972
Indaial	2ª Vara Cível	795	72	0	37	222	20	22	53	3	4	44	1.553	1.784
Indaial	Vara Criminal	603	55	32	23	187	17	13	24	0	0	12	909	1.274
Ipumirim	Vara Única	288	26	16	16	198	18	165	60	19	0	14	262	381
Itá	Vara Única	262	24	4	24	225	20	215	27	15	1	30	166	190
Itaiópolis	Vara Única	416	38	11	116	358	33	575	6	89	4	60	269	307
Itajaí	2ª Vara Criminal	2.059	187	30	141	2.001	182	2.529	299	22	0	71	2.144	2.805
Itajaí	Juizado Especial	2.519	229	0	1.087	2.380	216	4.010	479	737	3	193	3.704	4.873

	Cível													
Itapema	2ª Vara Cível	1.927	175	0	118	1.841	167	1.609	153	78	0	18	1.865	2.326
Itapema	Vara Criminal	736	67	71	25	274	25	492	86	1	0	26	555	745
Itapiranga	Vara Única	780	71	14	135	640	58	618	78	68	38	156	364	426
Itapoá	Vara Única	2.445	222	4	27	477	43	360	53	1.144	0	10	2.619	3.762
Ituporanga	1ª Vara	606	55	0	31	530	48	554	63	6	1	0	780	815
Ituporanga	2ª Vara	608	55	35	131	771	70	690	35	27	0	36	404	611
Jaguaruna	Vara Única	738	67	13	65	657	60	488	89	11	0	55	1.602	2.033
Jaraguá do Sul	2ª Vara Criminal	1.929	175	206	111	1.594	145	842	222	12	0	76	1.495	2.545
Jaraguá do Sul	Juizado Especial Cível	2.147	195	0	469	1.859	169	2.582	185	206	0	326	3.765	4.688
Joaçaba	Juizado Especial Cível	849	77	0	66	967	88	1.068	79	50	1	39	595	757
Joaçaba	Vara Criminal	724	66	36	18	573	52	629	25	3	0	7	243	324
Joinville	1º Juizado Especial Cível - Foro Central	2.585	235	0	437	2.069	188	2.378	204	297	3	16	3.168	3.863
Joinville	2º Juizado Especial Cível - Univille	1.956	178	0	305	2.419	220	2.649	200	217	1	291	1.388	1.547
Joinville	3º Juizado Especial Cível - Sociesc (Boa Vista)	1.607	146	0	211	2.634	239	2.542	133	311	1	62	1.534	1.941
Joinville	Juizado Especial Criminal e Delitos de Trânsito	3.597	327	221	585	2.403	218	3.247	2.581	99	0	200	1.825	2.425
Lages	3ª Vara Criminal	1.956	178	178	139	1.558	142	1.653	76	8	0	46	1.859	2.532
Lages	Juizado Especial	3.024	275	0	202	3.550	323	3.859	124	142	22	26	2.692	3.522
Laguna	2ª Vara Cível	804	73	0	48	2.100	191	2.485	141	12	0	5	1.995	2.284
Laguna	Vara Criminal	524	48	57	46	293	27	546	39	2	0	29	487	527
Lauro Müller	Vara Única	639	58	44	82	680	62	645	45	19	0	100	620	758
Lebon Régis	Vara Única	364	33	29	37	284	26	250	54	4	0	20	302	445
Mafra	2ª Vara Cível	533	48	0	134	752	68	808	88	97	0	91	520	599
Mafra	Vara Criminal	468	43	21	49	211	19	340	16	7	0	41	651	815
Maravilha	1ª Vara	377	34	0	24	444	40	362	76	8	0	15	505	599
Maravilha	2ª Vara	340	31	42	33	342	31	197	49	0	0	22	221	385
Meleiro	Vara Única	257	23	9	34	293	27	277	19	18	2	47	186	220
Modelo	Vara Única	354	32	9	29	384	35	404	31	23	0	28	220	261
Mondaí	Vara Única	677	62	28	238	1.021	93	979	84	25	23	60	996	1.282
Navegantes	2ª Vara Cível	1.047	95	0	466	936	85	1.736	91	57	0	11	2.133	2.463
Navegantes	Vara Criminal	547	50	64	11	198	18	31	7	0	0	16	1.200	1.583
Orleans	1ª Vara	478	43	0	67	516	47	672	9	32	8	25	1.120	1.268
Otacílio Costa	Vara Única	499	45	24	53	460	42	444	39	33	0	46	602	679
Palhoça	2ª Vara Criminal	1.076	98	22	87	735	67	862	164	7	0	30	714	919
Palhoça	Juizado Especial Cível	2.110	192	0	641	3.005	273	9.215	172	660	0	225	2.455	3.489
Palmitos	Vara Única	657	60	12	34	564	51	500	34	15	0	26	612	749
Papanduva	Vara Única	734	67	19	93	779	71	807	35	103	0	87	894	1.238
Pinhalzinho	Vara Única	762	69	23	64	539	49	640	91	17	12	56	797	900
Pomerode	1ª Vara	448	41	0	12	517	47	583	32	67	9	16	625	700
Pomerode	2ª Vara	413	38	72	15	335	30	355	13	3	0	11	478	549
Ponte Serrada	Vara Única	496	45	15	14	218	20	110	41	8	1	10	713	962
Porto Belo	1ª Vara	657	60	0	69	620	56	890	105	69	1	39	748	850
Porto Belo	2ª Vara	658	60	7	8	236	21	337	73	1	1	7	590	856
Porto União	2ª Vara Cível	706	64	0	62	676	61	556	232	110	0	42	745	939
Porto União	Vara Criminal	729	66	48	53	603	55	527	11	1	0	76	517	781
Presidente Getúlio	Vara Única	689	63	32	109	654	59	798	76	80	3	65	966	1.107
Quilombo	Vara Única	346	31	24	11	326	30	379	26	23	0	23	325	468
Rio do Campo	Vara Única	196	18	12	20	226	21	194	11	26	2	30	184	255
Rio do Oeste	Vara Única	463	42	16	46	550	50	621	84	25	7	67	197	232

Rio do Sul	Juizado Especial Cível e Criminal	3.524	320	106	296	3.363	306	4.106	251	101	2	101	3.507	4.496
Rio Negrinho	1ª Vara	388	35	0	16	253	23	229	49	14	0	10	396	432
Rio Negrinho	2ª Vara	317	29	31	19	195	18	120	22	2	0	20	374	643
Santa Cecília	Vara Única	456	41	32	25	452	41	467	44	4	0	45	569	708
Santa Rosa do Sul	Vara Única	859	78	9	18	476	43	278	156	1	0	6	973	1.415
Santo Amaro da Imperatriz	1ª Vara	382	35	0	179	461	42	570	29	47	2	34	662	762
Santo Amaro da Imperatriz	2ª Vara	466	42	2	2	308	28	38	23	0	0	0	1.100	1.437
São Bento do Sul	2ª Vara	1.483	135	0	115	1.230	112	1.452	59	69	24	158	783	808
São Bento do Sul	3ª Vara	593	54	155	48	285	26	338	61	6	0	69	599	1.060
São Carlos	Vara Única	299	27	11	46	212	19	246	44	12	1	62	244	278
São Domingos	Vara Única	421	38	4	35	419	38	384	26	13	1	73	268	372
São Francisco do Sul	2ª Vara Cível	2.596	236	0	13	3.313	301	190	77	1.065	0	0	4.329	7.457
São Francisco do Sul	Vara Criminal	431	39	1	10	309	28	699	69	0	0	10	473	516
São João Batista	1ª Vara	954	87	0	31	555	50	959	66	52	0	182	1.392	1.666
São João Batista	2ª Vara	388	35	27	44	279	25	234	81	61	0	22	559	732
São Joaquim	1ª Vara	280	25	0	45	470	43	366	24	7	8	51	495	615
São Joaquim	2ª Vara	209	19	23	17	128	12	122	19	1	0	16	189	238
São José	Juizado Especial Cível	3.512	319	0	590	2.654	241	11.328	314	667	0	19	9.038	10.294
São José	Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica	1.441	131	313	195	1.647	150	1.457	149	37	27	87	1.321	2.125
São José do Cedro	Vara Única	874	79	52	145	578	53	654	51	27	3	166	955	1.148
São Lourenço do Oeste	Vara Única	895	81	36	151	868	79	1.091	143	86	0	108	1.294	1.470
São Miguel do Oeste	2ª Vara Cível	1.257	114	0	25	1.062	97	865	159	19	14	136	1.897	2.070
São Miguel do Oeste	Vara Criminal	916	83	154	56	981	89	1.030	93	12	0	43	521	722
Seara	Vara Única	490	45	22	33	314	29	338	50	6	0	17	497	610
Sombrio	1ª Vara	966	88	0	23	609	55	569	63	17	0	4	1.277	1.430
Sombrio	2ª Vara	554	50	140	23	483	44	361	16	5	1	61	481	718
Taió	Vara Única	613	56	35	166	720	65	357	53	70	0	52	564	1.010
Tangará	Vara Única	431	39	12	24	420	38	492	57	30	7	57	402	486
Tijucas	2ª Vara Cível	913	83	0	11	365	33	460	103	19	3	35	1.161	1.380
Tijucas	Vara Criminal	154	14	7	9	23	2	19	43	0	0	4	232	284
Timbó	2ª Vara Cível	1.125	102	0	12	545	50	37	32	8	1	34	1.887	2.492
Timbó	Vara Criminal	488	44	45	8	316	29	273	48	2	0	17	388	612
Trombudo Central	1ª Vara	610	55	0	40	450	41	399	95	10	2	44	480	523
Trombudo Central	2ª Vara	285	26	32	47	285	26	212	28	9	0	12	240	436
Tubarão	Juizado Especial Cível	1.853	168	0	220	2.043	186	2.049	102	275	0	98	2.766	3.080
Tubarão	Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica	1.221	111	241	162	1.465	133	1.169	220	89	0	98	882	1.428
Turvo	Vara Única	683	62	3	41	574	52	358	50	20	0	55	613	1.003
Urubici	Vara Única	843	77	0	36	800	73	801	20	5	83	15	808	970
Urussanga	1ª Vara	617	56	0	55	405	37	357	0	44	1	52	884	1.063
Urussanga	2ª Vara	459	42	52	35	243	22	189	7	17	0	24	565	716
Videira	2ª Vara Cível	2.059	187	0	146	1.305	119	1.409	82	193	0	67	2.919	3.153
Videira	Vara Criminal	538	49	81	31	458	42	459	34	45	0	120	394	499
Xanxerê	1ª Vara Cível	718	65	0	44	630	57	598	59	65	0	101	1.317	1.573
Xanxerê	2ª Vara Cível	320	29	0	34	143	13	160	27	23	1	25	360	394
Xanxerê	Vara Criminal	958	87	36	28	670	61	406	25	4	0	31	646	1.110
Xaxim	1ª Vara	688	63	0	77	445	40	437	36	10	0	54	763	885
Xaxim	2ª Vara	349	32	55	83	292	27	278	37	6	0	32	218	328

JUSTIÇA PRESENTE – 2016		
CAMPEONATO	NÚMERO DE PARTIDAS	OCORRÊNCIAS
Catarinense	91	5 ocorrências em 5 partidas
Copa do Brasil	3	
Brasileiro – Série A	22	
Brasileiro – Série B	1	
Total	117	

PROGRAMA JUIZADOS NOS AEROPORTOS Janeiro a dezembro de 2016 (Petições recebidas e distribuídas nas Comarcas do Estado)	
COMARCAS	Nº DE PETIÇÕES
Capital - Sul da Ilha - Campeche	02
Balneário Camboriú	01
Barra Velha	01
Joinville	01
TOTAL	05

CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA – CEJUSC - 21			
Foram criados e instalados 3 (três) CEJUSCs - Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania em 2016, os outros 18 (dezoito) foram efetivamente criados e instalados em 2015.			
Balneário Piçarras (20-10-2016), Florianópolis – Cejusc/Temático (23-9-2016) e Rio Negrinho (21-10-2016).			
CEJUSCs	N. Total de Processos	Acordos fase Pré-Processual	Acordos fase Processual
Conciliação	4.482	1.103	1.164
Mediação	6.477	3.468	1.156
TOTAL	10.959	4.571	2.320

POSTOS DE ATENDIMENTO E CONCILIAÇÃO – PAC POSTO AVANÇADO DE CONCILIAÇÃO EXTRAPROCESSUAL – PACE	
Serviços em funcionamento	9
Convênios firmados	2
Sessões de conciliação pré-processuais agendadas (questões cíveis)	6.606
Acordos realizados (questões cíveis)	1.563
Percentual de acordos	23,66%
TOTAL DE ATENDIMENTOS	15.421

SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR – SMF
ATIVIDADES / Janeiro – Novembro/2015

SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO FAMILIAR EM FUNCIONAMENTO: 68

SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO FAMILIAR EM FUNCIONAMENTO NOS FÓRUNS e com registro próprio de dados (41)

COMARCA	INSTALAÇÃO/INÍCIO FUNCIONAMENTO	Nº DE CASOS ATENDIDOS	NÚMERO DE ACORDOS	PERCENTUAL DE ACORDOS
Abelardo Luz	01/03/2002	527	430	81%
Anchieta	01/03/2005	-	-	-
Araranguá	01/12/2012	56	41	73%
Armazém	05/10/2012	34	10	29%
Ascurra	08/03/2006	34	80	35%
Brusque	23/03/2011	-	-	-
Campo Erê	08/02/2007	61	32	52%
Capital – Eduardo Luz	21/09/2001	0	28	-
Capital – Santo Antônio	18/11/2013	295	65	56%
Catanduvas	01/03/2004	68	63	93%
Concórdia	01/07/2011	25	23	92%
Cunha Porã	14/02/2008	15	13	87%
Descanso	21/08/2007	60	48	80%
Dionísio Cerqueira	15/05/2004	51	35	69%
Forquilhinha	01/10/2010	-	-	-
Gaspar	01/05/2015	-	-	-
Ipumirim	04/09/2012	-	-	-
Itajaí	01/03/2003	85	57	67%
Itapema	07/05/2010	16	15	93%
Ituporanga	01/04/2004	84	49	58%
Jaguaruna	07/03/2014	33	28	84%
Jaraguá do Sul	30/04/2012	127	116	91%
Joinville – Fórum	02/09/2002	-	-	-
Laguna	06/06/2012	57	261	51%
Lauro Müller	10/08/2010	-----	-	-
Lebon Régis	01/02/2010	110	90	90%
Meleiro	29/06/2015	12	9	75%
Mafra	27/08/2009	--	-	--
Modelo	10/04/2008	82	50	61%
Mondaí	10/04/2008	-	-	-
Otacílio Costa	23/10/2014	25	21	84%
Palhoça	29/08/2012	325	184	56%
Pinhalzinho	20/07/2010	37	30	81%
Ponte Serrada	14/02/2011	153	117	76%
Porto Belo	01/02/2010	-	-	-
Quilombo	07/02/2012	32	23	71%
Rio do Oeste	01/06/2011	-	-	-
Rio do Sul	11/09/2012	78	60	77%
Rio Negrinho	18/03/2013	41	23	56%
Santa Cecília	01/08/2010	-	-	-
Santa Rosa do Sul	09/04/2014	18	18	100%
São Bento do Sul	03/04/2013	38	30	79%
São Domingos	01/02/2008	49	43	87%
São Francisco do Sul	25/03/2013	-	-	-

São José	30/08/2004	8	8	100%
São Lourenço do Oeste	28/02/2007	126	61	48%
Seara	18/11/2011	42	41	97%
Sombrio	25/11/2013	39	23	59%
Tangará	20/07/2011	8	7	87%
Turvo	16/05/2011	-	-	-
Xanxerê	22/06/2009	226	205	90%
Xaxim	20/01/2012	80	50	62%
TOTAL		3157	2587	81%

Serviços de Mediação Familiar em funcionamento nos Fóruns de Justiça e com registro próprio de dados (35): Abelardo Luz; Anchieta; Capital/Fórum Des. Eduardo Luz; Capital/Santo Antônio de Lisboa; Descanso; Dionísio Cerqueira; Gaspar; Ipumirim; Itajaí; Itapema; Jaguaruna; Joinville/Fórum; Laguna; Lauro Müller; Lebon Régis; Mafra; Modelo; Palhoça/Fórum; Pinhalzinho; Ponte Serrada; Porto Belo; Quilombo; Rio do Oeste; Rio do Sul; Rio Negrinho; Santa Rosa; São Bento do Sul; São Domingos;São José; São Lourenço do Oeste/Fórum; Seara; Sombrio; Tangará; Xanxerê; Xaxim.
Mediação Familiar funcionando no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania e com dados inclusos na estatística dos Cejusc (14): Armazém, Ascurra, Barra Velha, Brusque/Unifebe, Campo Erê, Catanduvas, Concórdia, Cunha Porã, Ituporanga, Jaraguá do Sul, Lages/Uniplac, Meleiro, Palmitos e Tubarão.
Familiar funcionando em Casas da Cidadania (CC) e com dados inclusos na estatística das CC (3): Balneário Camboriú, Orleans; Palmitos/Caibi.
Comarcas com dados do SMF compilados com os demais processos (7): Araranguá, Canoinhas, Garopaba, Forquilhinha, Itapiranga, Jaraguá do Sul/ Centro Universitário, Videira

Atendimento suspenso temporariamente: Brusque/Fórum; Brusque/CC Guabiruba; Indaial; Mondaí; Otacílio Costa.

Convênios para funcionamento da Mediação Familiar em Postos de Atendimento e Conciliação (9): Capital/Unisul –Trajano; Chapecó/Unochapecó; Chapecó/Unoesc; Itapiranga/FAI; Joinville/ACE; Lages/Facvest; Palhoça/Unisul – Pedra Branca; São Lourenço do Oeste/Unochapecó; Xaxim/CELER
Atendimento suspenso temporariamente: Brusque/fórum; Brusque /cc Guabiruba; Indaial; Mondaí; Otacílio Costa.
em reativação: Campos Novos

CASA DA CIDADANIA (CC) e FÓRUM MUNICIPAL – CASA DA CIDADANIA (FM – CC)	
Serviços em andamento:	75
Número de procedimentos instaurados	7.500
Número de conciliações positivas	4.357
Percentual de acordo alcançado	58%
Número de pessoas atendidas	25.371
Em implantação: Urubici Dados pendentes: Santa Cecília; São Francisco do Sul; Turvo	

SEMANA DA CONCILIAÇÃO – 12 a 16 de setembro	
MUTIRÃO EXTRAPROCESSUAL – Faculdade Estácio de Sá	
AUDIÊNCIAS	TOTAL
Audiências de sessões realizadas	30
Número de acordos homologados	24
Percentual de acordos	80%
Número aproximado de pessoas atendidas	35
Valores homologados	R$ 75.752,57
MUTIRÃO DPVAT – 4 COMARCAS PARTICIPANTES (12 unidades)	
Audiências de Conciliação realizadas (fase de conhecimento + fase de execução)	768
Número de acordos homologados	220
Percentual de acordos	28,65%
Valores homologados (fase de conhecimento + fase de execução)	R$ 753.394,11

MUTIRÃO DA SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO – 21 a 25 de novembro	
MUTIRÃO EXTRAPROCESSUAL NA CAPITAL	
AUDIÊNCIAS	TOTAL
Audiências de sessões realizadas	1.928
Número de acordos homologados	1.565
Percentual de acordos	81,17%
Número aproximado de pessoas atendidas	7.141
Valores homologados	12.361.903,69
MUTIRÃO NACIONAL – 16 COMARCAS PARTICIPANTES (24 unidades)	
Audiências de Conciliação realizadas (fase de conhecimento + fase de execução)	4.122
Número de acordos homologados	2.136
Percentual de acordos	51,82%
Valores homologados (fase de conhecimento + fase de execução)	R$ 23.662.583,56

CAPACITAÇÕES REALIZADAS EM PARCERIA COM A ACADEMIA JUDICIAL				
CURSO/EVENTO	PERÍODO	N. VAGAS	INSCRITOS	APROVADOS
CAPACITAÇÃO EM COMPETÊNCIAS DA MEDIAÇÃO JUDICIAL - 1ª EDIÇÃO - CRICIÚMA	13/6 A 17/6/16	30	25	21
CAPACITAÇÃO EM COMPETÊNCIAS DA MEDIAÇÃO JUDICIAL - 2ª EDIÇÃO - JOINVILLE	20/6 a 24/6/16	30	32	29
CAPACITAÇÃO EM COMPETÊNCIAS DA MEDIAÇÃO JUDICIAL - 3ª EDIÇÃO - CAPITAL	27/6 a 1/7/16	30	38	36
CAPACITAÇÃO EM COMPETÊNCIAS DA MEDIAÇÃO JUDICIAL - 4ª EDIÇÃO - CHAPECÓ	18/7 a 22/7/16	30	40	40
CAPACITAÇÃO EM COMPETÊNCIAS DA MEDIAÇÃO JUDICIAL - 5ª EDIÇÃO - CURITIBANOS	15/8 a 19/8/16	30	12	12
CAPACITAÇÃO EM COMPETÊNCIAS DA MEDIAÇÃO JUDICIAL - 6ª EDIÇÃO - CAPITAL	22/8 a 26/8/16	30	30	30
CAPACITAÇÃO EM COMPETÊNCIAS DA MEDIAÇÃO JUDICIAL - 7ª EDIÇÃO - JOINVILLE	19/9 a 23/9/16	30	31	31
CAPACITAÇÃO EM COMPETÊNCIAS DA MEDIAÇÃO JUDICIAL - 8ª EDIÇÃO - BLUMENAU	26/9 a 30/9/16	30	30	30
CAPACITAÇÃO EM COMPETÊNCIAS DA MEDIAÇÃO JUDICIAL - 9ª EDIÇÃO - CHAPECÓ	7/11 a 11/11/16	30	29	29
CAPACITAÇÃO EM COMPETÊNCIAS DA MEDIAÇÃO JUDICIAL - 10ª EDIÇÃO - CAPITAL	17/10 a 21/10/16	29	29	29
CURSO PARA CONCILIADORES DOS JUIZADOS ESPECIAIS - 2ª EDIÇÃO - CHAPECÓ	9/6 a 10/6/16	50	50	37
CURSO PARA CONCILIADORES DOS JUIZADOS ESPECIAIS - 3ª EDIÇÃO - CRICIÚMA	7/7 a 8/7/16	50	39	30
CURSO PARA CONCILIADORES DOS JUIZADOS ESPECIAIS - 4ª EDIÇÃO - CAPITAL	4/8 a 5/8/16	50	26	23
CURSO PARA CONCILIADORES DOS JUIZADOS ESPECIAIS - 5ª EDIÇÃO - JOINVILLE	6/10 a 7/10/16	50	28	28
CURSO PARA CONCILIADORES DOS JUIZADOS ESPECIAIS - JARAGUÁ DO SUL	31/8 a 2/9/16	30	29	29
CURSO DE FORMAÇÃO DE CONCILIADORES - BRUSQUE	11/8 a 12/8/16	50	52	43
CURSO DE FORMAÇÃO DE SUPERVISORES	6/10 a 7/10/2016	40	20	19
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DA CAPACITAÇÃO EM COMPETÊNCIAS DA MEDIAÇÃO JUDICIAL	1/1 a 31/12/16	73	73	73
CAPACITAÇÃO EM COMPETÊNCIAS DA MEDIAÇÃO FAMILIAR - 1ª EDIÇÃO - CAPITAL	25/7 a 27/7/16	30	36	35
CAPACITAÇÃO EM COMPETÊNCIAS DA MEDIAÇÃO FAMILIAR - 2ª EDIÇÃO - CHAPECÓ	29/8 a 31/8/16	30	30	25
CURSO DE FORMAÇÃO DE BASE EM MEDIAÇÃO FAMILIAR - CAPITAL	12/9 a 14/9/2016	40	38	35
CURSO DE FORMAÇÃO DE BASE EM MEDIAÇÃO FAMILIAR - CURITIBANOS	7/11 a 9/11/2016	30	22	20
CURSO DE FORMAÇÃO DE BASE EM MEDIAÇÃO FAMILIAR - XANXERÊ	23/11 a 25/11/2016	50	50	50
T O T A L		872	789	734

ESTATÍSTICA DA SUBCOORDENADORIA DE CONCILIAÇÃO DE SEGUNDO GRAU				
	PROCESSOS PAUTADOS	ACORDOS REALIZADOS	PORCENTAGEM DE ACORDOS	ATENDIMENTOS/CONTATOS DE JUN A NOV/2016
DE JUNHO A NOVEMBRO DE 2016	123	5	4,07%	735
SEMANA DE CONCILIAÇÃO (12 A 16 DE SETEMBRO DE 2016)	6	2	33,33%	
SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO (21 A 25 DE NOVEMBRO DE 2016)	216	14	6,02%	
TOTAL	345	20	5,80%	735

QUADRO ESTATÍSTICO ANUAL DAS TURMAS DE RECURSOS - TJSC					
ANO 2016					
TURMAS	Vindos - nov/16	Distribuídos -nov/16	Julgados definitivos	Passam para dezembro/16	
				andamento	suspensos
1ª - Capital	46.012	5.034	3.278	42.041	5.727
2ª - Blumenau	38.340	1.567	703	15.772	23.432
3ª - Chapecó	34.555	1.573	1.155	13.903	21.070
4ª - Criciúma	20.197	2.262	2.113	13.625	6.721
5ª - Joinville	59.995	3.056	2.404	29.065	31.582
6ª - Lages	16.839	1.671	1.311	6.905	10.294
7ª - Itajaí	17.798	3.205	2.231	15.166	3.606
8ª - Capital	49.113	3.838	2.840	50.100	11
TOTAL DAS TURMAS	282.849	22.206	16.035	186.577	102.443

QUADRO ESTATÍSTICO DAS TURMAS DE RECURSOS PERÍODO – JANEIRO/2016

1ª TURMA DE RECURSOS – CAPITAL					
JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
DAVIDSON JAHN MELLO	154	85	00	146	93
MARCELO CARLIN	1.405	94	00	1.373	126
FERNANDO VIEIRA LUIZ	970	86	00	914	142
RUDSON MARCOS	857	83	00	857	83
TOTAL DA TURMA	3.386	348	00	3.290	444

2ª TURMA DE RECURSOS – BLUMENAU

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
JULIANO RAFAEL BOGO	695	00	01	161	533
EDSON MARCOS DE MENDONÇA	701	00	04	175	522
JEFERSON ISIDORO MAFRA	798	05	04	292	507
CINTIA GONCALVES COSTI	746	03	05	249	495
TOTAL DA TURMA	2.940	08	14	877	2.057

3ª TURMA DE RECURSOS - CHAPECÓ

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
MÁRCIO ROCHA CARDOSO	436	00	00	119	317
MARCOS BIGOLIN	1009	06	05	522	488
JEFERSON OSVALDO VIEIRA	748	00	00	156	592
GIUSEPPE BATTISTOTTI BELLANI	845	00	00	347	498
TOTAL DA TURMA	3.038	06	05	1.144	1.895

4ª TURMA DE RECURSOS - CRICIÚMA

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
DÉBORA DRIWIN R. ZANINI	381	00	00	216	165
CLEUSA MARIA CARDOSO	492	00	00	316	176
RAFAEL MILANESI SPILLERE	250	03	01	155	97
GIANCARLO BREMER NONES	645	00	00	480	165
EDIR JOSIAS SILVEIRA BECK (cooperador)	02	00	00	02	00
FÁBIO NILO BAGATTOLI (cooperador)	05	00	00	05	00
MAURICIO FABIANO MORTARI (cooperador)	03	00	00	03	00
PAULA BOTKE E SILVA (cooperador)	02	00	00	02	00
TOTAL DA TURMA	1.780	03	01	1.179	603

5ª TURMA DE RECURSOS - JOINVILLE

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
UZIEL NUNES DE OLIVEIRA	1.428	05	175	512	746
AUGUSTO CÉSAR ALLET AGUIAR	1.515	08	09	793	721
CÉSAR OTÁVIO SCIREA TESSEROLI	1.361	09	00	685	685
ROBERTO LEPPER (*)	1.142	10	76	360	716
TOTAL DA TURMA	5.446	32	260	2.350	2.868

6ª TURMA DE RECURSOS - LAGES

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
JOAREZ RUSCH	209	40	10	110	129
ANTÔNIO CARLOS JUNCKES DOS SANTOS	289	34	16	128	179
FRANCISCO CARLOS MAMBRINI	368	34	00	125	277
RICARDO ALEXANDRE FIÚZA	316	35	00	207	144
OUTROS JUÍZES (**)	126	00	00	00	126
TOTAL DA TURMA	1.308	143	26	570	855

7ª TURMA DE RECURSOS - ITAJAÍ

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS

ADILOR DANIELI	128	87	00	215	00
ALAÍDE MARIA NOLLI	108	121	00	229	00
ADRIANA LISBOA	165	103	00	268	00
STEPHAN KLAUS RADLOFF	125	84	00	209	00
OUTROS JUÍZES (**)	276	00	00	12	261
TOTAL DA TURMA	799	395	00	933	261

8ª TURMA DE RECURSOS - CAPITAL					
JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ROBERTO MÁRIUS FÁVERO	1.703	15	00	1.717	01
LUÍS FRANCISCO DELPIZZO MIRANDA	312	15	00	327	00
LUIZ CLÁUDIO BROERING	321	15	00	336	00
SIMONE BOING GUIMARÃES (*)	913	14	00	927	00
TOTAL DA TURMA	3.249	59	00	3.307	01

QUADRO ESTATÍSTICO DAS TURMAS DE RECURSOS
PERÍODO – FEVEREIRO/2016

1ª TURMA DE RECURSOS - CAPITAL					
JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
DAVIDSON JAHN MELLO	239	102	97	143	101
MARCELO CARLIN	1.499	88	169	1.292	126
FERNANDO VIEIRA LUIZ	1.056	103	98	915	146
RUDSON MARCOS	940	102	47	912	83
TOTAL DA TURMA	3.734	395	411	3.262	456

2ª TURMA DE RECURSOS - BLUMENAU					
JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
SÉRGIO AGENOR DE ARAGÃO	697	03	14	157	529
CÁSSIO JOSÉ LEBARBENCHON ANGULSKI	799	00	10	273	516
CINTIA GONCALVES COSTI	744	01	13	225	507
JUSSARA S. DOS SANTOS WANDSCHEER(*)	694	03	00	152	545
TOTAL DA TURMA	2.934	07	37	807	2097

3ª TURMA DE RECURSOS - CHAPECÓ					
JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
MÁRCIO ROCHA CARDOSO	436	17	15	116	322
MARCOS BIGOLIN(*)	1010	12	00	534	488
JEFERSON OSVALDO VIEIRA	748	15	17	154	592
GIUSEPPE BATTISTOTTI BELLANI	845	14	10	351	498
TOTAL DA TURMA	3.039	58	42	1.155	1.900

4ª TURMA DE RECURSOS - CRICIÚMA					
JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
DÉBORA DRIWIN R. ZANINI	381	88	87	217	165
CLEUSA MARIA CARDOSO	492	88	94	310	176
RAFAEL MILANESI SPILLERE(*)	252	88	00	243	97
GIANCARLO BREMER NONES	645	89	13	556	165
EDIR JOSIAS SILVEIRA BECK (cooperador)	02	00	00	02	00
FÁBIO NILO BAGATTOLI (cooperador)	05	00	00	05	00
MAURICIO FABIANO MORTARI (cooperador)	03	00	00	03	00
PAULA BOTKE E SILVA (cooperador)	02	00	00	02	00
TOTAL DA TURMA	1.782	353	194	1.338	603

5ª TURMA DE RECURSOS - JOINVILLE				
JUÍZES	V	D	J	P

				ANDAMENTO	SUSPENSOS
GUSTAVO HENRIQUE ARACHESKI	1.514	18	10	800	722
UZIEL NUNES DE OLIVEIRA	1.258	21	23	510	746
GUSTAVO MARCOS DE FARIAS	1.370	22	47	660	685
DENISE NADIR ENKE(*)	1.076	17	25	352	716
TOTAL DA TURMA	5.218	78	105	2.322	2.869

6ª TURMA DE RECURSOS - LAGES

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
JOAREZ RUSCH	239	39	20	129	129
ANTÔNIO CARLOS JUNCKES DOS SANTOS	307	43	14	157	179
FRANCISCO CARLOS MAMBRINI	402	41	37	134	282
RICARDO ALEXANDRE FIÚZA	351	37	47	194	147
OUTROS JUÍZES (*)	126	00	00	00	126
TOTAL DA TURMA	1.425	160	108	614	863

7ª TURMA DE RECURSOS - ITAJAÍ

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ADILOR DANIELI (***)	215	144	41	318	00
ALAÍDE MARIA NOLLI	229	184	52	361	00
ADRIANA LISBOA	268	154	45	377	00
STEPHAN KLAUS RADLOFF	210	152	09	353	00
OUTROS JUÍZES (**)	272	00	00	11	261
TOTAL DA TURMA	1.194	634	147	1.420	261

8ª TURMA DE RECURSOS - CAPITAL

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ROBERTO MÁRIUS FÁVERO	1718	63	26	1754	01
LUÍS FRANCISCO DELPIZZO MIRANDA	327	63	39	351	00
LUIZ CLÁUDIO BROERING	336	62	07	391	00
SIMONE BOING GUIMARÃES (*)	927	62	00	989	00
TOTAL DA TURMA	3.308	250	72	3.485	01

QUADRO ESTATÍSTICO DAS TURMAS DE RECURSOS
PERÍODO – MARÇO/2016

1ª TURMA DE RECURSOS - CAPITAL

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
DAVIDSON JAHN MELLO	244	125	83	185	101
MARCELO CARLIN	1418	111	34	1369	126
FERNANDO VIEIRA LUIZ	1061	122	76	961	146
RUDSON MARCOS	995	121	86	947	83
TOTAL DA TURMA	3.718	479	279	3.462	456

2ª TURMA DE RECURSOS - BLUMENAU

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
SÉRGIO AGENOR DE ARAGÃO	686	136	15	269	538
CÁSSIO JOSÉ LEBARBENCHON ANGULSKI	789	141	15	393	522
CINTIA GONCALVES COSTI	732	140	15	345	512

EMANUEL SCHENKEL DO AMARAL E SILVA(*)	697	130	28	250	549
TOTAL DA TURMA	2.904	547	73	1.257	2.121

3ª TURMA DE RECURSOS - CHAPECÓ

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
MÁRCIO ROCHA CARDOSO	438	40	18	133	327
MARCOS BIGOLIN(*)	1022	35	23	548	486
JEFERSON OSVALDO VIEIRA	746	35	16	173	592
GIUSEPPE BATTISTOTTI BELLANI	849	36	27	361	497
TOTAL DA TURMA	3.055	146	84	1.215	1.902

4ª TURMA DE RECURSOS - CRICIÚMA

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
DÉBORA DRIWIN R. ZANINI	382	71	33	255	165
CLEUSA MARIA CARDOSO	488	68	39	341	176
RAFAEL MILANESI SPILLERE	340	69	182	130	97
GIANCARLO BREMER NONES	721	68	216	408	165
FÁBIO NILO BAGATTOLI (cooperador)	05	00	00	05	00
MAURICIO FABIANO MORTARI (cooperador)	03	00	00	03	00
PAULA BOTKE E SILVA (cooperador)	02	00	00	02	00
TOTAL DA TURMA	1.941	276	470	1.144	603

5ª TURMA DE RECURSOS - JOINVILLE

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
GUSTAVO HENRIQUE ARACHESKI	1522	27	19	807	723
UZIEL NUNES DE OLIVEIRA	1248	03	00	506	745
GUSTAVO MARCOS DE FARIAS	1344	26	92	594	684
YHON THOSTES	1054	23	19	342	716
DENISE NADIR ENKE(***)	23	18	41	00	00
TOTAL DA TURMA	5.191	97	171	2.249	2.868

6ª TURMA DE RECURSOS - LAGES

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
JOAREZ RUSCH(**)	258	28	00	146	140
ANTÔNIO CARLOS JUNCKES DOS SANTOS	336	28	24	157	183
FRANCISCO CARLOS MAMBRINI	416	27	32	119	292
RICARDO ALEXANDRE FIÚZA	341	31	47	179	146
LUIZ NERI OLIVEIRA DE SOUZA(**)	00	09	09	00	00
OUTROS JUÍZES (*)	126	00	00	00	126
TOTAL DA TURMA	1.477	123	112	601	887

7ª TURMA DE RECURSOS - ITAJAÍ

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ALAÍDE MARIA NOLLI	361	47	76	329	03
ADRIANA LISBOA	386	68	32	422	00
STEPHAN KLAUS RADLOFF	353	71	31	390	03
GILMAR ANTÔNIO CONTE (***)	00	65	00	65	00
OUTROS JUÍZES (**)	581	00	00	320	261

TOTAL DA TURMA	**1.681**	**251**	**139**	**1.526**	**267**

8ª TURMA DE RECURSOS - CAPITAL

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ROBERTO MÁRIUS FÁVERO	**1.703**	**15**	**00**	**1.717**	**01**
LUÍS FRANCISCO DELPIZZO MIRANDA	**312**	**15**	**00**	**327**	**00**
LUIZ CLÁUDIO BROERING	**321**	**15**	**00**	**336**	**00**
SIMONE BOING GUIMARÃES (*)	**913**	**14**	**00**	**927**	**00**
TOTAL DA TURMA	**3.249**	**59**	**00**	**3.307**	**01**

QUADRO ESTATÍSTICO DAS TURMAS DE RECURSOS
PERÍODO – ABRIL/2016

1ª TURMA DE RECURSOS - CAPITAL

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
DAVIDSON JAHN MELLO	286	145	153	158	120
MARCELO CARLIN	1.495	159	110	1.418	126
FERNANDO VIEIRA LUIZ	1.107	147	65	1.043	146
RUDSON MARCOS	1.030	151	85	1.013	83
TOTAL DA TURMA	**3.918**	**602**	**413**	**3.632**	**475**

2ª TURMA DE RECURSOS - BLUMENAU

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
SÉRGIO AGENOR DE ARAGÃO**(*)**	807	57	08	317	539
CÁSSIO JOSÉ LEBARBENCHON ANGULSKI**(*)**	915	57	06	443	523
CINTIA GONCALVES COSTI**(*)**	857	58	08	393	514
EMANUEL SCHENKEL DO AMARAL E SILVA	799	60	12	297	550
TOTAL DA TURMA	**3.378**	**232**	**34**	**1.450**	**2.126**

3ª TURMA DE RECURSOS - CHAPECÓ

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
MÁRCIO ROCHA CARDOSO	460	47	46	129	332
MARCOS BIGOLIN**(*)**	1034	42	30	562	484
JEFERSON OSVALDO VIEIRA	765	40	32	182	591
GIUSEPPE BATTISTOTTI BELLANI	858	49	37	373	497
TOTAL DA TURMA	**3.117**	**178**	**145**	**1.246**	**1.904**

4ª TURMA DE RECURSOS - CRICIÚMA

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
CLEUSA MARIA CARDOSO	517	43	48	335	177
DÉBORA DRIWIN R. ZANINI	420	42	51	245	166
RAFAEL MILANESI SPILLERE	227	44	73	100	98
GIANCARLO BREMER NONES	573	45	40	413	165
FÁBIO NILO BAGATTOLI (COOPERADOR)	05	00	00	05	00
MAURICIO FABIANO MORTARI (COOPERADOR)	03	00	00	03	00
PAULA BOTKE E SILVA (COOPERADOR)	02	00	00	02	00
TOTAL DA TURMA	**1.747**	**174**	**212**	**1.103**	**606**

5ª TURMA DE RECURSOS - JOINVILLE

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
GUSTAVO HENRIQUE ARACHESKI	41	04	45	00	00
UZIEL NUNES DE OLIVEIRA	1251	14	30	490	745
GUSTAVO MARCOS DE FARIAS	1278	16	75	535	684
YHON THOSTES	1058	17	11	345	719
DENISE NADIR ENKE**(*)**	1489	09	00	775	723
TOTAL DA TURMA	**5.117**	**60**	**161**	**2.145**	**2.871**

6ª TURMA DE RECURSOS - LAGES

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
JOAREZ RUSCH	286	57	50	146	147
ANTÔNIO CARLOS JUNCKES DOS SANTOS	340	54	32	166	196
FRANCISCO CARLOS MAMBRINI	411	58	25	146	298
RICARDO ALEXANDRE FIÚZA	325	57	32	201	149
OUTROS JUÍZES (*)	126	00	00	00	126
TOTAL DA TURMA	1.488	226	139	659	916

7ª TURMA DE RECURSOS - ITAJAÍ

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ALAÍDE MARIA NOLLI	399	116	111	336	68
ADRIANA LISBOA	488	93	31	484	66
STEPHAN KLAUS RADLOFF	459	93	32	452	68
GILMAR ANTÔNIO CONTE **(**)**	432	106	06	465	67
OUTROS JUÍZES **(*)**	15	00	00	15	00
TOTAL DA TURMA	**1.793**	**408**	**180**	**1.752**	**269**

8ª TURMA DE RECURSOS - CAPITAL

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ROBERTO MÁRIUS FÁVERO	1781	64	00	1844	01
LUÍS FRANCISCO DELPIZZO MIRANDA	351	66	43	374	00
LUIZ CLÁUDIO BROERING	425	56	10	471	00
SÉRGIO LUIZ JUNKES	1054	65	00	1119	00
TOTAL DA TURMA	**3.611**	**251**	**53**	**3.808**	**01**

TOTAL GERAL	**24.169**	**2.131**	**1.337**	**15.795**	**9.168**

QUADRO ESTATÍSTICO DAS TURMAS DE RECURSOS
PERÍODO – MAIO/2016

1ª TURMA DE RECURSOS - CAPITAL

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
DAVIDSON JAHN MELLO	278	93	66	182	123
MARCELO CARLIN	1.544	93	30	1.481	126
FERNANDO VIEIRA LUIZ	1.189	89	00	1.132	146
RUDSON MARCOS	1.096	94	176	931	83
RAFAEL SANDI	00	02	01	01	00
EZEQUIEL RODRIGO GARCIA	00	02	01	01	00
TOTAL DA TURMA	**4.107**	**373**	**274**	**3.731**	**475**

(*) O juIz Davidson Jahn Mello gozou férias de 17 a 31/05/16 e o juiz Fernando Vieira Luiz esteve em licença saúde durante o mês de maio. Em substituição, os juízes suplentes Rafael Sandi e Ezequiel Rodrigo Garcia foram convocados a participar do Colegiado. O juiz Marcelo Carlin esteve em afastamento autorizado de 23 a 31/05/2016.

2ª TURMA DE RECURSOS - BLUMENAU

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
EMANUEL SCHENKEL DO AMARAL E SILVA	847	31	12	318	548
CLAYTON CESAR WANDSCHEER	856	30	01	346	539
JOÃO BAPTISTA VIEIRA SELL	966	35	08	471	522
JABER FARAH FILHO	907	28	15	405	515
TOTAL DA TURMA	**3.576**	**124**	**36**	**1.540**	**2.124**

(*) Os juízes Clayton César Wandscheer, João Baptista Vieira Sell e Jaber Farah Filho foram designados para integrar a 2ª Turma de Recursos a partir de 20/05/16, conforme Portarias 334/16-GP, 335/16-GP e 336/16-GP, respectivamente. Receberam processos dos juízes Sérgio Agenor de Aragão, Cássio José Lebarbenchon Angulski e Cintia Gonçalves Costi, respectivamente, juízes que se desligaram da Turma no mês de abril.
(**) O juiz João Baptista Vieira Sell está em afastamento autorizado para realização de curso no exterior.

3ª TURMA DE RECURSOS - CHAPECÓ

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
MÁRCIO ROCHA CARDOSO	461	28	07	145	337
MARCOS BIGOLIN	1.046	22	08	576	484
JEFERSON OSVALDO VIEIRA	773	24	30	176	591
GIUSEPPE BATTISTOTTI BELLANI	870	22	27	368	497
TOTAL DA TURMA	**3.150**	**96**	**72**	**1.265**	**1.909**

(*) O juiz Márcio Rocha Cardoso se desligou da Turma a partir de 13/05/16, em razão do término de sua designação, conforme Port. 314/16-GP. O juiz Marcos Bigolin gozou férias de 02 a 16/05/16, sendo substituído pela suplente Dra. Bettina Maria Maresch de Moura.

4ª TURMA DE RECURSOS - CRICIÚMA

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
CLEUSA MARIA CARDOSO	512	70	83	321	178
DÉBORA DRIWIN R. ZANINI	411	66	67	244	166
RAFAEL MILANESI SPILLERE	198	68	61	107	98
GIANCARLO BREMER NONES	578	68	46	435	165
FÁBIO NILO BAGATTOLI (COOPERADOR)	05	00	00	05	00
MAURICIO FABIANO MORTARI (COOPERADOR)	03	00	00	03	00
PAULA BOTKE E SILVA (COOPERADOR)	02	00	00	02	00
TOTAL DA TURMA	**1.709**	**272**	**257**	**1.117**	**607**

5ª TURMA DE RECURSOS - JOINVILLE

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
UZIEL NUNES DE OLIVEIRA	1.235	35	13	512	745
GUSTAVO MARCOS DE FARIAS	1.219	33	61	507	684
YHON THOSTES	1.064	33	09	368	720
AUGUSTO CESAR ALLET AGUIAR	1.487	00	00	764	723
DENISE NADIR ENKE	11	34	45	00	00
TOTAL DA TURMA	**5.016**	**135**	**128**	**2.151**	**2.872**

(*) O juiz Augusto Cesar Allet Aguiar foi designado para integrar a 5ª Turma de Recursos a partir de 20/05/16, conforme Portaria 337/16-GP. Recebeu processos da juíza suplente Denise Nadir Enke, juíza suplente que respondeu pela vaga até sua posse.

6ª TURMA DE RECURSOS - LAGES

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS

JOAREZ RUSCH	293	34	36	139	152
ANTÔNIO CARLOS JUNCKES DOS SANTOS	362	38	34	166	200
FRANCISCO CARLOS MAMBRINI	444	35	51	125	303
RICARDO ALEXANDRE FIÚZA	350	35	52	175	158
OUTROS JUÍZES **(*)**	126	00	00	00	126
TOTAL DA TURMA	**1.575**	**142**	**173**	**605**	**939**

(*) Processos em nome de magistrados que não integram mais a turma.

7ª TURMA DE RECURSOS - ITAJAÍ

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ALAÍDE MARIA NOLLI	404	44	85	278	85
ADRIANA LISBOA	550	42	00	526	66
STEPHAN KLAUS RADLOFF	520	42	166	328	68
GILMAR ANTÔNIO CONTE	533	43	156	345	75
OUTROS JUÍZES **(*)**	14	00	00	14	00
TOTAL DA TURMA	**2.021**	**171**	**407**	**1.491**	**294**

(*) Processos em nome de magistrados que não integram atualmente a turma.
(**) Foi redistribuído 01 processo do Dr. Adilor Danieli (magistrado atualmente afastado da turma) ao Dr. Gilmar Antônio Conte.
(***) O juiz Gilmar Antônio Conte está respondendo pela vaga do juiz Adilor Danieli, que está em afastamento autorizado para realização de curso no exterior. A juíza Adriana Lisboa gozou licença prêmio de 02 a 16/05/16, sendo substituída pelo suplente Dr. Ademir Wolff.

8ª TURMA DE RECURSOS - CAPITAL

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ROBERTO MÁRIUS FÁVERO	1.845	161	88	1.917	01
LUÍS FRANCISCO DELPIZZO MIRANDA	374	161	88	447	00
LUIZ CLÁUDIO BROERING	471	160	20	611	00
SÉRGIO LUIZ JUNKES	1.119	163	41	1.241	00
TOTAL DA TURMA	**3.809**	**645**	**237**	**4.216**	**01**

(*) O juiz Luís Francisco Delpizzo Miranda esteve em licença-saúde de 16 a 22/05/16.

TOTAL GERAL	**24.963**	**1.958**	**1.584**	**16.116**	**9.221**

FONTE: Mapas estatísticos remetidos pelas respectivas turmas.

LEGENDA:
V = Número de processos vindos do mês anterior
D = Número de processos distribuídos
J = Número de processos julgados definitivos
P = Número de proc. que passam para o mês seguinte

QUADRO ESTATÍSTICO DAS TURMAS DE RECURSOS
PERÍODO – MAIO/2016

1ª TURMA DE RECURSOS - CAPITAL

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
DAVIDSON JAHN MELLO	278	93	66	182	123
MARCELO CARLIN	1.544	93	30	1.481	126
FERNANDO VIEIRA LUIZ	1.189	89	00	1.132	146
RUDSON MARCOS	1.096	94	176	931	83
RAFAEL SANDI	00	02	01	01	00
EZEQUIEL RODRIGO GARCIA	00	02	01	01	00
TOTAL DA TURMA	**4.107**	**373**	**274**	**3.731**	**475**

(*) O juIz Davidson Jahn Mello gozou férias de 17 a 31/05/16 e o juiz Fernando Vieira Luiz esteve em licença saúde durante o mês de maio. Em substituição, os juízes suplentes Rafael Sandi e Ezequiel Rodrigo Garcia foram convocados a participar do Colegiado. O juiz Marcelo Carlin esteve em afastamento autorizado de 23 a 31/05/2016.

2ª TURMA DE RECURSOS - BLUMENAU

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
EMANUEL SCHENKEL DO AMARAL E SILVA	847	31	12	318	548
CLAYTON CESAR WANDSCHEER	856	30	01	346	539
JOÃO BAPTISTA VIEIRA SELL	966	35	08	471	522
JABER FARAH FILHO	907	28	15	405	515
TOTAL DA TURMA	3.576	124	36	1.540	2.124

(*) Os juízes Clayton César Wandscheer, João Baptista Vieira Sell e Jaber Farah Filho foram designados para integrar a 2ª Turma de Recursos a partir de 20/05/16, conforme Portarias 334/16-GP, 335/16-GP e 336/16-GP, respectivamente. Receberam processos dos juízes Sérgio Agenor de Aragão, Cássio José Lebarbenchon Angulski e Cintia Gonçalves Costi, respectivamente, juízes que se desligaram da Turma no mês de abril.
(**) O juiz João Baptista Vieira Sell está em afastamento autorizado para realização de curso no exterior.

3ª TURMA DE RECURSOS - CHAPECÓ

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
MÁRCIO ROCHA CARDOSO	461	28	07	145	337
MARCOS BIGOLIN	1.046	22	08	576	484
JEFERSON OSVALDO VIEIRA	773	24	30	176	591
GIUSEPPE BATTISTOTTI BELLANI	870	22	27	368	497
TOTAL DA TURMA	3.150	96	72	1.265	1.909

(*) O juiz Márcio Rocha Cardoso se desligou da Turma a partir de 13/05/16, em razão do término de sua designação, conforme Port. 314/16-GP. O juiz Marcos Bigolin gozou férias de 02 a 16/05/16, sendo substituído pela suplente Dra. Bettina Maria Maresch de Moura.

4ª TURMA DE RECURSOS - CRICIÚMA

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
CLEUSA MARIA CARDOSO	512	70	83	321	178
DÉBORA DRIWIN R. ZANINI	411	66	67	244	166
RAFAEL MILANESI SPILLERE	198	68	61	107	98
GIANCARLO BREMER NONES	578	68	46	435	165
FÁBIO NILO BAGATTOLI (cooperador)	05	00	00	05	00
MAURICIO FABIANO MORTARI (cooperador)	03	00	00	03	00
PAULA BOTKE E SILVA (cooperador)	02	00	00	02	00
TOTAL DA TURMA	1.709	272	257	1.117	607

5ª TURMA DE RECURSOS - JOINVILLE

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
UZIEL NUNES DE OLIVEIRA	1.235	35	13	512	745
GUSTAVO MARCOS DE FARIAS	1.219	33	61	507	684
YHON THOSTES	1.064	33	09	368	720
AUGUSTO CESAR ALLET AGUIAR	1.487	00	00	764	723
DENISE NADIR ENKE	11	34	45	00	00
TOTAL DA TURMA	5.016	135	128	2.151	2.872

(*) O juiz Augusto Cesar Allet Aguiar foi designado para integrar a 5ª Turma de Recursos a partir de 20/05/16, conforme Portaria 337/16-GP. Recebeu processos da juíza suplente Denise Nadir Enke, juíza suplente que respondeu pela vaga até sua posse.

6ª TURMA DE RECURSOS - LAGES

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
JOAREZ RUSCH	293	34	36	139	152
ANTÔNIO CARLOS JUNCKES DOS SANTOS	362	38	34	166	200
FRANCISCO CARLOS MAMBRINI	444	35	51	125	303
RICARDO ALEXANDRE FIÚZA	350	35	52	175	158
OUTROS JUÍZES (*)	126	00	00	00	126

TOTAL DA TURMA	1.575	142	173	605	939

(*) Processos em nome de magistrados que não integram mais a turma.

7ª TURMA DE RECURSOS - ITAJAÍ

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ALAÍDE MARIA NOLLI	404	44	85	278	85
ADRIANA LISBOA	550	42	00	526	66
STEPHAN KLAUS RADLOFF	520	42	166	328	68
GILMAR ANTÔNIO CONTE	533	43	156	345	75
OUTROS JUÍZES (*)	14	00	00	14	00
TOTAL DA TURMA	2.021	171	407	1.491	294

(*) Processos em nome de magistrados que não integram atualmente a turma.
(**) Foi redistribuído 01 processo do Dr. Adilor Danieli (magistrado atualmente afastado da turma) ao Dr. Gilmar Antônio Conte.
(***) O juiz Gilmar Antônio Conte está respondendo pela vaga do juiz Adilor Danieli, que está em afastamento autorizado para realização de curso no exterior. A juíza Adriana Lisboa gozou licença prêmio de 02 a 16/05/16, sendo substituída pelo suplente Dr. Ademir Wolff.

8ª TURMA DE RECURSOS - CAPITAL

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ROBERTO MÁRIUS FÁVERO	1.845	161	88	1.917	01
LUÍS FRANCISCO DELPIZZO MIRANDA	374	161	88	447	00
LUIZ CLÁUDIO BROERING	471	160	20	611	00
SÉRGIO LUIZ JUNKES	1.119	163	41	1.241	00
TOTAL DA TURMA	3.809	645	237	4.216	01

(*) O juiz Luís Francisco Delpizzo Miranda esteve em licença-saúde de 16 a 22/05/16.

TOTAL GERAL	24.963	1.958	1.584	16.116	9.221

FONTE: Mapas estatísticos remetidos pelas respectivas turmas.

LEGENDA:
V = Número de processos vindos do mês anterior
D = Número de processos distribuídos
J = Número de processos julgados definitivos
P = Número de proc. que passam para o mês seguinte

QUADRO ESTATÍSTICO DAS TURMAS DE RECURSOS
PERÍODO – JULHO/2016

1ª TURMA DE RECURSOS - CAPITAL

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
MARCELO CARLIN	1.437	133	88	1.293	189
FERNANDO VIEIRA LUIZ	1.209	134	00	1.197	146
RUDSON MARCOS	1.058	133	73	1.035	83
ANTÔNIO AUGUSTO BAGGIO E UBALDO	216	128	40	180	124
RAFAEL SANDI	141	00	136	04	01
EZEQUIEL RODRIGO GARCIA	01	00	01	00	00
TOTAL DA TURMA	4.062	528	338	3.709	543

(*) O juiz Fernando Vieira Luiz esteve em licença saúde durante o mês de julho. Em substituição, o juiz suplente Rafael Sandi foi convocado a participar do Colegiado.
(**) O juiz Antônio Augusto Baggio e Ubaldo foi designado para integrar a 1ª Turma de Recursos a partir de 08/07/16, conforme Portaria 445/16-GP. Recebeu processos do juiz Davidson Jahn Mello, desligado da turma em junho.
(***) Foram redistribuídos 124 processos do Dr. Fernando Vieira Luiz ao Dr. Rafael Sandi.

2ª TURMA DE RECURSOS - BLUMENAU

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
EMANUEL SCHENKEL DO AMARAL E SILVA	875	30	16	340	549

CLAYTON CESAR WANDSCHEER	909	29	10	391	537
JOÃO BAPTISTA VIEIRA SELL	1.017	36	29	501	523
JABER FARAH FILHO	944	28	14	436	522
TOTAL DA TURMA	3.745	123	69	1.668	2.131

3ª TURMA DE RECURSOS - CHAPECÓ

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
MARCOS BIGOLIN	1.034	26	49	522	489
JEFERSON OSVALDO VIEIRA	770	24	25	180	589
GIUSEPPE BATTISTOTTI BELLANI	874	22	39	353	504
EDERSON TORTELLI	500	25	31	157	337
TOTAL DA TURMA	3.178	97	144	1.212	1.919

4ª TURMA DE RECURSOS - CRICIÚMA

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
CLEUSA MARIA CARDOSO	519	53	49	344	179
DÉBORA DRIWIN R. ZANINI	462	47	42	283	184
RAFAEL MILANESI SPILLERE	246	52	60	140	98
GIANCARLO BREMER NONES	650	53	32	506	165
TOTAL DA TURMA	1.877	205	183	1.273	626

(*) Foram redistribuídos aos titulares de origem os processos que ainda estavam registrados em nome dos juízes cooperadores do mutirão 2015 (Fábio Nilo Bagattoli, Maurício Fabiano Mortari e Paula Botke e Silva). Dessa maneira, foram acrescidos 03 processos aos vindos da Dra. Cleusa Maria Cardoso, 02 processos aos vindos da Dra. Débora Driwin R. Zanini e 05 processos aos vindos do Dr. Giancarlo Bremer Nones.

5ª TURMA DE RECURSOS - JOINVILLE

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
GUSTAVO MARCOS DE FARIAS	1.164	225	68	638	683
YHON THOSTES	1.106	228	37	580	717
AUGUSTO CESAR ALLET AGUIAR	1.511	253	63	973	728
DECIO MENNA BARRETO DE ARAUJO FILHO	1.276	217	32	716	745
TOTAL DA TURMA	5.057	923	200	2.907	2.873

(*) O juiz Décio Menna Barreto de Araujo Filho foi designado para integrar a 5ª Turma de Recursos a partir de 08/07/16, conforme Portaria 444/16-GP. Recebeu processos da juíza suplente Denise Nadir Enke, que respondeu pela vaga em junho.

6ª TURMA DE RECURSOS - LAGES

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ANTÔNIO CARLOS JUNCKES DOS SANTOS	361	39	39	148	213
FRANCISCO CARLOS MAMBRINI	414	00	00	110	304
RICARDO ALEXANDRE FIÚZA	299	41	56	119	165
ALEXANDRE KARAZAWA TAKASCHIMA	310	40	01	192	157
SÍLVIO DAGOBERTO ORSATTO	00	39	10	24	05
OUTROS JUÍZES (*)	126	00	02	00	124
TOTAL DA TURMA	1.510	159	108	593	968

(*) O juiz Francisco Carlos Mambrini esteve em férias no mês de julho, sendo substituído pelo suplente Sílvio Dagoberto Orsatto.
(**) O juiz Alexandre Karazawa Takaschima foi designado para integrar a 6ª Turma de Recursos a partir de 08/07/16, conforme Portaria 446/16-GP. Recebeu 17 processos do juiz suplente Sílvio Dagoberto Orsatto, que respondeu pela vaga em junho e os 293 processos do juiz Joarez Rusch, desligado da turma em junho.
(***) Processos sobrestados pela Presidência da Turma, exercida por magistrados que não integram mais a turma. Destes, foram julgados 02 processos pelo juiz Presidente Antônio Carlos Junckes dos Santos.

7ª TURMA DE RECURSOS - ITAJAÍ

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS

ADILOR DANIELI	385	20	21	299	85
ALAÍDE MARIA NOLLI	393	20	33	280	100
ADRIANA LISBOA	509	19	70	392	66
STEPHAN KLAUS RADLOFF	440	19	84	275	100
GILMAR ANTÔNIO CONTE	28	00	28	00	00
TOTAL DA TURMA	1.755	78	236	1.246	351

(*) O juiz Adilor Danieli reassumiu a Presidência da turma em 13/07/16, após afastamento autorizado. Recebeu 371 processos do Dr. Gilmar Antônio Conte, juiz suplente que estava respondendo pela vaga.
(**) O juiz Stephan Klaus Radloff esteve em férias de 18/07 a 01/08/16.

8ª TURMA DE RECURSOS - CAPITAL

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ROBERTO MÁRIUS FÁVERO	2.383	84	31	2.435	01
LUÍS FRANCISCO DELPIZZO MIRANDA	732	82	129	685	00
LUIZ CLÁUDIO BROERING	933	116	85	964	00
SÉRGIO LUIZ JUNKES	1.263	74	41	1.296	00
TOTAL DA TURMA	5.311	356	286	5.380	01

(*) Foi realizado um levantamento acerca dos processos conclusos em gabinete, o que resultou em 1.220 processos que não foram contabilizados à época. Assim, foram acrescidos 484 processos aos vindos do Dr. Roberto Marius Favero, 264 processos aos vindos do Dr. Luís Francisco Delpizzo Miranda, 393 processos aos vindos do Dr. Luiz Cláudio Broering e 79 processos aos vindos do Dr. Sérgio Luiz Junkes.

TOTAL GERAL	26.495	2.469	1.564	17.988	9.412

FONTE: Mapas estatísticos remetidos pelas respectivas turmas.

LEGENDA:
V = Número de processos vindos do mês anterior
D = Número de processos distribuídos
J = Número de processos julgados definitivos
P = Número de proc. que passam para o mês seguinte

QUADRO ESTATÍSTICO DAS TURMAS DE RECURSOS
PERÍODO – AGOSTO/2016

1ª TURMA DE RECURSOS - CAPITAL

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
MARCELO CARLIN	1.482	161	22	1.432	189
FERNANDO VIEIRA LUIZ	1.343	157	54	1.294	152
RUDSON MARCOS	1.118	159	70	1.124	83
ANTÔNIO AUGUSTO BAGGIO E UBALDO	304	174	77	275	126
RAFAEL SANDI	05	00	01	02	02
TOTAL DA TURMA	4.252	651	224	4.127	552

(*) O juiz Fernando Vieira Luiz esteve em licença saúde de 01 a 08/08/16. Em substituição, o juiz suplente Rafael Sandi foi convocado a participar do Colegiado.

2ª TURMA DE RECURSOS - BLUMENAU

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
EMANUEL SCHENKEL DO AMARAL E SILVA	889	17	44	313	549
CLAYTON CESAR WANDSCHEER	928	20	13	398	537
JOÃO BAPTISTA VIEIRA SELL	1.024	17	32	486	523
JABER FARAH FILHO	958	25	21	441	521
TOTAL DA TURMA	3.799	79	110	1.638	2.130

3ª TURMA DE RECURSOS - CHAPECÓ

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
MARCOS BIGOLIN	1.011	63	56	529	489

JEFERSON OSVALDO VIEIRA	769	64	52	183	598
GIUSEPPE BATTISTOTTI BELLANI	857	61	15	399	504
EDERSON TORTELLI	494	63	37	180	340
TOTAL DA TURMA	3.131	251	160	1.291	1.931

(*) O juiz Jeferson Osvaldo Vieira esteve em licença paternidade de 23 a 31/08/16 e o juiz Ederson Tortelli esteve em licença saúde de 21 a 31/08/16.

4ª TURMA DE RECURSOS - CRICIÚMA

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
CLEUSA MARIA CARDOSO	523	48	52	340	179
DÉBORA DRIWIN R. ZANINI	467	51	42	307	169
RAFAEL MILANESI SPILLERE	238	53	66	127	98
GIANCARLO BREMER NONES	671	48	20	534	165
TOTAL DA TURMA	1.899	200	180	1.308	611

5ª TURMA DE RECURSOS - JOINVILLE

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
YHON THOSTES	1.320	96	30	671	715
GUSTAVO MARCOS DE FARIAS	1.342	94	58	694	684
AUGUSTO CESAR ALLET AGUIAR	1.675	83	21	1.008	729
DECIO MENNA BARRETO DE ARAUJO FILHO	1.443	95	57	736	745
DENISE NADIR ENKE	00	11	11	00	00
TOTAL DA TURMA	5.780	379	177	3.109	2.873

(*) O juiz Augusto Cesar Allet Aguiar esteve em férias de 16 a 30/08/16. A juíza suplente Denise Nadir Enke respondeu pela vaga no período.
(**) Foram redistribuídos 37 processos do Dr. Augusto Cesar Allet Aguiar: 11 processos ao Dr. Gustavo Marcos de Farias, 13 processos ao Dr. Yhon Thostes e 13 processos ao Dr. Decio Menna Barreto de Araujo Filho. Houve redistribuição de 01 processo do Dr. Gustavo Marcos de Farias ao Dr. Yhon Thostes e 01 processo do Dr. Yhon Thostes ao Dr. Decio Menna Barreto de Araujo Filho. Por fim, 32 processos do Dr. Decio Menna Barreto de Araujo Filho foram redistribuídos: 11 processos ao Dr. Gustavo Marcos de Farias, 10 processos ao Dr. Yhon Thostes e 11 processos ao Dr. Augusto Cesar Allet Aguiar.

6ª TURMA DE RECURSOS - LAGES

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ANTÔNIO CARLOS JUNCKES DOS SANTOS	361	46	36	158	213
FRANCISCO CARLOS MAMBRINI	443	46	31	148	310
RICARDO ALEXANDRE FIÚZA	284	53	03	168	166
ALEXANDRE KARAZAWA TAKASCHIMA	349	52	28	217	156
OUTROS JUÍZES (*)	124	00	00	00	124
TOTAL DA TURMA	1.561	197	98	691	969

(*) Processos sobrestados pela Presidência da Turma, exercida por magistrados que não integram mais a turma.
(*) O juiz Francisco Carlos Mambrini recebeu 29 processos do juiz suplente Sílvio Dagoberto Orsatto, que respondeu pela vaga em julho.

7ª TURMA DE RECURSOS - ITAJAÍ

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ADILOR DANIELI	384	112	82	328	86
ALAÍDE MARIA NOLLI	380	112	72	315	105
ADRIANA LISBOA	458	111	9	496	64
STEPHAN KLAUS RADLOFF	375	112	39	336	112
TOTAL DA TURMA	1.597	447	202	1.475	367

(*) A juíza Adriana Lisboa esteve em licença saúde de 16 a 24/08/16.

8ª TURMA DE RECURSOS - CAPITAL

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ROBERTO MÁRIUS FÁVERO	2.433	143	00	2.575	01

LUÍS FRANCISCO DELPIZZO MIRANDA	683	142	143	682	00
LUIZ CLÁUDIO BROERING	914	142	64	992	00
SÉRGIO LUIZ JUNKES	1.255	87	00	1.342	00
TOTAL DA TURMA	5.285	514	207	5.591	01

(*) Houve alteração no número de vindos da Turma em razão de ajustes para acerto com o SAJ/Turmas.
(**) Os juízes Roberto Márius Fávero e Sérgio Luiz Junkes estiveram em licença prêmio de 01 a 30/08/16.

TOTAL GERAL	27.304	2.718	1.358	19.230	9.434

FONTE: Mapas estatísticos remetidos pelas respectivas turmas.

LEGENDA:
V = Número de processos vindos do mês anterior
D = Número de processos distribuídos
J = Número de processos julgados definitivos
P = Número de proc. que passam para o mês seguinte

QUADRO ESTATÍSTICO DAS TURMAS DE RECURSOS
PERÍODO – SETEMBRO/2016

1ª TURMA DE RECURSOS - CAPITAL

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
MARCELO CARLIN	1.621	125	18	1.534	194
FERNANDO VIEIRA LUIZ	1.450	123	60	1.359	154
RUDSON MARCOS	1.207	121	69	1.170	89
ANTÔNIO AUGUSTO BAGGIO E UBALDO	401	123	57	333	134
RAFAEL SANDI	00	01	00	01	00
TOTAL DA TURMA	4.679	493	204	4.397	571

(*) O juiz Fernando Vieira Luiz esteve em férias de 01 a 14/09/16. Em substituição, o juiz suplente Rafael Sandi foi convocado a participar do Colegiado. Ao final da substituição, foram redistribuídos 04 processos do Dr. Rafael Sandi ao Dr. Fernando Vieira Luiz.

2ª TURMA DE RECURSOS - BLUMENAU

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
EMANUEL SCHENKEL DO AMARAL E SILVA	862	36	29	309	560
CLAYTON CESAR WANDSCHEER	935	43	19	421	538
JOÃO BAPTISTA VIEIRA SELL	1.009	47	19	504	533
JABER FARAH FILHO	962	46	33	453	522
TOTAL DA TURMA	3.768	172	100	1.687	2.153

(*) O juiz Emanuel Schenkel do Amaral e Silva esteve férias de 16 a 30/09/16. Em substituição, o juiz suplente Osmar Tomazoni foi convocado a participar do Colegiado.

3ª TURMA DE RECURSOS - CHAPECÓ

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
MARCOS BIGOLIN	1.018	02	16	515	489
JEFERSON OSVALDO VIEIRA	781	00	08	177	596
GIUSEPPE BATTISTOTTI BELLANI	903	02	51	350	504
EDERSON TORTELLI	520	02	18	164	340
BETTINA MARIA MARESCH DE MOURA	00	02	02	00	00
TOTAL DA TURMA	3.222	08	95	1.206	1.929

(*)O juiz Marcos Bigolin se desligou da Turma a partir de 18/09/16, em razão do término de sua designação, conforme Port. 614/16-GP. O juiz Jeferson Osvaldo Vieira esteve em licença paternidade de 01 a 11/09/16 e em licença prêmio de 12 a 26/09/16. Em substituição, a juíza suplente Bettina Maria Maresch de Moura foi convocada a participar do Colegiado.

4ª TURMA DE RECURSOS - CRICIÚMA

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS

DÉBORA DRIWIN R. ZANINI	476	13	00	320	169
CLEUSA MARIA CARDOSO	519	16	38	318	179
RAFAEL MILANESI SPILLERE	225	15	23	119	98
GIANCARLO BREMER NONES	699	16	14	536	165
TOTAL DA TURMA	**1.919**	**60**	**75**	**1.293**	**611**

(*) A juíza Débora Driwin R. Zanini esteve em licença prêmio no mês de setembro.

5ª TURMA DE RECURSOS - JOINVILLE

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
YHON THOSTES	1.386	79	35	716	714
GUSTAVO MARCOS DE FARIAS	1.378	80	69	705	684
AUGUSTO CESAR ALLET AGUIAR	1.737	76	51	1.028	734
DECIO MENNA BARRETO DE ARAUJO FILHO	1.481	71	36	772	744
DENISE NADIR ENKE	00	11	11	00	00
TOTAL DA TURMA	**5.982**	**317**	**202**	**3.221**	**2.876**

(*) O juiz Décio Menna Barreto de Araujo Filho esteve em férias de 12 a 20/09/16. A juíza suplente Denise Nadir Enke respondeu pela vaga no período.

6ª TURMA DE RECURSOS - LAGES

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ANTÔNIO CARLOS JUNCKES DOS SANTOS	371	22	25	155	213
FRANCISCO CARLOS MAMBRINI	458	35	53	131	309
RICARDO ALEXANDRE FIÚZA	334	36	55	147	168
ALEXANDRE KARAZAWA TAKASCHIMA	373	31	20	227	157
ARIOVALDO ROGÉRIO RIBEIRO DA SILVA	00	08	00	08	00
OUTROS JUÍZES **(*)**	124	00	00	00	124
TOTAL DA TURMA	**1.660**	**132**	**153**	**668**	**971**

(*) Processos sobrestados pela Presidência da Turma, exercida por magistrados que não integram mais a turma.
(**) O juiz Ariovaldo Rogério Ribeiro da Silva substituiu o titular Antônio Carlos Junckes dos Santos, a partir de 26/09/16.

7ª TURMA DE RECURSOS - ITAJAÍ

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ADILOR DANIELI	414	25	60	294	85
ALAÍDE MARIA NOLLI	420	19	73	256	110
ADRIANA LISBOA	560	23	104	381	98
STEPHAN KLAUS RADLOFF	448	24	50	311	111
TOTAL DA TURMA	**1.842**	**91**	**287**	**1.242**	**404**

8ª TURMA DE RECURSOS - CAPITAL

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ROBERTO MÁRIUS FÁVERO	2.576	116	66	2.625	01
LUÍS FRANCISCO DELPIZZO MIRANDA	682	180	372	490	00
LUIZ CLÁUDIO BROERING	992	75	00	1.067	00
SÉRGIO LUIZ JUNKES	1.342	89	102	1.329	00
TOTAL DA TURMA	**5.592**	**460**	**540**	**5.511**	**01**

(*) O juiz Luiz Cláudio Broering esteve em férias no mês de setembro

TOTAL GERAL	**28.664**	**1.733**	**1.656**	**19.225**	**9.516**

FONTE: Mapas estatísticos remetidos pelas respectivas turmas.

LEGENDA:
V = Número de processos vindos do mês anterior

D = Número de processos distribuídos
J = Número de processos julgados definitivos
P = Número de proc. que passam para o mês seguinte

QUADRO ESTATÍSTICO DAS TURMAS DE RECURSOS
PERÍODO – OUTUBRO/2016

1ª TURMA DE RECURSOS - CAPITAL

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
MARCELO CARLIN	1.728	96	70	1.526	228
FERNANDO VIEIRA LUIZ	1.513	91	00	1.450	154
RUDSON MARCOS	1.259	91	219	1.036	95
ANTÔNIO AUGUSTO BAGGIO E UBALDO	467	95	71	347	144
RAFAEL SANDI	01	01	00	02	00
TOTAL DA TURMA	**4.968**	**374**	**360**	**4.361**	**621**

2ª TURMA DE RECURSOS - BLUMENAU

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
EMANUEL SCHENKEL DO AMARAL E SILVA	869	14	17	306	560
CLAYTON CESAR WANDSCHEER	959	14	23	414	536
JOÃO BAPTISTA VIEIRA SELL	1.037	15	34	488	530
JABER FARAH FILHO	975	12	29	436	522
TOTAL DA TURMA	**3.840**	**55**	**103**	**1.644**	**2.148**

(*) O juiz Emanuel Schenkel do Amaral e Silva esteve férias de 01 a 15/10/16. Em substituição, o juiz suplente Osmar Tomazoni foi convocado a participar do Colegiado.

3ª TURMA DE RECURSOS - CHAPECÓ

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
JEFERSON OSVALDO VIEIRA	773	58	22	211	598
GIUSEPPE BATTISTOTTI BELLANI	854	59	22	386	505
EDERSON TORTELLI	504	59	00	223	340
MARCIO ROCHA CARDOSO	1.004	51	02	564	489
NÁDIA INÊS SCHMIDT	00	03	03	00	00
TOTAL DA TURMA	**3.135**	**230**	**49**	**1.384**	**1.932**

(*) O juiz Márcio Rocha Cardoso foi designado para integrar a 3ª Turma de Recursos a partir de 07/10/16, conforme Portaria 664/16-GP. Recebeu processos do juiz Marcos Bigolin, desligado da turma em setembro.
(**) O juiz Ederson Tortelli esteve em licença prêmio de 03/10 a 01/11/16. Em substituição, a juíza suplente Nádia Inês Schmidt foi convocada a participar do Colegiado.

4ª TURMA DE RECURSOS - CRICIÚMA

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
DÉBORA DRIWIN R. ZANINI	489	57	45	332	169
CLEUSA MARIA CARDOSO	497	61	63	316	179
RAFAEL MILANESI SPILLERE	217	60	76	101	100
GIANCARLO BREMER NONES	701	61	44	553	165
TOTAL DA TURMA	**1.904**	**239**	**228**	**1.302**	**613**

5ª TURMA DE RECURSOS - JOINVILLE

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
YHON TOSTES	1.431	74	00	791	714
GUSTAVO MARCOS DE FARIAS	1.391	94	276	519	690
AUGUSTO CESAR ALLET AGUIAR	1.759	92	57	1.050	744

DECIO MENNA BARRETO DE ARAUJO FILHO	1.516	93	49	812	748
DENISE NADIR ENKE	00	20	20	00	00
TOTAL DA TURMA	**6.097**	**373**	**402**	**3.172**	**2.896**

6ª TURMA DE RECURSOS - LAGES

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ANTÔNIO CARLOS JUNCKES DOS SANTOS	368	00	00	155	213
FRANCISCO CARLOS MAMBRINI	440	31	26	135	310
RICARDO ALEXANDRE FIÚZA	315	33	63	115	170
ALEXANDRE KARAZAWA TAKASCHIMA	384	36	20	242	158
ARIOVALDO ROGÉRIO RIBEIRO DA SILVA	08	27	05	30	00
OUTROS JUÍZES **(*)**	124	00	00	00	124
TOTAL DA TURMA	**1.639**	**127**	**114**	**677**	**975**

7ª TURMA DE RECURSOS - ITAJAÍ

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ADILOR DANIELI	379	52	35	311	85
ALAÍDE MARIA NOLLI	366	56	36	275	111
ADRIANA LISBOA	479	54	23	411	99
STEPHAN KLAUS RADLOFF	422	53	82	282	111
TOTAL DA TURMA	**1.646**	**215**	**176**	**1.279**	**406**

8ª TURMA DE RECURSOS - CAPITAL

JUÍZES	V	D	J	P	
				ANDAMENTO	SUSPENSOS
ROBERTO MÁRIUS FÁVERO	**2.626**	**169**	**137**	**2.657**	**01**
LUÍS FRANCISCO DELPIZZO MIRANDA	**490**	**158**	**87**	**561**	**00**
LUIZ CLÁUDIO BROERING	**1.067**	**139**	**106**	**1.100**	**00**
SÉRGIO LUIZ JUNKES	**1.329**	**177**	**92**	**1.414**	**00**
TOTAL DA TURMA	**5.512**	**643**	**422**	**5.732**	**01**

TOTAL GERAL	**28.741**	**2.256**	**1.854**	**19.551**	**9.592**

1ª VICE-PRESIDÊNCIA

INTRODUÇÃO

A 1ª Vice-Presidência, conforme atribuições definidas pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça, pelos Atos Regimentais n. 48/01-TJ, 76/06-TJ, 87/08-TJ e 143/16-TJ, e pela Resolução n. 17/12-TJ, possui incumbência, dentre outras, de substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos; de despachar os pedidos de suspensão de liminares e de sentenças em mandados de segurança, ação popular e ação civil pública, resolvendo os incidentes suscitados; e decidir os incidentes de distribuição. O 1º Vice-Presidente também integra o Conselho da Magistratura, o Conselho Técnico-Científico da Academia Judicial, o Conselho de Gestão, Modernização Judiciária e de Políticas Públicas e Institucionais, e o Conselho Gestor do Sistema dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos, competindo-lhe, ainda, a presidência da Câmara de Agravos Internos e das seguintes Comissões Permanentes: Divisão e Organização Judiciárias; Regimento Interno; Jurisprudência; Concurso para Ingresso na Magistratura, inclusive Juiz Auditor da Justiça Militar; Concurso para Ingresso e Remoção na Atividade Notarial e de Registro; Concurso para Advogado de Ofício do Judiciário e da Justiça Militar, bem como os demais concursos para ingresso no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário.

Informações relativas ao período compreendido entre 1º/2/2016 a 19/12/2016.

1. PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE LIMINARES E DE SENTENÇAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO

Total de Feitos: 25

2. AGRAVOS E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS NOS PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO

Total de Feitos: 11

3. CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIO, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

Número de julgamentos de mérito: 1
Número de despachos e decisões diversas: 4
Participações em sessões: 3

4. CONSELHO DA MAGISTRATURA

Número de julgamentos de mérito: 2
Número de despachos e decisões diversas: 7
Participações em sessões: 6

5. CONSELHO GESTOR – COORDENADORIA DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS, PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E SUBCOORDENADORIA DE CONCILIAÇÃO DE SEGUNDO GRAU

Participações em sessões: 3

6. CÂMARA DE AGRAVOS INTERNOS EM RECURSOS CONSTITUCIONAIS

Participações em sessões: 1

7. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Total de Feitos: 12

8. INCIDENTES RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS

Número de julgamentos de mérito: 3
Número de despachos e decisões diversas: 2

9. PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

Total de Feitos: 1

10. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

Total de Feitos: 29
Informações ao CNJ: 2
Informações em Mandado de Segurança: 6
Informações à Procuradoria Geral do Estado: 12
Informações à Advocacia-Geral da União: 3
Informações à Presidência do TJSC: 4
Informações diversas: 2

11. PARECERES, DESPACHOS E DECISÕES DIVERSAS

Total: 163

12. PORTARIAS

Total: 14

13. ATENDIMENTOS EM GABINETE

Total: 333

14. REUNIÕES EXTERNAS

Total: 62

15. OFÍCIOS EXPEDIDOS

Total: 309

16. PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Total de dias: 14

17. COMISSÃO PERMANENTE DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS – Portarias ns. 95/16-GP e 683/16-GP

- Desembargador Alexandre d'Ivanenko – Presidente
- Desembargador Domingos Paludo – Titular
- Desembargador Saul Steil – Titular
- Juiz de Direito de Segundo Grau Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto – Titular
- Juíza de Direito de Segundo Grau Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer – Titular

Representantes da Associação dos Magistrados Catarinenses:

- Juiz Marco Augusto Ghisi Machado – Titular
- Juiz Josmael Rodrigo Camargo – Suplente

Secretário da Comissão: Gabriel Lima Marques

17.1 Total de processos distribuídos: 23

Conclusos à Presidência: 3
Feitos em tramitação na 1ª Vice-Presidência: 10 (5 arquivados, 2 sobrestados, 2 aguardando designação de relator, 1 aguardando inclusão em pauta do Órgão Especial)
Feitos distribuídos aos integrantes da CPDOJESC: 5
Diligências a outros órgãos administrativos: 5

17.2 Movimentações processuais

- **Processo n. 517681-2013.6** – Requerentes: Juízes da comarca de Gaspar; Assunto: Designação de Juiz Cooperador e Modificação do Código de Divisão e Organização Judiciárias; Relator: Juiz de Direito Rafael Sandi; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, no sentido de reconhecer a perda superveniente do objeto e, por consequência, determinar o arquivamento dos autos; Movimentação: recebimento na Secretaria em 30/05/2016 para arquivamento.
- **Processo n. 538559-2014.8** – Requerente: Desembargador Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu; Assunto: Proposta de uniformização de procedimento administrativo disciplinar dos notários e registradores; Relator: Desembargador Saul Steil; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, no sentido de suspender o julgamento do processo até a próxima sessão, para vista coletiva dos demais membros da Comissão; Movimentação: no gabinete do relator.
- **Processo n. 555082-2014.3** – Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça; Assunto: Pedido de redefinição das competências da Vara de Sucessões e Registros Públicos da comarca da Capital; Relator: Desembargador Saul Steil; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, no sentido de determinar o arquivamento administrativo do processo por 1 ano, quando será feita nova avaliação sobre o pedido; Movimentação: sobrestamento administrativo do feito na Secretaria em 1º/12/2016, pelo prazo de 1 ano.
- **Processo n. 483076-2012.8** – Requerente: Assessoria de Custas da Corregedoria-Geral da Justiça; Assunto: Projeto de lei que visa modificar os itens IV e V do número 11 e as 2ª e 3ª notas da Tabela I – Atos do Tabelião, da Lei Complementar n. 219/01, que dispõe sobre o valor dos emolumentos nos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, na forma da Lei Federal n. 10.069/00; Relator: Juiz de Direito de Segundo Grau Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto; Decisão: Monocraticamente, o relator decidiu pelo arquivamento do processo, em razão da perda do objeto; Movimentação: recebimento do feito na Secretaria em 22/09/2016 para arquivamento.

- **Processo n. 319125-2008.7** – Requerente: Conselho Nacional de Justiça; Assunto: Regulamentação da eleição e da remuneração dos Juízes de Paz; Relatora: Juíza de Direito de Segundo Grau Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator anterior, Dr. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, no sentido de suspender o processo para que aguarde o trâmite do Projeto de Lei que cuida da matéria objeto do feito; Movimentação: sobrestamento administrativo do feito na Secretaria no dia 27/07/2015.
- **Processo n. 571124-2015**.0 – Requerente: Gabinete da 1ª Vice-Presidência; Assunto: Pedido de modificação da competência dos Juizados Especiais da comarca de Joinville; Relator: Juiz de Direito de Segundo Grau Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto apresentado pelo relator, no sentido de rejeitar o requerimento, mantendo-se inalterada a competência dos Juizados Especiais da comarca de Joinville, nos termos da Resolução n. 04/2014; Movimentação: recebimento do feito na Secretaria em 06/04/2016 para arquivamento.
- **Processo n. 573498-2015.3** – Requerente: Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias; Assunto: Estudo sobre criação e implantação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública em todas as comarcas do Estado; Relator: Desembargador Domingos Paludo; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto apresentado pelo relator, no sentido de converter o julgamento em diligência ao Conselho Gestor dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflito, para manifestação que entender necessária; Movimentação: feito remetido ao novo relator em 06/10/2016.
- **Processo n. 5664/2014 (SPA)** – Requerente: Juiz de Direito da comarca de Içara; Assunto: Proposta de alteração das competências das varas da comarca de Içara; Relatora: Juíza de Direito de Segundo Grau Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer; Decisão: Conversão do julgamento em diligência com a remessa do feito à Corregedoria-Geral da Justiça; Movimentação: remessa do feito à Corregedoria-Geral da Justiça – Núcleo III em 14/10/2015.
- **Processo n. 589534-2015.0** – Requerente: SIREDOC; Assunto: Pedido de elaboração de projeto de lei que reorganize o serviço extrajudicial com a agregação do serviço de protesto de títulos às escrivanias de paz localizadas em município que não sejam sedes de comarcas; Relator: Desembargador Domingos Paludo; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, suspender o julgamento e conceder vista coletiva aos membros da Comissão, para prosseguir na próxima sessão; Movimentação: remessa do feito ao novo relator em 27/06/2016.
- **Processo n. 589653-2015.3** – Requerente: Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciária; Assunto: Projeto de lei que regulariza a criação das serventias extrajudiciais ainda não instaladas; Relator: Desembargador Saul Steil; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, no sentido de deferir o pedido de providência para encaminhamento ao Tribunal Pleno do anteprojeto de Lei Complementar para criação de serventias extrajudiciais nos Municípios criados, observando-se a minuta já constante nesses autos, de autoria do eminente magistrado Luiz Henrique Bonatelli; Movimentação: remessa do feito à Presidência em 01/06/2016.
- **Processo n. 536419-2014.1** – Requerente: ASPLAN; Assunto: Redistribuição das competências das unidades judiciais da comarca de Curitibanos; Relator: Desembargador Domingos Paludo; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, no sentido de indeferir o pedido de redistribuição das competências entre as varas na comarca de Curitibanos; Movimentação: recebimento do feito na Secretaria em 25/03/2016 para arquivamento.
- **Processo n. 200915-2004.3** – Requerente: Gabinete da 1ª Vice-Presidência; Assunto: Lei de Organização, Classificação e Disciplina do foro extrajudicial, que compõe a 3ª fase do projeto do

novo Código de Divisão e Organização; Relator: aguardando a designação; Movimentação: na Secretaria da Comissão aguardando designação de novo relator desde o dia 20/1/2016.

- **Processo n. 595135-2016.6** – Requerente: Presidente da Câmara Civil Especial; Assunto: Proposta de criação da 5ª vaga na Câmara Civil Especial; Relator: Desembargador Domingos Paludo; Movimentação: remetido à Presidência após manifestação do relator pelo não conhecimento do feito no dia 01/03/2016.
- **Processo n. 596597-2016.7** – Requerente: Vice-Corregedoria-Geral da Justiça; Assunto: Pedido de providências – extinção da Escrivania de Paz do distrito de Ubatuba da comarca de São Francisco do Sul; Relatora: Juíza de Direito de Segundo Grau Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto da relatora, no sentido de dar provimento ao pleito; Movimentação: remessa à Secretaria do Tribunal Pleno em 23/05/2016.
- **Processo n. 3801/2016 (SPA)** – Requerente: Presidência; Assunto: Readequação da competência do Juizado Especial Criminal do Foro do Continente; Relator: Juiz de Direito de Segundo Grau Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, no sentido de aprovar a proposta de readequação da competência do Juizado Especial Criminal foro do Continente, comarca da Capital; Movimentação: envio à Diretoria de Documentação e Informação em 25/07/2016.
- **Processo n. 583317-2015.5** – Requerente: Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da comarca de Criciúma; Assunto: Requerimento para redefinição de competência com a devolução às varas cíveis dos feitos relacionados à insolvência civil, falência, concordata e recuperação judicial; Relator: Desembargador Saul Steil; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, rejeitar o pedido. Movimentação: recebimento do feito na Secretaria em 30/08/2016 para arquivamento.
- **Processo n. 570638-2015.6** – Requerente: ASPLAN; Assunto: Proposta de autonomia administrativa e orçamentária para o novo fórum de Joinville; Relator: Desembargador Domingos Paludo; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, no sentido de aprovar a proposta de autonomia administrativa e orçamentária para o novo fórum da Comarca de Joinville; Movimentação: na Secretaria desde 22/11/2016, aguardando inclusão na pauta do Órgão Especial.
- **Processo n. 3995/2016 (SPA)** – Requerente: Gabinete da Presidência; Assunto: Proposta de minuta de Resolução que torna definitivo o funcionamento da Circunscrição Unificada da Região Metropolitana da Grande Florianópolis; Relatora: Juíza de Direito de Segundo Grau Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto da relatora, no sentido de retificar o voto proferido na sessão de 30 de maio de 2016, a fim de aprovar a proposição de criação em definitivo da circunscrição unificada da região metropolitana da grande Florianópolis; Movimentação: feito remetido à Presidência em 01/06/2016.
- **Processo n. 587848-2015.6** – Requerentes: Juízes das Comarcas de Ibirama e Presidente Getúlio; Assunto: Pedido de providências – reordenação das circunscrições 19ª e 20ª com remanejamento das Comarcas de Ibirama e Presidente Getúlio daquela para esta última com sede em Rio do Sul; Relatora: Juíza de Direito de Segundo Grau Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer; Movimentação: remessa do feito ao gabinete da relatora em 07/07/2016.
- **Processo n. 10699/2016 (SPA)** – Requerente: Grupo de Monitoramento e Fiscalização; Assunto: Estudo para uniformização da quantidade e da área de abrangência territorial das circunscrições judiciárias com as circunscrições do Ministério Público e da Polícia Civil; Relatora: Juíza de Direito de Segundo Grau Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer; Movimentação: remessa do feito a Asplan em 1º/06/2016 para realização de estudo.

- **Processo n. 596796-2016.1** – Requerente: Assessoria de Planejamento; Assunto: Criação da Unidade Regional de Direito Bancário do Litoral Sul Catarinense; Relator: não definido; Movimentação: recebimento dos autos na Secretaria em 14/12/2016.
- **Processo n. 23390/2016 (SPA)** – Requerente: Conselho da Magistratura; Assunto: Estudo para reformulação da divisão de competência entre as Varas da Fazenda Pública da comarca de Joinville; Relator: não definido; Movimentação: remessa do feito à Asplan em 04/10/2016 para realização de estudo.
- **Processo n. 2055/2016 (SPA)** – Requerente: Corregedoria-Geral de Justiça; Assunto: Estudo para criação da Vara Bancária Regional de Jaraguá do Sul; Relator: Juiz de Direito Marco Augusto Ghisi Machado; Movimentação: remessa ao relator em 02/12/2016.

17.3 Reuniões: 7
Sessão realizada dia 28/03/2016 – Ata n. 01/2016
Sessão realizada dia 25/04/2016 – Ata n. 02/2016
Sessão realizada dia 30/05/2016 – Ata n. 03/2016
Sessão realizada dia 27/06/2016 – Ata n. 04/2016
Sessão realizada dia 25/07/2016 – Ata n. 05/2016
Sessão realizada dia 26/09/2016 – Ata n. 06/2016
Sessão realizada dia 28/11/2016 – Ata n. 07/2016

18. COMISSÃO PERMANENTE DE REGIMENTO INTERNO – Portaria n. 95/16-GP

- Desembargador Alexandre d'Ivanenko – Presidente
- Desembargador Fernando Carioni - Titular
- Desembargador Jorge Borba – Titular
- Desembargador Rogério Mariano do Nascimento – Titular
- Juiz de Direito de Segundo Grau José Everaldo Silva – Titular

Secretária da Comissão: Cláudia Carreirão Berardinelli Bion

18.1 Total de processos distribuídos na comissão: 14
Conclusos à Presidência: 3
Feitos em tramitação na 1ª Vice-Presidência: 7 (6 arquivados e 1 aguardando envio à Presidência para distribuição a novo Relator no Órgão especial)
Feitos distribuídos aos integrantes da CPRI: 1
Diligências a outros órgãos administrativos: 3

18.2 Movimentações processuais
- **Processo n. 224179-2005.0** (Apensos: Processos ns. 380435-2010.6, 392178-2010.6, 495088-2013.7, 432411-2011.0, 430966-2011.9, 449361-2012.3, 490434-2013.6, 476756-2012.0, 451046-2012.1 e 558439-2014.6) – Requerente: OAB – Seção de Santa Catarina; Assunto: Proposta de reforma do Regimento Interno do TJSC; Decisão: Os membros da Comissão decidiram, à unanimidade, aprovar o projeto do Novo Regimento Interno, com as inovações introduzidas pelo Novo Código de Processo Civil; Movimentação: feito remetido à Secretaria em 22/11/2016.
- **Processo n. 224/2014 (SPA)** – Requerente: Associação dos Magistrados Catarinenses; Assunto: Proposta de alteração do Regimento Interno para proporcionar a participação dos magistrados de 1º Grau na eleição de cargos diretivos do TJSC; Decisão: Os membros da Comissão decidiram, à unanimidade, indeferir o pedido de reconsideração; Movimentação: feito remetido ao Arquivo Geral em 11/04/2016.

- **Processo n. 540959-2014.4** (Apensos: Processos ns. 513309-2013.2 e 565963-2014.9) – Requerente: Comissão Permanente de Regimento Interno; Assunto: Levantamento da quantidade de recursos em tramitação no TJSC, no ano de 2014, referentes às matérias de família, idosos, infância e juventude, inclusive atos infracionais, sucessões, tutela, curatela e ausência, internação compulsória, saúde, educação pública e privada e previdência social e acidentária, previdência privada; Decisão: Os membros da Comissão decidiram, depois de compilar e sopesar as manifestações encaminhadas pelos Excelentíssimos Desembargadores, à unanimidade, opinar (i) pela rejeição da proposta apresentada pelo Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça para a especialização plena de todas as Câmaras Isoladas com competência cível e de ressurgimento da Seção Civil ou de criação das Seções de Direito Privado e de Direito Público, e (ii) pela implementação da revisão das competências atribuídas às Câmaras de Direito Público e de Direito Civil, a fim de que passe a ocorrer em razão da matéria ou em função da pessoa, conforme proposto pelos respectivos Grupos; Movimentação: feito remetido ao Arquivo Geral em 03/11/2016.
- **Processo n. 566094-2015.7** – Requerente: Gabinete da Presidência; Assunto: Proposta de criação da 5ª Câmara de Direito Público, criação de 3 cargos de desembargador e 1 cargo de juiz de direito de 2º grau; Decisão: Os membros da Comissão decidiram, à unanimidade, aprovar o voto do relator, Desembargador Alexandre d'Ivanenko, para a ampliação do número de membros do Tribunal de Justiça, com sua implementação condicionada à conveniência da administração e à existência de disponibilidade financeira e orçamentária, consistente: i) na criação de 28 (vinte e oito) cargos de desembargador, observada a proporção reservada ao quinto constitucional; ii) na extinção de 18 cargos de juiz de direito de segundo grau, na medida da vacância; iii) na criação da 5ª Câmara de Direito Público e da 5ª Câmara Criminal; iv) na definição do número de 4 (quatro) desembargadores em cada câmara isolada; v) na manutenção de 12 cargos de juízes de direito de segundo grau para atuação no plantão judiciário, nas Câmaras Especiais, nos programas de enfrentamento e demais atividades próprias; Movimentação: feito remetido à Presidência – Coordenadoria dos Magistrados em 17/11/2016.
- **Processos ns. 580004-2015.8** e **567761-2015.0** – Requerente: Secretaria do Tribunal Pleno; Assunto: Proposta de alteração do Ato Regimental 101/2010, que trata da composição dos membros eletivos do Órgão Especial; Relator: Desembargador Jorge Borba; Decisão: Os membros da Comissão decidiram, à unanimidade, aprovar o voto do relator, no sentido de reformar parcialmente o Ato Regimental n. 101/2010-TJ, que criou o Órgão Especial para, modificando seus arts. 1º e 2º, definir novas regras para composição e mandato dos membros eleitos; Movimentação: feito remetido ao Arquivo Geral em 03/11/2016.
- **Processo n. 581796-2015.0** – Requerente: Gabinete da Presidência; Assunto: Proposta de alteração da Resolução n. 02/2007 – TJ, que trata da forma de votação da lista tríplice para preenchimento do cargo de juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral, categoria jurista; Decisão: Os membros da Comissão decidiram, à unanimidade, aprovar, nos termos do voto da relatora, Excelentíssima Juíza de Direito de 2º Grau Janice Goulart Garcia Ubialli, a proposta de alteração da Resolução n. 02/07-TJ; Movimentação: feito remetido ao Arquivo Geral em 01/11/2016.
- **Processo n. 595979-2016.9** – Requerente: Gabinete da Presidência; Assunto: Estudo para definição de critérios objetivos para as remoções ou opções entre membros das Câmaras e redistribuição de processos aos desembargadores cooperadores nas câmaras; Relator: Desembargador Fernando Carioni; Decisão: Os membros da Comissão decidiram, à unanimidade, aprovar o voto do relator, no sentido de julgar prejudicada a demanda; Movimentação: feito recebido em 03/10/2016 na Secretaria da Comissão para arquivamento.
- **Processo n. 3995/2016 (SPA)** – Requerente: Gabinete da Presidência; Assunto: Proposta de minuta de Resolução que torna definitivo o funcionamento da Circunscrição Unificada da Região Metropolitana da Grande Florianópolis; Relator: Desembargador Rogério Mariano do Nascimento;

Movimentação: tramitação encerrada nesta Comissão, com despacho da Presidência determinando o encaminhamento do feito à Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias em 02/05/2016.

- **Processo n. 582535-2015.0** – Requerente: Câmara Especial Regional de Chapecó; Assunto: Pedido de Providências – Equalização da distribuição e cooperação nos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2012; Relator: Desembargador Fernando Carioni; Decisão: Os membros da Comissão decidiram, à unanimidade, acolher o voto do relator, no sentido de suspender a distribuição de novos processos à Câmara Especial Regional de Chapecó, devendo os membros daquele órgão fracionário efetuar na sua sede, no prazo de 1 ano prorrogável, o julgamento do acervo, inclusive incidentes; Movimentação: remessa à Presidência, após a elaboração normativa, em 23/08/2016.
- **Processo n. 8467/2016 (SPA)** – Requerente: Gabinete da Presidência; Assunto: Proposta de alteração do Ato Regimental n. 101/2010-TJ (alíneas "o" e "x" do art. 3º, inc. I); Relator: Desembargador Rogério Mariano do Nascimento; Decisão: Os membros da Comissão decidiram, à unanimidade, acolher o voto do relator, no sentido de declarar competente o Órgão Especial para julgamento das reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado pela Turma Recursal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em atenção ao disposto na Resolução STJ/GP n. 3, de 7 de abril de 2016; Movimentação: feito remetido à Secretaria Técnica de Elaboração Normativa em 19/08/2016.
- **Processo n. 598184-2016.0** – Requerente: Gabinete Desembargador Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço; Assunto: Proposta para alteração da redação da Resolução n. 02/2007-TJ; Relator: Juiz de Direito de Segundo Grau José Everaldo da Silva; Movimentação: processo com vista ao Desembargador Jorge Luiz de Borba em 28/09/2016.
- **Processo n. 20316/2016 (SPA)** – Requerente: Comissão Permanente de Regimento Interno; Assunto: Proposta de alteração do art. 148, § 5º, do Regimento Interno do TJSC – Ofício CGInfo n. 106/2016; Relator: Desembargador Jorge Luiz de Borba; Decisão: após o voto do relator anterior, Excelentíssimo Juiz de Direito de Segundo Grau José Everaldo da Silva, no sentido de acolher a proposta de alteração da redação da Resolução n. 02/2007-TJ e o voto vista do Excelentíssimo Desembargador Fernando Carioni no sentido de comunicar a OAB da abertura de vaga no Tribunal Regional Eleitoral, bem como de proceder a inscrição junto ao Tribunal de Justiça, conceder vista dos autos ao Excelentíssimo Desembargador Jorge Luiz de Borba; Movimentação: feito remetido à Divisão de Sistemas Judiciais, para cumprimento de diligência, em 19/10/2016.
- **Processo n. 21215/2016 (SPA)** – Requerente: Comissão Permanente de Regimento Interno; Assunto: Projeto para criação de órgão fracionário dedicado ao julgamento de agravos regimentais interpostos em face de decisões que negam seguimento a recursos especiais – Ofício n. 23/16 - GDSIH; Relator: Juiz de Direito de Segundo Grau José Everaldo da Silva; Decisão: Os membros da Comissão decidiram, à unanimidade, acolher o voto do relator, no sentido de acolher a pretensão para instituir a Câmara de Agravos Internos em Recursos Constitucionais, nos termos da minuta de ato regimental anexa; Movimentação: feito arquivado em 19/12/2016.
- **Processo n. 601940-2016.4** – Requerente: Gabinete da Presidência; Assunto: Mudanças na estrutura funcional e organizacional – elaboração de minutas de atos regimentais para disciplinar a distribuição dos novos cargos de desembargador transformados pela Lei Complementar Estadual n. 679/2016, o plantão judicial no 2º grau de jurisdição e as competências do Órgão Especial; Relator: Desembargador Fernando Carioni; Decisão: Os membros da Comissão, ao apreciar as propostas encaminhadas ao relator e após discussão entre todos Excelentíssimos Desembargadores presentes, decidiram promover as alterações constantes nos termos das minutas de atos regimentais anexas; Movimentação: feito remetido à Presidência em 12/12/2016.

18.3 Reuniões: 6

Sessão realizada dia 09/06/2016 – Ata n. 01/2016

Sessão realizada dia 18/07/2016 – Ata n. 02/2016
Sessão realizada dia 15/08/2016 – Ata n. 03/2016
Sessão realizada dia 28/09/2016 – Ata n. 04/2016
Sessão realizada dia 17/10/2016 – Ata n. 05/2016
Sessão realizada dia 31/10/2016 – Ata n. 06/2016

19. COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA – Portaria n. 339/16-GP

- Desembargador Alexandre d'Ivanenko – Presidente
- Juiz de Direito de Segundo Grau Gerson Cherem II – Titular
- Juiz de Direito Marcelo Pons Meirelles – Titular

Secretária da Comissão: Jaqueline Moreira

19.1 Total de processos distribuídos: 1
Feitos em tramitação na 1ª Vice-Presidência: 1 (sobrestado)

19.2 Movimentações processuais

- Processo Administrativo n. 453870-2012.6 – Requerente: Diretoria de Documentação e Informações; Assunto: Registro da revista Jurisprudência Catarinense, na versão eletrônica, como repositório autorizado do STJ e do STF; Movimentação: na Comissão Permanente de Jurisprudência aguardando resposta do STJ desde o dia 17/07/2015.

19.3 Reuniões: 2
Sessão realizada dia 21/06/2016 – Ata n. 01/2016
Sessão realizada dia 06/09/2106 – Ata n. 02/2016

19.4 Atos

- Publicação do Informativo n. 41 em 10/03/2016.
- Publicação do Informativo n. 42 em 08/04/2016.
- Publicação do Informativo n. 43 em 10/05/2016.
- Publicação do Informativo n. 44 em 10/06/2016.
- Publicação do Informativo n. 45 em 08/07/2016.
- Publicação do Informativo n. 46 em 10/08/2016.
- Publicação do Informativo n. 47 em 09/09/2016.
- Publicação do Informativo n. 48 em 10/10/2016.
- Publicação do Informativo n. 49 em 10/11/2016.
- Publicação do Informativo n. 50 em 09/12/2016.
- Deliberação da Comissão para incluir artigos produzidos por Magistrados na revista da Jurisprudência Catarinense e manter a sua versão impressa.
- Seleção dos julgados para inserção na revista Jurisprudência Catarinense n. 131; início da formatação e formulação de índices, com prazo de entrega à Divisão de Artes Gráficas até o final do mês de maio, para a diagramação e publicação até o final do mês de julho de 2016.
- Definição dos destinatários da revista Jurisprudência Catarinense n. 131 na versão capa simples: Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Conselho da Justiça Federal, Desembargadores e Juízes de Direito de Segundo Grau do Tribunal de Justiça, bibliotecas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, Procuradoria-Geral do Estado, Seção Judiciária Federal de Santa Catarina, Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Tribunal de Contas do Estado, Assembleia Legislativa do Estado, Academia Judicial, Defensoria Pública do Estado, Tribunal de Justiça dos Estados, Associação dos Magistrados dos

Estados, Ministério Público dos Estados, Seção da Ordem dos Advogados do Brasil dos Estados, universidades federais do país que possuam curso de Direito e universidades públicas e privadas do Estado de Santa Catarina que possuam curso de Direito.

- Definição dos destinatários da revista Jurisprudência Catarinense n. 131 na versão capa dura: Governador do Estado, Presidente da Assembleia Legislativa, Presidente do Tribunal de Contas, Procurador-Geral de Justiça, biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Desembargadores e Juízes de Direito de Segundo Grau do Tribunal de Justiça que manifestarem interesse em recebê-la, com a inscrição personalizada de seu nome na capa.
- Lançamento da revista Jurisprudência Catarinense n. 131. em 19/07/2016 e confecção de sua versão eletrônica (E-Book), com disponibilização no sítio do Tribunal de Justiça.
- Manutenção da tiragem de 200 exemplares da revista Jurisprudência Catarinense.
- Deliberação da Comissão para suspender a versão impressa do Anuário das Turmas de Recursos e manter o mesmo formato das versões anteriores, com julgados completos e ementários.
- Deliberação da Comissão para criar da Jurisprudência em Teses.
- Deliberação da Comissão para promover alterações no layout da página de jurisprudência no sítio deste Tribunal, com a inserção da Jurisprudência em Teses, supressão da primeira etapa da pesquisa de jurisprudência, destaque dos links que se encontram atualmente no rodapé da página, visando concentrar as informações e evitar o manuseio da barra de rolagem, e criação de link de pesquisa de jurisprudência do STF e STJ.
- Deliberação da Comissão a respeito dos informes a serem inseridos no Portal da Jurisprudência.
- Lançamento do novo portal da Jurisprudência no sítio do Tribunal de Justiça em 07/12/2016.
- Lançamento da 1ª edição da Jurisprudência em Teses, que trata do tema União Estável, em versão eletrônica (E-Book), com disponibilização no sítio deste Tribunal de Justiça em 07/12/2016.
- Seleção dos julgados para inserção na revista Jurisprudência Catarinense n. 132; início da formatação e formulação de índices, com prazo de entrega à Divisão de Artes Gráficas até o final do mês de outubro, para a diagramação e publicação até o final do mês de dezembro de 2016.
- Definição dos destinatários da revista Jurisprudência Catarinense n. 132 na versão capa simples: Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Conselho da Justiça Federal, Desembargadores e Juízes de Direito de Segundo Grau do Tribunal de Justiça, bibliotecas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, Procuradoria-Geral do Estado, Seção Judiciária Federal de Santa Catarina, Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Tribunal de Contas do Estado, Assembleia Legislativa do Estado, Academia Judicial, Defensoria Pública do Estado, Tribunal de Justiça dos Estados, Associação dos Magistrados dos Estados, Ministério Público dos Estados, Seção da Ordem dos Advogados do Brasil dos Estados, universidades federais do país que possuam curso de Direito e universidades públicas e privadas do Estado de Santa Catarina que possuam curso de Direito.
- Seleção dos julgados e ementas a serem inseridos no Anuário das Turmas de Recurso do ano de 2016 pelos membros da Comissão, formatação do periódico com a formulação dos índices e diagramação realizada pela Divisão de Artes Gráficas.
- Deliberação da Comissão a respeito da capa do 3º Anuário das Turmas de Recursos, decidindo pela homenagem ao Fórum Nereu Ramos, da comarca de Lages, que abrange toda a área do Vale do Contestado, em razão do aniversário de 100 anos da Guerra do Contestado neste ano.
- Lançamento da versão eletrônica do volume n. 3 do Anuário das Turmas de Recursos e da Turma de Uniformização do Poder Judiciário de Santa Catarina em 31/10/2016.
- Doação de exemplares da revista Jurisprudência Catarinense para terceiros.

20. COMISSÃO DE CONCURSOS

20.1 Comissão para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Santa Catarina – Resolução n. 20/2012-TJ (Concurso para provimento de cargo de Juiz Substituto do Estado de Santa Catarina – Edital n. 10/2015)

Encerramento da última etapa do concurso – Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura –, de caráter eliminatório e classificatório, em 09/12/2016.

Comissão Central (Resoluções TJ n. 1, de 4 de março de 2015, e n. 15, de 2015)

- Desembargador Alexandre d'Ivanenko – Presidente
- Desembargador Ronaldo Moritz Martins da Silva – titular
- Desembargador Tulio Pinheiro – Suplente
- Desembargadora Marli Mosimann Vargas – Suplente

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Santa Catarina:

- Doutora Sandra Regina Krieger Gonçalves – OAB/SC – Titular
- Doutor Leonardo Reis de Oliveira – OAB/SC – Suplente

Secretária da Comissão: Claudia Maysa Farias Santos

Comissão Examinadora da Segunda Etapa (Portaria n. 6/2015, Portaria GVP n. 6/2016)

- Desembargador Sérgio Antônio Rizelo – Presidente
- Juiz de Direito de Segundo Grau Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto – Titular
- Juíza de Direito de Segundo Grau Cláudia Lambert de Faria – Titular
- Juiz de Direito Alexandre Karazawa Takaschima – Titular
- Juiz de Direito Stephan Klaus Radloff – Titular
- Juiz de Direito Luiz Neri Oliveira de Souza - Titular

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Santa Catarina:

- Doutor Marcos Andrey de Sousa – OAB/SC – Titular

Comissão Examinadora da Quarta Etapa (Portaria GVP n. 8/2016)

- Desembargador Ronei Danielli – Presidente
- Desembargador Rodrigo Collaço – Titular
- Desembargador Carlos Adilson Silva – Titular
- Juiz de Direito de Segundo Grau Eduardo Mattos Gallo Junior – Titular
- Juiz de Direito Sérgio Luiz Junkes – Titular

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Santa Catarina:

- Doutor Leandro Gornicki Nunes – OAB/SC – Titular

20.1.1 Atos Administrativos

- Edital n. 4/2016 – sessão de identificação das provas e divulgação das notas dos candidatos – sentença cível e criminal –, realizada no dia 19/02/2016.
- Edital n. 6/2016 – disponibilização aos candidatos da segunda prova escrita – sentença cível e criminal – no dia 22/02/2016.
- Edital n. 8/2016 – sessão de julgamento dos recursos interpostos contra o resultado da segunda prova escrita – sentença cível e criminal –, realizada no dia 15/04/2016.
- Edital n. 9/2016 – divulgação do julgamento dos recursos interpostos contra o resultado da segunda prova escrita – sentença cível e criminal – em 18/04/2016.
- Edital n. 10/2016 – convocação dos candidatos relacionados no Anexo I a requererem a inscrição definitiva no presente certame, no período de 20/04/2016 a 11/05/2016.
- Edital n. 11/2016 – determinação aos candidatos habilitados a requerer inscrição definitiva para apresentar exames relacionados no Anexo Único, quando da avaliação médica.

- Edital n. 12/2016 – divulgação das datas, dos horários e dos locais em que os candidatos aprovados na segunda etapa do certame deverão se apresentar para realização dos exames de sanidade física e mental, e psicotécnico.
- Edital n. 13/2016 – cancelamento da inscrição de um candidato, com base no Processo Administrativo n. 598206-2016.5.
- Edital n. 15/2016 – divulgação do deferimento das inscrições definitivas; do indeferimento da inscrição de um candidato, ante a não comprovação do período mínimo de 3 (três) anos de atividade jurídica; realização da sessão pública de sorteio dos grupos e definição de arguição da prova oral para cada candidato; e divulgação das datas para realização da prova oral – 14, 15 e 16 de julho de 2016.
- Edital n. 16/2016 – divulgação da possibilidade de aplicação, na íntegra, do novo Código de Processo Civil, nas próximas etapas do concurso.
- Edital n. 17/2016 – disponibilização do programa de pontos que serão objeto da prova oral.
- Edital n. 18/2016 – divulgação dos grupos formados para arguição dos candidatos habilitados à prova oral.
- Edital n. 21/2016 – divulgação do resultado final dos candidatos que se submeteram à prova oral.
- Edital n. 22/2016 – divulgação da pontuação atribuída pelos títulos apresentados pelos candidatos aprovados na prova oral.
- Edital n. 24/2016 – sessão de julgamento dos recursos interpostos contra o resultado da prova de títulos, realizada no dia 05/08/2016.
- Edital n. 26/2016 – divulgação do resultado do julgamento dos recursos interpostos contra a pontuação da prova de títulos.
- Edital n. 28/2016 – homologação do pedido de desistência de candidato nos autos do Processo Administrativo n. 22095/2016.
- Edital n. 32/2016 – divulgação das notas da sexta etapa do certame, Curso de Formação.

20.1.2 Reuniões: 14

20.2 Concurso de Ingresso, por Provimento ou Remoção, na Atividade Notarial e de Registro no Estado de Santa Catarina (deflagrado pelo Edital n. 346/2011 e alterado pelo Edital 176/2012)

Comissão do Concurso (Portarias GVP ns. 1/2012, 5/2012, 5/2013, 6/2013, 10/2013, 12/2014 e 1/2015)

- Desembargador Alexandre d'Ivanenko – Presidente
- Juiz de Direito de Segundo Grau Gerson Cherem II – Titular
- Juiz de Direito Carlos Roberto da Silva – Titular
- Juiz de Direito Luis Francisco Delpizzo Miranda – Titular

Representante do Ministério Público

- Procurador de Justiça Ivens José Thives de Carvalho – Titular

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Santa Catarina:

- Doutor Marcos Andrey de Sousa – OAB/SC – Titular
- Doutor Leonardo Reis de Oliveira – OAB/SC – Suplente

Registrador

- Doutor Miguel Ângelo Ortale – Titular

Tabeliã

- Doutora Adelaide da Silva Jardim – Titular

Secretária da Comissão: Claudia Maysa Farias Santos

20.2.1 Atos Administrativos

- Edital n. 20/2016 – designação de data para audiência de escolha e reescolha – dia 29/07/2016.

- Edital n. 23/2016 – cumprimento de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região nos autos do Agravo Instrumento n. 5032954-40.2015.4.04.0000 e designação da audiência de escolha para o dia 29/07/2016.
- Edital n. 25/2016 – cumprimento de decisão proferida pela 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Criciúma nos autos da Ação n. 5005714-61.2016.4.04.7204.
- Edital 27/2016 – cumprimento de decisões proferidas pelo Conselho Nacional de Justiça nos Procedimentos de Controle Administrativo n. 0003600-97.2016.2.00.0000 e n. 0003543-79.2016.2.00.0000, e convocação dos candidatos atingidos com as decisões para comparecerem aos atos de que tratam os Editais n. 23/2016 e n. 20/2016, realizados no dia 1º/10/2016.
- Edital n. 29/2016 – designação da audiência de reescolha a ser realizada no dia 03/11/2016.
- Edital n. 30/2016 – cumprimento de decisão proferida nos autos do Processo Administrativo n. 588888-2015.3.
- Edital n. 31/2016 – cumprimento de decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança n. 9148488-70.2015.8.24.0000.

20.2.2 Reuniões da Comissão: 2

20.3 Concurso para Provimento do Cargo de Analista Jurídico do Quadro do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Edital n. 193/2011)

- Desembargador Alexandre d'Ivanenko – Presidente

Secretária da Comissão: Claudia Maysa Farias Santos

20.3.1 Atos Administrativos

- Edital n. 5/2016 – Cumprimento de decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança n. 023.13.003940-6.
- Edital n. 7/2016 – Cumprimento de decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança n. 023.12.070455-5.
- Edital n. 19/2016 – Cumprimento de decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança n. 9162929-36.2013.8.24.0000 e nos autos do Mandado de Segurança n. 9160709-56.2013.8.24.0000.

20.4 Concurso para Provimento do Cargo de Analista Administrativo do Quadro do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Edital 192/2011).

- Desembargador Alexandre d'Ivanenko – Presidente

Secretária da Comissão: Claudia Maysa Farias Santos

20.4.1 Atos Administrativos

- Edital n. 14/2016 – Cumprimento de decisão proferida nos autos da Apelação n. 0003789-41.2013.8.24.0023.

20.5 Concurso para provimento de cargo de Juiz Substituto do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina

Estudos para abertura de certame.

Comissão do Concurso

- Desembargador Alexandre d'Ivanenko – Presidente
- Desembargador Ronaldo Moritz Martins da Silva – Titular
- Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho – Suplente
- Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Santa Catarina:

- Doutor Leonardo Reis de Oliveira (OAB/SC 15.986) – Titular
- Doutor José Sérgio da Silva Cristóvam (OAB/SC 16.298) – Suplente

Secretária da Comissão: Claudia Maysa Farias Santos

Atos Administrativos

- **Processo Administrativo n. 600552-2016.7** – Requerente: Primeira Vice-Presidência; Assunto: Contratação de instituição para a organização do concurso público para ingresso na carreira da Magistratura.

2ª VICE-PRESIDÊNCIA

ENTRADOS E REATIVADOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
REsp entrados	183	266	437	318	343	331	273	381	369	325	327	167	**3.720**
RE entrados	77	62	110	84	82	87	69	92	92	85	100	62	**1.002**
Incidentes diversos: cessado sobrestamento; volta da Câmara; etc.	68	190	119	190	186	247	223	288	269	396	263	94	**2.533**
TOTAL DE ENTRADOS/REATIVADOS	**328**	**518**	**666**	**592**	**611**	**665**	**565**	**761**	**730**	**806**	**690**	**323**	**7.255**

PRODUTIVIDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
REsp admitido	126	78	133	117	79	96	93	91	91	83	77	73	**1.137**
REsp não admitido	249	188	240	201	195	213	212	200	188	152	183	175	**2.396**
REsp negado seguimento						1		1		97	5	5	**109**
REsp sobrestado				25	22	54	47	41	80	49	37	35	**390**
RE admitido	11	9	11	10	2	8	8	6	10	8	9	8	**100**
RE não admitido	68	63	100	56	36	66	65	47	63	37	57	37	**695**
RE negado seguimento								3	2	4			**9**
RE sobrestado	1			19	20	42	22	26	25	14	31	16	**216**
Efeito suspensivo deferido				1	1		4	1	1	2	3	2	**15**
Efeito suspensivo indeferido					2								**2**
Recebimento de recurso sem efeito suspensivo	20	15	46	36	15	49	34	44	24	36	28	27	**374**
Juízo positivo de retratação									1				**1**
Juízo negativo de retratação				6	26	118	157	134	130	93	174	40	**878**
Embargos de declaração		2		7	3	10	4	2	3			3	**34**
Remessa à Câmara				6	7	8	5	74	13	15	13	63	**204**
Prejudicados	1		1	3	7	15	6	8	18	7	1	4	**71**
Não conhecidos	1	2		1	1		4						**9**
Decisões/despachos diversos	52	54	305	247	200	111	80	92	110	70	81	85	**1.487**
TOTAL DE DECISÕES	**529**	**411**	**836**	**735**	**616**	**791**	**741**	**770**	**759**	**667**	**699**	**573**	**8.127**

Processos **pendentes de análise** em Dezembro de 2016 – **2.070**
Processos **conclusos** ao relator em 15 de Janeiro de 2017 – **681**
Processos **sobrestados** em dezembro de 2016 – **2.636**

Observações importantes
1) a partir do mês de abril de 2016, com a segunda etapa da implantação do SAJ 5, foram criadas novas movimentações processuais, sendo possível quantificar com maior precisão os diversos tipos de decisão elaborados pela 2ª Vice Presidência.
2) Em razão da implantação da nova versão do SAJ e das alterações dela decorrentes, é possível que alguns dados apresentem certo grau de inconsistência.

3ª VICE-PRESIDÊNCIA

ENTRADOS E REATIVADOS	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
REsp Entrados	1.052	847	598	620	702	558	1.033	1.070	818	863	404	**8.565**
RE Entrados	128	75	74	21	49	32	43	60	35	37	23	**577**
Incidentes diversos; cessado sobrestamento; volta da câmara, etc.	675	1.567	1.147	1.045	1.171	1.229	1.230	1.469	1.162	1.157	251	**12.103**
TOTAL ENTRADOS /REATIVADOS	**1.855**	**2.489**	**1.819**	**1.686**	**1.922**	**1819**	**2.306**	**2.599**	**2.015**	**2.057**	**678**	**21.245**

PRODUTIVIDADE	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
REsp Admitido	69	518	113	52	72	34	51	40	43	29	15	**1.036**
REsp Não Admitido	-	-	-	96	450	925	1.302	1.020	985	1.379	549	**6.706**
REsp Neg. Seguimento	810	1.081	993	1.026	459	90	73	38	58	47	29	**4.704**
REsp Sobrestado	-	-	-	7	36	52	97	192	152	220	96	**852**
RE Admitido	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	**3**
RE Não admitido	-	-	-	18	111	212	137	138	71	43	25	**755**
RE Neg. Seguimento	54	160	114	72	34	0	42	16	37	27	16	**572**
RE sobrestado	0	0	0	2	1	1	6	2	2	1	6	**21**
Efeito Susp. Def.	-	-	-	-	-	0	3	0	1	1	2	**7**
Efeito Susp. Indef.	-	-	-	-	-	16	18	6	20	14	17	**91**
Juizo Positivo de Retratação - 1.021	-	-	-	-	-	0	0	1	1	0	0	**2**
Juizo Negativo de Retratação - 1.021	-	-	-	8	202	340	262	134	119	57	9	**1.131**
Juizo Positivo de Retratação - 1.042	-	-	-	0	0	0	9	8	2	5	0	**24**
Juízo Negativo de Retratação - 1.042	-	-	-	0	0	1	109	228	133	413	113	**997**
Embargos de Declaração	-	-	-	2	3	8	9	4	8	8	1	**43**
Remessa à Câmara	-	-	-	0	0	32	101	39	92	81	14	**359**
Prejudicados	-	-	-	4	29	102	550	246	437	516	39	**1.923**
Não conhecidos	-	-	-	8	38	96	320	196	286	326	38	**1.308**
Decisões/Despachos Diversos	1.027	1.385	1.568	952	514	339	355	306	280	394	198	**7.318**
TOTAL DE DECISÕES	**1.961**	**3.145**	**2.788**	**2.247**	**1.949**	**2.249**	**3.444**	**2.614**	**2.727**	**3.561**	**1.167**	**27.852**

Sobrestados em fevereiro de 2016 – **9.308**
Sobrestados em dezembro de 2016 – **5.994**
Pendentes de Análise em dezembro de 2016 – **3.448**
Conclusos em gabinete em 15 de janeiro de 2017 – **1.722**

Observações importantes:
A partir do mês de junho de 2016, com a implantação do último ciclo do SAJ5, foram criadas outras movimentações, sendo possível quantificar as seguintes decisões: REsp e RE não admitidos; REsp e RE sobrestados; Juizo Positivo de Retratação do art. 1.021/CPC2015; Juizo Negativo do art. 1.021/CPC2015; Juizo Positivo de Retratação do art. 1.042/CPC2015; Juizo Negativo de Retratação do art. 1.042/2015; Embargos de Declaração; Remessa à Câmara; Prejudicados e Não Conhecidos. Até o mês de maio, as decisões referidas eram computadas como **"Decisões Diversas".**
Alguns dados poderão apresentar alguma inconsistência, devido à implantação do novo sistema e a adequação do mapa estatístico às novas movimentações.

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

1. APRESENTAÇÃO

O relatório estatístico da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) tem a finalidade de apresentar as principais informações estatísticas, bem como os projetos e atividades desenvolvidos ao longo do exercício de 2016. O documento contempla dados da produtividade da Justiça de Primeiro Grau e das ações desenvolvidas administrativamente por este Órgão, que buscou, ao longo desta gestão, o fortalecimento do seu papel de orientação e apoio aos magistrados, servidores, notários e oficiais do registro público, em favor da sociedade catarinense.
Aproveitamos a oportunidade para, novamente, reconhecer a dedicação e o esforço de todos os colaboradores que tornaram possível a concretização dos objetivos estabelecidos, na busca de um Judiciário mais eficiente, célere e humanizado.

2. NÚCLEOS ESPECIALIZADOS

2.1. Núcleo I: Procedimentos Administrativos Disciplinares e Processo de Vitaliciamento

Durante o ano de 2016, tramitaram no Núcleo I da CGJ, por meio do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) – CGJ, 355 procedimentos administrativos disciplinares, dos quais 39 eram remanescentes do ano anterior, e 316 foram distribuídos no transcurso do ano.
Dos 355, 311 foram arquivados e apenas 44 permanecem em trâmite.
Tramitaram, também, 54 processos no Sistema de Processos Administrativos (SPA), os quais, a despeito de não autuados neste Órgão, demandaram análise e manifestação.
Da mesma forma, conquanto distribuídos ao Núcleo III deste Órgão e não autuados no Núcleo I, 40 Representações por Excesso de Prazo decorrentes do Provimento n. 36 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a estrutura e procedimentos das Varas da Infância e Juventude, exigiram a emissão de parecer.
O Núcleo I formulou, ainda, duas propostas de processo administrativo disciplinar ao Tribunal Pleno, uma de instauração e outra de arquivamento, e apreciou 15 procedimentos de vitaliciamento de juízes substitutos.
O Juiz Corregedor prestou 31 atendimentos presenciais – magistrados, servidores, advogados e/ou jurisdicionados – e 13 via contato telefônico, todos com encaminhamentos, orientações e/ou esclarecimentos.
Importa destacar que, além dos trabalhos desenvolvidos no Núcleo I, o Juiz Corregedor do referido setor é membro do Conselho Gestor de Engenharia, cuja periodicidade de reunião é mensal, e do Conselho de Gestão Socioambiental, que, no geral, reúne seus membros em igual periodicidade.

2.2. Núcleo II: Estudos, Planejamento e Projetos

2.2.1. Atividades desenvolvidas durante o ano de 2016

O Núcleo II da CGJ atuou na orientação, apoio e desenvolvimento de projetos e iniciativas de alta relevância na atividade jurisdicional de primeiro grau.
Na linha dos objetivos estratégicos definidos nesta gestão, foram realizadas atividades precipuamente voltadas ao primeiro grau de jurisdição, entre as quais se elencam:

Orientação

A orientação está presente em quase todas as atividades desempenhadas pelo Núcleo, transmitidas por meio de pedidos de providências e atendimentos diversos. Em 2016, as atenções foram concentradas na atualização das Orientações n. 17, 25, 45, 47, 51, 53, 56, bem como na edição da Orientação n. 62, que trata de uma das inovações trazidas pelo Código de Processo Civil (artigo 340).

Apoio

Como principal iniciativa de apoio, foi instituído o Programa CGJ APOIA, com foco no impulso do acervo de processos eletrônicos e no estímulo à organização cartorária e de gabinete (Provimento CGJ n. 11/2016). Formou-se equipe para a execução dessas rotinas, sob a supervisão da Assessoria Técnica Correicional (ATC).

Em síntese, o trabalho desenvolvido pela equipe de apoio consiste na organização e impulso do acervo eletrônico, de forma remota, enquanto a unidade judiciária mantém as atenções na digitalização do acervo físico e sua reorganização.

No desenvolvimento do projeto, atuou-se, a princípio em caráter experimental, na 1ª Vara Cível da Comarca da Capital e na 2ª Vara Criminal de São José. Com a finalização, a 2ª Vara da comarca de Içara foi a primeira a receber o auxílio de forma oficial.

Os resultados obtidos são significativos, de forma que implicaram, em cada período respectivo de atuação, 8.920 movimentações e 4.807 documentos emitidos na 1ª Vara Cível da comarca da Capital; 1.493 movimentações e 789 documentos expedidos na 2ª Vara Criminal da comarca de São José; e 5.564 movimentações e 1.756 documentos emitidos na 2ª Vara da comarca de Içara. Totalizou-se, assim, 15.977 movimentações e 7.352 documentos emitidos.

Outro aspecto positivo é a redução de processos sem movimentação há mais de 365 dias: de 962 para 317 processos na 1ª Vara Cível da comarca da Capital, e de 2.347 para 1.507 processos na 2ª Vara da comarca de Içara no final do período de apoio, a considerar que nesta unidade as execuções fiscais integram o acervo pendente de movimentação. A 2ª Vara Criminal da comarca de São José conseguiu digitalizar todo o seu acervo físico naquele interregno. Atualmente, o auxílio é prestado à Vara Única da comarca de Araquari.

Serviços

Com relação aos serviços oferecidos à sociedade, destacam-se a atuação do Programa CGJ APOIA e sua atividade de auxílio ao julgamento de processos, que refletiram incremento na entrega jurisdicional.

Como uma evolução ao mutirão de sentenças e ao Programa Permanente de Julgamento Prioritário, o CGJ APOIA é um programa concebido para viabilizar o julgamento dos processos de conhecimento conclusos para sentença no acervo da Justiça de Primeiro Grau, distribuídos há mais de cinco anos mediante a captação e distribuição aos magistrados sentenciantes escolhidos com base nos critérios objetivos definidos na Resolução Conjunta n. 6/2014 GP/CGJ, alterada pela Resolução Conjunta n. 5/2016 GP/CGJ.

Em 2016, foram encaminhados 2.269 processos para julgamento. Ao todo, 41 juízes sentenciantes auxiliaram 22 unidades cedentes. O mesmo programa atuou na eleição das unidades para a remessa de processos aos candidatos que integram a última fase do concurso de ingresso na carreira da magistratura, cujo julgamento é utilizado como fase preparatória pela Academia Judicial. Este trabalho resultou na distribuição de 1.445 processos. Os 17 candidatos auxiliaram nove unidades.

Procedimentos internos

Trabalhou-se juntamente com os demais núcleos na definição de demandas para a atualização do Sistema de Atendimento da Corregedoria, as quais foram encaminhadas à Assessoria de Informática deste Órgão Correicional para implementação.

Além dos projetos acima enumerados, o Núcleo II trabalhou nas seguintes demandas:

- Editadas duas Resoluções Conjuntas, um Provimento, 19 Circulares e 28 Comunicados Eletrônicos;
- Movimentados seis processos físicos;

- Exarados 167 pareceres, 53 despachos no SAJ5 e 175 expedientes no SPA;
- Respondidos 747 atendimentos no Sistema da Central de Atendimento;
- Participação em 93 reuniões internas;
- Participação em 23 videoconferências;
- Recebimento e liberação dos lotes do Programa DNA em Audiência em Santa Catarina (PRODNASC) – o Núcleo atua no envio de comunicado às unidades e na definição da quantidade de lotes a serem liberados. Em 2016 foram distribuídos 1.449 *kits*;
- Divulgação da lista de jurados voluntários – anualmente é divulgada pelo Núcleo a lista de jurados voluntários cadastrados no sistema, até o dia 20 de setembro, para subsidiar a lista geral a ser publicada pelas comarcas, em cumprimento ao artigo 426 do Código de Processo Penal;
- Revisão das Resoluções do CNJ – nos termos da Portaria do CNJ n. 139/2016, foi realizado um estudo para a discussão interna, definições e encaminhamento de sugestões de atualização normativa, que resultou na soma de 245 resoluções avaliadas;
- Análise e criação de novos modelos de documento do SAJ – a partir da vigência do Novo Código de Processo Civil (NCPC), desenvolveu-se trabalho conjunto com a ATC, com a Seção de Revisão de Acórdãos e com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) na revisão de todos os modelos de expediente disponíveis no SAJ, de modo a resultar no montante de 1.538 modelos. Essa pioneira atividade de revisão englobou aspectos jurídicos e gramaticais;
- Atualização permanente do Código de Normas da CGJ (CNCGJ) – o Núcleo também atua na atualização normativa do CNCGJ e da sua versão anotada, a somar, em 2016, 15 provimentos emitidos;
- Confecção de lista de processos conclusos e recebidos – em cumprimento aos artigos 12 e 153, § 1º, do Código de Processo Civil, confeccionou-se lista cronológica de processos conclusos nos meses de março, abril, maio, junho, julho e agosto, a qual foi disponibilizada no site da Corregedoria, até a liberação da funcionalidade pela empresa desenvolvedora do SAJ;
- Impulso a processos de ações de massa e de execuções fiscais pendentes de arquivamento – com o foco na baixa de autos constituídos de decisão já prolatada, atuou-se fortemente no auxílio para a execução em bloco e de forma remota de tais atividades, que importaram na baixa de cem mil processos;
- Apoio na confecção de modelo e impulso processual de ações iniciais – a 3ª Vara da Fazenda Pública da comarca de Joinville possuía acervo significativo de processos pendentes de recebimento da petição inicial. Desenvolveu-se automação que imprimiu celeridade no andamento desses feitos, de maneira a se despachar, em bloco, 26.000 processos;
- Revisão do conteúdo do curso de práticas cartorárias do SAJ5 – a Academia Judicial criou curso em formato de Educação à Distância (EAD) para o treinamento dos servidores na adequada utilização do sistema, que foi submetido a conferência da ATC e do Núcleo II;
- Aprovação de funcionalidades e outras melhorias encaminhadas via sistema *redmine* – foram respondidas demandas encaminhadas pela DTI que envolvem a aprovação de pequenas alterações de sistema, criação de modelos de documentos etc. Em 2016, responderam-se 120 tarefas;
- Discussão acerca dos tipos de documento digital – formou-se grupo específico com o desiderato de atuar na compilação de todas as sugestões encaminhadas para a revisão da tabela de tipos de documentos digitais, composto de representantes do Conselho Gestor de Tecnologia da Informação (CGINFO), da DTI e da ATC. Para auxiliar nas definições, foi solicitado a algumas unidades de competência especializada o envio de sugestões para a criação de novos tipos de documento. Já se analisaram 160 modalidades de documentos digitais, a restar 80 pendentes de análise;
- *Workshop* do Sistema Aprimorar – em cumprimento ao art. 4º do Provimento n. 5/2015, foi realizado o III *Workshop* do Sistema Aprimorar, distribuído em duas fases distintas. No primeiro encontro (dias 1º e 2 de setembro de 2016), foi apresentado o sistema aos magistrados e chefes de

cartório convocados, com orientação e execução da técnica *brainstorming* (técnica das tarjetas). Na segunda fase, ocorrida nos dias 24 e 25 de novembro de 2016, foram colhidas as reflexões atinentes aos resultados obtidos por intermédio da implementação do plano de gestão em suas unidades, além de ter sido dado destaque aos benefícios da digitalização do acervo e da automação de atos;

- Auditoria de categorizações – em razão da crescente demanda de categorização de processos a partir da digitalização do acervo físico, instituiu-se a atividade de categorização de processos executada por servidores de primeiro grau, fora do horário de expediente, à razão de 120 processos por mês, mediante remuneração. A fiscalização se dá por meio de auditoria, a qual é pré-requisito ao pagamento das gratificações. Até o presente momento, foram realizadas 82 auditorias;
- Criação de modelos de documento, tipos de documento digital e configurações do SAJ5 para a o funcionamento dos sistemas SerasaJud e Federação de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL/SC) – mercê da inovação legislativa promovida pelo NCPC, que prevê, nos moldes do artigo 782, § 3º, a inscrição em cadastro de inadimplentes, a CGJ, a Serasa e a FCDL/SC ajustaram os procedimentos e o sistema FCDL/SC, com o objetivo de oferecer o serviço de "inscrição no cadastro de inadimplentes";
- Reuniões sobre discussão de dúvidas relacionadas ao processo eletrônico, à padronização de procedimentos, aos perfis de usuários e à homologação de inovações – por ocasião do advento do projeto de Implantação do Processo Eletrônico (IPE), nasceu a necessidade de serem delineadas as funcionalidades existentes e aquelas a serem implementadas no âmbito do SAJ-PG, bem como se fizeram oportunas as definições relacionadas ao perfil de usuários e ao encaminhamento de novidades voltadas às melhorias do sistema. Neste cenário, deu-se continuidade ao grupo formado na gestão anterior, constituído por integrantes da DTI, do CGINFO e da Assessoria de Planejamento (Tabelas Unificadas CNJ), com o escopo de solucionar problemas de procedimentos e configurações no sistema SAJ-PG (processo digital), e também de estabelecer atribuições, realizar novas configurações e criar documentos e modelos de expedientes para uso no primeiro grau de jurisdição;
- Criação de novos indicadores no Sistema Aprimorar – o Sistema Aprimorar tem por objetivo disponibilizar às unidades judiciárias de primeiro grau de jurisdição ferramenta informatizada que auxilie magistrados e servidores na elaboração de plano de gestão, e possui como base informações estatísticas extraídas do SAJ (indicadores de desempenho) e modelos de práticas bem-sucedidas. À vista das sugestões colhidas no II Workshop do Sistema Aprimorar, foram aprovados novos indicadores para as áreas criminal e do juizado especial cível, atualmente em processo de implantação;
- Participação da Juíza Corregedora e dos assessores correicionais em reuniões, palestras, apresentações de soluções de tecnologia e workshops, envolvidos entes internos e externos;
- Participação da Juíza Corregedora e de assessores correicionais na capacitação dos novos magistrados, com foco na gestão de unidades judiciárias de primeiro grau; e
- Atendimentos por telefone, munidos de orientações ou informações relacionadas aos Sistemas Auxiliares: CCS, Prodnasc, InfoJud, entre outros.

2.2.2. Projetos e estudos desenvolvidos pelo Núcleo II

Automatização do fluxo eletrônico de processos judiciais

O projeto foi instituído com o objetivo geral de disponibilizar às comarcas de primeiro grau novos fluxos de trabalho automatizados no sistema SAJ-PG5, para o gerenciamento mais eficiente das atividades de gabinete e de cartório, de forma a aumentar a produtividade nas unidades judiciais do estado e reduzir o tempo de tramitação do processo judicial eletrônico.

No decorrer do ano, algumas iniciativas foram promovidas, tais como a finalização e implementação dos fluxos automatizados da Divisão de Tramitação Remota de Execução Fiscal, bem como a disponibilização dos mesmos recursos tecnológicos à Vara de Execuções Fiscais Estaduais e Municipais da comarca da Capital, e a criação de automações respeitantes aos processos de recuperação judicial, em atendimento à determinação exarada pelo CNJ nos autos n. 000686-36.2016.8.24.0600.
Concluída a implementação do fluxo dos processos de recuperação judicial, o projeto sofrerá adaptações em sua natureza, e será proposto um novo modelo de revisão de fluxos, organizado em um grupo maior, composto por representantes da DTI, CGINFO, Presidência, CGJ e setores técnicos, que trabalharão na construção de todas as atividades passíveis de automatização, conforme a competência processual e mediante participação de usuários lotados no primeiro grau.

Revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça
A contar da vigência do NCPC, e em face das inovações promovidas a partir da implementação do processo eletrônico, formou-se grupo de trabalho constituído de servidores deste Órgão Correicional para a revisão do atual CNCGJ.
Ao todo, foram realizadas 22 reuniões de revisão, no bojo das quais foram apresentadas as propostas de atualização, segundo a divisão do trabalho entre os integrantes.
O projeto teve início em 1º de março de 2016 e encontra-se em vias de finalização, pendente apenas de revisão gramatical e de técnica legislativa, para posterior publicação.

Implementação do Prontuário Judicial da Corregedoria-Geral da Justiça
O projeto tem como premissa implementar ferramenta de informática que reúna todas as informações referentes às intervenções realizadas pela CGJ em cada unidade judiciária.
Atualmente, encontra-se em fase de finalização pela Assessoria de Informática desta Corregedoria, que estuda a possibilidade de interoperabilidade com o SAJ-PG5.

Cadastro Controlado
Tal projeto tem como objetivo geral a regularização e o registro de partes no cadastro controlado do sistema, com o fito de unificar as que contiverem as mesmas informações cadastrais.
Após a realização de reuniões integradas por representantes da CGJ, CGINFO e SoftPlan, optou-se pela unificação dos cadastros controlados duplicados e pela inserção do conceito a todas as pessoas jurídicas, bem como pela avaliação da possibilidade de integração, por meio de funcionalidade do sistema, de todas as empresas públicas e autarquias estaduais cuja defesa seja realizada pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Tais demandas já foram encaminhadas à DTI para inclusão no *backlog* e implementação futura, observada a priorização definida por comitê formado para esta finalidade.
Realizada a entrega, o projeto será finalizado.

Estratégias de Comunicação para o Processo Eletrônico
O projeto possui como objetivo geral o interesse institucional na publicidade das informações oficiais quanto ao processo eletrônico, quer seja em sistema de automação do judiciário ou ainda mediante orientações e normas para direcionar, apoiar e fiscalizar as atividades judicial e extrajudicial.
A consequente resposta, inicialmente do público interno, será a diminuição da demanda de procedimentos para dirimir dúvidas atinentes ao SAJ, ao seu *modus operandi* e às normatizações que o regem.
Atualmente o projeto está em fase final de implantação do renovado portal do processo eletrônico e contará com atualizações semanais pela DTI, CGJ e CGINFO.

Programa de Digitalização de Processos

O projeto possui como objetivo geral a execução de um plano estadual de virtualização de processos no âmbito da justiça de primeiro grau, por meio do emprego da força de trabalho existente nas unidades judiciais. O projeto contou com uma fase inicial, compreendida por todos os passos que envolvem um procedimento de digitalização dos processos, e pela aplicação de um piloto no Foro do Continente da comarca da Capital. Concluídas estas atividades e a partir dos ensinamentos colhidos, entabulou-se minuta de Resolução Conjunta com todas as regras que envolvem o procedimento de digitalização, já aprovada sob o n. 6/2016.

2.3. Núcleo III: Foro Judicial

Com o objetivo de orientar, fiscalizar e controlar as atividades forenses, o Núcleo III desta Corregedoria, em parceria com a ATC e sob o comando direto da Juíza Corregedora e do Corregedor-Geral da Justiça, realizou correições, no decorrer deste ano, em 152 unidades jurisdicionais de 74 comarcas do estado, conforme calendário estabelecido por meio da Circular n. 189/2015. Assim, das correições realizadas, 34 foram presenciais e 118 foram virtuais. Além disso, foram feitas oito correições presenciais em setores administrativos, tudo isso como atividade de apoio e orientação.
Por meio de correições presenciais, efetivadas por meio de visitas às unidades, realizou-se um diagnóstico minucioso da situação das unidades (cartório e gabinete) e dos setores administrativos dos fóruns. Detectados os problemas existentes, foram repassadas orientações aos magistrados e servidores, bem como sugeridas soluções para o aprimoramento e uniformização dos trabalhos forenses.
As correições realizadas pelo modo exclusivamente virtual, por sua vez, permitiram a análise dos dados estatísticos das unidades judiciárias, às quais também foram repassadas orientações para correções das irregularidades verificadas.
As unidades correicionadas no ano de 2016 constam a seguir:

2.3.1. Correições presenciais

COMARCA	UNIDADE	INÍCIO DA CORREIÇÃO
ARMAZÉM	Vara Única	14 a 18 de março de 2016
	Setores Administrativos	
IÇARA	1ª Vara	
	2ª Vara	
	Setores Administrativos	
ARARANGUÁ	1ª Vara Cível	11 a 15 de abril de 2016
	2ª Vara Cível	
	3ª Vara Cível	
	1ª Vara Criminal	
	2ª Vara Criminal	
SANTA CECÍLIA	Vara Única	3 a 5 de maio de 2016
	Setores Administrativos	
SÃO FRANCISCO DO SUL	1ª Vara Cível	16 a 20 de maio de 2016
	2ª Vara Cível	
	Vara Criminal	
	Setores Administrativos	
BLUMENAU	1ª Vara da Fazenda Pública e Registros Públicos	13 a 17 de junho de 2016
	2ª Vara da Fazenda Pública e Vara Regional de Execuções Fiscais	
GASPAR	Vara Criminal	
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	1ª Vara	8 a 12 de agosto de 2016
	2ª Vara	
	Setores Administrativos	

SÃO JOSÉ	1ª Vara Cível	22 a 26 de agosto de 2016
	Vara da Fazenda Pública, Executivos Fiscais, Acidentes de Trabalho e Registros Públicos	
SÃO JOÃO BATISTA	1ª Vara	12 a 16 de setembro de 2016
	2ª Vara	
	Setores Administrativos	
TIJUCAS	1ª Vara	19 a 23 de setembro de 2016
	2ª Vara	
	Setores Administrativos	
BRAÇO DO NORTE	Vara Criminal	4 a 5 de outubro de 2016
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	Vara da Fazenda Pública	17 a 21 de outubro de 2016
JOINVILLE	3ª Vara da Fazenda Pública e Unidade Regional de Executivos Fiscais Estaduais	
BRUSQUE	Vara Criminal	7 a 11 de novembro de 2016
	Vara Comercial	
	Vara da Família, Órfãos, Sucessões e Infância e Juventude	
	Vara da Fazenda Pública e Registros Públicos	
	Juizado Especial Cível e Criminal	
	Vara Cível	
	Setores Administrativos	
CAPITAL	Primeira Turma de Recursos	21 a 24 de novembro de 2016
	Oitava Turma de Recursos	

2.3.2. Correições virtuais

COMARCA	UNIDADE	INÍCIO DA CORREIÇÃO
ANITA GARIBALDI	Vara Única	28/03/2016
RIO DO CAMPO	Vara Única	28/03/2016
SANTA ROSA DO SUL	Vara Única	28/03/2016
CUNHA PORÃ	Vara Única	28/03/2016
DESCANSO	Vara Única	28/03/2016
GASPAR	1ª Vara Cível	28/03/2016
	2ª Vara Cível	
	Vara da Família, Infância e Juventude, Órfãos e Sucessões	
LEBON RÉGIS	Vara Única	04/04/2016
MELEIRO	Vara Única	04/04/2016
MONDAÍ	Vara Única	04/04/2016
GAROPABA	Vara Única	04/04/2016
HERVAL D´OESTE	Vara Única	04/04/2016
LAGUNA	Vara Criminal	04/04/2016
MAFRA	Vara Criminal	04/04/2016
	1ª Vara Cível	
	2ª Vara Cível	
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	2º Juizado Especial Cível	25/04/2016
	2ª Vara Criminal	
SÃO DOMINGOS	Vara Única	25/04/2016
PORTO UNIÃO	Vara Criminal	25/04/2016
BLUMENAU	1ª Vara da Família	25/04/2016
	2ª Vara da Família	
	Vara de Direito Bancário	
SÃO JOSÉ	Vara Infância e Juventude	25/04/2016
BLUMENAU	Vara da Infância e Juventude	25/04/2016
SÃO MIGUEL DO OESTE	Vara Criminal	25/04/2016
ITAIÓPOLIS	Vara Única	02/05/2016
ITAJAÍ	2ª Vara Cível	02/05/2016
	3ª Vara Cível	
	4ª Vara Cível	
TANGARÁ	Vara Única	02/05/2016
TIMBÓ	Vara Criminal	02/05/2016
ITAPIRANGA	Vara Única	02/05/2016
CAMPO BELO DO SUL	Vara Única	02/05/2016
CAMPO ERÊ	Vara Única	02/05/2016
BLUMENAU	1ª Vara Cível	09/05/2016
	2ª Vara Cível	
	3ª Vara Cível	
	4ª Vara Cível	
	5ª Vara Cível	
	1º Juizado Especial Cível	
	2º Juizado Especial Cível	
CAMPOS NOVOS	Vara Criminal	09/05/2016
CAPITAL - FORO CENTRAL	1ª Vara Cível	16/05/2016
	2ª Vara Cível	
	3ª Vara Cível	
	4ª Vara Cível	
	5ª Vara Cível	
	6ª Vara Cível	

OTACÍLIO COSTA	Vara Única	30/05/2016
PALHOÇA	2ª Vara Criminal	30/05/2016
	Juizado Especial Cível	
PALMITOS	Vara Única	30/05/2016
CAPITAL - FORO DO CONTINENTE	Vara Da Família	20/06/2016
CAPITAL - FORO DO NORTE DA ILHA	Vara da Família e Órfãos de Santo Antônio de Lisboa	20/06/2016
CAPITAL - FORO EDUARDO LUZ	Vara da Infância e Juventude	20/06/2016
	1ª Vara da Família e Órfãos	
	2ª Vara da Família e Órfãos	
	5ª Vara Criminal	
	Unidade Judiciária de Cooperação do Sul da Ilha	
TURVO	Vara Única	27/06/2016
SÃO JOSÉ	1ª Vara da Família	27/06/2016
	2ª Vara da Família	27/06/2016
LAGES	Vara da Família	27/06/2016
	Vara da Infância e Juventude	27/06/2016
CANOINHAS	Vara Criminal	27/06/2016
RIO DO SUL	Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude	27/06/2016
	Vara Criminal	
JOINVILLE	1ª Vara Cível	01/08/2016
	2ª Vara Cível	
	3ª Vara Cível	
	4ª Vara Cível	
	5ª Vara Cível	
	6ª Vara Cível	
	1ª Vara da Família	
	2ª Vara da Família	
	3ª Vara da Família	
	Vara da Infância e Juventude	
CAPIVARI DE BAIXO	Vara Única	22/08/2016
CATANDUVAS	Vara Única	22/08/2016
CONCÓRDIA	Juizado Especial Cível e Criminal	22/08/2016
CRICIÚMA	Vara da Infância e Juventude e Anexos	22/08/2016
	Vara da Família	
	Vara de Execuções Penais	
TUBARÃO	1ª Vara Cível	22/08/2016
	3ª Vara Cível	
	1ª Vara Criminal	
	2ª Vara Criminal	
	Vara da Família, Órfãos, Inf. Juventude	
LAGES	1ª Vara Cível	05/09/2016
	2ª Vara Cível	
	3ª Vara Cível	
	4ª Vara Cível	
	Vara da Fazenda Publica	
IMBITUBA	1ª Vara	05/09/2016
	2ª Vara	
JARAGUÁ DO SUL	1ª Vara Criminal	05/09/2016
	2ª Vara Criminal	
VIDEIRA	Vara Criminal	05/09/2016

CHAPECÓ	1ª Vara Cível	26/09/2016
	2ª Vara Cível	
	4ª Vara Cível	
	Juizado Especial Criminal e da Violência Doméstica	
	Vara da Família, Órfãos e Sucessões	
	Vara da Família, Infância e Juventude	
	1ª Vara Criminal	
	2ª Vara Criminal	
	3ª Vara Criminal	
JOINVILLE	Juizado Especial Criminal	26/09/2016
XANXERÊ	Vara Criminal	03/10/2016
INDAIAL	Vara Criminal	03/10/2016
	1ª Vara Cível	
	2ª Vara Cível	
IPUMIRIM	Vara Única	03/10/2016
ITÁ	Vara Única	03/10/2016
ORLEANS	1ª Vara	03/10/2016
	2ª Vara	

2.3.3. Estatística geral – correições

A Meta de Nivelamento 3 da Corregedoria Nacional de Justiça, instituída no ano de 2014, determina às Corregedorias dos Tribunais a realização de correições em pelo menos 34% das unidades jurisdicionais estaduais a cada ano, ainda que por amostragem, e 100% das comarcas a cada três anos.
Os quadros abaixo demonstram que a Meta vem sendo atendida e mesmo ultrapassada, conforme segue:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
TOTAL DE UNIDADES JURISDICIONAIS DO ESTADO	**380**	**100%**
TOTAL DE UNIDADES JURISDICIONAIS CORREICIONADAS EM 2016	**152**	**40%**
TOTAL DE UNIDADES JURISDICIONAIS E SETORES ADMINISTRATIVOS CORREICIONADOS EM 2016	**160**	**42,10%**
TOTAL DE COMARCAS DO ESTADO	**111**	**100%**
TOTAL DE COMARCAS CORREICIONADAS	**60**	**54,05%**

Observação: Com relação aos setores administrativos, foram oito correições em 2016. Como não se trata de unidades jurisdicionais, não são computadas no percentual da Meta 3, mas se constituem em valioso trabalho de orientação e apoio à atividade meio nos fóruns judiciais, com reflexo na atividade fim, exercida nos gabinetes e cartórios. Em razão disso, no quadro acima, foram apresentados percentuais distintos, com e sem os dados das correições em setores administrativos.

DADOS GERAIS	
Varas	332
Juizados Especiais	32
Unidades Judiciárias de Cooperação	7
Turmas de Recursos	8
Turma de Uniformização	1
TOTAL	**380**

Os relatórios de correição estão disponíveis aos interessados no sítio eletrônico da CGJ, conforme a Meta 4 da Corregedoria Nacional de Justiça:
http://cgj.tjsc.jus.br/transparencia/docs/relatorios_inspecao/jud2016.htm.
Ademais, além da estatística apurada, destaca-se a conclusão de processos eletrônicos (classes: Correição Extraordinária, Correição Ordinária e Inspeção), distribuídos entre os anos de 2014 e 2015, e os processos de acompanhamento de gabinetes e de cartórios, consoante segue:

CONCLUSÃO DE PROCESSOS ELETRÔNICOS	
Processos de 2014 concluídos em 2016	7
Processos de 2015 concluídos em 2016	141
Processos de acompanhamento concluídos em 2016	5
TOTAL DE PROCESSOS CONCLUÍDOS EM 2016	**153**

2.3.4. Projeto

Projeto “Mês do Ajuste Estatístico”
Observa-se, no dia a dia forense, que a alimentação equivocada do sistema, principalmente de algumas movimentações processuais, impacta negativamente na estatística das unidades judiciárias e ocasiona índices incoerentes e que não refletem a realidade processual.
Desse modo, instituiu-se na Corregedoria o projeto do Mês do Ajuste Estatístico na Justiça de Primeiro Grau, que é o período durante o qual todas as unidades judiciárias do estado farão a revisão e o ajuste das movimentações equivocadas, de modo a adequar no sistema o acervo efetivamente ativo.
De acordo com o Provimento n. 12/2005, o projeto será aplicado nos meses de maio e outubro de todos os anos e será acompanhado pelo Núcleo III, que ficará à disposição das unidades para apoio e orientação.

2.3.5. Atividades

Regularização de cadastro e destinação de apreensões criminais
Em correições judiciais realizadas pela Corregedoria, observou-se que a quantidade de bens e objetos apreendidos em alguns fóruns era incompatível com o acervo de processos em andamento nas unidades jurisdicionais com competência na área criminal e da infância e juventude, de maneira a ocasionar problemas estruturais e de segurança nos prédios.
A partir dessa constatação e, também, de ações de destaque colhidas em diversas comarcas, nos relatórios correicionais passou a constar determinação para o levantamento e destinação de bens apreendidos vinculados a autos já arquivados e também em processos em andamento, desde que a sua manutenção seja dispensável à prova dos autos.

Acompanhamento de cartórios, gabinetes e setores administrativos
Em relatórios de correições realizadas pela Corregedoria, em procedimentos encaminhados pelo Núcleo I e, ainda, em relatórios de inspeção realizada pela Corregedoria Nacional de Justiça, foi apontada quantidade significativa de processos sem movimentação em unidades judiciárias de primeiro grau.
Com vistas à regularização desses acervos, foram instaurados procedimentos de acompanhamento, mediante a extração dos relatórios iniciais e a abertura de prazo aos magistrados e aos chefes de cartório para apresentação de planos de trabalho, seguidas de verificações mensais ou bimestrais a fim de apurar o percentual de cumprimento. Nessa espécie de procedimento, além da atividade correicional, objetiva-se apoiar e orientar as unidades acerca da importância da análise periódica dos dados estatísticos, disponíveis nos diversos sistemas informatizados (SAJ5, SAJ Estatística, entre outros).
Esses procedimentos são finalizados quando atingido o cumprimento de percentual satisfatório das metas propostas no plano de trabalho. Caso haja necessidade de outras medidas de apoio, há também solicitação de designação de juiz cooperador e a atuação do programa de enfrentamento de acervos.
No âmbito da própria Corregedoria, também pode ser avaliada a inclusão de unidades no programa Apoia, desenvolvido pelo Núcleo II.

Provimento n. 36/2014, do Conselho Nacional de Justiça

O Provimento n. 36/2014 do CNJ determinou, entre outras providências, a fiscalização, por meio de inspeções ou correições, do tempo de tramitação dos processos de adoção e de destituição do poder familiar, notadamente daqueles em andamento há mais de 12 (doze) meses.
Com a edição da Circular n. 147/2014 desta Corregedoria, nas correições judiciais adotou-se o procedimento de remessa de correspondência eletrônica aos magistrados que contenha a relação dos processos na situação acima especificada (correição virtual), ou entrega pessoal de termo também constituído da listagem de processos (correição presencial), concedido prazo de cinco dias para justificativa do tempo de tramitação.
Após o decurso do lapso temporal, o processo é encaminhado ao Núcleo I para análise da justificativa apresentada pelo magistrado quanto ao excesso de prazo no julgamento das classes incluídas no Provimento n. 36/2014 do CNJ.

Implantação de videoconferência nas correições
À guisa de auxiliar as unidades jurisdicionais no cumprimento e na regularização das pendências estatísticas, instituiu-se, no âmbito de atuação deste Núcleo, o uso do sistema de videoconferência como ferramenta auxiliar do procedimento correicional. Referida metodologia é aplicada tanto em correições virtuais quanto em presenciais e constitui um desdobramento da atividade como medida de apoio e orientação às unidades quando há dúvida específica sobre a forma de ajuste dos dados no sistema.

2.4. Núcleo IV: Serventias Extrajudiciais

2.4.1. Considerações iniciais

O ano de 2016 foi marcado pela continuidade e aperfeiçoamento dos trabalhos desenvolvidos nos anos anteriores.
A organização partiu da premissa de dar cumprimento às metas estabelecidas pela nova gestão administrativa e também para preparar e desenvolver os novos projetos e atividades para os próximos anos.
O mote principal de atuação se deu no aperfeiçoamento e desenvolvimento da equipe de trabalho e das ferramentas eletrônicas criadas com o objetivo de facilitar o trabalho de apoio, orientação e fiscalização das atividades extrajudiciais.
Naquilo que diz respeito ao enfrentamento do acervo de processos conseguiu-se manter o equilíbrio e novamente reduzir o número de processos ativos em tramitação.
No âmbito interno, o ano propiciou ao Núcleo IV aperfeiçoar e melhorar a capacidade de sua equipe de trabalho – nos moldes dos anos anteriores, toda a assessoria foi envolvida nas mais diversas atividades, de modo a permitir, dessa forma, um maior compartilhamento de informações e a constante ampliação do conhecimento técnico exigido para o exercício desta atividade.
Por fim, foram realizadas reuniões técnicas bimestrais com a participação da equipe de assessores do Núcleo, para a discussão e a padronização de procedimentos relativos aos assuntos dos serviços de notas e registros, cujo objetivo específico consistia em equilibrar e padronizar os trabalhos nas suas diversas frentes de atuação.

2.4.2. Atividades desenvolvidas

- Acompanhamento e controle dos projetos que envolvem a tecnologia da informação aplicada aos serviços notariais e de registro, como o Selo Digital de Fiscalização, Central de Protestos, Central de Registo Civil, Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENSEC), Central de Registro de Imóveis, Novo Sistema de Ressarcimento Eletrônico de Atos Gratuitos e Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais (módulos Corregedoria-Geral da Justiça e Primeiro Grau). Em tal

atividade, acompanha-se a implantação e o andamento dos processos virtuais que tratam dos mencionados sistemas, realiza-se o contato com as partes envolvidas e expedem-se orientações e comunicados nesse particular, ou seja, todas as tarefas necessárias para se garantir não apenas a implantação, mas também o bom funcionamento das ferramentas aplicadas aos serviços notariais e de registro;

- Atualização semanal dos itens de constatação do Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais (SCI), ferramenta por meio da qual se realiza a atividade correicional presencial nas serventias extrajudiciais. A atividade em comento é realizada com base na retroalimentação realizada pelos assessores correicionais lotados no Núcleo IV, os quais, no decorrer da ação fiscalizatória, propõem melhorias nos itens de observação e na própria automação da ferramenta, em verdadeira atividade de construção do permanente do sistema;
- Capacitação dos juízes diretores de foro, chefes de secretaria de foro e assessores jurídicos para utilização do SCI, módulo Primeiro Grau, com o objetivo de que adotem as providências necessárias à realização de correições bienais nas serventias extrajudiciais localizadas nas comarcas em que atuam;
- Avaliação dos relatórios prévios de Inspeção Virtual, antes da geração dos relatórios com numeração definitiva, procedimento realizado em parceria com a DTI. O propósito é de se verificar a correta geração dos relatórios, para que possam ser enviados para os delegatários dos serviços de notas e de registros;
- Avaliação das regras atuais e criação de novas regras no sistema de Inspeção Virtual, com respaldo nas alterações legislativas e normativas relacionadas à atividade notarial e de registro;
- Aprimoramento do novo Sistema de Ressarcimento Eletrônico de Atos Gratuitos;
- Análise e encaminhamento dos documentos recebidos via Malote Digital pela Unidade Organizacional 'Assessoria Extrajudicial';
- Resposta de questionamentos referentes à implantação do Selo Digital de Fiscalização, vinculados ao procedimento eletrônico de consumo de selos e demais assuntos que envolvem o acompanhamento técnico do projeto;
- Análise de processos e elaboração de minutas de despacho, parecer e decisão em processos relacionados aos sistemas eletrônicos dos serviços notariais e de registro;
- Mapeamento e desenvolvimento, em parceria com a DTI, no sistema de acompanhamento pré-processual de correições, destinado a conferir maior celeridade e assertividade no procedimento de acompanhamento das correições ordinárias gerais levadas a efeito pelo Núcleo IV da CGJ;
- Distribuição de processos na ferramenta SAJ/5 CGJ. Diariamente é executada no Núcleo IV a atividade de checagem e acompanhamento dos processos virtuais alocados no SAJ. Ato contínuo, faz-se uma análise qualitativa do feito e efetua-se a distribuição para a equipe de assessores correicionais. Da mesma forma, trabalha-se com o encaminhamento dos processos assinados pelo Juiz Corregedor e a sua remessa ao local adequado;
- Correção de minutas de expedientes elaborados pela assessoria extrajudicial do Núcleo IV. As minutas de despachos, decisões e pareceres desenvolvidos pela equipe do Núcleo IV são alocados para uma fila em específico, neste local. Antes da remessa ao gabinete do magistrado, faz-se uma análise minuciosa e o primeiro crivo de correção da proposta. Após a aprovação ou a realização dos ajustes necessários, os processos são conclusos ao gabinete para a análise final;
- Controle da produtividade em processos. Desenvolveu-se um formulário eletrônico de controle de produtividade e ao final de cada mês são divulgados os resultados para os componentes da equipe e os superiores hierárquicos;
- Análise de Prestação de Contas de Interino. Neste procedimento, avaliam-se as prestações de contas encaminhadas pelos interinos das serventias extrajudiciais - aqueles que exercem a delegação em caráter precário em serventia pendente de oferecimento em concurso - quando instados a fazê-lo por pedido de auxílio dos juízes diretores de foro das comarcas;

- Análise de Prestação de Contas de Interventores. Neste procedimento, avaliam-se as prestações de contas encaminhadas pelos interventores das serventias extrajudiciais, que são particulares nomeados pela CGJ para responder pelo expediente da serventia enquanto perdurar processo administrativo em desfavor do respectivo titular;
- Respostas a consultas do Sistema de Atendimento Extrajudicial (S@E), relacionadas às prestações de contas dos interinos e interventores;
- Atendimento telefônico aos jurisdicionados, servidores e delegatários, em consultas referentes às prestações de contas dos interinos e interventores;
- Análise de procedimentos e elaboração de minutas de despacho, pareceres e decisões em procedimentos administrativos relativos às prestações de contas dos interinos e interventores;
- Gerenciamento da caixa do endereço eletrônico interino@tjsc.jus.br e arquivamento das decisões remetidas para este correio eletrônico;
- Elaboração de minutas de atos normativos atinentes às prestações de contas dos interinos e interventores;
- Gerenciamento e elaboração de quesitos do projeto ExtraFácil, o que envolve a análise da legislação respeitante à matéria extrajudicial, somada à avaliação das soluções de consultas respondidas pela assessoria extrajudicial do Núcleo IV;
- Elaboração de minutas de despachos, pareceres, decisões, circulares e provimentos de processos eletrônicos afetos à realidade do Núcleo IV;
- Realização de correições presenciais nas serventias notariais e de registro, atividade que consiste na avaliação do cumprimento da legislação atinente à matéria pelos delegatários dos serviços notariais e de registro e por seus prepostos;
- Solução de consultas recebidas pela assessoria extrajudicial do Núcleo IV por meio do S@E, que podem se tratar de consultas formuladas por delegatários dos serviços notariais e de registros, servidores do Poder Judiciário, ou ainda de requerimentos ou de reclamações formulados por qualquer interessado;
- Gerenciamento do S@E, que se trata de um canal aberto para comunicação entre os juízes de direito ou diretores do foro, servidores do Poder Judiciário e delegatários dos serviços notariais e de registro e a CGJ, com a finalidade de auxílio em questões complexas concernentes à matéria extrajudicial. É, também, mais uma alternativa para que os delegatários complementem seus estudos sobre as atividades por si desenvolvidas. O S@E permite, ademais, que os usuários formulem reclamações à Direção do Foro ou consultas específicas sobre o selo de fiscalização, emolumentos e taxa do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ). A principal tarefa vinculada à atividade é a distribuição dos expedientes na assessoria extrajudicial e o envio das respostas elaboradas;
- Prestação de informações referentes ao cadastro das serventias extrajudiciais do estado de Santa Catarina e elaboração de minutas de pareceres compostos de sugestões para a solução dos casos relacionados com a matéria, a serem submetidas ao crivo do Juiz Corregedor;
- Prestação de informações referentes ao cadastro das serventias extrajudiciais do estado de Santa Catarina nas consultas instauradas pelo Juiz Corregedor, pelos juízes de direito, servidores e órgãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, advogados e pelo público em geral;
- Atendimento e prestação de informações a outros setores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina nas demandas e solicitações do CNJ relacionadas com o cadastro de serventias extrajudiciais do estado de Santa Catarina;
- Participação na análise das propostas recebidas na esfera extrajudicial, referentes ao cadastro dos serviços extrajudiciais, visando às alterações e inovações legislativas do CNCGJ;
- Participação na edição, revisão e aprimoramento dos atos normativos relacionados com o cadastro do Extrajudicial;
- Gerenciamento do projeto da CGJ relativo ao cadastro de serventias extrajudiciais;

- Atualização do sistema de cadastro das serventias extrajudiciais do estado de Santa Catarina;
- Gerenciamento do acesso às informações das serventias extrajudiciais do estado de Santa Catarina no Sistema Justiça Aberta no site do CNJ;
- Controle do cadastro de vacância das serventias para concurso e elaboração de relatórios, quando solicitados, das serventias vagas e providas para encaminhamento ao CNJ, à Comissão de Concurso do TJSC, à Diretoria de Recursos Humanos do TJSC, à Presidência e à 1ª Vice-Presidência do TJSC;
- Controle do cadastro das serventias extrajudiciais na ocorrência de novas posses e transmissões de acervo em razão de término de concurso notarial e registral, de intervenções, e de novas designações;
- Atendimento telefônico e fornecimento de orientações relacionadas com o cadastro do extrajudicial;
- Leitura e resposta de e-mails pertinentes ao cadastro, ao histórico disciplinar e aos eventos relacionados às serventias extrajudiciais. No período de 6 de janeiro a 5 de dezembro de 2016, foram enviados/respondidos 1.271 e-mails a respeito de dúvidas e questionamentos sobre o Sistema de Cadastro do Extrajudicial e o Sistema Justiça Aberta, do CNJ;
- Elaboração dos relatórios anuais das atividades desenvolvidas pelo Núcleo IV;
- Avaliação do reajuste do Selo de Fiscalização e da Ajuda de Custo (artigo 8º, § 3º, e artigo 14, § 2º, da LCe n. 175/1998), com remessa de minuta de resolução à apreciação do Conselho da Magistratura;
- Implementação do valor reajustado referente à ajuda de custo no Sistema do Selo e análise das serventias inseridas pelo critério do inciso III do artigo 14 da LCe n. 175/1998;
- Conferência da ajuda de custo paga às serventias deficitárias, o que envolve a análise dos critérios da LCe n. 175/1998, artigo 14, incisos I, II e III, no sentido de se verificar se determinada serventia faz, ou não, jus ao percebimento da sobredita ajuda;
- Conferência dos atos praticados mediante gratuidade pelos delegatários para posterior pagamento, na sistemática de ressarcimento eletrônico de atos gratuitos. Nessa atividade, confere-se a pertinência dos pedidos de reembolso formulados pelos delegatários dos serviços notariais e de registro, sobretudo se foram feitos de acordo com o que prescreve a legislação e as orientações do Núcleo IV;
- Conferência dos atos praticados diante da gratuidade pelos juízes de paz para posterior pagamento, procedimento semelhante ao da conferência do ressarcimento dos atos gratuitos praticados pelas serventias extrajudiciais e acima descrito (LCe n. 532/2011);
- Cancelamento, redisponibilização, anulação e prestação de informações relativas ao trâmite da aquisição e uso do Selo Digital;
- Elaboração de informações, minutas de despachos, pareceres e decisões nos processos que aportaram no Setor de Selo de Fiscalização, os quais têm por objeto o consumo e a utilização, nos atos, do selo de fiscalização;
- Controle dos casamentos coletivos ocorridos no estado;
- Fornecimento de informações aos setores da Corregedoria referentes ao ressarcimento dos atos gratuitos e à ajuda de custo, somado à elaboração de relatórios e demais expedientes necessários;
- Respostas a consultas efetuadas por meio do S@E, relativas ao consumo e à utilização do selo de fiscalização, ao ressarcimento de atos gratuitos e à ajuda de custo;
- Atendimento de ligações telefônicas concernentes às matérias em que envolvido o Setor de Selo;
- Pesquisa e fornecimento de informações atinentes aos selos físicos de fiscalização para delegados de polícia, peritos, advogados e usuários em geral;
- Elaboração de minutas de provimentos, circulares, comunicações internas, orientações e comunicados referentes às atribuições do Setor de Selo;
- Adequação e constante atualização, em parceria com setores técnicos, do sítio virtual "Portal do Extrajudicial – extrajudicial.tjsc.jus.br";

- Ampliação das orientações do Núcleo IV aos usuários dos serviços de notas e registros, junto ao portal do extrajudicial (http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html);
- Prestação de auxílio e orientação aos juízes de foro e magistrados responsáveis pelos registros públicos, por meio de contatos telefônicos, correspondências eletrônicas e deslocamento de equipe correicional;
- Participação em eventos de estudos acerca do Direito Notarial e Registral;
- Acompanhamento, atualização, aprimoramento e desenvolvimento do uso do Sistema Hermes – Malote Digital;
- O cumprimento da meta estabelecida pelo CNJ para realizar inspeções correicionais em, no mínimo, 30% das 592 serventias de notas e registros do estado de Santa Catarina – realização de correições em todos as serventias do estado até dezembro de 2018;
- Aprimoramento do Sistema do Selo Digital, mediante a expedição de relatórios que promovem cruzamento de dados (Sistema de Auditoria, com base nos conceitos de business inteligence);
- Ampliação da divulgação eletrônica (notícias publicadas no sítio do TJSC) das atividades relevantes realizadas pelo Núcleo IV no ano de 2016;
- Pedido de aquisição de novas obras para a Biblioteca Setorial do Núcleo IV;
- Pedido de aquisição de novos equipamentos eletrônicos (notebooks) para uso da equipe correicional;
- Atuação correicional disciplinar por meio da edição de portarias que instauram processos administrativos disciplinares;
- No ano de 2016 foram distribuídos para o Núcleo IV o montante de 615 processos (fonte: SAJ, acesso em 5-12-2016);
- Foram baixados em 2016 o total de 461 processos (fonte: SAJ, acesso em 5-12-2016);
- Colhe-se do sistema SAJ que atualmente encontram-se ativos, na fila do Núcleo IV e do gabinete do Juiz Corregedor, 136 processos do extrajudicial (fonte: SAJ, acesso em 5-12-2016);
- Cumprimento prioritário de procedimentos oriundos do CNJ;
- Informação mensal da produtividade do Corregedor e do Vice-Corregedor para a Secretaria da Corregedoria, com o escopo de posterior remessa ao CNJ do balanço mensal de produtividade dos Desembargadores Corregedores;
- Desenvolvimento de minuta do novo Regimento de Emolumentos do Estado de Santa Catarina;
- Aprofundamento da integração do sistema do selo digital de fiscalização com o Sistema Nacional de Informações do Registro Civil (SIRC);
- Desenvolvimento e melhoria do Sistema de Ressarcimento Eletrônico, ferramenta eletrônica que permite a captura, a partir do Sistema do Selo Digital, das informações dos atos praticados nas serventias extrajudiciais para posterior efetivação do procedimento de reembolso dos atos gratuitos praticados;

Respostas às consultas por meio do S@E;

DESTINATÁRIO	TOTAL	DESTINATÁRIO	TOTAL
ABELARDO LUZ	2	JAGUARUNA	2
ARAQUARI	3	JARAGUÁ	5
ARARANGUA	6	JOAÇABA	6
ARMAZÉM	1	JOINVILLE	28
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	12	LAGES	15
BALNEÁRIO PIÇARRAS	5	LAGUNA	1
BARRA VELHA	7	LEBON REGIS	1
BIGUAÇU	1	MAFRA	1
BLUMENAU	38	MARAVILHA	7

BOM RETIRO	2	NAVEGANTES	5
BRAÇO DO NORTE	2	ORLEANS	1
BRUSQUE	12	OTACÍLIO COSTA	1
CAMPO ERÊ	2	PALHOÇA	3
CAMPOS NOVOS	10	PALMITOS	2
CANOINHAS	6	PAPANDUVA	1
CAPINZAL	5	PINHALZINHO	1
CAPITAL	43	POMERODE	1
CEDRO	1	PONTE SERRADA	3
CHAPECÓ	4	PORTO BELO	3
CORREIA PINTO	2	PORTO UNIÃO	2
CRICIÚMA	17	PRESIDENTE GETÚLIO	1
CURITIBANOS	1	RIO DO CAMPO	1
DIONÍSIO	2	RIO DO OESTE	2
ASSESSORIA EXTRAJUDICIAL	827	RIO NEGRINHO	4
FORQUILHINHA	1	SANTA ROSA	1
ASSESSORIA FRJ	8	SÃO BENTO	12
GAROPABA	2	SÃO CARLOS	10
GASPAR	1	SÃO FRANCISCO	8
GUARAMIRIM	5	SÃO JOÃO	4
IBIRAMA	4	SÃO JOAQUIM	5
IÇARA	4	SÃO JOSE	12
IMARUÍ	6	SÃO MIGUEL	1
IMBITUBA	1	SEARA	2
INDAIAL	2	SOMBRIO	5
INTERINO	30	TANGARA	1
IPUMIRIM	1	TIJUCAS	3
ITAJAÍ	12	TIMBÓ	1
ITAPEMA	5	TUBARÃO	13
ITAPOÁ	1	TURVO	3
ITUPORANGA	6	VIDEIRA	5
TOTAL			**1.283**

Fonte: Assessoria de Informática da Corregedoria-Geral da Justiça.

Participação dos servidores e Vice-Corregedor-Geral da Justiça nos Encontros e Seminários:

DATA	LOCAL	EVENTO
Março/abril	Cuiabá	71º Encontro do Colégio de Corregedores-Gerais - ENCOGE
Agosto	Brasília	72º Encontro do Colégio de Corregedores-Gerais - ENCOGE
Agosto	Balneário Camboriú	14º Convergência – Instituto de Estudos de Protesto de Títulos
Setembro	Salvador	XLII Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil
Setembro	Belo Horizonte	XXI Congresso Notarial Brasileiro
Setembro	Goiânia	Congresso Nacional do Registro Civil (Conarci)
Outubro	Florianópolis	XI Seminário Luso-Brasileiro-Espanhol-Chileno de Direito Registral
Outubro	Florianópolis	VII Encontro dos Registradores de Imóveis de Santa Catarina
Novembro	Maceió	XVII Congresso Brasileiro de Direito Notarial e Registral
Novembro	São Paulo	73º Encontro do Colégio de Corregedores-Gerais - ENCOGE

Inspeções correicionais presenciais realizadas nas serventias extrajudiciais do estado:

MARÇO		
PERÍODO	**SERVENTIA**	**COMARCA**
29-2-2016 – 4-3-2016	RI (Processo n. 0012084-48.2014), EP Santa Rosa de Lima	BRAÇO DO NORTE
29-2-2016 – 4-3-2016	RI, TN	CAPIVARI DE BAIXO
29-2-2016 – 4-3-2016	1º TNOP, EP Pedras Grandes	TUBARÃO
29-2-2016 – 4-3-2016	RCPN, TNOP	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
7-3-2016 – 9-3-2016	1º RI (Processo n. 0001986-67.2015)	LAGES
14-3-2016 – 18-3-2016	EP. Aguas Mornas, EP Rancho Queimado, EP São Bonifácio	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
14-3-2016 – 18-3-2016	EP Rio Maina, RCPN	CRICIÚMA
14-3-2016 – 18-3-2016	RCPN, RI, EP Saudades, EP Nova Erechim	PINHALZINHO
14-3-2016 – 18-3-2016	EP Antonio Carlos, RI	BIGUAÇU
28-3-2016 – 1º-4-2016	RI, TNOP, EP Palma Sola	DIONÍSIO CERQUEIRA
28-3-2016 – 1º-4-2016	EP Iraceminha, EP São Miguel da Boa Vista, EP Tigrinhos	MARAVILHA
28-3-2016 – 1º-4-2016	RCPN, RI	MARAVILHA
28-3-2016 – 1º-4-2016	EP Governador Celso Ramos, TNOP	BIGUAÇU

ABRIL		
PERÍODO	**SERVENTIA**	**COMARCA**
4-4-2016 – 8-4-2016	RCPN + RI (Processo n. 0000840-88.2015), RCPN, RI	Itá, Seara
11-4-2016 – 15-4-2016	EP Ouro Verde, EP Ipuaçu, RCPN	Abelardo Luz
11-4-2016 – 15-4-2016	RCPN, RI, EP Planalto Alegre, EP Caxambu do Sul	Chapecó
11-4-2016 – 15-4-2016	RI, EP Águas de Chapecó	São Carlos
11-4-2016 – 15-4-2016	RCPN, TNOP	São Carlos
25-4-2016 – 29-4-2016	EP Barra do Sul, EP Itapocu	Araquari
25-4-2016 – 29-4-2016	2º RI, EP Boa Vista	Joinville
25-4-2016 – 29-4-2016	RCPN, EP Schroeder	Guaramirim
25-4-2016 – 29-4-2016	TN, EP Massaranduba	Guaramirim

MAIO		
PERÍODO	**SERVENTIA**	**COMARCA**
2-5-2016 – 6-5-2016	RI, EP Lajeado Grande	Xaxim
2-5-2016 – 6-5-2016	RCPN, EP Marema	Xaxim
2-5-2016 – 6-5-2016	RI, RCPN, EP Bom Jesus	Xanxerê
2-5-2016 – 6-5-2016	EP Águas Frias, EP Jardinópolis, EP União do Oeste	Coronel Freitas
16-5-2016 – 20-5-2016	2º TNOP, EP Filipe Schmidt	Canoinhas
16-5-2016 – 20-5-2016	EP Santa Cruz do Timbó, EP Irienópolis	Porto União
16-5-2016 – 20-5-2016	EP Matos Costa, RCPN	Porto União
16-5-2016 – 20-5-2016	RCPN, RI	Rio Negrinho
23-5-2016 – 27-5-2016	RI (Processo n. 0001894-89.2015), TNOP	São Bento do Sul, Rio Negrinho
30-5-2016 – 3-6-2016	RI, EP São João do Itaperiú	Piçarras, Barra Velha
30-5-2016 – 3-6-2016	RCPN, RI,	Jaraguá do Sul
30-5-2016 – 3-6-2016	TNOP, RCPN	Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul
30-5-2016 – 3-6-2016	RCPN + RI, RCPN + RI	Itapoá, Navegantes

JUNHO		
PERÍODO	**SERVENTIA**	**COMARCA**

7-6-2016 – 10-6-2016	RI, RCPN, RCPN	Itapema, Joinville e Guaramirim
13-6-2016 – 17-6-2016	3º RI, EP Itoupava	Blumenau
13-6-2016 – 17-6-2016	EP Braço do Trombudo, EP Agrolândia, RCPN	Trombudo Central
13-6-2016 – 17-6-2016	RI, TN	Trombudo Central
13-6-2016 – 17-6-2016	EP Pouso Redondo, RCPN	Trombudo Central, Rio do Campo
22-6-2016 – 24-6-2016	1º TNOP + RI (Processo n. 0000120-87.2016)	Araranguá
27-6-2016 – 1º-7-2016	RCPN, TNOP, EP Morro da Fumaça	Orleans, Urussanga
27-6-2016 – 1º-7-2016	TNOP, RCPN, RI	São João Batista, Tijucas
27-6-2016 – 1º-7-2016	EP São Bento Baixo, EP Treviso	Criciúma
27-6-2016 – 1º-7-2016	2º RI, EP Santo Antonio de Lisboa (Processo n. 0001082-47.2015)	Florianópolis

JULHO

PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
11-7-2016 – 15-7-2016	2º TN, RCPN	Balneário Camboriú
11-7-2016 – 15-7-2016	TNOP. 1º RI	Camboriú, Itajaí
11-7-2016 – 15-7-2016	RCPN + RI	Porto Belo
11-7-2016 – 15-7-2016	TN, EP Bombinhas	Porto Belo
25-7-2016 – 29-7-2016	EP Arroio Trinta, EP Rio das Pedras, EP Iomerê	Videira
25-7-2016 – 29-7-2016	RI, EP Salto Veloso	Videira
25-7-2016 – 29-7-2016	RI, RCPN, EP Pinheiro Preto	Tangará
25-7-2016 – 29-7-2016	RI, TN, EP Ipira, EP Ouro	Capinzal

AGOSTO

PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
1º-8-2016 – 5-8-2016	EP Apiúna, TNOP	Ascurra
1º-8-2016 – 5-8-2016	RCPN + RI	Ascurra
1º-8-2016 – 5-8-2016	RCPN, RI, TN	Pomerode
1º-8-2016 – 5-8-2016	EP Barra da Lagoa, EP Campeche, EP Pântano do Sul	Florianópolis
8-8-2016 – 10-8-2016	RI (Processo n. 0000494-06.2016)	Orleans
10-8-2016 – 12-8-2016	RI	Imaruí
22-8-2016 – 26-8-2016	EP Rio das Antas, RI	Caçador, Lebon Régis
22-8-2016 – 26-8-2016	EP Celso Ramos, RCPN	Anita Garibaldi
22-8-2016 – 26-8-2016	EP Barreiros, EP Colônia Santa Tereza, EP São Pedro de Alcantara	São José
22-8-2016 – 26-8-2016	TNOP, TNOP	Itá, Seara
29-8-2016 – 2-9-2016	RCPN, TNOP (Processo n. 0000710-64.2016)	São Miguel do Oeste

SETEMBRO

PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
12-9-2016 – 16-9-2016	RI, EP Riqueza	Palmitos, Mondaí
12-9-2016 – 16-9-2016	RI, EP Ipira do Oeste	Mondaí
12-9-2016 – 16-9-2016	RCPN, TN	Mondaí
12-9-2016 – 16-9-2016	RCPN, RI, TNOP	Cunhã Porã
19-9-2016 – 23-9-2016	RI (Processo n. 0000343-40.2016) TN já inspecionado, RCPN	Dionísio Cerqueira
26-9-2016 – 30-9-2016	RI, RCPN + RI	São Miguel do Oeste, Descanso
26-9-2016 – 30-9-2016	RCPN + RI	Catanduvas
26-9-2016 – 30-9-2016	RI, RCPN	Itapiranga
26-9-2016 – 30-9-2016	RCPN, TNOP	Quilombo

OUTUBRO

PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA

3-10-2016 – 7-10-2016	4º RI, EP São José do Cerrito	Lages
3-10-2016 – 7-10-2016	EP Bocaina do Sul, EP Urupema	Lages, São Joaquim
3-10-2016 – 7-10-2016	RI, EP Bom Jardim da Serra	São Joaquim
3-10-2016 – 7-10-2016	RCPN, TNOP	São Joaquim
10-10-2016 – 11-10-2016	2º RI	Tubarão
17-10-2016 – 21-10-2016	2º TNOP, EP Timbó Grande	Curitibanos, Santa Cecília
17-10-2016 – 21-10-2016	EP Arnópolis, EP Rio Rufino	Bom Retiro, Urubici
17-10-2016 – 21-10-2016	2º RI, RCPN, EP Água Doce	Joaçaba
17-10-2016 – 21-10-2016	RI, RCPN + RI	Campos Novos, Herval do Oeste
31-10-2016 – 1º-11-2016	1º RI (Processo n. 0001509-44.2015)	Joaçaba

NOVEMBRO		
PERÍODO	**SERVENTIA**	**COMARCA**
7-11-2016 – 11-11-2016	TNOP, RCPN	Campo Erê, São Lourenço do Oeste
7-11-2016 – 11-11-2016	RCPN + RI, TNOP	Modelo
7-11-2016 – 11-11-2016	2º RI, 1º TN, RCPN	Concórdia
7-11-2016 – 11-11-2016	RCPN, RCPN	Florianópolis, São José
16-11-2016 – 18-11-2016	EP Pouso Redondo (Processo n. 0000723-63.2016)	Trombudo Central
21-11-2016 – 25-11-2016	RI, EP Romelândia	Anchieta
21-11-2016 – 25-11-2016	RCPN, TNOP	Anchieta
21-11-2016 – 25-11-2016	EP Guarujá do Sul, RCPN	São José do Cedro
21-11-2016 – 25-11-2016	EP Passos Maia, TNOP, EP Vargeão	Ponte Serrada

DEZEMBRO		
PERÍODO	**SERVENTIA**	**COMARCA**
28-11-2016 – 2-12-2016	EP Hercílio Luz, RCPN, RCPN	Araranguá, Araranguá e Sombrio
28-11-2016 – 2-12-2016	EP Praia Grande, RCPN + RI	Santa Rosa do Sul
28-11-2016 – 2-12-2016	RI, RCPN	Turvo, Meleiro
5-12-2016 – 9-12-2016	RCPN, TNOP	Capivari de Baixo, Santa Rosa do Sul
5-12-2016 – 9-12-2016	RCPN + RI, RCPN	Armazém, Imaruí
5-12-2016 – 9-12-2016	RI, TNOP	Imaruí
5-12-2016 – 9-12-2016	EP São Gabriel, RCPN + RI	Jaguaruna

Inspeções correicionais virtuais realizadas nas serventias extrajudiciais do estado:

- Em 2016, foram realizadas inspeções virtuais em todas as 592 serventias extrajudiciais do estado, que totalizaram 7.104 relatórios gerados e enviados.
- Totalização de inspeções correicionais:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Inspeções presenciais	228
Inspeções virtuais	7.104
TOTAL	**7.332**

No ano de 2016 foram editados pelo Núcleo IV da CGJ: 12 provimentos e 57 circulares.

2.4.3. Comissão dos Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais – 2016

Projeto do Selo Digital de Fiscalização

O Selo Digital de Fiscalização é a evolução do antigo selo autoadesivo, instituído pela Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998 (alterada pelas Leis Complementares n. 279, de 27 de dezembro de

2004, n. 365, de 7 de dezembro de 2006, n. 408, de 7 de maio de 2008 e n. 429, de 23 de dezembro de 2008), composto por um conjunto de soluções tecnológicas elaborado com o objetivo principal de aprimorar a segurança dos atos praticados nas serventias extrajudiciais de Santa Catarina.
Desenvolvido pela própria equipe do Poder Judiciário de Santa Catarina e implantado em parceria com as empresas fornecedoras de sistemas informatizados de automação, trata-se de ferramenta que faz uso de um conjunto padronizado de interfaces de conexão, as quais têm por finalidade a interoperabilidade dos sistemas informatizados usados no TJSC e nos serviços notariais e de registro.
A partir da aplicação do Selo Digital de Fiscalização aos atos extrajudiciais e da remessa obrigatória das informações dos atos pelas serventias que os praticaram para o Poder Judiciário catarinense, tornou-se possível a qualquer interessado que esteja na posse de um documento com Selo Digital proceder, em tempo real, à visualização das informações completas do ato lavrado diretamente no Portal de Consulta, disponível na internet, no endereço http://selo.tjsc.jus.br, de forma a conferir, assim, um alto nível de segurança e transparência à atividade.
Importante destacar que o Selo Digital de Fiscalização desenvolvido em Santa Catarina difere do utilizado em outros estados em razão, primeiramente, da possibilidade de consulta pelos usuários dos serviços notariais e de registro das informações dos atos e, também, pela alimentação de um banco de dados que pode ser utilizado para o desenvolvimento de outros sistemas informatizados dedicados à auditoria do próprio Selo Digital. Tudo isso se soma, ainda, à possibilidade de as serventias escolherem o sistema com que desejem trabalhar, dentre as empresas que prestam este tipo de serviço no mercado. O resultado positivo é aferido pelo incremento da agilidade e da segurança no fornecimento de selos, pela dispensa do manuseio e da estocagem e pela eliminação da possibilidade de extravio, de roubo ou da inutilização das unidades de selos virtuais.
Em 2014, com propósito da adoção de um novo sistema eletrônico de ressarcimento, atualmente em fase de elaboração, a CGJ, por meio da Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais, procedeu ao lançamento da versão 2.1 do sistema do Selo Digital de Fiscalização.
Nessa nova versão, cujo prazo final de implantação encerrou-se em 31 de outubro de 2014, foram disponibilizados novos campos de preenchimento nos modelos dos atos selados, destinados a abarcar as informações necessárias para viabilização do sistema de ressarcimento eletrônico. Para tanto, determinou-se que, até a data mencionada, os sistemas utilizados nas serventias extrajudiciais catarinenses já se encontrassem adaptados para o envio das informações previstas nos novos campos.
Do mesmo modo, em atenção à necessidade de adequação dos serviços informatizados, mantidos no âmbito do projeto do Selo Digital de Fiscalização, à nova infraestrutura de banco de dados do Poder Judiciário catarinense, a CGJ, por meio da Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais, comunicou que os sistemas informatizados de automação utilizados pelas serventias extrajudiciais do estado deveriam encontrar-se devidamente adaptados aos novos padrões técnicos até 31 de outubro de 2014, de modo a utilizar o servidor de banco de dados Jboss7.
Ao final do prazo acima mencionado, a versão antiga da infraestrutura foi desativada. Naquela data, 31 de outubro de 2014, todas as serventias extrajudiciais do estado encontravam-se devidamente adaptadas.
A versão atualmente em utilização do Selo Digital é a 2.2.1, lançada em outubro de 2015, que dá suporte aos serviços necessários à implantação do Sistema de Ressarcimento Eletrônico de Atos Gratuitos.
Cumpre informar, ainda, que desde a implantação (29-6-2011), até o dia 14 de novembro de 2016, foram lavrados ao todo 128 milhões (fonte: sistema gerenciador do Selo Digital) de atos notariais e de registro.
Salienta-se, ademais, que o sistema do Selo Digital de Fiscalização instaurou um novo paradigma de gestão nas serventias extrajudiciais e criou um conjunto padronizado de interfaces que permitiu a interoperabilidade entre os sistemas utilizados nas serventias e os mantidos pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina. De tal modo, permitiu-se o desenvolvimento de sistemas de tecnologia da informação de apoio.
Ao longo de 2016, foram apreciados os seguintes processos vinculados à Comissão de Sistemas Eletrônicos, ordenados por data, do mais recente ao mais antigo:

PROCESSO	PROJETO/ASSUNTO	DATA DA DECISÃO
593109-2015.6	Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNJ)	21/01/2016
0011152-60.2014.8.24.0600	Criação de Grupo de Trabalho para implantação do Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais, módulo de Primeiro Grau	18/02/2016
0011852-36.2014.8.24.0600	Central de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas	22/04/2016
0000745-24.2016.8.24.0600	Cessão dos Códigos Fonte e da tecnologia do Sistema do Selo Digital de Fiscalização ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	06/07/2016
0000700-20.2016.8.24.0600	Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais	14/07/2016
0000932-32.2016.8.24.0600	Troca de Informações TRE/SC	12/08/2016
0013079-95.2013.8.24.0600	Troca de Informações SSP/SC	12/08/2016
0001117-70.2016.8.24.0600	Sistema Nacional de Informações do Registro Civil (SIRC) e Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC)	02/09/2016
0011152-60.2014.8.24.0600	Encerramento das atividades do Grupo de Trabalho para implantação do Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais, módulo de Primeiro Grau	14/11/2016

Abaixo, segue a relação de comunicados expedidos pela Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais, que envolve todos os projetos por si desenvolvidos:

DATA	COMUNICADO	ASSUNTO
05/02/2016	Comunicado n. 1/2016	Estatística dos itens de correição que mais foram observados nas serventias extrajudiciais de Santa Catarina no período 2014-2016;
26/02/2016	Comunicado n. 2/2016	Novo item na tabela padronizada de tipos de atos no sistema do Selo Digital;
117/03/2016	Comunicado n. 3/2016	Novos itens na tabela padronizada de tipos de atos e de tipos de cobrança no sistema do Selo Digital;
06/04/2016	Comunicado n. 4/2016	Novo tipo de cobrança no sistema do Selo Digital de Fiscalização;
27/04/2016	Comunicado n. 5/2016	Novo tipo de cobrança no sistema do Selo Digital de Fiscalização (CF, art. 5º LXXIV);
07/06/2016	Comunicado n. 6/2016	Não utilização do tipo de cobrança n. 33 e criação do tipo de cobrança n. 41 do sistema do Selo Digital de Fiscalização;
17/06/2016	Comunicado n. 7/2015	Novo tipo de cobrança n. 42 do Sistema do Selo Digital de Fiscalização (PAC's)
21/10/2015	Comunicado n. 8/2015	Novo tipo de cobrança n. 43 do Sistema do Selo Digital de Fiscalização (PMCMV)
18/08/2016	Circular n. 100	Remessa de Informações pelo Sistema do Selo Digital ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O ano de 2016 foi marcado pelo estreitamento da parceria entre o Núcleo IV da CGJ e o órgão de fiscalização correspondente no Tribunal de Justiça do Piauí, cujo início se deu a partir da realização de videoconferência no dia 17 de junho.
Com o avanço das tratativas, foi possível a remessa, ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, dos códigos-fonte do sistema do Selo Digital de Fiscalização, somados à estrutura de banco de dados, tecnologia de redes e documentação técnica do projeto, com vistas à implantação desta tecnologia naquele estado.
Nesse mesmo ano, foram enviados/respondidos aproximadamente mil e-mails relacionados a dúvidas e a questionamentos sobre a implantação e a operação do Selo Digital de Fiscalização, e também em relação aos demais projetos levados a cabo pela Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais.

2.4.4. Projetos do Núcleo IV

Ao longo do ano de 2016, foram geridos no âmbito do Núcleo IV da CGJ diversos projetos afetos à matéria extrajudicial, todos iniciados e desenvolvidos com o desiderato de incrementar a qualidade da prestação do serviço público delegado de notas e de registros, bem como de racionalizar os procedimentos regulatórios efetivados pelo setor e também pelas serventias extrajudiciais. As seguintes iniciativas merecem destaque:

Sistema de Inspeções Virtuais

O Selo Digital de Fiscalização foi lançado em Santa Catarina no dia 29 de junho de 2011, com término da implantação em março de 2012. A partir de então, pela estratégia de desenvolvimento tecnológico adotada, tornou-se necessária a avaliação da qualidade das informações remetidas pelas serventias extrajudiciais catarinenses. Aludida aferição justifica-se não somente na importância do cumprimento da formalidade exigida pelos campos padronizados dos modelos de atos, como também na garantia do envio de dados confiáveis, apegados à realidade notarial e de registro, elementos indispensáveis para que o Poder Judiciário catarinense possa desenvolver sistemas de gestão que utilizem estas informações como programas de apoio à tomada de decisão.

A partir da implementação definitiva do sistema do Selo Digital de Fiscalização, em plena utilização em Santa Catarina desde o primeiro semestre de 2012, e por meio da remessa, pelas serventias notariais e de registro catarinenses, do conteúdo completo da integralidade dos atos por eles lavrados, tornou-se possível o desenvolvimento de iniciativas gerenciais que permitissem a utilização dos dados dos atos para o aprimoramento e aperfeiçoamento das atividades de fiscalização e de orientação desempenhadas pelo Núcleo IV da CGJ.

Como primeira iniciativa de controle advinda do projeto do Selo Digital, foi possível o desenvolvimento de uma ferramenta automatizada de análise e de verificação de qualidade e geração de relatórios, denominada de Sistema de Inspeções Virtuais/Auditoria do Selo Digital de Fiscalização, implantado em outubro de 2013. A partir da sua utilização, até o presente, viabilizou-se a realização de avaliação da qualidade dos atos remetidos pelos serviços notariais e de registro, atividade que possibilitou a realização de inspeções correicionais virtuais na totalidade dos serviços de notas e de registros do estado em apenas um mês, o que, a partir de então, repete-se mês a mês.

Atualmente, encontra-se mapeado um conjunto de aproximadamente 300 observações, que são aplicadas automaticamente sobre a integralidade dos atos enviados pelas serventias extrajudiciais ao longo do período analisado. O procedimento inclui a geração de relatórios que consignam não apenas os erros apontados pela metodologia de inspeção virtual, como também a correspondente determinação de melhoria e adequação, além de exibir alguns exemplos de atos enviados com o erro apontado, como forma de possibilitar ao notário/registrador elemento visual para adequação dos atos. A cada mês repete-se o procedimento, por meio do envio automatizado dos relatórios para cada serventia extrajudicial até o dia dez do mês subsequente.

Mediante a utilização desta ferramenta tecnológica e gerencial, permitiu-se o desenvolvimento de novos mecanismos de gestão necessários a qualificar as políticas públicas relacionadas aos serviços notariais e de registro, especialmente no tocante à garantia da qualidade das informações dos atos. Por consequência, propiciou-se o envio de dados dos assentos de registro civil para os demais órgãos públicos que os consomem, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, e, mais especificamente, possibilitou-se a utilização dos dados dos atos lavrados nas serventias extrajudiciais catarinenses para alimentação do novo sistema de ressarcimento eletrônico de atos gratuitos, em fase de desenvolvimento. A expectativa quanto à adoção deste método traduz-se na racionalização dos procedimentos de pedido de reembolso de atos gratuitos praticados pelos delegatários notariais e de registro, agora de maneira automatizada e submetida a um rígido controle de qualidade.

O sistema, já implantado, encontra-se em permanente evolução tecnológica e de conteúdo, diante do aumento da demanda de fiscalização da CGJ.

Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais

O procedimento de fiscalização e orientação levado a cabo pela CGJ de Santa Catarina nas serventias de notas e de registros de Santa Catarina, de maneira geral, era executado sem o apoio de sistema informatizado de automação que pudesse conferir maior racionalidade e padronização ao mecanismo. Toda a atividade de fiscalização era desenvolvida de forma manual, com base em documentos de texto elaborados pela equipe de assessores, todavia sem a chancela de documento padrão de correição.

Observou-se a necessidade de fazer frente à meta estipulada pela gestão da CGJ, que consistia em realizar atividades correicionais presenciais na totalidade dos 583 serviços notariais e de registro do estado em um período de dois atos, o que demandava o emprego de solução tecnológica compatível com o audacioso trabalho e com a qualidade exigida para tanto.

A partir da utilização do sistema de inspeções virtuais e dos inegáveis resultados que produziu para a administração pública em apenas seis meses de utilização – dos quais se pode destacar, é claro, a realização contínua e ininterrupta de inspeções em 100% dos serviços de notas e de registros do estado mensalmente –, foi possível promover a ampliação desta ferramenta tecnológica, de forma a estender a sua utilização também para a execução das inspeções presenciais e, com isso, colocar em prática o projeto do Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais.

O objetivo desta iniciativa, por intermédio da criação de ferramenta tecnológica, é o de consolidar as observações previamente estabelecidas, devidamente atualizadas e incrementadas com os novos requisitos legais, normativos e de qualidade previstos no novo CNCGJ.

O desenvolvimento de ferramenta envolveu a divisão do trabalho em duas frentes, quais foram: (1) o aprimoramento/atualização/criação das regras de negócio/observações que compõem a listagem de tarefas para o trabalho presencial, etapa que contou com a participação da equipe de assessores correicionais divididos por área de especialidade/atuação; e (2) a consolidação das regras de negócio, fase que envolveu o desenvolvimento tecnológico da ferramenta propriamente dita, das interfaces de acesso ao usuário, do mecanismo de geração e de envio de relatórios e do mecanismo de variação do peso das regras/observações, respaldado nos indicadores de quantidade e qualidade oriundos do sistema de *business inteligence* e do sistema de inspeções virtuais.

Após a realização do projeto piloto em serventias localizadas nas comarcas da Capital e de Gaspar, entre os dias 2 e 6 de junho de 2014, passou-se a adotar a ferramenta como modelo oficial para a realização da atividade de fiscalização e orientação efetuadas presencialmente nas serventias extrajudiciais catarinenses.

Superado pouco mais de um ano de utilização da ferramenta pela equipe de assessores correicionais do Núcleo IV da CGJ os resultados foram avaliados de modo positivo pelos gestores do órgão. Destacam-se o incremento da quantidade de correições realizadas, que viabilizou o alcance da totalidade das serventias extrajudiciais do estado, a padronização da atividade fiscalizatória, a racionalização dos procedimentos de acompanhamento dos relatórios de correições, a portabilidade da ferramenta para os demais setores de fiscalização do Poder Judiciário (exportação para o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, em 2015), a abrangência da atividade de fiscalização e a redução do tempo necessário para encerramento das atividades, muito inferior à sistemática manual outrora utilizada.

No ano de 2016 foi lançada a versão 4.0 da ferramenta, com melhorias de usabilidade e de *performance*, consoante demanda dos usuários do Núcleo IV. Além disso, foi desenvolvido, em parceria com a DTI, o módulo de Primeiro Grau do SCI, destinado à realização de correições pelos juízes diretores de foro, auxiliados pelos chefes de secretaria de foro e assessores jurídicos, a teor do disposto no artigo 12 do CNCGJ (Art. 12. A correição periódica será realizada pelo juiz diretor do foro em todas as serventias da comarca e na secretaria do foro, no período de dois anos, que coincidirá com o mandato do Vice-Corregedor-Geral da Justiça). Para tanto, foi designado um Grupo de Trabalho formado por servidores do Núcleo IV com o desígnio de desenvolver-se um Manual do Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais – Primeiro Grau (Disponível em: http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/correicoes/docs/manual_sistema_integrado_de_correicoes_extrajudiciais_SCI.pdf), além de um programa de capacitação que foi levado a efeito nas nove regiões judiciárias de Santa Catarina, a saber: Grande Florianópolis (5-9-2016); Vale do Itajaí e Foz do Itajaí (6-9-2016); Planalto Norte (21-9-2016); Litoral Norte (23-9-2016); Litoral Sul (11-10-2016); Planalto Sul (14-10-2016); Extremo Oeste e Vale do Rio do Peixe (25-10-2016).

Encontra-se em desenvolvimento, pela DTI, nova funcionalidade que permitirá o acompanhamento das correições antes da sua autuação no sistema SAJ/5-CGJ, em interface que será acessada pela equipe da CGJ e pelos delegatários dos serviços notariais e de registro, que poderão justificar/comprovar a adoção

de procedimento específico em relação a cada item constatado no trabalho correicional. Trata-se do módulo pré-processual do SCI.

Novo Sistema de Ressarcimento Eletrônico de Atos Gratuitos

Os delegatários do serviço notarial e de registro do estado de Santa Catarina fazem jus ao percebimento de reembolso, a título de emolumentos, pelos atos gratuitos que, por força de disposição legal, são obrigados a realizar. Inúmeros atos enquadram-se nesta condição, com destaque para os atos de registro de nascimento e de óbito, habilitação de casamento para os reconhecidamente pobres e atos notariais de inventário e divórcio, também para os reconhecidamente pobres.

A partir do envio dos atos por estes delegatários para o TJSC, por meio do Selo Digital de Fiscalização, foi desenvolvida a ferramenta eletrônica que faz uso de um conjunto de regras de negócio preestabelecido, de modo a capturar as informações necessárias para que o pedido de reembolso seja realizado pelo delegatário de maneira automatizada, diretamente em sistema próprio disponível na internet com esse objetivo. A cada mês, os notários e registradores que desejem efetuar pedido de ressarcimento, devem acompanhar os relatórios do sistema de ressarcimento eletrônico para identificar os atos que, à medida que forem recepcionados pelo Poder Judiciário, amoldem-se às regras de ressarcimento e se encontrem, portanto, aptos a ensejar o necessário reembolso. Na mesma ocasião, poderão observar aqueles que porventura incidiram em regra de controle que bloqueie preventivamente o ato para pedido de ressarcimento. Tudo isso sempre até o dia dez do mês subsequente ao da prática do ato. O sistema está em operação, em caráter oficial e definitivo, desde o dia 1º de novembro de 2015.

ExtraFácil

Os serviços extrajudiciais atraem gradualmente a atenção da sociedade brasileira, seja pelo interesse do indivíduo em salvaguardar direitos, seja pelo fato de a prática de determinado ato notarial ou de registro ser condição para fruição de benefícios estatais. Não obstante esse movimento de aproximação entre prestador e tomador de serviço, verifica-se ser acentuado – pelo menos em relação à maior parte da população, inclusive profissionais da área jurídica – o desconhecimento dos procedimentos das serventias extrajudiciais, o que resulta, por vezes, em dúvidas quanto à legalidade das indicações apresentadas pelos delegatários como requisitos para a prática de atos. Por consequência, não são raros os casos de interessado, por ignorância de regras basilares, formular requerimento de suscitação de dúvida ou mesmo satisfazer exigência indevida. Vê-se, em ambos os casos, realidades nocivas à qualidade do serviço extrajudicial: no primeiro, a falta de esclarecimento do usuário retarda a prestação do serviço extrajudicial e gera demanda ao Poder Judiciário; no segundo, o usuário, por vezes vítima da dinâmica negocial, acaba por aceitar exigência indevida ao não dispor de informações oficiais capazes de fragilizar a glosa apresentada pelo delegatário.

Por causa disso, os órgãos reguladores (CGJ e juízes do extrajudicial) há muito oferecem serviços de atendimento aos usuários. Na atualidade, dito atendimento é realizado por meio de contato telefônico – para solução de consultas básicas – ou mediante análise de questionamentos escritos – para casos mais complexos. Os expedientes escritos são examinados tanto em procedimentos administrativos quanto por intermédio da ferramenta S@E.

Todavia, em razão da crescente demanda por tais serviços, verifica-se que tais instrumentos já não mais se mostram tão eficientes à prevenção de conflitos, por solucionar apenas questões pontuais que chegam ao conhecimento das autoridades – volume que não representa, de longe, os inúmeros casos de divergência entre delegatários e usuários. Outro aspecto que atinge a qualidade dos serviços prestados pelos referidos órgãos reguladores é a ausência de estímulo ao usuário para compreender, de forma sistemática e didática, o funcionamento das serventias extrajudiciais. Por não haver esse incentivo qualificado, o usuário deixa de conhecer previamente os procedimentos extrajudiciais já consolidados e, em razão disso, demanda o órgão regulador para lhe fornecer orientação que já poderia estar a sua disposição.

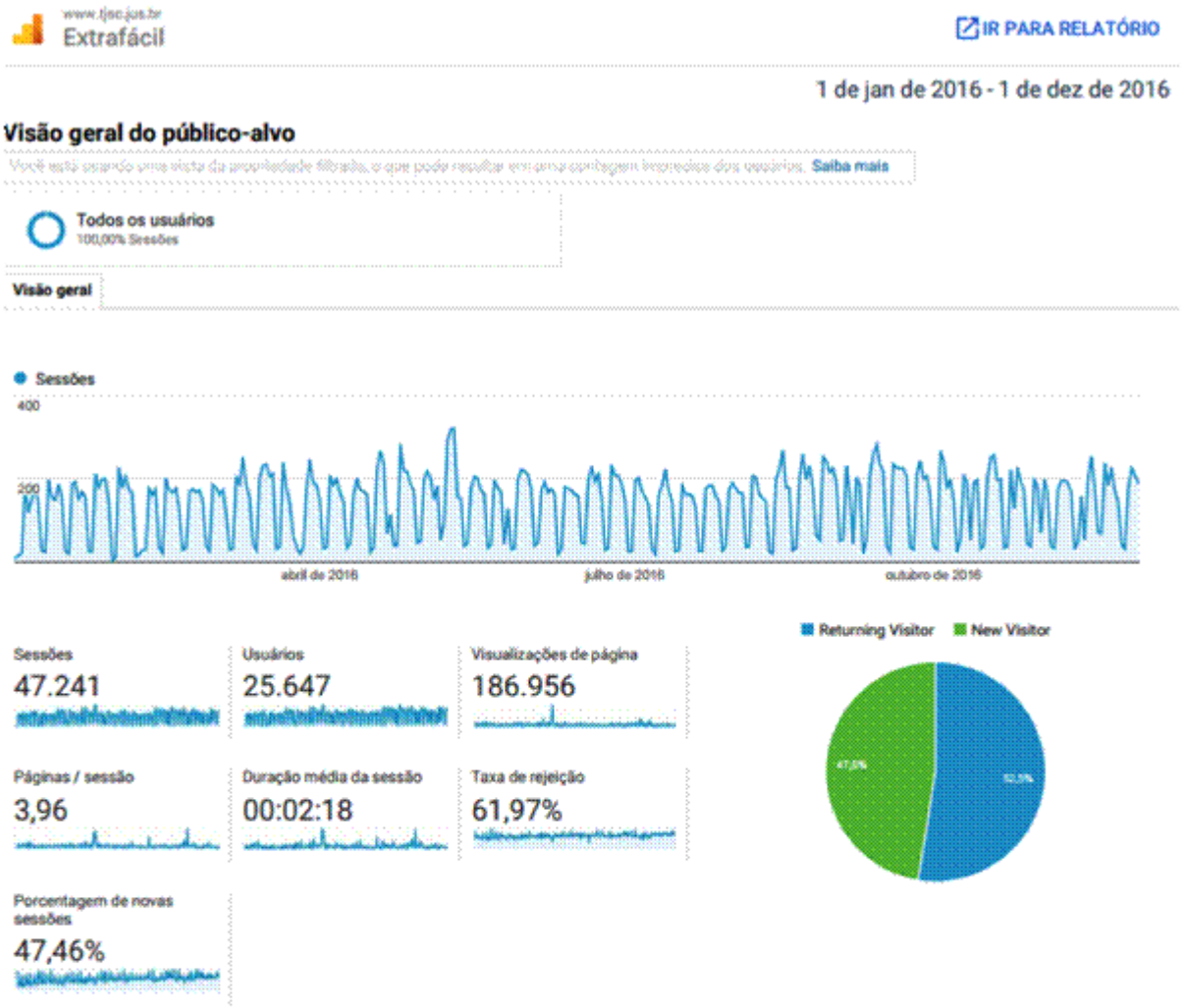
Nesse passo, criou-se ferramenta, acessível ao público, com linguagem de fácil compreensão, capaz de esclarecer tanto dúvidas básicas quanto questionamentos mais complexos, todos assentados em lei ou estampados em exegese sedimentada pelos órgãos reguladores.
A ferramenta, em linhas gerais, está estruturada em sistema de perguntas e respostas. Em cada tópico, há remissão ao respectivo dispositivo do novo CNCGJ, ou legislação relacionada, sobre o qual será inserido hyperlink. Ao clicar sobre dito dispositivo, o usuário é conduzido à subpágina dotada com informações relacionadas ao histórico da norma e aos atos normativos a ela correlacionados.
A disseminação do conhecimento por meio dessa ferramenta poderá, mesmo que a longo prazo, contribuir para fiscalização da atividade extrajudicial pelo próprio usuário, com reflexos positivos na qualidade do serviço.
Resultados esperados:

- Disseminação do conhecimento;
- Otimização dos serviços dos órgãos reguladores;
- Fiscalização dos serviços pelos usuários.

Etapas futuras:

- Atualização contínua dos quesitos formulados;
- Formular os quesitos relacionados às soluções de consulta e procedimentos administrativos;
- Desenvolvimento da nova versão da ferramenta eletrônica para:
  - Visualização em smartphones e tablets;
  - Interatividade com os usuários; e
  - Possibilidade de o administrador manter as informações da ferramenta por meio de Sistema de Gerenciamento desenvolvido pela Assessoria de Informática.

No ano de 2016, 25.647 usuários acessaram o sistema ExtraFácil e as páginas do projeto foram visualizadas 186.956 vezes (Fonte: Relatório do sistema Analytics, emitido em 1º-12-2016).
Seguem abaixo informações estatísticas em relação ao projeto:



Cidade	Sessões	Porcentagem do Sessões
1. Florianopolis	5.351	11,33%
2. Sao Paulo	3.948	8,36%
3. Joinville	2.617	5,54%
4. Chapeco	1.913	4,05%
5. Itajai	1.515	3,21%
6. Curitiba	1.479	3,13%
7. (not set)	1.276	2,70%
8. Rio de Janeiro	1.266	2,68%
9. Belo Horizonte	1.222	2,59%
10. Blumenau	1.127	2,39%

Percebe-se pelo formulário acima que as consultas ao sistema ExtraFácil rompem as barreiras do estado de Santa Catarina.

Correições 2016-2017

No início do biênio administrativo 2016/2018, definiu-se como meta balizadora da atividade de correição, orientação e apoio do Núcleo IV da CGJ de Santa Catarina a realização de correições presenciais na totalidade das serventias de notas e de registros do estado, nos três próximos anos.

Para a organização do trabalho, a coordenação do Núcleo IV ficou responsável pela busca e pela individualização no SAJ-5/CGJ de todos os processos autuados que continham deliberação para a

realização de correições presenciais prioritárias. Afora disso, buscaram-se informações coletadas do desempenho das serventias nas correições presenciais e virtuais dos anos anteriores.
Após, partiu-se para a elaboração de um calendário de correições que levou em consideração as questões logísticas de transporte e de deslocamento das equipes de trabalho, a individualização de eventuais feriados municipais nas localidades escolhidas e o desenvolvimento completo nas atividades em cada uma das nove regiões judiciárias de Santa Catarina.
Com o planejamento estruturado e um constante acompanhamento do desenvolvimento de cada uma das fases do projeto, foi possível, ao iniciar de cada ano, divulgar no Portal do Extrajudicial (http://extrajudicial.tjsc.jus.br), em um *hot site* específico de correições (http://extrajudicial.tjsc.jus.br/correicoes/2016), os calendários anuais de correições, que contêm a descrição completa de quais serventias seriam objeto de correição semanalmente e os assessores correicionais responsáveis pelas tarefas. O planejamento, que se encontra em plena execução, foi adaptado para equacionar os problemas pontuais enfrentados e resolvidos pelo Núcleo IV ao longo do período de implantação da metodologia.

Sistema de Cadastro das Serventias
O Sistema de Cadastro das Serventias Extrajudiciais é um conjunto de informações relevantes relacionadas com as serventias extrajudiciais do estado de Santa Catarina, disponível em um sistema informatizado, além de servir como referência essencial às atividades extrajudicial e correicional.
Teve sua informatização iniciada em 1999, para atender ao selo físico de fiscalização implantado pela Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998, e inicialmente consistia num programa centralizado, um software *stand alone* que registrava os pedidos de compra de selos físicos, e a atualização dos dados se dava com base nas informações recebidas pela Corregedoria, por ofícios físicos em sua maioria.
Até 2009 o software foi atualizado de modo intensivo e agregou outros serviços, ademais dos registros de aquisição do extinto selo físico de fiscalização, como:

- Ajuda de custo das serventias deficitárias; e
- Ressarcimento dos atos gratuitos praticados pelo notário, registrador e juiz de paz.

Até 2012 foi mantido o mesmo programa, com adaptações e manutenções ao longo do tempo.
Após mais de uma década de uso, o sistema de cadastro dos serviços notariais e de registro revelou-se insuficiente às hodiernas necessidades do Núcleo IV desta CGJ, tais como, a título de exemplo, o preparo e a realização de inspeções e correições, a elaboração de projetos institucionais, a edição de normas gerais, o levantamento de dados estatísticos e o fornecimento de informações - mormente aquelas solicitadas pelos desembargadores para subsidiar decisões em processos administrativos e judiciais, e as informações relacionadas aos concursos públicos.
Ademais, por ser o cadastro alimentado apenas por este Órgão de Fiscalização, a inclusão de dados, em grande parte de menor relevância, comprometia o desempenho de outras atividades. Isso porque a atualização dos dados de 1.095 (mil e noventa e cinco) serviços extrajudiciais perpassava obrigatoriamente por duas etapas: a primeira, consistente na remessa dos referidos dados por notários e registradores; a segunda, no processamento desses expedientes por servidor único destacado para essa atividade (Ordem de Serviço n. 1/2012 do Núcleo IV).
Em razão da aludida ampliação dos dados existentes, tornou-se praticamente impossível manter inalterado esse procedimento de atualização cadastral. Por conseguinte, o projeto do sistema proposto foi dotado de novas portas de alimentação, administradas por notários, registradores, juízes de paz, secretarias de foro e pela CGJ.
O novo projeto do sistema de cadastro planeja oferecer dados sobre a criação e situação dos serviços e de eventual unidade interligada, a classificação no âmbito da divisão judiciária, os canais de contato e o horário de funcionamento. Planeja, ainda, conter elementos atinentes à sede, à estrutura de informática, ao acervo e sinais públicos. E intenciona ofertar diversos dados do responsável e dos respectivos prepostos, especialmente aqueles relativos aos processos administrativos.

Esse conjunto de dados será crucial para a consecução de políticas institucionais e refletirá no aumento da eficiência dos serviços prestados por esta CGJ.
O dispositivo do antigo CNCGJ que contemplava essa dinâmica era o artigo 1.055.
O projeto foi inicialmente planejado para ser desenvolvido, implantado e mantido em sete módulos:

1. Básico;
2. Avançado;
3. Processos;
4. Serventia e estrutura de informática;
5. Unidades interligadas e juízes de paz;
6. Selo digital, ajuda de custo e ressarcimento; e
7. Classificação no âmbito da Divisão Judiciária.

A mudança inicial ocorreu em 2012. Com a publicação da Circular n. 20, de 13 de agosto de 2012, o Módulo 1 – Básico do sistema de cadastro *online* foi posto em operação pela internet e deu efetivo cumprimento ao artigo 1.055 do antigo CNCGJ, que delegava a atualização dos dados aos notários e registradores, mediante link específico constante no Portal do Extrajudicial. O Módulo 1 - Projeto Básico contemplou informações relacionadas a:

- Serventia;
- Responsável;
- Substituto;
- Prepostos;
- Livros; e
- Sinal Público.

A partir da atualização do CNCGJ, o artigo 434 passou a regular esse proceder, e prevê que o responsável pelo serviço extrajudicial é quem manterá o cadastro do serviço atualizado, nele informando o quadro funcional, as datas de abertura e encerramento dos livros obrigatórios, além de demais informações relevantes à fiscalização dos atos por este Órgão de Orientação.
As inclusões e alterações de dados são realizadas por meio de formulário eletrônico disponível na área restrita do Portal do Extrajudicial.
Embora o projeto do novo sistema cadastral tenha sido reativado em fevereiro de 2014 com a designação de novo gerente de projeto, devido à priorização de outros projetos e indisponibilidade de recursos humanos, somente em março de 2015 teve seu desenvolvimento efetivamente retomado. Em virtude da troca de gerência do projeto, haja vista a necessidade de atendimento ao regramento do CNCGJ, no qual constam vários normativos, esparsos, relacionados ao Sistema de Cadastro, alterou-se o antigo conceito de “módulos” para o de “versões”, nas quais as entradas e saídas devem ser definidas. Mercê disso, várias matérias anteriormente divididas em módulos podem ser atendidas no lançamento de uma nova versão do sistema, que traz como marco de lançamento das novas versões a transposição das dificuldades técnicas.
Em 2016 foram lançadas várias versões do Sistema de Cadastro, e a base de dados foi preparada para a inserção de ferramenta de *business inteligence*, que possibilitará auxílio à tomada de decisão pela administração do Poder Judiciário.
No decorrer do ano houve uma reestruturação do modo de acesso ao sistema, quando o modelo deixou de ser baseado no ponto de vista da serventia extrajudicial, para ser vinculado à pessoa de acesso.
A contar dessa reestruturação foi possível o desenvolvimento do controle de acesso baseado em perfis. Com esteio nesse princípio, passou-se a atender ao regramento contido no CNCGJ que prevê o acesso por vários tipos de perfis (administrador, delegatário, direção de foro, responsáveis por órgãos externos etc.), cada perfil com as atribuições de sua competência.
Em novembro de 2016, a Circular n. 125, de 4 de novembro de 2016, lançou nova versão do Sistema de Cadastro, que trouxe novos perfis de acesso e permitiu o atendimento a regramentos existentes no CNCGJ.

A versão atual do Sistema de Cadastro possui os seguintes perfis:

- Administrador;
- Delegatário; e
- Juiz Corregedor de primeiro grau e Secretário de Foro.

Esse último perfil concretizou regramento existente no CNCGJ que determina a fiscalização das informações pelo Juiz Corregedor Permanente.

Com recente lançamento do perfil do Juiz Corregedor Permanente e Secretaria de Foro, mediante acesso ao ambiente restrito, os dados das relacionados atinentes ao extrajudicial passaram a ser fiscalizados de modo mais estreito pelo Juiz Corregedor de primeiro grau, tornando o controle e a orientação mais efetivos. Constituída de novo perfil, a Secretaria de Foro tem a habilidade de agir de maneira ativa por meio dele, podendo inserir os eventos de alçada da comarca diretamente na base de dados. Por tal motivo, a eficácia do serviço realizado pela comarca relacionado ao extrajudicial foi otimizada, uma vez que as comunicações dos eventos de sua alçada passaram a ser feitas de forma on-line, diretamente no Sistema de Cadastro. Entre os eventos passíveis de inserção pela Secretaria de Foro pode-se citar:

- Instalação de serventia;
- Suspensão de prazos/expediente externo de serventia, conforme regramento do artigo 94-A do CNCGJ;
- Penalidade administrativa de alçada do Diretor de Foro (repreensão ou multa, e suspensão de até 30 dias);
- Pendência de vacância decorrente de pedido de renúncia de delegatário formalizado perante a Direção do Foro;
- Transmissão de acervo; e
- Correição.

É de se destacar que ao se registrar um evento no histórico da serventia, ele pode ser inserido com a característica de visualização na pesquisa pública de serventias. E ao ser confirmado o registro do evento com essa qualificação ele passa imediatamente a constar no resultado da pesquisa pública de serventias extrajudiciais. Essa facilidade torna a disseminação das informações de interesse público ainda mais ágil. Como exemplo de evento de interesse público temos a suspensão de expediente externo da serventia.

Devido a várias priorizações de outros projetos, a entrega do projeto do Sistema de Cadastro do Extrajudicial, que estava prevista para o final de 2016, teve que ser postergada para meados do ano corrente, oportunidade na qual se estima que, com o desenvolvimento das novas versões vindouras, e vencidas as necessidades tecnológicas esperadas em razão da nova concepção do Sistema de Cadastro on-line, todos os regramentos do CNCGJ referentes ao tema sejam cumpridos.

Consoante as informações cadastrais, alguns dos resultados esperados são:

- Fornecimento de informações básicas da serventia para o público em geral;
- Auxílio no planejamento e na realização de inspeções e correições presenciais;
- Auxílio na elaboração de projetos institucionais (selo digital, inspeção virtual, ajuda de custo, ressarcimento de atos gratuitos, prestação de contas dos interinos etc.);
- Auxílio na edição de normas gerais;
- Auxílio no levantamento de dados estatísticos;
- Identificação dos concursos em que o(s) serviço(s) foi(ram) oferecido(s) sem provimento por titular;
- Identificação da classificação do serviço no âmbito da divisão judiciária;
- Conhecer outros canais de contato com o(s) serviço(s) extrajudicial(is);
- Saber o horário de atendimento ao público e situações que resultem na suspensão dos expedientes;
- Saber qual o vínculo do delegatário com o Poder Público (titular, interino ou interventor);
- Decidir sobre o patamar da remuneração do interventor, segundo as informações da serventia;
- Proporcionar auxílio na fundamentação jurídica para nomeação de interino;

- Conhecer o currículo dos responsáveis pelo serviço;
- Conhecer os dados profissionais e pessoais de todos os prepostos;
- Conhecer os livros gerais e específicos e as respectivas datas de abertura e encerramento;
- Tomar ciência de procedimentos administrativos, procedimentos administrativos preparatórios, prestações de contas de interinos, processo administrativo disciplinar e processo judicial;
- Conhecer a estrutura física (local onde é prestado o serviço) e estrutura de informática da serventia;
- Obter dados sobre selo digital de fiscalização, ressarcimento dos atos gratuitos e ajuda de custo;
- Identificar se há unidades interligadas (Provimentos n. 13 e 17 e Recomendação n. 18, da Corregedoria Nacional da Justiça);
- Visualizar dados profissionais e pessoais sobre os juízes de paz;
- Possibilitar a visualização de documentos anexados e a emissão de relatórios;
- Manter histórico dos dados importantes;
- Permitir o acesso de informações específicas relacionadas ao serviço extrajudicial, mediante a instituição de meios seguros de acesso relacionados ao perfil de cada usuário (público em geral, órgão interno do TJSC, órgão externo, Direção do Foro etc.) para que o sistema possa ser visualizado ou alimentado pelos diversos órgãos do Poder Judiciário, notários, registradores, juízes de paz, entre outros.
- Auxiliar no fornecimento de informações mais precisas e de modo mais célere aos diversos órgãos e setores (lista de vacância para concursos públicos, sistema Justiça Aberta - CNJ, Pedidos de Providências do CNJ etc.);
- Servir como base de informações para a tomada de decisões pela Administração (processos de desdobro, desmembramento, anexação, desanexação, fusão, acumulação, desacumulação, e extinção de serventias); e
- Servir como apoio, enfim, para toda e qualquer atividade correlata ao extrajudicial, que apresente necessidade de fornecimento de informações concernentes às unidades extrajudiciais de Santa Catarina.

Etapas que estão por vir:

- Lançamento da nova versão do sistema de cadastro, prevista para meados deste ano; e
- Aprimoramento do Sistema de Cadastro, a exemplo do que foi feito no Sistema do Selo Digital, ao migrá-lo para um Sistema de Informações Gerenciais (SIG), por intermédio da agregação de business inteligence, capaz de manipular e personalizar as informações existentes, para auxiliar a tomada de decisões pela Administração.

Revisão do Regimento de Emolumentos

A finalidade do projeto, iniciado no ano de 2014, consistiu em propor um reestudo no Regimento de Emolumentos, em razão, principalmente, da prevalência dos valores atuais de determinados tipos de atos. Aludidos valores poderiam tornar inviável a manutenção dos serviços notariais e de registro, sobretudo de pessoas naturais, por falta de recursos, especialmente nas pequenas cidades. Malgrado possuam número reduzido de habitantes e, por decorrência lógica, pouca demanda, aludidos municípios ainda prestam a modalidade de atendimento em tela à população e precisam fazê-lo com qualidade, selecionados os servidores pela via estreita do concurso público.

Com a proposta do novo Regimento de Emolumentos de Santa Catarina, desenvolveu-se um trabalho mais aprofundado que permitiu reajuste pontual em alguns dos valores dos atos notariais e registrais, os quais, atualmente, se encontram em importe abaixo da realidade verificada em diversas unidades da Federação. O estudo, levado a cabo pela Assessoria Extrajudicial do Núcleo IV e pela Assessoria de Custas e Emolumentos, ambas da CGJ, no ano de 2015, pautou-se nas discrepâncias existentes entre os valores atribuídos a atos semelhantes de especialidades diferentes do serviço extrajudicial, de maneira a

uniformizá-los. Também se procurou reajustar os valores dos atos específicos dos cartórios de registro civil das pessoas naturais, os quais, em sua maioria, integram o rol de serventias consideradas deficitárias. O novo Regimento de Custas e Emolumentos apresenta várias modificações textuais, além de aumento real dos emolumentos de determinados atos, sem perder de vista a atual situação econômica do país e de sua população.
Ao final do ano de 2015, entendeu-se por bem não conduzir o projeto à apreciação pelo Tribunal Pleno do TJSC. Logo, os autos n. 0011730-23.2014, que abrigam o projeto, voltaram ao Núcleo para reestudo.
O trabalho em comento foi desenvolvido no transcorrer do ano de 2016. Entretanto, em recente parecer datado de 14 de novembro daquele ano, e na mesma oportunidade homologado, concluiu-se que, à vista do cenário financeiro e econômico atual do País, o procedimento deveria ser suspenso pelos próximos 120 dias. Portanto, a retomada das atividades ficou aprazada para este ano.

Integração das informações do Selo Digital com demais órgãos públicos
Dada a adoção do sistema do Selo Digital de Fiscalização entre os anos de 2011 e 2012, as serventias extrajudiciais de Santa Catarina passaram a enviar as informações completas dos atos lavrados para o banco de dados do Poder Judiciário estadual, de maneira padronizada. Do mesmo modo, sabe-se que estas serventias devem, por força de lei e periodicamente, encaminhar uma série de informações para órgãos públicos diversos, o que ocasiona o consumo de recursos das serventias, tanto de pessoal quanto de estrutura, na medida em que o volume de dados, normalmente, é bastante expressivo.
O objetivo desta atividade é de, conforme a necessidade dos órgãos públicos que recebem informações das serventias, disponibilizar os dados por elas enviados no sistema do Selo Digital para que sejam consumidos por estes órgãos, de maneira centralizada, sem a obrigatoriedade de que a serventia proceda ao envio tanto para o TJSC quanto para o órgão demandante. Até o momento, encontram-se em operação os sistemas de integração de dados com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, em particular em relação às informações dos óbitos lavrados no estado; com o SIRC, no que tange às informações de nascimentos, casamentos e óbitos, e, ainda em sede de projeto piloto nacional, com o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC) e com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, estes últimos no tocante às informações de óbitos.
Espera-se que, com a implantação de novas iniciativas de integração de informações, as serventias extrajudiciais possam remeter as informações dos atos nelas lavrados apenas para o Poder Judiciário de Santa Catarina, que, por sua vez, seria o responsável por disponibilizar estas informações para consumo pelos demais órgãos públicos, como o IBGE, TRE/SC etc. Haverá, pois, economia de recursos de serventias, por vezes deficitárias, e do Estado em si, na medida em que terá de gerir uma única integração (com o TJSC), e não diversas (com as serventias), como hoje se verifica.

Sistema Nacional de Informações do Registro Civil (SIRC)
Foi lançada, em âmbito nacional, a Central Nacional de Informações do Registro Civil (SIRC), por meio do decreto n. 8.270, assinado pela Presidente da República em 26 de junho de 2014.
O escopo do projeto contempla a criação, em cada estado federativo, de uma central de remessa de arquivos, chamada de CER, por meio da qual serão encaminhadas para o sistema nacional as informações dos nascimentos, dos casamentos e dos óbitos lavrados pelos serviços extrajudiciais estaduais, de modo a subsidiar os sistemas de informações nacionais e, assim, irradiar efeitos nas políticas públicas do país.
Por intermédio de decisão recente do conselho gestor do sistema SIRC, criou-se em Santa Catarina a primeira unidade centralizadora (CER), que ficará sob a responsabilidade do TJSC. Esta instituição fará a remessa eletrônica e automatizada das informações dos atos obtidos pelo sistema do Selo Digital de cada uma das serventias extrajudiciais catarinenses para o banco de dados do sistema SIRC em nível nacional, como forma de alimentar sistema de gerenciamento das informações do registro civil das pessoas naturais.

Para tanto, ao longo do ano foram realizadas reuniões entre a equipe técnica do TJSC e os gestores do sistema SIRC, mediante as quais foi estabelecida uma agenda conjunta de desenvolvimento. A ferramenta eletrônica de remessa das informações do Selo Digital para o sistema SIRC acha-se concluída, de forma que remanescem pendentes apenas os testes finais de conexão com a interface mantida pela Dataprev/INSS.
Tão logo perfectibilizados os necessários e derradeiros testes, as informações estarão aptas ao envio para a Central Nacional, atividade que será pioneira no Brasil.
Através dos anos de 2015 e 2016, o projeto alcançou a fase de validação das informações enviadas ao longo do período anterior, em trabalho realizado em parceria com a DATAPREV, por meio do qual se está a verificar o acerto do mecanismo de envio de dados e a verificação da qualidade das informações remetidas pelas serventias extrajudiciais catarinenses para o sistema.

Ajustes na Ajuda de Custo das Serventias
Fundado na obrigatoriedade de manutenção dos serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais nas sedes de município, assim como atento à condição deficitária da maioria das serventias, deu-se início a estudos que visam ao melhor equilíbrio na distribuição da ajuda de custo.
Hodiernamente, a norma elenca critérios objetivos a justificar o recebimento de ajuda de custo pelas serventias, calcados exclusivamente na classificação da entrância em que localizadas. O valor pago é fixo, atualizado anualmente, e independe da real situação financeira da serventia.
Os estudos realizados pelo Núcleo IV apuraram quantidade significativa de serventias que, conquanto gozem de razoável superávit, ainda assim recebem mês a mês a ajuda de custo. Por outro lado, o valor fixo pago a todas as beneficiadas mostra-se, por vezes, ínfimo para o fim a que se destina.
Após apurada a arrecadação total de todas as serventias no ano de 2015, estabeleceu-se piso hipotético de faturamento bruto para as serventias - R$ 8.000,00. À luz desse critério, apurou-se ser possível readequar a distribuição da ajuda de custo, de modo a pagar às serventias somente o montante suficiente a complementar o piso de arrecadação. Tal medida implicaria, com base nos números de 2015, mínima alteração nos valores totais de pagamento da ajuda de custo, porém de maneira a melhor equilibrar a balança. Acarreta, por derradeiro, o efetivo auxílio às serventias mais deficitárias, essenciais ao cumprimento da obrigação legal.
Os cálculos, já concluídos, estão consolidados nos autos n. 011072-96-2014, no bojo dos quais consta minuta de proposta de projeto de lei que regulamenta a matéria.

Revisão do sistema de *business intelligence* do Selo Digital
Criado a partir da experiência do sistema do Selo Digital de Fiscalização, ainda em 2012, o sistema de *business intelligence* do Selo Digital, ferramenta tecnológica desenvolvida pela DTI do TJSC, tem por meta aglutinar e categorizar as principais informações enviadas no corpo dos atos de notas e de registros remetidos pelas serventias extrajudiciais ao Poder Judiciário catarinense, de maneira concatenada e estruturada, com o objetivo de que sirvam para a tomada de decisão gerencial do Núcleo IV da CGJ.
O sistema sofreu grande readequação no que toca à nova realidade de estrutura de tecnologia da informação utilizada pelo Poder Judiciário local, e também em atenção às novas exigências de usabilidade e ergonomia demandadas pela Assessoria Extrajudicial. Tornou-se, portanto, mais estável e, sobretudo, ágil.

Dentre as melhorias, nos *cubos* de 'atos' (estrutura donde se retiram as informações) e de 'geração de selos', destaca-se o incremento do desempenho de coleta de dados, exibidos com incomparável agilidade em cotejo à versão anterior, e o incremento da interface do usuário, mais amigável e direta. A ferramenta adotada, *Pentaho BI Suite*, foi também atualizada para a sua última versão disponível em 2016.

2.4.5 Atividades desenvolvidas nos setores do selo de fiscalização, ressarcimento e ajuda de custo

Reajuste dos valores do benefício da ajuda de custo destinado às serventias deficitárias (Lei Complementar n. 429/08), nos termos da decisão do Conselho da Magistratura constantes nos autos n. 0001724-20.2015.8.24.0600, e pagamento realizado com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2016, a partir da receita obtida por meio da venda dos Selos Digital de Fiscalização (Tabela 1):

Tabela 1: Ajuda de Custo

MÊS	VALOR
Janeiro (1)	R$ 417.263,45
Fevereiro (2)	R$ 427.053,34
Março	R$ 419.085,90
Abril	R$ 419.085,90
Maio	R$ 419.085,90
Junho (3)	R$ 428.200,10
Julho (4)	R$ 419.997,45
Agosto	R$ 419.997,45
Setembro	R$ 419.997,45
Outubro	R$ 419.997,45
Novembro	R$ 419.997,45
Dezembro	Pagamento pendente
TOTAL	**R$ 4.629.761,84**

Fonte: Setor de Selo – Núcleo IV.

(1) Exclusão da escrivania de paz do distrito de Rio das Pedras da comarca de Videira, que no ano de 2015 comprou quantidade superior a 50% do adquirido pelo Registro Civil da sede da comarca; exclusão da escrivania de paz do distrito de Sede Figueira da comarca de Chapecó, do inciso III, do artigo 14 da LCe n. 175/1998, incluindo-a na benesse do inciso I do apontado dispositivo, em razão da transmissão de acervo do ofício havida em 16-12-2015 (conforme expediente constante nos assentos deste setor), que implicou o deslocamento do ofício: do município de Nova Itaberaba (onde os expedientes da escrivania de paz ali localizada e da escrivania de Sede Figueira encontravam-se reunidos) para o distrito de Sede Figueira;
(2) Exclusão da escrivania de paz do município de Rio do Oeste, comarca de Rio do Oeste, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, nos Autos n. 0000033-34.2016.8.24.0600; exclusão da escrivania de paz do município de Coronel Freitas, comarca de Coronel Freitas, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, nos Autos n. 0000099-14.2016.8.24.0600; inclusão da escrivania de paz do município de Zortéa, comarca de Campos Novos, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, nos Autos n. 0000071-46.2016.8.24.0600; inclusão da escrivania de paz do distrito de Rio D'uma, comarca de Imaruí, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, nos Autos n. 0000100-96.2016.8.24.0600; inclusão do registro civil, títulos e documentos e pessoas jurídicas da comarca de Coronel Freitas, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, nos Autos n. 0000099-14.2016.8.24.0600; inclusão do registro civil, títulos e documentos e registro de imóveis da comarca de Rio do Oeste, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, nos Autos n. 0000101-81.2016.8.24.0600; alteração do critério do ofício de registro civil títulos e documentos e pessoas jurídicas da comarca de Abelardo Luz, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, nos Autos n. 0000072-31.2016.8.24.0600; alteração do critério da escrivania de paz do distrito de Figueira, comarca de Chapecó, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça nos Autos n. 0000073-16.2016.8.24.0600;
(3) Inclusão da escrivania de paz do município de Brunópolis, comarca de Campos Novos, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça nos Autos n. 0000213-50.2016.8.24.0600; alteração do critério de recebimento da escrivania de paz do distrito de marombas, pertencente ao município de Brunópolis, comarca de Campos Novos, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça nos Autos n. 0000213-50.2016.8.24.0600; e
(4) Exclusão do ofício de registro civil, títulos e documentos e pessoas jurídicas da comarca de Pomerode, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça nos Autos n. 0000801-57.2016.8.24.0600.

Pagamento a título de ajuda de custo no exercício de 2016 do corresponde a: R$ 1.670,90 para as escrivanias de paz localizadas nos municípios considerados comarcas não-instaladas ou em distritos de comarcas de entrância inicial; no valor de R$ 1.367,00 para o registro civil localizado na sede de comarcas de entrância inicial; e no valor de R$ 1.063,25 para as escrivanias de paz localizadas em distritos de municípios que sejam sede de comarca de entrância final e especial, que adquiriram, no ano anterior, número de selos de fiscalização inferior a 50% do adquirido pelo registro civil da respectiva sede;
Revisão anual das serventias que fazem jus ao benefício da ajuda de custo previsto no inciso III do artigo 14 da Lei n. 175/1998;
Controle e pagamento do ressarcimento dos atos gratuitos no exercício de 2016 (Tabela 2):

Tabela 2: Ressarcimento dos Atos Gratuitos – Serventias Extrajudiciais

MÊS	VALOR
Janeiro (1)	R$ 1.539.391,26
Fevereiro (2)	R$ 1.576.310,08
Março (3)	R$ 1.609.924,30
Abril (4)	R$ 2.045.604,47
Maio (5)	R$ 1.891.750,95
Junho (6)	R$ 1.843.906,53
Julho (7)	R$ 2.025.038,73
Agosto (8)	R$ 1.896.892,87
Setembro (9)	R$ 1.982.684,94
Outubro (10)	R$ 2.001.319,80
Novembro (11)	R$ 1.688.365,02
Dezembro	Pagamento pendente
TOTAL	**R$ 20.101.188,95**

Fonte: Setor de Selo – Núcleo IV.

(1) Referente a 52.108 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 2-12-2015 e 10-1-2016;
(2) Referente a 42.412 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 2-1-2016 e 10-2-2016;
(3) Referente a 53.760 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 1-2-2016 e 10-3-2016;
(4) Referente a 56.510 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 1-3-2016 e 0-4-2016;
(5) Referente a 54.108 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 1-4-2016 e 10-5-2016;
(6) Referente a 55.523 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 1-5-2016 e 10-6-2016. Neste mês foi efetuado, também, o pagamento de R$ 1.470,00, que corresponde à verba de ressarcimento, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, no processo n. 0002039-48.2015.8.24.0600;
(7) Referente a 61.902 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 1-6-2016 e 10/7/2016. Neste mês foi efetuado, também, o pagamento de R$ 180,90, que corresponde à verba de ressarcimento, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, no processo n. 0000631-85.2016.8.24.0600. Igualmente o pagamento de R$ 5.050,85, que corresponde à verba de ressarcimento, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, no processo n. 0000775-59.2016.8.24.0600;
(8) Referente a 62.082 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 1-7-2016 e 10-8-2016;
(9) Referente a 56.497 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 1-8-2016 e 10-9-2016;
(10) Referente a 57.185 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 1-9-2016 e 10-10-2016; e
(11) Referente a 47.927 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 1-10-2016 e 10-11-2016. Neste mês foi efetuado, também, o pagamento de R$ 36.227,75, que corresponde à verba de ressarcimento, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, no processo n. 0013405-55.2013.8.24.0600.

Revisão anual das serventias que fazem jus ao benefício da ajuda de custo previsto no inciso III do artigo 14 da Lei n. 175/1998;
Atualização do sistema de ressarcimento, a fim de aprimorar o controle realizado por esta Corregedoria nos atos gratuitos praticados e cadastrados pelas serventias (juiz de paz, ajuda de custo, CDA's);
Controle e pagamento do ressarcimento dos atos gratuitos dos juízes de paz no exercício de 2016 (Tabela 3):

Tabela 3: Ressarcimento dos Atos dos Juízes de Paz

MÊS	VALOR
Janeiro (1)	R$ 25.764,75
Fevereiro (2)	R$ 12.880,00
Março (3)	R$ 13.177,00
Abril (4)	R$ 12.971,00
Maio (5)	R$ 18.492,00
Junho (6)	R$ 29.601,00
Julho (7)	R$ 30.241,00
Agosto (8)	R$ 28.837,00
Setembro (9)	R$ 18.538,00
Outubro (10)	R$ 27.138,00
Novembro (11)	R$ 23.919,00
Dezembro	Pagamento pendente

TOTAL	**R$ 241.558,75**

Fonte: Setor de Selo – Núcleo IV.

(1) Referente a 609 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-12-2015 e 10-1-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2016.
(2) Referente a 280 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-1-2016 e 10-2-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2016.
(3) Referente a 286 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-2-2016 e 10-3-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2016.
(4) Referente a 282 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-3-2016 e 10-4-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.
(5) Referente a 402 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-4-2016 e 10-5-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.
(6) Referente a 640 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-5-2016 e 10-6-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.
(7) Referente a 657 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-6-2016 e 10-7-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.
(8) Referente a 627 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-7-2016 e 10-8-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.
(9) Referente a 403 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-8-2016 e 10-9-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.
(10) Referente a 590 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-9-2016 e 10-10-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.
(11) Referente a 520 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-10-2016 e 10-11-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

Disponibilização de 23.961.574 selos de fiscalização digitais para uso nas Serventias Extrajudiciais entre 1º-1-2016 e 30-11-2016 (Tabela 4):

Tabela 4: Selos Digitais Adquiridos pelas Serventias entre 1º-1-2016 e 30-11-2016

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Normal	21.383.787
D.U.T.	1.678.366
Escritura com Valor	131.759
Isento	767.662
TOTAL	**23.961.574**

Fonte: http://selo.tjsc.jus.br/pentaho/Home

Fornecimento de informações aos demais setores da Corregedoria, referentes ao ressarcimento dos atos gratuitos e ajuda de custo, somado à elaboração de relatórios e demais expedientes necessários;
Fornecimento de informações relativas aos selos de fiscalização para delegados, peritos, advogados e para a comunidade em geral;
Cancelamento de **3.481 selos digitais** e devolução de igual quantidade às serventias solicitantes, por motivo de erro operacional do sistema de informação ou desistência das partes pelo ato lavrado, entre 1º de janeiro e 30 de novembro de 2016;
Redisponibilização, em **431 oportunidades**, dos selos digitais adquiridos pelas serventias, em razão de problemas ocorridos no sistema utilizado no cartório, entre 1º de janeiro e 30 de novembro de 2016;
Anulação de **2.793 selos**, em razão de atos de qualquer natureza lavrados, pelas serventias, com erros, entre 1º de janeiro e 30 de novembro de 2016;
Elaboração de minutas de provimentos, circulares, comunicações internas, orientações e comunicados referentes às atribuições do Setor de Selo de Fiscalização;
Controle dos casamentos coletivos – em cujo bojo se levam aproximadamente 1.120 (mil cento e vinte) cerimônias - ocorridos em todo o estado;
Elaboração de informações, minutas de despachos, pareceres e decisões nos processos que aportaram no Setor de Selo de Fiscalização, que tenham por objeto o consumo e a utilização, nos atos, de selo de

fiscalização, e, ainda, nos processos que tenham por objeto ressarcimento de atos gratuitos e ajuda de custo;
Prestação de atendimento e orientação aos serventuários extrajudiciais, juízes, secretários de foro e jurisdicionados, pelos ramais telefônicos do Setor de Selo (2771 e 2772), relativa a matérias inerentes ao ressarcimento de atos gratuitos, à ajuda de custo e ao selo de fiscalização;
Respostas às consultas por meio do S@E e do endereço eletrônico cgj.selo@tjsc.jus.br, concernentes ao ressarcimento de atos gratuitos, ajuda de custo e selo de fiscalização; e
Participação da equipe do Setor de Selo de Fiscalização em inspeções correicionais realizadas nas serventias extrajudiciais do estado.

2.5. Núcleo V: Direitos Humanos

2.5.1. Considerações iniciais

No ano de 2016, o Núcleo V, encarregado de exercer orientação, fiscalização e controle das normas, procedimentos e serviços relacionados à infância e juventude, execução penal, violência doméstica, idosos, portadores de necessidades especiais e outros direitos fundamentais, passou por intenso redimensionamento das suas atribuições, haja vista a criação do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (Resolução TJ 07/2016), órgão ligado à Presidência do Tribunal, a absorver, entre outros misteres, a articulação de políticas públicas interinstitucionais nas áreas da justiça criminal, violência doméstica, execução penal e sistema socioeducativo.
A atuação do Núcleo V, nessa nova perspectiva, potencializou a continuidade de ações e projetos desenvolvidos pela Corregedoria que não implicassem sobreposição de competências. Ademais, merece ênfase a idealização de estudos e planos de trabalho voltados sobretudo a dotar os magistrados e equipes sociais de instrumentais, conhecimentos (rede social, entre outros) que repercutam positivamente no aperfeiçoamento do serviço judiciário, notadamente por afetar áreas de marcada vulnerabilidade social, com especial atenção às ocorrências de violação de direitos humanos.
Ao longo do ano, foram empreendidas providências de apoio, orientação e fiscalização do primeiro grau de jurisdição, voltadas a:

- Orientações sobre execução penal – formação do PEC, utilização do Sistema de Automação, utilização do módulo de histórico de partes do Sistema, questões atinentes aos benefícios da execução penal;
- Orientações gerais sobre infância e juventude – formação do Processo de Execução de Medida Socioeducativa (PEMSE), cadastro de adolescentes em conflito com a lei, remessa e arquivamento do PEMSE;
- Auxílio e suporte ao primeiro grau de jurisdição para a concretização da internação de adolescentes em conflito com a lei, nas questões pontuais e de urgência, sem prejuízo da participação nas reuniões que versem sobre o projeto de equacionamento das vagas e transferência de adolescentes, capitaneada pela Coordenadoria Estadual do Sistema Socioeducativo e Justiça Juvenil do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF);
- Orientações sobre a Resolução n. 154/2012, do CNJ. É realizada análise jurídica acerca das destinações de verbas pecuniárias previstas no referido ato normativo, na hipótese de consulta a esse respeito, em situações específicas e de maior impacto, uma vez que tramitam diversos procedimentos reunidos que envolvem o aprofundamento da regulamentação e eventual disponibilização de sistema a operacionalizar captação, destino e prestação de contas destes valores. As minutas de portarias, igualmente, são apreciadas pelo Núcleo V;
- Análise jurídica da legalidade das interdições de unidades prisionais do Estado, realizadas por magistrados de primeiro grau;
- Registro de denúncias sobre violações de direitos humanos (presencial e por meio eletrônico);

- Visitas aos centros de atendimento socioeducativo;
- Visitas e/ou inspeções aos estabelecimentos penais;
- Visitas às instituições que atendem pessoas com transtorno mental e/ou dependência de substâncias psicoativas, voltadas a adultos e com enfoque naquelas que admitem crianças e adolescentes; e
- Atuação como órgão auxiliar junto ao GMF, mediante participação em reuniões mensais ao longo do ano de 2016, com destaque aos projetos de expansão da audiência de custódia (14 comarcas), regulação da tornozeleira eletrônica, além de elaboração de resoluções conjuntas – Presidência e Corregedoria, aliado ao enfrentamento das questões afetas à superpopulação carcerária/interdições no sistema prisional catarinense.

2.5.2. Ações

Processo de Execução de Medida Socioeducativa – PEMSE
Tramita no Núcleo V procedimento cuja finalidade é a elaboração de orientação a compilar regras que disciplinem a formação, a tramitação e o arquivamento do Processo de Execução de Medida Socioeducativa (PEMSE). A construção deste instrumento aguarda os desdobramentos da liberação do fluxo da infância às demais comarcas do estado, conforme reunião realizada no último dia 29 de novembro de 2016, na qual foi ministrado curso sobre as funcionalidades do fluxo em teste, análise crítica, melhoramentos e plano de ação para sua expansão.

Grupo de trabalho sobre fluxos da infância e juventude
Trata-se de ação conexa ao PEMSE e absorvida pelo referido procedimento. À vista dos sucessivos pedidos das comarcas para disponibilizar o fluxo em teste, instou-se a DTI/CGINFO para que reativasse o grupo de trabalho e estudos outrora realizados, a fim de concluir o fluxo da infância com as melhorias sugeridas e viáveis de implementação pelo mencionado setor, em curto prazo. Convém enfatizar que o emprego de tais medidas dá-se sem prejuízo da elaboração do módulo infância e juventude, ambos voltados ao gerenciamento da rotina cartorária, priorizadas a automação e a otimização do serviço judiciário. Norteia-se, por igual, segundo os desdobramentos da reunião realizada no tópico anterior (29-11-2016).

Curso de Capacitação em Direitos Humanos
Solicitado e aprovado pela Academia Judicial. As aulas estão sendo elaboradas pela Academia Judicial.

Portarias n. 94 e 95, de 14 de janeiro de 2014, do Ministério da Saúde
A ação proposta tem por finalidade apreciar as atividades realizadas para a implantação do serviço de avaliação e acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no estado de Santa Catarina, conforme preconizam as Portarias n. 94 e 95, de 14 de janeiro de 2014, do Ministério da Saúde. Em 2016, pouco se evoluiu nas ações de implantação e execução do serviço pelo Poder Executivo (definição do local de trabalho e a nomeação de equipe – Equipe de Atenção Psicossocial (EAP)).
A Corregedoria aguarda o avanço do projeto para, na sequência, promover orientação com o propósito de elucidar o procedimento padrão que conduzirá a interlocução entre a equipe da EAP e a justiça do primeiro grau. O Núcleo V participou das reuniões ocorridas em 28-4-2016 e 30-6-2016.

Tramitação Direta dos Inquéritos Policiais
Encontra-se em estudo. Novas interlocuções são sopesadas com o Ministério Público, em razão da regulação pelo CNJ e da adequação de proposições ao SAJ.

2.5.3. Atividades

Distribuição de processos digitais
Concedeu-se prioridade aos feitos mais antigos e aos de maior urgência, de modo a compatibilizar o passivo e os feitos ingressados com as demais demandas. Segundo informações prestadas pela Assessoria de Informática, em 31-1-2016, o acervo de procedimentos em andamento no Núcleo V era composto por **153** procedimentos. Do SAJ, coletou-se que, durante o período compreendido entre 1-2-2016 e 1-12-2016, foram distribuídos ao presente Núcleo **136** novos procedimentos. Foram baixados, de acordo com esta mesma fonte, no interregno de 1º-2-16 a 1º-12-2016, **211** procedimentos. Nesse viés, emitiram-se **156** pareceres, **102** despachos, **16** circulares e **2** provimentos. Portanto, em 1-12-2016, subsistem para estudo **85** procedimentos.

Cartas de presos
Apreciação dos pleitos e elaboração de minutas. No que se refere às cartas de presos que aportaram no Núcleo V, seja por escrito, via painel ou por intermédio da ouvidoria do TJSC, ao todo **214** obtiveram resposta.

SPA's, processos físicos e expedientes
No período, foram apreciados (mediante elaboração de pareceres, expedientes e despachos): **8** processos físicos; **9** SPA's; **39** expedientes; e **12** ofícios.

Painel de atendimento
Apreciação dos questionamentos encaminhados e elaboração de minutas de respostas. Foram examinadas: **16** providências em fevereiro de 2016; **23** providências em março de 2016; **20** providências em abril de 2016; **29** providências em maio de 2016; **24** providências em junho de 2016; **19** providências em julho de 2016; **31** providências em agosto de 2016; **19** providências em setembro de 2016; **34** providências em outubro de 2016; e **18** providências em novembro de 2016, de maneira a totalizar **233** atendimentos.

E-mail, atendimento pessoal e telefônico
Foram realizados, em apoio e orientação ao primeiro grau e aos jurisdicionados, aproximadamente, **199** atendimentos. Dentre outros temas, merecem destaque os seguintes:

- PROVITA;
- Programa de proteção às crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM);
- Medida de segurança;
- Cadastros do CNJ/CNACL/Estrutura das varas;
- Internação compulsória;
- Familiares de pessoas presas;
- Internação de adolescente em conflito com a lei;
- Documentação respeitante a migrantes haitianos;
- Projeto Lar Legal;
- Maus tratos praticados em desfavor de adolescentes em centros de atendimento socioeducativo;
- Traslado de adolescente;
- Encaminhamento de adolescente à comunidade terapêutica;
- Projeto Despertar para a Leitura;
- Reconhecimento de paternidade; conselho da comunidade; e
- Certidão de antecedentes infracionais.

Promoveu-se a viabilização de estrutura, nesta Corregedoria, para realização de videoconferência que contemplou preso do Rio Grande do Sul e o cumprimento de carta precatória da Capital.

Revisão do CNCGJ

O Núcleo V compõe o Grupo de Trabalho destinado à revisão do CNCGJ e, nesse desiderato, couberam-lhe a análise e a proposta de redação dos artigos 307 a 412. Outrossim, revisou o trabalho desempenhado pelo integrante do Núcleo III (artigos 98 a170). Ao todo, o Núcleo participou de **22** reuniões atinentes a essa atividade.

Participação em reuniões, seminários, congressos e eventos

Atuação como participante em **94** reuniões no estado de Santa Catarina, sem prejuízo da presença nos seguintes eventos:

- Prisão Cautelar – evento que contou com a participação do Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ocorrido na Academia Judicial em 8-4-2016;
- Debate sobre o sistema socioeducativo, na ALESC, em 18-4-2016;
- Congresso Audiência de Custódia, ocorrido no Tribunal de Justiça da Bahia, dos dias 24 a 27-2-2016;
- XVIII FONAJUV – Fórum Nacional da Justiça Juvenil, na Escola Superior de Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC), de 3 a 4-3-2016;
- II Seminário sobre tortura e violência no sistema prisional e no sistema de execução de medida socioeducativa, realizado no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, dos dias 22 a 24-6-2016;
- VIII Encontro Nacional de Magistrados da Infância e Juventude, na ESMESC;
- Banca de monografia na Academia Judicial;
- 13° Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção de SC, em Joinville;
- Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura – Turma 2016;
- Aula referente à disciplina Atos Infracionais, com visita guiada ao Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) da Grande Florianópolis;
- 3° Fórum Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
- Seminário Alusivo aos 125 anos do TJSC;
- 4ª Mostra das Boas Práticas no Judiciário catarinense;
- Mesa de abertura do evento alusivo ao Dia Internacional do Idoso, na Unisul;
- II Simpósio de Direito Humanos, realizado na ESMESC;
- Curso de Gestão – palestra de Maurício Pereira, na Academia Judicial; e
- 73° ENCOGE, ocorrido em São Paulo, de 23 a 25 de novembro de 2016.


Visita dos magistrados ao CASE da Grande Florianópolis. Foto: Adriana Kátia Ternes Moresco.

Inspeções e visitas

Durante o ano de 2016, a Juíza Corregedora do Núcleo V e a Secretária de Direitos Humanos, com o propósito de acompanhar a equipe do GMF nas inspeções às unidades prisionais interditadas e aferir a viabilidade e condições para expansão da audiência de custódia, visitaram os seguintes estabelecimentos:

- Presídio Feminino Capital – 8-3-2016;
- Unidade Prisional Avançada (UPA) de Imbituba – 6-6-2016;
- Presídio de Araranguá – 7-6-2016;
- Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) – 14-6-2016;
- Presídio Regional de Biguaçu – 20-6-2016;
- Presídio Regional de Tijucas – 28-6-2016;
- UPA de Itapema – 28-6-2016;
- Presídio Regional de Blumenau – 12-7-2016;
- Penitenciária Industrial de Blumenau – 12-7-2016;
- UPA de Indaial – 13-7-2016; e
- UPA de Brusque – 13-7-2016;

Além do acima referendado, realizou-se visita à Central de Penas Alternativas em março de /2016 e à UPA de São Francisco do Sul em 11-7-2016.

Em maio de 2016, visitou-se a Vara da Infância e Juventude da comarca da Capital para arrecadar substratos às ações do PEMSE e do fluxo da infância e juventude.

Ainda, no sistema da justiça juvenil, foram feitas inspeções nos seguintes centros de atendimento socioeducativo: Centro de Atendimento Socioeducativo da Grande Florianópolis (CASE), em 21-9-2016 e 28-9-2016; Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório de Criciúma (CASEP, em 6-10-2016; e Plantão de Atendimento Inicial da Capital (PAI), em 6-10-2016.



Visita ao CASEP de Criciúma. Foto: Adriana Kátia Ternes Moresco.

Em 16-9-2016, procedeu-se à visita à comarca de Tijucas, com o fim de apoiar e orientar a Vara Criminal. Os encaminhamentos foram endereçados ao CGINFO e ao Conselho de Segurança do TJSC.
Em 14-11-2016, foi realizada visita para oitiva das adolescentes internadas no Centro de Internação Feminina (CIF) da Capital, conjuntamente com o GMF.

2.5.4. Projetos

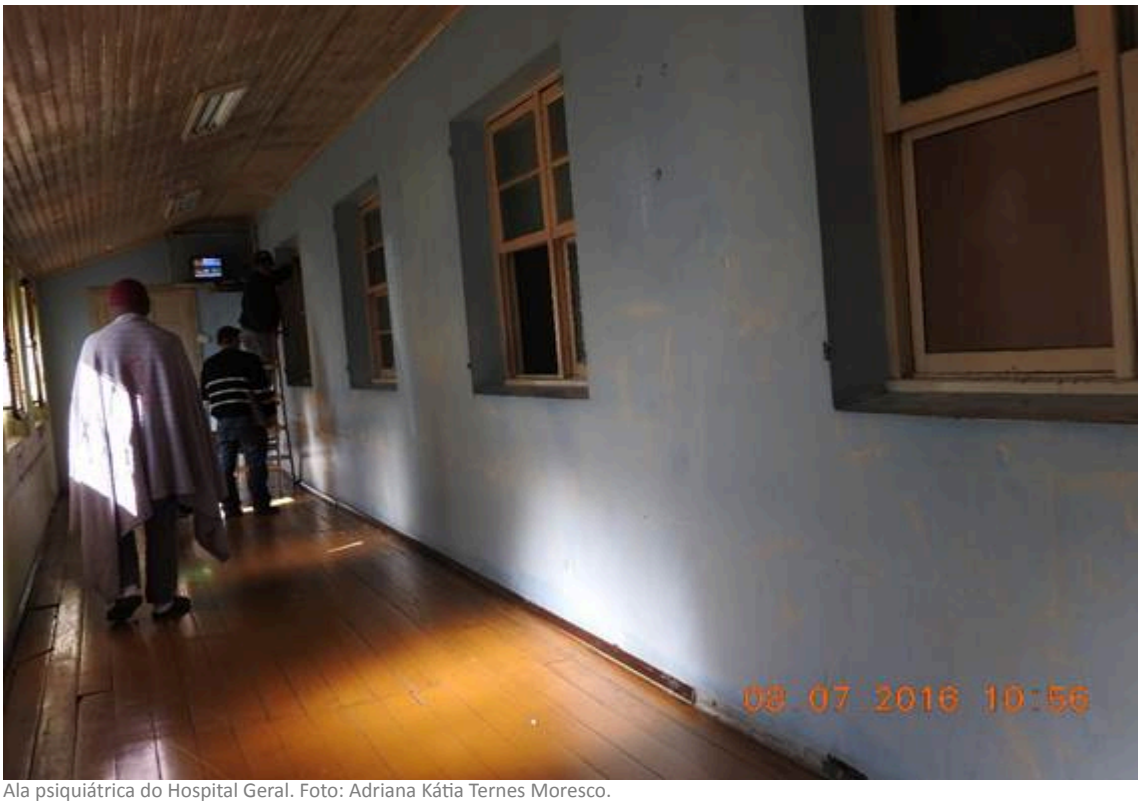
Resolução CNJ n. 154, de 13 de julho de 2012
Em andamento no Núcleo V, sobre o assunto, tramitam os autos n. 0012421-08.2012, n. 0013615-09.2013, n. 0002001-36.2015 e n. 0001497-30.2015, reunidos para aprimorar o Provimento n. 6, de 30 de julho de 2014, e com o fito de operacionalização da Resolução CNJ 154/2012.
Durante o ano de 2016, questionaram-se os magistrados com competência criminal acerca de eventual disponibilidade financeira, no tocante à efetiva destinação dos recursos angariados, ao perfil dos beneficiários e às boas práticas experimentadas. Em concomitância, está sendo estudado o uso de sistema informatizado idêntico ao utilizado pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), inclusive já apresentado a este Tribunal de Justiça e de aplicabilidade elogiável. A temática segue em estudo.

Saúde mental – internação compulsória
O projeto foi idealizado para assessorar magistrados nas situações de internações compulsórias e garantir o direito do paciente à saída do estabelecimento de saúde, obtido por intermédio de alta médica. Nesse viés, propõe-se a difundir espaços de tratamento existentes, com especificação do atendimento às exigências legais, de modo a instrumentalizar o juiz quanto à avaliação da sua (in) adequação ao cumprimento da ordem judicial.
Em síntese, foram visitados os seguintes hospitais com leitos psiquiátricos:

- Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina (IPQ), sediado em São José, em 19-5-2016;
- Hospital Rio Maina, sediado em Criciúma, em 8-6-2016;
- Clínica Reviver, situada em Ibicaré, em 5-7-2016;
- Hospital Hélio dos Anjos Ortiz, de Curitibanos, em 6-7-2016;
- Hospital de Caridade Nossa Senhora dos Prazeres, em Lages, no dia 7-7-2016;
- Hospital Infantil, localizado em Joinville, em 21-9-2016;

- Verde Vale, de Jaraguá do Sul, em 23-9-2016;
- Grupo de Apoio Psiquiátrico (GAP) – clínica psiquiátrica –, em Itajaí, na data de 13-10-2016;
- Equilíbrio Hotelaria Protegida – Conviver Residência Inclusiva –, em Balneário Piçarras, no dia 14-10-2016;
- Clínica Terapêutica Ouro Verde, de Camboriú, em 19-10-2016;
- Harmony Residência Inclusiva, de Camboriú, em 19-10-2016;
- Hospital Bom Jesus dos Passos, em Laguna, no dia 25-10-2016;
- Hospital Henrique Lage, situado em Lauro Müller, na data de 26-10-2016; e
- Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Urussanga, em 26-10-2016.

Sobre o projeto, foi realizada reunião com os assessores da comarca de Ituporanga.
O cronograma de visitas foi encerrado no prazo firmado de início, vale citar, final do ano de 2016.



Ala psiquiátrica do Hospital Geral. Foto: Adriana Kátia Ternes Moresco.

Saúde Mental – atendimento à saúde mental da criança e do adolescente
O projeto intenta identificar as condições de atendimento dirigidas à criança e ao adolescente com transtorno mental e/ou dependente de substâncias psicoativas, nos locais de atendimento existentes em todo o estado catarinense. Os resultados são divulgando aos magistrados de primeiro grau e bem assim à Equipe Social das Comarcas, de modo a franquear-lhes informações das instituições, suas condições, atendimentos das normativas de funcionamento, com vistas a possibilitar encaminhamentos nesta área e eventuais ações de controle e fiscalização, caso constatadas violações de direitos da referida população.
Nessa perspectiva, e a considerar, outrossim, a prioridade de atendimento à criança e ao adolescente, bem como a constatação de inúmeras determinações de medidas protetivas para tratamento de saúde de adolescentes - em virtude, sobremaneira, de intercorrências provenientes do uso abusivo de álcool e drogas -, foi priorizado no Núcleo V, durante o ano de 2016, a identificação de Comunidades Terapêuticas que recebem adolescentes para acolhimento/tratamento.
Com esse desiderato, foram visitadas as 24 Comunidades Terapêuticas que noticiaram ter como público-alvo adolescentes nas situações descritas. A seguir, elencam-se referidas comunidades:

- Fazenda da Esperança, sediada na Capital, em 3-6-2016;
- Ômega e Desafio Jovem, sediadas em Criciúma, em 8-6-2016;

- Centro de Reabilitação Humana do Vale Araranguá – Fazenda São Jorge (ala feminina) –, Centro de Reabilitação Humana do Vale Araranguá – Fazenda São Jorge (ala masculina) –, ambas sediadas em Araranguá, na data de 7-6-2016;
- Deus Está Aqui, sediada em Içara, em 7-6-2016;
- Casa de Recuperação Água Viva (CRAVI), situada em Curitibanos, no dia 6-7-2016;
- Casa da Providência Centro de Espiritualidade, de Lages, em 7-7-2016;
- Centro de Recuperação Nossa Senhora Aparecida (CRENSA), também de Lages, em 7-7-2016;
- Centro de Recuperação Nova Esperança (CERENE) de Blumenau e Ituporanga, em 12-7-2016 e 24-8-2016, respectivamente;
- Alto Vale, situada em Chapadão do Lageado, no dia 25-8-2016;
- Instituto Redenção – Picolo Paradise (ala masculina) –, de Biguaçu, em 5-9-2016;
- Associação para Recuperação de Alcoólatras e Toxicômanos (APRAT) (ala masculina), situado em Joinville, 21-9-2016;
- Rosa de Saron (ala feminina), em Joinville, no dia 22-9-2016;
- CERENE (ala masculina), em São Bento do Sul, na data de 22-9-2016;
- Centro de Tratamento Alternativo Provida (ala masculina), de Itajaí, em 13-10-2016;
- Centro de Recuperação e Reabilitação Resgate Dominante Conviver (ala feminina), de Itajaí, em 13-10-2016;
- Comunidade Apoio Vitória (ala masculina), em Itajaí, no dia 13-10-2016;
- Sítio Caminho Novo, situado em Balneário Piçarras, em 14-10-2016;
- Bom Sucesso – Instituto Redenção Caetés (ala feminina) –, localizado em Camboriú, em 19-10-2016;
- Centro de Apoio ao Dependente Químico (CADQ), de Tubarão, em 25-10-2016;
- CERENE de Palhoça, em 6-12-2016;
- Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoolistas (CRETA), situado em Palhoça, em 6-12-2016.

O cronograma de visitas, da mesma forma, foi encerrado no prazo estipulado.

Apoio às equipes de assistentes sociais

O projeto busca oferecer apoio às atividades da equipe social forense, mormente no que tange ao acesso à rede de serviços assistenciais e de saúde, de forma a orientá-las sobre facilitadores de trabalho, programas estaduais e providências em estudo no setor. As profissionais foram instadas pela Secretária de Direitos Humanos, em 2016, a fim de que elencassem as principais demandas e busca por auxílio. Suscitou-se, entre outras, a preocupação com a sobrecarga de trabalho; a avaliação em conjunto com a associação sobre a implantação do Depoimento sem Dano nas comarcas – mediante a definição de critérios para resguardar a criança, o treinamento etc. –; atualizações solicitadas – atendimento ao idoso, nova lei da deficiência, novo CPC –; novas frentes de atuação – destinação de verbas de transações penais, audiências de custódia –; informação sobre o Projeto Saúde Mental – internações compulsórias e determinação para tratamento da drogadição –; inclusão de novas informações no questionário de avaliação da CGJ feita junto ao serviço social, que pudessem auxiliá-las no desempenho de suas funções. O cronograma de visitas aos grupos regionais foi iniciado em 27-10-2016, e foi eleita a Região do Vale do Itajaí.

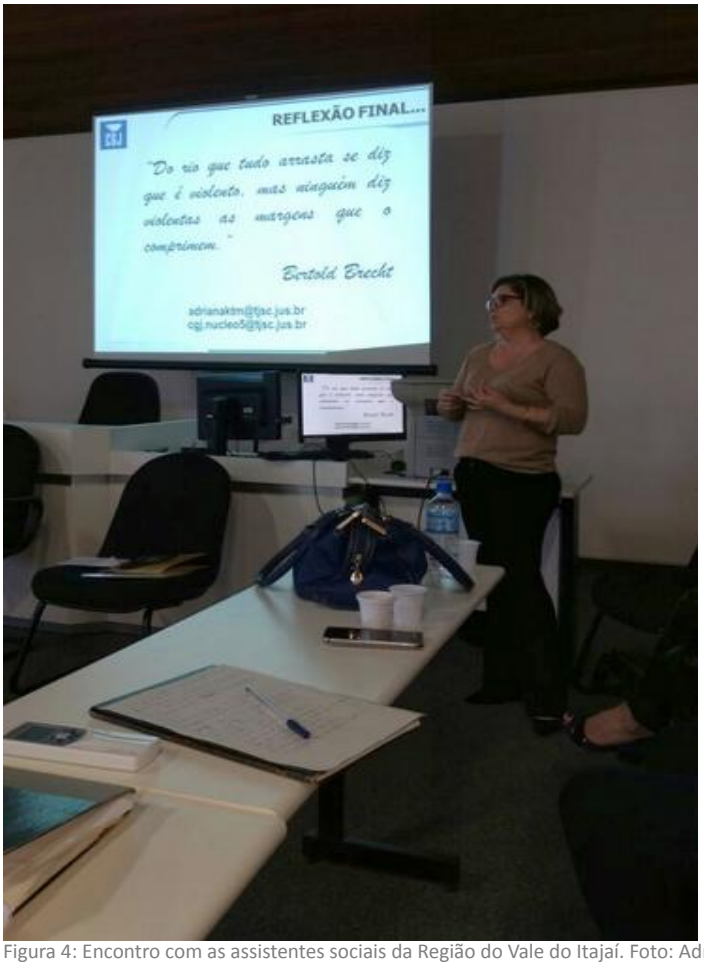


Figura 4: Encontro com as assistentes sociais da Região do Vale do Itajaí. Foto: Adriana Kátia Ternes Moresco.

3. COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO (CEJA)

3.1. Apresentação

O presente relatório contém informações acerca das atividades desenvolvidas pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA) no período de janeiro a novembro de 2016.
Além dos dados relacionados às adoções nacionais, internacionais e às crianças/adolescentes em programas de acolhimento, detalhamos as demais atribuições da CEJA, que são: habilitação de pretendentes estrangeiros; acompanhamento das adoções internacionais; gestão dos cadastros, Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo (CUIDA) e do CNJ (Cadastro Nacional de Adoção e Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas); organização de eventos; inspeções aos programas de acolhimento, afora as demais que constam detalhadas no presente relatório.

3.2. Atribuições

- Recebimento e processamento de pedidos de habilitação formulados por estrangeiros;
- Elaboração de pareceres nos processos de habilitação para adoção internacional;
- Manutenção e gerenciamento dos Sistemas do CNJ;
- Manutenção e gerenciamento do CUIDA;
- Apoio técnico às assistentes sociais que atuam na área da Infância e da Juventude, na forma de repasse de documentos, material bibliográfico, estatísticas, entre outros;
- Organização de eventos como seminários e encontros inter-regionais destinados à formação de grupos de apoio à adoção; encontros regionais com representantes de entidades de acolhimento, além de capacitação de técnicos que atuam na infância e juventude;

- Acompanhamento aos programas de acolhimento institucional mediante visitas de supervisão, reuniões, treinamentos entre outros;
- Elaboração de estatísticas e relatórios avaliativos das ações das entidades de acolhimento;
- Elaboração de material informativo relacionado à adoção;
- Entrevistas de orientação acerca dos procedimentos necessários à adoção, com interessados estrangeiros e, eventualmente, com brasileiros;
- Acompanhamento das crianças/adolescentes adotados por estrangeiros no período determinado de dois anos, por meio da análise de relatórios e documentos remetidos pelos setores técnicos no exterior; e
- Apresentação das crianças/adolescentes, em condições de serem adotados e sem chances de adoção no Brasil, para pretendentes estrangeiros cadastrados na Comissão, com o objetivo de encaminhá-las para adoção internacional.

3.3. Projetos/Atividades

Cadastro único Informatizado de Adoção e Abrigo (CUIDA)
Toda movimentação no sistema de cadastro de crianças em condições de adoção, de pretendentes à adoção e de entidades de acolhimento (abrigos) é monitorada pela CEJA, assim como o treinamento aos usuários e fornecimento das respectivas senhas de acesso. Também é responsabilidade da Comissão gerar estatísticas com base nas informações inseridas, para subsidiar magistrados e técnicos das varas da infância e da juventude do estado.

Sistemas do Conselho Nacional de Justiça

- Cadastro Nacional de Adoção (CNA); e
- Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA).

Na qualidade de órgão gestor dos aludidos cadastros, e assim como ocorre com o sistema estadual (CUIDA), a CEJA monitora as informações inseridas, é responsável pela liberação de senhas aos usuários, produz estatísticas, e acompanha toda a movimentação dos sistemas como forma de mantê-los atualizados.

Projeto de Acompanhamento e Inspeção às Entidades de Acolhimento
As inspeções aos serviços de acolhimento são realizadas a partir de cronograma prévio encaminhado ao Desembargador Corregedor-Geral da Justiça.
A programação de visitas no ano de 2016 ocorreu bimestralmente, alcançando grande parte das regiões do estado, conforme demonstra o cronograma:

INSPEÇÕES REALIZADAS EM 2016	
PERÍODO	**REGIÕES**
7-3-2016 a 11-3-2016	Região Oeste e Extremo Oeste
14-6-2016 a 16-6-2016	Vale do Itajaí
11-7-2016 a 14-7-2016	Região Norte
27-7-2016 a 29-7-2016	Alto Vale

Fonte: CEJA, 2016.

COMARCA	Nº DE INSTITUIÇÕES	FAMÍLÍA ACOLHEDORA
Araquari	1	
Mafra	1	
Balneário Camboriú	2	
Mondaí	1	

Navegantes	1	
Papanduva	2	
Pinhalzinho	0	3
Camboriú	3	
Porto União	1	
Campos Novos	2	
Canoinhas	1	
Rio do Sul	1	
Rio Negrinho	1	
Chapecó	4	4
São Miguel Oste	1	3
Taió	1	
Trombudo Central	1	
Xanxere	2	
Ipumirim	1	
Itajaí	3	
Ituporanga	1	

Fonte: CEJA, 2016.

Eventos/Treinamentos

- 13º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Joinville, nos dias 15 e 16 de setembro, realizado juntamente com a Academia Judicial;
- 2º Seminário: Ações da Justiça da Infância e da Juventude no primeiro e no segundo Grau, realizado na Academia Judicial, no dia 5 de setembro;
- Participação na XX Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, realizada nos dias 21 e 22 de março de 2016 em Brasília – DF; e
- Participação em reunião de discussão sobre o Cadastro Nacional de Adoção do CNJ, realizada nos dias 17 e 18 de novembro de 2016.

3.4 Dados Estatísticos

Sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional

- 1 sessão realizada;
- 7 processos julgados: 6 de pretendentes italianos e 1 francês.

Adoções realizadas

Em 2016, 549 ações de adoção foram sentenciadas procedentes: 542 delas nacionais, e 7, internacionais. Destaca-se que as 7 adoções internacionais realizadas correspondem, na verdade, a 14 crianças, uma vez que integram grupos de irmãos.

Pretendentes habilitados

- Pretendentes habilitados: 2.586.
  - Residentes em Santa Catarina: 2.480 – 95,9%; e
  - Estrangeiros: 106 – 4,1%.

Serviços de Acolhimento

Registrou-se 189 Serviços de Acolhimento nas seguintes modalidades:

- 89 Abrigos Institucionais (47%);
- 59 Famílias Acolhedoras (31,2%);
- 33 Casas Lares (17,5%); e

- 8 Casas de Passagem (4,3%).

Crianças/adolescentes acolhidos
Registrou-se, em 2016, 1.425 crianças/adolescentes acolhidos: 725 delas do sexo feminino (50,87%); e 700 do sexo masculino (49,13%), com a seguinte faixa etária:

- 0 a 5 anos: 392 – 27,51%;
- 5 a 10 anos: 314 – 22,03%; e
- Acima de 10 anos: 718 – 50,38%.

Grupos de Apoio à Adoção em Santa Catarina
Atualmente, existem, 24 Grupos de Apoio à Adoção em Santa Catarina, criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela CEJA.

Proposta de atividades e eventos para 2017

- 14º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Blumenau, nos dias 20 a 22 de setembro de 2017;
- 3º Seminário: Ações da Justiça da Infância e da Juventude no primeiro e segundo Grau, com data a definir;
- Dar continuidade às inspeções aos programas de acolhimento, conforme a tabela a seguir:

PROPOSTA DE INSPEÇÕES PARA 2017	
PERÍODO	**REGIÕES**
13-2-2017 a 17-2-2017	Sul
6-3-2017 a 10-3-2017	Extremo Oeste
27-3-2017 a 30-3-2017	Grande Florianópolis
4-5-2017 a 8-5-2017	Oeste
19-6-2017 a 23-6-2017	Norte
7-8-2017 a 11-8-2017	Serrana
7-9-2017 a 11-9-2017	Centro Norte
16-10-2017 a 20-10-2017	Vale do Itajaí

Fonte: CEJA, 2016.

4. SECRETARIA DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Durante o ano de 2016 a Secretaria desenvolveu as atividades elencadas no artigo 26, incisos I a XXII, do Regimento Interno da CGJ, a destacar-se:

- Assessoramento ao Desembargador Corregedor-Geral da Justiça, aos Juízes Corregedores e aos servidores em questões administrativas;
- Planejamento e controle do orçamento da CGJ;
- Controle do quadro funcional da CGJ e dos procedimentos relacionados à inclusão e à exclusão de servidores, estagiários e terceirizados;
- Formulação da escala de férias dos servidores para o ano de 2017 e da escala de plantão para o período de recesso;
- Controle das promoções por desempenho e das avaliações de estágio probatório dos servidores lotados na CGJ;
- Avaliação e acompanhamento de férias, licenças, folgas decorrentes do serviço eleitoral e afastamentos de natureza diversa do corpo funcional da CGJ;
- Acompanhamento da carga horária realizada pelos servidores da CGJ;
- Avaliação mensal dos serviços prestados pelos terceirizados;

- Gestão patrimonial dos bens da CGJ;
- Apoio ao corpo funcional no que concerne ao fornecimento de materiais, equipamentos de informática e telefonia móvel celular, administração de espaços físicos, solicitação de serviços à Divisão de Artes Gráficas, entre outros;
- Seleção de veículo e de Agente Operacional de Serviços Diversos (AOSD) para correições judiciais, extrajudiciais e deslocamentos internos;
- Organização do plantão dos AOSD e controle da manutenção dos veículos vinculados à CGJ;
- Administração dos serviços de manutenção da estrutura física da CGJ, tais como reparos, instalações e solicitação de confecção de chaves;
- Levantamento da necessidade de cursos e consulta de interessados para solicitação junto à Academia Judicial;
- Agendamento de reuniões e disponibilização de recursos (microcomputador, projetor e serviço de copa) para as suas realizações;
- Solicitação de serviços à Divisão de Serviços Gerais (limpeza, abastecimento de água, copos descartáveis etc.);
- Controle da utilização e limpeza do refeitório da CGJ;
- Acompanhamento dos processos no SPA;
- Acompanhamento dos processos no Painel Eletrônico;
- Acompanhamento e encaminhamento de documentos no sistema do Malote Digital;
- Assinatura eletrônica de certidões no SAJ-5 da CGJ e no programa Assinador; e
- Elaboração de documentos no SAJ-5 da CGJ.

4.1 Divisão Administrativa

Dentre as atividades da Divisão Administrativa contidas no artigo 29 e seguintes do Regimento Interno da CGJ, compreendendo a Seção de Expediente e Serviços Gerais, a Seção de Arquivo, Documentação e Publicações e a Seção de Protocolo e Digitalização, foram praticados os seguintes atos e funções:

- Registro de 1.417 processos digitais no SAJ-5/CGJ, além de cadastros de processos digitais no SPA e Central de Atendimento;
- Requisições de serviços;
- Controle dos provimentos, circulares, portarias, requisições de compras;
- Digitalização de processos e documentações;
- Elaboração de ofícios e circulares;
- Encaminhamento de matérias e controle de publicação no Diário da Justiça eletrônico;
- Controle da movimentação de processos (físicos e digitais) e outros papéis registrados;
- Prestação de informações sobre a tramitação de processos, à exceção daqueles de caráter sigiloso;
- Abertura de vista dos processos administrativos às partes ou procuradores munidos do respectivo mandato, e confecção a estes da carga dos autos quando deferida pelos Juízes Corregedores, pelo Corregedor ou Vice-Corregedor-Geral da Justiça;
- Registro e controle dos requerimentos, reclamações e demais expedientes que derem entrada na Corregedoria;
- Requisições e controle do material de expediente e de consumo da Corregedoria;
- Fornecimento de material solicitado pelos demais setores da Corregedoria, e registro de sua distribuição;
- Encaminhamento de processos físicos e ofícios arquivados para o Arquivo Central, conforme a tabela de temporalidade do TJSC; e
- Controle de entrada e saída dos processos que lhe são encaminhados, com a lavratura dos termos competentes.

4.2. Divisão Judiciária

Ressalta-se, abaixo, as principais atividades desenvolvidas pela Divisão Judiciária:

- Utilização do SAJ/Estatística como fonte de dados para alimentação das metas do CNJ. No ano de 2016, as metas 3 e 5 foram geradas pela Assessoria de Informática da CGJ, com roteiro elaborado pela Divisão, diretamente na base de dados do SAJ/PG;
- Implantação, no início de setembro/2016, do Sistema SerasaJud. O Sistema introduziu melhorias significavas aos servidores e magistrados, ao permitir que as solicitações de inclusão de restrição, de levantamento temporário ou definitivo de restrição, e de informações cadastrais se dê exclusivamente on-line;
- Utilização do Sistema Hermes – Malote Digital e Central de Atendimento da CGJ para o recebimento e envio de informações;
- Continuidade do procedimento de emissão de certidões de antecedentes criminais, em que a assinatura é efetuada de modo digital pelo Senhor Secretário da CGJ;
- Suporte diário, via de telefone, e-mail e malote digital acerca da confecção de mandados de prisão a comarcas deste Poder Judiciário;
- Verificação, conferência e correção dos mandados de prisão ativos/inativos junto ao banco de dados desta Corregedoria e que constavam indevidamente vinculados no Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) e no Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP);
- Fiscalização mensal do preenchimento de informações junto ao Sistema de Plantão Judicial da Justiça de Primeiro Grau dos magistrados e das Turmas Recursais, com intuito de averiguar a correta inserção de dados junto ao referido sistema pelos Secretários do Foro;
- Conferência junto ao SAJ/PG das informações contidas no histórico de partes relativas aos condenados, com o intuito de sanar eventual erro no preenchimento de informações e, por conseguinte, garantir o envio correto dessas informações ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), por intermédio do Sistema Integra, bem como ao rol de antecedentes deste Tribunal. Salienta-se que, constatadas quaisquer incompatibilidades entre os sistemas referidos, estas são sanadas mediante o envio das soluções aos chefes de cartório para as devidas correções;
- Atuar em conjunto à Diretoria de Recursos e Incidentes, no que tange ao controle e gerenciamento dos registros das decisões de revisões criminais nas comarcas;
- Acompanhamento dos sistemas do CNJ: Interceptações Telefônicas (Sistema SNCI), Inspeções em Estabelecimentos Penais (Sistema CNIEP) e Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade (Sistema CNIUIS); e
- Controle, junto ao SAJ/PG, dos prazos de processos de réus presos provisoriamente. Em atendimento ao artigo 6º da Resolução n. 66/2009 do CNJ, bimestralmente é feito o monitoramento dos processos de réus presos que estão paralisados há mais de 100 dias.

Quanto às atividades rotineiras da Divisão apresentam-se, a seguir, alguns números indicativos:

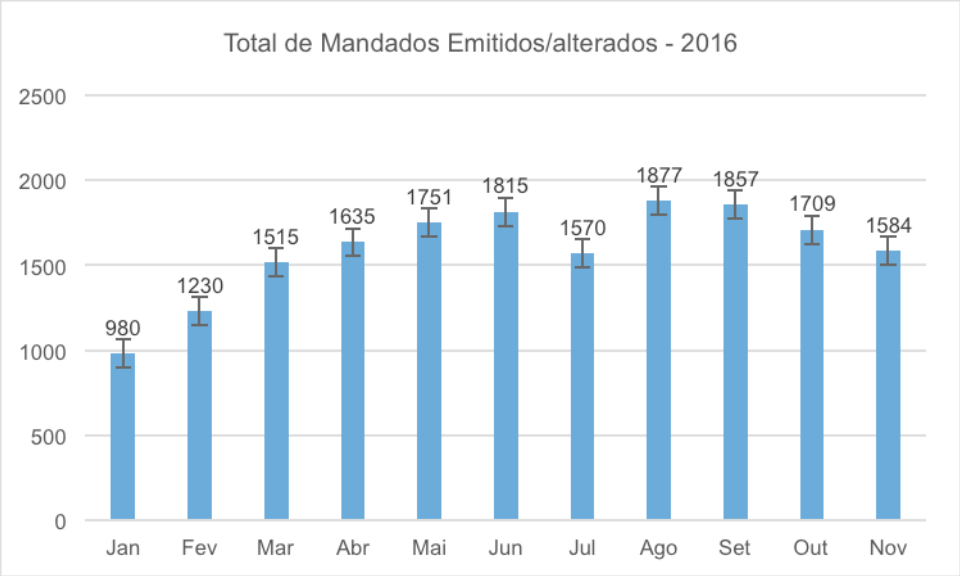
- Atendimentos realizados pela Seção de Gerenciamento dos Aplicativos Internos, via correio eletrônico:

SISTEMA	QUANTIDADE DE E-MAILS RESPONDIDOS
SAT	509
Sistemas CNJ	954
FCDL	875
BacenJud	1.859
Jurisdição Delegada	1.452
SISP	3.046
INFOSEG	718
Infojud	151

RENAJUD	1.181
SERASAJUD	105
Aprimorar	36
TOTAL	**10.886**

Fonte: Divisão Judiciária, 2016.

- Gerenciamento contínuo do banco de dados de mandados de prisão emitidos, com a contabilização do seguinte movimento:



- Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos): 97;
- Relatórios de promoção/remoção/opção – juízes inscritos: 616;
- Fornecimento de certidões de antecedentes criminais: 234; e
- Informações prestadas em processos administrativos e atendimento de solicitações dos núcleos e setores externos à CGJ (criação de varas, alteração de competências das unidades, levantamentos estatísticos etc.): 458.

As informações relativas ao movimento forense da Justiça do Primeiro Grau e das Casas da Cidadania seguem como **anexo I** e **anexo II**, respectivamente.

4.3 Assessoria Técnica Correicional

Apresentam-se, abaixo, as atividades desenvolvidas pela Assessoria Técnica Correicional no ano de 2016:

- Esclarecimentos e orientações em questões relacionadas ao foro judicial, inclusive reclamações e queixas relativas às unidades judiciárias de primeiro grau de jurisdição, pela Central de Atendimento, por e-mail, presencialmente e por telefone. Destaca-se que foram respondidas 508 consultas/questionamentos, exclusivamente, por meio da Central de Atendimento;
- Atendimento a dúvidas dos usuários relativas ao CNCGJ. Nesse tocante, esta Assessoria participou da atualização do referido código, em face da entrada em vigor do NCPC e da implementação do processo eletrônico;
- Monitoramento de situações específicas vinculadas a processos administrativos, bem como busca de dados solicitados pelo Juiz Corregedor do Núcleo I;
- Acompanhamentos especiais: promover o acompanhamento de algumas situações especiais, decorrentes de determinações do Desembargador Corregedor;

- Cooperação com a Academia Judicial na revisão dos materiais elaborados pelos conteudistas, para cursos de educação à distância: curso do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) – gerenciamento de rotinas;
- Assessoramento aos Núcleos desta CGJ nas atividades pertinentes ao setor;
- Participação em reuniões mensais que visam a criar padrões de comportamento do SAJ-5, que adotam como base as dúvidas dos usuários na utilização do processo eletrônico;
- Auxílio na identificação de indicadores e viabilidade técnica de captura de dados, no Projeto APRIMORAR – Plano de Gestão das Unidades Judiciárias, bem como participação em workshop do referido projeto, realizado nos meses de setembro e novembro de 2016, na Academia Judicial;
- Acompanhamento do Projeto Mês do Ajuste Estatístico da Justiça de Primeiro Grau;
- Instruções processuais e visitas técnicas às unidades judiciárias de primeiro grau;
- Participação nas correições virtuais e presenciais realizadas pela Corregedoria. No ano de 2016, a assessoria técnica correicional acompanhou a Juíza Corregedora do Núcleo III nas atividades de correição em 60 comarcas. Nessas comarcas foram realizadas correições em 160 unidades, quais sejam 152 varas e 8 setores administrativos, de forma mista, virtual/presencial. Desse total, 42 correições foram presenciais e 118 foram virtuais;
- Estudos para constantes atualizações e aprimoramento dos relatórios correicionais;
- Tutoria de 26 novos chefes de cartório nomeados, a considerar que esta Assessoria permaneceu à disposição dos referidos servidores para orientações e esclarecimento de dúvidas. Nesse aspecto, esclarece-se que foram deflagrados 26 processos (pedidos de providências), relativos ao projeto de tutoria dos novos chefes de cartório;
- Transmissão do acervo da 2ª Vara Cível da comarca de São José, mercê da estatização da serventia judicial não oficializada, sob a responsabilidade da CGJ e coordenação da ATC, no período de 16 a 19 de agosto de 2016, nos autos n. 0001044-98.2016.8.24.0600, em que foi realizado o levantamento completo de todo o acervo da unidade, tais como: processos, livros obrigatórios, pastas e documentos, instalações, móveis e equipamentos, ocorrências e, por fim, realizado o termo de entrega da unidade ao Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Acompanhamento do projeto CGJ APOIA (grupo de apoio às unidades do primeiro grau de jurisdição), em desenvolvimento pelo Núcleo II;
- Acompanhamento e participação nas definições e desenvolvimento do projeto de Prontuário das Unidades;
- Acompanhamento e participação nas definições do Projeto do Cadastro Controlado;
- Acompanhamento e definições da implementação das correições nas Turmas de Recursos, bem como realização de correição em duas Turmas de Recursos da comarca da Capital;
- Acompanhamento do projeto de estudos das correições nas Divisões de Tramitação Remota (DTR);
- Participação nos estudos para definição da quantidade de servidores nas unidades judiciárias do primeiro grau de jurisdição;
- Participação na Comissão de Estudos da implementação do CEJUSC em todo o estado, com a criação de fluxo próprio junto ao SAJ-5;
- Participação na Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD): a ATC integra esta comissão do TJSC que analisa a tabela de temporalidade do CNJ, bem como a tabela de temporalidade dos documentos judiciais e administrativos desta Corte;
- Participação no grupo de trabalho do Projeto SPA: ATC integra o grupo de trabalho que estuda o projeto de expansão do uso do Sistema de Processos Administrativos Eletrônicos, sob a gestão da Assessoria de Planejamento (Asplan);
- Participação no grupo de trabalho de análise e replicação dos fluxos do SAJ-PG;
- Participação no grupo de estudo do Teletrabalho: a ATC integra o grupo de trabalho que estuda a fixação de metas para o Teletrabalho;

- Participação no grupo de trabalho de Comunicação Institucional: a ATC integra o grupo de trabalho que estuda estratégia de publicação e comunicação institucionais do primeiro grau;
- Realização de videoconferência decorrente de correição virtual com a 3ª Vara Cível da comarca de Blumenau, cuja finalidade consistia no cumprimento do projeto de implementação desta modalidade de ferramenta no âmbito das correições.

4.4. Assessoria de Custas e Emolumentos

Atendimentos a consultas (telefone, e-mail, Pandion, pessoal ou Central de Atendimento da CGJ)
Com a edição da Portaria CGJ n. 32/2015, que implementou a Central de Atendimento Eletrônico da CGJ, os procedimentos para formalização de dúvidas reclamações e sugestões à Corregedoria passaram a ser encaminhados pelo endereço eletrônico http://cgjweb.tjsc.jus.br/atendimento/. Contudo, apesar dessa centralização, a Assessoria de Custas continua resolvendo situações emergenciais pelo Pandion e respondendo mensagens eletrônicas enviadas diretamente ao setor, porque os consulentes são servidores do Tribunal de Justiça, ou de outras entidades, ou usuários que não conseguem anexar documentos pela Central de Atendimento.

Foro Judicial e Extrajudicial
A Assessoria de Custas atendeu a 1.766 pessoas para esclarecimentos acerca de custas iniciais/complementares/intermediárias/finais e de cartas precatórias, bem como sobre condução de oficial de justiça, preparo (TJSC, STF, STJ, Turma de Recursos), despesas processuais, atos comuns e isolados, inclusive sobre matérias referentes ao Sistema de Depósitos Judiciais (SIDEJUD).
Atinente aos cálculos processuais e às dúvidas relativas à incidência do imposto de renda, o setor em comento prestou auxílio para 775 consulentes.
Respeitante ao SAJ/Custas, os problemas resolvidos e as orientações sobre o funcionamento do sistema, assim como o recebimento de sugestões de melhoramento, alcançaram a soma de 873 usuários atendidos.
A Assessoria de Custas sanou 476 dúvidas e atendeu a 128 reclamações referentes ao recolhimento de emolumentos nos cartórios extrajudiciais, bem como respondeu a 549 questionamentos relativos ao CNCGJ, às circulares, aos provimentos, ao Regimento de Custas e Emolumentos, aos índices da CGJ e demais legislações.
Por fim, o setor atendeu pessoalmente a 117 pessoas entre advogados, assessores, servidores e usuários do Poder Judiciário para esclarecer dúvidas.

Pareceres – custas, despesas, emolumentos e cálculos judiciais
A Assessoria de Custas elaborou 174 pareceres a envolver os assuntos relacionados com sua competência.

Participação em grupos de trabalho, desenvolvimento de projetos e inspeções correicionais
O setor em voga envolveu-se em:

- Grupo de trabalho para o desenvolvimento de estudos para a revisão do Regimento de Custas e Emolumentos do Estado de Santa Catarina (Lei Complementar Estadual n. 156, de 15.5.1997), no que pertine à cobrança de emolumentos pelos serviços de notas e registros. Autos n. 0011730-23.2014.8.24.0600 (Portaria n. 51/2014); e
- Grupo de trabalho para atualizar o Manual do Contador (custas e cálculo processual).

Reuniões
Seguem, abaixo, as reuniões realizadas pela Assessoria de Custas, e aquelas que contaram com a participação do setor:

- Exportação de índices ao PG5 e SG5;
- Automação da conversão de depósitos judiciais em custas;
- Revisão da Orientação CGJ n. 38 – trata do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte de Pessoa Física (IRRPF) e Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA);
- RRA;
- Módulo de Custas – SAJ/SG5;
- Orientação CGJ n. 47;
- Projeto de lei sobre custas;
- Validação Fluxo Protesto;
- Demandas advindas da inscrição em dívida ativa, cancelamento de dívida ativa (Sistema S@T) e de débitos vinculados ao TJSC;
- Reunião com a Caixa Econômica Federal (CEF) sobre os boletos registrados;
- Fundação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) 15/2015 - Documentação CV5535BB;
- Reunião sobre as dúvidas do processo eletrônico – SAJ5/PG;
- Reunião sobre melhorias e orientações condizentes à Central de Atendimento Eletrônico da CGJ;
- Revisão das orientações que tratam do cumprimento de sentença, a qual implicou a revogação das Orientações CGJ n. 5 e n. 7, bem como a evolução da classe monitória;
- Contribuição previdenciária patronal dos agentes não oficializados e peritos judiciais;
- "Custas Web", a envolver a Divisão de Sistemas Judiciais (DSJ), a CGJ e a Softplan, a fim de estabelecer como o sistema deverá se comportar para atender ao que determina a Meta 5 do CNJ e às necessidades do TJSC; e
- Projeto Conta Corrente, integração do módulo de custas, família SAJ/PG.

Outras atividades

- Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade;
- Atualização das Perguntas e Respostas sobre Custas Processuais.
- Atualização dos valores de custas e emolumentos constantes no Regimento de Custas e Emolumentos;
- Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na internet;
- Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas;
- Atualização das tabelas de condução dos oficiais de justiça;
- Geração de boletos de custas finais de processos da competência delegada e envio à Divisão de Depósitos Judiciais para quitação centralizada; e
- Encaminhamento de consultas ao Conselho da Magistratura relacionada à cobrança de custas e emolumentos em questões divergentes.

Projetos em andamento

Projeto de lei de alteração do Regimento de Custas e Emolumentos para adequação da cobrança de custas no processo eletrônico.

4.5. Assessoria de Informática

A Assessoria de Informática executou no ano de 2016 atividades de análise, desenvolvimento e manutenção dos sistemas, além de suporte técnico e atendimento a usuários.

Destaca-se, também, a participação da Assessoria em grupos de trabalho voltados à concepção de novos projetos, políticas de informatização e apoio a usuários.

As atividades de maior relevância no ano foram:

Novo Sistema de Ressarcimento Eletrônico de Atos Gratuitos (ajustes/integrações)

Os delegatários do serviço notarial e de registro do Estado de Santa Catarina fazem jus ao percebimento de reembolso, a título de emolumentos, pelos atos gratuitos que, por força de disposição legal, são obrigados a realizar. Inúmeros atos enquadram-se nesta condição, com destaque para os atos de registro de nascimento e de óbito, habilitação de casamento para os reconhecidamente pobres e atos notariais de inventário e divórcio, também para estes últimos. Antes da utilização dessa nova ferramenta, o pedido de reembolso, pelos delegatários, era realizado de forma manual, baseado no preenchimento do código do selo de fiscalização utilizado em cada ato pretensamente ressarcível.

Contudo, tal procedimento manual, na medida em que necessita de intensa vigilância da equipe de servidores responsáveis pela atividade na seara da CGJ, acaba também por consumir recursos dos próprios delegatários - em sua maioria responsáveis por serventias consideradas deficitárias -, os quais, as mais das vezes, têm que contratar funcionários para desempenhar a atividade específica de cadastramento.

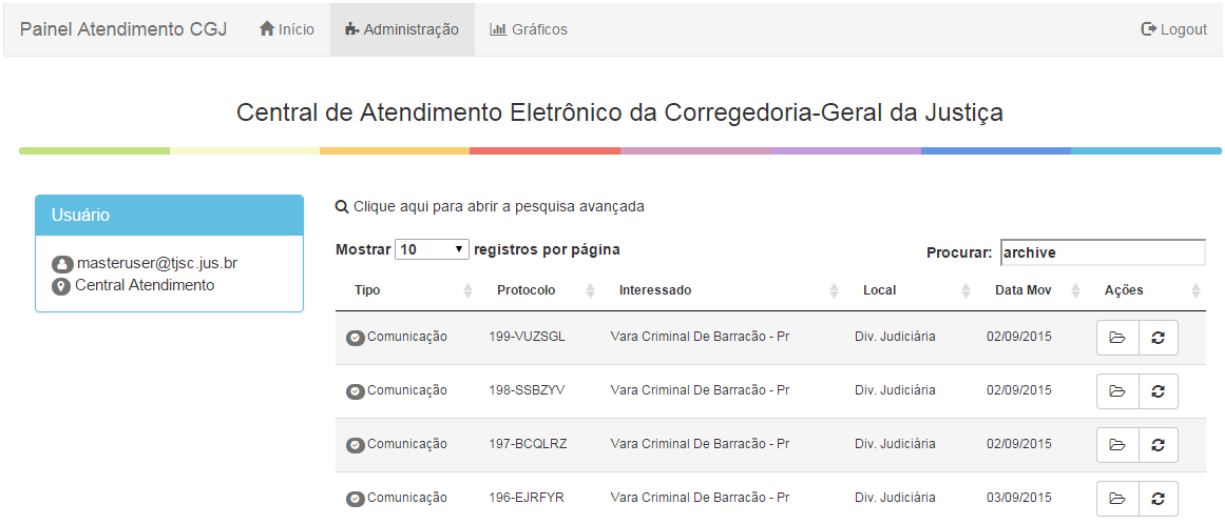
Desde a implantação do novo sistema de ressarcimento eletrônico de atos gratuitos, conseguiu-se aprimorar a atual sistemática de reembolso a partir de nova ferramenta tecnológica que permitiu a otimização do procedimento, de modo a surtir efeitos tanto para a administração pública quanto para os delegatários do serviço notarial e de registro.

A nova versão do Sistema de Ressarcimento disponibiliza novos recursos e integrações, tais como: *login* único, automatização de rotinas, parecer e ofício dinâmicos, verificação de selos anulados, ressarcimento de novos tipos de atos e boleto para restituição de ressarcimento, vinculado ao protesto já ressarcido, dentro da restrita área extrajudicial.

Central de Atendimento Eletrônico da CGJ

O Atendimento na Corregedoria conta com diversas fontes de entrada, a exemplo da via telefônica, do e-mail, das cartas e dos ofícios. Uma parte dos atendimentos é autuada como processo administrativo e gera demanda de atendimento por este sistema; os e-mails, por seu turno, circulam pelos setores da Corregedoria e são atendidos mediante o seu encaminhamento para conclusão ou autuação como processo administrativo.

No ano de 2016, foi realizada a disponibilização do módulo de rascunho da resposta, que consiste no envio de e-mail, ao setor competente, contido de alerta sobre novas demandas e movimentações, além de atividades de manutenções corretiva e evolutiva do projeto.



ExtraFácil – 2ª versão

A contar com mais de um ano de lançamento da versão inicial, o portal virou referência por informar de forma descomplicada o público em geral a respeito dos serviços extrajudiciais (registros civis e de imóveis, tabelionatos de notas e de protestos).
A plataforma em que o portal ExtraFácil foi desenvolvido encontra-se defasada quando há pretensão de visualizar o conteúdo fluído das respectivas páginas em dispositivos distintos (móvel e tablet). O objetivo em refazer o portal é permitir sua visualização em tais dispositivos, afora os tradicionais (desktop e notebook). Ademais, o novo portal vai permitir o envio de opiniões por parte do usuário.



Sistema de Correição Virtual
Com vistas à melhoria contínua do sistema de geração automatizada dos relatórios de correição virtual, foram realizadas adaptações nos scripts de extração de dados e geração de relatórios, devido a nova sistemática de correição para o ano de 2016.

Certidão Negativa de Débitos (CND) na receita estadual
Disponibilizou-se uma interface, no sistema de envio de pendências de custas para a base de dados da Secretária da Fazenda, com a intenção de impedir o cadastramento de pessoas jurídicas que gozam do benefício de isenção das custas judiciais.

Portal de Peritos
Foram reformulados alguns campos para registro e atualização dos dados cadastrais dos peritos, assim como inseridas mensagens de alerta que informam a obrigatoriedade do preenchimento das informações de órgão de classe, quando a ferramenta for utilizada por pessoas jurídicas na área / qualificação Saúde / Médico. Não bastante, efetuou-se o envio de e-mail a alertar sobre a necessidade da adequação dos cadastros pré-existentes no sistema, sob pena de exclusão do registro no Portal de Peritos.

Geração de relatórios para correição nas Turmas de Recurso da Capital

À guisa de atender às necessidades de informação do Núcleo III, no que toca às atividades de correição nas Turmas de Recurso da Capital, foram extraídos diversos relatórios com informações provenientes do SAJ-TR 3 e 5.

Plantão Judiciário Web

Realização de correções diversas nos formulários de cadastro de dados de plantão judiciário, conforme levantamento feito pela Divisão Judiciária.

Migração para o sistema web das funcionalidades do sistema desktop: formulário de cadastro de endereço das comarcas e extração de relatório mensal de plantão. Integração do sistema de agendamento do envio dos dados do plantão para o Diário da Justiça Eletrônico (DJE).

CGJ Secretaria

A finalidade do sistema é controlar o envio de solicitações de condução e permitir o preenchimento do relatório de viagem de forma eletrônica. Outro objetivo refere-se a manter informações sobre os setores e colaboradores da CGJ, e acerca da solicitação de bens de informática, frota de veículos e registro de suas manutenções, relatórios gerenciais etc.



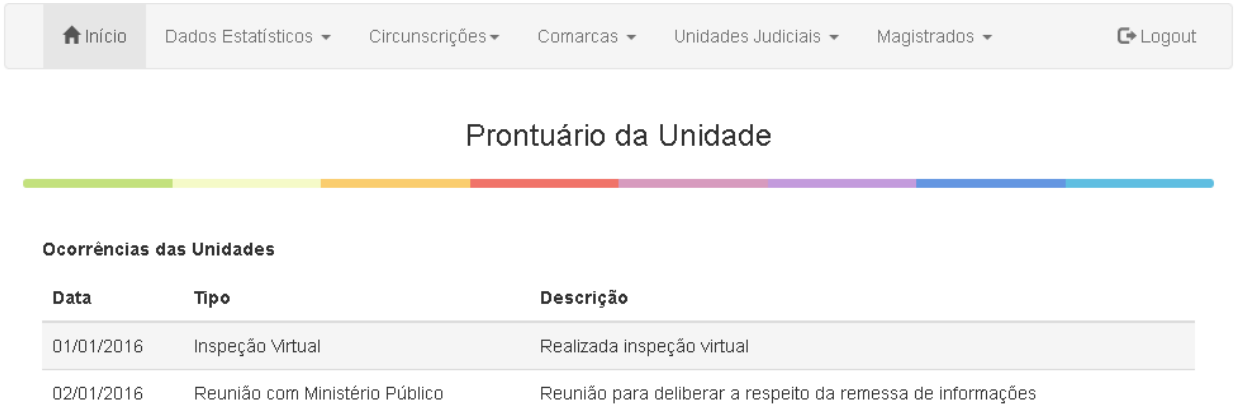
Projeto Aprimorar

O projeto Aprimorar permite que dados das unidades judiciais estejam disponíveis para a geração de indicadores, bem como possibilita o registro de problemas identificados, das possíveis soluções e suas ações. Neste ano foram adaptados alguns indicadores, de forma a tornar os gráficos mais compatíveis com a realidade de diferentes unidades. Novos indicadores foram mapeados e rotinas de sumarização de dados foram desenvolvidas, ambos a serem disponibilizados no início deste ano às unidades judiciais.

Prontuário das Unidades

Com o propósito de registrar informações históricas de cada unidade judicial, a Assessoria de Informática está desenvolvendo um sistema que possibilite o armazenamento de informações de gestão de pessoas, processos e organização.

A proposta do projeto é unificar, em um único sistema, informações de diversas fontes de informações do Poder Judiciário.
A ideia é criar um prontuário de cada unidade por meio do qual se possa saber quantas pessoas atuam, quais seus cargos e funções, se há afastamentos, quem são os magistrados e suas situações, qual o acervo de processos, produtividades etc.



Geração de Relatórios Estatísticos
Para atender às demandas por informação do gabinete do Corregedor-Geral da Justiça, do Vice Corregedor-Geral da Justiça, dos Juízes Corregedores, das Assessorias dos cinco Núcleos da Corregedoria, da Assessoria de Custas, da CEJA e das Divisões Judiciária e Administrativa, diversos relatórios estatísticos foram extraídos com informações provenientes dos inúmeros sistemas informatizados, de forma a serem utilizados para as correições, para a tomada de decisão ou para a instrução de processos administrativos. Órgãos como a Presidência do TJSC, a Asplan e a DTI foram atendidos pela Assessoria de Informática, assim como a instituições externas: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), CNJ, Tribunal Regional Eleitoral, Secretaria de Segurança Pública e Associação dos Magistrados.

Rol de Antecedentes Criminais
Haja vista a importância das informações referentes aos antecedentes criminais registrados no SAJ e a necessidade de poder gerar certidões estadualizadas, a Assessoria de Informática vem estudando possíveis ações que viabilizem a emissão de tais certidões.
A Assessoria analisado informações e extraído relatórios que facilitem à Divisão Judiciária o trabalho de monitoramento e acompanhamento da qualidade e informações das partes dos processos no SAJ/PG. Posteriormente, devem ser apresentados requisitos funcionais a serem implementados pela Softplan nos sistemas SAJ.

Atividades diversas
São desenvolvidas por este setor, de modo paralelo ao desenvolvimento dos sistemas acima nominados, as seguintes tarefas:

- Relatórios estatísticos diversos;
- Consultas e pareceres;
- Mala direta;
- Instalação de softwares e hardwares;
- Suporte ao usuário judicial e extrajudicial;
- Apresentações em slides;
- Alterações de informações no banco de dados;
- Capacitação de assistentes sociais;
- Reuniões da comissão do Selo Digital;

- Manutenção do ambiente de servidores web, backup etc.;
- Manutenções em todos os sistemas da Corregedoria;
- Permissões de acesso aos sistemas internos;
- Gestão do conteúdo dos portais da Corregedoria e do extrajudicial;
- Manutenção da Área Restrita Extrajudicial destinada aos cartórios;
- Manutenção evolutiva do S@E;
- Manutenção do Sistema de Pesquisa de cartórios;
- Manutenção do Sistema de Cadastro on-line das serventias; e
- Manutenção no Sistema de Selo utilizado pelo setor administrativo da Corregedoria.

Atendimento da Assessoria de Informática
Realizaram-se atendimentos de suporte a sistemas e orientações aos usuários nas seguintes postas de trabalho:

- Gabinete do Corregedor;
- Gabinete do Vice-Corregedor-Geral da Justiça;
- Gabinetes dos Juízes Corregedores;
- Secretaria da Corregedoria;
- Escrivania Correicional;
- Assessoria Correicional;
- Assessoria de Custas;
- Assessoria Extrajudicial;
- CEJA;
- Divisão Administrativa da CGJ;
- Divisão Judiciária da CGJ;
- Diretoria de Informática;
- Diretoria de Orçamento;
- Cartórios Extrajudiciais;
- Sala de Assistentes Sociais;
- Gabinetes de Juízes;
- Sala de Assessores Judiciários;
- Escrivania; e
- Sala dos Técnicos de Suporte em Informática (TSI).

4.6. Suporte Técnico de Informática

Em 2016, foram contabilizados 1.713 registros de chamados e atendimentos, tais como:

- Manutenção de 8 ultrabooks distribuídos para o Desembargador Corregedor, Vice-Corregedor, Juízes Corregedores e Secretário da CGJ;
- Instalação de 27 postos de trabalho completos (microcomputador, monitor, mouse e teclado) para novos servidores;
- Instalação e configuração de equipamentos para nova sala de reuniões no 12º andar;
- Suporte aos usuários: atendimento aos usuários e manutenção em todos os itens de informática da CGJ localizados nos 11º e 12º andares da Torre I, bem como ao gabinete do Vice-Corregedor, localizado na Torre II, 2º andar, em que se procedeu à instalação/manutenção/atualização de softwares (Pacote Microsoft Office 2013, Microsoft Project 2013, banco de dados Oracle, compactador de arquivos IZArc, Instant Messenger Pandion, Skype for Business, Java, navegadores Internet Explorer, Google Chrome e Mozilla Firefox, programas relacionados a PDF como Acrobat Reader, PDFSAM, PDFCreator, CutePDF, Adobe Flash Player, Adobe Air, acesso ao Banco do Brasil e

CEF; instalação/manutenção/configuração de periféricos (monitores, placas de vídeo, impressoras/scanners, mouses, teclados, estabilizadores, pen-drives, modens 3G, telefones);

- Suporte ao SAJ5/CGJ: cadastro, exclusão e gerenciamento de perfis de usuários; liberação de documentos; configuração de segunda estação; orientações aos usuários; criação/retificação de modelos institucionais; tomada de ciência e primeiras providências para solução de erros no SAJ5-CGJ; orientações/configurações quanto assinatura digital; juntada de arquivos em vídeo; gravação de vídeos com erros para repasse à DTI;
- Suporte ao SAJ5/Comarcas: cadastro, exclusão e gerenciamento de perfis de usuários (liberação de Comarcas/Varas/Lotações/Funções);
- Instalação dos aplicativos SAJ5/CGJ, SAJ5/CGJ_Teste, SAJ5/CGJ/ADM, SAJ5/CGJ/ADM_Teste, SAJ5/CGJ/Treinamento, SAJ5/Comarcas, SAJ5/Comarcas_Teste, SAJ5/Comarcas/ADM, SAJ5/Comarcas/ADM_Teste, SAJ/Custas, SAJ/EST, SAJ5/Protocolo, SAJ5/Protocolo_Teste, SAJ5/Certidões, SAJ5/Certidões_Teste, SAJ3/TurmasRecursos, SAJ5/TurmasRecursos, SAJ3/SG, SAJ5/SG;
- Testes no SAJ5/CGJ: Em reunião realizada na data de 7 de julho com a Diretoria de Tecnologia de Informação, definiu-se que este Suporte Técnico não mais realiza testes para atualizações de versões, pois referida ação já é desempenhada pela equipe da DTI;
- Prestação de 5 (cinco) informações técnicas a 3 autos no SAJ5/CGJ;
- Suporte à rede: monitoramento de equipamentos de rede de dados, orientação operacional para usuários e configuração para o funcionamento de redes locais e remotas, de forma a dar suporte às pastas de rede, bem como ao mapeamento com criação de atalho;
- Certificado digital: instalação e configuração de certificados digitais, das raízes, bem como dos tokens;
- Telefonia: instalação de aparelhos telefônicos, conexão de ramais ATA (Analógicos) pré-ajustados pela Seção de Telecomunicações da DTI, conforme solicitação do Suporte Técnico de Informática da CGJ. Teste para diagnóstico de falhas nos aparelhos analógicos e digitais. Gerenciamento de grupos de captura e de encaminhamento na telefonia VOIP;
- Orientação/Manutenção à Unidade de Resposta Audível (URA) da CGJ;
- Sistemas internos: oferecer suporte aos sistemas internos. Instalação/suporte do programa Inspeção Virtual para o quadro do Núcleo III e da ATC, bem como aos TSI's das comarcas; instalação, configuração e atualização do aplicativo CUIDA para o quadro da CEJA; instalação, configuração e atualização dos aplicativos Plantão, BDM, Cadastro de Informação de Magistrados, Casa da Cidadania, controle de usuário e ROL2009 para o quadro da Divisão Judiciária; instalação, configuração e atualização do aplicativo Selo para o quadro da Assessoria Correicional Extrajudicial;
- Instalação, solicitação de criação de usuário e configuração dos sistemas Caché e Expedição; suporte aos sistemas Malote digital, CNJ e SCI;
- Manutenção e configuração das agendas da corregedoria:
  - Agenda da Corregedoria;
  - Agenda do Corregedor;
  - Agenda do Corregedor – CNJ;
  - Agenda do Núcleo I;
  - Agenda do Núcleo II;
  - Agenda do Núcleo III;
  - Agenda do Núcleo IV;
  - Agenda do Núcleo V; e
  - Agenda da Frota.
- Abertura de 30 chamados em garantia para os equipamentos (computadores, mouses e teclados), e acompanhamento dos serviços técnicos prestados pela empresa responsável;

- Manutenção das listas de discussão e endereços eletrônicos institucionais da CGJ (correge, corregeserv, corregemagis, cgj.manualcontador, corregeadm, corregejud, cgjjud, inspecaovirtual);
- Manutenção e configuração dos endereços eletrônicos setoriais, bem como a criação de novos na CGJ:
  - cgj.digitaliza@tjsc.jus.br – Núcleo II;
  - cgj.extrafacil@tjsc.jus.br – Núcleo IV;
  - cgj.suspeicao@tjsc.jus.br – Núcleo I;
  - cgj.frota@tjsc.jus.br – Secretaria da CGJ;
  - cgj.gabinete@tjsc.jus.br – gabinete do Desembargador Corregedor;
  - cgj.atc@tjsc.jus.br – ATC;
  - cgj.jc@tjsc.jus.br – gabinete do Desembargador Corregedor;
  - cgj.magistrados@tjsc.jus.br – Gabinete do Desembargador Corregedor; e
  - cgj.revisao@tjsc.jus.br – revisor da Corregedoria.
- Verificação das advertências sobre mensagens maliciosas e encaminhamento ao setor de segurança da DTI;
- Configuração e suporte ao usuário para acesso remoto via VPN (Palo Alto);
- Smartphones: suporte a dez smartphones funcionais. Configuração, backup e restauração tanto na plataforma Apple quanto na Android;
- Aparelho celular Nokia: suporte a cinco 5 celulares funcionais;
- Constante atualização da lista de contatos da CGJ: manutenção da lista de contatos da Corregedoria, mediante edição de arquivo próprio na unidade de rede \\tjweb\cgjtsi. Os dados deste arquivo e unidade de rede são utilizados em outras tabelas ligadas a rotinas criadas para gerenciamento administrativo (agendamento de reuniões, empréstimo de notebooks, geração automática de termos de responsabilidade e devolução e rastreamento, registro de movimentação no quadro de pessoal etc.);
- Gerenciamento, supervisão e manutenção do sistema de monitoramento por câmera. Restauração de vídeos;
- Videoconferência: realização de testes e suporte às videoconferências realizadas nas dependências da Corregedoria, a utilizar-se o software Skype for Business 2016;
- Controle de equipamentos de informática para inspeção (notebooks, câmeras fotográficas, pen drives, modem 3G e projetor): gerenciamento de empréstimo e de devolução de 66 notebooks, por intermédio do emprego do sistema de controle criado pelos TSI's. A distribuição de notebooks é rotineira e visa a atender deslocamento dos assessores de núcleos quando em inspeções correicionais. Registro de 532 movimentações de empréstimo e devolução de notebooks;
- Patrimônio: movimentação patrimonial (sublotação) dos equipamentos, por meio da realização de relatório de conferência de todo patrimônio de informática, baixa/transferência de bens; e
- Organização de cabos de energia, rede, VGA e DVI, e substituição de estabilizadores por filtros de linha em alguns setores.

4.7. Central de Atendimento

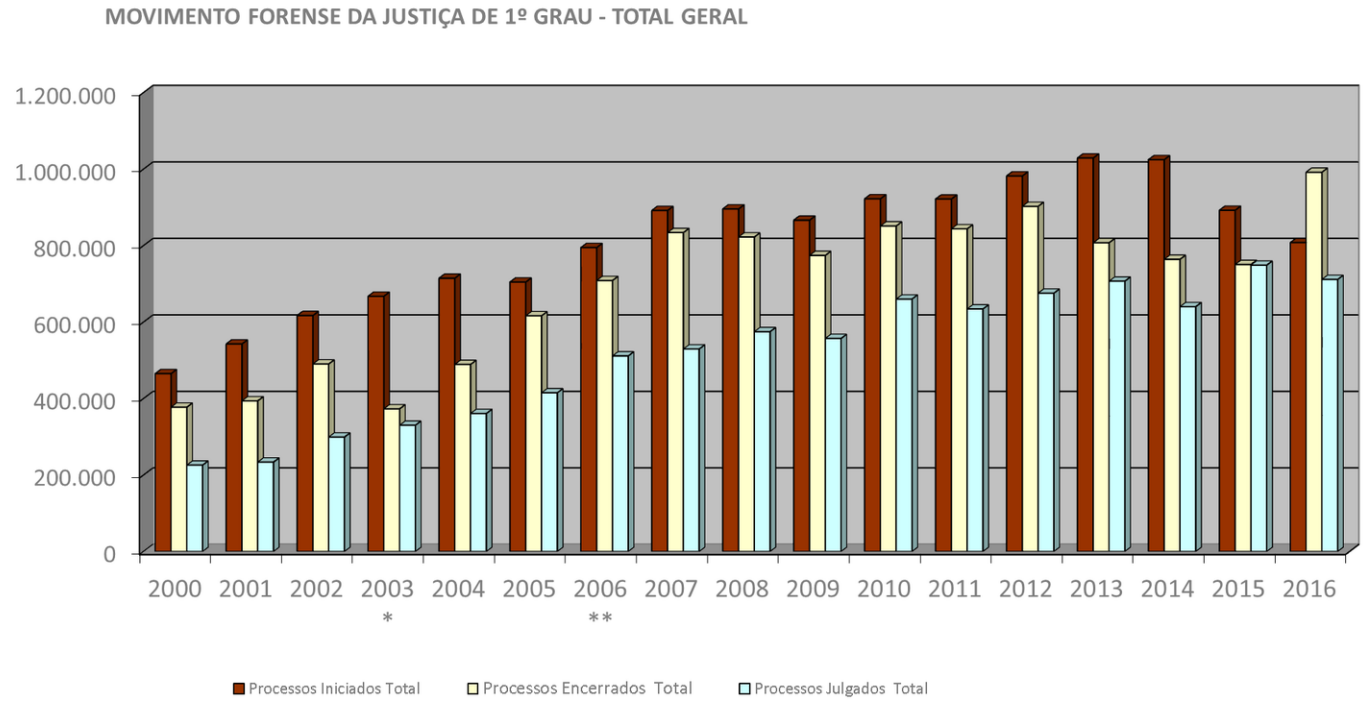
A Central de Atendimento (Ouvidoria da CGJ), de seu turno, recebeu 5.021 expedientes e fez 9.368 atendimentos, dos quais 5.370 ocorreram via telefone, 3.480, por correio eletrônico e 518, pessoalmente.

ANEXO I

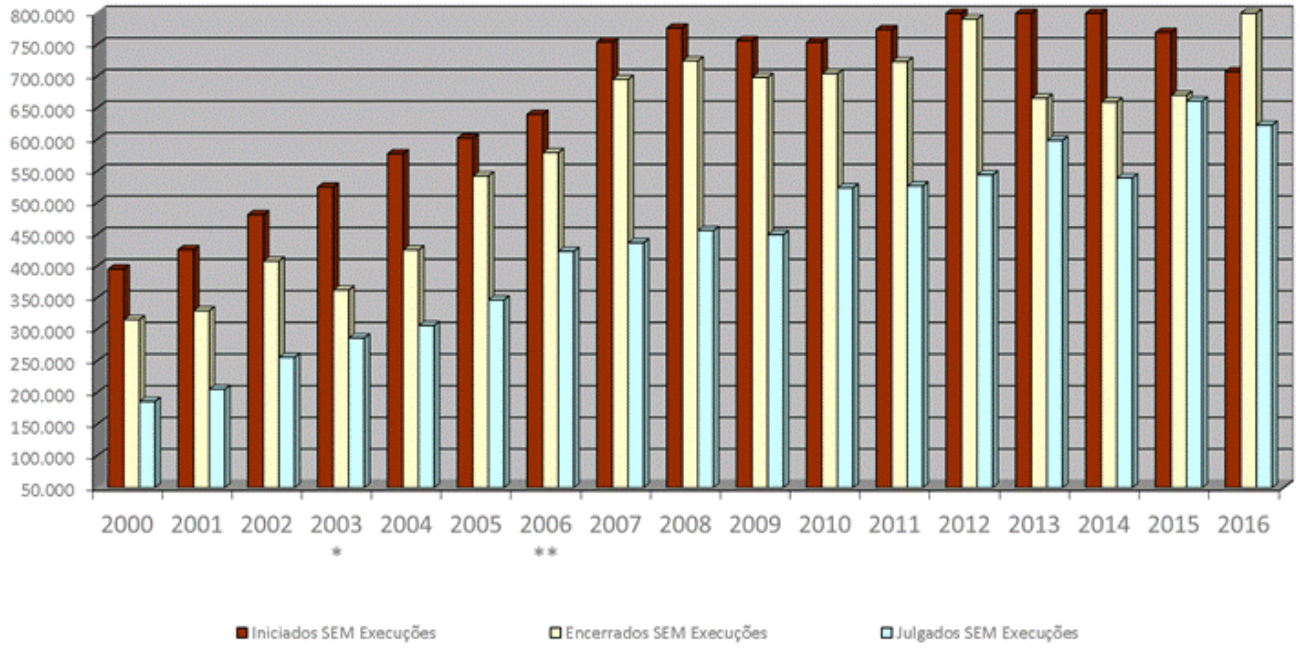
MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

CONSIDERADAS TODAS AS CLASSES PROCESSUAIS (DE CONHECIMENTO, EXECUÇÕES DE SENTENÇA, INCIDENTES E AS AÇÕES INCIDENTAIS) - MENOS RECURSOS															
ANO	PROCESSOS INICIADOS TOTAL	EXECUÇÕES FISCAIS INICIADAS	INICIADOS SEM EXECUÇÕES	PROCESSOS ENCERRADOS TOTAL	EXECUÇÕES FISCAIS ENCERRADAS	ENCERRADOS SEM EXECUÇÕES	PROCESSOS JULGADOS TOTAL	EXECUÇÕES FISCAIS JULGADAS	JULGADOS SEM EXECUÇÕES	EM ANDAMENTO FINAL DO ANO TOTAL	EXECUÇÕES FISCAIS EM ANDAMENTO	EM ANDAMENTO SEM EXECUÇÕES	MÉDIA DE JUÍZES 1º GRAU EM ATIVIDADE (FINAL DO ANO)	MÉDIA PROC. JULG. POR JUIZ - SEM EXEC FISC	MÉDIA PROC. JULG POR JUIZ - COM EXEC FISC
2000	464.945	69.436	395.509	377.205	61.736	315.469	225.789	39.652	186.137	839.081	275.897	563.184	257	724	879
2001	542.599	116.352	426.247	393.699	64.082	329.617	233.686	28.198	205.488	987.981	328.167	659.814	249	825	938
2002	616.933	135.412	481.521	490.228	82.101	408.127	299.203	43.265	255.938	1.114.686	381.478	733.208	260	984	1.151
2003 *	667.280	142.118	525.162	372.990	10.576	362.414	330.009	43.313	286.696	1.408.976	513.020	895.956	279	1.028	1.183
2004	714.434	136.602	577.832	489.021	63.243	425.778	360.786	54.486	306.300	1.634.389	586.379	1.048.010	298	1.028	1.211
2005	704.333	101.933	602.400	616.176	73.485	542.691	414.856	68.076	346.780	1.722.546	614.827	1.107.719	321	1.080	1.292
2006 **	794.603	154.514	640.089	708.469	128.986	579.483	511.242	87.663	423.579	1.808.680	640.355	1.168.325	316	1.340	1.618
2007	891.623	137.153	754.470	833.772	138.500	695.272	529.360	92.297	437.063	1.866.531	639.008	1.227.523	327	1.337	1.619
2008	895.640	118.915	776.725	822.255	97.678	724.577	574.739	118.390	456.349	1.939.916	660.245	1.279.671	352	1.296	1.633
2009	866.152	109.555	756.597	774.026	75.450	698.576	556.998	107.197	449.801	2.032.042	694.350	1.337.692	352	1.278	1.582
2010	922.197	168.052	754.145	851.085	146.461	704.624	660.013	136.031	523.982	2.103.154	715.941	1.387.213	361	1.451	1.828
2011	921.528	147.302	774.226	843.562	119.994	723.568	634.011	106.965	527.046	2.181.120	743.249	1.437.871	362	1.456	1.751
2012	981.849	131.652	850.197	902.366	111.583	790.783	675.483	130.898	544.585	2.260.603	763.318	1.497.285	356	1.530	1.897
2013	1.028.879	123.684	905.195	807.221	141.605	665.616	706.748	107.763	598.985	2.482.261	745.397	1.736.864	379	1.580	1.865
2014	1.024.386	146.216	878.170	763.887	104.104	659.783	640.117	100.428	539.689	2.418.189	787.509	1.630.680	397	1.359	1.612
2015	892.118	122.540	769.578	750.314	80.073	670.241	748.714	87.527	661.187	2.766.857	831.041	1.935.816	404	1.637	1.853
2016	**807.533**	**99.796**	**707.737**	**991.680**	**109.543**	**882.137**	**711.291**	**88.209**	**623.082**	**2.596.804**	**801.022**	**1.795.782**	**393**	**1.585**	**1.810**

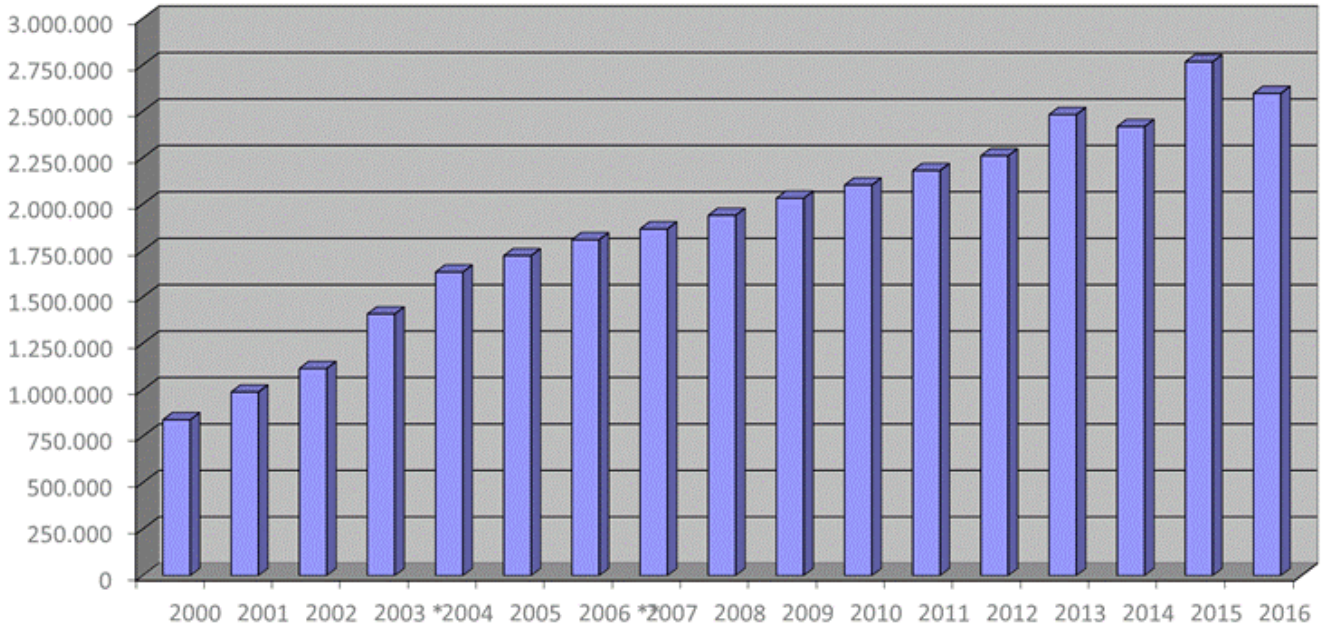
(*) Nos anos de 2000 a 2005 foram ajustados os valores dos processos julgados, em virtude de não mais se considerar os arquivamentos administrativos.
(**) No ano de 2006 a Corregedoria passou a utilizar o Saj/Estatística como ferramenta de trabalho, que possuiu uma metodologia ligeiramente diferenciada dos antigos "mapas estatísticos", o que causou variação na totalização dos dados.

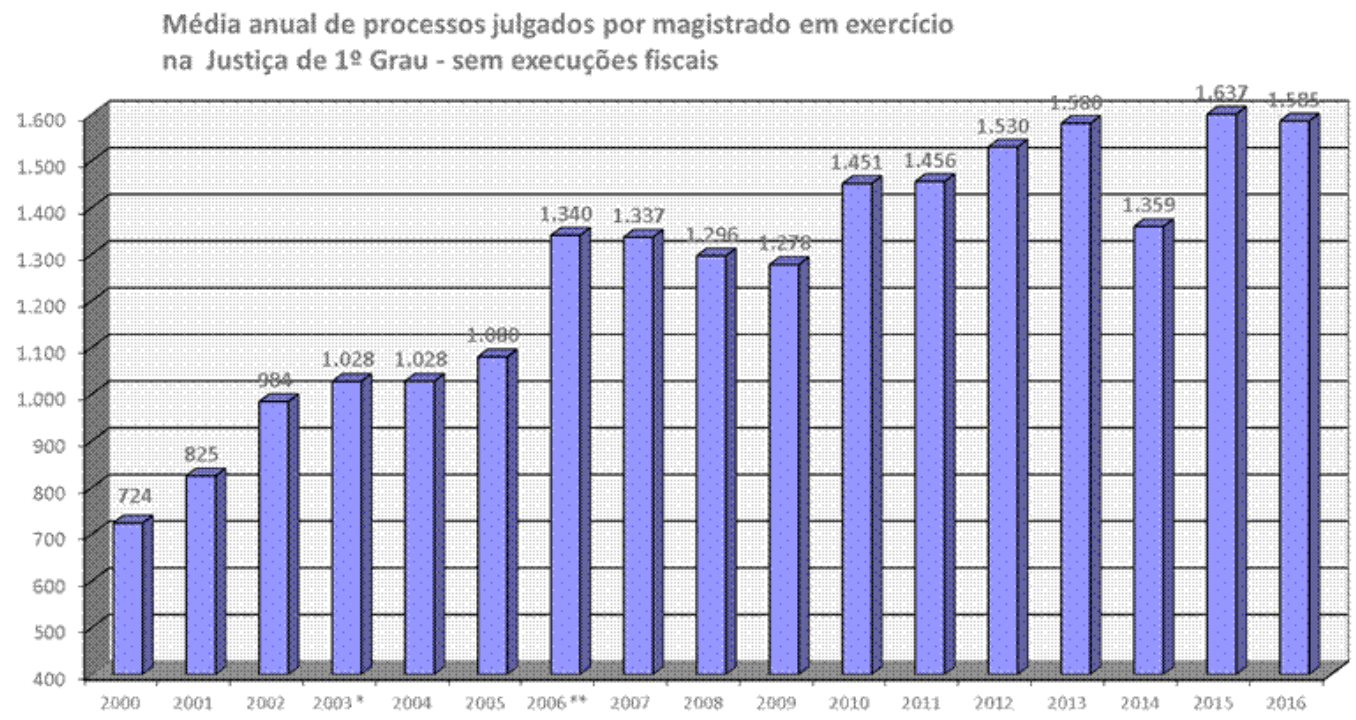


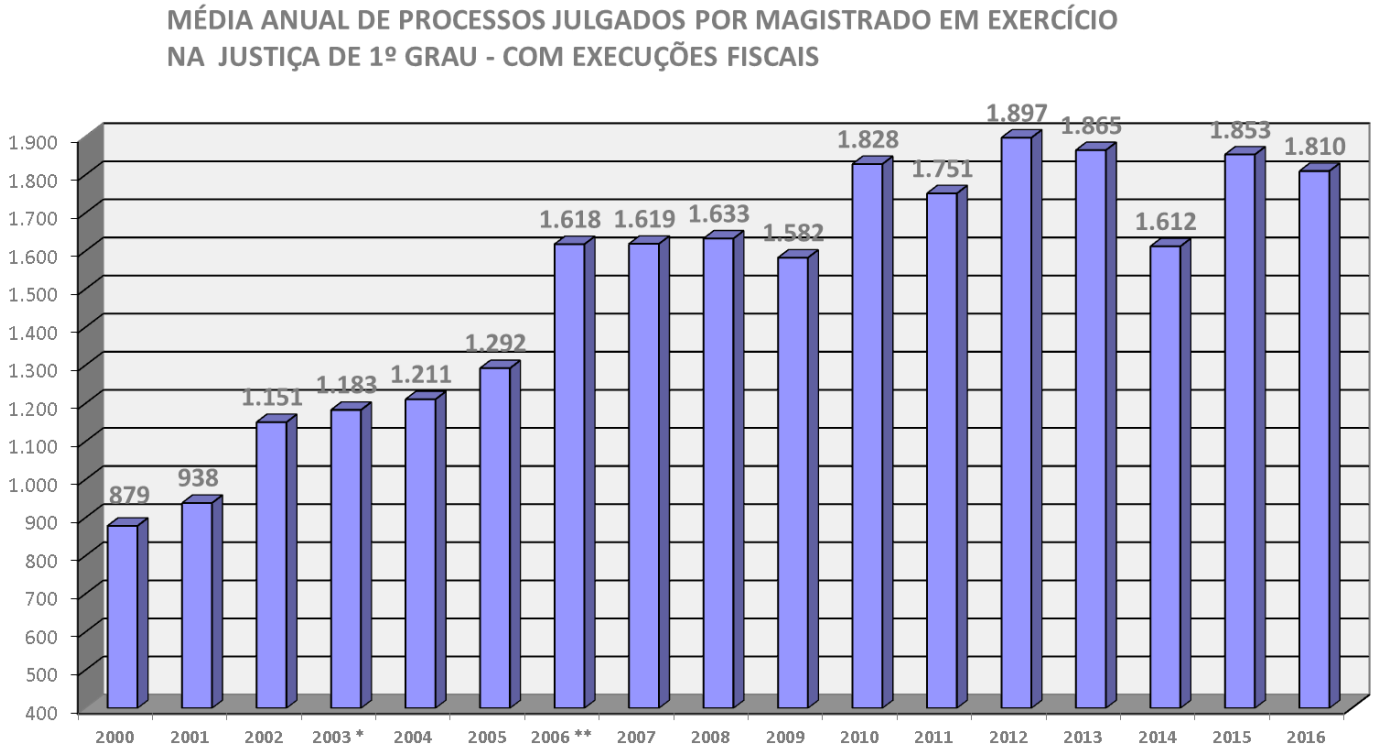
MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE 1º GRAU
(SEM EXECUÇÕES FISCAIS)



MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE 1º GRAU
Processos em andamento no final do ano - com Exec. Fiscais







ANEXO II

ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA					
PERÍODO: JANEIRO DE 2016 A NOVEMBRO DE 2016					
COMARCA	CASA DA CIDADANIA	TOTAL DE PROCEDIMENTOS INICIADOS	ACORDOS	ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS	PESSOAS OUVIDAS
RIO DO SUL	AGRONÔMICA	42	23	55%	50
RIO DO SUL	AURORA	19	18	95%	25
ARAQUARI	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	118	48	41%	8.634

BALNEÁRIO CAMBORIÚ	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	312	231	74%	3.639
TIMBÓ	BENEDITO NOVO	252	172	68%	373
BRUSQUE	BOTUVERÁ	37	3	8%	37
CAMPOS NOVOS	BRUNÓPOLIS	0	0	0%	0
SÃO BENTO DO SUL	CAMPO ALEGRE	460	363	79%	1.105
TIJUCAS	CANELINHA	39	39	100%	713
ANITA GARIBALDI	CELSO RAMOS	38	42	111%	1.094
CRICIÚMA	CENTRO	253	14	6%	82
URUSSANGA	COCAL DO SUL	72	0	0%	15
PRESIDENTE GETÚLIO	DONA EMMA	62	49	79%	49
TIMBÓ	DOUTOR PEDRINHO	271	268	99%	0
HERVAL D'OESTE	ERVAL VELHO	0	0	0%	0
ITUPORANGA	IMBUIA	126	64	51%	1.257
INDAIAL	INDAIAL	237	133	56%	934
ABELARDO LUZ	IPUAÇU	47	38	81%	108
MARAVILHA	IRACEMINHA	51	44	86%	242
JOAÇABA	JOAÇABA	138	73	53%	72
CAPINZAL	LACERDÓPOLIS	221	222	100%	56
RIO DO OESTE	LAURENTINO	566	143	25%	202
RIO DO SUL	LONTRAS	204	130	64%	601
TAIÓ	MIRIM DOCE	14	10	71%	8
FRAIBURGO	MONTE CARLO	164	34	21%	0
CRICIÚMA	NOVA VENEZA	30	28	93%	3
CAPINZAL	OURO	5	4	80%	109
ABELARDO LUZ	OURO VERDE	145	144	99%	246
SANTA ROSA DO SUL	PASSO DE TORRES	41	25	61%	927
BALNEÁRIO PIÇARRAS	PENHA	229	145	63%	266
ITUPORANGA	PETROLANDIA	5	1	20%	1.190
CAPINZAL	PIRATUBA	33	10	30%	65
CORREIA PINTO	PONTE ALTA	13	6	46%	32
TROMBUDO CENTRAL	POUSO REDONDO	107	61	57%	340
PRESIDENTE GETÚLIO	PRESIDENTE GETÚLIO	42	19	45%	0
RIO DO SUL	PRESIDENTE NEREU	57	32	56%	5
CRICIÚMA	PRÓSPERA	159	22	14%	23
RIO DO OESTE	RIO DO OESTE	8	9	113%	55
TIMBÓ	RIO DOS CEDROS	19	13	68%	265
CRICIÚMA	RIO MAINA	333	18	5%	38
ANCHIETA	ROMELÂNDIA	74	42	57%	237
TAIÓ	SALETE	0	0	0%	0
CURITIBANOS	SÃO CRISTÓVÃO DO SUL	28	12	43%	78
TIJUCAS	TIJUCAS	1.070	940	88%	209
SANTA CECÍLIA	TIMBÓ GRANDE	283	52	18%	823
JOAÇABA	TREZE TILHAS	240	144	60%	57
CANOINHAS	TRÊS BARRAS	136	112	82%	207
ITUPORANGA	VIDAL RAMOS	66	29	44%	0
PRESIDENTE GETÚLIO	VITOR MEIRELES	0	0	0%	32
PRESIDENTE GETÚLIO	WITMARSUM	97	70	72%	294
JOAÇABA	ÁGUA DOCE	138	116	84%	108
CORONEL FREITAS	ÁGUAS FRIAS	257	91	35%	261
TOTAL		**7.358**	**4.306**	**59%**	**25.166**

ACADEMIA JUDICIAL

O Centro de Estudos Jurídicos do Tribunal de Justiça (CEJUR) foi criado em 9 de outubro de 1991, pela Resolução n. 14/91-TJ e Portaria n. 557/91-GP, com o objetivo de marcar culturalmente o primeiro centenário do Tribunal de Justiça. Como parte integrante do CEJUR, em 6 de novembro de 2000, pela edição da Resolução n. 06/00-TJ, foi criada a Academia Judicial do Poder Judiciário de Santa Catarina.

O suporte financeiro para seu gerenciamento foi atribuído pela Lei Estadual n. 15.327/2010, por meio da qual se estabeleceu a destinação, no orçamento do Poder Judiciário catarinense, de valores resultantes de aplicações dos depósitos judiciais em fundo de investimento.

Segue o mapa tático-operacional da Academia Judicial, também disponível em: http://bit.ly/2i7IOqd



Narra-se a seguir os principais projetos realizados e/ou iniciados no ano de 2016.

Aquisição de sistema próprio para a Academia Judicial

A aquisição de um sistema de gestão acadêmica para a Academia Judicial está em fase de finalização de procedimento para licitação. Contemplará a automatização e agilizará as atividades administrativas e acadêmicas do fluxo de trabalho atinentes aos processos de trabalho da Academia Judicial. A licitação para aquisição do referido sistema deverá acontecer no primeiro trimestre de 2017, e a implementação de sua totalidade deverá acontecer no segundo semestre de 2017.

Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI

Após análise e discussões internas, optou-se pela contratação de consultoria externa para elaboração do PDI desta Academia Judicial para o quinquênio 2018-2023.

A contratação ocorreu no mês de outubro do corrente ano, quando foi estabelecido o cronograma das atividades pela consultora, com previsão de término em abril de 2017.

Entre as várias ações estabelecidas estão: a construção do instrumento de coleta de dados para o PDI, com a sua respectiva aplicação e sistematização das informações, as quais servirão de base para construção do PDI.

Em março do corrente ano, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira (INEP) editou um documento orientador específico para as escolas de governo, que norteará a estrutura do PDI nas seguintes dimensões: planejamento e desenvolvimento; gestão institucional; corpo social; desenvolvimento profissional e infraestrutura e orçamento.

Este projeto cumpre um dos requisitos do Conselho Estadual de Educação para manutenção do credenciamento da AJ como instituição de ensino superior, bem como atende as exigências da escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrado, no que diz respeito ao projeto político-pedagógico institucional.

Reestruturação do processo de formação da Academia Judicial

Neste ano optou-se por desenvolver uma pesquisa com magistrados e servidores visando a elaboração do Plano de Formação e Aperfeiçoamento para o exercício de 2017.

O objetivo da pesquisa foi buscar a identificação das dificuldades internas e a possibilidade de atendimento das necessidades vividas pelos magistrados, com temas pesquisados e apresentados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), Academia Judicial – Diretoria de Assuntos Acadêmicos e Pedagógicos –, Corregedoria-Geral da Justiça e Grupos de Câmeras, bem como com temas livres apontados pelos respondentes.

A pesquisa resultou no edital n. 2/2016-AJ, que aprovou o Plano de Formação e Aperfeiçoamento para Magistrados, Servidores e Colaboradores referente ao exercício de 2017, com organização por área de conhecimento.

Reestruturação do laboratório de informática

Visando a busca pelo aprimoramento dos ambientes ligados ao desenvolvimento e capacitação de magistrados, servidores e colaboradores, foram instaladas bancadas ergonômicas com projeção específica e novos equipamentos no laboratório de informática.

Mudança de sede

Em 28 de março deste ano, a Academia passou a estar localizada em novo endereço, pela primeira vez em sede própria, na rua Almirante Lamego.

Em 19 de outubro, em decisão do Tribunal Pleno, o prédio que abriga a nova sede e o Fórum de Direito Bancário da Capital restou definido como “Edifício Judiciário Desembargador Norberto Ulysséa Ungaretti”, que em sua carreira brilhante exerceu diversas funções públicas de realce, entre elas, professor do Curso de Direito da UFSC, membro titular da Academia Catarinense de Letras, onde ocupou a cadeira 40, e sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Comemoração do aniversário de 15 anos da AJ

Em 23 de novembro do corrente, a Academia Judicial debutou na presença de autoridades, em cerimônia que marca uma trajetória de conquistas e grandes projetos para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes.

Na oportunidade foi inaugurada a galeria de diretores da Academia Judicial e lançado o e-book do programa “Novo Código de Processo Civil em Debate”.

Programa Novo Código de Processo Civil em Debate

Ao longo do ano de 2016 foram propostas 7 frentes de trabalho do programa.

1) Congresso Brasileiro de Processo Civil e II Congresso de Processo Civil de Florianópolis. Nos dias 27, 28 e 29 de julho (30 horas-aula), nesta capital, foi realizado pela ESA e IBDP o aludido congresso, com oferta de 315 vagas para magistrados e servidores e com inscrições e despesas por conta da Academia Judicial.

2) Sala de Debates Virtuais (Coordenação: Juíza Quitéria): o projeto é pioneiro na Academia Judicial. Magistrados e Assessorias discutirão numa sala de debates virtuais temáticas que envolvam questões práticas de aplicação do novo CPC. O projeto conta atualmente com 531 pessoas cadastradas e 12 salas de discussão.

3) Wikilex (Coordenação: Juiz de 2° Grau Paulo Henrique Moritz): trata-se de um ambiente de produção coletiva em que o público acessa com usuário e senha de e-mail a plataforma wiki. A ferramenta permite ao usuário inserir informações em quatro campos, a saber: legislação correlata, súmulas, jurisprudência e comentários. Todas as opções estão disponíveis em todos os artigos de lei. A jurisprudência compilada em campo próprio é resultado de pesquisa realizada no âmbito dos tribunais superiores, bem como de outros tribunais brasileiros. Está disponível no site do TJSC em “Legislação”.

4) E-book (Coordenação: Juiz de 2° Grau Paulo Henrique Moritz): lançado na festa de comemoração ao aniversário de 15 anos da Academia Judicial, é resultante de artigos de 8 autores que atuaram nas palestras e cursos realizados pelo estado.

5) Curso sobre o Novo Código de Processo Civil (Ambiente Virtual do Renato Saraiva): participaram 1.500 magistrados e servidores.

6) Curso Novo CPC – presencial (Coordenação: Juiz de 2° Grau Francisco Oliveira Neto), em 10 regionais: Itajaí, Blumenau, Lages, Videira, Joinville, Tubarão, Criciúma, São Miguel do Oeste, Chapecó e Capital. Participaram 603 magistrados e servidores.

7) Palestras sobre o Novo CPC, realizadas no Tribunal Pleno:

- Direito intertemporal / Magistrado Hélio do Valle Pereira / Presidente de Mesa: Des. Paulo Henrique Moritz;
- Postulação, Saneamento e Técnicas da Decisão Judicial / Magistrado Paulo Henrique Moritz da Silva / Presidente de Mesa: Des. Blazi;
- As Nulidades Processuais e o Novo Código de Processo Civil / Magistrado Francisco José de Oliveira Neto / Presidente de Mesa: Des. Ronei Danielli;
- Recursos no Sistema Processual / Magistrado Saul Steil / Presidente de Mesa: Des. Nelson Schaefer;
- A Execução no Novo CPC / As Ações de Família no Novo CPC / Advogada Lauane Volpe Camargo e Adv. Luiz Henrique Volpe Camargo / Presidente de Mesa: Des. Paulo Henrique Moritz;
- O NCPC e o Impacto na Jurisdição de Primeiro Grau: Aspectos Destacados / Magistrada Quitéria Tamanini Vieira Peres / Assessor Leonardo Beduschi / Presidente de Mesa: Juiz Cláudio Regis;
- O Procedimento Comum no Novo CPC / Magistrado Alexandre Freitas Câmara (TJRJ) / Des. Luiz Cézar Medeiros.

Participaram aproximadamente 1.300 pessoas, com centenas de participantes nas transmissões online.

Estudos quanto à implantação de uma biblioteca virtual

A Biblioteca da Academia Judicial, em atividade desde 2005, recebeu regulamentação própria e denominação como Biblioteca Desembargador Norberto Ulysséa Ungaretti a partir da Resolução n. 05/2015-AJ.

Vinculada à Seção de Apoio à Pesquisa da Divisão de Educação, a biblioteca está localizada no andar térreo do prédio da Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e abriga, atualmente, um acervo com 1.530 títulos (CDs, DVDs, livros, trabalhos acadêmicos) e periódicos.

A Seção de Apoio à Pesquisa propôs um incremento à referida biblioteca, tendo em vista a análise de atributos imprescindíveis, tais como: funcionalidade, qualidade dos serviços prestados, modernização dos recursos materiais e tecnológicos, segurança, acessibilidade, crescimento constante do acervo e sinalização.

Reconhecendo e adotando o saber como um dos pilares em que se fundamenta a Academia Judicial, é essencial a criação de um ambiente propício à inovação e ao compartilhamento de informações, em especial, num período de mudanças de paradigmas.

Além disso, verificou-se o interesse na criação de uma biblioteca virtual, razão pela qual se elaborou um estudo com essa finalidade, bem como se buscou informação em empresas do ramo visando a elaboração de um projeto para aquisição de serviços de acesso a acervo virtual.

O quantitativo dos obras disponibilizadas pela Editora do CEJUR também sofreu significativo aumento, pois em 2016 foram produzidos três livros físicos e três e-books, sendo um livro eletrônico correspondente a uma coleção de quatro volumes.

Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura

Transcorreu no período de 8 de agosto a 9 de dezembro de 2016, tornando aptos ao ingresso na magistratura dezesseis candidatos-alunos.

Durante o curso os candidatos-alunos participaram de atividades formativas de cunho teórico e prático, e nesta última produziram despachos e sentenças em 1.306 processos judiciais físicos e digitais, oriundos das comarcas de Urussanga, Blumenau, Chapecó, Ascurra, Içara, São José, Capital (Santo Antônio de Lisboa) e Santo Amaro da Imperatriz.

Ainda na fase prática, realizaram atividades no Fórum Norte da Ilha, supervisionados por magistrado, onde produziram 237 sentenças em audiência, sendo 82 acordos, além de 80 despachos ou decisões.

Finalizada essa fase do concurso, os candidatos-alunos foram empossados como juízes substitutos.

Curso Tecnológico em Gestão Pública

O curso, que teve inscrições abertas de 18 de outubro a 9 de dezembro, objetiva formar e qualificar gestores do Poder Judiciário a partir de uma perspectiva crítica e inovadora da gestão pública, com vistas ao aprimoramento das atividades administrativas e da prestação jurisdicional.

O curso foi previsto para iniciar em fevereiro de 2017 e será concluído em fevereiro de 2019, num total de 1.680 horas-aula e com 40 vagas para servidores e magistrados.

Sua oferta foi possível após o credenciamento da AJ para ofertar essa modalidade de curso e autorização do Conselho Estadual de Educação.

Implantação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica no Poder Judiciário

O curso foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação, iniciou em agosto de 2015 e destinou-se aos servidores efetivos do quadro de pessoal do Poder Judiciário catarinense que atuam como gestores e que são diplomados em curso de graduação.

O curso vem proporcionar debates de conceitos de vanguarda na área da gestão pública, bem como incentivar a troca de experiências e desenvolvimento de mecanismos inovadores, no sentido de estimular novas competências em gerir adequadamente a coisa pública, tais como: assimilar os principais pressupostos teóricos que fundamentam a definição de políticas e práticas de gestão estratégica nas organizações públicas e conhecer as principais atividades e procedimentos dos vários subsistemas da Administração.

A formatura dos 38 alunos foi realizada em 16 de dezembro, no Tribunal Pleno, com lançamento do e-book “Coleção Estudos Sobre Gestão Estratégica no Poder Judiciário de Santa Catarina – 2014” (quatro volumes), que consiste em um conjunto de artigos científicos produzidos nos anos de 2015 e 2016 como trabalho de conclusão do referido curso.

Mestrado Profissional em Direito para magistrados e servidores – UFSC

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por meio da Academia Judicial, firmou convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina, para viabilizar a participação de seus magistrados e servidores no Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, com processo seletivo regulamentado pelo Edital n. 1/PPGPD/2016.

Referido Programa tem por objetivos a qualificação profissional dos operadores jurídicos, em especial aqueles que exercem atividades, funções e poderes públicos; o desenvolvimento de novos conhecimentos e tecnologias na área do Direito, visando contribuir para a melhoria das instituições nacionais; e a elaboração de um pensamento crítico, voltado à construção e aplicação de um Direito mais adequado à realidade brasileira no século XXI.

Mestrado em Ciência Jurídica para magistrados e servidores – UNIVALI

Mediante convênio realizado entre o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), foi possibilitada a participação de servidores e magistrados no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado em Ciência Jurídica). Os editais de números 38/2015 e 81/2016, da UNIVALI, regulamentam, respectivamente, o processo de inscrição e seleção de servidores e magistrados interessados.

O Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica da UNIVALI, nos termos divulgados por essa universidade, visa contribuir para o enriquecimento da pesquisa e para o desenvolvimento crescente e qualitativo de atividades voltadas ao ensino e à análise crítica dos fundamentos do direito positivo. Promove, com isso, a formação para o magistério jurídico e a formação de pesquisadores amparados por grupos de pesquisa, sempre vinculados às linhas de pesquisa e à área de concentração.

Doutorado em Ciência Jurídica para magistrados – UNIVALI

O Edital Conjunto n. 099/2015, expedido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), regulamenta o convênio n. 106/2015, celebrado entre as instituições, pelo qual foi instituída turma especial para magistrados no Curso de Doutorado em Ciência Jurídica da UNIVALI. Referido curso é regido pelas normas regimentais do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, que funciona em regime de dupla titulação com a Universidade de Perugia, na Itália, e a Universidade de Alicante, na Espanha.

Curso de Gerenciamento de Rotinas

Gerenciamento de Rotinas foi um importante curso realizado neste ano, que buscou na modalidade autoinstrucional (sem tutoria) o atendimento à migração do banco de dados do Sistema de

Automatização do Judiciário (SAJ) da versão 3 para a versão 5 - digital. O curso, no total de 240 horas-aula, contou com 1.670 participantes.

Cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM

A AJ credenciou na ENFAM, sob a vigência da Resolução n. 3/2013, os cursos de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura; Formação de Formadores; Redação Jurídica Objetiva e Direito Marítimo e Portuário. Já o Curso de Consequências Econômicas das Decisões Judiciais foi credenciado na vigência da Resolução n. 2/2016, visando o aperfeiçoamento dos magistrados catarinenses.

O curso de Formação de Formadores, especialmente importante para o aperfeiçoamento do corpo de docentes da Academia Judicial, teve a participação de quinze colaboradores, em 30 horas-aula.

Curso de Língua Portuguesa: tópicos gramaticais

O Curso de Língua Portuguesa: Tópicos Gramaticais foi produzido pela revisora desta Academia Judicial, Lucimeri Probst, dividido em três módulos, com 134 horas-aula, tendo concluído o curso 2.842 colaboradores.

Análise dos indicadores da AJ

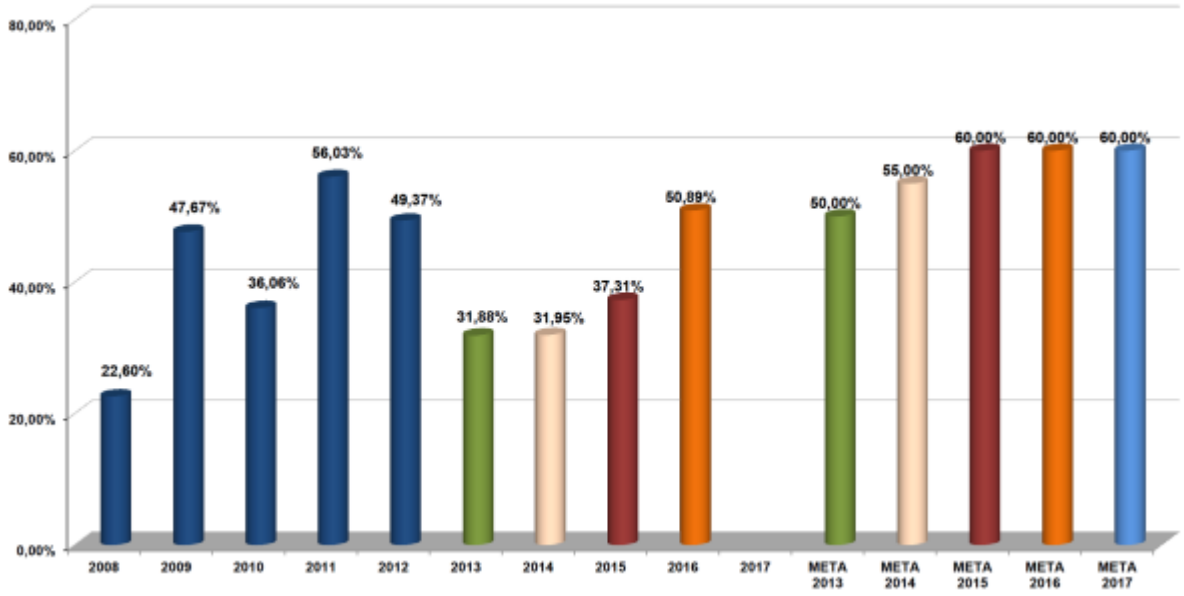
O indicador AC 1.1 é controlado pela Academia Judicial e pela Diretoria de Recursos Humanos e foi extraído do mapa estratégico do PJSC, na perspectiva de "pessoas e recursos". Tem como objetivo desenvolver permanentemente conhecimentos, habilidades e atitudes e garantir o apropriado percentual de colaboradores capacitados, por meio de verificação da quantidade de magistrados, servidores, estagiários e bolsistas que participaram de eventos de capacitação promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, como: cursos internos, cursos externos, seminários, congressos, bolsas de estudo de graduação e pós-graduação, entre outros.

Quanto aos dados estatísticos temos:

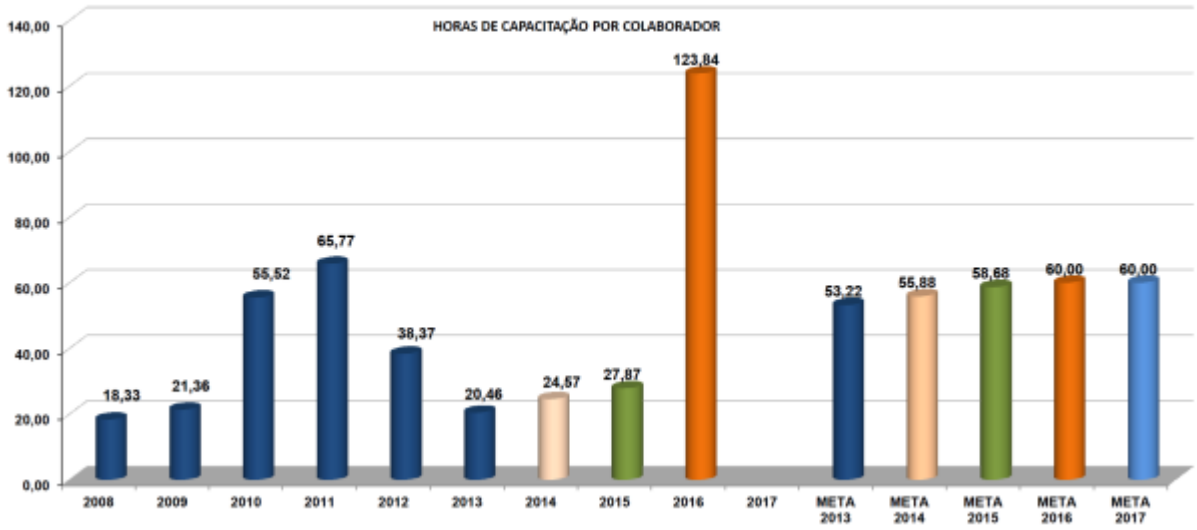
Análise Pedagógica: 228
Informações prestadas em processos administrativos: 863
Ofícios: 185
Pareceres: 325
Portarias: 33
Projetos Pedagógicos: 188
Total de cursos/eventos oferecidos: 125
Total de vagas oferecidas: 20.572
Total de inscritos: 17.024
Total de alunos aprovados (com repetição): 15.901

Quanto aos indicadores:

PR1.1 – Colaboradores capacitados (sem repetição)



PR1.2 - Horas de capacitação por colaborador (sem repetição)



PR1.3 – Índice de efetividade da capacitação

Este indicador não foi colhido por impossibilidade de sistema informatizado e estrutural deste órgão.

Dados extraídos até 14 de dezembro de 2016.

SECRETARIA-GERAL

A Secretaria-Geral do Tribunal de Justiça, órgão ligado à Presidência, titularizada por um magistrado de primeiro grau de jurisdição, auxiliado por corpo técnico bipartido em Assessoria e Cartório, foi criada pela Resolução GP n. 7 de 29 de janeiro de 2016. O órgão tem a dúplice função de fortalecer o elo de ligação com as comarcas no tocante aos assuntos de ordem administrativa e de centralizar, organizar, coordenar e espraiar diretrizes aos órgãos administrativos do Tribunal de Justiça catarinense.
Nesse mister, a Secretaria-Geral possui as seguintes atribuições:

1) planejar, coordenar, organizar e supervisionar as atividades e funções administrativas dos órgãos e setores que lhe são subordinados, cumprindo e fazendo cumprir as determinações do Presidente e do Tribunal Pleno;
2) despachar, com o Presidente, o expediente da Secretaria-Geral e dos órgãos e setores que lhe são subordinados;
3) propor ao Presidente a edição de atos administrativos e normativos, bem como o encaminhamento de assuntos ao Tribunal Pleno;
4) expedir instruções normativas, portarias, ordens de serviço e outros atos equivalentes, bem como aprovar planos de ação no âmbito da Secretaria-Geral e dos órgãos e setores que lhe são subordinados;
5) praticar, nos processos administrativos afetos à Secretaria-Geral, atos ordinatórios, de administração ou de mero expediente;
6) analisar e elaborar estudos, propostas e pareceres sobre qualquer matéria levada a exame e decisão do Presidente;
7) receber petições, requerimentos e ofícios endereçados ao Presidente, determinando o encaminhamento devido;
8) supervisionar atos de gestão de pessoal, administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos órgãos e setores que lhe são subordinados;
9) efetuar a distribuição de cargos de servidores e de estagiários entre as unidades jurisdicionais e administrativas do Poder Judiciário catarinense, após a manifestação prévia da Diretoria-Geral Administrativa;
10) exercer juízo de oportunidade e conveniência administrativa em questões relativas ao Primeiro Grau de Jurisdição;
11) solicitar à Procuradoria-Geral do Estado a adoção das medidas judiciais cabíveis para a defesa dos atos administrativos do Poder Judiciário de Santa Catarina; e
12) realizar outras atribuições decorrentes de suas funções ou que lhe sejam atribuídos pelo Presidente do Tribunal de Justiça ou pelo Tribunal Pleno.

No decorrer de 2016, a Secretaria-Geral contribuiu decisivamente para a aproximação entre os magistrados de primeiro grau e a Administração, para a celeridade na tramitação dos processos *interna corporis*, para a padronização dos entendimentos e procedimentos em trâmite nas Diretorias do TJSC e para a organização e ordenação dos serviços internos desta Corte.
Parcela dessas realizações pode ser divisada a partir da análise da dimensão numérica relativa aos trabalhos exercidos em 2016.

1. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

- Processos recebidos/instaurados: 3.058
- Média mensal de recebidos/instaurados: 278
- Processos arquivados: 1.391
- Média mensal de arquivamentos: 127

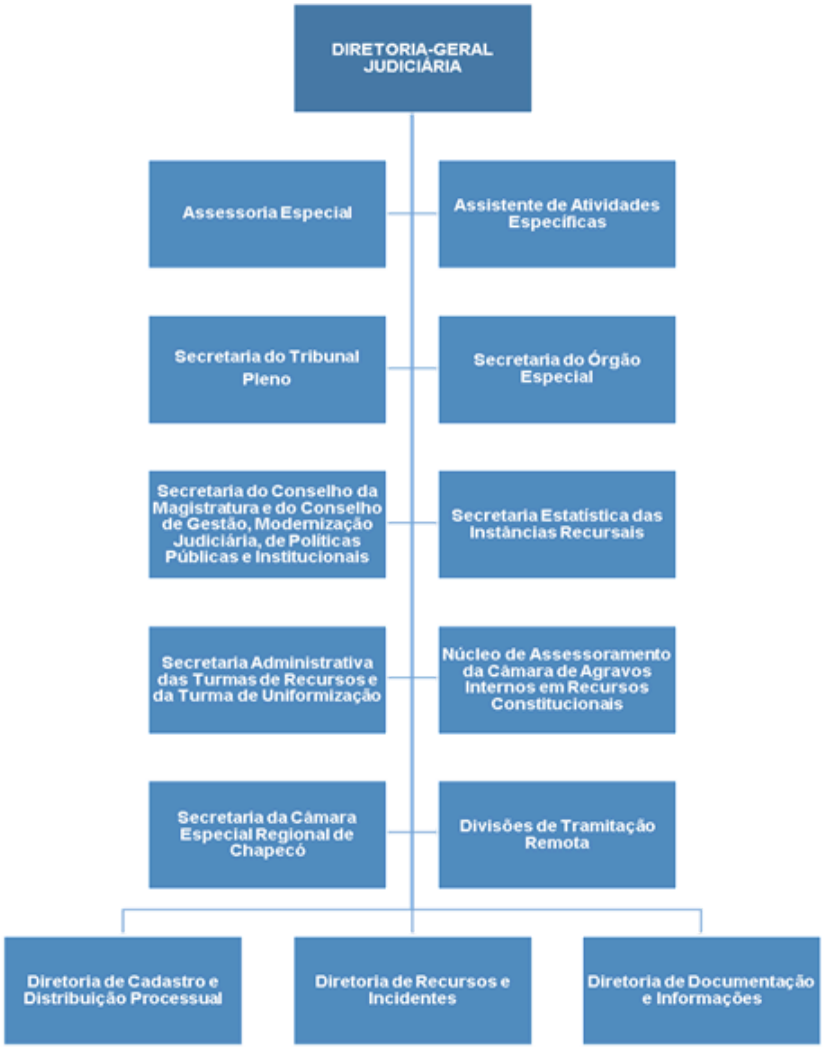
2. ATOS CONFECCIONADOS OU PRATICADOS PELA SECRETARIA-GERAL

- Total: 6.732
- Pareceres: 1.256
- Decisões: 2.332

- Despachos: 1.212
- Outros atos e expedientes: 1.932
- Média mensal: 437 atos ordinatórios/decisórios

DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA

A Diretoria-Geral Judiciária, órgão subordinado à Secretaria-Geral do Tribunal de Justiça, por força do art. 1º da Resolução GP n. 7, de 29 de janeiro de 2016, detém as seguintes atribuições precípuas: supervisionar e coordenar as atividades e os projetos das diretorias e setores vinculados, bem como outros relacionados à área judicial; emitir pareceres jurídicos e administrativos; e cumprir as decisões exaradas pela Presidência do Tribunal de Justiça e demais instâncias superiores.
À Diretoria-Geral Judiciária estão vinculadas a Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual (DCDP), a Diretoria de Recursos e Incidentes (DRI) e a Diretoria de Documentação e Informações (DDI). A estrutura da Diretoria-Geral Judiciária é composta, ainda, por secretarias, divisões de tramitação remota e um núcleo de assessoramento, conforme organograma abaixo:



SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

À Secretaria do Tribunal Pleno compete, além de dar andamento aos processos administrativos do Tribunal Pleno, auxiliar os trabalhos da Presidência nas sessões ordinárias, extraordinárias e solenes deste órgão julgador.
As atribuições do referido órgão estão previstas no Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina e no Regimento Interno da Corte.
Não obstante, o Ato Regimental TJ n. 146, de 4 de novembro de 2016, alterou a competência do Tribunal Pleno, delegando atribuições administrativas ao egrégio Órgão Especial.
Abaixo, as principais informações registradas pela Secretaria do Tribunal Pleno em 2016:

INFORMAÇÕES REGISTRADAS	QUANTIDADE
Relatórios de Processos em face de magistrados para a Presidência	12
Sessões ordinárias realizadas	20
Sessões extraordinárias realizadas	1
Sessões solenes realizadas	6
Ofícios expedidos	81
Atas confeccionadas	24
Certidões lavradas	361
Processos SPA recebidos no setor	42
Processos SPA enviados pelo setor	38
Documentos SPA criados no setor	41
Movimentações diversas - SAJ	366
Processos distribuídos em 2016 no SAJ	27
Processos PTC enviados pelo setor	38
Processos PTC recebidos pelo setor	40
Arquivos em áudio e vídeo produzidos a partir das gravações das sessões	65

Fonte: SAJ - Secretaria do Tribunal Pleno, SPA - Secretaria do Tribunal Pleno, PTC - Secretaria do Tribunal Pleno e registros nos arquivos da Secretaria do Tribunal Pleno.
Período: 1º de janeiro a 9 de dezembro de 2016.

Os dados estatísticos do Tribunal Pleno serão disponibilizados pela Secretaria Estatística das Instâncias Recursais.

SECRETARIA DO ÓRGÃO ESPECIAL

Compete à Secretaria do Órgão Especial auxiliar a Presidência nas sessões ordinárias e extraordinárias do Órgão Especial; elaborar editais de julgamento, pautas, certidões e atas das sessões e providenciar o devido encaminhamento, além de dar andamento aos processos por meio do cumprimento de despachos/decisões.
O Órgão Especial, regulamentado pelo Ato Regimental TJ n. 146, de 4 de novembro de 2016, é composto por 25 desembargadores, sendo 13 pelo critério de antiguidade e 12 por eleição.
Em fevereiro de 2016, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina iniciou a implantação do processo digital no 2º grau, sendo que o Órgão Especial foi incluído no primeiro ciclo. Atualmente, há 306 processos digitais em andamento (dados extraídos em 9 de dezembro de 2016).
Entre os meses de agosto e novembro de 2016, foram realizadas audiências por videoconferência nos processos de competência do Órgão Especial, o que permitiu que as testemunhas arroladas comparecessem em suas respectivas comarcas e, utilizando recursos de áudio e vídeo, fossem inquiridas pelo Desembargador relator, neste Tribunal de Justiça.
Abaixo, as principais informações compiladas pela Secretaria do Órgão Especial em 2016:

INFORMAÇÕES COMPILADAS	
Sessões realizadas (ordinárias - primeiras e terceiras quartas-feiras do mês)	20
Editais de julgamento (publicados do Diário da Justiça Eletrônico)	20
Atas (resultados dos julgamentos)	20
Processos pautados (incluídos em pauta e apresentados em mesa)	724
Certidões de Julgamento (entre julgados, adiados, retirados e pedidos de vista)	724
Certidões de decisões administrativas (eleições, promoções, aprovação de Atos Regimentais, Resoluções, etc.)	48
Ofícios diversos (cumprimento a despachos.)	359
Movimentações diversas – SAJ (movimentações em geral nos processos que tramitam no Órgão Especial – Físicos e Digitais)	6.205
Audiências realizadas (em ação penal originária.)	14

Termos de depoimento (relativos às audiências da ação penal originária.)	27

Fonte: SAJ e Registros da Secretaria do Órgão Especial.
Período: 7 de janeiro a 9 de dezembro de 2016.

Os dados estatísticos do Órgão Especial serão disponibilizados pela Secretaria Estatística das Instâncias Recursais.

SECRETARIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA E DO CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

A Secretaria do Conselho da Magistratura e do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais tem como atribuições cadastrar e distribuir os feitos, registrar a movimentação dos processos, organizar as pautas das sessões, secretariar as sessões dos conselhos e lavrar as respectivas certidões e atas, cumprir e fazer cumprir as determinações exaradas.
Em 2016, foram realizadas 9 (nove) sessões do Conselho da Magistratura e 6 (seis) sessões do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais.
Foram expedidas 13 (treze) resoluções pelo Conselho da Magistratura no corrente ano.
Seguem os quadros estatísticos de cada Conselho:

CONSELHO DA MAGISTRATURA			
Desembargador	**Processos distribuídos**	Processos em tramitação	**Processos Julgados**
Torres Marques	0	0	0
Sérgio Roberto Baasch Luz	3	0	3
Ricardo Orofino da Luz Fontes	48	0	48
Salim Schead dos Santos	24	15	9
Maria do Rocio Luz Santa Ritta	4	2	2
Jaime Ramos	4	1	3
Alexandre d'Ivanenko	4	2	2
Sérgio Izidoro Heil	4	4	0
Ronaldo Moritz Martins da Silva	2	1	1
Ricardo José Roesler	12	0	12
Sérgio Antônio Rizelo	6	0	6
Ernani Guetten de Almeida	3	0	3
TOTAL	**114**	**25**	**89**

Fonte: SAJ – Conselho da Magistratura, Atas das Sessões e Registros da Secretaria

CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS			
Desembargador	**Processos distribuídos**	**Processos em tramitação**	**Processos Julgados**
Torres Marques	7	0	7
Luiz Cézar Medeiros	2	0	2
Ricardo Fontes	0	0	0
Alexandre d'Ivanenko	1	0	1
João Henrique Blasi	0	0	0
Tulio José Moura Pinheiro	0	0	0
Carlos Alberto Civinski	1	0	1
Ronaldo Moritz Martins da Silva	1	1	0
Ernani Guetten de Almeida	0	0	0
Carlos Adilson Silva	2	2	0
Odson Cardoso Filho	0	0	0
TOTAL	**14**	**3**	**11**

Fonte: Atas da Sessão e Registros da Secretaria
* Dados extraídos até o dia 9 de dezembro de 2016.

SECRETARIA DA CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ

A Câmara Especial Regional de Chapecó (CERC) foi instalada em 5 de fevereiro de 2009, por meio do Ato Regimental n. 91/2008-TJ.
A CERC possui competência na VIII Região Judiciária, que abrange as Comarcas de Chapecó, Coronel Freitas, Xaxim, Concórdia, Ipumirim, Itá, Seara, São Miguel do Oeste, Descanso, Itapiranga, Xanxerê, Abelardo Luz, Ponte Serrada, São Domingos, Mondaí, Palmitos, São Carlos, Campo Erê, Quilombo, São Lourenço do Oeste, Cunha Porã, Maravilha, Modelo, Pinhalzinho, Anchieta, Dionísio Cerqueira e São José do Cedro. São 8 (oito) circunscrições judiciárias, 27 (vinte e sete) comarcas e 62 (sessenta e dois) municípios não sede de Comarca.
O Ato Regimental TJ n. 140, de 6 de julho de 2016, suspendeu a distribuição de novos processos à CERC no período de 1º de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2017, ressalvados os casos de embargos de declaração, agravos internos, incidentes e demais hipóteses de prevenção relacionados aos feitos já distribuídos.
No decorrer deste ano, foram realizadas 20 (vinte) sessões de julgamento e redistribuídos 6.222 (seis mil duzentos e vinte e dois) processos.
Abaixo, as principais informações registradas pela Secretaria da CERC em 2016:

SESSÕES DE JULGAMENTO	20
DOCUMENTOS EXPEDIDOS*	6.609
MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS*	121.245

*Dados do SAJ/SG5 - julho a dezembro de 2016.

A quantidade de documentos expedidos e de movimentações processuais, apresentada na tabela acima, refere-se ao período posterior à implantação do processo digital – SAJ/SG5 – na Câmara Especial Regional de Chapecó, ou seja, de julho a dezembro de 2016.
Os dados estatísticos da CERC, por sua vez, serão disponibilizados pela Secretaria Estatística das Instâncias Recursais.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA DAS TURMAS DE RECURSOS e SECRETARIA DA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO

A Secretaria Administrativa das Turmas de Recursos tem a atribuição de inserir no sistema de consulta de jurisprudência do TJSC os acórdãos e as decisões monocráticas dos processos físicos em tramitação nas Turmas de Recursos; enviar e baixar Agravos em Recursos Extraordinários - ARE e Recursos Extraordinários - RE ao Supremo Tribunal Federal, dos processos eletrônicos das Turmas de Recursos, nos termos da Resolução n. 1/2014-CGSJEPASC; elaborar quadro da ordem de antiguidade dos juízes para designação de suplentes para as Turmas de Recursos, nos termos do art. 14, § 6º, da Resolução n. 4/2007-CG.
A Secretaria Administrativa das Turmas Recursais também funciona como Secretaria da Turma de Uniformização, nos termos do art. 66B da RESOLUÇÃO N. 1/2012-CGSJEPASC. Portanto, este trabalho consiste em protocolar, autuar e distribuir as petições e processos da competência da Turma de Uniformização; dar movimentação aos processos; elaborar pauta de julgamento e remetê-la aos membros do colegiado e ao Ministério Público; secretariar as sessões de julgamento, lavrar certidões de julgamento; confeccionar as atas das sessões; lavrar certidões administrativas; preparar comunicados, expedientes e editais, encaminhando-os para divulgação no Diário da Justiça Eletrônico e certificar publicações e trânsito em julgado.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA DAS TURMAS DE RECURSOS

ATIVIDADES	QUANTIDADES
Envio de Agravos em Recurso Extraordinário-ARE e Recurso Extraordinário-RE, em meio digital, ao Supremo Tribunal Federal, por intermédio do Sistema de Envio de Recursos (S.E.R.).	13
Inclusão de Acórdãos/Decisões Monocráticas das Turmas de Recursos na consulta de jurisprudência (SAJ3/SG)	4.619

Dados atualizados até 7 de dezembro de 2016.
Fonte: Controle estatístico da Secretaria Administrativa das Turmas de Recursos.

SECRETARIA DA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO

ATIVIDADES	QUANTIDADES
Processos Distribuídos	62
Processos Julgados por Acórdão	26
Processos Julgados por Decisão Monocrática	8
Processos em Andamento	69
Processos Suspensos	1
Processos Encerrados	23
Enunciados Publicados	0
Sessões realizadas	3

Dados atualizados até 7 de dezembro de 2016.
Fonte: Controle estatístico da Secretaria Administrativa das Turmas de Recursos.

NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO DA CÂMARA DE AGRAVOS INTERNOS EM RECURSOS CONSTITUCIONAIS

O Núcleo de Assessoramento da Câmara de Agravos Internos em Recursos Constitucionais foi instituído pela Resolução GP nº 54, de 3 de novembro de 2016.
Ao longo do ano de 2016, a partir de sua formal criação e até o dia 30 de novembro, foram elaboradas 202 (duzentas e duas) minutas de acórdãos.
A primeira sessão da Câmara de Agravos Internos em Recursos Constitucionais ocorreu no dia 30 de novembro de 2016, sob a presidência do Desembargador Alexandre d'Ivanenko, 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. A câmara está composta ainda pelos Desembargadores Sérgio Izidoro Heil e Jaime Ramos, respectivamente 2º e 3º Vice-Presidentes desta Corte.

DIVISÃO DE TRAMITAÇÃO REMOTA DAS EXECUÇÕES FISCAIS

A Divisão de Tramitação Remota das Execuções Fiscais possui quatro seções: a) Seção de cumprimento de atos postulatórios; b) Seção de cumprimento de atos de garantia; c) Seção de cumprimento de atos de resistência/defesa; e d) Seção de cumprimento de atos de extinção e Contadoria.
Desde meados de outubro deste ano, por determinação da Corregedoria-Geral de Justiça, a Divisão está fazendo mutirões para promover o arquivamento dos processos com sentença proferida nos autos. Em outubro, foram arquivados 3.335 processos, enquanto que em novembro foram arquivados 6.849. Tais números são maiores do que a média dos meses anteriores, sendo que o total de processos arquivados, até 9 de dezembro 2016, foi de 33.347 processos.
Conforme a planilha abaixo, em 30 de novembro de 2016, tramitavam 357.612 processos na Divisão, referentes às 26 comarcas que lhe são vinculadas:

	COMARCAS	EXECUÇÕES MUNICIPAIS	EXECUÇÕES ESTADUAIS	TOTAL POR COMARCA
1	ARARANGUÁ – 1ª Vara	6.075	365	6.440
	ARARANGUÁ – 2ª Vara	6.386	346	6.732
2	BALN. CAMBORIU	17.623	2.310	19.933
3	BALN. PIÇARRAS	5.746	460	6.206

4	BIGUAÇU	7.945	420	8.365
5	BLUMENAU	30.555	8.387	38.942
6	BRAÇO DO NORTE	870	407	1.277
7	BRUSQUE	3.980	1.175	5.155
8	CAMBORIÚ	12.780	1.028	13.808
9	CRICIÚMA	5.259	2.842	8.101
10	GASPAR	9.259	(pertence à Blumenau)	9.259
11	GUARAMIRIM	4.796	710	5.506
12	IMBITUBA	10.252	276	10.528
13	INDAIAL	894	986	1.880
14	ITAJAÍ	39.341	3.058	42.399
15	ITAPEMA	12.714	1.044	13.758
16	ITAPOÁ	13.574	(pertence à Joinville)	13.574
17	JARAGUÁ DO SUL	14.883	2.407	17.290
18	JOINVILLE	42.369	8.411	50.780
19	NAVEGANTES	5.944	592	7.536
20	PALHOÇA	29.509	1.728	31.237
21	PORTO BELO	10.353	345	10.698
22	RIO NEGRINHO	2.303	868	3.171
23	SÃO FRANCISCO DO SUL	9.929	2	9.931
24	TIJUCAS	3.150	516	3.666
	TIJUCAS 2ª VARA	2.480	0	2.480
25	TIMBÓ	4.837	619	5.456
26	URUSSANGA	3.098	406	3.504
	TOTAL	**317.904**	**39.708**	**357.612**

Referência: janeiro a 30 de novembro de 2016.
FONTE: SAJ Estatística

Em complemento, destacam-se algumas atividades desenvolvidas pela Divisão de Tramitação Remota das Execuções Fiscais, até o dia 9 de dezembro de 2016 (fonte: SAJ Estatística):

- 20.508 ofícios diversos emitidos;
- 6.560 mandados diversos emitidos;
- 106.317 certidões de cartório;
- 45.170 atos ordinatórios para intimação das partes;
- 14.000 juntadas de petições e documentos; e
- 33.347 processos arquivados definitivamente.

No total, entre os dias 1º de janeiro e 30 de novembro do corrente ano, a equipe da Divisão realizou 301.189 movimentações processuais.

DIVISÃO DE TRAMITAÇÃO REMOTA PENAL

A Divisão de Tramitação Remota Penal, criada pela Resolução Conjunta GP/CGJ n. 7, de 21 de agosto de 2014, iniciou as atividades no dia 30 de março de 2015.
Possui um fluxo de trabalho próprio, desenvolvido pelo Núcleo II da Corregedoria-Geral da Justiça, a partir das sugestões apresentadas pelo Chefe de Divisão, o qual teve por base o fluxo de trabalho Criminal – Genérico utilizado pelas varas criminais. Foram feitas algumas modificações que permitiram a criação de um fluxo mais enxuto, com menos filas de trabalho e, portanto, mais fácil de ser visualizado e acompanhado.
Além disso, foram criados alguns atos ordinatórios específicos, que possibilitam a realização de vários atos processuais sucessivos, a exemplo do ato ordinatório nº 20105 – Crime – Intimação da sentença – mandado, que expede tantos mandados de intimação quantos forem os réus cadastrados, intima o

Ministério Público e a Defensoria Pública por meio de seus portais, remete a intimação do defensor constituído para a fila de preparação da relação que posteriormente será encaminhada para publicação no Diário da Justiça Eletrônico e expede oficio para intimação das vítimas.
A Divisão iniciou suas atividades com a Seção de Cumprimento de Sentença, mas há projeto para colocar em produção as seções encarregadas da fase postulatória (que inicia com o oferecimento da denúncia, promoção da citação e apresentação de resposta à acusação) e da fase instrutória (que compreende o início da instrução, com a audiência de instrução e julgamento, até a conclusão para sentença nos processos que não forem julgados na própria audiência).
No início das atividades, a Divisão cooperava com a 1ª e a 3ª Varas Criminais da comarca da Capital e, a partir do mês de junho de 2015, passou a cooperar também com a 2ª e a 4ª Varas Criminais, também da comarca da Capital.
Os relatórios gerenciais das quatro unidades criminais, extraídos do sistema SAJ/PG, apontam que estão em tramitação 1.518 processos nos fluxos de trabalho da Divisão, assim distribuídos:

1ª VARA CRIMINAL	2ª VARA CRIMINAL	3ª VARA CRIMINAL	4ª VARA CRIMINAL	TOTAL
425	415	278	400	1.518

Fonte: SAJ/PG - consulta realizada em 6 de dezembro de 2016.

A elevação do número de processos nos fluxos de trabalho da Divisão durante o ano de 2016 refletiu diretamente na quantidade de atos realizados pela equipe (juntadas, movimentações no SAJ5/PG, certidões etc.), conforme apontam os dados abaixo:

	1ª VARA CRIMINAL	2ª VARA CRIMINAL	3ª VARA CRIMINAL	4ª VARA CRIMINAL	TOTAL
Movimentações	8.236	7.586	3.791	7.947	**27.560**
Documentos emitidos	2.639	3.061	1.147	2.676	**9.523**

Fonte: SAJ Estatística - período: janeiro a dezembro de 2016

No que concerne à produtividade da Divisão, merece destaque que, entre os meses de janeiro e dezembro deste ano, foram processados e remetidos para o Tribunal de Justiça 1.044 recursos eletrônicos, cadastrados 582 Processos de Execução Criminal (provisórios e definitivos) e arquivados definitivamente 713 processos (fonte: SAJ Estatística).
Embora a Divisão conte com apenas uma seção em produção, a realização das atividades de forma rotineira possibilitou a especialização dos servidores, de modo que, apesar do elevado número de processos que ingressaram nos fluxos de trabalho, não houve contingenciamento no ano de 2016.

DIVISÃO DE TRAMITAÇÃO REMOTA DE EXECUÇÕES E DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS CÍVEIS

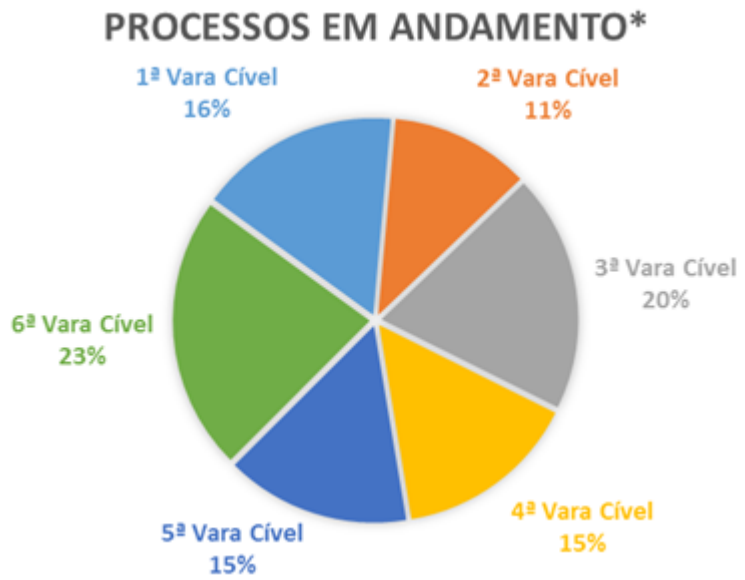
A Divisão de Tramitação Remota de Execuções e Cumprimentos de Sentenças Cíveis, criada pela Resolução Conjunta GP/CGJ n. 8, de 21 de agosto de 2014, entrou em funcionamento no dia 4 de maio de 2015, inicialmente com o acervo de processos eletrônicos das 3ª e 6ª Varas Cíveis da Comarca da Capital, especificamente Execuções de Título Extrajudicial e Procedimentos de Cumprimento de Sentença/Decisão.
Foram criadas quatro seções na Divisão, com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos, padronizar a tramitação, torná-la mais célere, aumentar a produtividade e reduzir a quantidade de insumos necessários à prestação jurisdicional, assim estabelecidas:

a) Seção de Atos Postulatórios: compreende a fase inicial do processo, até a efetivação da citação;
b) Seção de Atos Constritórios: compreende a fase de garantia processual. A partir da penhora, o processo é movido para esta seção;
c) Seção de Atos Recursais: todas as Impugnações e Embargos, independentemente da fase processual, processam-se nesta seção; e

d) Seção de Expropriação e Pagamento: nesta seção, os processos estão em fase final, em que são realizadas designações de leilão, expedições de alvarás, pagamentos de custas finais e arquivamentos definitivos.

Atualmente, a Divisão de Tramitação Remota de Execuções e de Cumprimentos de Sentenças Cíveis atende os processos eletrônicos das 6 Varas Cíveis do Foro Central da Comarca da Capital. A partir de junho de 2016, foram designados dois juízes cooperadores para atuarem na referida unidade.

Ao final do ano de 2016, constavam 8.166 processos digitais em andamento na Divisão, distribuídos na seguinte proporção entre as varas:



* Fonte: SAJ Estatística – 30 de novembro de 2016.

Computaram-se, no decorrer do ano, mais de 70.000 movimentações lançadas no Sistema de Automação do Judiciário - SAJ/PG, com a emissão de quase 20.000 expedientes.



* Fonte: SAJ Estatística – 30 de novembro de 2016.

A partir do mês de setembro de 2016, a Divisão passou a realizar consultas aos sistemas externos do RENAJUD, INFOJUD e SERASAJUD, bem como ao Sistema Auxiliar de Pesquisa de Endereços, desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça, que possibilita, por meio do CPF do executado, a consulta em vários sistemas, entre eles o INFOSEG e SIEL.

No mês de outubro do corrente ano, após autorização do Conselho Nacional de Justiça, foram integrados à Divisão os serviços relacionados aos procedimentos do BACENJUD, até então restritos ao gabinete, por meio do qual são providenciados os atos de bloqueio de valores.

Por fim, registra-se que a digitalização do acervo físico das unidades judiciárias, aliada à assunção da demanda das demais varas cíveis da comarca da Capital, acarretou significativo aumento do número de processos na Divisão no ano de 2016, em comparação com o exercício anterior.

DIVISÃO DE TRAMITAÇÃO REMOTA DAS EXECUÇÕES PENAIS

A Divisão de Tramitação Remota das Execuções Penais atende às varas de execuções penais de duas comarcas, Criciúma e Capital, as quais, conjuntamente, possuem um acervo total de 19.220 processos/procedimentos geridos, sendo 5.769 com a situação em andamento, 3.250 referentes a apenados presos, e 670 suspensos.
Nos termos da Orientação nº 55 da Corregedoria-Geral da Justiça, nesse total, não estão computados os apensos, que devem permanecer na fila arquivados definitivamente, apesar da necessidade de constantemente serem adotadas providências naqueles autos.
Os dados estatísticos referentes ao período de janeiro a novembro de 2016 são os seguintes:

COMARCA	PERÍODO	PROCESSOS NO FLUXO	SUSPENSOS EM GRAU DE RECURSO	MOVIMENTAÇÕES ATOS REALIZADOS	EM ANDAMENTO	PROCESSOS COM APENADO PRESO
Capital	Jan/16 -Nov/16	9.585	455	64.580	3.215	1.666
Criciúma	Jan/16 -Nov/16	9.635	215	53.709	2.554	1.584
TOTAL	**Jan/16 -Nov/16**	**19.220**	**670**	**118.289**	**5.769**	**3.250**

Fonte: SAJ Estatística em 12 de dezembro de 2016.

No que tange à produtividade dos servidores e colaboradores da Divisão de Tramitação Remota das Execuções Penais, tem-se o quadro abaixo:

COMARCA	PERÍODO	MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS	DOCUMENTOS EMITIDOS
Capital	Jan/16 - Nov/16	64.580	23.024
Criciúma	Jan/16 - Nov/16	53.709	13.276
TOTAL DO PERÍODO		**118.289**	**36.300**

Fonte: SAJ Estatística em 12 de dezembro de 2016.

No primeiro semestre de 2016, por se tratar de ano eleitoral, a análise dos trânsitos em julgado de sentenças que extinguiram a punibilidade e a comunicação aos juízos das condenações demandaram especial atenção da equipe para que nenhum eleitor ou candidato restasse prejudicado. Para tanto, foram saneados e encaminhados os ofícios dos processos cujo trânsito ocorreu antes das eleições.
Como consequência, foram arquivadas definitivamente diversas execuções penais, o que acarretou a manutenção do acervo em trâmite e o aumento das movimentações processuais e documentos expedidos.
No segundo semestre, merece destaque a manutenção das análises de trânsito em julgado e o acompanhamento e adoção de providências decorrentes da inspeção correicional realizada pela Corregedoria-Geral da Justiça na Vara das Execuções Penais da comarca de Criciúma, sendo todos os questionamentos/aspectos de competência da Divisão de Tramitação Remota das Execuções Penais devidamente respondidos a tempo e modo.
Por fim, apesar de ser atividade que demanda a realização anual, os atestados de pena a cumprir aos apenados dos regimes fechado e semiaberto, em todos os estabelecimentos prisionais cuja competência recaia sobre a Divisão de Tramitação Remota das Execuções Penais, serão entregues dentro dos prazos estipulados na Lei de Execuções Penais (Lei 7.210/84) e na Resolução n. 113/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

DIVISÃO DE TRAMITAÇÃO REMOTA DE DIREITO BANCÁRIO

A Divisão de Tramitação Remota de Direito Bancário, criada pela Resolução Conjunta n. 3, de 1º de julho de 2014, é responsável pela tramitação dos processos bancários oriundos de 7 comarcas, abrangendo as 3 Varas Bancárias da comarca da Capital, a Vara Regional Bancária de Itajaí (Navegantes, Balneário Piçarras e Itajaí) e a Vara Regional Bancária de Balneário Camboriú (Camboriú, Itapema e Balneário Camboriú). Possui um acervo total de 26.539 processos digitais com a situação "em andamento":

PROCESSOS EM ANDAMENTO	EM ANDAMENTO – BASE 30/09/16
1ª Vara Bancária Capital	4.424
2ª Vara Bancária Capital	3.587
3ª Vara Bancária da Capital	3.512
Vara Regional de Direito Bancário de Itajaí	9.660
Vara Regional de Direito Bancário de Balneário Camboriú	5.356
TOTAL	**26.539**

*As Regionais de Itajaí e Balneário Camboriú receberam aproximadamente 5.000 processos redistribuídos da Comarca de Navegantes, Piçarras, Itapema.

Neste ano de 2016, foram distribuídos 7.847 processos e arquivados definitivamente 11.892 feitos, conforme dados abaixo:

	DISTRIBUÍDOS EM 2016 – BASE 30/09/2016
1ª Vara Bancária Capital	982
2ª Vara Bancária Capital	980
3ª Vara Bancária da Capital	979
Vara Regional de Direito Bancário de Itajaí	2.799
Vara Regional de Direito Bancário de Balneário Camboriú	2.107
TOTAL	**7.847**

	ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE EM 2016 – BASE 30/09/16
1ª Vara Bancária Capital	2.197
2ª Vara Bancária Capital	2.421
3ª Vara Bancária da Capital	2.122
Vara Regional de Direito Bancário de Itajaí	2.523
Vara Regional de Direito Bancário de Balneário Camboriú	2.629
TOTAL	**11.892**

Dentre as atividades executadas pelos servidores da Divisão, destacam-se as seguintes:

QUADRO ESTATÍSTICO DE EXPEDIENTES/MOVIMENTAÇÕES - 2016						
	1ª Bancária	2ª Bancária	3ª Bancária	R. Itajaí	R. Bal. Camboriú	TOTAL
Ofícios	2.948	3.453	3.173	6.142	6.582	22.298
Mandados/carta precatória	1.616	1.771	1.689	5.048	4.327	14.451
Certidões	9.034	9.390	8.642	12.224	13.601	52.891
Atos ordinatórios	5.437	7.051	6.354	6.102	6.677	31.621
Juntada petições/documentos	19.441	21.999	20.046	7.805	9.527	78.818
Total geral de movimentações no SAJ (inclui as acima e outras não especificadas)	**97.123**	**107.491**	**100.955**	**166.923**	**162.781**	**635.273**

Fonte: SAJ Estatística – 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016.

Assim, de acordo com o quadro acima, a Divisão de Tramitação Remota de Direito Bancário foi responsável pela realização de 635.273 movimentações processuais no Sistema de Automação do Judiciário – SAJ/PG, no período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016.

PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DE ACERVOS EM GABINETES DE DESEMBARGADORES E EM ÓRGÃOS JULGADORES

O Programa de Enfrentamento de Acervos em Gabinetes de Desembargadores e em Órgãos Julgadores foi instituído pela Resolução GP n. 2, de 31 de janeiro de 2014 e extinto pela Resolução GP nº 54, de 3 de novembro de 2016, que transformou o nominado programa em Núcleo de Assessoramento da Câmara de Agravos Internos em Recursos Constitucionais.
Malgrado o Sistema de Automação do Judiciário – SAJ não viabilize a extração de dados de produção individualizados para o Programa de Enfrentamento de Acervos, cabe o esclarecimento de que as informações abaixo prestadas defluem de controle semanal de produtividade realizado pelo próprio setor:

DOCUMENTOS ELABORADOS (relação por gabinete)	
CÂMARA CIVIL ESPECIAL	
Desª. Cláudia Lambert de Faria	129
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL E TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Des. Artur Jenichen Filho	118
Des. Domingos Paludo	2
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Desª. Janice Goulart Garcia Ubiali	3
Des. Mariano do Nascimento	50
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Des. Altamiro de Oliveira	11
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Des. Rodolfo Tridapalli	2
TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Des. Pedro Manoel Abreu	53
QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Des. Edemar Gruber	14
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL	
Des. Carlos Alberto Civinski	40
Des. Luiz Cesar Schweitzer	81
QUARTA CÂMARA CRIMINAL	
Des. Newton Varella Júnior	2
TOTAL	**505**

*Dados referentes ao período de 7 de janeiro a 4 de novembro de 2016.

PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DE ACERVOS EM GABINETES DE MAGISTRADOS DE PRIMEIRO GRAU

O Programa de Enfrentamento de Acervos em Gabinetes de Magistrados de Primeiro Grau foi instituído pela Resolução GP n. 17, de 12 de março de 2013. Posteriormente, o Programa foi estruturado pela Resolução GP n. 39, de 17 de dezembro de 2014, que promoveu a sua vinculação à Diretoria-Geral Judiciária.
Todavia, em virtude da revogação da Resolução GP n. 39 pela Resolução GP n. 43, de 22 de setembro de 2016, o setor encerrou suas atividades no dia 1º de outubro deste ano.
Diante da impossibilidade técnica de extrair do Sistema de Automação da Justiça – SAJ a produção do Programa de Enfrentamento de Acervos no ano de 2016, informou o então Secretário do referido Programa que foram feitas, aproximadamente, 2.300 minutas de peças processuais.

SECRETARIA ESTATÍSTICA DAS INSTÂNCIAS RECURSAIS

Compete à Secretaria Estatística das Instâncias Recursais extrair os relatórios estatísticos: diários por movimentação, pendências de julgamento e/ou assinatura de acórdãos; mensais relativos à LOMAN; de produtividade de magistrados e lista de processos aptos para julgamento (art. 12 do CPC); semestrais para o CNJ - Justiça em Números; e anual, contendo os dados sobre o desempenho do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a ser encaminhado à ASPLAN. Além disso, no setor são atendidas solicitações de Desembargadores de levantamento de quantitativos de órgãos julgadores para embasar decisões administrativas, bem assim elaborados prognósticos de crescimento dos julgamentos no âmbito do Tribunal de Justiça, com o propósito de implementar outras medidas necessárias ao bom desenvolvimento dos trabalhos no Poder Judiciário de Santa Catarina.
O Tribunal de Justiça de Santa Catarina no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2016:

- recebeu **128.546** processos, dos quais **98.991** casos novos (recursos de decisões de primeiro grau de jurisdição e ações de competência originária do Tribunal de Justiça de Santa Catarina) e **29.555** incidentes processuais;
- julgou **117.996** processos, sendo **81.818** por acórdão e **36.178** por decisões monocráticas;
- publicou **82.190** acórdãos assinados no Diário da Justiça Eletrônico;
- consignou **11.672** despachos de revisores, **57.670** despachos de relatores, além de **15.133** decisões liminares;
- registrou a interposição de **14.821** recursos de competência dos Tribunais Superiores (Recursos Especiais, Recursos Extraordinários e Recursos Ordinários);
- baixou à origem de **110.460** processos; e
- realizou **995** sessões de julgamento.

No ano de 2017, a Corte Catarinense inicia seus trabalhos com **92.809** processos pendentes de julgamento. Do volume total desses processos, **642** são da competência da Segunda e Terceira Vice-Presidências (recursos aos Tribunais Superiores e incidentes processuais) e **92.167** constam do acervo dos demais órgãos julgadores, da Presidência e da Primeira Vice-Presidência (recursos oriundos da primeira instância, ações de competência originária do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e incidentes processuais).
Existem, ainda, cerca de **28.085** recursos sobrestados no NURER - Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos, que aqui aguardam decisão dos Tribunais Superiores.

1. PROCESSOS ENTRADOS

No ano de 2016 foram distribuídos **128.546** processos, sendo **98.991** casos novos (ações de competência originária e recursos oriundos primeiro grau de jurisdição) e **29.555** incidentes processuais. Ocorreram, ainda, **23.526** movimentações de redistribuição e **81.492** de transferência.

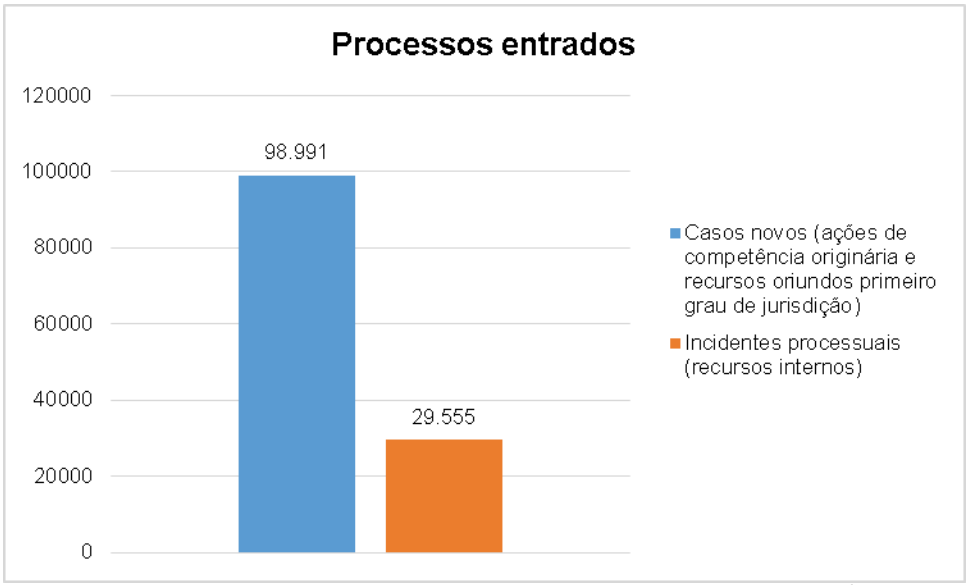


Gráfico 1.1 - Processos Entrados. (Fonte: Sistema de Automação da Justiça de Segundo Grau – SAJ/SG5. Relatórios Estatísticos: mapa 158).

Desta forma, de todos os processos entrados no período, **77%** são casos novos e **23%** são recursos internos de decisões proferidas pelo próprio Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

2. JULGAMENTOS

No ano de 2016 foram julgados **117.996** processos de competência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sendo **81.818** por acórdão e **36.178** por decisão monocrática, o que representa **69%** e **31%**, respectivamente.

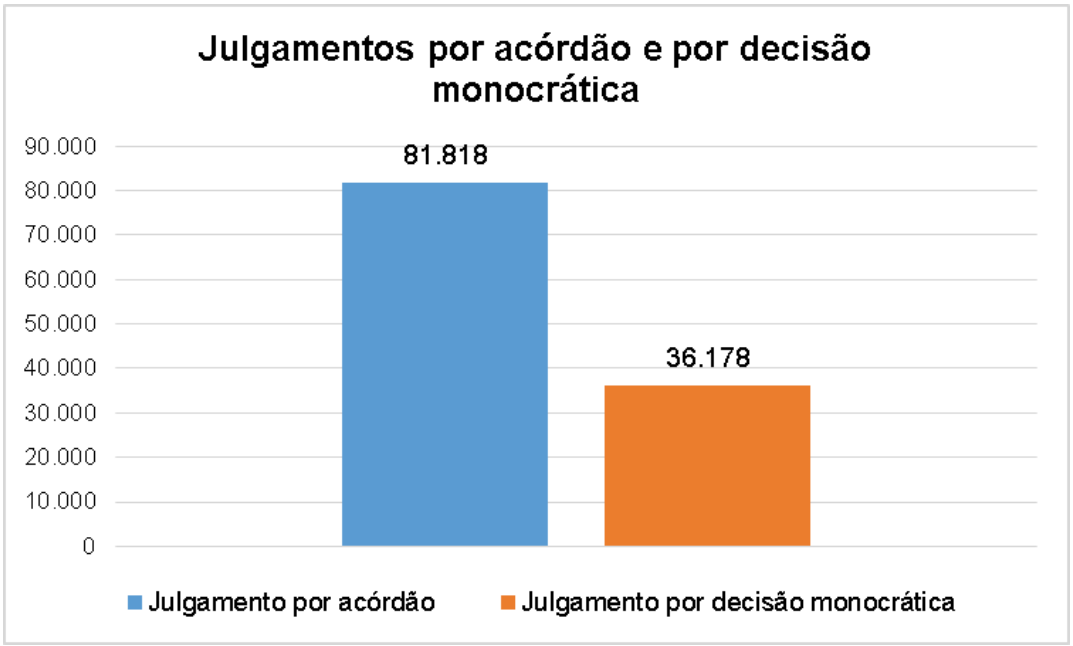


Gráfico 2.1 – Julgamentos por acórdão e por decisão monocrática. (Fonte: Sistema de Automação da Justiça de Segundo Grau – SAJ/SG5. Relatórios Estatísticos: mapa 158).

3. PRODUTIVIDADE

A produtividade no ano de 2016 é representada na tabela a seguir.

Tabela 3.1 - Produtividade Geral no Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Processos recebidos por Distribuição	**98.991**
Incidentes Recebidos	**29.555**
Processos recebidos por Redistribuição	**23.526**
Processos recebidos por Transferência	**81.492**
Julgamento por Acórdão	**81.818**
Julgamento por Monocrática	**36.178**
Liminares	**15.133**
Acórdãos Assinados	**82.190**
Despachos do Relator	**57.670**
Despachos do Revisor	**11.672**
Pedidos de Vista	**2.129**

(Fonte: Sistema de Automação da Justiça de Segundo Grau – SAJ/SG5. Fonte: Relatórios Estatísticos: Mapa 158)
O gráfico abaixo, por sua vez, demonstra que a quantidade de processos entrados superou o número de processos julgados, com a diferença de **10.550** processos.

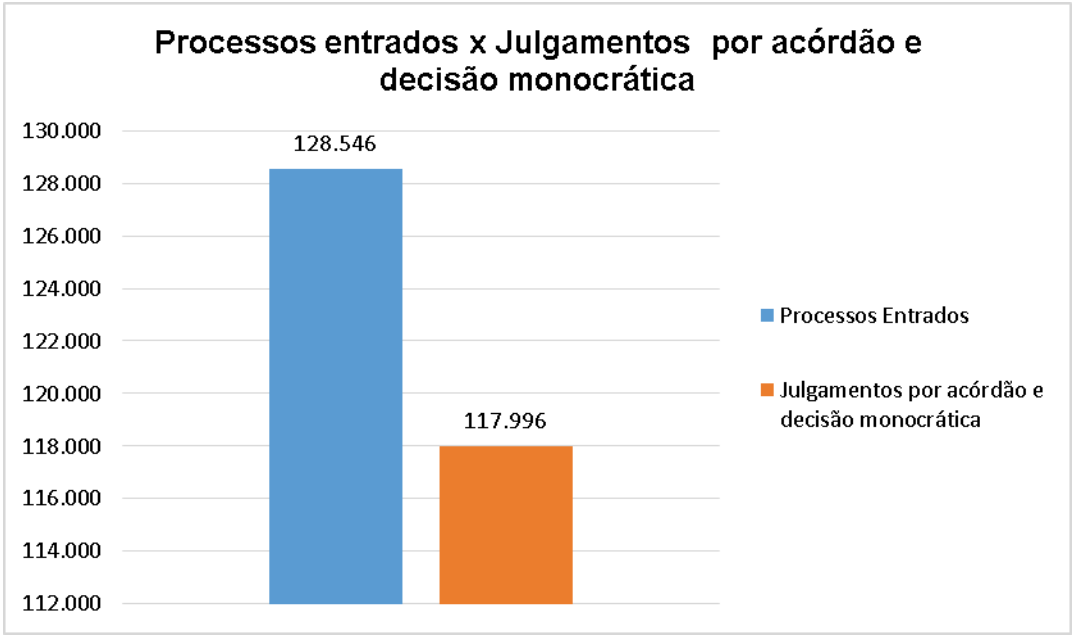


Gráfico 3.1. – Processos entrados x julgamentos por acórdão e decisão monocrática. (Fonte: Sistema de Automação da Justiça de Segundo Grau – SAJ/SG5. Relatórios Estatísticos: Mapa 158).

4. PRODUTIVIDADE POR ÓRGÃO JULGADOR E MAGISTRADO

Nas tabelas que seguem, a nominata dos Desembargadores componentes de cada órgão julgador foi ordenada segundo a lista de antiguidade dos magistrados no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, constando, ainda, os nomes de todos os magistrados que em algum momento integraram os respectivos órgãos fracionários durante o ano de 2016 (inclusive os que mudaram de Câmara e os aposentados).

* Dados extraídos do Sistema de Automação da Justiça de Segundo Grau 5 - SAJ/SG5, mapa 158, em 12 de janeiro de 2017.

4.1. Tabela de produtividade por órgão julgador

Orgão Julgador	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Presidência	96	0	8	1	0	1	0	0	97	0	0
Primeira Vice-Presidência	25	0	3	5	0	27	2	0	4	0	0
Segunda Vice-Presidência	13	5.811	16	2.762	0	4.638	16	0	6.732	0	0
Terceira Vice-Presidência	9	8.664	8	12.080	0	14.405	0	0	12.342	0	0

Câmara de Agravos Internos em Recursos Constitucionais	231	156	409	4	202	3	0	202	7	0	0
Tribunal Pleno	16	10	6	1	26	4	0	27	21	0	6
Órgão Especial	694	121	564	330	565	149	34	584	801	0	36
Câmara Civil Especial	21.115	1.318	659	3.509	195	3.187	9.101	195	9.292	0	0
Câmara Especial Regional de Chapecó	3.215	666	598	6.979	4.075	832	647	4.116	1.320	1.077	88
Grupo de Câmaras de Direito Civil	141	76	22	101	159	64	10	166	166	43	37
Primeira Câmara de Direito Civil	3.232	811	1.208	2.708	4.418	308	10	4.475	694	469	318
Segunda Câmara de Direito Civil	3.236	641	1.016	2.690	3.452	429	24	3.355	761	369	242
Terceira Câmara de Direito Civil	3.241	773	1.038	1.355	4.187	127	18	4.248	1.906	548	50
Quarta Câmara de Direito Civil	3.250	599	1.153	4.154	2.413	557	28	2.423	1.531	368	130
Quinta Câmara de Direito Civil	3.277	864	1.027	1.415	4.358	508	21	4.362	864	352	22
Sexta Câmara de Direito Civil	3.236	408	1.072	4.523	2.410	286	25	2.395	1.464	383	26
Grupo de Câmaras de Direito Comercial	34	23	7	8	23	18	10	23	46	1	3
Primeira Câmara de Direito Comercial	3.047	1.491	1.727	1.468	3.725	1.910	6	3.767	1.332	113	118
Segunda Câmara de Direito Comercial	2.871	647	2.045	3.558	4.492	462	7	4.631	2.122	572	89
Terceira Câmara de Direito Comercial	3.013	623	1.971	986	3.534	639	2	3.587	1.957	907	6
Quarta Câmara de Direito Comercial	3.030	1.006	1.693	2.006	6.000	169	4	6.021	1.363	779	25
Quinta Câmara de Direito Comercial	3.063	754	1.823	1.234	5.300	95	5	5.380	798	914	2
Grupo de Câmaras de Direito Público	539	234	111	240	476	263	235	483	679	22	29
Primeira Câmara de Direito Público	4.792	805	1.115	3.016	4.812	1.357	29	4.827	2.066	717	96
Segunda Câmara de Direito Público	4.793	763	1.083	3.611	5.160	889	15	4.952	712	800	36
Terceira Câmara de Direito Público	4.815	634	1.222	6.868	3.314	1.638	24	3.366	1.308	486	119
Quarta Câmara de Direito Público	4.812	559	1.262	7.627	3.708	1.051	12	3.730	1.609	511	143
Seção Criminal	622	99	119	158	403	123	69	407	594	204	30
Primeira Câmara Criminal	4.530	248	151	3.083	3.572	439	1.179	3.599	1.082	398	141
Segunda Câmara Criminal	4.571	314	111	1.167	4.034	499	1.198	4.056	1.272	765	213
Terceira Câmara Criminal	4.569	276	123	1.123	3.701	554	1.030	3.696	1.630	499	34
Quarta Câmara Criminal	4.551	152	132	2.722	3.104	502	1.150	3.117	1.027	375	90
Plantão Judiciário	312	9	24	0	0	45	222	0	71	0	0
TOTAL GERAL	**98.991**	**29.555**	**23.526**	**81.492**	**81.818**	**36.178**	**15.133**	**82.190**	**57.670**	**11.672**	**2.129**

4.2. Tabelas de produtividade por órgão julgador e magistrado – Presidência, Vice-Presidências e Câmara de Agravos Internos em Recursos Especiais

a) Presidência

PRESIDÊNCIA											
Magistrado	**Processos recebidos por Distribuição**	**Incidentes Recebidos**	**Processos recebidos por Redistribuição**	**Processos recebidos por Transferência**	**Julgamento por Acórdão**	**Julgamento por Monocrática**	**Liminares**	**Acórdãos Assinados**	**Despachos do Relator**	**Despachos do Revisor**	**Pedidos de Vista**
Desembargador Torres Marques	96	0	8	1	0	1	0	0	97	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**96**	**0**	**8**	**1**	**0**	**1**	**0**	**0**	**97**	**0**	**0**

b) Primeira Vice-Presidência

PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA											
Magistrado	**Processos recebidos por Distribuição**	**Incidentes Recebidos**	**Processos recebidos por Redistribuição**	**Processos recebidos por Transferência**	**Julgamento por Acórdão**	**Julgamento por Monocrática**	**Liminares**	**Acórdãos Assinados**	**Despachos do Relator**	**Despachos do Revisor**	**Pedidos de Vista**
Desembargador Torres Marques	3	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0
Desembargador Alexandre d'Ivanenko	16	0	1	4	0	16	2	0	2	0	0
Desembargador Sérgio Izidoro Heil	6	0	2	1	0	7	0	0	2	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**25**	**0**	**3**	**5**	**0**	**27**	**2**	**0**	**4**	**0**	**0**

c) Segunda Vice-Presidência

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA											
Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Jaime Ramos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Desembargador Sérgio Izidoro Heil	13	5.762	16	2.755	0	4.613	16	0	6.690	0	0
Desembargadora Sônia Maria Schmitz	0	49	0	7	0	24	0	0	42	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**13**	**5.811**	**16**	**2.762**	**0**	**4.638**	**16**	**0**	**6.732**	**0**	**0**

d) Terceira Vice-Presidência

TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA											
Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Jaime Ramos	9	8.649	8	12.042	0	14.315	0	0	12.333	0	0
Desembargador Sérgio Izidoro Heil	0	1	0	9	0	5	0	0	6	0	0
Desembargador Cláudio Valdyr Helfenstein	0	14	0	28	0	85	0	0	2	0	0
Desembargadora Sônia Maria Schmitz	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**9**	**8.664**	**8**	**12.080**	**0**	**14.405**	**0**	**0**	**12.342**	**0**	**0**

d) Câmara de Agravos Internos em Recursos Constitucionais

CÂMARA DE AGRAVOS INTERNOS EM RECURSOS CONSTITUCIONAIS											
Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Jaime Ramos	213	136	374	1	200	3	0	200	5	0	0
Desembargador Sérgio Izidoro Heil	18	20	35	3	2	0	0	2	2	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**231**	**156**	**409**	**4**	**202**	**3**	**0**	**202**	**7**	**0**	**0**

4.3. Tabelas de produtividade por órgão julgador e magistrado

a) Tribunal Pleno

TRIBUNAL PLENO											
Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Cláudio Barreto Dutra	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Newton Trisotto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Desembargador Luiz Cézar Medeiros	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Torres Marques	3	3	0	0	3	3	0	3	7	0	1
Desembargador Marcus Tulio Sartorato	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Desembargador Cesar Abreu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Desembargadora Salete Silva Sommariva	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador Ricardo Fontes	1	4	2	0	6	0	0	6	2	0	0
Desembargador Salim Schead dos Santos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Desembargador Jaime Ramos	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
Desembargador Alexandre d'Ivanenko	2	0	0	0	1	0	0	1	3	0	0
Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Desembargador Joel Figueira Júnior	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Desembargador Jânio Machado	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Desembargadora Soraya Nunes Lins	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Desembargador Roberto Lucas Pacheco	0	0	2	0	1	0	0	1	0	0	0
Desembargador João Batista Góes Ulysséa	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0
Desembargador Ronei Danielli	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1
Desembargador Paulo Roberto Sartorato	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0

Desembargador Robson Luz Varella	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Desembargador Sérgio Rizelo	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0
Desembargador Domingos Paludo	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador Ernani Guetten de Almeida	1	2	0	0	4	0	0	4	2	0	0
Desembargador Mariano do Nascimento	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Desembargador Edemar Gruber	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Altamiro de Oliveira	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0
Desembargador Saul Steil	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Desembargador Newton Varella Júnior	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0
Desembargador Rodolfo C. R. S. Tridapalli	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**16**	**10**	**6**	**1**	**26**	**4**	**0**	**27**	**21**	**0**	**6**

b) Órgão Especial

ÓRGÃO ESPECIAL											
Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Pedro Manoel Abreu	26	3	25	6	31	3	2	36	30	0	0
Desembargador Cláudio Barreto Dutra	21	5	25	7	26	15	3	26	29	0	0
Desembargador Newton Trisotto	32	1	31	0	2	2	2	3	16	0	13
Desembargador Luiz Cézar Medeiros	24	6	24	0	34	4	0	34	23	0	2
Desembargador Eládio Torret Rocha	19	5	21	19	23	1	3	24	14	0	0
Desembargador Nelson Schaefer Martins	12	1	16	31	21	1	0	20	13	0	3
Desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz	23	6	25	3	47	8	1	48	31	0	0
Desembargador Monteiro Rocha	19	1	19	19	8	4	1	8	36	0	0
Desembargador Fernando Carioni	30	4	22	0	31	14	1	32	46	0	0
Desembargador Torres Marques	1	1	1	2	1	12	0	1	4	0	0
Desembargador Rui Fortes	24	4	32	2	24	5	1	24	22	0	1
Desembargador Marcus Tulio Sartorato	26	4	27	0	42	3	0	41	19	0	0
Desembargador Cesar Abreu	36	3	24	0	8	9	1	9	28	0	0
Desembargadora Salete Silva Sommariva	12	1	7	0	0	0	0	1	18	0	0
Desembargador Ricardo Fontes	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Salim Schead dos Santos	30	2	21	2	20	13	1	21	29	0	1
Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta	31	2	25	0	24	3	0	25	30	0	0
Desembargador Cid Goulart	25	2	26	11	15	0	3	18	10	0	3
Desembargador Jaime Ramos	22	9	13	40	24	4	1	25	28	0	1
Desembargador Alexandre d'Ivanenko	0	11	0	5	6	0	0	8	12	0	0
Desembargador Lédio Rosa de Andrade	26	8	26	1	21	9	0	24	20	0	1
Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0
Desembargador Jorge Schaefer Martins	34	2	20	15	24	9	6	23	33	0	0
Desembargadora Marli Mosimann Vargas	2	3	5	1	0	0	1	0	6	0	0
Desembargador Sérgio Izidoro Heil	1	2	0	4	6	0	0	6	10	0	1
Desembargador José Carlos Carstens Köhler	4	0	3	4	0	0	0	0	9	0	0
Desembargador Jorge Luiz de Borba	1	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0
Desembargadora Rejane Andersen	15	2	1	35	0	0	0	0	30	0	0
Desembargador Joel Figueira Júnior	15	1	4	4	0	0	0	0	18	0	1
Desembargador Rodrigo Cunha	6	0	2	4	0	0	0	0	4	0	0
Desembargador Jânio Machado	28	3	26	4	35	6	3	34	31	0	0
Desembargadora Soraya Nunes Lins	6	2	2	2	0	0	0	0	12	0	0
Desembargador Henry Petry Junior	5	1	0	1	0	0	0	0	8	0	0
Desembargador Raulino Jacó Brüning	25	4	14	41	13	3	0	13	20	0	1
Desembargador Ronei Danielli	76	7	37	27	32	9	0	30	100	0	4
Desembargador Ricardo Roesler	1	0	2	30	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Rodrigo Collaço	30	14	23	1	42	12	4	45	38	0	4
Desembargador Sérgio Rizelo	2	0	4	5	5	0	0	5	1	0	0
Desembargador Domingos Paludo	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador Ernani Guetten de Almeida	3	0	9	4	0	0	0	0	15	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**694**	**121**	**564**	**330**	**565**	**149**	**34**	**584**	**801**	**0**	**36**

c) Câmara Civil Especial

CÂMARA CIVIL ESPECIAL											
Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Rodolfo C. R. S. Tridapalli	2.913	174	102	53	42	456	1.524	42	1.127	0	0

Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargadora Cláudia Lambert de Faria	4.395	205	130	66	33	572	1.264	33	2.659	0	0
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. Bittencourt Schaefer	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Guilherme Nunes Born	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Eduardo Mattos Gallo Júnior	2.713	211	97	2.341	22	595	1.017	22	1.202	0	0
Desembargador Luiz Zanelato	4.597	305	173	41	52	720	1.532	52	2.284	0	0
Desembargador Artur Jenichen Filho	6.112	367	140	12	33	749	3.603	33	1.749	0	0
Desembargador Rubens Schulz	248	10	11	9	0	0	8	0	50	0	0
Desembargador Júlio César M. Ferreira de Melo	1	35	0	3	13	87	151	13	6	0	0
Desembargadora Hildemar Meneguzzi de Carvalho	136	11	1	983	0	8	2	0	215	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**21.115**	**1.318**	**659**	**3.509**	**195**	**3.187**	**9.101**	**195**	**9.292**	**0**	**0**

d) Câmara Especial Regional de Chapecó

CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ											
Magistrado	**Processos recebidos por Distribuição**	**Incidentes Recebidos**	**Processos recebidos por Redistribuição**	**Processos recebidos por Transferência**	**Julgamento por Acórdão**	**Julgamento por Monocrática**	**Liminares**	**Acórdãos Assinados**	**Despachos do Relator**	**Despachos do Revisor**	**Pedidos de Vista**
Desembargador João Batista Góes Ulysséa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26
Desembargador Eduardo Mattos Gallo Júnior	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Luiz Cesar Schweitzer	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Desembargador Rubens Schulz	325	65	31	1	244	125	65	250	2	126	0
Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli	863	180	111	56	989	219	180	973	177	271	10
Desembargadora Hildemar Meneguzzi de Carvalho	681	135	79	9	904	203	211	931	318	235	1
Desembargador Luiz Felipe Schuch	781	159	155	3	1.017	229	88	1.047	371	288	2
Desembargador José Maurício Lisboa	556	110	102	2.834	765	51	103	759	265	156	36
Desembargador Carlos Roberto da Silva	2	7	53	1.054	95	4	0	98	44	0	10
Desembargadora Bettina Maria Maresch de Moura	7	8	67	3.022	61	1	0	58	143	0	3
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.215**	**666**	**598**	**6.979**	**4.075**	**832**	**647**	**4.116**	**1.320**	**1.077**	**88**

e) Grupo de Câmaras de Direito Civil

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL											
Magistrado	**Processos recebidos por Distribuição**	**Incidentes Recebidos**	**Processos recebidos por Redistribuição**	**Processos recebidos por Transferência**	**Julgamento por Acórdão**	**Julgamento por Monocrática**	**Liminares**	**Acórdãos Assinados**	**Despachos do Relator**	**Despachos do Revisor**	**Pedidos de Vista**
Desembargador Newton Trisotto	8	9	1	2	30	4	0	28	13	0	10
Desembargador Luiz Cézar Medeiros	8	8	1	9	15	5	1	14	17	9	0
Desembargador Eládio Torret Rocha	4	2	2	2	5	1	0	5	5	1	1
Desembargador Monteiro Rocha	7	1	1	0	0	2	1	1	7	5	3
Desembargador Fernando Carioni	8	0	1	0	4	2	1	4	12	0	0
Desembargador Marcus Tulio Sartorato	9	2	2	0	8	2	0	7	2	2	0
Desembargador Cesar Abreu	1	0	0	13	0	0	0	0	0	0	0
Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta	6	4	3	0	7	3	0	7	7	4	4
Desembargador Alexandre d'Ivanenko	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Desembargador Sérgio Izidoro Heil	2	0	0	0	3	0	0	2	0	0	0
Desembargador Joel Figueira Júnior	6	2	0	1	4	1	0	8	10	1	4
Desembargadora Sônia Maria Schmitz	1	0	0	14	0	0	0	0	5	0	0
Desembargador Henry Petry Junior	7	4	2	2	8	4	0	9	7	0	1
Desembargador Raulino Jacó Brüning	7	7	0	0	6	4	0	7	4	1	1
Desembargador Jairo Fernandes Gonçalves	8	4	0	0	7	4	0	7	6	4	0
Desembargador João Batista Góes Ulysséa	9	3	2	0	2	6	4	3	8	2	3
Desembargador Ronei Danielli	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0
Desembargadora Denise Volpato	5	3	2	3	7	1	1	7	3	1	1

Desembargador Sebastião César Evangelista	10	7	0	0	7	4	0	11	16	2	3
Desembargador Domingos Paludo	8	5	1	0	19	6	0	17	10	2	2
Desembargador Mariano do Nascimento	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Desembargador Stanley Braga	11	4	1	2	11	9	2	9	7	8	1
Desembargador Saul Steil	7	3	1	7	5	1	0	4	9	0	2
Desembargador Rodolfo C. R. S. Tridapalli	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0
Desembargador Gilberto Gomes de Oliveira	0	0	1	3	0	1	0	0	4	0	0
Desembargador Rodolfo C. R. S. Tridapalli	1	0	0	22	1	0	0	1	2	0	0
Desembargador Eduardo Mattos Gallo Júnior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Desembargador Jorge Luis Costa Beber	2	1	0	0	0	0	0	2	5	0	0
Desembargador Gerson Cherem II	0	1	0	5	0	0	0	0	0	0	0
Desembargadora Rosane Portella Wolff	1	2	1	7	9	2	0	11	0	0	0
Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Rubens Schulz	5	3	0	4	0	1	0	0	2	0	0
Desembargador Júlio César M. Ferreira de Melo	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**141**	**76**	**22**	**101**	**159**	**64**	**10**	**166**	**166**	**43**	**37**

f) Câmaras de Direito Civil

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Raulino Jacó Brüning	936	208	296	196	840	184	3	870	175	38	109
Desembargadora Denise Volpato	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0
Desembargador Sebastião César Evangelista	0	0	0	0	7	0	0	9	10	7	1
Desembargador Domingos Paludo	1.066	204	388	19	1.225	73	2	1.269	173	137	131
Desembargador Saul Steil	953	247	389	1.354	1.624	4	2	1.622	232	71	56
Desembargador Gilberto Gomes de Oliveira	52	8	40	49	48	8	0	48	1	34	0
Desembargador Volnei Celso Tomazini	12	2	2	1	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Gerson Cherem II	160	136	59	1.082	632	33	3	616	95	140	19
Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador Artur Jenichen Filho	0	3	0	7	42	2	0	41	7	17	2
Desembargador Júlio César M. Ferreira de Melo	53	2	34	0	0	0	0	0	0	25	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.232**	**811**	**1.208**	**2.708**	**4.418**	**308**	**10**	**4.475**	**694**	**469**	**318**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Newton Trisotto	1.029	190	341	9	990	89	6	1.003	184	41	95
Desembargador Nelson Schaefer Martins	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador Sérgio Izidoro Heil	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador João Batista Góes Ulysséa	1.103	125	338	7	873	143	4	756	230	141	58
Desembargador Sebastião César Evangelista	1.092	162	332	227	786	103	3	783	182	168	31
Desembargador Saul Steil	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador Gilberto Gomes de Oliveira	0	28	1	1	40	1	0	62	3	0	7
Desembargador Jorge Luis Costa Beber	12	136	4	2.445	763	93	11	751	159	19	45
Desembargadora Rosane Portella Wolff	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Paulo Ricardo Bruschi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Desembargador Rubens Schulz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.236**	**641**	**1.016**	**2.690**	**3.452**	**429**	**24**	**3.355**	**761**	**369**	**242**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Fernando Carioni	1.073	211	343	11	1.160	15	3	1.183	509	281	12
Desembargador Marcus Tulio Sartorato	1.110	153	351	7	1.057	40	8	1.078	506	161	13

Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta	1.052	149	338	9	779	60	7	791	808	105	20
Desembargador Saul Steil	3	4	1	59	78	2	0	78	3	0	0
Desembargador Gilberto Gomes de Oliveira	3	256	5	1.266	1.113	10	0	1.118	79	1	5
Desembargador Gerson Cherem II	0	0	0	3	0	0	0	0	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.241**	**773**	**1.038**	**1.355**	**4.187**	**127**	**18**	**4.248**	**1.906**	**548**	**50**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Eládio Torret Rocha	961	107	348	46	397	98	3	406	38	130	7
Desembargador Cesar Abreu	73	1	39	1.335	1	26	3	1	50	0	0
Desembargador Joel Figueira Júnior	1.003	220	338	120	953	138	8	965	415	87	54
Desembargador Mariano do Nascimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0
Desembargador Stanley Braga	554	102	180	35	565	188	6	564	378	37	32
Desembargador Rodolfo C. R. S. Tridapalli	412	37	142	1.556	122	19	3	125	309	0	9
Desembargador Gilberto Gomes de Oliveira	76	1	40	0	0	0	0	0	99	46	0
Desembargador Jorge Luis Costa Beber	3	46	2	7	48	60	0	49	19	1	1
Desembargador Luiz Zanelato	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador Dinart Francisco Machado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Desembargadora Rosane Portella Wolff	59	15	13	6	0	0	0	0	0	0	5
Desembargador Rubens Schulz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Desembargador Júlio César M. Ferreira de Melo	109	70	51	1.049	327	28	5	313	222	60	19
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.250**	**599**	**1.153**	**4.154**	**2.413**	**557**	**28**	**2.423**	**1.531**	**368**	**130**

QUINTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Luiz Cézar Medeiros	981	278	327	619	1.313	265	9	1.310	316	168	6
Desembargador Sérgio Izidoro Heil	67	2	14	0	13	1	0	14	0	13	1
Desembargador Henry Petry Junior	1.096	226	344	4	1.177	137	5	1.177	304	63	5
Desembargador Jairo Fernandes Gonçalves	1.044	202	298	52	1.040	71	4	1.044	147	77	5
Desembargadora Rosane Portella Wolff	89	156	44	740	815	34	3	817	97	31	5
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.277**	**864**	**1.027**	**1.415**	**4.358**	**508**	**21**	**4.362**	**864**	**352**	**22**

SEXTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Monteiro Rocha	1.036	89	351	33	460	54	5	450	360	165	6
Desembargador Alexandre d'Ivanenko	74	8	14	0	0	7	0	1	1	0	0
Desembargadora Sônia Maria Schmitz	47	11	20	841	0	7	0	2	23	27	0
Desembargador José Inacio Schaefer	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0
Desembargadora Denise Volpato	1.102	157	345	29	1.024	33	4	1.017	325	140	7
Desembargador Stanley Braga	458	29	142	1.060	198	112	4	202	376	2	3
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. Bittencourt Schaefer	0	0	0	1	0	0	0	0	4	0	0
Desembargador Jorge Luis Costa Beber	76	6	43	3	0	0	1	3	126	20	3
Desembargador Eduardo Mattos Gallo Júnior	4	13	7	105	91	3	0	93	3	29	0
Desembargador Luiz Zanelato	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador Gerson Cherem II	16	4	9	50	26	4	1	26	7	0	0
Desembargadora Rosane Portella Wolff	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0
Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Rubens Schulz	399	90	119	2.376	608	65	8	598	221	0	7
Desembargador Júlio César M. Ferreira de Melo	24	0	22	15	3	1	2	3	14	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.236**	**408**	**1.072**	**4.523**	**2.410**	**286**	**25**	**2.395**	**1.464**	**383**	**26**

g) Grupo de Câmaras de Direito Comercial

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista

Desembargador Cláudio Barreto Dutra	1	3	1	0	3	1	1	3	4	0	0
Desembargador Lédio Rosa de Andrade	4	3	0	0	3	2	0	3	4	0	0
Desembargador José Carlos Carstens Köhler	4	2	0	0	2	2	1	1	5	0	0
Desembargadora Rejane Andersen	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Cláudio Valdyr Helfenstein	3	4	1	2	3	5	0	4	4	0	0
Desembargador Rodrigo Cunha	2	2	0	0	0	1	1	0	4	0	0
Desembargador Jânio Machado	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0
Desembargadora Soraya Nunes Lins	5	0	0	0	1	0	2	1	7	0	0
Desembargador Luiz Fernando Boller	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Desembargador Tulio Pinheiro	1	0	2	0	1	1	1	1	1	0	0
Desembargador Ronaldo Moritz Martins da Silva	1	3	0	0	6	1	0	6	2	0	1
Desembargador Robson Luz Varella	3	0	0	0	0	0	1	0	4	1	0
Desembargador Mariano do Nascimento	2	1	1	0	1	1	0	1	1	0	0
Desembargador Altamiro de Oliveira	2	3	1	1	1	2	1	1	3	0	2
Desembargador Newton Varella Júnior	2	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli	2	0	0	1	1	0	0	1	2	0	0
Desembargador Guilherme Nunes Born	0	0	0	1	0	0	2	0	1	0	0
Desembargador Dinart Francisco Machado	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0
Desembargador Gerson Cherem II	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**34**	**23**	**7**	**8**	**23**	**18**	**10**	**23**	**46**	**1**	**3**

h) Câmaras de Direito Comercial

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Salim Schead dos Santos	76	41	25	0	57	180	0	56	81	15	0
Desembargador Jaime Ramos	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Cláudio Valdyr Helfenstein	869	220	474	552	588	219	2	594	467	26	17
Desembargador Ronaldo Moritz Martins da Silva	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador Mariano do Nascimento	957	236	526	143	729	567	2	736	189	11	28
Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli	1.018	568	585	391	1.569	471	0	1.592	525	36	41
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. Bittencourt Schaefer	127	425	117	321	782	446	1	789	48	17	29
Desembargador Guilherme Nunes Born	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	1
Desembargador Eduardo Mattos Gallo Júnior	0	1	0	36	0	22	0	0	3	0	1
Desembargador Dinart Francisco Machado	0	0	0	22	0	5	0	0	18	0	0
Desembargador Artur Jenichen Filho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Desembargador Rubens Schulz	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.047**	**1.491**	**1.727**	**1.468**	**3.725**	**1.910**	**6**	**3.767**	**1.332**	**113**	**118**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Jorge Luiz de Borba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Desembargadora Rejane Andersen	1.014	232	541	48	1.282	57	1	1.349	470	119	12
Desembargador Rodrigo Cunha	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Raulino Jacó Brüning	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0
Desembargador Tulio Pinheiro	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Robson Luz Varella	859	236	683	16	1.434	261	2	1.482	766	266	31
Desembargador Altamiro de Oliveira	643	54	453	23	698	117	0	716	347	95	8
Desembargador Newton Varella Júnior	228	30	218	2.706	127	20	4	132	135	0	0
Desembargador Volnei Celso Tomazini	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. Bittencourt Schaefer	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Desembargador Guilherme Nunes Born	22	7	13	36	41	0	0	44	14	30	13

Desembargador Dinart Francisco Machado	103	87	137	728	910	6	0	907	388	58	25
Desembargador Gerson Cherem II	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**2.871**	**647**	**2.045**	**3.558**	**4.492**	**462**	**7**	**4.631**	**2.122**	**572**	**89**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Rodrigo Cunha	807	178	541	110	424	207	0	423	490	5	3
Desembargador Tulio Pinheiro	1.056	199	613	4	1.242	238	0	1.253	616	207	0
Desembargador Ronaldo Moritz Martins da Silva	993	145	598	63	1.002	178	1	1.005	496	301	2
Desembargador José Everaldo Silva	34	0	19	0	0	0	0	0	2	0	0
Desembargador Eduardo Mattos Gallo Júnior	28	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski	95	97	181	708	825	9	0	875	337	394	1
Desembargador Artur Jenichen Filho	0	4	0	101	41	7	1	31	16	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.013**	**623**	**1.971**	**986**	**3.534**	**639**	**2**	**3.587**	**1.957**	**907**	**6**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Lédio Rosa de Andrade	959	355	505	32	1.834	46	0	1.810	270	216	6
Desembargador José Carlos Carstens Köhler	1.027	330	557	68	2.003	7	0	2.028	298	192	1
Desembargador José Inacio Schaefer	663	163	370	6	997	75	1	996	295	280	10
Desembargador Altamiro de Oliveira	312	49	224	531	255	28	1	268	173	1	4
Desembargador José Everaldo Silva	69	109	37	461	911	12	2	919	327	88	4
Desembargador Júlio César Knoll	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
Desembargador Paulo Ricardo Bruschi	0	0	0	908	0	1	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.030**	**1.006**	**1.693**	**2.006**	**6.000**	**169**	**4**	**6.021**	**1.363**	**779**	**25**

QUINTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Cláudio Barreto Dutra	951	123	650	4	1.029	75	0	1.038	225	425	0
Desembargador Jaime Ramos	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Cláudio Valdyr Helfenstein	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0
Desembargador Jânio Machado	985	206	546	5	1.460	10	1	1.485	161	114	1
Desembargadora Soraya Nunes Lins	1.025	166	565	3	1.390	8	0	1.399	212	292	0
Desembargador Volnei Celso Tomazini	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Desembargador Guilherme Nunes Born	102	259	62	1.221	1.421	2	4	1.458	199	75	1
Desembargador Luiz Zanelato	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.063**	**754**	**1.823**	**1.234**	**5.300**	**95**	**5**	**5.380**	**798**	**914**	**2**

i) Grupo de Câmaras de Direito Público

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Pedro Manoel Abreu	31	10	18	3	30	36	12	33	62	0	4
Desembargador Luiz Cézar Medeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0
Desembargador Nelson Schaefer Martins	16	4	7	10	7	0	9	7	16	2	0
Desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz	44	32	11	7	82	19	23	80	53	1	0
Desembargador Cesar Abreu	40	24	9	2	34	12	23	36	50	5	2
Desembargador Cid Goulart	46	14	2	1	27	13	23	24	23	2	2
Desembargador João Henrique Blasi	48	21	4	0	48	15	15	49	81	1	4
Desembargador Jorge Luiz de Borba	43	16	9	4	22	23	17	24	44	3	1
Desembargadora Sônia Maria Schmitz	20	4	2	29	0	0	0	0	1	0	0

Desembargador Ronei Danielli	41	25	15	7	36	36	14	35	33	0	7
Desembargador Luiz Fernando Boller	40	20	9	7	58	11	24	59	72	0	0
Desembargador Ricardo Roesler	45	20	7	3	35	24	15	35	46	4	6
Desembargador Carlos Adilson Silva	52	19	7	6	43	24	21	43	69	1	1
Desembargador Edemar Gruber	47	20	5	6	47	30	20	50	43	2	1
Desembargador Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	5	0	1	6	0	0	1	0	9	0	0
Desembargador Júlio César Knoll	4	1	0	16	0	2	0	1	19	0	0
Desembargadora Vera Lúcia Ferreira Copetti	5	0	1	66	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Francisco Oliveira Neto	0	1	0	18	5	3	5	6	9	0	1
Desembargador Gerson Cherem II	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Desembargadora Rosane Portella Wolff	0	0	1	2	0	0	2	0	0	0	0
Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski	0	0	0	8	0	1	0	0	7	0	0
Desembargador Paulo Ricardo Bruschi	11	3	3	27	2	8	8	1	33	0	0
Desembargador Rubens Schulz	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Júlio César M. Ferreira de Melo	0	0	0	4	0	0	3	0	0	0	0
Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli	0	0	0	7	0	6	0	0	2	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**539**	**234**	**111**	**240**	**476**	**263**	**235**	**483**	**679**	**22**	**29**

j) Câmaras de Direito Público

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Newton Trisotto	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Desembargador Jorge Luiz de Borba	1.528	195	364	53	1.334	224	7	1.347	200	213	18
Desembargador Luiz Fernando Boller	1.441	238	313	195	1.355	363	5	1.354	588	125	14
Desembargador Carlos Adilson Silva	1.608	237	363	16	1.205	603	1	1.205	507	221	40
Desembargador Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	215	135	75	2.746	918	166	16	919	763	155	22
Desembargador Francisco Oliveira Neto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Desembargador Gerson Cherem II	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski	0	0	0	2	0	0	0	0	3	0	1
Desembargador Artur Jenichen Filho	0	0	0	1	0	1	0	2	1	0	0
Desembargador Paulo Ricardo Bruschi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Desembargador Júlio César M. Ferreira de Melo	0	0	0	3	0	0	0	0	3	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.792**	**805**	**1.115**	**3.016**	**4.812**	**1.357**	**29**	**4.827**	**2.066**	**717**	**96**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Nelson Schaefer Martins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz	1.574	223	358	21	1.300	377	6	1.310	261	393	14
Desembargador Cid Goulart	1.563	99	341	12	1.020	86	1	785	50	228	8
Desembargador João Henrique Blasi	1.604	182	356	8	1.299	330	3	1.308	174	171	10
Desembargador Rodolfo C. R. S. Tridapalli	0	2	0	0	3	0	0	3	1	0	0
Desembargador Gilberto Gomes de Oliveira	40	1	11	1.604	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador Júlio César Knoll	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Desembargador Francisco Oliveira Neto	12	256	17	1.965	1.538	96	4	1.546	225	7	3
Desembargador Gerson Cherem II	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.793**	**763**	**1.083**	**3.611**	**5.160**	**889**	**15**	**4.952**	**712**	**800**	**36**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Pedro Manoel Abreu	1.509	192	370	138	1.088	516	16	1.107	667	108	7
Desembargador Cesar Abreu	1.516	116	380	10	592	441	5	590	185	243	33

Desembargador Ronei Danielli	1.556	131	395	148	866	426	1	874	183	103	70
Desembargador Ricardo Roesler	39	3	17	2.200	0	0	1	0	0	0	0
Desembargador Carlos Adilson Silva	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Desembargador Stanley Braga	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Desembargador Júlio César Knoll	162	190	46	4.352	768	254	0	795	266	32	9
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. Bittencourt Schaefer	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador Guilherme Nunes Born	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
Desembargadora Rosane Portella Wolff	33	1	14	16	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador Paulo Ricardo Bruschi	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.815**	**634**	**1.222**	**6.868**	**3.314**	**1.638**	**24**	**3.366**	**1.308**	**486**	**119**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Pedro Manoel Abreu	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Desembargador Nelson Schaefer Martins	692	74	147	1.387	329	68	1	333	70	73	13
Desembargador Jaime Ramos	115	13	17	0	108	7	0	110	3	7	0
Desembargadora Sônia Maria Schmitz	532	12	175	1.998	0	0	0	1	1	0	0
Desembargador Ricardo Roesler	1.427	171	378	34	1.206	581	8	1.199	300	124	22
Desembargador Edemar Gruber	1.552	137	406	18	1.071	273	0	1.091	939	186	36
Desembargador Odson Cardoso Filho	39	0	10	1.082	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador José Everaldo Silva	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	3
Desembargador Júlio César Knoll	0	0	0	1	0	0	1	0	3	0	0
Desembargadora Vera Lúcia Ferreira Copetti	15	0	5	2.113	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador Francisco Oliveira Neto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Desembargador Eduardo Mattos Gallo Júnior	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Desembargadora Rosane Portella Wolff	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Desembargador Paulo Ricardo Bruschi	412	144	118	713	897	87	2	900	142	121	34
Desembargador Rubens Schulz	28	7	6	1	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli	0	1	0	280	97	35	0	96	144	0	31
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.812**	**559**	**1.262**	**7.627**	**3.708**	**1.051**	**12**	**3.730**	**1.609**	**511**	**143**

k) Seção Criminal

SEÇÃO CRIMINAL

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Rui Fortes	38	4	3	17	32	10	7	32	51	19	0
Desembargadora Salete Silva Sommariva	40	3	0	16	30	13	3	32	45	10	2
Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho	46	6	2	6	41	8	6	41	25	24	1
Desembargador Jorge Schaefer Martins	44	7	2	9	29	3	5	30	11	26	2
Desembargadora Marli Mosimann Vargas	28	2	1	0	12	7	0	13	42	5	0
Desembargador Roberto Lucas Pacheco	37	6	2	9	31	5	6	32	29	13	0
Desembargador José Inacio Schaefer	11	0	1	27	6	0	0	6	9	7	0
Desembargador Paulo Roberto Sartorato	41	14	1	13	46	7	3	47	10	15	1
Desembargador Carlos Alberto Civinski	45	8	3	11	20	27	3	19	39	8	7
Desembargador Rodrigo Collaço	43	7	6	5	34	17	2	34	52	7	7
Desembargador Sérgio Rizelo	45	7	3	5	40	10	8	40	66	16	6
Desembargador Getúlio Corrêa	45	8	1	4	45	6	8	46	58	28	3
Desembargador Ernani Guetten de Almeida	41	10	4	8	34	6	5	33	41	22	1
Desembargador Newton Varella Júnior	16	1	0	0	0	0	4	0	21	0	0
DesembargadorJosé Everaldo Silva	6	0	19	0	0	0	1	0	9	0	0
Desembargador Volnei Celso Tomazini	20	4	23	1	2	0	2	1	3	0	0

Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann	27	4	22	0	0	1	3	0	30	4	0
Desembargadora Vera Lúcia Ferreira Copetti	3	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. Bittencourt Schaefer	14	1	7	2	0	2	3	0	21	0	0
Desembargador Guilherme Nunes Born	4	2	0	0	0	0	0	0	4	0	0
Desembargador Artur Jenichen Filho	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Luiz Cesar Schweitzer	24	2	0	24	0	1	0	0	26	0	0
Desembargador Júlio César M. Ferreira de Melo	3	3	0	1	1	0	0	1	2	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**622**	**99**	**119**	**158**	**403**	**123**	**69**	**407**	**594**	**204**	**30**

l) Câmaras Criminais

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargadora Marli Mosimann Vargas	783	39	21	27	512	52	227	514	223	75	6
Desembargador José Inacio Schaefer	455	15	7	721	236	16	92	229	175	76	20
Desembargador Paulo Roberto Sartorato	1.187	54	45	19	996	129	320	1.049	105	122	31
Desembargador Carlos Alberto Civinski	1.228	73	35	99	1.028	152	321	962	319	111	52
Desembargador Newton Varella Júnior	10	0	2	0	0	0	3	0	12	0	0
Desembargador José Everaldo Silva	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Desembargadora Vera Lúcia Ferreira Copetti	18	0	1	758	0	0	3	0	2	0	0
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. Bittencourt Schaefer	5	0	0	1	0	0	2	1	1	0	0
Desembargador Guilherme Nunes Born	79	2	2	29	54	0	27	53	25	0	5
Desembargador Luiz Cesar Schweitzer	705	51	37	1.210	583	90	178	628	192	14	12
Desembargador Júlio César M. Ferreira de Melo	60	14	1	219	163	0	6	163	26	0	15
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.530**	**248**	**151**	**3.083**	**3.572**	**439**	**1.179**	**3.599**	**1.082**	**398**	**141**

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargadora Salete Silva Sommariva	1.204	84	14	148	1.090	128	316	1.101	287	214	54
Desembargador Carlos Alberto Civinski	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador Sérgio Rizelo	1.403	66	37	29	1.035	154	332	1.036	401	272	60
Desembargador Getúlio Corrêa	1.330	88	32	68	1.011	130	307	1.017	380	229	41
Desembargador Newton Varella Júnior	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador Volnei Celso Tomazini	512	76	26	790	889	83	203	893	153	50	50
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. Bittencourt Schaefer	91	0	2	114	9	3	25	9	49	0	8
Desembargador Artur Jenichen Filho	30	0	0	18	0	1	15	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.571**	**314**	**111**	**1.167**	**4.034**	**499**	**1.198**	**4.056**	**1.272**	**765**	**213**

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Rui Fortes	1.203	49	34	161	721	174	241	719	383	147	9
Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho	1.258	78	26	68	1.072	140	297	1.074	414	70	8
Desembargador Ernani Guetten de Almeida	1.257	102	32	95	1.214	131	273	1.212	360	145	10
Desembargador Newton Varella Júnior	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0
Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann	729	46	31	760	684	104	193	681	378	137	7
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. Bittencourt Schaefer	112	1	0	35	10	5	26	10	85	0	0
Desembargadora Rosane Portella Wolff	3	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Desembargadora Hildemar Meneguzzi de Carvalho	7	0	0	3	0	0	0	0	7	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.569**	**276**	**123**	**1.123**	**3.701**	**554**	**1.030**	**3.696**	**1.630**	**499**	**34**

PLANTÃO JUDICIÁRIO											
Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Saul Steil	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador Newton Varella Júnior	4	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0
Desembargador Rodolfo C. R. S. Tridapalli	3	1	2	0	0	1	3	0	1	0	0
Desembargador Gilberto Gomes de Oliveira	8	0	0	0	0	0	6	0	2	0	0
Desembargador José Everaldo Silva	1	0	2	0	0	0	0	0	3	0	0
Desembargador Volnei Celso Tomazini	13	0	1	0	0	1	10	0	0	0	0
Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann	13	0	2	0	0	2	8	0	1	0	0
Desembargador Júlio César Knoll	4	2	1	0	0	4	3	0	0	0	0
Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli	4	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0
Desembargadora Cláudia Lambert de Faria	30	0	0	0	0	2	14	0	13	0	0
Desembargador Francisco Oliveira Neto	15	0	1	0	0	2	13	0	2	0	0
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. Bittencourt Schaefer	11	0	1	0	0	2	7	0	3	0	0
Desembargador Guilherme Nunes Born	8	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0
Desembargador Eduardo Mattos Gallo Júnior	17	1	1	0	0	0	15	0	11	0	0
Desembargador Jorge Luis Costa Beber	3	0	0	0	0	1	2	0	1	0	0
Desembargador Luiz Zanelato	9	1	0	0	0	3	3	0	2	0	0
Desembargador Dinart Francisco Machado	28	0	0	0	0	3	22	0	3	0	0
Desembargador Gerson Cherem II	17	0	1	0	0	1	11	0	4	0	0
Desembargadora Rosane Portella Wolff	28	2	3	0	0	2	20	0	8	0	0
Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski	18	0	1	0	0	1	17	0	4	0	0
Desembargador Artur Jenichen Filho	12	1	0	0	0	1	11	0	0	0	0
Desembargador Paulo Ricardo Bruschi	16	0	2	0	0	11	4	0	2	0	0
Desembargador Luiz Cesar Schweitzer	15	0	4	0	0	3	17	0	0	0	0
Desembargador Rubens Schulz	8	0	0	0	0	0	7	0	1	0	0
Desembargador Júlio César M. Ferreira de Melo	9	1	1	0	0	0	6	0	5	0	0
Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli	11	0	1	0	0	3	6	0	3	0	0
Desembargadora Hildemar Meneguzzi de Carvalho	6	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**312**	**9**	**24**	**0**	**0**	**45**	**222**	**0**	**71**	**0**	**0**

QUARTA CÂMARA CRIMINAL											
Magistrado	Processos recebidos por Distribuição	Incidentes Recebidos	Processos recebidos por Redistribuição	Processos recebidos por Transferência	Julgamento por Acórdão	Julgamento por Monocrática	Liminares	Acórdãos Assinados	Despachos do Relator	Despachos do Revisor	Pedidos de Vista
Desembargador Jorge Schaefer Martins	1.108	29	35	93	599	139	289	608	164	181	32
Desembargador Roberto Lucas Pacheco	1.233	30	25	160	688	93	299	689	95	48	11
Desembargador Rodrigo Collaço	1.325	48	36	38	835	182	322	834	434	41	33
Desembargador Newton Varella Júnior	475	14	21	426	388	60	141	387	119	61	7
Desembargador José Everaldo Silva	135	1	3	796	13	1	39	14	56	0	0
Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann	21	0	1	1	0	1	3	0	5	0	0
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. Bittencourt Schaefer	254	30	11	1.208	581	26	57	585	154	44	7
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.551**	**152**	**132**	**2.722**	**3.104**	**502**	**1.150**	**3.117**	**1.027**	**375**	**90**

m) Plantão Judiciário

5. PROCESSOS BAIXADOS À ORIGEM

Houve, no período, a baixa à origem de **110.460** processos.

BAIXADOS À ORIGEM	
TOTAL	**110.460**

(Fonte: Sistema de Automação da Justiça de Segundo Grau – SAJ/SG5. Relatórios Estatísticos: Mapa 4)

6. TABELA DE SESSÕES REALIZADAS – POR ÓRGÃO JULGADOR

No ano de 2016 foram realizadas, no total, **995** sessões, sendo **980** ordinárias, **8** extraordinárias e **7** solenes, conforme demonstra a tabela abaixo:

ÓRGÃO JULGADOR	EXTRAORDINÁRIAS	ORDINÁRIAS	SOLENES	TOTAL
Câmara de Agravos Internos em Recursos Constitucionais	0	1	0	1
Tribunal Pleno	1	19	5	25
Órgão Especial	0	20	0	20
Câmara Civil Especial	0	17	0	17
Câmara Especial Regional de Chapecó	0	22	0	22
Grupo de Câmaras de Direito Civil	0	12	0	12
Primeira Câmara de Direito Civil	0	42	2	44
Segunda Câmara de Direito Civil	0	46	0	46
Terceira Câmara de Direito Civil	0	47	0	47
Quarta Câmara de Direito Civil	1	44	0	45
Quinta Câmara de Direito Civil	0	46	0	46
Sexta Câmara de Direito Civil	0	43	0	43
Grupo de Câmaras de Direito Comercial	0	10	0	10
Primeira Câmara de Direito Comercial	0	45	0	45
Segunda Câmara de Direito Comercial	0	43	0	43
Terceira Câmara de Direito Comercial	0	41	0	41
Quarta Câmara de Direito Comercial	0	42	0	42
Quinta Câmara de Direito Comercial	0	44	0	44
Grupo de Câmaras de Direito Público	0	10	0	10
Primeira Câmara de Direito Público	1	48	0	49
Segunda Câmara de Direito Público	0	47	0	47
Terceira Câmara de Direito Público	0	47	0	47
Quarta Câmara de Direito Público	1	44	0	45
Seção Criminal	0	11	0	11
Primeira Câmara Criminal	0	47	0	47
Segunda Câmara Criminal	3	47	0	50
Terceira Câmara Criminal	1	47	0	48
Quarta Câmara Criminal	0	48	0	48
TOTAL	**8**	**980**	**7**	**995**

(Fonte: Sistema de Automação da Justiça de Segundo Grau – SAJ/SG5. Relatórios Estatísticos: estatístico por sessão)

7. PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO PARA O ANO DE 2017

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina iniciou o ano de 2017 com **92.809** processos em seu acervo, distribuídos conforme demonstrado nas tabelas abaixo.
Destaca-se que os dados foram obtidos diretamente do Banco de Dados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por meio do relatório de processos pendentes, emitido nos dias 9 e 10 de janeiro de 2017.

7.1. Presidência, Vice-Presidências e Câmara de Agravos Internos em Recursos Constitucionais

a) Presidência

PRESIDÊNCIA

Magistrado	Quantidade
Desembargador Torres Marques	16
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**16**

b) Primeira Vice-Presidência

PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Alexandre d'Ivanenko	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1**

c) Segunda Vice-Presidência

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Sérgio Izidoro Heil	344
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**344**

d) Terceira Vice-Presidência

TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Jaime Ramos	298
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**298**

e) Câmara de Agravos Internos em Recursos Constitucionais

CÂMARA DE AGRAVOS INTERNOS EM RECURSOS CONSTITUCIONAIS	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Jaime Ramos	382
Desembargador Sérgio Izidoro Heil	51
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**433**

7.2. Processos pendentes nos demais órgãos julgadores

a) Tribunal Pleno

TRIBUNAL PLENO	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Alexandre d'Ivanenko	1
Desembargadora Sônia Maria Schmitz	1
Desembargador Jairo Fernandes Gonçalves	2
Desembargador Edemar Gruber	3
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**7**

b) Órgão Especial

ÓRGÃO ESPECIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Pedro Manoel Abreu	25

Desembargador Cláudio Barreto Dutra	22
Desembargador Newton Trisotto	37
Desembargador Luiz Cézar Medeiros	5
Desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz	11
Desembargador Monteiro Rocha	37
Desembargador Fernando Carioni	15
Desembargador Torres Marques	1
Desembargador Rui Fortes	32
Desembargador Marcus Tulio Sartorato	7
Desembargador Cesar Abreu	23
Desembargador Salim Schead dos Santos	11
Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta	31
Desembargador Cid Goulart	40
Desembargador Jaime Ramos	15
Desembargador Alexandre d'Ivanenko	3
Desembargador Lédio Rosa de Andrade	11
Desembargador Jorge Schaefer Martins	41
Desembargador Sérgio Izidoro Heil	5
Desembargador José Carlos Carstens Köhler	3
Desembargador Jorge Luiz de Borba	1
Desembargador Rodrigo Cunha	2
Desembargador Jânio Machado	5
Desembargadora Soraya Nunes Lins	1
Desembargador Henry Petry Junior	1
Desembargador Raulino Jacó Brüning	26
Desembargador Ronei Danielli	34
Desembargador Ricardo Roesler	29
Desembargador Rodrigo Collaço	14
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**488**

c) Câmara Civil Especial

CÂMARA CIVIL ESPECIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Rodolfo C. R. S. Tridapalli	63
Desembargadora Cláudia Lambert de Faria	1.436
Desembargador Eduardo Mattos Gallo Júnior	2.130
Desembargador Luiz Zanelato	1.684
Desembargador Artur Jenichen Filho	1.104
Desembargador Rubens Schulz	273
Desembargador Júlio César M. Ferreira de Melo	1
Desembargadora Hildemar Meneguzzi de Carvalho	1.178
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**7.869**

d) Câmara Especial Regional de Chapecó

CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Rubens Schulz	2
Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli	5
Desembargador Luiz Felipe Siegert Schuch	2.181
Desembargador José Maurício Lisboa	2.625

Desembargador Carlos Roberto da Silva	908
Desembargadora Bettina Maria Maresch de Moura	2.230
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**7.951**

e) Grupo de Câmaras de Direito Civil

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Newton Trisotto	3
Desembargador Luiz Cézar Medeiros	1
Desembargador Monteiro Rocha	17
Desembargador Fernando Carioni	5
Desembargador Marcus Tulio Sartorato	4
Desembargador Cesar Abreu	13
Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta	9
Desembargador Joel Figueira Júnior	8
Desembargador Raulino Jacó Brüning	8
Desembargador Jairo Fernandes Gonçalves	4
Desembargador João Batista Góes Ulysséa	29
Desembargadora Denise Volpato	9
Desembargador Sebastião César Evangelista	24
Desembargador Domingos Paludo	18
Desembargador Stanley Braga	5
Desembargador Saul Steil	6
Desembargador Rodolfo C. R. S. Tridapalli	17
Desembargadora Rosane Portella Wolff	1
Desembargador Rubens Schulz	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**182**

f) Câmaras de Direito Civil

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Raulino Jacó Brüning	707
Desembargador Sebastião César Evangelista	9
Desembargador Domingos Paludo	1.212
Desembargador Saul Steil	887
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. Bittencourt Schaefer	1
Desembargador Gerson Cherem II	961
Desembargador Artur Jenichen Filho	3
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**3.780**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Newton Trisotto	734
Desembargador João Batista Góes Ulysséa	906
Desembargador Sebastião César Evangelista	1.040
Desembargador Gilberto Gomes de Oliveira	1
Desembargador Jorge Luis Costa Beber	1.242
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**3.923**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Fernando Carioni	303
Desembargador Marcus Tulio Sartorato	251

Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta	673
Desembargador Gilberto Gomes de Oliveira	347
Desembargador Gerson Cherem II	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.575**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Cesar Abreu	1.409
Desembargador Joel Figueira Júnior	1.245
Desembargador Stanley Braga	5
Desembargador Rodolfo C. R. S. Tridapalli	1.802
Desembargador Júlio César M. Ferreira de Melo	770
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**5.231**

QUINTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Luiz Cézar Medeiros	314
Desembargador Henry Petry Junior	436
Desembargador Jairo Fernandes Gonçalves	445
Desembargadora Rosane Portella Wolff	494
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.689**

SEXTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Monteiro Rocha	1.263
Desembargadora Denise Volpato	694
Desembargador Stanley Braga	1.221
Desembargador Eduardo Mattos Gallo Júnior	1
Desembargador Rubens Schulz	1.625
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**4.804**

g) Grupo de Câmaras de Direito Comercial

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Cláudio Barreto Dutra	1
Desembargador Lédio Rosa de Andrade	2
Desembargadora Rejane Andersen	2
Desembargador Cláudio Valdyr Helfenstein	3
Desembargador Rodrigo Cunha	3
Desembargadora Soraya Nunes Lins	4
Desembargador Tulio Pinheiro	3
Desembargador Robson Luz Varella	10
Desembargador Mariano do Nascimento	3
Desembargador Altamiro de Oliveira	3
Desembargador Newton Varella Júnior	1
Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli	1
Desembargador Guilherme Nunes Born	1
Desembargador Dinart Francisco Machado	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**38**

h) Câmaras de Direito Comercial

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**

Desembargador Salim Schead dos Santos	1
Desembargador Cláudio Valdyr Helfenstein	910
Desembargador Mariano do Nascimento	1.120
Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli	438
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. Bittencourt Schaefer	112
Desembargador Rubens Schulz	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**2.582**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargadora Rejane Andersen	611
Desembargador Luiz Fernando Boller	1
Desembargador Robson Luz Varella	1.368
Desembargador Altamiro de Oliveira	15
Desembargador Newton Varella Júnior	2.692
Desembargador Dinart Francisco Machado	1.252
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**5.939**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Rodrigo Cunha	1.486
Desembargador Tulio Pinheiro	1.496
Desembargador Ronaldo Moritz Martins da Silva	2.564
Desembargador Gerson Cherem II	1
Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski	897
Desembargador Artur Jenichen Filho	47
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**6.491**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Lédio Rosa de Andrade	510
Desembargador José Carlos Carstens Köhler	169
Desembargador Altamiro de Oliveira	716
Desembargador José Everaldo Silva	4
Desembargador Paulo Ricardo Bruschi	863
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**2.262**

QUINTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Cláudio Barreto Dutra	345
Desembargador Jânio Machado	204
Desembargadora Soraya Nunes Lins	382
Desembargador Guilherme Nunes Born	303
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.234**

i) Grupo de Câmaras de Direito Público

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO TOTAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Pedro Manoel Abreu	17
Desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz	21
Desembargador Cid Goulart	83
Desembargador João Henrique Blasi	24
Desembargador Jorge Luiz de Borba	48
Desembargadora Sônia Maria Schmitz	31
Desembargador Ronei Danielli	30

Desembargador Luiz Fernando Boller	21
Desembargador Ricardo Roesler	44
Desembargador Carlos Adilson Silva	26
Desembargador Edemar Gruber	59
Desembargador Júlio César Knoll	4
Desembargadora Vera Lúcia Ferreira Copetti	66
Desembargador Francisco Oliveira Neto	6
Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski	4
Desembargador Paulo Ricardo Bruschi	16
Desembargador Rubens Schulz	1
Desembargador Júlio César M. Ferreira de Melo	4
Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**506**

j) Câmaras de Direito Público

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Jorge Luiz de Borba	1.623
Desembargador Luiz Fernando Boller	1.391
Desembargador Carlos Adilson Silva	1.159
Desembargador Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	1.515
Desembargador Paulo Ricardo Bruschi	1
Desembargador Júlio César M. Ferreira de Melo	3
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**5.692**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz	405
Desembargador Cid Goulart	1.467
Desembargador João Henrique Blasi	521
Desembargador Gilberto Gomes de Oliveira	1.596
Desembargador Francisco Oliveira Neto	6
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**3.995**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Pedro Manoel Abreu	1.370
Desembargador Ronei Danielli	1.676
Desembargador Ricardo Roesler	2.177
Desembargador Júlio César Knoll	2.362
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. Bittencourt Schaefer	2
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**7.587**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargadora Sônia Maria Schmitz	2.372
Desembargador Ricardo Roesler	97
Desembargador Edemar Gruber	2.394
Desembargador Odson Cardoso Filho	1.019
Desembargador Júlio César Knoll	1
Desembargadora Vera Lúcia Ferreira Copetti	2.108

Desembargador Paulo Ricardo Bruschi	313
Desembargador Rubens Schulz	29
Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli	39
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**8.372**

k) Seção Criminal

SEÇÃO CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Rui Fortes	31
Desembargadora Salete Silva Sommariva	14
Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho	3
Desembargador Jorge Schaefer Martins	37
Desembargador Roberto Lucas Pacheco	20
Desembargador José Inacio Schaefer	26
Desembargador Paulo Roberto Sartorato	35
Desembargador Carlos Alberto Civinski	20
Desembargador Rodrigo Collaço	13
Desembargador Sérgio Rizelo	7
Desembargador Getúlio Corrêa	7
Desembargador Ernani Guetten de Almeida	17
Desembargador José Everaldo Silva	23
Desembargador Volnei Celso Tomazini	22
Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann	26
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. Bittencourt Schaefer	11
Desembargador Luiz Cesar Schweitzer	22
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**334**

l) Câmaras Criminais

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador José Inacio Schaefer	727
Desembargador Paulo Roberto Sartorato	500
Desembargador Carlos Alberto Civinski	395
Desembargador José Everaldo Silva	1
Desembargadora Vera Lúcia Ferreira Copetti	18
Desembargador Luiz Cesar Schweitzer	886
Desembargador Júlio César M. Ferreira de Melo	93
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**2.620**

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargadora Salete Silva Sommariva	461
Desembargador Sérgio Rizelo	297
Desembargador Getúlio Corrêa	391
Desembargador Volnei Celso Tomazini	334
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. Bittencourt Schaefer	129
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.612**

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

Magistrado	Quantidade
Desembargador Rui Fortes	795
Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho	361
Desembargador Ernani Guetten de Almeida	328
Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann	552
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. Bittencourt Schaefer	19
Desembargadora Rosane Portella Wolff	2
Desembargadora Hildemar Meneguzzi de Carvalho	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**2.058**

QUARTA CÂMARA CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Jorge Schaefer Martins	732
Desembargador Roberto Lucas Pacheco	708
Desembargador Rodrigo Collaço	346
Desembargador Newton Varella Júnior	9
Desembargador José Everaldo Silva	734
Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann	3
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. Bittencourt Schaefer	201
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**2.733**

8. Processos examinados em sede de Plantão Judiciário

PLANTÃO JUDICIÁRIO	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Volnei Celso Tomazini	3
Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli	3
Desembargadora Cláudia Lambert de Faria	21
Desembargador Francisco Oliveira Neto	11
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. Bittencourt Schaefer	6
Desembargador Jorge Luis Costa Beber	5
Desembargador Guilherme Nunes Born	2
Desembargador Eduardo Mattos Gallo Júnior	7
Desembargador Luiz Zanelato	3
Desembargador Dinart Francisco Machado	20
Desembargador Gerson Cherem II	12
Desembargadora Rosane Portella Wolff	20
Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski	15
Desembargador Artur Jenichen Filho	7
Desembargador Paulo Ricardo Bruschi	5
Desembargador Luiz Cesar Schweitzer	9
Desembargador Rubens Schulz	2
Desembargador Júlio César M. Ferreira de Melo	1
Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli	5
Desembargadora Hildemar Meneguzzi de Carvalho	5
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**162**

9. Recursos sobrestados aguardando decisão dos Tribunais Superiores

Extrai-se da tabela abaixo que, do total de **28.085** recursos sobrestados aguardando decisão dos Tribunais superiores, aproximadamente **26,51%** representam Recursos Especiais e cerca de **73,49%** correspondem a

Recursos Extraordinários.

QUANTITATIVO DE RECURSOS SOBRESTADOS POR ÓRGÃO JULGADOR

Atualização - 31.12.2016

Órgão julgador	Recursos Repetitivos-STJ	Repercussão Geral-STF	Total
2ª Vice	1.494	1.018	**2.512**
3ª Vice	4.522	1.369	**5.891**
Órgão Especial	1	1	**2**
Câmara Civil Especial	73	3	**76**
Câmara Especial Regional de Chapecó	230	1.784	**2.014**
Grupo de Câmaras de Direito Civil	1	0	**1**
Grupo de Câmaras de Direito Comercial	1	0	**1**
Grupo de Câmaras de Direito Público	0	1	**1**
Primeira Câmara de Direito Civil	35	1	**36**
Primeira Câmara de Direito Comercial	145	2.865	**3.010**
Primeira Câmara de Direito Público	105	10	**115**
Segunda Câmara Criminal	0	0	**0**
Segunda Câmara de Direito Civil	7	0	**7**
Segunda Câmara de Direito Comercial	167	3.920	**4.087**
Segunda Câmara de Direito Público	0	1	**1**
Terceira Câmara de Direito Civil	17	0	**17**
Terceira Câmara de Direito Criminal	2	0	**2**
Terceira Câmara de Direito Comercial	282	3.752	**4.034**
Terceira Câmara de Direito Público	6	28	**34**
Quarta Câmara de Direito Civil	0	0	**0**
Quarta Câmara de Direito Comercial	187	3.279	**3.466**
Quarta Câmara de Direito Público	0	3	**3**
Quinta Câmara de Direito Civil	12	0	**12**
Quinta Câmara de Direito Comercial	158	2.605	**2.763**
Sexta Câmara de Direito Civil	0	0	**0**
TOTAL	**7.445**	**20.640**	**28.085**

Fonte: NURER – Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos. Dados atualizados até 31 de dezembro de 2016.

DIRETORIA DE CADASTRO E DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

A Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual buscou, no ano de 2016, a agilização de seus serviços, através de práticas otimizadas, tudo visando à efetiva entrega de suas contraprestações em tempo razoável, observadas as determinações judiciais a serem cumpridas, conforme será demonstrado neste Relatório.
Importante lembrar que no ano de 2016 ocorreu a migração do Sistema de Automação do Judiciário - SAJ/SG3 (o qual comportava somente processos físicos) para SAJ/SG5 (o qual comporta processos físicos e digitais), o que acarretou alteração em alguns dos setores da Diretoria.
Para o desenvolvimento de suas atividades, a Diretoria e Cadastro e Distribuição Processual contou com a Assessoria Técnica, a Secretaria de Assuntos Específicos, a Divisão de Distribuição e Redistribuição de Processos Judiciais, a Divisão de Protocolo Judicial, a Divisão de Secretaria dos Órgãos Julgadores e suas respectivas seções.

1. ASSESSORIA TÉCNICA

A Assessoria Técnica presta suporte ao Gabinete do Diretor da DCDP, tanto nas questões administrativas (manifestações em processos administrativos, expedições de ofícios e certidões etc.), quanto nas questões judiciais (transferências e redistribuições de processos judiciais etc.).

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – ASSESSORIA TÉCNICA	
Ofícios expedidos	62
Manifestação em processos administrativos	21
Certidões de distribuição	699
Certidões eleitorais	8.699
Certidão para comprovação de prática jurídica	33
Certidões diversas	17
Processos Transferidos	**
Processos Redistribuídos	32.655

Fonte: SAJ/SG5 (dados do SAJ3 indisponíveis) e controle estatístico da Assessoria Técnica/DCDP
** não foi possível aferir por problemas no SAJ/SG5(SALT 233007/1).

O elevado número de certidões eleitorais emitidas é decorrente de pleito eleitoral, ocorrido nos dias 2 e 30 de outubro de 2016.

2. ASSESSORIA DE CADASTRAMENTO

A Assessoria de Cadastramento é responsável pelo cadastro e análise de prevenção ou de vinculação de feitos de competência originária ou recursal ingressados no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. No ano de 2016 passou por diversas transformações, no que diz respeito à dinâmica dos trabalhos. Iniciou o ano com acúmulo de processos e o encerrou com o cadastro de todos os recursos que aportaram no fluxo da assessoria de cadastramento até o dia 19 de dezembro de 2016.

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – ASSESSORIA DE CADASTRAMENTO	
Acúmulo de Recursos ingressados no TJSC em 2015	540
Recursos Cadastrados em 2016	98.172

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico da Assessoria de Cadastramento/DCDP

3. DIVISÃO DE PROTOCOLO JUDICIAL

A Divisão de Protocolo Judicial é composta pela Seção de Plantão Judiciário, Seção de Triagem e Registro de Petições, Seção de Preparo, Custas e Recolhimento e Seção de Protocolo Judicial e Informações.

3.1. Seção de Plantão Judiciário

À Seção de Plantão Judiciário compete, dentre outras funções, protocolar, cadastrar, distribuir as medidas ingressadas em regime de plantão e assessorar os magistrados plantonistas no cumprimento das liminares deferidas. Em 2016, foram analisados 395 processos em regime de plantão.

3.2. Seção de Triagem e Registro de Petições

A Seção de Triagem e Registro de Petições protocoliza a documentação recebida por meio de agências postais, da Seção de Correspondência (DIE/Divisão Administrativa) do Tribunal, mediante protocolo unificado, ou de transmissão eletrônica (fac-símile ou portal e-SAJ); registra, no Sistema de Automação do Judiciário as petições intermediárias protocolizadas; imprime as decisões advindas dos Tribunais Superiores para posterior juntada nos autos pelo setor competente; encaminha documentos protocolizados aos setores responsáveis.

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – SEÇÃO DE TRIAGEM E REGISTRO DE PETIÇÕES	
Documentos recebidos para protocolo	68.856
Fac-símiles recebidos e protocolados	3.847
Decisões dos Tribunais Superiores impressas	6.744

Fonte: SAJ/SG5 (dados SAJ3 indisponíveis) e controle estatístico da Seção de Triagem e Registro de Petições/DPJ/DCDP

3.3. Seção de Preparo, Custas e Recolhimento

A Seção de Preparo, Custas e Recolhimento verifica o pagamento das custas judiciais nos recursos físicos e digitais que ascendem a esta Egrégia Corte. Além disso, expede guia de recolhimento de custas iniciais, elabora custas finais dos processos para posterior baixa à comarca ou devolução à Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores e manifesta-se em processos administrativos, que tenham como objeto a devolução de custas pagas a maior ou de recursos preparados, mas não protocolizados. A sua produtividade, no ano de 2016, pode ser observada na tabela abaixo.

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – SEÇÃO DE PRERARO, CUSTAS E RECOLHIMENTO	
Verificação de pagamento de custas judiciais em recursos físicos	28.535
Verificação de pagamento de custas judiciais em recursos híbridos	9.201
Expedição de guias de recolhimento de custas iniciais	528
Elaboração de custas finais nos recursos	833
Manifestação em processos administrativos	204
Expedição de guias de custas excepcionais e complementares	6
Elaboração de cálculos finais para ações originárias	63
Certidão de cumprimento despacho relator	12
Análise processual para intimação de custas	78
Certidão de quitação de custas	6
Devolução de autos	279
Elaboração de subcontas até julho devido à migração do sistema SAJ	33

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico da Seção de Preparo, Custas e Recolhimento/DPJ/DCDP

3.4. Seção de Protocolo Judicial e Informações

A Seção de Protocolo Judicial e Informações é responsável pelo atendimento pessoal de balcão, fornecendo informações acerca dos processos judiciais que tramitam neste Tribunal; pelo protocolo das petições intermediárias; pela carga de autos aos procuradores judiciais; e pelo recebimento de pedidos de certidão de distribuição e de certidão narrativa, os quais são realizados pessoalmente ou por e-mail. Em 2016, foram realizados 10.251 requerimentos de certidão.

4. DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS

A Divisão de Distribuição e Redistribuição de Processos Judiciais é composta pela Seção de Apoio Operacional, Seção de Autuação e Seção de Tramitação de Processos.

4.1. Seção de Apoio Operacional

A Seção de Apoio Operacional efetua a montagem de processos físicos (furação, colocação de capas e colchetes, apensamentos), a conferência, o transporte e a remessa de processos, mediante a expedição de cargas aos Gabinetes dos Desembargadores, à Procuradoria-Geral da Justiça (via malote) e à Secretaria dos Órgãos Julgadores, dentre outros locais. Em 2016, foram realizadas 85.076 movimentações de remessa, conforme tabela de produtividade a seguir:

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – SEÇÃO DE APOIO OPERACIONAL	
Recebimento de processos na seção de apoio operacional	12.505
Remessa à Secretaria dos Órgãos Julgadores	1.989
Remessa ao Gabinete	54.706
Remessa ao Órgão do Ministério Público	15.265
Remessa a outros locais	611
TOTAL DE MOVIMENTAÇÕES	**85.076**

Fonte: SAJ/SG3 e SAJ/SG5

4.2. Seção de Autuação

A Seção de Autuação é responsável, dentre outras atribuições, pela emissão de etiquetas e fichas, as quais identificam o processo.

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – SEÇÃO DE AUTUAÇÃO	
Etiquetas emitidas	85.220
Fichas de Processos emitidas	82.746

Fonte: SAJ/SG3 e SAJ/SG5

4.3. Seção de Tramitação de Processos

À Seção de Tramitação de Processos compete receber os processos despachados pelos magistrados desta Corte; encaminhar estes autos às unidades responsáveis pelo cumprimento das decisões; receber os processos que retornam da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), com parecer, efetuando a juntada aos autos e a respectiva movimentação de conclusão ao relator.

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – SEÇÃO DE TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS	
Processos recebidos na Seção	33.015
Processos Encaminhados à Procuradoria-Geral de Justiça	2.339
Remessa de Processos a outros setores	112.1847
Retorno de Processos da Procuradoria-Geral Justiça	5.508

Pareceres Juntados	12.186
TOTAL DE PROCESSOS MOVIMENTADOS NA SEÇÃO	**241.885**

Fonte: SAJ/SG5 (dados SAJ3 indisponíveis) e controle estatístico da Seção de Tramitação/DDRPJ/DCDP

5. DIVISÃO DE SECRETARIA DOS ÓRGÃOS JULGADORES

A Divisão de Secretarias dos Órgãos Julgadores é responsável por coordenar e controlar as atividades realizadas pelos secretários das Câmaras Isoladas Criminais, Cíveis, Comerciais e de Direito Público; dos Grupos de Câmaras de Direito Público, Civil e Comercial; e da Seção Criminal.

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – 1ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL	
Processos Pautados	3.603
Sessões de Julgamento Realizadas	47
Despachos Publicados	180
Ofícios Expedidos	16

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – 2ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL	
Processos Pautados	4.114
Sessões de Julgamento Realizadas	50
Despachos Publicados	205
Ofícios Expedidos	25

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – 3ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL	
Processos Pautados	3.655
Sessões de Julgamento Realizadas	48
Despachos Publicados	241
Ofícios Expedidos	60

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – 4ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL	
Processos Pautados	3.089
Sessões de Julgamento Realizadas	48
Despachos Publicados	314
Ofícios Expedidos	13

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – Seção Criminal	
Processos Pautados	422
Sessões de Julgamento Realizadas	11
Despachos Publicados	96
Ofícios Expedidos	14

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – 1ª CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Processos Pautados	4.690
Sessões de Julgamento Realizadas	44
Despachos Publicados	1.086
Ofícios Expedidos	38

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – 2ª CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Processos Pautados	3.593
Sessões de Julgamento Realizadas	46

Despachos Publicados	1.262
Ofícios Expedidos	68

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – 3ª CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Processos Pautados	4.225
Sessões de Julgamento Realizadas	47
Despachos Publicados	1.414
Ofícios Expedidos	47

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – 4ª CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Processos Pautados	2.515
Sessões de Julgamento Realizadas	45
Despachos Publicados	1.662
Ofícios Expedidos	125

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – 5ª CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Processos Pautados	4.539
Sessões de Julgamento Realizadas	46
Despachos Publicados	1.003
Ofícios Expedidos	79

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – 6ª CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Processos Pautados	2.680
Sessões de Julgamento Realizadas	43
Despachos Publicados	1.330
Ofícios Expedidos	59

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
Processos Pautados	157
Sessões de Julgamento Realizadas	12
Despachos Publicados	106
Ofícios Expedidos	15

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – CÂMARA CIVIL ESPECIAL	
Processos Pautados	203
Sessões de Julgamento Realizadas	17
Despachos Publicados	3.993
Ofícios Expedidos	4.898

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – 1ª CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Processos Pautados	3.813
Sessões de Julgamento Realizadas	45
Despachos Publicados	2.233
Ofícios Expedidos	43

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – 2ª CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Processos Pautados	4.551
Sessões de Julgamento Realizadas	43

Despachos Publicados	2.182
Ofícios Expedidos	77

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – 3ª CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Processos Pautados	3.746
Sessões de Julgamento Realizadas	41
Despachos Publicados	2.829
Ofícios Expedidos	74

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – 4ª CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Processos Pautados	6.171
Sessões de Julgamento Realizadas	42
Despachos Publicados	2.117
Ofícios Expedidos	22

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – 5ª CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Processos Pautados	5.195
Sessões de Julgamento Realizadas	44
Despachos Publicados	1.989
Ofícios Expedidos	20

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL	
Processos Pautados	27
Sessões de Julgamento Realizadas	10
Despachos Publicados	52
Ofícios Expedidos	25

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Processos Pautados	4.795
Sessões de Julgamento Realizadas	49
Despachos Publicados	1.494
Ofícios Expedidos	250

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Processos Pautados	5.235
Sessões de Julgamento Realizadas	47
Despachos Publicados	1.027
Ofícios Expedidos	92

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Processos Pautados	3.746
Sessões de Julgamento Realizadas	47
Despachos Publicados	1.470
Ofícios Expedidos	97

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – 4ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Processos Pautados	3.605
Sessões de Julgamento Realizadas	44

Despachos Publicados	1.372
Ofícios Expedidos	110

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO	
Processos Pautados	498
Sessões de Julgamento Realizadas	10
Despachos Publicados	576
Ofícios Expedidos	948

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico do Secretário da Câmara/DSOJ/DCDP

A Divisão de Secretaria dos Órgãos Julgadores, além das atribuições já mencionadas, é composta pela Seção de Mandados e Cartas e pela Seção de Oficias de Justiça.

5.1. Seção de Mandados e Cartas

A Seção de Mandados e Cartas é responsável por confeccionar e expedir mandados de intimação/citação, ofícios, editais, cartas de ordem, cartas precatórias e cartas rogatórias, bem como cadastrar Cartas Precatórias e de Ordem oriundas de outros Tribunais Estaduais e Tribunais Superiores.
Além disso, cumpre à referida Seção realizar os demais atos processuais decorrentes das suas atividades.
A produtividade do ano de 2016 da Seção se encontra discriminada na tabela que segue abaixo:

PRODUTIVIDADE – SEÇÃO DE MANDADOS E CARTAS	
Conclusão ao Presidente do Tribunal	79
Concluso ao Relator	768
Devolução das Carta Precatória/Ordem ao Juízo Deprecante	76
Digitalização Comprovante Malote Digital	35
Digitalização de Aviso de Recebimento - AR	22
Digitalização de Carta de Ordem	30
Digitalização de Certidão	10
Digitalização de Documentos	131
Digitalização de informações	6
Encaminhado Edital para DJE	88
Expedida Carta de Ordem	511
Expedido Carta Precatória	4
Expedida Certidão	292
Expedido Mandado	73
Expedido Ofício	144
Expedido Edital	88
Expedida Certidão de Decurso de Prazo	249
Informações	89
Juntada de Petição	499
Juntada de Aviso de Recebimento	239
Juntada de Carta de Ordem	471
Juntada de Carta Precatória	21
Juntada de Mandado	62
Malote Digital – Documentos Lidos/Recebidos	998
Malote Digital – Documentos Enviados	568
Processo Cadastrado (Cartas Precatórias/Ordem)	59
Processo Digitalizado	56
Recebida Petição	108
Recebido na Seção de Mandados e Cartas	1.531

Remessa à Procuradoria Geral de Justiça/ Vista à PGJ	36
Remessa à Seção de Apoio Operacional/DCDP	1.000
Remessa à Seção Fotocópia – DIE - Xerox	208
Transmitido e-mail às Comarcas	102

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico da Seção de Mandados e Cartas/DSOJ/DCDP

5.2. Seção de Oficiais de Justiça

À Seção de Oficiais de Justiça compete proceder pessoalmente às citações, intimações, notificações e demais diligências próprias de seu ofício, certificando no mandado o ocorrido, mencionando lugar, data e hora. Além disso, tem como atribuição auxiliar nas Sessões realizadas neste Tribunal de Justiça, zelando pela manutenção da ordem dos trabalhos, prestando apoio ao Secretário, ao Presidente do Órgão Julgador e aos demais Desembargadores.

PRODUTIVIDADE ANO DE 2016 – SEÇÃO DE OFICIAIS DE JUSTIÇA	
Mandados cumpridos	832
Sessões realizadas	974
Audiências realizadas	18
Intimações de Defensores Públicos	3.537

Fonte: SAJ/SG3, SAJ/SG5 e controle estatístico da Seção de Oficiais de Justiça/DSOJ/DCDP

Essas foram as atividades desenvolvidas pela Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual, no ano de 2016.

DIRETORIA DE RECURSOS E INCIDENTES

1. AÇÕES DESENVOLVIDAS

- Acompanhamento pormenorizado do 1º, 2º, 3º e 4º Ciclos de Implantação da versão n. 5 do Sistema de Automação da Justiça de Segundo Grau (SAJ/SG5), a fim de garantir a continuidade no processamento dos feitos judiciais, mediante monitoramento contínuo e individualizado das etapas do processo, identificação das inconsistências do sistema e da exigência de soluções rápidas de contorno, bem como de soluções definitivas, por meio de abertura de SALTS e contato direto e intensivo com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e a empresa Softplan.
- Participação no grupo de homologação do SAJ/SG5, com a designação de um Assessor Técnico da DRI para atuar diretamente na configuração de fluxos físicos e digitais de trabalho, no processo de migração do SAJ/SG3 para o SAJ/SG5 e na solução das inconsistências apresentadas pelo sistema após a implantação, juntamente com a empresa Softplan e a Diretoria de Tecnologia da Informação.
- Revisão das rotinas de trabalho a fim de otimizar o cumprimento dos atos processuais e adequá-los aos ditames do Novo Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015). Com efeito, as três Divisões que compõem a Diretoria, Divisão de Editais (DE), Divisão de Cumprimento de Acórdãos e Processamento de Incidentes (DCAPI) e Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores (DRTS) encerraram o ano com suas atividades regularmente em dia.
- Os gestores e os servidores da DRI participaram dos cursos de Capacitação em SPA, Avaliação de Desempenho: procedimentos e feedback – 2ª Edição, e Curso de Pós-Graduação em Gestão Estratégica no Poder Judiciário de Santa Catarina – Turma 2015, promovidos pela Academia Judicial.
- A Participação nas reuniões do Corpo Diretivo.

2. RELATÓRIO ESTATÍSTICO

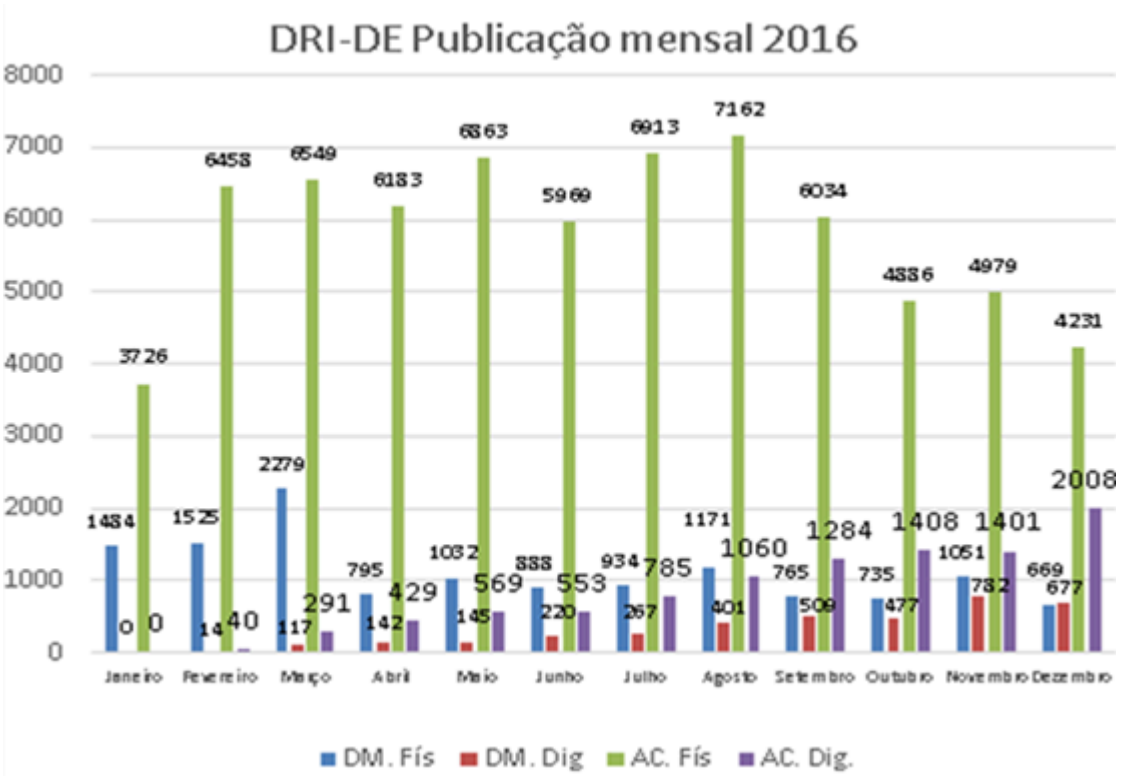
PRODUTIVIDADE – GABINETE	
Manifestações em processos administrativos	11
Participação em reuniões	63
Participação em reuniões do SAJ5	70
Ofícios expedidos	91
Certidões narrativas	803
Alvarás judiciais expedidos	101
Autos de penhora no rosto dos autos expedidos	60

*fonte: SAJ/SG3 e SAJ/SG5

PRODUTIVIDADE – DIVISÃO DE EDITAIS	
Preparação e publicação de editais	96.860
Análise de processos	93.739
Controle de prazos	131.759
Intimações pessoais	34.899

*fonte: SAJ/SG3 e SAJ/SG5

GRÁFICO DE PRODUTIVIDADE – DIVISÃO DE EDITAIS



*fonte: SAJ/SG3 e SAJ/SG5

PRODUTIVIDADE – DIVISÃO DE CUMPRIMENTO DE ACÓRDÃOS E PROCESSAMENTO DE INCIDENTES	
Cumprimento de acórdãos	8.614
Petições recebidas	11.015
Cadastro de incidentes	18.535
Processamento dos incidentes / Atos ordinatórios expedidos (atividade implementada a partir de março de 2016)	1.882
Análise de petições diversas / processamento pós julgamento	2.358
Arquivamento de processos originários	6.843
Baixa Definitiva à origem	61.001

*fonte: SAJ/SG3 e SAJ/SG5

PRODUTIVIDADE – DIVISÃO DE RECURSOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES	
Petições Juntadas e Peças eletrônicas STJ/STF juntadas/analisadas	67.592
Recursos (REsp, RE e RO), Agravos (art. 1.042 NCPC) e cautelares cadastrados	22.028
Intimações expedidas e publicadas (para apresentar resposta nos recursos e agravos)	16.827
Certidões expedidas de decurso de contrarrazões	8.798
Recursos analisados e remetidos à PGJ	4.986
Recursos analisados e remetidos ao NURER	4.409
Recursos analisados e concluídos ao 2º e ao 3º Vice-Presidentes	27.486
Despachos/Despachos e atos ordinatórios publicados	34.538
Processos/incidentes* analisados e baixados à origem/originários remetidos ao arquivo definitivo	49.677
Recursos analisados e remetidos fisicamente aos Tribunais Superiores	189
Recursos analisados e remetidos à Seção de Digitalização	8.089
Ofícios expedidos	2.833
Agravos Regimentais redistribuídos ao Órgão Especial	690

* No quantitativo apresentado estão contabilizados, além dos processos principais, os respectivos recursos e incidentes (embargos, recursos, agravos etc.).
*fonte: SAJ/SG3 e SAJ/SG5

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

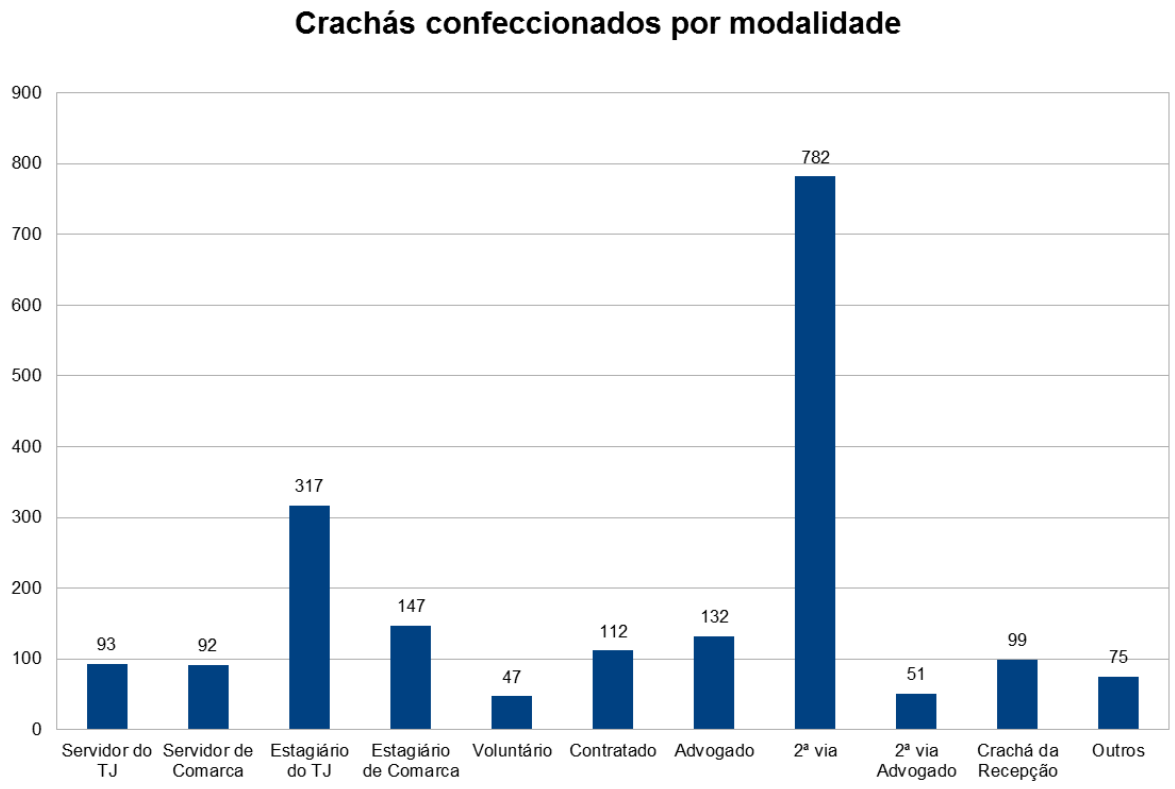
A Diretoria de Documentação e Informações integra a Diretoria-Geral Judiciária e tem como atribuições diagramar e disponibilizar o Diário da Justiça eletrônico; guardar e conservar os processos judiciais arquivados pelas comarcas e pelo Tribunal de Justiça, deste incluídos os processos administrativos; preservar os documentos e objetos de valor histórico; recepcionar, prestar informações e controlar o acesso do público interno e externo às dependências do Tribunal de Justiça; autuar e cadastrar os processos administrativos; e gerir o acervo bibliográfico do Poder Judiciário catarinense.
Além do Gabinete do Diretor, com sua Assessoria Técnica e Secretaria de Assuntos Específicos, é composta pelas Divisões de Atendimento ao Usuário, de Documentação e Memória do Judiciário, de Pesquisa e Informação e de Arquivo, bem como pela Secretaria Técnica de Elaboração Normativa.
No ano de 2016, a Diretoria de Documentação e Informações foi submetida a processo de reestruturação, conforme definido na Resolução GP n. 31 de 5 de julho de 2016, e continuou a desenvolver planos de melhoria contínua com acompanhamento dos resultados, ênfase na otimização dos processos de trabalho e no melhor atendimento aos clientes, internos e externos. Os resultados do trabalho desenvolvido são percebidos nos números apresentados.

1. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

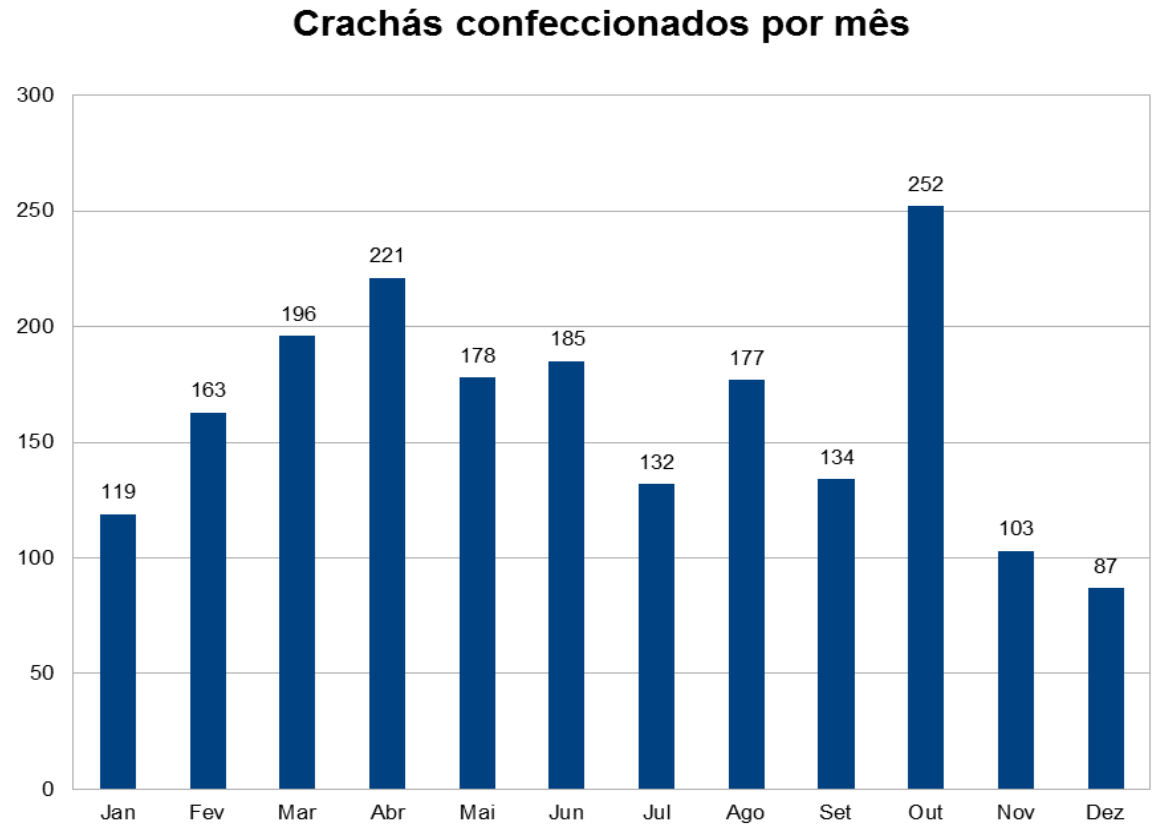
É composta pela Seção de Atendimento e Informações e pela Seção de Protocolo.
O Setor de Crachás, vinculado à Divisão, é responsável pela confecção de crachás de identificação para magistrados, servidores, comissionados, estagiários e voluntários do Poder Judiciário de Santa Catarina, e para os contratados do Tribunal de Justiça. O relatório da produção segue abaixo:

CONFECÇÃO DE CRACHÁS													
MODALIDADE	**JAN**	**FEV**	**MAR**	**ABR**	**MAI**	**JUN**	**JUL**	**AGO**	**SET**	**OUT**	**NOV**	**DEZ**	**TOTAL**
Servidor do TJ	8	13	10	13	3	6	2	8	7	11	4	8	93
Servidor de Comarca	6	7	6	12	9	11	6	9	7	6	9	4	92
Estagiário do TJ	12	37	41	37	21	25	23	47	33	18	9	14	317
Estagiário de Comarca	20	5	0	0	0	4	0	0	0	115	0	3	147
Voluntário	2	4	3	13	4	5	5	2	2	3	2	2	47
Contratado	17	15	15	13	13	11	2	2	6	7	5	6	112
Advogado	3	15	20	15	9	17	15	9	4	11	12	2	132
2ª via	48	63	91	75	68	91	65	73	63	62	48	35	782
2ª via Advogado	3	2	8	3	7	3	11	4	0	5	3	2	51
Crachá da Recepção	0	0	0	36	22	6	3	6	2	5	8	11	99
Outros	0	2	2	4	22	6	0	17	10	9	3	0	75
TOTAL	**119**	**163**	**196**	**221**	**178**	**185**	**132**	**177**	**134**	**252**	**103**	**87**	**1.947**

Fonte: controle estatístico da Divisão



Fonte: controle estatístico da Divisão.



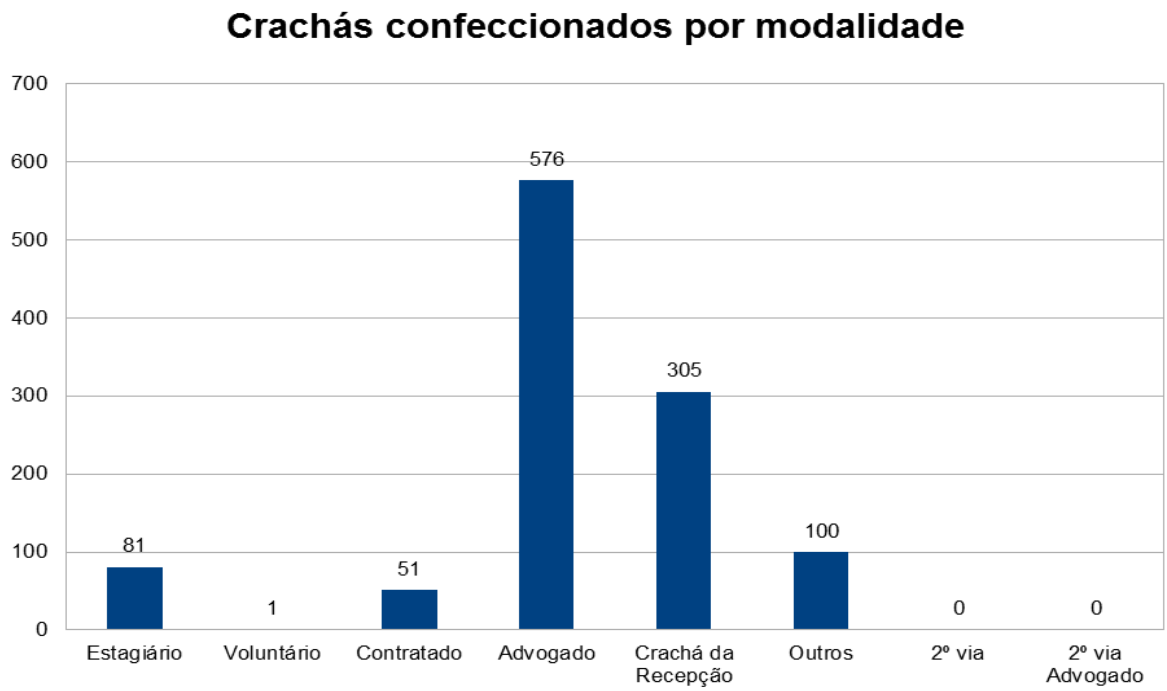
Fonte: controle estatístico da Divisão.

Recentemente, em setembro de 2016, foi instalado na Comarca de Blumenau como projeto-piloto, com vistas à padronização, o Sistema de Controle e Registro de Acesso por meio da utilização de catracas eletromecânicas e de software específico, responsável por gerenciar a movimentação de pessoas em

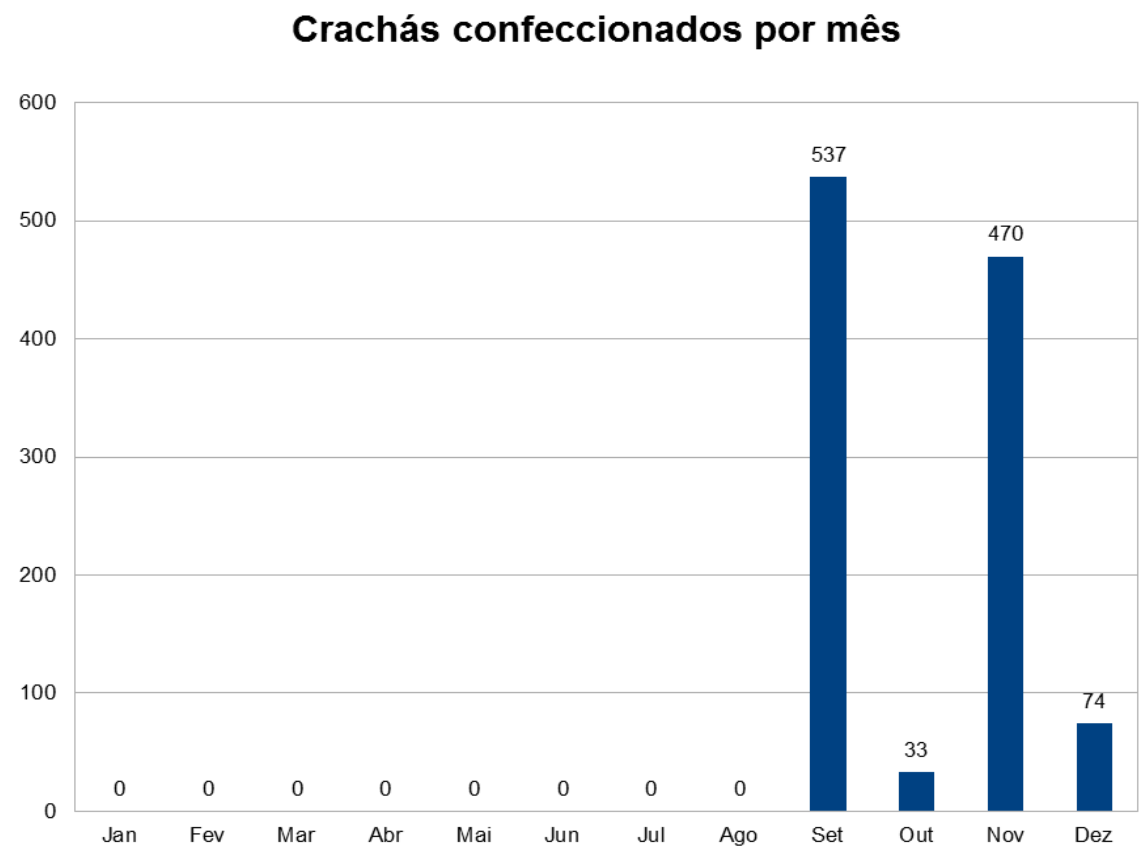
tempo real. Em sendo aprovado, há a intenção de propagar a solução, inicialmente, para as comarcas de Entrância Especial, a critério da administração, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da instituição.
Nesse sentido, segue abaixo relatório contendo dados da confecção de crachás para a comarca de Blumenau, assim como os acessos realizados:

CONFECÇÃO DE CRACHÁS													
MODALIDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Estagiário	0	0	0	0	0	0	0	0	81	0	0	0	81
Voluntário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Contratado	0	0	0	0	0	0	0	0	51	0	0	0	51
Advogado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	33	469	74	576
Crachá da Recepção	0	0	0	0	0	0	0	0	305	0	0	0	305
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	100	0	0	0	100
2º via	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2º via Advogado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	537	33	470	74	1.114

Fonte: controle estatístico da Divisão.



Fonte: controle estatístico da Divisão.



Fonte: controle estatístico da Divisão.

ACESSOS A COMARCA DE BLUMENAU			
Mês	Visitantes	Advogados	Total de acessos
Outubro	1.217	630	1.847
Novembro	6.097	3.546	9.643
Dezembro	3.747	1.819	5.566
TOTAL	**11.061**	**5.995**	**17.056**

Fonte: Sistema Suricato.

A Divisão, além de gerir as seções a ela vinculadas, disponibilizou carteiras de identidade funcionais para os magistrados e para os servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina, consoante se depreende do quadro abaixo:

CARTEIRA DE IDENTIDADE FUNCIONAL	
Modalidade	Quantidade
Servidores	88
Magistrados	15
TOTAL	**103**

Fonte: controle estatístico da Divisão

Ainda, procedeu à manutenção do sistema de controle de acesso aos prédios do Tribunal de Justiça; ao fornecimento de relógios protocolizadores eletrônicos para todas as comarcas e para o Tribunal de Justiça; e é o setor responsável pela implementação de Centros de Atendimento e Informações nas comarcas.

A Seção de Atendimento e Informações, onde é realizado o controle do acesso às dependências do Tribunal de Justiça, é integrada pelo Centro de Atendimento e Informações desta Corte, pela Recepção e pela Central de Cadastramento.

Os Centros de Atendimento e Informações foram criados para proporcionar um atendimento diferenciado aos usuários internos e externos do Poder Judiciário de Santa Catarina. Instalados no Tribunal de Justiça e em algumas comarcas do Estado, esses setores são responsáveis por recepcionar e orientar o público em geral, prestar informações relativas à estrutura organizacional, ao quadro funcional do Tribunal de Justiça e das comarcas e aos dados referentes ao Poder Judiciário e a outras instituições; fornecer a data, o horário e o local das sessões dos órgãos julgadores e as pautas das sessões e das audiências; e orientar a utilização dos terminais de auto-atendimento.
Os dados estatísticos do funcionamento dos Centros de Atendimento e Informações estão reproduzidos nas tabelas que seguem:

CENTRO DE ATENDIMENTO E INFORMAÇÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA				
MÊS	ATENDIMENTO PRESENCIAL	ATENDIMENTO TELEFÔNICO	ATENDIMENTO ELETRÔNICO	TOTAL
Janeiro	456	1.488	487	2.431
Fevereiro	593	2.518	97	3.208
Março	597	2.417	97	3.111
Abril	546	2.292	64	2.902
Maio	605	2.375	79	3.059
Junho	401	2.037	45	2.483
Julho	409	1.897	67	2.373
Agosto	225	1.140	99	1.464
Setembro	245	1.236	57	1.538
Outubro	214	1.287	88	1.589
Novembro	189	1.196	53	1.438
Dezembro	145	604	73	822
TOTAL	**4.625**	**20.487**	**1.306**	**26.418**

Fonte: controle estatístico da Divisão.

CENTRO DE ATENDIMENTO E INFORMAÇÕES DAS COMARCAS				
COMARCAS	ATENDIMENTO PRESENCIAL	ATENDIMENTO TELEFÔNICO	ATENDIMENTO ELETRÔNICO	TOTAL DE ATENDIMENTOS
Araranguá	9.653	2.284	0	11.937
Bal. Camboriú	16.349	1.241	316	17.906
Biguaçu	6.033	739	0	6.772
Blumenau	40.917	4.640	0	45.557
Brusque	11.179	4.157	1.124	16.460
Camboriú	19.795	3.167	0	22.962
Campos Novos	13.813	4.180	183	18.176
Capital	28.191	9.465	1.910	39.566
Chapecó	27.720	13.678	0	41.398
Concórdia	38.644	1.978	0	40.622
Criciúma	24.768	10.447	58	35.273
Curitibanos	15.024	4.426	99	19.549
Itajaí	89.251	34.501	2.014	125.766
Itapema	5.832	0	12	5.844
Jaraguá do Sul	32.117	2.710	768	35.595
Joaçaba	9.636	2.492	236	12.364
Joinville	12.103	4.731	122	16.956
Lages	13.164	1.260	0	14.424
Laguna	8.878	1.271	19	10.168
Navegantes	15.047	1.248	0	16.295
Otacílio Costa	6.801	0	0	6.801

Palhoça	61.462	6.368	24	67.854
Rio do sul	20.738	1.747	0	22.485
São Bento do Sul	11.781	8.668	1.500	21.949
São José	6.894	3.507	0	10.401
São Miguel do Oeste	13.231	2.277	0	15.508
Tubarão	9.014	4.458	3	13.475
Urussanga	6.074	2	0	6.076
Xanxerê	20.928	2.949	0	23.877
TOTAL	**595.037**	**138.591**	**8.388**	**742.016**

Fonte: controle estatístico das Comarcas.

A Recepção do Tribunal de Justiça tem por atribuições: identificar e orientar magistrados, autoridades, visitantes e colaboradores quanto à localização dos setores internos, aos números telefônicos, aos eventos, às pautas e às sessões de julgamento; contatar os servidores e os funcionários; recepcionar as turmas de acadêmicos e o público em geral.
A Central de Cadastramento, por sua vez, responsabiliza-se pela identificação dos usuários externos que desejam ter acesso às dependências do Tribunal de Justiça mediante o fornecimento de crachá de identificação pessoal; pelos registros das informações pessoais dos usuários no sistema de acesso; por disponibilizar o crachá temporário no caso de esquecimento de crachá permanente; e por confeccionar crachás permanentes para os advogados inscritos na Seccional de Santa Catarina da Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos das Resoluções TJ n. 18 de 4 de novembro de 2003 e n. 9 de 24 de março de 2008. Os dados estatísticos referentes ao setor estão expostos abaixo:

ACESSOS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA				
MÊS	**VISITANTES**	**ESTUDANTE EM VISITA INSTITUCIONAL**	**ADVOGADOS**	**TOTAL DE ACESSOS**
Janeiro	840	0	323	1.163
Fevereiro	2.942	0	2.191	5.133
Março	3.248	41	2.719	6.008
Abril	3.059	444	2.820	6.323
Maio	3.083	396	2.980	6.459
Junho	3.236	261	3.083	6.580
Julho	3.336	0	3.052	6.388
Agosto	3.483	108	3.064	6.655
Setembro	3.218	392	2.880	6.490
Outubro	2.819	380	2.999	6.198
Novembro	3.292	350	3.113	6.755
Dezembro	2.325	18	2.194	4.537
TOTAL	**34.881**	**2.390**	**31.418**	**68.689**

Fonte: sistema DMPAccess II.

A Seção de Protocolo é o setor responsável por receber, protocolizar, cadastrar no sistema respectivo, preparar e encaminhar aos setores competentes processos administrativos e precatórios. Tem, ainda, as seguintes atribuições: gerenciar e atualizar o Sistema de Protocolo e atender usuários internos e externos quanto aos Precatórios e à utilização dos Sistemas de Protocolo Administrativo.
A Seção teve participação efetiva na criação e no desenvolvimento do processo administrativo eletrônico (SPA), mediante trabalho de parceria desenvolvido com a Diretoria de Tecnologia da Informação, notadamente no que tange à criação e à compilação das tabelas de classes e de assuntos.
Eis a estatística de produtividade anual:

PROTOCOLO ADMINISTRATIVO

MÊS	CADASTRAMENTO				CANCELAMENTO DE PROCESSOS	TOTAL
	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	PRECATÓRIOS	PETIÇÕES/PRECATÓRIOS	SPA		
Janeiro	1.002	0	127	493	23	1.645
Fevereiro	900	0	155	458	11	1.524
Março	1.177	7	130	542	14	1.870
Abril	812	0	98	454	10	1.374
Maio	734	2	117	600	10	1.463
Junho	725	5	133	837	7	1.707
Julho	700	0	240	759	11	1.710
Agosto	652	0	137	626	7	1.422
Setembro	570	2	99	606	5	1.282
Outubro	412	0	139	702	1	1.254
Novembro	396	1	101	799	4	1.301
Dezembro	166	0	238	545	0	949
TOTAL	**8.246**	**17**	**1.714**	**7.421**	**103**	**17.501**

Fontes: Sistemas PTC e SAJ .

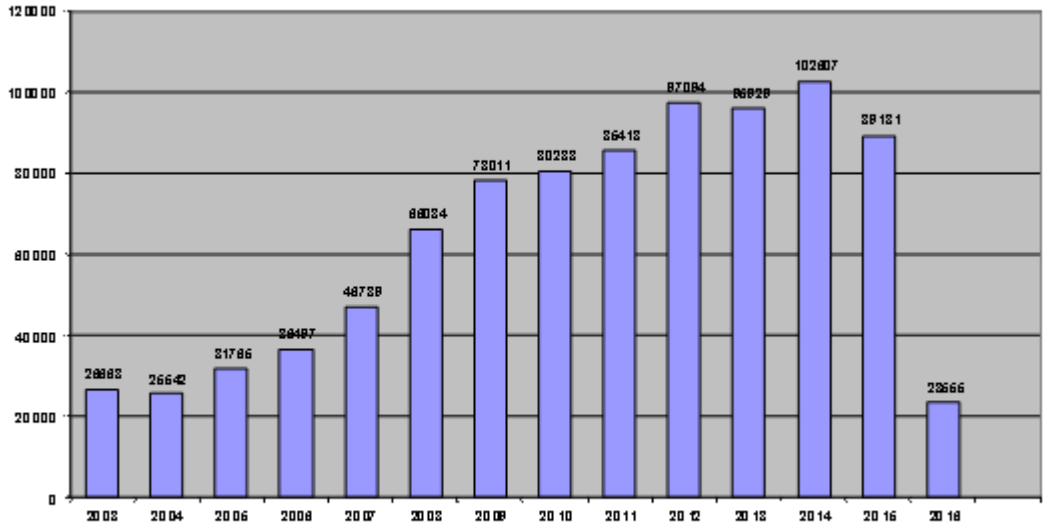
2. DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO

Em meados do ano de 2016, a Divisão de Documentação passou por profundas mudanças. Por meio da Resolução GP n. 31 de 5 de julho de 2016, a Divisão de Documentação foi transformada em Divisão de Documentação e Memória do Judiciário. Tornaram-se atribuições desta Divisão a gestão documental para fins de preservação da memória do Judiciário, a guarda e a preservação de documentos e de objetos históricos, a eliminação de autos findos e de documentos administrativos arquivados, bem como a editoração e a publicação do Diário da Justiça eletrônico. Para que essas atribuições fossem cumpridas, a Divisão de Documentação e Memória do Judiciário foi organizada em três seções: Análise e Eliminação de Autos Findos e Documentos; Museu; e Publicações.
Em face dessas mudanças, antes que sejam apresentados os resultados dessas Seções, serão repassados os resultados dos trabalhos empreendidos em duas das três Seções que formavam a Divisão de Documentação e que foram transformadas no início de julho de 2016, quais sejam: a Seção de Padronização e Conferência de Acórdãos – transformada em Seção de Análise e Eliminação de Autos Findos e Documentos – e Seção de Revisão – transformada em Seção de Arquivo Temporário, da Divisão de Arquivo.

Seção de Padronização e Conferência de Acórdãos

Entre 7 de janeiro e 10 de junho de 2016, os servidores da Seção de Padronização e Conferência de Acórdãos: padronizaram e conferiram, ao todo, 22.252 acórdãos recebidos de gabinetes; remeteram 1.106 decisões aos gabinetes de desembargadores e de juízes de direito de segundo grau para retificação do texto, como, por exemplo, a data de assinatura do acórdão ou da data da sessão de julgamento, o nome das partes e dos desembargadores que participaram do julgamento, a decisão, a ortografia da ementa, dentre outros; encaminharam 182 processos à Divisão de Secretaria de Órgãos Julgadores da Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual para retificação de certidão de julgamento, reautuação/correção no cadastro processual, juntada de petições e publicação de despachos; e enviaram 15 processos à Divisão de Editais da Diretoria de Recursos e Incidentes.
O número de acórdãos conferidos pela seção diminuiu ao longo do primeiro semestre do ano de 2016, gradualmente, em consequência do avanço dos ciclos de implantação da versão 5 do Sistema de Automação da Justiça de Segundo Grau – SAJ/SG5 e do processo judicial eletrônico nos gabinetes de desembargadores e de juízes de direito de segundo grau, conforme estabelecido nas Resoluções GP n. 5 de 20 de janeiro de 2016, n. 10 de 23 de fevereiro de 2016, n. 14 de 28 de março de 2016, n. 19 de 25 de

abril de 2016 e n. 26 de 6 de junho de 2016. Com isso, os acórdãos passaram a ser elaborados exclusivamente em meio eletrônico e assinados digitalmente, não sendo mais remetidos pelos gabinetes para a Seção de Padronização e Conferência de Acórdãos.
Destaca-se, por fim, além dos números citados acima, o trabalho realizado pela chefia da seção, de orientação aos gabinetes de desembargadores para a confecção de acórdãos em conformidade com as disposições da Resolução TJ n. 29 de 15 de junho de 2011 e do Ato Regimental TJ n. 90 de 16 de julho de 2008.
A série histórica das atividades de padronização e conferência de acórdãos está reproduzida no gráfico abaixo:



Essa seção também cooperou com o trabalho da Divisão de Arquivo na validação/indexação de processos em grau de recurso encaminhados aos Tribunais Superiores.

Seção de Revisão
À Seção de Revisão cumpria revisar documentos administrativos e judiciais do PJSC; orientar a produção de documentos no PJSC; confeccionar o Guia Prático de Redação do TJSC, revisar a revista Jurisprudência Catarinense e o Anuário das Turmas de Recursos; e elaborar dicas de Português para o Portal do Servidor.
A Seção de Revisão, além de prestar importante serviço de orientação aos gabinetes de desembargadores e à administração do Tribunal de Justiça, trabalhou, com afinco, na elaboração do Manual de Redação de Documentos Judiciais.
Para tanto, os servidores dessa Seção pesquisaram um total de 272 verbetes e expressões em dicionários gerais, jurídicos, etimológicos, de regências verbal e nominal, de sinônimos e de dificuldades da língua portuguesa, gramáticas, manuais de redação e padronização de textos, guias de revisão, normas técnicas, legislações, além de consultar sítios especializados e a Academia Brasileira de Letras.
Pesquisaram também a grafia de 4.998 palavras compostas, singulares e plurais, hifenizadas ou não.
Além disso, realizaram atividades de correção e padronização de documentos para grande parte da estrutura administrativa e judiciária do Tribunal de Justiça, a saber: Academia Judicial, Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos, Coordenadoria de Execução Penal e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (atual Gurpo de Moniotoramento e Fiscalização), Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude, Corregedoria-Geral da Justiça, Diretoria de Documentação e Informações, Diretoria de Infraestrutura, Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria de

Tecnologia da Informação e Diretoria-Geral Judiciária, além da Presidência, Primeira Vice-Presidência e gabinetes.
Os servidores dessa Seção elaboraram 8 dicas de Português para o Portal do Servidor e revisaram 70 sentenças de juízes em processo de vitaliciamento, além de aplicar formulário representativo das correções sugeridas nessas sentenças.
Foram corrigidos 1.102 modelos de documentos adequados ao Novo Código de Processo Civil para uso no primeiro grau, em apoio à Corregedoria-Geral de Justiça, tais como ofícios, cartas, atermações, alvarás, editais, certidões, sentenças, autos, mandados, despachos e decisões interlocutórias, dentre outros.
Também foram revisados 505 acórdãos e 1 voto separado, e 71 documentos administrativos, dentre os quais: agenda e calendário do ano de 2017, apresentações de aulas da Academia Judicial, atos regimentais, fluxogramas, ofícios, páginas para o novo portal eletrônico do Poder Judiciário, pareceres, portarias, programações de evento, relatórios, resoluções e a Revista Jurisprudência Catarinense número 131.
De 7 de janeiro a 8 de julho de 2016, foram revisados os seguintes documentos, consoante demonstrativo abaixo:

DOCUMENTOS REVISADOS		
Tipo de Documento	**Quantidade**	**Páginas**
Acórdão	505	6.066
Agenda	1	187
Apresentação	16	717
Ato Regimental	2	2
Cartilha	1	11
Dica	8	11
E-mail	5	5
Fluxograma	7	7
Informativo	1	4
Manual	4	224
Modelo	1.102	1.102
Ofício	2	2
Parecer	3	21
Planejamento estratégico	1	92
Portal	2	16
Projeto	1	12
Relatório	3	109
Resolução	9	19
Revista	1	1.248
Roteiro	4	36
Sentença	70	596
Voto	1	15
TOTAL	**1.749**	**10.502**

Fonte: Controle estatístico da Seção de Revisão.

Seção de Análise e Eliminação e Autos Findos e Documentos

Como exposto anteriormente, a Seção de Padronização e Conferência de Acórdãos foi transformada em Seção de Análise e Eliminação e Autos Findos e Documentos. São atribuições desta Seção: efetuar a análise, a identificação e a separação dos documentos administrativos produzidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e dos processos de guarda permanente, com estrita observância às normas de regência; providenciar o preenchimento e a juntada ao feito respectivo da Lista de Verificação para Eliminação de Autos Findos – LVEAF, instituída no Anexo III da Resolução TJ n. 30 de 3 de dezembro de 2014; deflagrar o procedimento de eliminação de processos judiciais findos arquivados e

aplicar o Plano para Amostra Estatística Representativa, instituído no Anexo IV da Resolução TJ n. 30 de 3 de dezembro de 2014; preparar a Listagem de Eliminação de Processos Judiciais – LEPJ, instituída no Anexo V da Resolução TJ n. 30 de 3 de dezembro de 2014, e submetê-la ao crivo da Chefia de Divisão competente; preparar e publicar o Edital de Ciência de Eliminação de Processos Judiciais – ECEPJ, de acordo com o modelo instituído no Anexo VI da Resolução TJ n. 30 de 3 de dezembro de 2014, bem como acompanhar o decurso do prazo respectivo; atender aos pedidos de desentranhamento de documentos ou de extração de cópias de peças de processo deferidos pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos ou pelo Comitê Gestor de Documentos Arquivísticos; e acompanhar a eliminação de documentos e de processos findos e fornecer os subsídios necessários para a elaboração do Termo de Eliminação de Processos Judiciais – TEPJ, de acordo com o modelo instituído no Anexo VII da Resolução TJ n. 30 de 3 de dezembro de 2014.

Os servidores dessa seção eliminaram fotocópias de agravos de instrumento e *habeas corpus* em 6.770 processos nos meses de junho a setembro de 2016 e analisaram 2.527 processos findos arquivados dos Juizados Especiais Cíveis para fins de eliminação, de acordo com as disposições da Lei Federal n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, da Resolução TJ n. 30 de 3 de dezembro de 2014 e das Recomendações n. 37 de 15 de agosto de 2011 e n. 46 de 17 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça.

O setor também realizou a unificação de 297 acórdãos aos votos vencidos e vencedores no SAJ/SG5, que foram endereçados à Seção de Padronização e Conferência de Acórdãos após a sua extinção, atividade desenvolvida entre os meses de junho e dezembro de 2016.

Seção de Museu

A Seção de Museu realiza importante trabalho de conservação e de difusão da história do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

Um dos principais meios de preservação da história dessa instituição é o tratamento dos acervos documentais produzidos na realização das atividades do Poder Judiciário catarinense e manutenção de objetos tridimensionais utilizados em diferentes períodos por servidores e por magistrados desse Poder. Para tanto, os acervos documentais são higienizados, identificados, catalogados e acondicionados adequadamente para possibilitar futuras pesquisas históricas. Durante o ano de 2016, com o auxílio de estagiários do curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, foram higienizados, identificados, catalogados em planilha eletrônica e acondicionados em caixas-arquivo um total de 27.189 processos judiciais, tanto do século XIX quanto das primeiras décadas do século XX (autuados até o último dia do ano de 1945).

Durante o ano de 2016, o acervo documental sob a guarda da Seção de Museu foi acessado por mais de uma dezena de pesquisadores (mestrandos e doutorandos).

A difusão da história do Poder Judiciário de Santa Catarina é realizada, principalmente, por meio de exposições museográficas e publicações.

Foram realizadas no Museu do Judiciário Catarinense, durante o ano de 2016, 5 exposições temáticas. No mês de março foi montada a exposição “10 anos da Lei Maria da Penha”. No mês de junho o Museu foi reorganizado em torno do tema proposto pela “VII Semana do Meio Ambiente”. No mês de setembro esse espaço recebeu intervenções voltadas para a “10ª Primavera dos Museus”. No mês de outubro, por conta das comemorações dos 125 anos de instalação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, foi montada no Museu a exposição “Da Casa da Câmara ao Palácio Ministro Luís Gallotti: as sedes do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.” E, por fim, para comemorar os 100 anos do fim da Guerra do Contestado, o Museu do Judiciário Catarinense foi transformado para sediar a exposição “A máquina, a terra, a luta: 100 anos do fim da Guerra do Contestado”, amostra inédita que reuniu o acervo histórico de diversas instituições, e que incluiu trabalho prévio de transcrição de 945 páginas de processos judiciais referentes ao conflito fratricida.

Ao longo do ano, o Museu recebeu, ao todo, um pouco mais de 3.400 visitantes, entre assinantes do livro de visitas e alunos de escolas do Estado de Santa Catarina.

No que se refere às publicações, no mês de dezembro de 2016 foi editado o livro “Em meio a leis e pessoas: 125 anos de história do Tribunal de Justiça de Santa Catarina”, fruto de extenso trabalho de pesquisa conduzido por servidores da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário e da Divisão de Arquivo.
A Capela Ecumênica, que abriga a relíquia de Santa Catarina de Alexandria, também de responsabilidade desta seção, recebeu pouco mais de 1.000 visitantes durante todo o ano de 2016.

Seção de Publicações
Este setor tem por atribuições diagramar o Diário da Justiça eletrônico e disponibilizá-lo no *site* do Poder Judiciário de Santa Catarina; publicar matérias administrativas do Poder Judiciário catarinense em periódicos de grande circulação no Estado e no Diário Oficial. Até a implantação definitiva do SAJ/SG5, em junho de 2016, também competia à seção digitalizar os acórdãos do Tribunal de Justiça.
No ano de 2016 foram digitalizados no setor 21.345 acórdãos, que totalizaram 184.327 páginas digitalizadas, conforme quadro abaixo.

NÚMERO DE ACÓRDÃOS E DE PÁGINAS DIGITALIZADAS POR MÊS

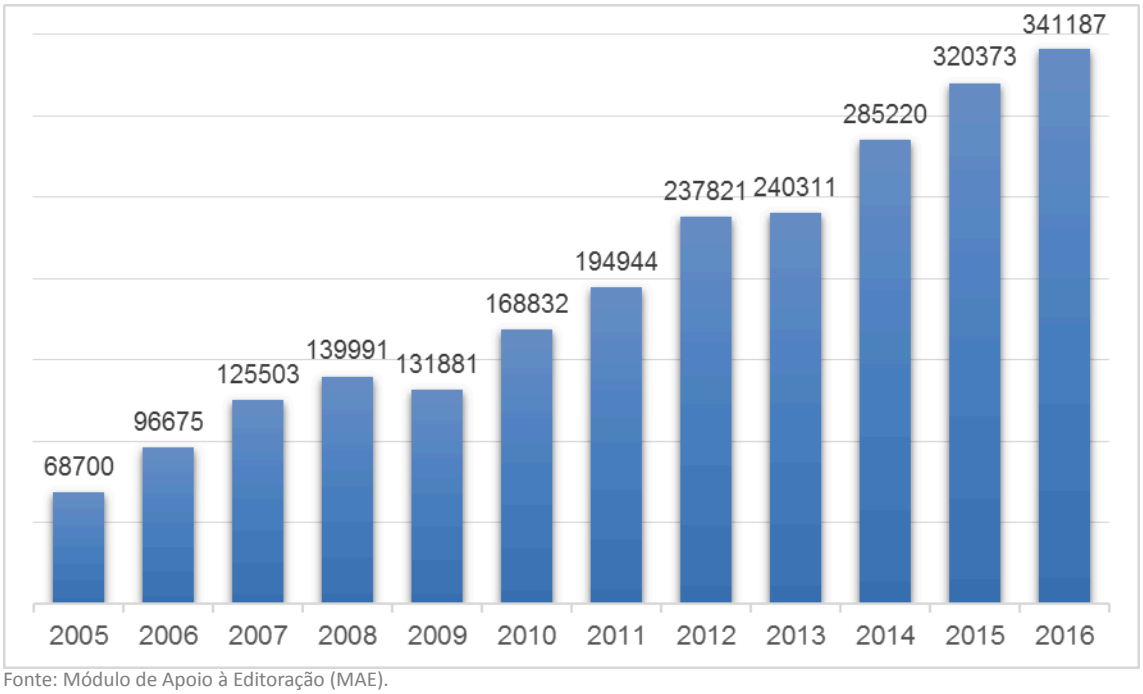
Mês	Acordãos Digitalizados	Páginas Digitalizadas
Janeiro	1.804	16.581
Fevereiro	5.690	45.538
Março	5.965	49.831
Abril	3.527	32.025
Maio	3.288	30,832
Junho	1.071	10.020
TOTAL	**21.345**	**184.827**

Fonte: Sistema de Digitalização de Acórdãos (SDA).

Em meados do mês de agosto de 2016 o Diário da Justiça eletrônico passou por importante mudança. Em face do grande número de matérias e do aumento no número de páginas do periódico, este passou a ser disponibilizado em quatro cadernos:
- Caderno Jurisdicional do Tribunal de Justiça;
- Caderno Jurisdicional das Turmas de Recursos e de Uniformização;
- Caderno Jurisdicional das Comarcas; e
- Caderno Administrativo do Poder Judiciário.

Assim, de 7 de janeiro a 19 de dezembro de 2016, foram diagramadas e disponibilizadas no *site* do Poder Judiciário de Santa Catarina 224 edições do Diário da Justiça eletrônico, sendo 150 em cadernos únicos e 86 divididas em 4 cadernos. No total, foram publicadas 341.187 matérias.

NÚMERO DE MATÉRIAS PUBLICADAS NO DJE POR ANO



Fonte: Módulo de Apoio à Editoração (MAE).

A Seção também foi responsável pela publicação de 174 matérias provenientes da Diretoria de Material e Patrimônio no jornal Diário Catarinense, além de duas no Jornal A Notícia. No Diário Oficial do Estado foram publicadas 44 matérias do Poder Judiciário de Santa Catarina.

3. DIVISÃO DE PESQUISA E INFORMAÇÃO

A Divisão de Pesquisa e Informação (DPI) tem por escopo manter e operar sistemas e meios que sirvam de interface entre a informação e seus usuários, bem como realizar a aquisição, o tratamento técnico, a distribuição e as baixas de obras bibliográficas para magistrados, bibliotecas setoriais e demais setores do Poder Judiciário catarinense.

Além disso, a Divisão de Pesquisa e Informação coordena a Biblioteca Desembargador Marcílio Medeiros, unidade de informação pública, predominantemente jurídica, com características de especializada, que tem por finalidade dar suporte bibliográfico às atividades do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; atender demandas de magistrados, por meio de envio de obras por malote e digitalização de artigos de periódicos; e, também, disponibilizar consulta local do acervo ao público em geral a fim de permitir o acesso democrático à informação.

De acordo com a Resolução GP n. 31 de 5 de julho de 2016 a Divisão de Pesquisa e Informação foi reestruturada e atualmente é composta pelas Seções de Aquisição e Baixa, Bibliotecas, e Processamento Técnico.

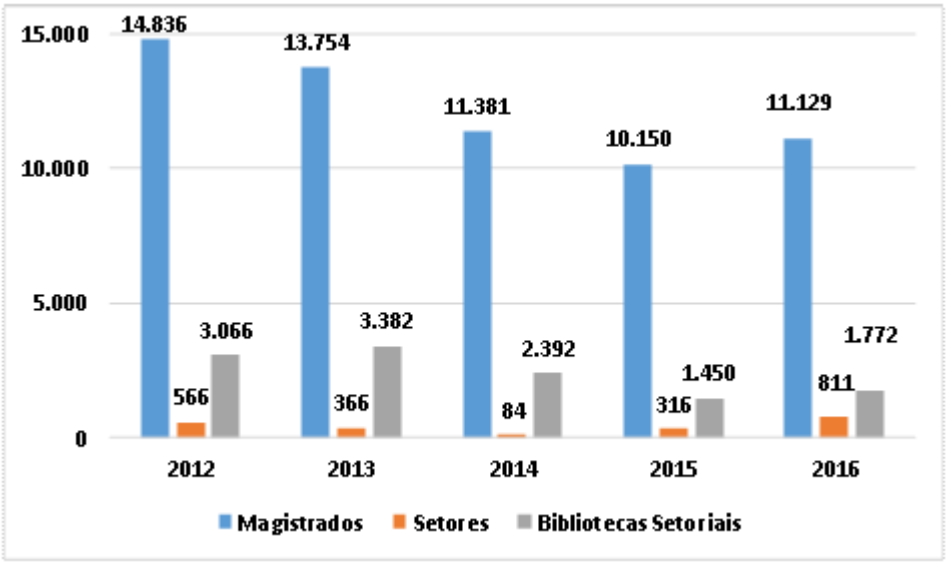
A Seção de Aquisição e Baixa, entre outras atribuições, é responsável pelos trâmites relativos à aquisição e baixa de materiais bibliográficos, a partir de solicitação de magistrados, setores administrativos e judiciais, e bibliotecas do Poder Judiciário catarinense.

A Seção de Processamento Técnico realiza o registro, a indexação, a catalogação e a classificação dos livros, CDs, DVDs, monografias, teses, artigos de doutrina e publicações periódicas adquiridos por compra ou doação; transforma os dados em informações disponíveis para consulta e empréstimo; e é responsável pela distribuição, pelo empréstimo e pelo encaminhamento dos livros para as bibliotecas de gabinetes de magistrados e setores do Poder Judiciário catarinense.

A Seção de Bibliotecas elabora a relação de obras a serem adquiridas para todas as bibliotecas setoriais; disponibiliza assistência técnica relativa à organização, às atividades, e aos sistemas e serviços das

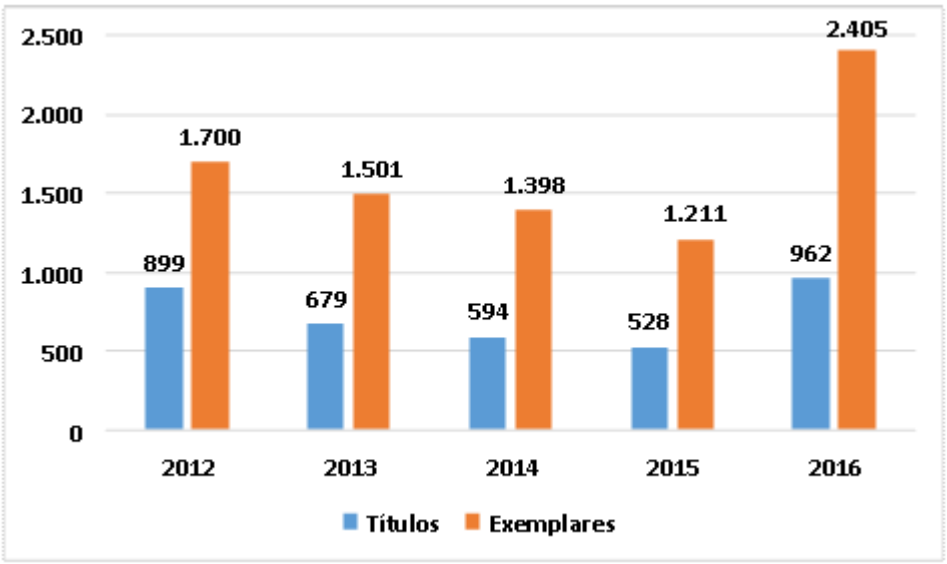
bibliotecas do Poder Judiciário catarinense; fornece suporte informacional e promove orientação aos usuários quanto ao acesso e uso dos serviços da Biblioteca Desembargador Marcílio Medeiros.
Abaixo, seguem os dados referentes à aquisição de obras para magistrados, setores e bibliotecas do Poder Judiciário catarinense, bem como os alusivos ao empréstimo de títulos que integram o acervo das bibliotecas da instituição, nos últimos 5 anos:

AQUISIÇÃO DE OBRAS PARA O PODER JUDICIÁRIO CATARINENSE



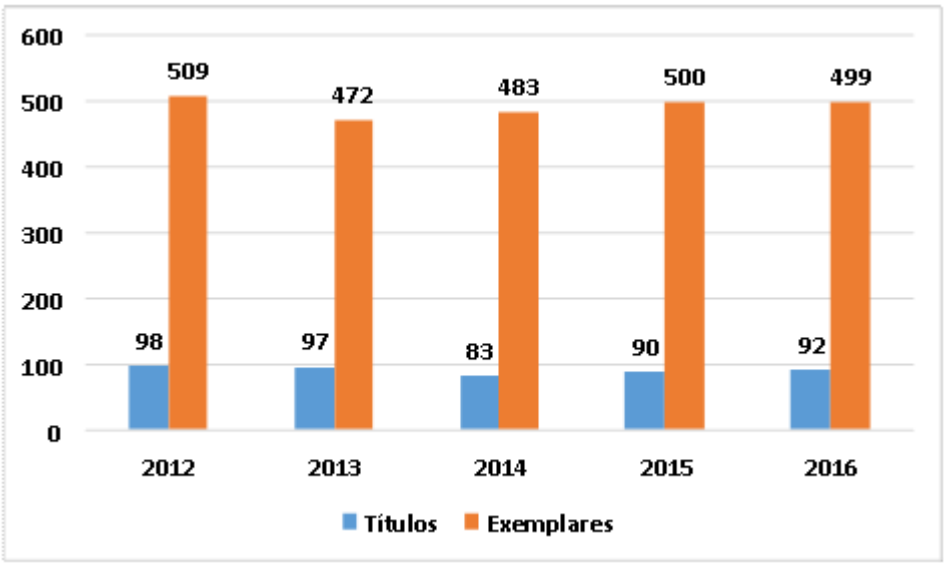
Fonte: Sistema Pergamum.

AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA A BIBLIOTECA DESEMBARGADOR MARCÍLIO MEDEIROS



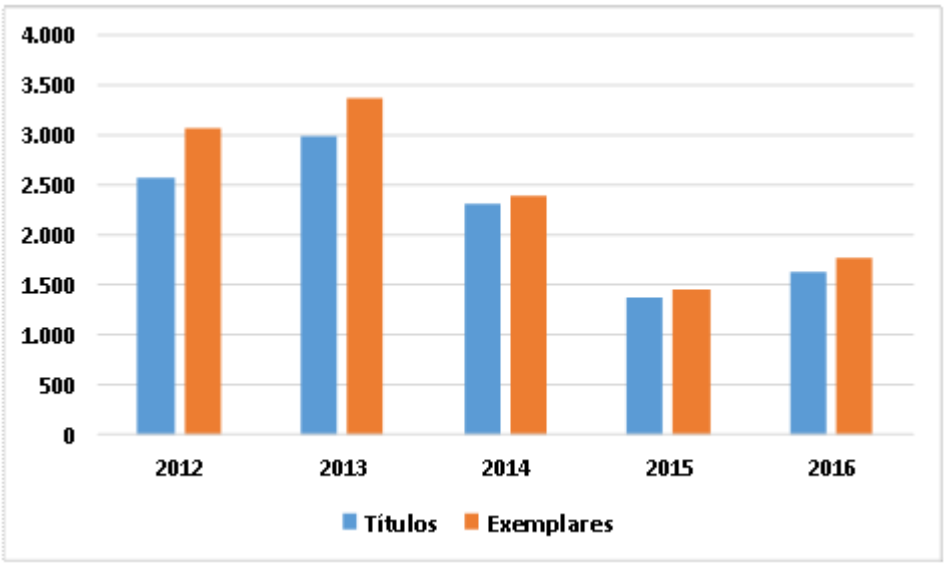
Fonte: Sistema Pergamum.

AQUISIÇÃO DE PERIÓDICOS PARA A BIBLIOTECA DESEMBARGADOR MARCÍLIO MEDEIROS



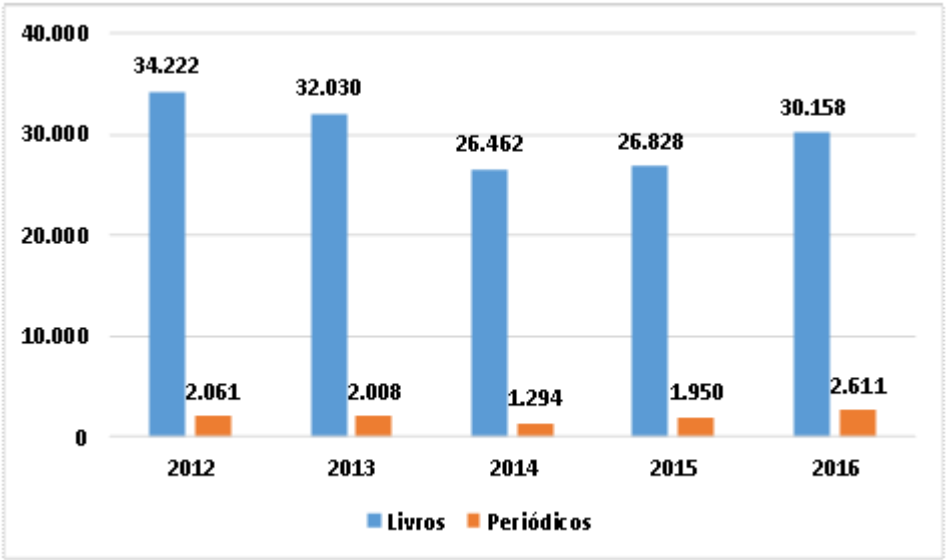
Fonte: Sistema Pergamum.

AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA AS BIBLIOTECAS SETORIAIS



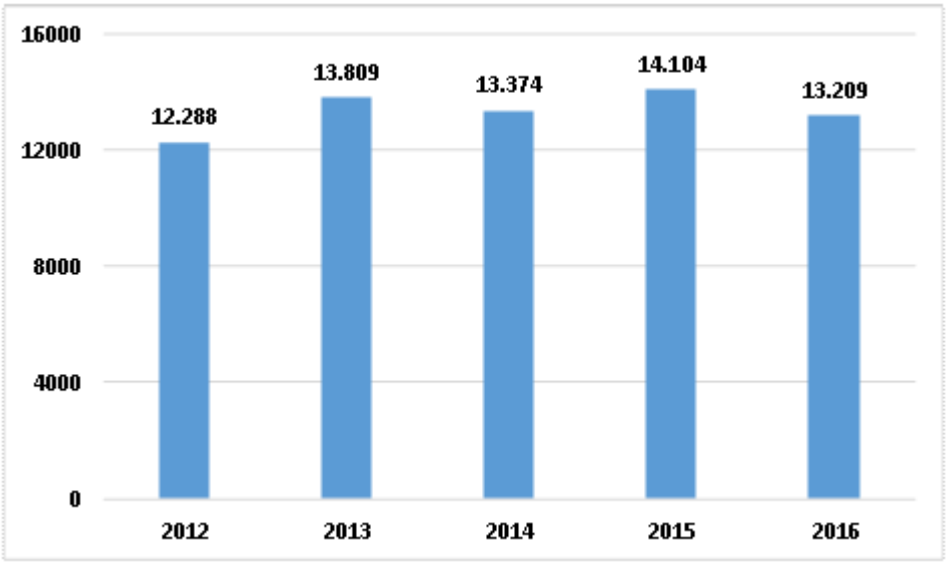
Fonte: Sistema Pergamum.

EMPRÉSTIMOS DE OBRAS NA BIBLIOTECA DESEMBARGADOR MARCÍLIO MEDEIROS



Fonte: Sistema Pergamum.

EMPRÉSTIMOS DE OBRAS NAS BIBLIOTECAS SETORIAIS *



Fonte: Sistema Pergamum.
* Em setembro de 2016 a Biblioteca Setorial de Blumenau encerrou suas atividades.

LIVROS MAIS EMPRESTADOS EM 2016			
POSIÇÃO	EMPRÉSTIMOS	AUTOR	TÍTULO
1	78	NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade.	Comentários ao Código de Processo Civil: novo CPC - Lei 13.105/2015
2	73	CAVALIERI FILHO, Sergio.	Programa de responsabilidade civil. 10. ed.
3	71	ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente.	Direito administrativo descomplicado. 23. ed.
3	71	DIAS, Maria Berenice.	Manual de direito das famílias. 9. ed.
4	67	LENZA, Pedro.	Direito constitucional esquematizado. 18. ed.
5	66	CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro; PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MACHADO JUNIOR, Dario Ribeiro (Coord.).	Novo Código de Processo Civil: Lei 13.105, de 16 de março de 2015 : anotado e comparado.
6	64	BUENO, Cassio Scarpinella.	Novo Código de Processo Civil anotado. 1. ed.
7	63	MELLO, Celso Antônio Bandeira de.	Curso de direito administrativo. 31. ed.
7	63	ALEXANDRE, Ricardo.	Direito tributário esquematizado. 9. ed.
8	59	LOPES JÚNIOR, Aury. Direito	Processual penal. 11. ed.
8	59	GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios; LENZA, Pedro (Coord.).	Direito processual civil esquematizado. 5. ed.
9	58	WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.).	Breves comentários ao novo Código de Processo Civil.
10	55	MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Delcio Balestero; BURLE FILHO, José Emmanuel.	Direito administrativo brasileiro.
10	55	MEDINA, José Miguel Garcia.	Direito processual civil moderno.
11	53	CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista.	Manual de direito previdenciário. 16. ed.
12	52	NUCCI, Guilherme de Souza.	Código Penal comentado. 15. ed.
13	51	BITENCOURT, Cezar Roberto.	Tratado de direito penal: volume 1 - parte geral. 19. ed.
13	51	MARTINO, Agnaldo; LENZA, Pedro (Coord.).	Português esquematizado: gramática - interpretação de texto : redação oficial - redação discursiva. 3. ed.
14	50	BRASIL; CURIA, Luiz Roberto; CÉSPEDES, Livia; ROCHA, Fabiana Dias da (Colab.).	Vade mecum: Saraiva. 21. ed.
14	50	PISCITELLI, Tathiane.	Direito financeiro esquematizado. 4. ed.
15	48	GONÇALVES, Carlos Roberto.	Responsabilidade civil. 15. ed.

Fonte: Sistema Pergamum.

LIVROS MAIS RESERVADOS EM 2016			
POSIÇÃO	QUANTIDADE	AUTOR	TÍTULO
1	114	BUENO, Cassio Scarpinella.	Novo Código de Processo Civil anotado.
2	56	LENZA, Pedro.	Direito constitucional esquematizado. 18. ed.
3	109	MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel.	Novo Código de Processo Civil comentado.
4	605	ABREU, Pedro Manoel; LAMY, Eduardo de Avelar; OLIVEIRA, Pedro Miranda de (Coord.).	Processo e democracia: o processo jurisdicional como um locus da democracia participativa e da cidadania inclusiva no estado democrático de direito.
4	86	NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade.	Comentários ao Código de Processo Civil: novo CPC - Lei 13.105/2015.
5	26	AMARAL, Guilherme Rizzo.	Comentários às alterações do novo CPC.
6	28	CHIMENTI, Ricardo Cunha.	Direito tributário. 17. ed.
7	38	MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel.	Novo curso de processo civil: volume 1 - teoria do processo civil.
8	60	ALEXANDRE, Ricardo.	Direito tributário esquematizado. 9. ed.
8	18	ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente.	Resumo de direito administrativo descomplicado. 7. ed.
9	49	BRASIL. Leis, etc..	Vade Mecum RT. 11. ed.
10	24	MASSON, Cleber.	Direito penal esquematizado: volume 1 - parte geral. 7. ed.

Fonte Sistema Pergamum.

PERIÓDICOS MAIS EMPRESTADOS EM 2016		
POSIÇÃO	EMPRÉSTIMOS	TÍTULO
1	547	REVISTA DE PROCESSO
2	320	REVISTA DOS TRIBUNAIS
3	188	REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR
4	118	REVISTA JURÍDICA CONSULEX
5	112	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS
6	105	REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO PROCESSUAL - RDDP
7	90	REVISTA IOB DE DIREITO DE FAMÍLIA
8	80	REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL
9	70	CIÊNCIA JURÍDICA
10	62	REVISTA IBDFAM: família e sucessões

Fonte: Sistema Pergamum.

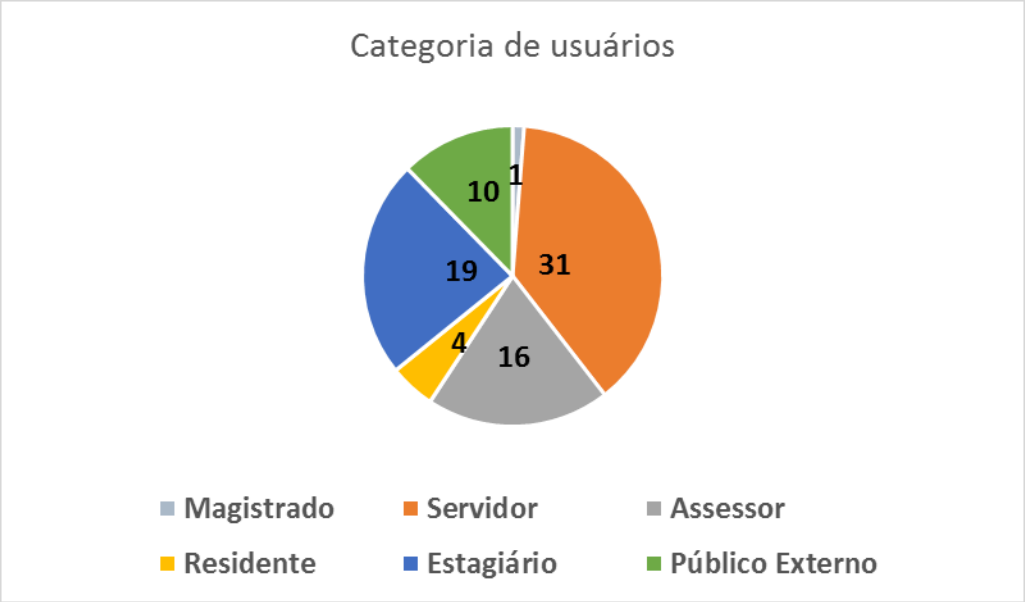
ASSUNTOS MAIS PESQUISADOS EM 2016		
POSIÇÃO	CONSULTAS	CLASSE
1	218.492	DIREITO EM GERAL
2	42.880	DIREITO PROCESSUAL CIVIL
3	30.893	DIREITO CIVIL
4	18.959	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
5	16.503	DIREITO PENAL
6	14.883	DIREITO CONSTITUCIONAL

Fonte: Sistema Pergamum.

ASSUNTOS MAIS EMPRESTADOS EM 2016		
POSIÇÃO	TOTAL	ÁREA
1	2.119	342.1 - DIREITO CIVIL
2	1.744	341.46 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL
3	1.349	341.5 - DIREITO PENAL
4	1.273	341.2 - DIREITO CONSTITUCIONAL
5	1.186	341.460981 - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
6	1.127	341.3 - DIREITO ADMINISTRATIVO
7	1.100	341.43 - DIREITO PROCESSUAL PENAL. PRÁTICA FORENSE PENAL.
8	1.016	340 - DIREITO
9	730	342.16 - DIREITO DE FAMÍLIA
10	581	341.39 - DIREITO TRIBUTÁRIO
11	542	341.347 - DIREITO AMBIENTAL
12	536	341.27 - DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITOS PRIMORDIAIS. GARANTIAS ASSEGURADAS AOS CIDADÃOS E ASSOCIAÇÕES. DIREITOS DO HOMEM. LIBERDADES FUNDAMENTAIS. DIREITOS POLÍTICOS
13	488	342.151 - RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO AQUILIANA. TEORIA DO RISCO
14	452	342.5 - DIREITO DO CONSUMIDOR
15	403	342.2 - DIREITO COMERCIAL
16	389	341.50981 - CÓDIGO PENAL - BRASIL
17	359	342.22 - SOCIEDADES COMERCIAIS. DIREITO SOCIETÁRIO. DIREITO DE EMPRESA . ACIONISTAS
18	338	340.0981 - DIREITO. LEGISLAÇÃO. BRASIL
19	332	341.6 - DIREITO PREVIDENCIÁRIO. SEGURIDADE SOCIAL
20	305	341.337 - PROCESSO DISCIPLINAR. PENALIDADES (SERVIDOR PÚBLICO). IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Fonte: Sistema Pergamum.

De 20 de setembro a 21 de outubro de 2016, a Seção de Bibliotecas realizou pesquisa de satisfação de usuários quanto aos serviços oferecidos pela Biblioteca Desembargador Marcílio Medeiros. Durante 23 dias úteis os usuários responderam a um questionário de 23 itens relacionados ao atendimento, aos serviços e ao acervo. Participaram da pesquisa 98 usuários subdivididos em categorias conforme o gráfico seguinte:

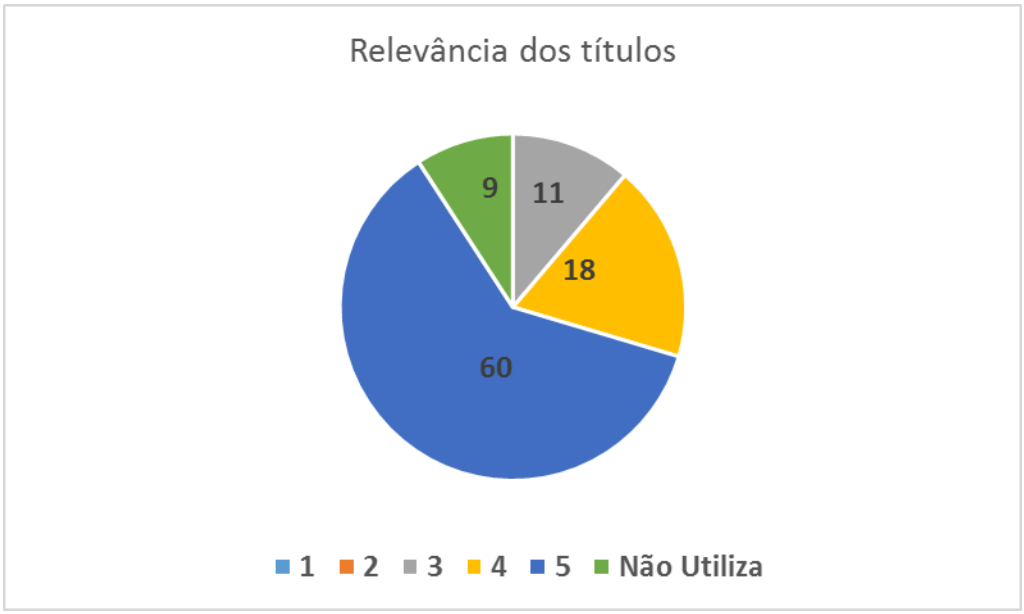


Fonte: Sistema Pergamum.

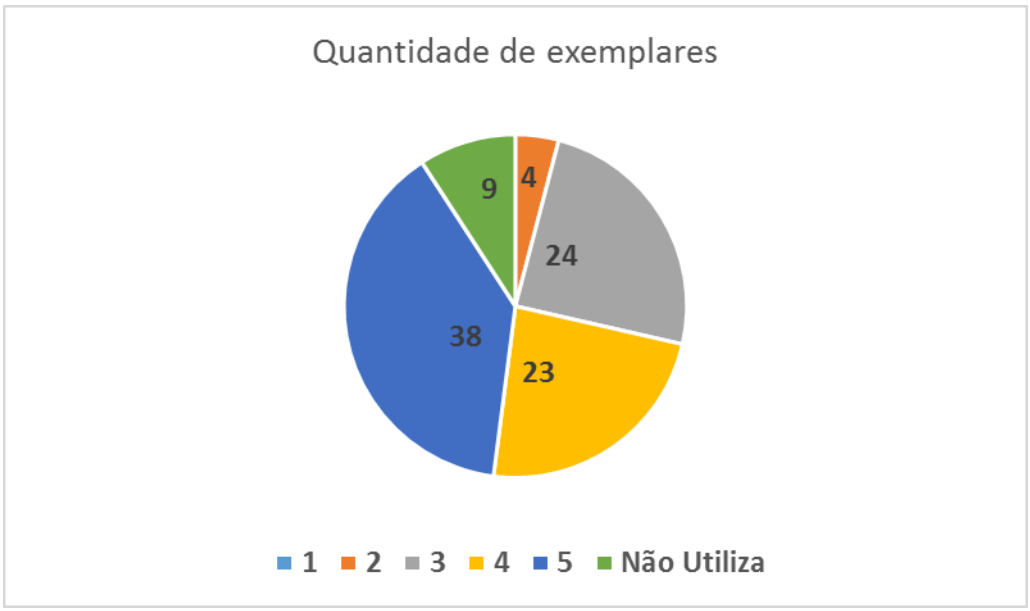
Quanto ao grau de satisfação do usuário em relação ao acervo da Biblioteca Desembargador Marcílio Medeiros, a pesquisa apontou os dados abaixo, utilizando-se sistema de graduação de conceitos, sendo 1, extremamente insatisfeito; 2, muito insatisfeito; 3, satisfeito; 4, muito satisfeito; e 5, extremamente satisfeito.



Fonte: Sistema Pergamum.



Fonte: Sistema Pergamum.



Fonte: Sistema Pergamum.

4. DIVISÃO DE ARQUIVO

A Divisão de Arquivo é responsável pela guarda centralizada dos processos judiciais findos arquivados e da documentação administrativa produzida e arquivada pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina; pelo acompanhamento e atualização dos fluxos das atividades desempenhadas pelas seções a ela vinculadas; além do gerenciamento do seu quadro de pessoal e das instalações que abrigam seu acervo e os setores administrativos, zelando por sua manutenção.
A estrutura física da divisão é composta por 4 galpões localizados nos municípios de São José e Palhoça, que armazenam cerca de 10.000.000 de processos judiciais findos distribuídos em aproximadamente 400.000 caixas de arquivo, além do acervo de processos e documentos administrativos que atualmente representam mais de 25.000 caixas de arquivo.
No ano de 2016, o prédio localizado no Município de Palhoça, adquirido pelo Poder Judiciário para abrigar a sede da Divisão de Arquivo, permaneceu em obras, inviabilizando a ocupação da respectiva área administrativa pelos seus setores. Assim, coube à divisão a adoção de medidas que permitissem a conservação do acervo de processos judiciais armazenados nos 3 sistemas de estantes de aço instalados

no referido prédio, a continuidade das atividades de desarquivamento e rearquivamento de processos judiciais do mencionado acervo e a adequação das salas de trabalho existentes nos demais galpões para otimizar o limitado espaço e acomodar todos os seus setores até a conclusão das obras.
Não obstante, no ano transato, além da execução das demais tarefas rotineiras, a equipe da Divisão de Arquivo empreendeu esforços nas atividades de identificação e catalogação de processos antigos sem cadastro nos sistemas de automação do judiciário. No período, foram registrados em planilhas eletrônicas 327.373 processos judiciais autuados após 1945.
Segue abaixo gráfico representativo da evolução desses trabalhos:

CADASTRAMENTO DE PROCESSOS ANTIGOS EM PLANILHAS ELETRÔNICAS

MÊS	CAIXAS CADASTRADAS	PROCESSOS CADASTRADOS
Janeiro	634	14.300
Fevereiro	1.125	24.220
Março	1.473	40.762
Abril	1.175	28.885
Maio	914	32.603
Junho	1.135	38.192
Julho	621	26.060
Agosto	893	19.686
Setembro	1.385	32.607
Outubro	1.108	25.967
Novembro	1.121	28.350
Dezembro	631	15.741
TOTAL	**12.215**	**327.373**

Fonte: controle estatístico da Divisão de Arquivo.

Estima-se que a conclusão desta atividade ocorrerá em julho de 2017, quando o conteúdo de aproximadamente 25.000 caixas de arquivo estará devidamente identificado e localizável, situação que permitirá o tratamento de outros processos judiciais antigos que ainda estão armazenados nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado e Santa Catarina.
Além disso, como resultado da continuidade dos trabalhos de eliminação de processos judicias findos, foram destinadas à reciclagem aproximadamente 40 toneladas de papéis extraídos de autos judiciais, contribuindo para a ampliação da capacidade de recebimento de novas caixas de processos findos arquivados.
Por ocasião da publicação da Resolução GP n. 31 de 5 de julho de 2016, que reestruturou a Diretoria-Geral Judiciária e a Diretoria de Documentação e Informações, a Divisão de Arquivo teve sua estrutura administrativa alterada. Um novo setor passou a compor seu quadro, trazendo consigo novas atribuições decorrentes do recebimento para guarda temporária de aproximadamente 30.000 processos judiciais sobrestados. Em contrapartida, a gestão da Seção de Museu e as atividades relativas à análise e eliminação de autos judiciais findos foram transferidas para a Divisão de Documentação e Memória do Judiciário. Além disso, os setores remanescentes da divisão receberam novas nomenclaturas e atribuições.
Assim, a Divisão de Arquivo, até então denominada Divisão de Arquivo e Memória do Judiciário, passou a ser composta por cinco seções.
Na **Seção de Logística de Acervos Arquivísticos,** responsável pelo recebimento, conferência e alocação das caixas de processos judiciais findos de primeiro grau para arquivamento centralizado e pelo gerenciamento dos sistemas de armazenamento de caixas de arquivo da Divisão e otimização dos espaços disponíveis nas caixas e nas prateleiras de armazenagem, foram coletados os seguintes dados:

RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA DE CAIXAS DE PROCESSOS JUDICIAIS FINDOS DE PRIMEIRO GRAU

MÊS	NUMERAÇÃO DISTRIBUIDA	CAIXAS RECEBIDAS	CAIXAS CONFERIDAS	RESPOSTAS POR VARA	CONFERÊNCIAS FINALIZADAS POR VARA
Janeiro	5.176	560	809	12	4
Fevereiro	2.570	1.926	790	3	0
Março	3.169	985	1.686	22	7
Abril	2.150	3.496	3.267	35	20
Maio	335	1.337	2.325	34	20
Junho	4.762	4.910	4.121	71	34
Julho	6.973	3.090	3.542	42	37
Agosto	3.654	2.071	1.654	45	25
Setembro	1.502	4.046	3.860	43	32
Outubro	932	4.432	3.695	34	18
Novembro	1.540	2.890	2.993	48	32
Dezembro	1.500	1.058	1.877	22	19
TOTAL	**34.263**	**30.801**	**30.619**	**411**	**248**

Fonte: controle estatístico da Seção de Logística.

No período, o setor foi responsável pela preparação, movimentação e controle das caixas de processos judiciais findos encaminhadas a outros setores da Diretoria de Documentação e Informações para cadastro, análise e, em alguns casos, eliminação.

A **Seção de Arquivo Temporário**, responsável pela guarda temporária de autos físicos de processos sobrestados do Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos – NURER, e de processos que foram digitalizados pela Divisão de Arquivo e passaram a tramitar eletronicamente nas Cortes Superiores, apresentou a estatística a seguir:

ARQUIVAMENTO E DESARQUIVAMENTO DE PROCESSOS EM GUARDA TEMPORÁRIA			
MÊS	AUTOS FÍSICOS DE PROCESSOS SOBRESTADOS RECEBIDOS PARA GUARDA TEMPORÁRIA	AUTOS FÍSICOS DE PROCESSOS CONVERTIDOS EM MEIO ELETRÔNICO RECEBIDOS PARA GUARDA TEMPORÁRIA *	PROCESSOS DESARQUIVADOS *
Janeiro	-	595	760
Fevereiro	-	1.119	792
Março	-	779	751
Abril	-	811	608
Maio	-	652	664
Junho	3.353	323	518
Julho	8.046	449	3.593
Agosto	8.064	206	1.391
Setembro	3.747	366	1.114
Outubro	5.563	422	1.177
Novembro	2.014	271	1.727
Dezembro	666	99	1.644
TOTAL	**31.453**	**6.092**	**14.739**

Fonte: Sistema SAJ/SG e controle estatístico da Seção de Arquivo Temporário.
(*) Atividade gerida pela Seção de Digitalização para os Tribunais Superiores até maio de 2016.

O setor ainda passou a coordenar as atividades de catalogação a partir do segundo semestre de 2016, contando com a colaboração de todos os setores da Divisão de Arquivo em todas as etapas do procedimento.

A **Seção de Arquivo Definitivo de Primeiro Grau**, responsável pelo desarquivamento e rearquivamento dos processos judiciais findos de primeiro grau, demanda esta solicitada pelas comarcas e demais setores do Tribunal de Justiça, apresentou a estatística a seguir:

DESARQUIVAMENTO E REARQUIVAMENTO DE PROCESSOS JUDICIAIS FINDOS DE PRIMEIRO GRAU			
MÊS	PROCESSOS SOLICITADOS	PROCESSOS DESARQUIVADOS	PROCESSOS REARQUIVADOS
Janeiro	2.597	3.605	1.966
Fevereiro	4.221	5.250	3.250
Março	5.573	6.091	4.575
Abril	4.206	7.276	4.214
Maio	4.707	6.032	5.618
Junho	5.082	4.547	6.350
Julho	4.756	4.752	4.787
Agosto	4.820	7.401	5.604
Setembro	4.735	6.301	4.363
Outubro	3.933	3.622	3.619
Novembro	4.501	4.494	4.076
Dezembro	2.595	3.619	3.085
TOTAL	**51.726**	**62.990**	**51.507**

Fonte: sistema SAJ/ARC e controle estatístico da Seção de Arquivo Definitivo de Primeiro Grau.

Na **Seção de Arquivo Definitivo de Segundo Grau**, responsável pelo gerenciamento do arquivo definitivo de processos findos originários do Tribunal de Justiça catarinense e da documentação administrativa arquivada da secretaria do Tribunal de Justiça, tem-se a seguinte estatística:

ARQUIVAMENTO E DESARQUIVAMENTO DE PROCESSOS JUDICIAIS DE SEGUNDO GRAU		
MÊS	PROCESSOS ARQUIVADOS	PROCESSOS DESARQUIVADOS
Janeiro	129	39
Fevereiro	461	5
Março	795	4
Abril	430	3
Maio	131	6
Junho	374	4
Julho	90	7
Agosto	274	6
Setembro	664	1
Outubro	88	17
Novembro	287	39
Dezembro	165	16
TOTAL	**3.888**	**147**

Fonte: Sistema SAJ/SG e controle estatístico da Seção de Arquivo Definitivo de Segundo Grau.

DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA						
MÊS	CAIXAS DE PROCESSOS E DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS RECEBIDAS	PROCESSOS RECEBIDOS E MIGRADOS PARA O SISTEMA DE ARQUIVO	REMESSA FÍSICA DE PROCESSOS E DOCUMENTOS	REMESSA DIGITAL DE PROCESSOS E DOCUMENTOS	PESQUISA EM DOCUMENTOS MICROFILMADOS	PROCESSOS CATALOGADOS (LOCALIZADOS NO ACERVO DE MICROFILMES)
Janeiro	3	6.643	104	57	112	-
Fevereiro	158	-	95	127	132	2.166
Março	64	4.576	121	138	185	3.367
Abril	0	102	187	118	56	1.534
Maio	352	2.877	142	119	21	-
Junho	127	9.324	91	107	58	-
Julho	18	1.342	126	157	19	-
Agosto	4	196	102	154	36	-

Setembro	149	372	118	160	81	-
Outubro	162	3.250	120	132	49	1.180
Novembro	176	1.235	97	127	43	1.201
Dezembro	31	677	57	45	42	773
TOTAL	**1.244**	**30.594**	**1.360**	**1.441**	**834**	**10.221**

Fonte: controle estatístico da Seção de Arquivo Definitivo de Segundo Grau.

Na **Seção de Digitalização para os Tribunais Superiores**, responsável pela preparação, digitalização, indexação e remessa eletrônica dos processos judiciais ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, foram coletados os seguintes dados:

MÊS	PROCESSOS RECEBIDOS	PROCESSOS ENVIADOS À DRI PARA REMESSA FÍSICA AO STJ/STF	PROCESSOS ENVIADOS ELETRONICAMENTE AO STJ	PROCESSOS ENVIADOS ELETRONICAMENTE AO STF
Janeiro	481	1	243	5
Fevereiro	703	1	859	12
Março	1.042	0	976	3
Abril	910	3	927	20
Maio	502	1	546	11
Junho	388	0	340	9
Julho	458	3	368	11
Agosto	500	0	407	3
Setembro	774	1	569	4
Outubro	503	0	651	6
Novembro	472	0	459	14
Dezembro	337	0	279	8
TOTAL	**7.070**	**10**	**6.624**	**106**

Fontes: Sistemas SAJ/SG e ISTJ.

No período, o setor realizou trabalhos relativos à eliminação de processos judiciais findos em parceria com a Seção de Análise e Eliminação de Autos Findos e Documentos da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário, recentemente criada para desenvolver tal atribuição.

5. SECRETARIA TÉCNICA DE ELABORAÇÃO NORMATIVA

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2016 (atualizado até 19 de dezembro de 2016).

NORMAS INTERNAS EDITADAS NO ANO DE 2016			
NORMA	**PUBLICADAS**	**DIGITALIZADAS**	**INSERIDAS NA BASE DE DADOS DO TJSC**
Atos Regimentais TJ	13	13	13
Resoluções TJ	27	27	27
Resoluções GP	56	56	56
Resoluções Conjuntas GP/CGJ	6	6	6
Resoluções CM	15	15	15
Resoluções AJ	2	2	2
Resoluções CGSJEPASC	1	1	1
TOTAL	**120**	**120**	**120**
NORMAS INTERNAS COMPILADAS NO ANO DE 2016			
Realizadas	56		
Revisadas	56		
Incluídas no Sistema de Consulta a Atos Normativos	56		
PROJETOS DE LEI EDITADOS NO ANO DE 2016			
Elaborados e revisados	9		

A Secretaria Técnica de Elaboração Normativa foi criada pela Resolução GP n. 57 de 17 de dezembro de 2013 e até a publicação da Resolução GP n. 31 de 5 de julho de 2016, que reestruturou a Diretoria-Geral Judiciária e a Diretoria de Documentação e Informações deste Tribunal, era vinculada diretamente à Diretoria-Geral Judiciária e contava com apenas 1 servidora: Graziela Neis de Alexandre – *Chefe da Secretaria Técnica de Elaboração Normativa.*

Com a reestruturação noticiada, a Secretaria Técnica de Elaboração Normativa ficou subordinada à Diretoria de Documentação e Informações e passou a contar com mais 3 servidores e uma estagiária, a seguir nominados: *Andrea Teixeira Machry – Técnica Judiciária Auxiliar exercendo a função de revisora; Giovanni Secco – Revisor; Pietro Tabarin Volponi – Revisor e Marina Goedert – estagiária do curso de letras.*

Além das atividades acima descritas, a Secretaria Técnica de Elaboração Normativa confeccionou ou revisou normas internas que ainda se encontram em fase de aprovação ou que, embora aprovadas, dependem de diligências complementares para publicação, revisou relacionamentos de normas no Sistema de Consulta a Atos Normativos e gerenciou a tabela de numeração de Atos Normativos internos deste Tribunal.

Para o melhor desempenho das atividades realizadas, a Chefia da Secretaria Técnica participou de todas as Sessões do Tribunal Pleno desta Corte, bem como das reuniões do Comitê de Análise de Competência das Unidades Judiciais e de outros encontros específicos, de modo a observar, de forma detalhada, todas as discussões envolvendo as normas submetidas à posterior votação (Ato Regimental TJ ou Resolução TJ) ou edição (Resolução GP).

ASSESSORIA ESPECIAL

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS*

CLASSE DO ASSUNTO	QUATIDADE
ACADEMIA JUDICIAL	1
ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL	224
APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO	1
APOSENTADORIA	187
ASSESSORIA E PLANEJAMENTO	7
AUDITAGEM	8
AVERBAÇÃO E DESAVERBAÇÃO	21
CERTIDÃO	3
CONCESSÕES	2
CONCURSOS	19
CONTRATUAL	283
CONTRATUAL E PATRIMONIAL	171
CORREGEDORIA GERAL	5
CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL/ADMINISTRATIVA	74
DISPOSIÇÃO	20
ENCARGO PATRONAL/RECOLHIMENTO	3
ENGENHARIA	23
FINANÇAS	1
GERAL	3.650
GUARDA E SEGURANÇA	1
ISENÇÕES E AJUSTES DE PAGAMENTO	48
LICENÇAS E HORÁRIOS DIFERENCIADOS	15
MANIFESTAÇÃO	135
PAGAMENTOS	353
PATRIMÔNIO	3
PROGRAMAS/PROJETOS	4
RECADASTRAMENTO	3
REGULAMENTAÇÃO	4
REMOÇÃO	34
SINDICATOS E/OU ASSOCIAÇÕES DE CLASSES	9
SOLICITAÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS	109
VEÍCULOS	1
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	27
TOTAL	5.449

** Relatório dos processos que tramitaram na Assessoria Especial - DGA no período de 01/01/2016 a 01/12/2016.*

SECRETARIA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

O ano de 2016 teve como principal objetivo o cumprimento das metas do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Santa Catarina – PLS/PJSC, instrumento que representa o núcleo da Secretaria de Gestão Socioambiental - SGS e que está em pleno andamento. A avaliação do PLS pelo Conselho Nacional de Justiça em 2016, a partir das sugestões dos Tribunais indica que a gestão tem se ramificado de forma positiva em todo o país.
O aperfeiçoamento e a ampliação dos contratos referentes à gestão de resíduos sólidos (coleta e destinação final adequada), das ações *in loco* nas comarcas para a melhoria da coleta seletiva e ações educativas socioambientais, da destinação adequada dos resíduos resultantes do processo de destruição dos bens apreendidos judicialmente, também foram ações que no ano de 2016 tiveram atenção especial por parte da SGS.
Mesmo rumo tomou a contratação de serviços para a gestão ambientalmente correta dos resíduos recicláveis gerados nas comarcas, vencendo, muitas vezes, as barreiras impostas pela ausência de serviço público de coleta seletiva municipal e o serviço de coleta seletiva solidária, com destinação dos materiais recicláveis às cooperativas de catadores.



Figura 1 - Coleta Seletiva - (Fonte: arquivo pessoal

O projeto de compostagem dos resíduos orgânicos gerados no Tribunal de Justiça – sede e Unidade Presidente Coutinho – foi um incentivo para a ampliação da ação com a contratação de empresa especializada, a qual realiza a coleta, o transporte e a destinação dos resíduos de poda e jardinagem e de pó de café das copas à compostagem, com retorno para o contratante de 5% do volume recolhido, sob a forma de adubo orgânico, que é utilizado nos jardins do Tribunal de Justiça.



Figura 2 - Compostagem de Resíduos Orgânicos (Fonte: arquivo pessoal)



Figura 3 - Contentor de poda (Fonte: arquivo pessoal)

Encontra-se em andamento o projeto de implantação da reversa das lâmpadas fluorescentes à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010), aprimorando a gestão dos contratos nessa área. O mesmo se aplica aos projetos básicos concluídos pela Secretaria de Gestão Socioambiental, os quais visam uma solução definitiva para os bens e materiais inservíveis acumulados no TJ e nas comarcas com a destinação adequada dos resíduos resultantes do processo de inutilização.



Figura 4 - Eliminação de Processos Findos (Fonte: arquivo pessoal)

As ações interinstitucionais também representaram ações em continuidade, incentivando as boas práticas socioambientais em outros órgãos públicos. A equipe da SGS atendeu representantes da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Fundação do Meio Ambiente – FATMA e Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, interessados em conhecer o trabalho realizado pelo Poder Judiciário catarinense que é referência na temática.

Dentre as atividades culturais e educativas consolidadas, destacaram-se a Semana do Meio Ambiente (7ª edição em 2016). A VII Semana do Meio Ambiente realizou ações com foco “Gestão socioambiental e cultura integradas no Poder Judiciário catarinense”. O TJ e as comarcas participantes realizaram palestras e exposições artístico-educativas.



Figura 5 - Banner Eletrônico (Fonte: Divisão de Artes Gráficas – DIE



Figura 6 - Comarca de São Bento Sul festeja o exposição de doação de mudas (fonte: acervo SGS)



Figura 7 - Comarca de Criciúma, na Semana do Meio ambiente, expõe obras com material reciclável (fonte: acervo SGS)

CONTRATOS VIGENTES EM 2016 RELATIVOS À GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

CONTRATOS	REGIÃO	OBJETO DO CONTRATO
02-2015	Sul	Perigosos
017-2013	São José/Palhoça	Recicláveis
032-2016	Vale	Perigosos
47-2016	Grande Florianópolis	Processos Findos
55-2016	Leste	Bens Inservíveis

65-2016	Meio Oeste	Bens Inservíveis
71-2016	Vale	Bens Inservíveis
84-2016	Sul	Bens Inservíveis
94-2016	Oeste	Bens Inservíveis
97-2015	Extremo Sul	Recicláveis
105-2014	Norte	Bens Aprendidos
107-2016	Norte	Bens Inservíveis
117-2014	Oeste	Bens Apreendidos
118-2014	Vale	Bens Apreendidos
120-2014	Meio Oeste	Bens Apreendidos
122-2014	Sul	Bens Apreendidos
129-2015	Florianópolis	Orgânicos
144-2014	Oeste	Perigosos
160-2015	Noroeste	Recicláveis
191-2015	Serra	Recicláveis
219-2014	Leste	Perigosos
220-2014	Norte	Perigosos
221-2014	Meio Oeste	Perigosos
236-2013	Leste	Bens Apreendidos
240-2015	Sudeste	Recicláveis
245-2016	Sul	Orgânicos

RELATÓRIO PARCIAL QUANTITATIVO DO ANO DE 2016

RELATÓRIO QUANTITATIVO – SECRETARIA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL (PERÍODO JAN-NOV 2016)	
SERVIÇO	**QUANTIDADE**
RESÍDUOS RECICLÁVEIS COLETADOS – TJ SEDE E FÓRUM CENTRAL (KG)	56.743,46
RESÍDUOS RECICLÁVEIS COLETADOS – UPC (KG)	2.010,50
RESÍDUOS RECICLÁVEIS COLETADOS – FÓRUNS DE CRICIÚMA E FORQUILHINHA (KG)	9.647,59
RESÍDUOS RECICLÁVEIS – COMARCAS COM CONTRATO (KG)	61.161,08
RESÍDUOS RECICLÁVEIS – COMARCAS COM RC (KG)	6.993,70
ELIMINAÇÃO DE PROCESSOS FINDOS E DESTINAÇÃO À RECICLAGEM (KG)	36.250,00
RESÍDUOS DE PODA E JARDIM PARA COMPOSTAGEM – CONTRATOS NS. 129/2015 E 245/2016 (KG)	6.304,00
RESÍDUOS DE PÓ DE CAFÉ PARA COMPOSTAGEM – CONTRATOS NS. 129/2015 E 245/2016 (KG)	19.797,20
RESÍDUOS DE PODA E JARDIM PARA COMPOSTAGEM – COMARCAS COM RC (KG)	6.302,67
RESÍDUOS DE PÓ DE CAFÉ PARA COMPOSTAGEM – COMARCAS COM RC (KG)	1.039,20
BITUCAS RECOLHIDAS E ENCAMINHADAS À RECICLAGEM TJ (KG)	31,100
DOCUMENTOS SIGILOSOS E BENS APREENDIDOS PARA DESTRUIÇÃO (KG)	23.332,03
BENS E MATERIAIS INSERVÍVEIS INUTILIZADOS (KG)	35.741,80
DESTINAÇÃO ADEQUADA LÂMPADAS FLUORESCENTES (UN)	34.368
POSTO DE ENTREGA VOLUNTÁRIA DE ÓLEO – CONVÊNIO REÓLEO (L)	-
DESTINAÇÃO ADEQUADA PILHAS/BATERIAS/ELETROELETRÔNICOS (KG)	15.175,46
ENTREGA COLETORES P/RECICLÁVEIS 50L (UN)	242
ENTREGA COLETORES P/RECICLÁVEIS INOX (UN)	100
ENTREGA COLETORES P/RECICLÁVEIS 15L (UN)	60
ENTREGA DE SACOS 100 L P/ RECICLÁVEIS (CENTO)	463
ENTREGA DE SACOS 50 L P/ RECICLÁVEIS (CENTO)	666
ENTREGA DE SACOS 40 L P/RECICLÁVEIS (UN)	48
ENTREGA DE SACOS COMPOSTÁVEIS 100 L (UN)	700
ENTREGA DE SACOS COMPOSTÁVEIS 50 L (UN)	2.800
ENTREGA DE SACOS COMPOSTÁVEIS 25 L (UN)	660
ENTREGA DE BITUQUEIRAS (UN)	47

PARECERES EM PROC. ADM. DE GESTÃO AMBIENTAL (UN)	272
DOCUMENTOS GERADOS NO SPA – SISTEMA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	2.991
PROCESSOS GERADOS NO SPA – SISTEMA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	503
ASSINATURA ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS (UN)	8
ASSINATURA CONTRATOS NOVOS (UN)	9
GESTÃO DE CONTRATOS (UN)	26
GESTÃO CONVÊNIOS (UN)	5
ELABORAÇÃO PROJETOS BÁSICOS LICITAÇÕES (UN)	5
REQUISIÇÕES DE COMPRA DIRETA (UN)	35
IMPLANTAÇÃO COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS *IN LOCO* COMARCAS	19
COMPOSTO RECEBIDO, REFERENTE À 5% DOS RESÍDUOS ORGÂNICOS COLETADOS (KG)	758,55
CADERNOS TJSC RECICLA PRODUZIDOS COM MATERIAL DESCARTÁVEL – PEQUENO (UN)	1.362
CADERNOS TJSC RECICLA PRODUZIDOS COM MATERIAL DESCARTÁVEL – GRANDE (UN)	973
SACOS DE CLIPES TJSC RECICLA PRODUZIDOS COM MATERIAL DESCARTÁVEL (UN)	155
CONTEÚDO INFORMATIVO/EDUCATIVO DESENVOLVIDO	2
ATIVIDADES ARTÍSTICO-EDUCATIVAS EM EVENTOS AMBIENTAIS NO TJSC E NAS COMARCAS	12
CAMPANHAS	2
PALESTRAS	-
PARTICIPAÇÃO DA SGS EM CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, CURSOS E OUTROS	-
ATENDIMENTO PESSOAL A ESTUDANTES, PESQUISADORES, COMISSÕES E OUTROS	7

SECRETARIA EXECUTIVA

As atividades da Secretaria Executiva encontram-se regulamentadas pelo art. 5º da Resolução 28/2013 – GP, dentre as quais se lhe atribui: auxiliar o Diretor-Geral Administrativo no controle da agenda e dos despachos, competindo-lhe a conferência de documentos e organização de arquivos; dar suporte para atendimento e apoio a clientes internos e externos, bem como o acompanhamento e preparação de reuniões; redigir e controlar os expedientes solicitados pelo Diretor-Geral Administrativo; organizar arquivos e controlar documentos e correspondências, distribuindo-os dentro de sua complexidade e importância; planejar, organizar e executar atividades secretariais específicas.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS*

CLASSE DO ASSUNTO	QUATIDADE
PROCESSOS FÍSICOS:	
ACADEMIA JUDICIAL	3
ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL	1.438
APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO	12
APOSENTADORIA	1
ASSESSORIA E PLANEJAMENTO	14
AUDITAGEM	4
AVERBAÇÃO E DESAVERBAÇÃO	17
CONCESSÕES	1
CONCURSOS	7
CONTRATUAL	92
CONTRATUAL E PATRIMONIAL	355
CORREGEDORIA GERAL	54
CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL/ADMINISTRATIVA	8
DISPOSIÇÃO	7
ENGENHARIA	9
FINANÇAS	1
GERAL	74
GUARDA E SEGURANÇA	20
ISENÇÕES E AJUSTES DE PAGAMENTO	2
LICENÇAS E HORÁRIOS DIFERENCIADOS	1
LICITAÇÃO	1
MANIFESTAÇÃO	44
PAGAMENTOS	777
PATRIMÔNIO	13
PROGRAMAS/PROJETOS	15
RELATÓRIOS	3
REMOÇÃO	67
SINDICATOS E/OU ASSOCIAÇÕES DE CLASSES	7
SOLICITAÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS	14
VEÍCULOS	2
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS ELETRÔNICOS – SPA	6.542
PEDIDOS DE DESPESA COM DESLOCAMENTO – SISTEMA SGDD	6.115
PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO E FÉRIAS – SISTEMA WORKFLOW	2.904
TOTAL	**18.624**

** Relatório dos processos que tramitaram na Secretaria Executiva - DGA no período de 01/01/2016 a 01/12/2016.*

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) possui como principal atribuição o gerenciamento de ações destinadas ao cumprimento de metas, propostas e diretrizes traçadas pela Administração do Poder Judiciário de Santa Catarina, no que se refere a:

- Avaliação de terrenos destinados a futuras edificações *(que inclui a verificação de viabilidade de construção, bem como a realização de sondagens de solo e de levantamentos topográficos/planialtimétricos);*
- Elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, além de supervisão daqueles elaborados por profissionais contratados *(projetos arquitetônico, estrutural, elétrico, de cabeamento estruturado, telefônico, de computação, de sonorização, de climatização, hidrossanitário, de ETE – Estação de Tratamento de Esgoto, de CFTV – Circuito Fechado de Televisão, de alarme e preventivo contra incêndio);*
- Elaboração de memoriais descritivos *(especificando detalhadamente todas as fases e materiais utilizados nos projetos);*
- Elaboração de estudos de leiaute *(que englobam análises com relação à disposição de mobiliário, de aberturas, de pontos de energia/lógica/telefonia, de aparelhos de climatização, bem como da necessidade de realocação de paredes e divisórias);*
- Orçamentação *(de obras de construção/reforma/ampliação, bem como de serviços de manutenção previstos em contrato ou solicitados por meio de requisições de compra);*
- Fiscalização e acompanhamento de obras *(planejando, organizando e controlando a execução de construções, reformas e ampliações);*
- Gestão da conservação/manutenção predial, nas áreas elétrica e civil, bem como no que diz respeito a elevadores/plataformas elevatórias, sistemas de climatização e subestações de energia elétrica *(elaborando especificações técnicas e levantamentos de quantitativos; emitindo ordens de serviço e gerenciando os respectivos contratos);*
- Vistorias em imóveis *(normalmente destinados a locações para instalação, provisória ou não, de unidades judiciárias)*;
- Regularização de projetos das edificações do Poder Judiciário *(junto a entidades como prefeituras municipais, concessionárias de energia, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, etc., visando à contratação de obras de adequação, quando necessárias).*
- Análise de requisições de compra pertinentes às áreas de engenharia e arquitetura *(avaliando-se o mérito dos pedidos, bem como se os valores apresentados são compatíveis com os de mercado);*
- Atuação em procedimentos licitatórios *(efetuando a análise e o acompanhamento de editais na área de engenharia e arquitetura, bem como participando de comissões de licitação)*.
- Gestão orçamentária *(dos recursos financeiros destinados à área de atuação da DEA)*.

Alguns números traduzem a importância do trabalho desempenhado pela equipe da Diretoria de Engenharia e Arquitetura:

- Atualmente, a DEA gerencia cerca de **150 edificações**, que, juntas, somam uma área de quase **300 mil m²**.
- Para tanto, são necessários recursos de grande monta: somente durante 2016, foi administrado um orçamento de aproximadamente **R$ 79 milhões** (conforme a Lei Orçamentária Anual).

Além disso, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura atua diariamente nos prédios-sede do Tribunal de Justiça*, atendendo a chamados emergenciais (nas áreas de climatização, de elevadores, de instalações elétricas e de manutenção predial em geral). Durante 2016, foram cerca de **4.200 atendimentos** realizados.
Abaixo, seguem mais informações referentes às ações desenvolvidas pela DEA ao longo do ano de 2016:

(*) A Justiça de Segundo Grau é composta pelas seguintes edificações: Torres I e II, Unidade Presidente Coutinho, Unidade Almirante Lamego, Unidade Anita Garibaldi, Gráfica, Almoxarifado, Arquivo Central.

1. PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES

	LOCALIDADE	OBJETO	SITUAÇÃO
01	Balneário Camboriú – Fórum Sede	Elaboração de orçamento do projeto estrutural da obra de reforma e ampliação do prédio do Fórum	Finalizado
02	Balneário Camboriú – Fórum Sede	Elaboração de orçamento do projeto elétrico/cabeamento/supervisão da obra de reforma e ampliação do prédio do Fórum	Finalizado
03	Balneário Camboriú – Fórum Sede	Revisão do projeto arquitetônico da obra de reforma e ampliação do prédio do Fórum	Finalizado
04	Balneário Camboriú – Fórum de Família	Elaboração de diretrizes técnicas e projeto básico para contratação dos projetos arquitetônico e de engenharia para a obra de reforma global	Finalizado
05	Blumenau – Fórum Sede	Revisão do projeto arquitetônico da obra de reforma e ampliação do prédio do Fórum	Finalizado
06	Blumenau – Fórum Sede	Elaboração de orçamento do projeto elétrico / cabeamento / supervisão da obra de reforma e ampliação do prédio do Fórum	Finalizado
07	Bom Retiro	Projeto arquitetônico para a obra de reforma de acessibilidade	Finalizado
08	Caçador	Projeto arquitetônico, estrutural, elétrico, exaustão mecânica e hidrossanitário para a obra de reforma de acessibilidade	Finalizado
09	Campo Belo do Sul	Elaboração de projeto arquitetônico (locação)	Finalizado
10	Campo Erê	Finalização do anteprojeto e pré-análise na Prefeitura Municipal do projeto arquitetônico para reforma da edificação do Fórum	Finalizado
11	Capital – Norte da Ilha	Elaboração de leiaute (prédio locado) para instalação da Unidade de Santo Antônio de Lisboa	Finalizado
12	Capital - Sede	Projetos arquitetônico e complementares para instalação do CEJUSC temático da Vara de Execuções Fiscais do Município	Finalizado
13	Chapecó	Elaboração de projeto de CFTV	Finalizado
14	Criciúma	Elaboração de projeto preventivo contra incêndio	Finalizado
15	Herval do Oeste	Elaboração de projetos de esquadrias para o novo Fórum	Finalizado
16	Imbituba	Revisão do projeto arquitetônico para a obra de construção do Fórum	Finalizado
17	Ipumirim	Projeto de sonorização do Salão do Júri	Finalizado
18	Ituporanga	Elaboração do projeto preventivo contra incêndio	Finalizado
19	Laguna	Projeto preventivo contra incêndio	Finalizado
20	Laguna	Projeto arquitetônico de substituição da plataforma elevatória	Finalizado
21	Navegantes	Elaboração de projeto estrutural da escada metálica de acesso à casa de máquinas do elevador	Finalizado
22	Poder Judiciário	Manutenção preventiva, adequações corretivas e modernização dos prédios do Poder Judiciário – Contrato Global	Finalizado
23	Santa Rosa do Sul	Elaboração de diretrizes técnicas para contratação dos projetos de engenharia para a obra de reforma e ampliação do Fórum	Finalizado
24	São José	Elaboração de projeto estrutural de reforço das lajes do canal pluvial existente no terreno	Finalizado
25	São José	Elaboração de levantamento e de projeto da rede de esgoto dos prédios, para ligação com a rede pública	Finalizado
26	Timbó	Revisão dos projetos arquitetônico, elétrico/cabeamento/supervisão e de climatização, para a obra de construção do Fórum (licitação suspensa)	Finalizado
27	Tribunal de Justiça - Geral	Projeto de ocupação do prédio da Anita Garibaldi e relocação da DGP do prédio da Torre I para a UPC, com remanejamento interno das diretorias	Finalizado
28	Tribunal de Justiça – Sede	Galeria de ex-presidentes do TJSC	Finalizado
29	Tribunal de Justiça – Sede	Elaboração de projeto preventivo contra incêndio do complexo do TJSC	Finalizado
30	Tribunal de Justiça – Sede	Alteração dos projetos arquitetônico e hidrossanitário para a obra de reforma do 7º pavimento da Torre I	Finalizado
31	Tribunal de Justiça – Sede	Alteração dos projetos elétrico e de cabeamento estruturado para a obra de reforma do 7º pavimento da Torre I	Finalizado
32	Tribunal de Justiça – Sede	Alteração do projeto de climatização para a obra de reforma do 7º pavimento da Torre I	Finalizado
33	Tribunal de Justiça – Sede	Projeto arquitetônico de alteração de leiaute do Tribunal Pleno	Finalizado
34	Balneário Camboriú – Fórum Sede	Elaboração de orçamento do projetos preventivo contra incêndio e hidrossanitário da obra de reforma e ampliação do prédio do Fórum	Em desenvolvimento
35	Balneário Camboriú – Fórum Sede	Atualização do levantamento de patologias, incluindo orçamento, para a obra de reforma e ampliação do prédio do Fórum	Em desenvolvimento

36	Blumenau – Fórum Sede	Elaboração de orçamento dos projetos preventivo contra incêndio e hidrossanitário da obra de reforma e ampliação do prédio do Fórum	Em desenvolvimento
37	Blumenau – Fórum Sede	Elaboração de orçamento do projeto de climatização da obra de reforma e ampliação do prédio do Fórum	Em desenvolvimento
38	Blumenau – Fórum Universitário	Elaboração de projeto hidrossanitário para reforma parcial do prédio do Fórum	Em desenvolvimento
39	Blumenau – Fórum Universitário	Elaboração de projeto de ligação da rede de esgoto interna na rede pública e projeto preventivo contra incêndio	Em desenvolvimento
40	Brusque	Elaboração de leiaute (prédio locado) para instalação do Juizado Especial Cível	Em desenvolvimento
41	Capital – Norte da Ilha	Elaboração de projeto da rede hidráulica para instalação de novas cisternas	Em desenvolvimento
42	Concórdia	Elaboração de memorial de especificações para substituição dos brises	Em desenvolvimento
43	Herval do Oeste	Elaboração de projeto arquitetônico, estrutural, preventivo de incêndio, hidrossanitário e de impermeabilização	Em desenvolvimento
44	Joinville – Fórum Sede	Elaboração de levantamento e de projeto da rede de esgoto dos prédios para ligação com rede pública	Em desenvolvimento
45	Joinville – Fórum Sede	Elaboração de projeto preventivo de incêndio	Em desenvolvimento
46	Lages	Projeto arquitetônico e da estrutura metálica da cobertura para a obra de reforma do prédio do Fórum	Em desenvolvimento
47	Lages	Projeto preventivo contra incêndio para a obra de reforma do prédio do Fórum	Em desenvolvimento
48	Ponte Serrada	Projeto arquitetônico, hidrossanitário e de exaustão mecânica para a obra de reforma de acessibilidade	Em desenvolvimento
49	Santa Cecília	Elaboração de projeto preventivo contra incêndio	Em desenvolvimento
50	Santa Rosa do Sul	Elaboração do projeto arquitetônico para a obra de reforma e ampliação do Fórum	Em desenvolvimento
51	Seara	Elaboração de projeto preventivo contra incêndio	Em desenvolvimento
52	Tijucas	Elaboração do projeto preventivo contra incêndio	Em desenvolvimento
53	Tijucas	Elaboração do projeto arquitetônico e elétrico para a obra de cercamento do terreno do prédio do Fórum	Em desenvolvimento
54	Urubici	Elaboração de projeto preventivo contra incêndio	Em desenvolvimento
55	Campo Erê	Elaboração de projeto preventivo contra incêndio para reforma da edificação do Fórum	Contratado a iniciar
56	Santa Rosa do Sul	Elaboração do projeto elétrico/cabeamento/supervisão para a obra de reforma e ampliação do Fórum	Contratado a iniciar

Fonte: Controle da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos e da Divisão de Projetos/DEA

2. ORÇAMENTOS ELABORADOS PARA LICITAÇÕES

	LOCALIDADE	OBRA / SERVIÇO	VALOR ORÇADO
01	Anchieta	Reforma parcial do prédio do Fórum, com adequações de acessibilidade	R$ 595.640,38
02	Araquari	Colocação de toldo sobre porta da sala de audiências	Em elaboração
03	Barra Velha	TP n. 31/2016 - reforma parcial do prédio do Fórum	R$ 509.046,52
04	Blumenau – Sede	Ampliação e reforma global do prédio do Fórum	Em elaboração
05	Bom Retiro	TP n. 23/2016 - reforma parcial do prédio do Fórum	R$ 528.508,93
06	Campo Erê	Substituição de películas das portas de vidro e janelas da sala de audiências	Em elaboração
07	Capital – Des. Eduardo Luz	Aquisição e instalação de portas giratórias detectoras de metais	R$ 156.740,48
08	Capital – Estreito	TP n. 2/2016 - reforma parcial e anexo ao prédio do Fórum	R$ 819.532,91
09	Chapecó	TP n. 22/2016 - reforma parcial do prédio do Fórum	Em elaboração
10	Chapecó	Substituição de películas na CERC	Em elaboração
11	Chapecó	Elaboração de memorial de manutenção das esquadrias	Em elaboração
12	Correia Pinto	TP n. 34/2016 - instalação de porta giratória no prédio do Fórum	R$ 113.274,91
13	Criciúma	Pregão Eletrônico n. 04/2016 - renovação de elevadores	R$ 447.706,69
14	Descanso	Instalação de porta giratória no prédio do Fórum	R$ 101.571,80
15	Garopaba	Relatório de Inspeção Correicional – criação de uma sala de armas	Em elaboração
16	Itapema	Substituição da porta giratória do prédio do Fórum	R$ 298.588,95
17	Itajaí	Elaboração de memorial de especificações e projeto de impermeabilização do hall de entrada do Salão do Júri	Em elaboração
18	Jaraguá do Sul	Adequações do BDI - obra de ligação do esgoto do prédio do Fórum	R$ 254.561,15
19	Joaçaba	Manutenção das vedações físicas do prédio do Fórum (esquadrias e caixas de proteção dos condicionadores de ar)	R$ 491.488,84
20	Laguna	Projeto de reinstalação de PGDM e atualização de PCI (SPA n. 2177/2014)	R$ 104.383,20

21	Papanduva	Instalação de película em janelas e portas do prédio do Fórum	Em elaboração
22	Poder Judiciário	Contrato de manutenção predial global	R$ 145.000.000,00
23	São Bento do Sul	TP n. 24/2016 – execução de drenagem e talude	R$ 132.759,67
24	São José	Ligação de esgoto do prédio do Fórum à rede pública	Em elaboração
25	São Miguel do Oeste	Solicitação de oito vagas de garagem para o MPSC	Em elaboração
26	Timbó	Adequações do BDI - construção do novo prédio do Fórum	R$ 24.181.046,10
27	TJSC	Manutenção de extintores e mangueiras de incêndio e avaliação dos demais SPDI's em prédios do Judiciário. Origem: SPA 19133/2015	Em elaboração
28	TJSC – Sede	Elaboração de memorial e projeto de reforma das passarelas de ligação entre os prédios da Torre I e II do TJSC	Em elaboração
29	Tubarão	Solicitação para resolução dos principais problemas e das necessidades atuais/futuras da comarca (PA n. 336527-2009.1)	R$ 3.382.552,01
30	Xanxerê	Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato n. 153/2015 – reforma do prédio do Fórum	Em elaboração
TOTAL			**R$ 117.117.402,54**

Fonte: Divisão de Projetos / Seção de orçamento e Custos / DEA
Não estão inclusos no quadro acima aqueles orçamentos que não envolvem procedimento licitatório.

3. PROJETOS DE LEIAUTE

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Recebimentos de processos eletrônicos (Torres I e II / TJ)	46
Recebimentos de processos eletrônicos (Comarcas e outras unidades / TJ)	280
TOTAL	326

Fonte: SPA
Dados computados até dia 14/12/2016.

4. OBRAS CONCLUSAS

N°	LOCALIDADE	OBRA	Nº DO CONTRATO	INVESTIMENTO (SEM ADITIVOS)	DATA DE CONCLUSÃO
01	CAPITAL – SEDE	Instalação de porta giratória	138/2015	R$ 96.890,40	03/03/2016
02	SÃO BENTO DO SUL	Reforma parcial	228/2014	R$ 1.297.424,52	03/03/2016
03	TJ – TORRE I	Instalação de novos elevadores	23/2015	R$ 1.635.000,00	16/03/2016
04	SÃO CARLOS	Reforma parcial - adequações de acessibilidade	62/2015	R$ 626.744,65	18/03/2016
05	TJ – UNIDADE ALMIRANTE LAMEGO	Reforma global - para ocupação do prédio (recentemente adquirido pelo Poder Judiciário)	88/2015	R$ 2.379.843,93	26/05/2016
06	TJ – ARQUIVO CENTRAL	Cercamento	183/2015	R$ 450.409,01	08/08/2016
07	ARARANGUÁ	Reforma parcial – climatização total, cercamento e construção de lixeira	28/2015	R$ 945.169,50	19/08/2016

Fonte: Controle da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA



Fórum de São Carlos (Foto: Diogo Coelho Rocha / DEA – março/2016)



Fórum de São Bento do Sul (Foto: Sérgio Machado / DEA – março/2016)



Fórum de São Bento do Sul (Foto: Sérgio Machado / DEA – março/2016)



Fórum de Araranguá (Foto: Cristiane Batista Tatavitto / DEA – agosto/2016)

5. OBRAS EM EXECUÇÃO

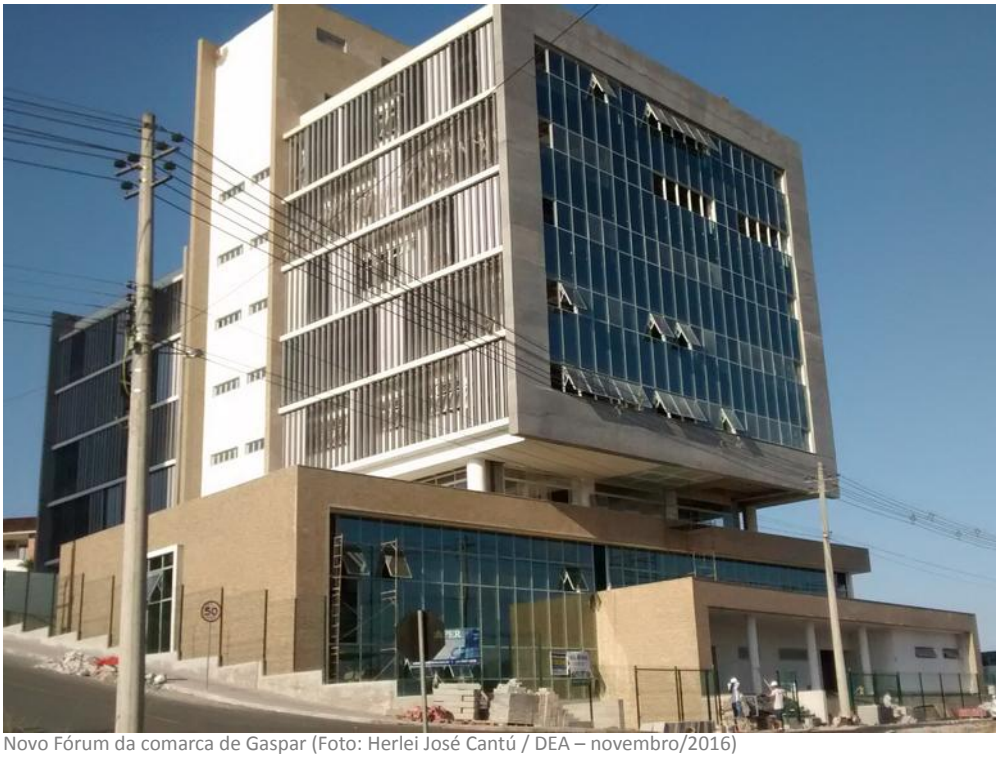
N°	LOCALIDADE	OBRA	Nº DO CONTRATO / EMPENHO	INVESTIMENTO (SEM ADITIVOS)	TÉRMINO CONTRATUAL
01	CHAPECÓ	Reforma parcial – adequações prediais relativas à acessibilidade e prevenção de incêndio	221/2016	R$ 397.174,46	18/12/2016
02	SÃO BENTO DO SUL	Execução de nova drenagem e reconformação do talude do terreno	182/2016	R$ 105.886,84	31/12/2016
03	BARRA VELHA	Reforma parcial do prédio do Fórum	227/2016	R$ 415.680,18	13/01/2017

04	BOM RETIRO	Reforma parcial do prédio do Fórum – adequações acessibilidade	194/2016	R$ 437.297,86	11/02/2017
05	CAPITAL – DES. EDUARDO LUZ	Instalação de porta giratória detectora de metais e adequações no sistema preventivo contra incêndios	287/2016	R$ 122.546,71	18/02/2017
06	CORREIA PINTO	Reforma parcial do prédio do Fórum – execução de sala de desarme e instalação de porta giratória	226/2016	R$ 72.387,16	21/02/2017
07	XANXERÊ	Reforma parcial do prédio do Fórum	153/2015	R$ 2.040.046,45	02/03/2017
08	GASPAR	Construção de nova sede	1/2014	R$ 18.903.062,04	16/03/2017
09	TJ – ARQUIVO CENTRAL	Reforma global	82/2015	R$ 14.270.645,97	21/03/2017
10	CAPITAL – ESTREITO	Reforma parcial e ampliação do prédio do Fórum	254/2016	R$ 650.000,01	15/04/2017
11	JARAGUÁ DO SUL	Execução de adequações de preventivo contra incêndio e sistema de tratamento de esgoto	300/2016	R$ 160.563,63	20/04/2017
12	NAVEGANTES	Construção de nova sede	60/2014	R$ 16.324.488,52	22/04/2017
13	DESCANSO	Reforma parcial	276/2016	R$ 97.541,40	25/04/2017
14	CRICIÚMA	Substituição dos elevadores do prédio do Fórum	112/2016	R$ 397.174,46	08/07/2017
15	TJ – TORRE I	Reforma do 5º, 6º, 7º pavimentos	23/2016	R$ 3.942.960,72	18/10/2017
16	CANOINHAS	Construção de nova sede	51/2015	R$ 17.111.887,48	24/10/2017
17	RIO DO SUL*	Construção de nova sede	5/2014	R$ 24.839.582,86	SEM PREVISÃO*

Fonte: Controle da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA
Dados computados até 13/12/2016, sem inclusão de pedidos de prorrogação de prazo ainda em análise.
* Contrato em vias de rescisão unilateral. Obra paralisada.



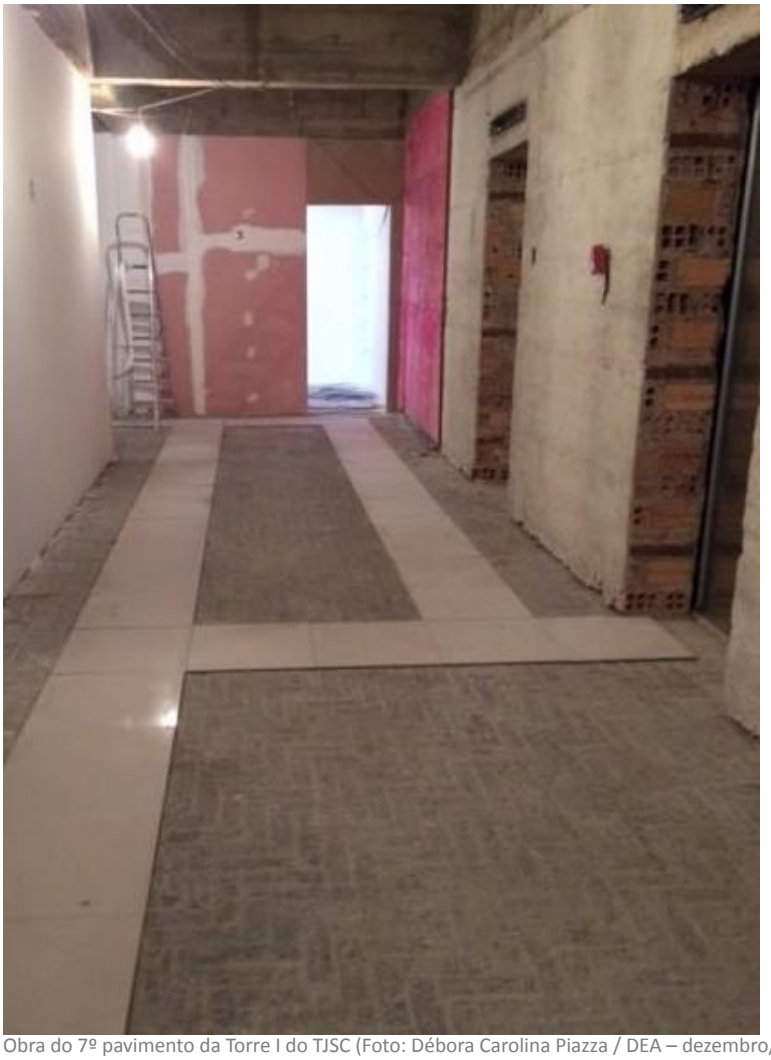
Novo Fórum da comarca de Canoinhas (Foto: Sérgio Machado / DEA – novembro/2016)



Novo Fórum da comarca de Gaspar (Foto: Herlei José Cantú / DEA – novembro/2016)



Novo Fórum da comarca de Navegantes (Foto: DPRO / DEA – setembro/2016)



Obra do 7º pavimento da Torre I do TJSC (Foto: Débora Carolina Piazza / DEA – dezembro/2016)



Fórum de Bom Retiro (Foto: Rafael Gonzaga Lima / DEA – dezembro/2016)



Arquivo Central (Foto: Everton William Tischer / DEA – setembro/2016)


Novo Fórum de Rio do Sul (Foto: Rafael Gonzaga Lima / DEA – novembro/2016)



Fórum da Capital - Estreito (Foto: DFISC / DEA – novembro/2016)

6. OBRAS E SERVIÇOS EM LICITAÇÃO

Nº	LOCALIDADE	OBJETO
01	Balneário Camboriú – Fórum da Família	Elaboração de projetos destinados à reforma global da edificação
02	Campo Erê	Elaboração de projetos de climatização para reforma da edificação
03	Campo Erê	Elaboração de projeto hidrossanitário para reforma da edificação
04	Campo Erê	Elaboração de projeto elétrico e afins para reforma da edificação
05	Itapema	Instalação de porta giratória detectora de metais
06	Joaçaba	Manutenção das esquadrias do Fórum
07	Laguna	Instalação de porta giratória detectora de metais e adequações no sistema preventivo de incêndios
08	Santa Rosa do Sul	Elaboração de projetos complementares para reforma global da edificação
09	São José	Ligação da rede de esgoto com o sistema público de tratamento
10	Timbó	Construção do novo prédio do Fórum
11	TJSC – Torre II	Elaboração de projeto estrutural para retirada de brises e estrutura de suporte para cobertura da Torre II
12	Tubarão	Reforma global do prédio do Fórum

Fonte: Controle da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

7. MANUTENÇÕES REALIZADAS (climatização)

Nº	LOCALIDADE	OBJETO	Nº DO CONTRATO
01	BLUMENAU	Manutenção (preventiva e corretiva) nos sistemas de climatização dos Fóruns Central e Universitário	182/2010
02	BRUSQUE	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização	123/2015
03	CAMPO ERÊ	Manutenção no sistema de calefação instalado no prédio do Fórum	109/2012
04	CAPITAL – DES. EDUARDO LUZ	Manutenção (preventiva e corretiva) nos dois equipamentos chiller (resfriadores de líquido) do sistema de climatização central	57/2013
05	CAPITAL – DES. EDUARDO LUZ	Manutenção (preventiva e corretiva) nos climatizadores tipo cassete, modulares, hidrônicos, de embutir, ventiladores, acessórios e componentes do circuito hidráulico de água gelada do sistema de climatização	137/2013
06	CAPITAL - SEDE	Manutenção (preventiva e corretiva) nos resfriadores de líquido, nos condicionadores de ar do tipo Fan-coil e hidrônicos, nas bombas primárias e secundárias, nas torres de arrefecimento, nas caixas de volume de ar variável, do sistema de climatização	184/2013
07	CAPITAL - NORTE DA ILHA	Manutenção (preventiva e corretiva) nos sistemas de climatização	183/2010

08	CHAPECÓ	Manutenção (preventiva e corretiva) nos sistemas de climatização	64/2012
09	CRICIÚMA	Manutenção no sistema de climatização (Salão do Júri)	154/2010
10	ITAJAÍ	Manutenção (preventiva e corretiva) nos sistemas de climatização do Salão do Júri	177/2010
11	JARAGUÁ DO SUL	Manutenção (preventiva e corretiva) nos sistemas de climatização	185/2010
12	JOINVILLE	Manutenção (preventiva e corretiva) nos sistemas de climatização do Salão do Júri	184/2010
13	PALHOÇA	Manutenção (preventiva e corretiva) nos dois equipamentos chiller (resfriadores de líquido) do sistema de climatização central	54/2013
14	PALHOÇA	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização	179/2015
15	PODER JUDICIÁRIO	Manutenção (preventiva e corretiva) nos aparelhos de ar-condicionado instalados nas edificações do Poder Judiciário - Região da Grande Florianópolis	123/2014
16	PODER JUDICIÁRIO	Serviços continuados de instalação de equipamentos de ar-condicionado do tipo split, modelo hi-wall e piso-teto, nas edificações do Poder Judiciário - Região da Grande Florianópolis	162/2014
17	PODER JUDICIÁRIO	Serviços de análise química e tratamento de águas nos sistemas de climatização instalados nos prédios dos Fóruns da Capital (Central e Des. Eduardo Luz) e da Torre II do TJSC	42/2016
18	SÃO JOAQUIM	Manutenção no sistema de calefação do prédio do Fórum	108/2012
19	SÃO JOSÉ	Manutenção do sistema de climatização	113/2011
20	TJ - TORRE I	Manutenção (preventiva e corretiva) nos equipamentos de climatização do tipo “janeleiro”	15/2016
21	TJ - TORRE I	Manutenção (preventiva e corretiva) nos equipamentos de climatização do tipo split, split inverter, self contained, VRV, dentre outros	226/2013
22	TJ - TORRE II	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização	217/2013
23	TUBARÃO	Manutenção (preventiva e corretiva) nos sistemas de climatização do Salão do Júri	233/2011
24	URUBICI	Manutenção no sistema central de calefação instalado no prédio do Fórum	104/2012

Fonte: Controle da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

8. MANUTENÇÕES REALIZADAS (elevadores e plataformas elevatórias)

Nº	LOCALIDADE	OBJETO	Nº DO CONTRATO
01	ACADEMIA JUDICIAL	Manutenção (preventiva e corretiva) dos elevadores – prédio antigo (locado)	51/2011
02	BLUMENAU	Manutenção de dois elevadores	256/2016
03	CAPITAL – DES. EDUARDO LUZ	Manutenção (preventiva e corretiva) de elevador instalado no prédio do Fórum	08/2015
04	COMARCAS DIVERSAS	Manutenção em elevadores instalados nos prédios dos Fóruns/Unidades Judiciárias de Palhoça, Capital, Norte da Ilha, Unidade Almirante Lamego, São José, São Joaquim, Joaçaba, Chapecó, Joinville, Brusque, Lages, Balneário Camboriú e Concórdia	187/2013
05	CRICIÚMA	Manutenção de dois elevadores	256/2016
06	ITAJAÍ	Manutenção de dois elevadores	255/2016
07	PODER JUDICIÁRIO	Manutenção (preventiva e corretiva) nas plataformas elevatórias instaladas em prédios do Poder Judiciário	18/2014
08	SÃO JOSÉ - ANEXO	Manutenção (preventiva e corretiva) em elevadores instalados no prédio anexo ao Fórum	87/2016
09	TJ – TORRE II	Manutenção (preventiva e corretiva) de 4 elevadores	167/2012
10	TJ - UPC	Manutenção (preventiva e corretiva) de dois elevadores	74/2016
11	PODER JUDICIÁRIO	Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, em plataformas elevatórias instaladas nos prédios do Poder Judiciário Catarinense	234/2016

Fonte: Controle da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

9. OUTRAS MANUTENÇÕES REALIZADAS

Nº	LOCALIDADE	OBJETO	Nº DO CONTRATO
01	BRUSQUE	Manutenção predial (preventiva e corretiva)	178/2014
02	CAPITAL - SEDE	Manutenção (preventiva e corretiva) do grupo gerador	148/2012
03	CAPITAL - SEDE	Manutenção (preventiva e corretiva) de pele de vidro	045/2016
04	COMARCAS DIVERSAS	Manutenção (preventiva e corretiva) em paredes de divisórias leves, paredes de gesso acartonado, forro modular, forro de gesso acartonado, piso laminado de madeira e piso vinílico para os prédios das Regiões: I - Sul do Estado; II - Grande Florianópolis; III - Vale do Itajaí	125/2013
05	COMARCAS DIVERSAS	Manutenção do sistema preventivo contra incêndio em unidades do Poder Judiciário	07/2013
06	COMARCAS DIVERSAS	Manutenção do sistema preventivo contra incêndio em unidades do Poder Judiciário	08/2013

07	COMARCAS DIVERSAS	Manutenção do sistema preventivo contra incêndio em unidades do Poder Judiciário	09/2013
08	COMARCAS DIVERSAS	Manutenção (preventiva e corretiva) em paredes de divisórias leves, paredes de gesso acartonado, forro modular, forro de gesso acartonado, piso laminado de madeira e piso vinílico para os prédios das Regiões: I - Sul do Estado; II - Grande Florianópolis; III - Vale do Itajaí	126/2013
09	COMARCAS DIVERSAS	Pintura de prédios do Poder Judiciário – Região I (Sul do Estado)	172/2015
10	COMARCAS DIVERSAS	Manutenção (preventiva e corretiva) de pintura em prédios do Poder Judiciário – Região III (Vale do Itajaí)	195/2013
11	COMARCAS DIVERSAS	Manutenção (preventiva e corretiva) de pintura em prédios do Poder Judiciário - Região IV (Norte do Estado) e Região VI (Oeste do Estado)	196/2013
12	COMARCAS DIVERSAS	Manutenção (preventiva e corretiva) de pintura em prédios do Poder Judiciário – Região V (Região Serrana)	197/2013
13	COMARCAS DIVERSAS	Manutenção predial (preventiva e corretiva) para prédios do Poder judiciário - Região I (Sul do Estado)	21/2014
14	COMARCAS DIVERSAS	Manutenção predial (preventiva e corretiva) para prédios do Poder judiciário - Região VI (Oeste do Estado)	23/2014
15	COMARCAS DIVERSAS	Execução de serviços de instalação, conservação e manutenção das instalações elétricas e de telecomunicações em prédios do Poder Judiciário - Região I (Sul do Estado)	27/2014
16	COMARCAS DIVERSAS	Serviços de instalação e manutenção das redes elétricas e de telecomunicações em prédios do Poder Judiciário - Região IV (Norte do Estado); Região V (Região Serrana); Região VI (Oeste do Estado)	29/2014
17	PODER JUDICIÁRIO	Manutenção (preventiva e corretiva) de vidros e películas em esquadrias de unidades do Poder Judiciário	111/2013
18	PODER JUDICIÁRIO	Serviços continuados de limpeza de reservatório de água e desentupimento do sistema hidrossanitário de prédios locados e de propriedade do Poder Judiciário - Região da Grande Florianópolis	176/2012
19	PODER JUDICIÁRIO	Manutenção (preventiva e corretiva) de pintura em prédios do Poder Judiciário – Região II (Grande Florianópolis)	181/2016
20	PODER JUDICIÁRIO	Manutenção de películas em esquadrias de unidades do Poder Judiciário – Região da Grande Florianópolis	218/2013
21	PODER JUDICIÁRIO	Manutenção (preventiva e corretiva) em estações de tratamento de esgoto (ETEs) de prédios do Poder Judiciário	241/2013
22	PODER JUDICIÁRIO	Execução de serviços de instalação, conservação e manutenção das instalações elétricas e de telecomunicações em prédios do Poder Judiciário - Região II (Grande Florianópolis) e Região III - Vale do Itajaí	28/2014
23	PODER JUDICIÁRIO	Manutenção predial (preventiva e corretiva) em prédios do Poder judiciário - Região II (Grande Florianópolis)	22/2014
24	PODER JUDICIÁRIO	Manutenção preventiva e corretiva das portas automáticas do Poder Judiciário de Santa Catarina - Grande Florianópolis	172/2016
25	TJ – TORRE I e II	Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos do sistema de nobreak pertencente ao CPD do TJSC	40/2016
26	TJ – TORRE I e II	Manutenção mensal e corretiva ilimitada e emergencial em geradores instalados no prédio do TJSC	73/2016
27	TJ – TORRE I e II	Manutenção continuada do sistema de geração de energia de emergência do prédio do Tribunal de Justiça	281/2016

Fonte: Controle da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

10. ATENDIMENTO A CHAMADOS (2º GRAU)

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Climatização	633
Elevadores / plataforma elevatória	112
Área elétrica	1.386
Área civil	2.072
TOTAL	**4.203**

Fonte: Divisão de Manutenção Predial de 2º Grau / DEA

Observações: dados computados até o dia 30/11/2016. Atendimentos realizados em todas as edificações que integram o Tribunal de Justiça (Torres I e II, Unidade Presidente Coutinho, Unidade Almirante Lamego, Unidade Anita Garibaldi, Gráfica, Almoxarifado, Arquivo Central). Não inclui serviços demandados por meio de processos administrativos, bem como aqueles originados dentro da própria DEA.

11. ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS

TIPO DE DOCUMENTO	QUANTIDADE
Despachos (físicos e digitais - SPA)	1.187
Pareceres Técnicos (físicos e digitais - SPA)	284
Ofícios	273

Requisições de Compra (DEA como Unidade Requisitante)	187
TOTAL	**1.931**

Fonte: controle da Secretaria da DEA e SPA
Dados computados até dia 13/12/2016.

12. TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS FÍSICOS

TIPO DE DOCUMENTO	QUANTIDADE
Recebimentos de processos administrativos (físicos) – Direção/Assessoria	2.214
Envios de processos administrativos (físicos) – Direção/Assessoria	2.341
Envios de processos administrativos (físicos) para o Arquivo Central	129
Requisições de compra recebidas para análise (outras Unidades Requisitantes)	1.265
Requisições de compra enviadas após análise (outras Unidades Requisitantes)	1.049
Notas fiscais recebidas	205
Notas fiscais enviadas	181
Notas de empenho recebidas	1.652

Fontes: PTC – Sistema de Protocolo e Controle de documentos da Secretaria/DEA
Dados computados até 13/12/2016, com exceção dos processos arquivados (que foram enviados em 15/12/2016).

13. TRAMITAÇÃO EM SPA

TIPO DE DOCUMENTO	QUANTIDADE
Recebimentos de processos no setor	15.312
Envios de processos pelo setor	14.397
Processos criados no setor	420
Documentos criados no setor *	12.584
TOTAL	42.713

Fontes: SPA
Dados computados até 13/12/2016.
(*) Os dados incluem os despachos e pareceres já citados anteriormente.

14. VIAGENS A SERVIÇO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Aéreas e terrestres	314

Fonte: Controle da Secretaria / DEA
Dados computados até dia 30/11/2016.

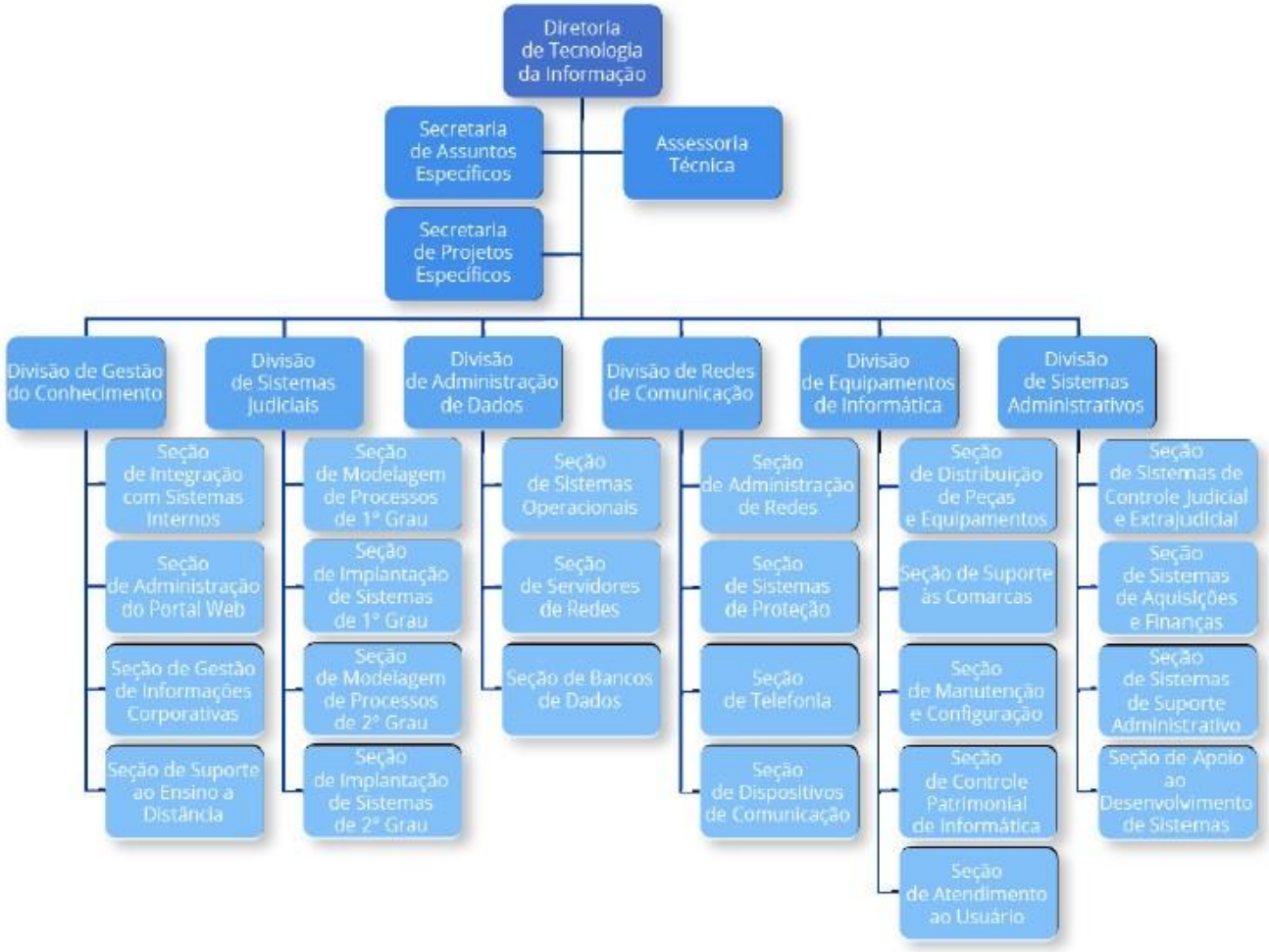
15. ATENDIMENTOS DE TSI

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Abertura de chamados internos	466

Fonte: controle de chamados / DEA
Dados computados até 13/12/2016.
Observação: não estão computados chamados efetuados por e-mail, pandion ou telefone.

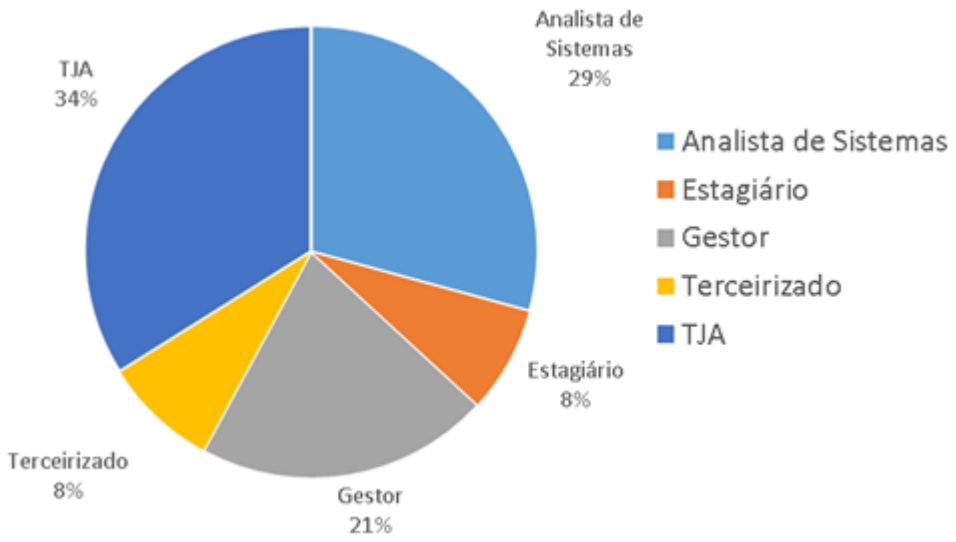
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, tem como missão principal a efetivação das políticas de informatização, assegurando soluções adequadas de tecnologia da informação aos seus usuários.
Compete à DTI a gestão da tecnologia da informação, relativa às áreas de pesquisa, desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias de informação (TI), o provisionamento de novos sistemas, bem como a manutenção dos sistemas legados, manutenção de equipamentos e canais de comunicação, a disseminação do conhecimento sobre a utilização da informática, a prestação de suporte em todas as unidades organizacionais do PJSC, e a prestação de suporte nos sistemas SAJ.
Caracteriza-se ainda pelo assessoramento técnico ao Conselho Gestor de Tecnologia da Informação – CGInfo, na definição de estratégias e políticas para o uso da TI, no âmbito do Poder Judiciário catarinense – PJSC, de modo a assegurar o alinhamento de TI com as demandas internas e externas; a segurança das informações e a atualização tecnológica.
No que tange ao Gabinete do Diretor, em cumprimento às suas atribuições, foram desenvolvidas as atividades de planejamento, organização, execução e controle das ações de tecnologia da informação, em consonância com as diretrizes do CGInfo e com o apoio da estrutura organizacional e operacional da Diretoria, com o objetivo de levar a efeito as diretrizes alinhadas.
Para dar suporte à realização dos diversos projetos, buscou-se investir na renovação e ampliação permanente da estrutura de tecnologia, considerando-se hardware e software, com a manutenção de uma política sistemática de aquisição e renovação de todo parque tecnológico e desenvolvimento ou aquisição de sistemas, possibilitando a melhoria da prestação dos serviços ao cidadão.
Em cada etapa, em cada atividade, buscou-se agregar valor aos serviços oferecidos pelo Poder Judiciário Catarinense, seja pelo desenvolvimento de novas soluções, atualização ou mesmo pela manutenção e suporte de softwares, no ideal de atender sempre mais e melhor tanto usuários internos quanto externos, sendo o serviço gratuito ou não.
A evolução da governança de TI foi uma das ações prioritárias conduzidas pelo gabinete do diretor, atendendo as diretrizes e determinações dispostas nas Resoluções n. 182/2013 e 211/2015, do CNJ, relativas ao planejamento de contratações de soluções de TI e à estratégia nacional de TI do Poder Judiciário – Entic-Jud, respectivamente.
A estrutura organizacional da diretoria atualmente tem a seguinte composição:

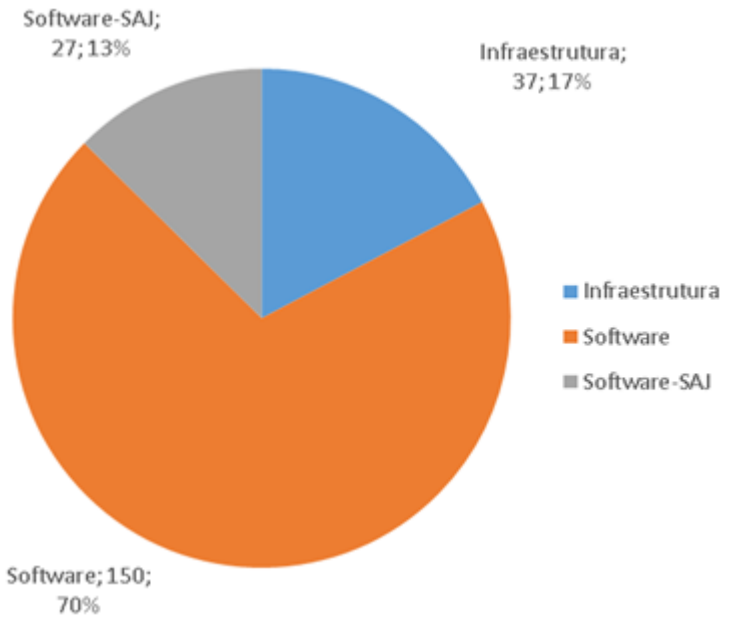


O processo de governança de TI atualmente executado pela DTI, possibilita a gestão de 171 pessoas, a execução de 214 projetos que consomem um orçamento anual de R$103.602.520,49, por meio de 64 contratos.

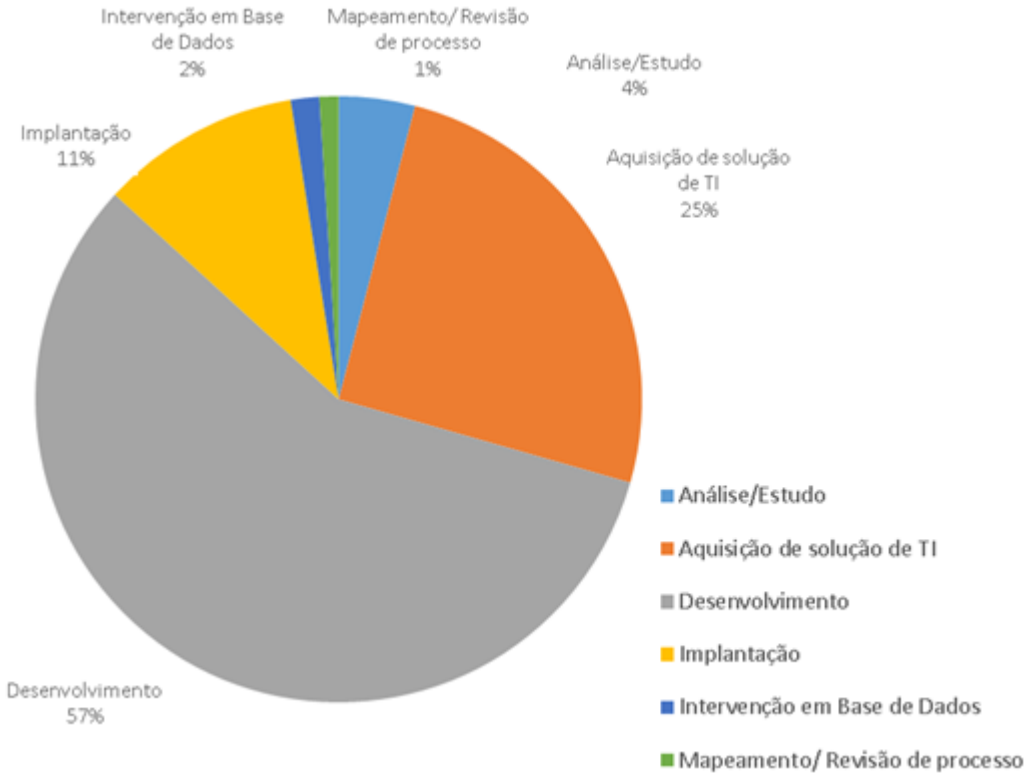
Quadro de pessoal da DTI



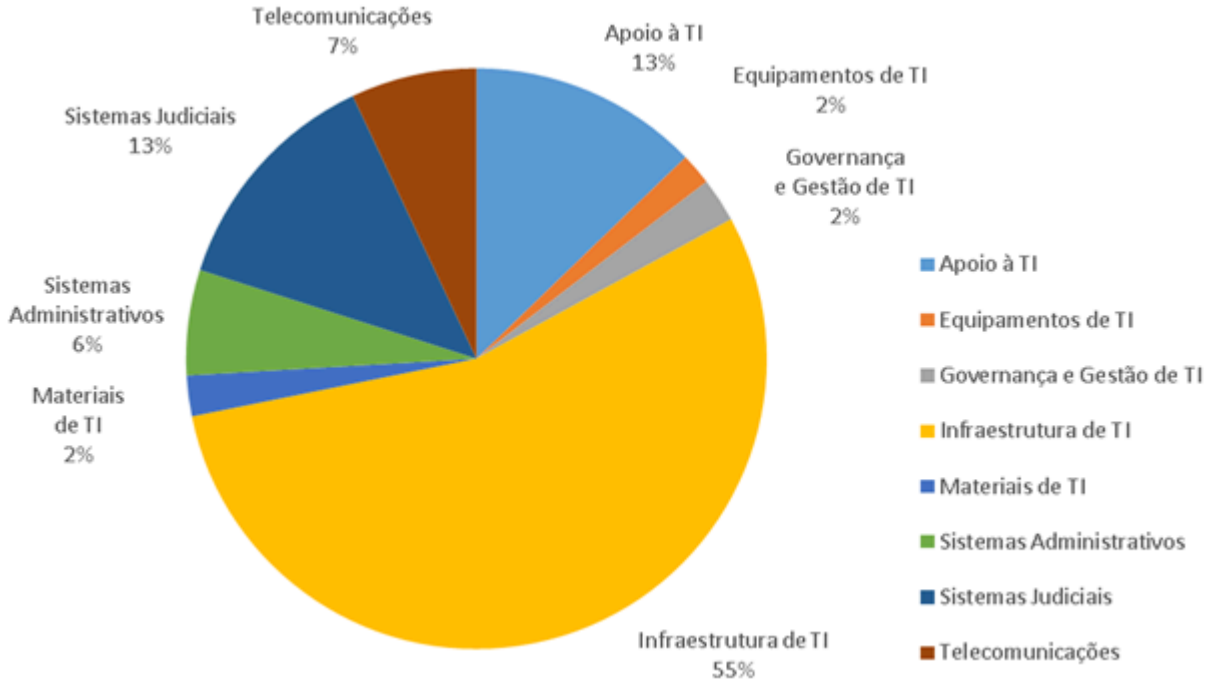
Projetos da DTI



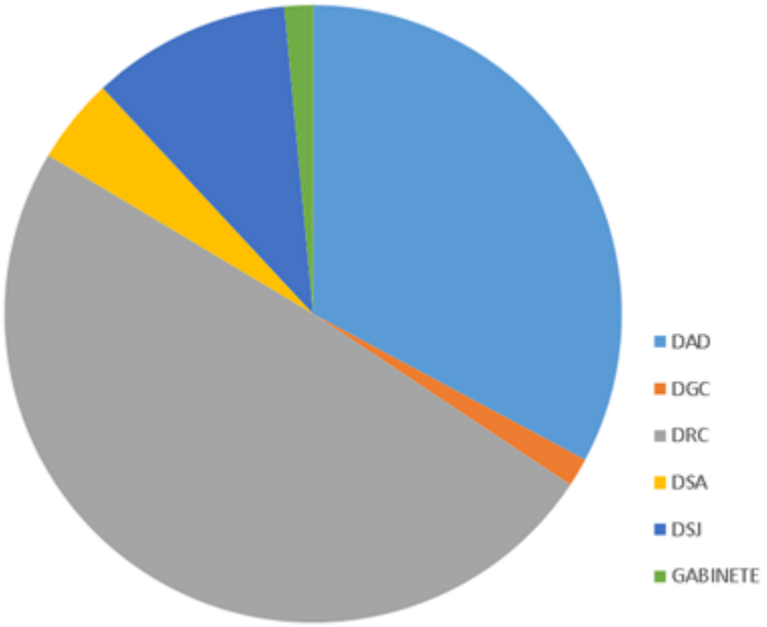
Segmentação dos projetos da DTI



Segmentação do orçamento da DTI



Contratos da DTI – por unidade gestora

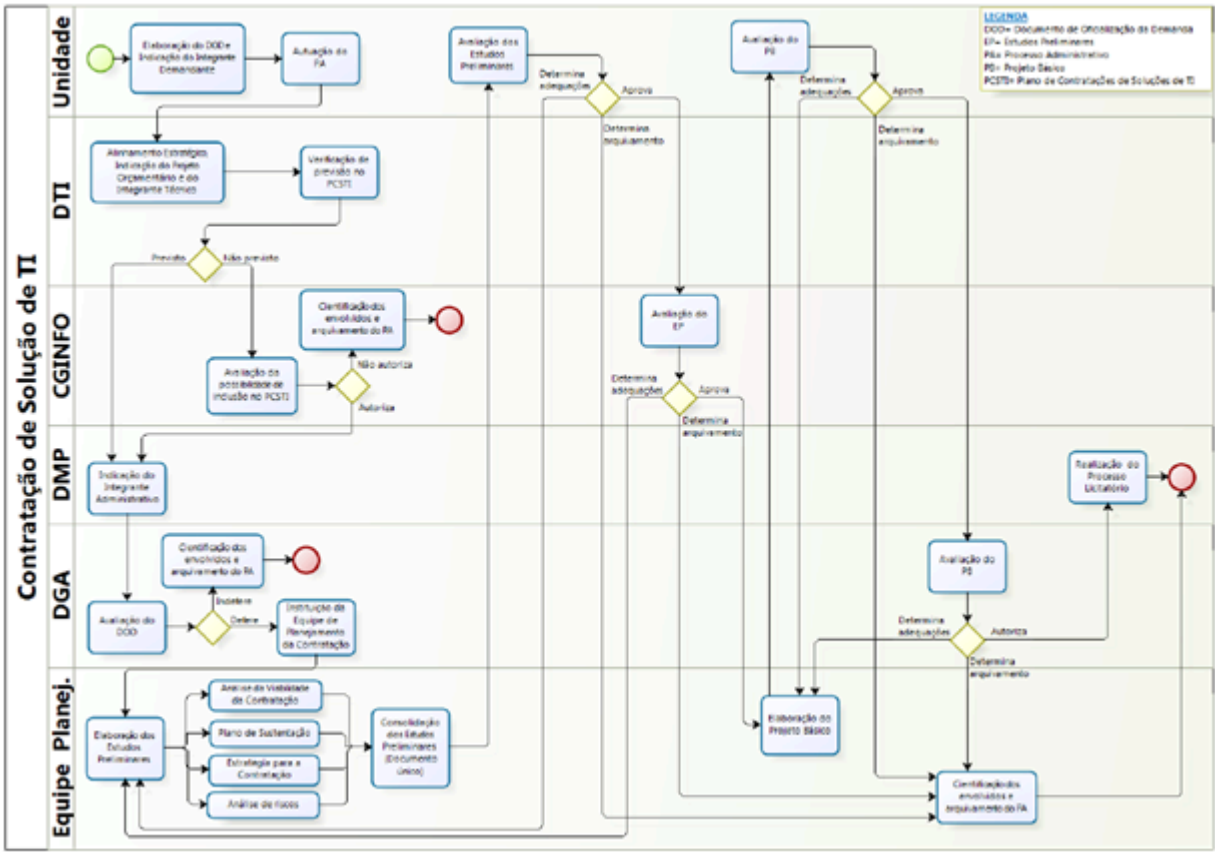


Das ações dispostas no plano de trabalho proposto para 2016 pelo Entic-Jud, destaca-se a elaboração do seu Planejamento Estratégico (Disponível em http://www.tjsc.jus.br/web/gestao-estrategica/planejamento-estrategico-de-tecnologia-da-informacao), da Política de Segurança da Informação, do plano anual de capacitação e a adequação dos processos de aquisições de bens e contratações de serviços de TI com as diretrizes estabelecidas pelo CNJ.

Planejamento Estratégico de TIC – PETIC do PJSC



Planejamento de contratações de TI – Processo de Trabalho



O relatório a seguir apresenta as atividades desenvolvidas pela Diretoria no exercício de 2016, estando as informações agrupadas por Divisão.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE DADOS

Responsável por prover a infraestrutura tecnológica física e lógica necessária à execução dos serviços de Tecnologia da Informação disponibilizados ao público interno e externo.

Sobre essa infraestrutura, destacamos os seguintes itens de configuração:

DETALHAMENTO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA FÍSICA E LÓGICA DO PJSC
CPD
Sala cofre com certificação NBR-15247, com proteção contra incêndio, inundações e arrombamento, sistema de combate a incêndio, controle de acesso biométrico e câmeras e dois no-breaks redundantes de 120kva
32 servidores físicos com 768 processadores e 4,5 TB de memória
360 servidores virtuais
Servidores de armazenamento com 120 TB
Servidores de banco de dados com 672 processadores e 6,5 TB de memória, com 80 TB de armazenamento
2 servidores de backup em disco
1 servidor de backup em fita

Dentre os principais projetos e atividades executados no ano destacaram-se:

SAJ e Portal ESAJ

- Manutenção da alta disponibilidade para os ambientes PG5 e SG5 replicados no CIASC;
- Atualização do PG5 para atender ao NCPC, atualizadas mais de 50 versões em um final de semana, sem indisponibilidade;
- Apoio no Projeto IPESG;
- Criação de procedimentos simplificados de atualização das versões do SAJ;
- Implantação do monitoramento proativo Zabbix para os servidores desktop SAJ;
- Implantação de melhorias na segurança portal ESAJ

§ **Ativação do SSL;**
§ **Ativação da prevenção de ataques e robôs;**
§ **Melhorias no monitoramento proativo Dynatrace;**

- Canary release para implantação distribuída de novas versões;
- Docker para fins de gerenciamento da operação e serviços de forma centralizada;

Servidores e Infraestrutura

- Substituição de 29 servidores das comarcas;
- Instalação e configuração de 4 novos servidores, ampliando a capacidade de processamento e memória do ambiente de virtualização;
- Implantação do novo ambiente de *backup*, novo software e novo appliance de backup em disco;
- Implantação do monitoramento proativo Zabbix para as Comarcas e servidores do AD;
- Migração de servidores e aplicações do storage Clariion visando o desligamento de equipamento obsoleto;
- Processo de baixa e doação de diversos equipamentos defasados tecnologicamente e inservíveis ao Poder Judiciário;
- Licitação para ampliação em +90 TB da capacidade do storage VNX5400;
- Novos contratos de serviço de suporte aos servidores e storages;
- Redundância de *backup* entre os ambientes não-SAJ, como SIDEJUD com backup e logs de bancos replicados no CIASC;
- Migração do Workflow para um ambiente mais robusto e confiável.
- Melhorias na infraestrutura do DJE e disponibilização de nova versão;
- Apoio às equipes em diversos sistemas entregues durante o ano;

MS Active Directory

- Conclusão da migração de pastas de trabalho dos servidores legados Samba para o Windows Fileserver;

- Melhorias na segurança dos servidores de aplicação com a aplicação de políticas de acesso;

Academia Judicial

- Atualização da infraestrutura da Academia Judicial e configurações para melhor performance;

Portal do PJSC

- Implantação de melhorias de segurança e disponibilidade;

Outros sistemas

- Suricato, Auditoria, Implementações Wildfly;
- Serviços de apoio SVN, IC, Maven;
- Migrações nos sistemas da saúde RaioX e Prodent

DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Responsável por manter todos ativos de tecnologia da Informação destinados aos usuários internos e externos, compreendendo atividades judicantes e administrativas que utilizem equipamentos e itens de informática na execução direta de suas atividades, bem como realizar atendimento dos chamados de atendimento técnico e de suporte aos sistemas SAJ-PG e SAJ-SG.
Detalhamento dos equipamentos de informática componentes do parque de TI do PJSC:

EQUIPAMENTO	QUANTIDADES
MICROCOMPUTADOR	12.632
ULTRABOOK/NOTEBOOK	1.309
IMPRESSORAS	2.128
MULTIFUNCIONAIS	1.821
SCANNER	1.176
MONITORES	23.695
TOTAL	**42.761**

No decorrer do ano de 2016 a Divisão de Equipamentos de Informática realizou a distribuição dos seguintes equipamentos/serviços e quantidades:

DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS 2016	QUANTIDADE
MICROCOMPUTADORES	296
MONITORES	880
NOBREAKS	434
IMPRESSORAS	207
MESAS DE SOM	78
MICROFONES	134
EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS	2516
ULTRABOOK/NOTEBOOK	35
SCANNERS	198
TOTAL	**4.748**

Foram recebidos também mais de 30.000 chamados referentes a incidentes dos sistemas SAJ-PG e SAJ-SG.

Dentre os principais projetos executados no ano destacaram-se:
Elaboração de estudos técnicos visando a atender as seguintes demandas:

- Baterias p/ Nobreak 3Kva e 5Kva;
- Cartuchos e toners coloridos;
- Digitalizadora de Microfilmes e Microfichas;
- Manutenção de Scanner;
- Materiais de rede (conectores, patch cords, divisores, etc);
- Microcomputadores;
- Monitores de vídeo;
- Notebook para CGJ e Plantões Judiciais;
- Software para Central de Serviços;
- Certificado Digital;
- Peças e acessórios (hd, memória, placas, fones de ouvido, etc);
- Leitor biométrico (controle de apenados).

DIVISÃO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

Responsável por prover ferramentas de Tecnologia da Informação para apoio à gestão do conhecimento no Poder Judiciário de Santa Catarina por meio da execução de projetos com o objetivo de prover soluções computacionais adequadas ao PJSC com ênfase em gestão de documentos eletrônicos, gestão de conteúdo web, suporte ao ensino a distância, gestão acadêmica e integração com outros órgãos públicos.
Gestão do Conhecimento (GC) é o processo sistemático para identificar, capturar, disseminar e utilizar conhecimentos que são estratégicos na vida de uma organização. Nos dias atuais, a GC tem ganhado cada vez mais espaço nas organizações em função do seu alto poder transformador, sobretudo pelo aumento da capacidade em agir, inovar, compartilhar e transformar processos, produtos e serviços.
O Poder Judiciário de Santa Catarina possui um objetivo estratégico para “Concretizar a Gestão do Conhecimento” e, durante este ano de 2016, a Divisão de Gestão do Conhecimento avançou em todas as suas frentes de atuação, prospectando, desenvolvendo e implantando ferramentas de TI associadas à GC, de modo a, entre outras coisas, facilitar o acesso à informação.
Principais resultados obtidos, em 2016, com o uso das ferramentas providas e mantidas pela DGC:

SERVIÇO	QUANTIDADE
Portal institucional	Média diária de 110.902 acessos
Diário da Justiça eletrônico	Mais de 305.000 matérias publicadas, gerando mais de 500.000 acessos
Portal da Jurisprudência catarinense	600.000 acessos a 1,4 milhões de documentos
Sistema Hermes – Malote Digital	Mais de 750.000 documentos encaminhados
Portal da Academia Judicial	Realização de 23 cursos na modalidade EaD
Sistema de Processos Administrativo - SPA	47 mil processos já criados, com mais de 410.000l documentos emitidos. 364 setores habilitados; mais de 1.200 usuários habilitados; 451 assuntos distintos habilitados para tramitação.

Dentre os principais projetos executados no ano destacaram-se:

Sistema de Processo Administrativo - SPA

Com a publicação da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 7 de 26 de outubro de 2015 o sistema SPA foi instituído como ferramenta oficial de cadastramento, tramitação e classificação de processos administrativos em meio eletrônico no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (PJSC).
Em 2016, as metas estabelecidas em 2015 foram atendidas quase integralmente. A expansão do uso do sistema SPA nas comarcas tornou-se realidade por meio da disponibilização de um curso autoinstrucional com carga-horária de 134 horas realizado na modalidade à distância, resultado de parceria entre a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e a Academia Judicial (CEJUR). Neste curso, oferecido entre os

meses de novembro e dezembro de 2016, foram capacitados aproximadamente 470 servidores (Chefes de Secretaria de Foro principalmente, porém não exclusivamente).
Avanços significativos também foram registrados no trato do desenvolvimento de novas funcionalidades. O apensamento de processos, funcionalidade bastante aguardada pelos usuários, assim como as funcionalidades tornar peças sem efeito, localizar e editar documentos, além da possibilidade de validação de documentos eletrônicos, entre outras, foram disponibilizadas ao longo do ano.
Outra iniciativa que continua gerando bons resultados é a autuação de processos por meio de formulários padronizados, pois garantem completude, padronização e qualidade do requerimento inicial. Vários destes formulários foram desenvolvidos, como, por exemplo, solicitação de licença para tratamento de saúde (própria e em pessoa da família), licença gestação, solicitação de promoção por aperfeiçoamento, solicitação de gratificação de nível superior, solicitação de licença para tratar de interesses particulares, solicitação de bolsa de estudo para magistrado, solicitação e renovação de bolsa de estudos (Graduação e ESMESC), solicitação de participação em curso ou evento (magistrados e servidores).
Também neste exercício, com as novas regras para concessão do Selo Justiça em Números definidas pela Portaria CNJ nº 56 de 27 de maio de 2016, o SPA passou a prover a movimentação analítica e os dados dos processos administrativos, conforme o Modelo Internacional de Interoperabilidade (MNI), versão 2.2.2 de 07 de julho de 2014.
Em números, a utilização do sistema SPA resume-se atualmente aos seguintes dados: cerca de 47 mil processos já criados; aproximadamente 410 mil documentos emitidos; 364 setores habilitados; mais de 1.200 usuários com permissão para receber, incluir documentos e tramitar os processos, 451 assuntos distintos habilitados para tramitação. Até novembro, mais de 82% dos processos administrativos já estavam sendo autuados em meio eletrônico.
Para 2017 a meta é continuar a expandir o uso do sistema SPA, através do credenciamento de novos setores, especialmente nas comarcas; habilitação de novas classificações de processos administrativos eletrônicos, bem como aprimorar o sistema SPA tratando de melhorias de *layout* e usabilidade, com desenvolvimento, e consequente disponibilização, de novas funcionalidades a exemplo dos marcadores.

Portal da Jurisprudência
Em 2016, considerando a quantidade de usuários e a importância do sistema de consulta à jurisprudência catarinense para o meio jurídico, diversas melhorias foram realizadas. A mais impactante foi a confecção e publicação do novo Portal da Jurisprudência. Visando principalmente à melhor disposição e disponibilização da informação, o novo portal veio consolidar diversos serviços relativos à Jurisprudência do PJSC.
Além das informações já disponíveis anteriormente, agora é possível obter acesso rápido às consultas jurisprudenciais do STF e STJ, bem como aos itens de Repercussão geral do STF e Recursos Repetitivos do STJ, às súmulas e diretrizes e aos enunciados. Em alinhamento ao novo CPC, foi disponibilizada também a ferramenta "Jurisprudência em Teses", apresentando diversos entendimentos do TJSC sobre temas específicos, escolhidos de acordo com sua relevância no âmbito jurídico.
Outro serviço muito utilizado no ano de 2016 foi o Informativo da Jurisprudência. Em seu quarto ano de existência, o serviço foi executado de forma periódica e mensal, atingindo cerca de 24.000 receptores a cada envio.
Ainda, em relação aos sistemas agregados ao Portal da Jurisprudência, foi disponibilizado o Anuário das Turmas de Recursos do ano de 2016. O Anuário é uma publicação anual do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, composta de julgados selecionados pela Comissão Permanente de Jurisprudência, sob responsabilidade gerencial da Divisão de Documentação da Diretoria de Documentação e Informações, com circulação nacional.
Para fins estatísticos e de análise, o sistema de Consulta à Jurisprudência recebe, em média, 45 mil visitas mensais. Entre os meses de outubro e novembro de 2016, por exemplo, recebeu mais de 250 mil visitas, com quase 90 mil usuários distintos, incluindo diversas nacionalidades (Estados Unidos, Reino Unido,

Espanha, Índia, Áustria, Rússia, Argentina, Itália, França, etc.). Tais dados demonstram a utilidade da ferramenta e quão significativa ela é para a sociedade.

Sistema Hermes - Malote Digital

No cotidiano do PJSC, muitos documentos precisam ser trocados entre os diversos setores. Muitos destes documentos são trocados por meio de malotes internos ou serviços dos Correios. Com a resolução nº 100/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi instituído o Sistema Hermes - Malote Digital, com o propósito de possibilitar a troca de documentos oficiais em meio eletrônico entre os diversos órgãos do Poder Judiciário Nacional.

Em 2016, houve grande adesão ao sistema por parte dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs). Além disso, em esforço conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça, foram habilitadas as novas serventias extrajudiciais. No período compreendido entre dezembro de 2015 e novembro de 2016, mais de 751 mil documentos foram enviados pela ferramenta, o que trouxe grande celeridade e economia ao erário, na ordem de 4 milhões de reais ao ano, considerando insumos e custos postais.

Ferramenta genérica de Busca Textual

Considerando a expressiva produção de documentos eletrônicos no Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC), fica evidente a necessidade de uma boa gestão documental e, consequentemente, do apoio sistêmico às atividades envolvidas nessa área, como, por exemplo, a definição de metadados, indexação e pesquisa de documentos. Com tal propósito, uma ferramenta de apoio foi concebida pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), sendo implantada nos seguintes contextos:

- Jurisprudência Administrativa
- Consulta de atos Normativos
- Doutrina do CEJUR
- Acórdãos do Conselho da Magistratura
- Decisões Monocráticas das Turmas Recursais
- Acórdãos das Turmas Recursais

Em 2016, avanços foram desenvolvidos no sistema, principalmente baseados nas sugestões dos usuários, visando sempre à evolução do serviço e suporte às necessidades advindas das atividades diárias de cada setor. A versão 1.7.0 do sistema, a ser lançada logo no início de 2017, contempla melhorias na infraestrutura, bem como suporte a novos tipos de metadados, permitindo a disponibilização de qualquer tipo de arquivo ao consulente. Além disso, juntamente com o lançamento da nova versão, haverá a implantação do Sistema na Diretoria de Materiais e Patrimônio, com a disponibilização do sistema de busca para documentos relativos a Contratos e Convênios.

Diário de Justiça Eletrônico Multicadernos

O Diário de Justiça Eletrônico (DJE) é o documento oficial de publicações do Poder Judiciário em Santa Catarina, sendo um dos serviços mais acessados no portal WEB da instituição. Diante da sua importância, os serviços associados à sua confecção, disponibilização e acesso estão em evolução constante. Durante o ano de 2016, as melhorias a seguir foram disponibilizadas aos usuários e merecem destaque:

- Melhorias nas ferramentas de apoio na diagramação do DJE;
- Integrações com sistemas internos, automatizando o envio de diversos tipos de matérias;
- Suporte e integração com o Sistema de Automação do Judiciário (SAJ) - versão 5, implantada no Segundo Grau de jurisdição.

Cerca de 305 mil matérias foram publicadas em 2016 no DJE por intermédio das ferramentas desenvolvidas pela Diretoria de Tecnologia da Informação.

Em agosto de 2016 foi lançada a versão Multicadernos do DJE. A partir de então é possível segmentar do Diário da Justiça em Cadernos independentes numa mesma edição, trazendo benefícios aos consulentes e

à Diretoria de Documentação e Informações, responsável por sua disponibilização. Além disso, foi expandido às comarcas o uso das ferramentas referentes ao DJE, conferindo maior celeridade e segurança na publicação das matérias e reduzindo em cerca de 4 vezes o tempo total dispendido em todo o processo diário de publicação do periódico.

Sistema de Envio de Recursos ao STF - SER

O SER é o sistema utilizado pelo TJSC para realizar o envio de recursos extraordinários e agravos em recursos ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 2016, com a implantação do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ) - versão 5, que trouxe o processo eletrônico para o segundo grau de jurisdição, o SER passou por uma completa remodelagem com o propósito de permitir o envio e a baixa de recursos especiais ao STF relacionados aos processos judiciais eletrônicos pertencentes ao SAJ5/SG.

Sistema de Envio de Recursos ao STJ - iSTJ

O sistema iSTJ é a ferramenta utilizada pelo TJSC para enviar recursos especiais ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

No ano de 2016, com a implantação do processo eletrônico no segundo grau de jurisdição (versão 5 do sistema SAJ/SG), adequações foram demandadas no iSTJ. Essas adequações ocorreram ao longo do ano corrente, porém tiveram que ser interrompidas em função do lançamento da versão 4 do sistema iSTJ. As tratativas para a implantação da versão 4 foram iniciadas e serão concluídas no ano seguinte (2017).

Push – TJSC

Trata-se do serviço de notificação sobre a movimentação processual da justiça de 1º e 2º graus, além das Turmas de Recursos.

Com a implantação da versão 5 do sistema SAJ/SG no segundo grau, o Push passou por uma adequação com o propósito de permitir o acompanhamento das movimentações relacionadas aos processos judiciais eletrônicos pertencentes ao SAJ5/SG.

Sistema de Gestão Acadêmica da Academia Judicial

O Sistema de Gestão Acadêmica da Academia Judicial permite gerenciar os diversos cursos e eventos oferecidos pela instituição, bem como os pedidos individuais para cursos e eventos externos. Para cada curso, além das informações básicas, é feito o seu agendamento e são cadastrados os participantes e instrutores. Durante a execução do curso, o sistema é responsável pelo controle de presença, e após sua finalização são construídos e emitidos os relatórios dos encontros e relatórios finais do curso. O sistema também disponibiliza as avaliações aos participantes e instrutores, possui um módulo de certificação e de extração de relatórios. Além da gestão dos cursos e eventos o sistema também faz o controle da Residência Judicial.

Dentre as manutenções realizadas no Sistema de Gestão Acadêmica da Academia Judicial em 2016, destacam-se:

- Alterações relacionadas à emissão de certificados dos cursos que trouxeram ganhos tanto para os alunos quanto para a Academia Judicial, tais como qualidade e agilidade na emissão dos certificados: inclusão de novos modelos, disponibilização totalmente em formato PDF e melhorias na consulta, permitindo, além do nome, a consulta por matrícula, código do curso, nome do curso e registro do certificado.
- Implementação da possibilidade de solicitação de custeio para voluntários dos cursos de Mediação Judicial do JEPASC (Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos), permitindo descentralização da tarefa de solicitação de custeio para o responsável pela inscrição dos participantes no curso, mantendo ainda centralizada a geração de relatórios, necessários para

realização das atividades da Academia Judicial, o que resultou em melhoria na forma de trabalho deste órgão, evitando retrabalho.

- Alteração do módulo de planejamento para que fosse possível adicionar e excluir novas salas de aula sem a necessidade de alteração no código-fonte do sistema, motivada pela mudança de endereço físico da AJ, no início de 2016.
- Ajustes no módulo de controle de presença, permitindo auditoria das alterações realizadas, restrições para exclusões de dados e integração com Sistema Gerenciador de Despesas com Deslocamento (SGDD) da DOF. Além destes, houve também alteração no módulo de avaliação de modo a permitir que alunos que não tivessem concluído sua avaliação do curso, pudessem fazê-la novamente.
- Alteração no módulo de envio de e-mails para contemplar a necessidade de envio de e-mails diferenciados para magistrados, já que para estes é necessária a autorização da Presidência do TJSC para a participação em cursos/eventos.
- No que diz respeito à infraestrutura, a fim de equacionar o problema de lentidão e tratar das quedas na abertura de inscrições para cursos com muita procura, foram realizados trabalhos conjuntos com a Divisão de Administração de Dados e com a Seção de Administração do Portal Web, tanto na migração de servidor quanto na implementação de ajustes no acesso às inscrições.

E ainda, em virtude da mudança do Portal da Academia Judicial para uma nova plataforma e com um novo *layout* (projeto em andamento), foram feitas alterações nos sistemas destinados ao público externo da AJ, de modo a padronizar a interface de acordo com o novo portal. As alterações não foram realizadas para os programas utilizados internamente pela AJ devido à expectativa de aquisição de um novo software de Gestão Acadêmica para a Academia Judicial no próximo ano.

O projeto do Novo Sistema de Gestão Acadêmica, que no fim do ano de 2015 estava na fase de seleção da solução que melhor atendesse às necessidades da área demandante (desenvolvimento interno, externo ou aquisição de software), avançou no ano de 2016. Foram realizados contatos com empresas fornecedoras de software de gestão acadêmica e algumas apresentações destes. Após análise detalhada das possibilidades, optou-se pela aquisição de uma solução de mercado, em vez de desenvolvimento. Embora as soluções de mercado não atendam os requisitos da Academia Judicial em sua plenitude, customizações deverão ser realizadas neste sentido. Neste sentido, foi realizado, então, um refinamento nos requisitos levantados em 2015, de modo que ficassem mais genéricos e não explicitassem detalhes de implementação, totalizando 370 requisitos. O processo para contratação, seguindo a Resolução CNJ n. 182/2013, está em fase final e a expectativa é de implantação do sistema no próximo ano.

Ambiente Virtual de Aprendizagem

Em relação ao trabalho de gestão do sistema Moodle, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) adotado pelo TJSC, foram realizadas as seguintes atividades no ano de 2016:

- Atualização da versão do Moodle (2.8.1 para 3.1) nos servidores de desenvolvimento, homologação e produção; A atualização de versão teve como objetivo oferecer melhores funcionalidades, principalmente em relação à melhoria de interface, editor de texto, disponibilização de novas questões para a atividade de questionário, relatórios mais completos, área de 'Recycle Bin' que permite recuperar itens excluídos em um curso, entre outros. Manter o ambiente atualizado também facilita o intercâmbio de cursos entre diferentes instituições de ensino;
- Suporte à configuração dos cursos oferecidos na plataforma;
- Suporte de segundo nível aos participantes dos cursos oferecidos na plataforma;
- Disponibilização de novos modelos de certificado, de acordo com o novo padrão da Academia Judicial, e também novos modelos de certificado para possibilitar a emissão de certificados para tutores, moderadores e conteudistas;

- Criação de área com orientações sobre o Moodle, disponibilizadas pela DTI, para acesso pela Seção de Educação a Distância da Academia Judicial, a fim de organizar e prover acesso centralizado às informações;
- Aumento das vagas de forma gradativa de 700 para 2000 usuários em cursos oferecidos no AVA da Academia Judicial, possibilitando maior capacitação de servidores e magistrados do Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Criação de projeto em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina a fim de possibilitar um incremento ainda maior das vagas disponibilizadas no Ambiente Virtual da Academia Judicial e implementação de boas práticas na concepção dos cursos ofertados. A expectativa é que o projeto se concretize em 2017, com atuação tanto na área de infraestrutura, como na configuração do ambiente virtual de aprendizagem e dos cursos;
- Início, já no fim do ano, de um projeto que visa disponibilizar uma nova modalidade de oferta de cursos, em que o próprio aluno poderá se inscrever em cursos autoinstrucionais oferecidos no ambiente de EaD da Academia Judicial, sem a necessidade de aguardar o fechamento de uma turma, o que trará grandes benefícios para a instituição como um todo. Estão em andamento atividades tanto na Seção de Apoio ao Ensino a Distância (DTI) quanto na Academia Judicial e a expectativa é que seja lançado um curso piloto nesta modalidade já no começo de 2017.

Portal do Poder Judiciário de Santa Catarina

Após o lançamento do novo portal institucional do Poder Judiciário de Santa Catarina, ocorrido em novembro de 2015, foram recebidas durante o ano de 2016, diversas solicitações de ajustes e melhorias tanto através da ferramenta de feedback do próprio portal, quanto por e-mail. Além destas, a equipe de administração do portal também identificou possibilidades de melhorias, que culminaram nas seguintes implementações:

- Organização, categorização e conversão de formato dos arquivos disponíveis no portal visando facilitar o acesso e a pesquisa;
- Reestruturação e criação de legendas para os endereços das unidades do TJSC nas páginas de contatos do Tribunal de Justiça, secretários jurídicos e oficiais de gabinete;
- Disponibilização de um glossário para a página de contato das comarcas;
- Migração do Banco de Relotações e do Banco de Remoções por Permuta (em andamento);
- Desenvolvimento de uma página inicial estática do portal do PJSC para a disponibilização em casos de manutenção do portal, evitando assim a indisponibilidade do acesso a serviços essenciais;
- Integração com o sistema do Programa de Estágio para disponibilizar no portal a listagem atualizada das instituições conveniadas;
- Inserção do título dos sub-portais em todas as respectivas páginas, facilitando a identificação;
- Desativação dos principais sites e páginas migradas para evitar conteúdos duplicados e desatualizados, direcionando assim os usuários a utilizarem a ferramenta de pesquisa ou o tour virtual guiado para se adaptarem à nova organização de conteúdo do portal;
- Disseminação do código-fonte da nova identidade visual do portal (tema/template, layout e itens gráficos) para a utilização nas aplicações web, visando a padronização;
- Desenvolvimento de várias melhorias na ferramenta de pesquisa, tais como: pesquisa contextualizada por portal, analisador dos termos da pesquisa para o idioma brasileiro, fornecimento de resultados mais relevantes, maior precisão na informação sobre a quantidade de resultados encontrados, etc.

Sub-portais

O portal passou por um processo de reorganização da arquitetura da informação e definiu uma nova identidade visual do Poder Judiciário catarinense na Internet, consequentemente os demais sites e

hotsites necessitaram de reestruturação. Em 2016, foi efetuada esta reestruturação e também o desenvolvimento de outros sub-portais. Dentre estes, podemos destacar:

- Academia Judicial (em andamento)
- Corregedoria-Geral da Justiça (em andamento)
- Extrajudicial (em andamento)
- Infância e Juventude
- Jurisprudência
- Ouvidoria (em homologação)
- Processo Eletrônico
- Sistema de Processos Administrativos - SPA (Manual do SPA)
- Técnicos de Suporte em Informática - TSI (Manual do TSI)
- Wikilex (legislação anotada)
- Wikilex - Novo CPC

Vale ainda ressaltar o empenho, em conjunto com a Administração deste tribunal, na reestruturação do antigo portal da Transparência, atual portal de Acesso à Informação e Transparência visando um melhor atendimento à Lei de Acesso à Informação e à diligência do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Neste sentido, tem-se trabalhado na disponibilização de informações mais claras e de forma reorganizada, bem como na ampliação dos formatos disponíveis. Em 2017 este projeto deverá ser ampliado para outros setores e ferramentas que disponibilizam informações no portal a fim de melhorar ainda mais a experiência dos usuários no acesso às informações deste egrégio Tribunal de Justiça.

Segurança

Informações disponibilizadas via Internet requerem uma grande preocupação com a segurança, no sentido de evitar interferências externas que possam comprometer a disponibilidade e consistência dessas informações. Assim, diversas medidas de segurança foram implementadas, tais como:

- Elaboração de procedimentos para a clonagem do ambiente de produção para um ambiente de homologação, visando a realização de testes de desenvolvimento e de soluções antes de colocar no ar (em produção) para todo o público;
- Tratamento específico para os parâmetros de pesquisa informados pelo usuário para evitar possíveis problemas de injeção de códigos maliciosos;
- Atualização e ajustes nos scripts (códigos) de início, parada e reinício da ferramenta de portal diminuindo ao máximo o tempo necessário para a aplicação das alterações;
- Aquisição de novas licenças e a renovação do suporte técnico da ferramenta de portal, visando a ampliação da infraestrutura para possibilitar a criação de novos sub-portais;
- Definição e atribuição de papéis e permissões para editores de conteúdo da equipe técnica do portal, da equipe de gestão/moderação e dos responsáveis pelos conteúdos (em andamento);
- Realização de testes de acesso (utilizando novas versões de sistemas operacionais e dos principais navegadores web) aos portais do PJSC e o constante desenvolvimento de ajustes e correções de forma a garantir a correta exibição dos conteúdos do portal nas mais diversas plataformas tecnológicas;
- Configuração de uma ferramenta de gestão dos logs de acesso ao portal para evitar possível sobrecarga e indisponibilidade momentânea.

Suporte e manutenção

A equipe de administração do portal está constantemente exercendo atividades contínuas que visam garantir a manutenção dos serviços e o suporte aos usuários do portal. Algumas atividades desenvolvidas em 2016:

- Desenvolvimento dos manuais de edição do portal e do webmaster para a disseminação do conhecimento de uso da ferramenta de portal e para a padronização na publicação de conteúdos e documentos;
- Criação de novos portais e atualizações de conteúdos e documentos com a moderação e autorização do Núcleo de Comunicação Institucional;
- Apoio ao Núcleo de Comunicação Institucional, por um determinado período, atendendo e direcionando os mais de 4 mil e-mails recebidos através do formulário de contato contextualizado que está disponível no rodapé das páginas dos portais.

Estatísticas de acesso

A gestão da quantidade e dos tipos de acessos aos portais é uma ferramenta importante para auxiliar no dimensionamento da infraestrutura tecnológica e na busca de novas soluções. Os dados abaixo não contemplam os acessos às aplicações web e aos portais da Academia Judicial e da Corregedoria-Geral da Justiça:

- 36.597.724 acessos em 11 meses (Janeiro a Novembro de 2016)
- Média de acessos (por mês) = 3.327.066
- Média de acessos (por dia) = 110.902
- Quase 11% dos acessos são realizados através de dispositivos móveis (smartphones, tablets etc.)
- Aumento de 60% no acesso através de dispositivos móveis em relação ao mesmo período do ano de 2015

Formulários eletrônicos

Formulários eletrônicos são a principal ferramenta de informatização de processos. São responsáveis pela padronização na coleta, armazenamento e correto encaminhamento de dados, para as mais diversas necessidades dos usuários.

Para melhorar o desenvolvimento de formulários eletrônicos, foi realizada a atualização de versão do sistema gerador de formulários utilizado no portal. Também foram implementados novos recursos que possibilitaram desenvolvimento, migração e alterações em formulários para diversos setores:

- Academia Judicial - AJ

Pesquisa - Plano de Formação Magistrados
Processo Seletivo de Tutores

- Diretoria de Documentação e Informações - DDI

Carteira de Identidade Funcional
Coleta de Dados (módulo emissor de matérias DJE)
Crachá de Identificação

- Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP

Desligamento (aposentadoria e exoneração)
Pesquisa Satisfação dos Colaboradores
Requerimento de Certidão de Tempo de Contribuição
Requerimento de Declarações
Teletrabalho (acompanhamento gestor e servidor)
Transformação de vários documentos e declarações disponibilizados em formato proprietário de documento de texto para formulários em formato aberto (PDF) para facilitar o preenchimento e o acesso em dispositivos móveis

- Diretoria de Infraestrutura - DIE

Pesquisa Satisfação do Restaurante
Requisição de Manutenção ou Comunicação de Sinistro em Veículo Oficial

- Diretoria de Saúde - DS

Avaliação Ergonômica do Posto de Trabalho (em homologação)

Requisição de Medicamentos
Solicitação de Equipamentos de Proteção Individual (em homologação)
- Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI

Solicitação de Serviços para Gabinetes (em homologação)
Suporte SAJ (em homologação)
- Ouvidoria

Formulário de Contato (em homologação)
Lei de Acesso à Informação
- Outros

Catálogo de Materiais (Secretaria de Gestão Socioambiental)
Metas CNJ (Asplan)
Requerimento de Certidão Narrativa - segundo grau (Diretoria-Geral Judiciária) (em homologação)

Diagramações e criações gráficas

A equipe de designers desenvolveu as seguintes atividades:

- Diagramação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI, Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI e Mapas Estratégicos;
- Criação do material didático utilizado no curso de capacitação para uso do Sistema de Processos Administrativos – SPA;
- Análise de usabilidade e design do Sistema de Processos Administrativos – SPA;
- Protótipo e desenvolvimento do layout da nova versão do Diário da Justiça eletrônico;
- Criação de banners de dicas de saúde e português para a publicação mensal no portal do servidor;
- Criação de algumas imagens de capas para notícias importantes veiculadas na sala de imprensa virtual;
- Desenvolvimento da apresentação de soluções administrativas apresentada pela Diretoria de Tecnologia da Informação à Presidência;
- Criações de diversos itens gráficos utilizados nos portais do PJSC.

Participação da equipe em capacitações e eventos

A área de tecnologia está em constante transformação, o que exige capacitação continuada dos profissionais envolvidos. No ano de 2016, vale destacar a participação da equipe da Divisão de Gestão do Conhecimento nos seguintes eventos:

- Avaliação de desempenho: procedimentos e feedback
- Gestão de projetos com as ferramentas Sharepoint e Project Server
- Capacitação para uso do Sistema de Processos Administrativos - SPA
- Liferay Symposium Brazil 2016
- KM Brasil 2016
- MoodleMoot Brasil
- IT Business Cases 2016
- Planejamento e elaboração do termo de referência nas contratações de TI

Ações Diversas

Além dos sistemas e projetos destacados acima, a Divisão de Gestão do Conhecimento manteve em operação, realizando ações de manutenção corretiva e de suporte, os seguintes sistemas e serviços:

- PTC - Protocolo Administrativo: Sistema que permite o gerenciamento, consulta e movimentação de processos administrativos físicos.
- CPA - Controle de Processos Administrativos: Sistema de gerenciamento de prazos dos processos administrativos no Gabinete da Presidência do TJSC.

- DPA - Distribuição de Processos Administrativos: Sistema de distribuição de processos administrativos físicos.
- SDA - Sistema de Digitalização de Acórdãos: Sistema que tem como objetivo auxiliar a Diretoria de Documentação e Informações (DDI) no gerenciamento de acórdãos, apoiando principalmente as rotinas de digitalização de acórdãos assinados e busca dos mesmos em coletâneas virtuais.
- Debates Virtuais - Ambiente que hospeda fóruns de discussão sobre temas relacionados ao Poder Judiciário de Santa Catarina.
- Pergamum: Sistema que realiza todo o gerenciamento das obras da Biblioteca Central do TJSC e de todas as 13 Bibliotecas Setoriais distribuídas pelo Estado. No ano de 2016 além do suporte técnico realizado pela empresa, foi atualizada a versão do sistema, de acordo com o previsto no contrato 085/2015.

Vale notar ainda a atuação no desenvolvimento de formulário para pedido pelos advogados de sustentação oral, inclusive por videoconferência em atendimento ao novo CPC, e no projeto (em andamento) para implantação de ferramenta para permitir a votação eletrônica no Tribunal Pleno, envolvendo nesta fase inicial visitas a órgãos que utilizam ferramentas afins, contatos com fornecedores e reuniões internas para levantamento de requisitos.

DIVISÃO DE SISTEMAS ADMINISTRATIVOS

Dentre os principais projetos e atividades executados no ano destacaram-se:

FW3

Descrição:

- Conjunto de Métodos, Tecnologias, Componentes, Padrões Arquiteturais e Serviços para o Desenvolvimento de Soluções de Software

Benefícios:

- Padronização em todas as fases e artefatos envolvidos no processo fabril de um software.
- Adequação ao estado da arte tecnológico - multiplicidade de dispositivos (e.g. mobile), responsividade, multiplicidade de plataformas externas (e.g. BPM/SOA SUITE, CACHE)
- Suporte à eminente quebra de suporte a plugins (e.g. Flash, Applet, Silverlight)
- Possibilidade de terceirização organizada e com menor custo.
- Entregas com SLA adequado às necessidades do negócio, sem perda de qualidade.
- Reusabilidade de soluções técnicas e metodológicas.
- Possibilidade de gestão de mudança tecnológica e governança adequada.
- Possibilidade de análise de conformidade e qualidade automatizadas.
- Aumento da manutenibilidade dos produtos.
- Melhora significativa da curva de aprendizado da equipe.
- Maior aderência aos requisitos de segurança.
- Aumento da qualidade do produto final e seus diversos aspectos.

WorkList-TJSC 1.O

Descrição:

- Ambiente Automatizado que consolida todas as tarefas / atividades / tramitações que o usuário deve realizar, integrando aplicações BPM e que ainda não foram migradas para BPM - utilizando FW3 e SOA.

Benefícios:

- Padronização das interfaces do usuário para sistemas caracterizados por controlar tarefas/atividades/processos.
- Integração com portal/acesso restrito.
- Visualização centralizada das atividades / tarefas.
- Integração com aplicações e dispositivos diversos.

- Aderência tecnológica ao FW3 / SOA.

Sistema de apoio para a Comagis
Descrição:
- Sistema para Substituição, Cooperação e Folga de Plantão para magistrados.
Benefícios:
- Facilidade e simplificação dos procedimentos efetuados na Comagis.
- Informação padronizada e estruturada.
- Registro da informação em uma única ferramenta computacional (dentro do escopo definido).
- Disponibilização da informação em tempo real.
- Integrações com legado.

Cadastro de contratos
Descrição:
- Cadastro de contratos para substituição de controles em planilha eletrônica.
Benefícios:
- Maior segurança eliminando o risco de perdas das planilhas eletrônicas.
- Centralização das informações visto que atualmente existem várias planilhas.

Sistema de Auditoria AUDI 1.0
Descrição:
- Implantação do Sistema AUDI 1.0, de controle de Auditorias, cedido pelo TJPA.
Benefícios:
- Disponibilização de ferramenta para a AI.

SGDD (Sistema Gerenciador de Despesas com Deslocamentos) versão 2.0
Descrição:
- Versão 2.0 do sistema que automatiza o processo de concessão de diárias, ressarcimento de despesas e prestação de contas no PJSC.
Benefícios:
- Agilizar o processo de solicitação, pagamento e prestação de contas para solicitação de antecipação de valores e ressarcimentos para despesas com deslocamentos a serviço no PJSC.

Sidejud - Fundo de Reserva
Descrição:
- Implementação do Fundo de Reserva dos Municípios.
Benefícios:
- Implementação do Fundo de Reserva dos Municípios, em atendimento à LC 151/2015.

Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais
Descrição:
- Alterações no Relatório do SCI - Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais.

BI do Selo Digital 2.0
Descrição:
- Atualização da plataforma, reformulação de cubos, simplificação de navegação e reprocessamento de valores fazendo uso da nova modelagem.
Benefícios:
- Disponibilidade de informação sobre arrecadação e geração de selos para as serventias.

- Atualização automática e cumulativa do conjunto de informações.

Cadastro Extrajudicial 2.2
Descrição:
- Autenticação integrada CAS, estruturação de perfis de acesso, tabelas com filtro e exportação de dados, upload de documentos.
Benefícios:
- Melhorias na usabilidade do sistema.

Cadastro Extrajudicial 2.3
Descrição:
- Nova modelagem de entidades e banco de dados. Reestruturação para extração de informações para o BI. Exibição dos livros sob responsabilidade integrada.
Benefícios:
- Possibilidade de coletar dados para exibição de histórico.

Inspeção Virtual do FRJ 1.0
Descrição:
- Ferramenta para navegação nos relatórios PDF de auditoria do FRJ.
Benefícios:
- Aumentar a capacidade de inspeção fazendo uso de ferramenta que seleciona atos de interesse dentro do Sistema do Selo Digital, através da verificação integral dos atos enviados pelas serventias.

Inspeção Virtual do FRJ 1.1
Descrição:
- Ferramenta para auxílio à inspeção virtual referente ao FRJ pela Auditoria Interna. Suporte a sessões e visualização de regras no aplicativo web.
Benefícios:
- Funcionalidade de incluir comentários nos itens e acompanhar o andamento da inspeção.
- Relatório de conclusão da Inspeção.

Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais 3.3
Descrição:
- Melhorias de interface, ajuste de agrupamentos no relatório, incremento do período na listagem de ranking
Benefícios:
- Ajustes para facilitar a extração de informações que direcionam as inspeções correcionais do Núcleo IV

Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais 4.0
Descrição:
- Módulo do Primeiro grau. Funcionalidades e relatório específico para atribuições dos juízes de primeiro grau.
Benefícios:
- Auxilia o primeiro grau a cumprir atividades de inspeção na comarca.

Sistema para controle de atos e lançamento de promoções por aperfeiçoamento
Descrição:
- Módulo para lançamento de informações sobre promoções por aperfeiçoamento e cálculo das diferenças.

Benefícios:
- Viabiliza o encaminhamento mais rápido dos processos de promoção por aperfeiçoamento acumulados nos últimos anos.
- Refatoração do código da rotina MC/GP.
- Será o ponto de início para a implementação do novo SAF.

Sistema para VPNI
Descrição:
- Sistema para informação e cálculo de VPNI (incorporações) de acordo com novas regras definidas pela administração.
Benefícios:
- Viabiliza o reconhecimento do direito à VPNI aos servidores e o controle da dívida do TJ em relação ao pagamento dessas incorporações.
- Interface mais amigável (FW3), automatização no lançamento de informações e a criação de uma estrutura mais adequada para o armazenamento das informações.

Sistema de Avaliação de Desempenho
Descrição:
- Sistema que substituirá a avaliação semestral dos servidores efetivos, automatizando o fluxo de avaliação e integrando com o sistema de promoções.
Benefícios:
- Informatização do processo de avaliação de desempenho.
- Integração com o sistema de promoções.

Importação do histórico de movimentos
Descrição:
- Projeto para criação do histórico funcional em base relacional.
Benefícios:
- Viabiliza a implantação dos sistemas de controle de vagas de cargos efetivos e comissionados, bem como a criação de serviços com base no histórico para os sistemas de avaliação de desempenho e para a geração de arquivos e relatórios.

Marcação de Férias 2016
Descrição:
- Ajuste anual da funcionalidade, para disponibilização de interface que permite a servidores e magistrados do primeiro grau fazer sua marcação de férias.
Benefícios:
- Viabiliza a utilização da lotação virtual (trabalho remoto) no fluxo de aprovação da marcação de férias dos servidores.
- Integração com o sistema de Workflow.

Sistema de Movimentação na carreira de magistrados
Descrição:
- Sistema para controle de movimentação na carreira dos magistrados e controle de concursos de remoção e opção.
Benefícios:
- Implementação de novas funcionalidades para controle de regras para os concursos de opção e remoção, para o envio de e-mails aos interessados e integração com o sistema de movimentação.

Serviços de Histórico e Situação de Magistrados Unidades Judiciárias
Descrição:
- Serviços contendo o histórico de movimentação de magistrados nas unidades judiciárias.
Benefícios:
- Serviços a serem utilizados no projeto Prontuário das Unidades Judiciárias da Corregedoria Geral de Justiça.

Contratação de fábricas de software para os sistemas Caché do PJSC
Descrição:
- Contratação de duas fábricas de software para execução de projetos de desenvolvimento e manutenção corretiva, evolutiva e adaptativa dos sistemas baseados em tecnologia Caché no PJSC.
Benefícios:
- Aumento na capacidade de atendimento às demandas para a área de material e patrimônio.
- Aumento na capacidade de atendimento às demandas para a área de gestão de pessoas.

DIVISÃO DE SISTEMAS JUDICIAIS

Responsável por gerir os sistemas que compõem a solução para todo o jurisdicionado, cabendo a esta coordenar a análise, o projeto, o desenvolvimento, a implantação e a manutenção preventiva e corretiva dos Sistemas de Automação do Judiciário (SAJ), com análise e diagnóstico das necessidades do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Turmas Recursais e demais entidades conveniadas, para assegurar a efetividade na prestação jurisdicional, Comarcas do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e demais entidades conveniadas para assegurar a efetividade na prestação jurisdicional.

Sobre o sistema SAJ, destacamos os seguintes números:

DADOS SOBRE O SISTEMA SAJ NO PJSC	QUANTIDADES
Sistemas relativos ao 1º Grau (PG)	**18**
Sistemas relativos ao 2º Grau (SG)	**22**
Usuários internos do sistema SAJ	**mais de 10.000**
Peticionamentos por meio do portal e-SAJ (média diária)	**mais de 13.000**

Dentre as principais atividades operacionais executadas no ano destacaram-se:

Atualização de versões do SAJ
- 397 versões do SAJ testadas e atualizadas em ambiente de produção em 2016, sendo:
- 213 versões do SAJ para o Primeiro Grau;
- 86 versões do SAJ para o TJSC; e
- 98 versões do SAJ para as Turmas Recursais;

Atualização dos serviços do Portal e-Saj
- 51 versões de serviços do Portal e-SAJ atualizadas em 2016.

Capacitação de usuários
- 11 turmas de capacitação realizadas pela DSJ, com 298 usuários capacitados.

Melhorias, Ajustes e Correções nas configurações
- 625 melhorias, ajustes e correções nas configurações do SAJ realizadas em 2016.

Suporte Técnico de Segundo Nível

- 700 chamados de atendimentos especializados de suporte técnico prestados em 2016.

Especificações de Requisitos aprovadas para melhorias no SAJ

- 112 especificações de requisitos de melhorias para o SAJ aprovadas em 2016. Juntas somam mais de 2.000 (dois mil) pontos de função, que serão agregados ao SAJ.

Dentre os principais projetos executados no ano destacaram-se:

Projeto IPE-SG
Migração do SAJ3/SG para o SAJ5/SG e implantação do Processo Eletrônico no TJSC (agosto);
Migração completa dos processos do SAJ3/SG para o SAJ5/SG e Capacitação de 932 usuários do TJSC.

SISDPA - Sistema de Desarquivamento de Processos Administrativos
Desenvolvimento e implantação de sistema para a exclusão de arquivamento e solicitações de arquivamento no SAJ/ARC, devido a mudança na resolução para processos arquivados administrativamente.

CECEM – Compartilhamento de Exceção das Centrais de Mandados
Implantação do Compartilhamento de Exceção das Centrais de Mandados na Comarca do Continente.

INOVA – Instalação da 4ª Vara de Caçador
Implantação das configurações para viabilizar no SAJ5/PG a implantação da 4ª Vara da Família, Infância e Juventude, Idosos, Órfãos e Sucessões na Comarca de Caçador. Migração dos processos do Juizado Especial Cível que tramitavam na 2ª Vara Cível migraram para a 1ª Vara Cível, e migração dos processos de família, infância e juventude, sucessões, fundações, provedoria/resíduos que tramitavam na 1ª Vara Cível para nova vara criada.

Implantação do Escritório Digital do CNJ e Servidores MNI do TJSC (julho).
Implantação do Escritório Digital do CNJ no TJSC, permitindo a consulta dos processos do Poder Judiciário Catarinense a partir do Escritório Digital.

Criação e Configuração no SAJ5/SG da Nova Câmara de Agravos (outubro);
Configurações no SAJ5/SG para criar no sistema e viabilizar a sua utilização pela nova Câmara de Agravos.

Unificação das varas de execução fiscal (virtuais e oficiais - DTRs);
Migração dos processos que tramitam nas Varas Virtuais de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais, para a vara oficial.

DIVISÃO DE REDE DE COMUNICAÇÃO

Responsável por manter a rede lógica do PJSC e os equipamentos que compõem a rede de comunicação de dados do PJSC, bem como manter os serviços de comunicação através da telefonia convencional, telefonia IP, telefonia celular, videoconferência e ADSL. Melhorar continuamente a segurança e o desempenho dos serviços da rede de comunicação de dados.

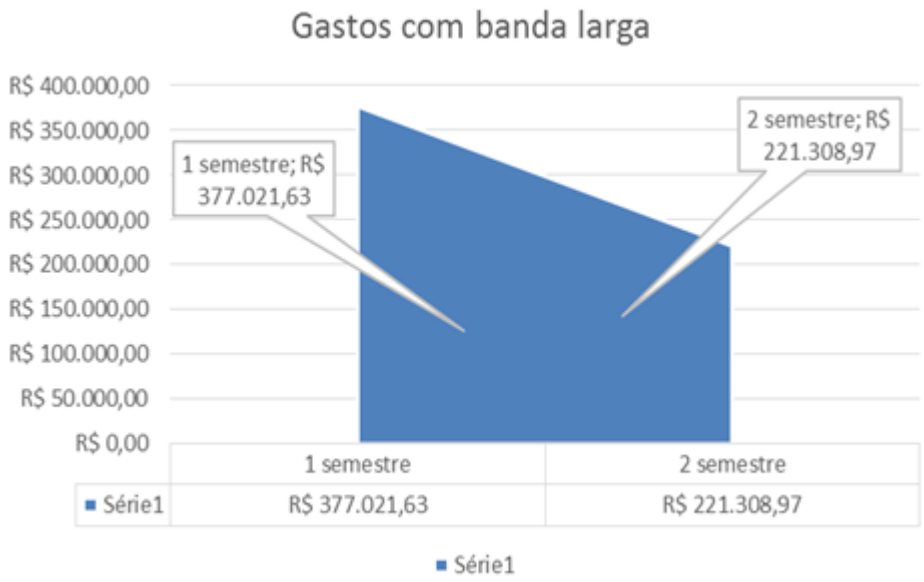
Dentre os principais projetos e atividades executados no ano destacaram-se:

Dispositivos Móveis

- Nova Licitação para os serviços de modem atendendo as novas demandas reprimidas até então;
- Nova licitação de telefonia móvel, agregando novos serviços e atendendo novas demandas;
- Nova Licitação para os serviços de Banda Larga diversificado a quantidade de empresas que atende aos magistrados e servidores, com menor custo e maior qualidade;
- A nova licitação de banda larga na modalidade empreitada por consumo através de credenciamento, permite uma diversidade de fornecedores participar, trazendo o que tem de melhor no mercado para cada região do estado a um preço bem mais acessível. Observando os dados de consumo abaixo, verificamos a soma do primeiro semestre e do segundo semestre quando aconteceu a troca para o novo contrato:

COMPETÊNCIA	VALOR TOTAL
jan/16	R$ 51.631,64
fev/16	R$ 47.759,92
mar/16	R$ 69.678,87
abr/16	R$ 60.534,99
mai/16	R$ 88.466,42
jun/16	R$ 58.949,79
jul/16	R$ 42.462,21
ago/16	R$ 43.962,28
set/16	R$ 47.624,24
out/16	R$ 43.856,31
nov/16	R$ 43.403,93
dez/16	R$ 44.261,79*

*valor estimado



Serviços de Telefonia

- Aprimoramento dos serviços de telefonia, melhorando a detecção de problemas, novas estruturas de contingência, melhoria dos serviços de gestão;
- Em andamento nova licitação para os serviços de telefonia fixa;
- Em andamento nova licitação gateway de voz para ramais;
- Em andamento licitação de servidores para dar mais segurança e robustez as centrais telefônicas;
- Realizadas videoconferências judiciais de 1º e 2º grau, turmas de recursos, e reuniões administrativas ainda em fase de piloto, dispensando o deslocamento de pessoas ganhando em qualidade de tempo e economizando recursos;

Com relação às DDR's – Discagem direta a Ramal, atualmente, considerando-se todas as unidades do PJSC, tem-se em uso 9.998 ramais públicos para efetuar e receber ligação externa diretamente.

Serviços de Administração de Redes

- Implantação do ASN do Tribunal de Justiça, com adequação para recepcionar o segundo link de internet para dar garantia de continuidade dos serviços – em fase adiantada de estudos para nova contratação para adequação serviço de internet;
- Aquisição de switches de borda e backbone para atendimento as Comarcas e aperfeiçoamento da rede interna do Tribunal de Justiça;
- Renovação da ferramenta de monitoramento de rede, possibilitando dar visibilidade a estrutura de rede;
- Contratação 21 novos pontos de Interconexão de fibra com o CIASC;
- Migração do resquício das redes antigas 172.x.x.x para novo endereçamento IP;
- Suporte remoto a problemas de rede das comarcas e das unidades do TJSC;
- Configuração dos equipamentos de redes;
- Análise do desempenho de aplicações, utilizando-se da solução integrada para monitoramento do desempenho da rede;
- Elaboração de estudos para troca da rede wireless do TJSC;
- Em estudos nova estrutura de rede de dados para as Comarcas;
- Em estudos solução para links redundantes para as Comarcas;
- Em estudos solução para gerenciamento de links para as Comarcas;

A situação atual das linhas de comunicação disponíveis para as unidades do PJSC está retratada no quadro a seguir, onde é apresentado o *link* principal e, caso já disponível, o *link* redundante (ambos em Mega-bytes):

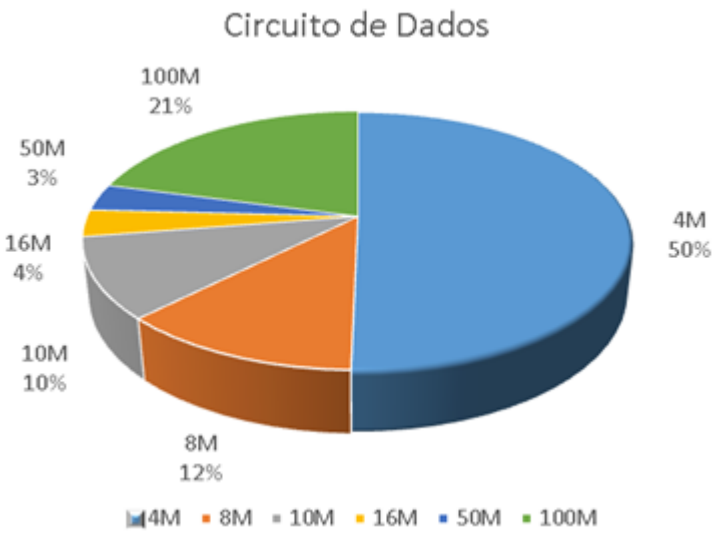
UNIDADE	PRINCIPAL	REDUNDANTE
Abelardo Luz	4M	
Anchieta	4M	
Anita Garibaldi	4M	
Araquari	4M	
Araranguá	10M	
Armazém	4M	
Ascurra	4M	
Balneário Camboriú	16M	
Balneário Camboriú - Avançada	10M	
Barra Velha	8M	
Biguaçu	4M	
Biguaçu - Univali	4M	
Blumenau	50M	100M
Blumenau - Fórum Furb		100M
Bom Retiro	4M	
Braço do Norte	8M	
Brusque	16M	
Caçador	8M	100M
Camboriú	10M	
Campo Belo do Sul	4M	
Campo Erê	4M	
Campos Novos	8M	

Canoinhas	10M	100M
Canoinhas - 1 vara		100M
Capinzal	4M	
Capivari de Baixo	4M	
Catanduvas	4M	
Chapecó	50M	100M
Concórdia	10M	
Coronel Freitas	4M	
Correia Pinto	4M	
Criciúma	16M	100M
Criciúma - Unesc		100M
Cunha Porã	4M	
Curitibanos	10M	
Descanso	4M	
Dionísio Cerqueira	4M	
Estreito		100M
Florianópolis - Academia		100M
Florianópolis - Campeche		100M
Florianópolis - Centro Executivo ACCR	50M	100M
Florianópolis - CESUSC	4M	
Florianópolis - Concentrador	1G	
Florianopolis - Eduardo Luz		100M
Florianópolis - Juizado Contra Mulher		100M
Florianópolis - Norte da Ilha		100M
Forquilhinha	4M	
Fraiburgo	8M	
Garopaba	4M	
Garuva	4M	
Gaspar	10M	
Guaramirim	4M	
Herval D´Oeste	4M	
Ibirama	8M	100M
Içara	4M	
Imaruí	4M	
Imbituba	4M	
Imbituba - 1 Vara		100M
Indaial	8M	
Ipumirim	4M	
Itá	4M	
Itaiópolis	4M	
Itajaí	50M	100M
Itajai - Fórum Universitário		100M
Itapema	8M	
Itapiranga	8M	
Itapoá	4M	
Ituporanga	8M	
Jaguaruna	4M	
Jaraguá do Sul	10M	100M
Jaraguá do Sul - UNERJ	4M	
Joaçaba	10M	
Joaçaba - UNOESC	4M	
Joinville	50M	100M

Joinville - SOCIESC		100M
Joinville - 3º Vara da Fazenda Pública		100M
Joinville - Univille		100M
Lages	16M	
Lages - UNIPLAC	4M	
Laguna	10M	
Lauro Müller	4M	
Lebon Régis	4M	
Mafra	10M	
Maravilha	4M	
Meleiro	4M	
Modelo	4M	
Mondaí	4M	
Navegantes	8M	
Orleans	4M	
Otacílio Costa	4M	
Palhoça		100M
Palhoça - Brejaru	4M	
Palhoça - Novo Arquivo Central	4M	
Palmitos	4M	
Papanduva	4M	
Piçarras	8M	
Pinhalzinho	4M	
Pomerode	4M	
Ponte Serrada	4M	
Porto Belo	4M	
Porto União	8M	
Presidente Getúlio	4M	
Quilombo	4M	
Rio do Campo	4M	
Rio do Oeste	4M	
Rio do Sul	10M	
Rio do Sul - Juizado Especial - Criminal		100M
Rio Negrinho	4M	
Rio Negrinho		100M
Santa Cecília	4M	
Santa Rosa do Sul	4M	
Santo Amaro da Imperatriz	4M	
Santo Amaro da Imperatriz - Nova Vara	4M	
São Bento do Sul	10M	
São Carlos	4M	
São Domingos	4M	
São Francisco do Sul	8M	
São João Batista	4M	
São Joaquim	4M	
São José		100M
São José - Almoxarifado Central - P1		100M
São José - Arquivo Central - P1-1		100M
São José - Deposito P1-2		100M
São José do Cedro	4M	
São Lourenço do Oeste	4M	
São Miguel do Oeste	10M	

Seara	4M	
Sombrio	4M	
Taió	4M	
Tangará	4M	
Tijucas	8M	
Timbó	10M	
Trombudo Central	4M	
Tubarão	16M	
Turvo	4M	
Urubici	4M	
Urussanga	8M	
Videira	8M	
Xanxerê	8M	
Xaxim	4M	
SUB TOTAL	**924**	**2800**
TOTAL		**3.724**
MÉDIA (MB POR UNIDADE)		**26,79**

Segmentação dos circuitos de dados



Sistemas de Proteção

- O novo firewall, implantado no primeiro semestre, para gerenciar e proteger o tráfego interno e externo da rede do TJSC, trata até 6TB de dados diariamente;
- Foi ativada no firewall e está pronta para uso a nova faixa de IPs externa própria do TJSC (ASN – autonomous system number) que permitirá o uso de IPs externos válidos diretamente nos servidores de aplicação externos;
- Integração do firewall com o Microsoft AD, já permite identificar o usuário originador do tráfego de quase 7000 usuários simultâneos que utilizam a rede do TJSC diariamente;
- Link VPN da UPC com a sede do TJSC teve capacidade aumentada de 100Mbps para 1Gbps, desafogando a demanda de tráfego que estava no limite desde antes da chegada da DGP;
- Migração de todos os links VPN do antigo concentrador VPN para o novo firewall;
- PDDE do SAJ está atendendo mais 1.000.000 solicitações/semana com picos de até 30.000 no período de 1h;
- Novas melhorias nas configurações do firewall estão em andamento para aumentar a segurança no acesso a sites externos e dar mais agilidade e flexibilidade no atendimento das liberações de

acesso;

- Migração, nas estações de trabalho, para a nova versão do antivírus OfficeScan (versão 12), a qual já atingiu 52% das máquinas do PJSC.

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

A Diretoria de Infraestrutura (DIE) é responsável pelas atividades relativas aos serviços gráficos, de transporte, de limpeza e de copa e serviços de apoio, tais como: audiovisual, recebimento e expedição de correspondências, fotocópias, carga e descarga, móveis sob medida, persianas, comunicação visual, controle dos custos referentes à água, esgoto e energia elétrica do Poder Judiciário de Santa Catarina, gerenciamento e controle dos serviços inerentes à compra de passagens aéreas e aquisição de refeições para os Tribunais do Júri, entre outros. Em 2016, a DIE, em função das alterações implementadas pela atual gestão, promoveu mudanças nos fluxos de trabalho, a fim de dar agilidade e eficiência aos serviços prestados, haja vista que foram suprimidas seções e modificadas a nomenclatura e atribuições de algumas unidades, que passaram a ter a denominação ora apontada no presente relatório.

1. DIVISÃO ADMINISTRATIVA

À Divisão incumbe providenciar a contratação de insumos, de equipamentos e de serviços nas áreas de copa, de limpeza e de jardinagem; realizar a aquisição e/ou locação, também a distribuição, de material de apoio em geral (carimbos, persianas, comunicação visual, móveis sob medida, fragmentadora e estufa de papel e fotocopiadora), aferir gastos e encaminhar para pagamento as faturas referentes às despesas de água, esgoto, energia elétrica e taxas de coleta de lixo dos imóveis do Poder Judiciário de Santa Catarina, além dos impostos de imóveis locados; realizar a aquisição de passagens aéreas; providenciar a contratação e gerenciar os contratos vigentes de fornecimento de alimentação para participantes e analisar demais despesas das sessões do Tribunal do Júri; gerenciar a movimentação de malotes entre todas as unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina e Tribunais Superiores; receber, selecionar, cadastrar e encaminhar documentos, correspondências, encomendas e processos judiciais e administrativos; atuar na gestão e fiscalização do contrato de prestação de serviços postais mantido entre o Poder Judiciário de Santa Catarina e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

1.1. Seção de Gestão de Contratos

A Seção de Gestão de Contratos desenvolveu, no ano de 2016*, as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos:

1.1.1. Comunicação visual

Foram adquiridos, instalados e disponibilizados produtos como placa acrílica e de estacionamento, murais e demais materiais para o Poder Judiciário de Santa Catarina, conforme valor abaixo:

COMUNICAÇÃO VISUAL	
Valor gasto para aquisição, instalação e deslocamento	R$ 157.063,06

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.2. Móveis sob medida

Foram adquiridos e instalados móveis sob medida no Poder Judiciário de Santa Catarina, no valor apontado:

MÓVEIS SOB MEDIDA	
Valor gasto para aquisição, instalação e deslocamento	R$ 222.521,48

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.3. Persianas

Foram adquiridas e instaladas persianas no Poder Judiciário de Santa Catarina, conforme segue:

PERSIANAS	
Valor gasto para aquisição, instalação e deslocamento	R$ 139.192,61
Valor gasto para conserto/manutenção (contrato)	R$ 43.858,53
Quantidade de persianas adquiridas (em metragem quadrada)	2.599,38 m2

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.4. Carimbos automáticos

O valor despendido com a aquisição e distribuição de carimbos automáticos e materiais complementares (resinas, refis, tintas de carimbo) para as unidades do Poder Judiciário é o que segue:

CARIMBOS	
Valor gasto para aquisição de carimbos, resinas, refis e tintas para carimbo	R$ 21.017,62

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.5. Desinsetização e desratização

Os serviços de desinsetização e desratização, no âmbito do Poder Judiciário catarinense, importaram o valor abaixo:

DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO	
Valor gasto por contrato	R$ 209.407,36
Valor gasto por requisição de compra	R$ 96.288,16

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.6. Lavação externa de vidros

Os serviços de lavação externa de vidros, no Poder Judiciário de Santa Catarina, contabilizaram:

LAVAÇÃO EXTERNA DE VIDROS	
Valor gasto por contrato	R$ 78.683,11
Valor gasto por requisição de compra	R$ 866,00

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.7. Jardinagem

A atividade de jardinagem, na Justiça Catarinense, somou a seguinte importância:

JARDINAGEM	
Valor gasto para serviços de jardinagem por requisição de compra	R$ 313.277,99

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.8. Locação de máquina de café

As despesas com a locação de máquinas para o preparo de bebidas quentes, no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina, foram:

LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ	
Valor gasto para locação e manutenção das máquinas de café	R$ 73.393,66

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.9. Água mineral

A aquisição e distribuição de água mineral apresentou os números a seguir apontados:

ÁGUA MINERAL	
Quantidade distribuída de 20 l sem gás em unidade	49.808
Quantidade distribuída de fardos de 500 ml sem gás em unidade	27.066

Quantidade distribuída de fardos de 500 ml com gás em unidade	6.180
Valor gasto com contratos/atas	R$ 523.196,75
Valor gastos com requisição de compra	R$ 357.317,75

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.10. Leite

O produto foi adquirido e distribuído, conforme números apresentados abaixo:

LEITE	
Leite UHT	104.854 litros
Valor gasto por ata	R$ 349.811,38
Valor gasto com requisição de compra	R$ 219.115,10
Leite em pó solúvel para máquina de café	2.860 kg
Valor gasto por ata	R$ 68.296,80

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.11. Café

A aquisição e distribuição de café em pó tipo *gourmet* e solúvel, no Poder Judiciário catarinense, contabilizou o seguinte valor:

CAFÉ	
Café em pó tipo gourmet	30.400 Kg
Valor gasto	R$ 811.320,00
Café em pó solúvel para máquina de café	337 Kg
Valor gasto	R$ 15.165,00

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.12. Açúcar

A compra e distribuição de açúcar refinado e cristal, para o Poder Judiciário de Santa Catarina, importou a despesa a seguir discriminada:

AÇÚCAR	
Quantidade distribuída	35.100 Kg
Valor gasto	R$ 88.014,00

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.13. Equipamentos

Referente aos produtos adquiridos por ata de registro de preço, foram distribuídos equipamentos conforme números apresentados abaixo, para as Comarcas e Tribunal de Justiça:

EQUIPAMENTOS	
Aspirador de pó e água	6
Bebedouro elétrico	103
Carrinho para transporte de processos	17
Carro funcional de limpeza	2
Embalador de guarda-chuva	4
Fragmentadora de papel – 60 litros	2
Fragmentadora de papel – 20 litros	5
Fogão elétrico de 2 bocas	1
Fogão elétrico de 4 bocas	18
Frigobar	15
Lavadora de alta pressão	3

Máquina de lavar roupa	6
Micro-ondas	4
Placa sinalizadora de piso molhado	6
Refrigerador	12

1.1.14. Insumos de copa e limpeza

Foram adquiridos e distribuídos, por ata de registro de preço, para as Comarcas e Tribunal de Justiça, os produtos que seguem:

MATERIAIS DE LIMPEZA E COPA	
Sachês de álcool em gel	3.600 un
Dispenser de papel toalha	350 un
Dispenser de papel higiênico	250 un
Dispenser de álcool em gel, sabonete líquido e detergente	700 un
Copo plástico descartável de 110 ml	1477 cx
Copo plástico descartável de 180 ml	520 cx
Garrafas térmicas	1550 un

** Mês de dezembro não foi contabilizado integralmente.*

1.1.15. Demais atividades

Atividades que fazem parte da rotina da Seção de Gestão de Contratos:

ATIVIDADES	
Processos administrativos analisados	209
Requisições de compra analisadas com emissão de parecer técnico	1.206
Notas fiscais analisadas e encaminhadas para pagamento	1.056
Projetos básicos confeccionados	86

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.2. Seção de Controle de Custos

A Seção de Controle de Custos desenvolveu, no ano de 2016*, as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos:

1.2.1. Controle das despesas decorrentes do fornecimento de água e esgoto

Com relação às atividades desenvolvidas na parte de gerenciamento das despesas com água/esgoto, foram autuadas, analisadas e encaminhadas à unidade responsável pelo pagamento 494 faturas referentes a 140 hidrômetros que abastecem os imóveis sob a responsabilidade do Poder Judiciário de Santa Catarina, totalizando as despesas abaixo:

ÁGUA/ESGOTO	
Janeiro	R$ 111.027,30
Fevereiro	R$ 121.505,06
Março	R$ 126.793,67
Abril	R$ 99.732,91
Maio	R$ 126.909,02
Junho	R$ 113.736,13
Julho	R$ 124.380,76
Agosto	R$ 116.451,12
Setembro	R$ 130.894,91
Outubro	R$ 133.778,27
Novembro	R$ 20.922,54

Dezembro	R$ 0,00
Total 2016*	**R$ 1.226.131,69**
Hidrômetros	**140**

** Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.*

1.2.2. Controle das despesas decorrentes do fornecimento de energia elétrica

Quanto ao gerenciamento das despesas com energia elétrica, foram autuadas, analisadas e encaminhadas à unidade responsável pelo pagamento 219 faturas referentes a 234 unidades consumidoras que abastecem os imóveis sob a responsabilidade do Poder Judiciário de Santa Catarina, totalizando as despesas abaixo:

ENERGIA ELÉTRICA	
Janeiro	R$ 855.087,20
Fevereiro	R$ 1.149.382,01
Março	R$ 1.508.314,61
Abril	R$ 1.147.147,53
Maio	R$ 897.708,22
Junho	R$ 790.018,04
Julho	R$ 775.164,43
Agosto	R$ 787.504,79
Setembro	R$ 781.328,80
Outubro	R$ 767.660,74
Novembro	R$ 9.194,62
Dezembro	R$ 0,00
Total 2016*	**R$ 9.468.510,99**
Unidades consumidoras	**234**

** Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.*

1.2.3. Aquisição de passagens aéreas

Concernente à aquisição de passagens aéreas, todos os pedidos recebidos foram analisados, resultando na emissão de 808 trechos para capacitação e representação de magistrados e servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina e autoridades convidadas. Efetuaram-se, também, as análises e controles das faturas quinzenais, com encaminhamento à unidade responsável pelo pagamento, totalizando as despesas abaixo:

PASSAGENS AÉREAS	
Capacitação nacional	R$ 397.333,34
Capacitação internacional	R$ 5.117,13
Representação nacional	R$ 198.503,77
TOTAL 2016*	**R$ 600.954,24**

** Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.*

1.2.4. Despesas com as sessões do Tribunal do Júri

No tocante às sessões do Tribunal do Júri, tramitaram 654 requisições de compras de alimentação, transporte de jurados, locação de espaço físico, pernoite e material de consumo. Computaram-se, ainda, nos gastos com alimentação, os valores empenhados para atender aos contratos e atas de registro de preço demandadas pelas sessões no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina, totalizando as despesas abaixo:

SESSÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI	
Alimentação	R$ 1.504.926,01

Transporte de jurados	R$ 10.444,00
Locação de espaço físico	R$ 8.555,20
Pernoite	R$ 9.037,91
Material de consumo	R$ 136,80
Faxina das salas de sessões locadas/cedidas	R$ 200,00
TOTAL 2016*	**R$ 1.533.299,92**

** Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.*

Ainda, com relação às sessões do Tribunal do Júri, a Seção de Controle de Custos gerenciou cinco Atas de Registro de Preços, até meados deste ano, quando perderam a validade. Atualmente, controla 64 contratos de fornecimento de almoços, lanches e/ou jantares para sessões de Júri em que são beneficiadas 45 comarcas.

1.2.5. Controle das despesas com tributos municipais

Pertinente às atividades relacionadas ao gerenciamento de tributos municipais, foram encaminhados 46 carnês de IPTU/coleta de lixo/contribuições para pagamento em parcela única anual, referentes aos imóveis sob responsabilidade do Poder Judiciário de Santa Catarina, totalizando o valor que segue:

TRIBUTOS MUNICIPAIS	
TOTAL 2016	**R$ 170.295,52**

1.2.6. Outros controles

Registre-se que a Seção de Controle de Custos encaminhou outros pagamentos em 2016, relativos às despesas condominiais de residências funcionais destinadas a magistrados e aos rateios de gastos junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero – e ao Departamento de Transportes e Terminais do Estado de Santa Catarina – Deter. Tais despesas referiam-se à manutenção de Juizados da Infância e Juventude no Aeroporto Internacional Hercílio Luz e no Terminal Rodoviária Rita Maria, respectivamente. Considerando-se que esses espaços foram desocupados e entregues por este Tribunal de Justiça em fevereiro e maio do presente ano, essas despesas deixaram de existir a partir dos meses seguintes. Esses gastos foram encaminhados na forma de 28 boletos para pagamento, totalizando as despesas que seguem:

CONTROLES	
Condomínio – imóvel funcional de Videira	R$ 4.840,00
Condomínio – imóvel funcional de Taió	R$ 1.540,00
Infraero	R$ 254,74
Deter	R$ 362,11
TOTAL 2016*	**R$ 6.999,85**

** Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.*

Além dos controles das despesas já citadas, referida seção é responsável por acompanhar, mensalmente, as despesas relacionadas abaixo:

a) Restaurante Bom Bocado: rateio de despesas com água e energia elétrica do restaurante localizado no prédio do Tribunal de Justiça – Torre I (Contrato n. 142/2014);
b) COOMARCA – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados, Membros do Ministério Público e Profissionais do Direito Catarinense Ltda. – rateio de despesas com água, energia elétrica e limpeza do Posto de Atendimento a Cooperados localizado na Torre I do Tribunal de Justiça, conforme Permissão de Uso n. 182/2012;
c) Banco do Brasil – referentes aos custos de manutenção de energia elétrica e água dos postos de atendimento bancário (PABs) e postos de atendimento eletrônico (PAEs) instalados nas unidades

pertencentes ao Poder Judiciário (Contrato n. 240/2013);

d) ASTJ – Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça – rateio de despesas com água e energia elétrica da sede urbana, localizada na BR 101 – anexa ao Almoxarifado do Tribunal de Justiça (Cessão de Uso n. 001/2006).

VALORES APURADOS	
Restaurante Bom Bocado	R$ 35.266,81
COOMARCA	R$ 3.783,86
Banco do Brasil	R$ 16.528,09
ASTJ	R$ 10.528,09
TOTAL 2016*	**R$ 66.507,59**

** Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.*

1.2.7. Demais atividades

Atividades que fazem parte da rotina da Seção de Controle de Custos realizadas no ano de 2016*:

ATIVIDADES	
Análise de editais de processos licitatórios	38
Requisições de compra analisadas com emissão de parecer técnico	654
Faturas de despesas de água/esgoto e de energia elétrica analisadas e encaminhadas para pagamento	713
Boletos referentes às despesas apontadas no item 1.2.6 analisados e encaminhados para pagamento	28
Carnês e boletos referentes às despesas apontadas no item 1.2.5 analisados e encaminhados para pagamento	46
Notas fiscais referentes à aquisição de refeições por meio de Ata de Registro de Preços para sessões dos Tribunais do Júri analisadas e encaminhadas para pagamento	27
Notas fiscais referentes à aquisição de refeições por meio de Contratos para sessões dos Tribunais do Júri analisadas e encaminhadas para pagamento	289
Notas fiscais referentes à aquisição de passagens aéreas analisadas e encaminhadas para pagamento	22
Projetos básicos elaborados	11

** Mês de dezembro não foi contabilizado integralmente.*

1.3. Seção de Correspondência

A Seção de Correspondência movimentou a seguinte quantidade de correspondências e processos em 2016*:

1.3.1. Serviços postais

Com relação aos serviços prestados ao Poder Judiciário de Santa Catarina no ano de 2016*, relativos ao contrato n. 185/2014, seguem dados:

SERVIÇOS POSTAIS	
Telegramas	1.061
Cartas	232.558
Sedex	4.212
PAC	464
AR Digital	851.002
Prioritário (internacional)	19
Total Geral de Correspondências Postadas	1.089.316
Malotes transportados (quantidade / peso - Kg)	45.528 / 295.838
VALOR TOTAL	**R$ 16.149.286,01**

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.3.2. Movimentação de correspondências e de processos

Concernente às atividades executadas pela Seção de Correspondência, destaca-se a movimentação de correspondências e de processos, conforme quantitativo abaixo:

MOVIMENTAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIAS E PROCESSOS	
Processos recebidos pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina	38.684
Correspondências recebidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina	77.581
Correspondências entre setores via Seção de Correspondência	16.473
Processos encaminhados	118.651
Correspondências enviadas para as comarcas via malote	30.232
Telegramas encaminhados pelo Tribunal de Justiça	1.061
Correspondências encaminhadas pelo Tribunal de Justiça via Correios	14.382
Malote digital	9.324
TOTAL GERAL DE CORRESPONDÊNCIAS E PROCESSOS	**306.388**

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.3.3. Atividades complementares

Atividades que fazem parte da rotina da Seção de Correspondência realizadas no ano de 2016*:

ATIVIDADES	
Requisições de Compra analisadas com emissão de parecer técnico	2
Emissão de Requisições de Compra	5
E-mails recebidos e enviados (interno e externo)	5.207
Pareceres emitidos em processos administrativos	8
Faturas encaminhadas para pagamento – meio físico	8
Faturas encaminhadas para pagamento – SPA	4
SPA – criados	4
SPA – parecer	4
Projetos básicos confeccionados	2

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

2. DIVISÃO DE ARTES GRÁFICAS

A Divisão de Artes Gráficas é o setor responsável pela realização dos serviços gráficos do Poder Judiciário de Santa Catarina e está apta a oferecer os mais variados projetos, com soluções digitais e impressos confeccionados em equipamentos de pequeno e grande porte.
Em 2016, participou de projetos de grande relevância ao Poder Judiciário catarinense, dentre os quais se pode citar a Galeria do Corregedores-Gerais da Justiça, a Galeria dos Diretores Executivos da Academia Judicial, materiais utilizados em eventos, Anuários das Turmas de Recursos, Jurisprudência Catarinense, divulgação da Ouvidoria do Poder Judiciário, Logo dos 125 anos do Tribunal de Justiça, Projeto Olhares, Novo Código de Processo Civil (edição de bolso).
Cumpre evidenciar que no ano de 2016 houve um aumento superior a 100% no número de atendimentos e solicitações de serviços encaminhados à Divisão, além da elevação nos números de impressões *offset* em aproximadamente 20% e impressão térmica em torno de 180%.
Por fim, apresenta-se relatório que traça o panorama geral das atividades desenvolvidas pelas três Seções que compõem a Divisão de Artes Gráficas.

2.1. Seção de Criação e Fotolitografia

A Seção de Criação e Fotolitografia é o setor responsável pela elaboração dos projetos gráficos. No caminho pela sustentabilidade ambiental, a Seção busca que os serviços de pré-impressão sejam

mantidos por meio de empresa especializada que atenda aos licenciamentos ambientais e opere com sistema moderno de gravação digital por CTP e gravação a laser, implicando a aplicação concreta para uma medida de produção mais limpa, gerando o mínimo de impacto na natureza. A seguir, serão detalhadas as principais atividades da Seção:

2.1.1. Solicitações de serviços

O acompanhamento dos pedidos via *hotsite* e requisições de abastecimento do Almoxarifado Central resultaram nos seguintes números:

TIPO DE SOLICITAÇÃO	QUANTIDADE
Solicitações de serviços – hotsite	921
Trabalhos via requisição do Almoxarifado Central	43
Atendimento TCE – Convênio n. 02/2010	01

*Fonte: Mapa/2016 – * 25-11-2016.*

Ao se comparar com os números de pedidos no ano de 2015, pode-se afirmar que até a elaboração do presente relatório houve um aumento superior a 100%. Como as interlocuções decorrentes dos atendimentos às solicitações de serviços ocorrem via troca de *e-mails*, o número apresentado é significativamente maior, pois ocorreram em torno de 7.689 trocas de *e-mail* com o objetivo de atender às unidades requisitantes.

2.1.2. Atendimento ao PJSC e convênios

Os serviços executados pela Seção de Criação e Fotolitografia, sejam advindos das solicitações de serviços via *hot site*, das requisições do Almoxarifado Central ou dos atendimentos decorrentes de convênios, demandaram a emissão de 837 Guias de Produção. Ao segmentarmos as demandas de forma setorizada e na modalidade física e virtual, podemos assim descrever os pleitos:

SOLICITAÇÕES VIRTUAIS/FÍSICAS	QUANTIDADE
Solicitações Virtuais	150
Solicitações Físicas	687

*Fonte: Mapa/2016 – *até 25-11-2016.*

SOLICITANTE	TOTAL
Academia Judicial	107
Corregedoria-Geral da Justiça	52
DGA e suas Diretorias	205
DGJ e suas Diretorias	72
Convênio n. 02/2010–TCE – outros	4
Gab. Desembargadores e Juízes de Direito de 2º Grau	42
Presidência e órgãos vinculados	193
Comarcas	86
Almoxarifado Central	76
TOTAL	**837**

*Fonte: Mapa/2016 – *até 25-11-2016.*

2.1.3. Trabalhos elaborados

A execução de trabalhos que requisitaram diretamente a intervenção de um profissional designer para sua elaboração, diagramação, criação ou adequação para posterior inserção no processo produtivo estão descritos em números:

PRODUTO	QUANTIDADE SOLICITAÇÕES
ADESIVO PRISMA	4
ADESIVO SERR / CORTE E VINCO	8
AGENDA – MIOLO	6
APOSTILA DIVERSAS	14
ARTE PARA IMPRESSÃO EXTERNA	2
ATUALIZAÇÃO DE TEXTO	25
BANNER IMPRESSO	15
BANNER VIRTUAL	47
BLOCOCOLA (EVENTO)	10
BLOCO WIRE-O (EVENTO)	4
CALENDÁRIO MESA	1
CAPA CD / DVD	4
CAPA DIVERSA (AGENDA PRESIDENTE)	14
CAPA DURA - AGENDA	7
CAPA HOMENAGEM AOS APOSENTADOS	4
CAPA PROC. C/LAM.1º GRAU	5
CAPA PROC. C/LAM.2º GRAU	9
CAPA PROC. S/LAM.1º GRAU	1
CARTÃO (GAB. DES./PRES./ MENOS CONVITE)	9
CARTÃO DE VISITA / LAMINADO	89
CARTÃO ESTACION. / LAMINADO	1
CARTAZ	49
CARTILHA CAPA	14
CARTILHA MIOLO	12
CARTOLINA A4 COLORIDA	7
CERTIFICADO	9
CONVITE IMPRESSO	18
CONVITE VIRTUAL	18
CRACHÁ EVENTOS	24
DIAGRAMAÇÃO	22
E-BOOK	13
EMBALAGENS DIVERSAS	6
ENCADERNAÇÃO (unibind)	2
ENCADERNAÇÃO (wire-o e capa plástica)	2
ENVELOPE	9
ETIQUETA ADES. CORTE/VINCO	28
ETIQUETA ADES. SERR.	29
ETIQUETA ADESIVA - LAMINAÇÃO	2
ETIQUETA ADESIVA – SEM LAMINAÇÃO	2
ETIQUETA ADESIVA (RÓTULO CD/DVD)	3
FAIXA HOMENAGEM APOSENTADOS	6
FICHA (PROGRAMAÇÃO, ETC)	2
FLYER	2
FOLDER	14
GUARDA	10
IDENTIDADE VISUAL	31
LIVRO CAPA DURA	5
LIVRO CAPA SIMPLES	5
LIVRO MIOLO (secundário)	6
MANUAL	4

MAPAS	8
MÓBILES	5
PAPEL A4 – TIMBRADO	2
PAPEL A4 SOLTO COM IMPRESSÃO	8
PAPEL PORTA RECADO	1
PAPEL PORTA RECADO – MARCADOR DE LIVRO	5
PASTA EVENTOS	18
PERIÓDICO VIRTUAL	1
POP UP	8
PROJETO	1
SACOLAS	3
TARJETAS/ETIQUETAS NÃO ADESIVAS	28
TEMPLATE	4
TERMO DE POSSE	7
TESTES DIVERSOS	8
TIRAS	4
VETORIZAÇÃO	1

*Fonte: Mapa/2016 – *até 25-11-2016.*

2.1.4. Gravação de chapas para *offset*

A seguir, serão mostrados os quantitativos dos serviços de gravação de chapas para impressão em *offset* nas impressoras Catu e Shinohara:

TIPO DE SERVIÇO	QUANTIDADE
Gravação de chapa offset impressora Catu	109
Gravação de chapa offset impressora Shinohara	2.464
TOTAL	**2.573**

*Fonte: Controle Chapas – 2016. – *até 25-11-2016.*

Comparativamente ao quantitativo de chapas gravadas no ano de 2015, verifica-se uma singular redução, que está intrinsecamente ligada à migração dos serviços físicos para os virtuais, podendo-se citar o Anuário das Turmas de Recursos que teve apenas a sua publicação em E-pub.

2.2. Seção de Impressão Gráfica

É o setor responsável pela realização de impressão digital PB e colorida, *offset* (quatro cores e monocolor), impressão em grandes formatos (*plotter*), impressão térmica e corte (guilhotina) de todos os materiais gráficos. Abaixo, seguem as tabelas que evidenciam em números a produção da seção:

TABELA 1

TABELA DE IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA E PRETO E BRANCO	
IMPRESSORAS	QUANTIDADE
CANON - Imagerunner Advance C9280	80.085
TERMO TRANSFERÊNCIA P/ CÓDIGO DE BARRA - ZEBRA	42.397
CANON IP 1135 - DTV 0193	80.698
CANON IP 1135- DTV 0229	110.587
Plotter CANON IPF9100	582
TOTAL	**314.349**

Fonte: Controle de Produção da Seção de Impressão Gráfica.
**Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2016.*

TABELA 2

TABELA DE IMPRESSÃO OFFSET	
IMPRESSORAS	QUANTIDADE
CATU 660	2.406.768
SHINOHARA	3.337.217
TOTAL	**5.743.985**

Fonte: Controle de Produção da Seção de Impressão Gráfica.
** Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2016.*

2.3. Seção de Acabamento Gráfico

A Seção de Acabamento Gráfico é responsável pela etapa final dos serviços de produção gráfica, ou seja, realiza todas as ações necessárias ao acabamento dos produtos, o que engloba serviços de dobra, intercalação, costura, encadernação *hot melt*, plastificação, corte e vinco, serrilha, grampeamento, perfuração, blocagem, *hot stamping*, corte de *wire-o*, dentre inúmeros outros.
A tabela a seguir elenca o volume de materiais produzidos mensalmente e a quantidade de etapas:

TABELA DE COMPARATIVO MENSAL DE PROCESSOS DE ACABAMENTO				
MÊS		- (A) –	- (B) –	B/A
	GUIAS DE PRODUÇÃO FINALIZADAS	PRODUTOS ENTREGUES (un)	QUANTIDADE DE ETAPAS DE ACABAMENTO (un)	
jan/16	71	446.205	1.234.655	2,76
fev/16	57	239.678	644.501	2,68
mar/16	73	1.424.016	2.940.996	2,06
abr/16	33	148.287	97.770	0,65
mai/16	44	955.993	2.018.085	2,11
jun/16	40	44.668	346.087	7,74
jul/16	60	129.282	341.063	2,63
ago/16	47	224.910	919.112	4
set/16	76	121.632	698.935	5,74
out/16	63	1.266.133	436.385	0,34
nov/16	76	972.714	2.457.096	2,52
TOTAIS	640	5.973.518	12.134.685	

Fonte: Controle de Produção da Seção de Acabamento Gráfico.
** Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2016.*

Abaixo, segue quantitativo de etapas/acabamentos efetivados manualmente e por máquinas:

TABELA DE ACABAMENTO MANUAL	
PROCESSOS	**QUANTIDADE ANO***
Colagem	83.994
Colocação de fita, elástico, corda, wire-o e barra de madeira	42.229
Contagem	4.685.959
Corte, refilo e perfuração	136.759
Corte de wire-o	1.322
Costura a mão	13
Dobradura	262.360
Empacotamento com papel/caixa/cintagem	15.970
Encadernação com espiral	162
Limpeza	846.459
Intercalação	936.289
Rebitagem	3.339
Revisão/inspeção	2.095.563

TOTAL	**9.110.418**

Fonte: Controle de Produção da Seção de Acabamento Gráfico.
** Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2016.*

TABELA DE ACABAMENTO COM MÁQUINA	
PROCESSOS	QUANTIDADE ANO*
Blocagem com prensa pneumática	26.622
Corte e vinco	581.064
Corte com serrilhadeira	24.477
Corte automático de garra duplo anel (wire-o)	31.299
Costura automática	334.914
Dobradura automática	1.169.729
Empacotamento com plástico termoencolhível	40.055
Encadernação térmica com capa plástica	66
Encadernação com garra duplo anel (wire-o)	1.196
Encadernação com cola quente (hot melt)	13.874
Grampeamento automático	47.741
Impressão térmica de estampa metálica (hot stamping)	4.018
Laminação térmica	1.256.168
Perfuração com broca	11.865
Perfuração para garra duplo anel (wire-o)	46.779
TOTAL	**3.589.867**

Fonte: Controle de Produção da Seção de Acabamento Gráfico.
** Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2016.*

3. DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

No ano de 2016, a Divisão de Serviços Gerais atuou na otimização de recursos, melhoria dos serviços, continuidade na implementação de padrões e normas para atendimento ao público interno e externo, além da gerência e controle das atividades desenvolvidas pelas seções vinculadas à Divisão.

3.1. Seção de Serviços Gerais – TJSC

A Seção de Serviços Gerais – TJSC é responsável por verificar a execução dos serviços de copa, de limpeza, de jardinagem e de audiovisual; receber e estocar materiais referentes a esses serviços; agendar e providenciar recursos para salas de reuniões, eventos, sessões e solenidades; atender às diretorias/setores/gabinetes do prédio-sede do Tribunal de Justiça.
Ainda, é responsável pelo gerenciamento dos serviços de limpeza, de copa, de recepção e de vigilância na Unidade Presidente Coutinho.

3.1.1. Serviços e ações
Além da prestação de serviços de limpeza, de copeiragem, de audiovisual e de jardinagem, a Seção de Serviços Gerais – TJSC gerencia atividades de manutenção e higienização de bebedouros elétricos e distribuição e reposição de materiais de copa e de limpeza nas Torres I e II do prédio-sede do Tribunal de Justiça e da Unidade Presidente Coutinho.
Em 2016, a Seção de Serviços Gerais – TJSC atuou em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP na elaboração do projeto básico referente à contratação de prestação de serviços de limpeza, além do acompanhamento de atas de registro de preços para aquisição de bens permanentes, entre eles: cafeteiras elétricas, telas de projeção e projetor multimídia, câmeras de vídeo para o Auditório do Tribunal Pleno, entre outros. Atuou, também, na gestão e fiscalização de dois contratos: o de gás GLP à Central de Gás do Tribunal de Justiça e o de prestação de serviços de audiovisual.

Além dos serviços rotineiros supraditos, as seguintes ações são realizadas pela Seção de Serviços Gerais – TJSC:

- Desenvolvimento de recursos para o controle de estoque e distribuição de materiais;
- Controle de validade e tempo de estocagem dos materiais, como forma de dimensionar reposições em tempo hábil, sem desperdício;
- Acompanhamento do recebimento dos itens de copa e limpeza, conferindo qualidade e quantidades;
- Implantação de rotinas de ações para prevenção e eliminação de possíveis focos do mosquito, com a participação no Dia de Mobilização no combate ao mosquito Aedes Aegypti, intitulado o dia "D", realizado no dia 25 de abril de 2016.

A Seção de Serviços Gerais – TJSC desenvolveu, no ano de 2016, as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos:

Chamadas/atendimentos Tribunal de Justiça (sede)

CHAMADAS/ ATENDIMENTOS DE ÁGUA MINERAL	QUANTIDADE
Média mensal	963

CHAMADAS/ ATENDIMENTOS DE LIMPEZA	QUANTIDADE
Média mensal	207

Fonte: Controle estatístico da Seção.
Os meses de novembro e dezembro não foram contabilizados.

Chamadas/atendimentos Unidade Presidente Coutinho

CHAMADAS/ ATENDIMENTOS DE ÁGUA MINERAL	QUANTIDADE
Média mensal	330

CHAMADAS/ ATENDIMENTOS DE LIMPEZA	QUANTIDADE
Média mensal	95

Fonte: Controle estatístico da Seção.
Os meses de novembro e dezembro não foram contabilizados.

3.1.2. Serviços de audiovisual

A seguir serão elencadas as atividades e seus respectivos quantitativos na área de audiovisual.

3.1.2.1. Sonorização

A prestação de serviço de sonorização para a comarca da Capital e Tribunal de Justiça, materiais e gastos com manutenção para o Poder Judiciário de Santa Catarina, foram feitos conforme tabela abaixo:

SONORIZAÇÃO	
Gastos com material de consumo (Contratos + RCs + Atas)	R$ 5.961,20
Gastos com material permanente (Contratos + RCs + Atas)	R$ 2.779,75
Gastos com serviços de audiovisual (RCs + Atas)	R$ 26.701,00
Gastos com prestação de serviço de sonorização – Contrato n. 191/2012*	R$ 399.902,75
Horas prestadas de serviço de sonorização para o Tribunal de Justiça e comarca da Capital*	9.425

** Os meses de novembro e dezembro não foram contabilizados.*

Foram desenvolvidos e concluídos projetos de modernização do sistema de sonorização dos Salões dos Tribunais de Júri das comarcas de Barra Velha, Seara e Ipumirim. Ainda, estão em fase de elaboração os

projetos de sonorização das comarcas de Concórdia, Içara, Palmitos, Pomerode, São Francisco do Sul, São Miguel do Oeste e Urubici.

3.1.2.2. Agendamento de data para utilização de espaços no Tribunal de Justiça
Quanto ao agendamento de datas para utilização de espaços no Tribunal de Justiça para realização de eventos e reuniões, segue tabela referente ao ano de 2016*:

AGENDAMENTOS	
Número total	637
Utilização do Auditório do Tribunal Pleno	148
Utilização da sala de reunião do HS da Torre II	119
Utilização da sala de reunião do 8º andar	166
Locais diversos	204

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

3.1.2.3. Demais atividades
Atividades que fazem parte da rotina da Seção de Serviços Gerais – TJSC, dentro da área de audiovisual, realizadas no ano de 2016:

ATIVIDADES	
Processos administrativos analisados	21
Requisições de compra analisadas com emissão de parecer técnico	16
Requisições de compra emitidas pela Seção	11

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

3.2. Seção de Apoio – TJSC

A Seção de Apoio – TJSC desenvolveu, no ano de 2016, as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos:

3.2.1. Consertos de persianas
Foram realizados, pela zeladoria, consertos de persianas na comarca da Capital, Tribunal de Justiça e demais unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina localizadas na Capital, conforme quadro abaixo:

CONSERTOS DE PERSIANAS	
Consertos e reparos de persianas	86

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

3.2.2. Serviços de chaveiro
Com relação à prestação de serviço de chaveiro, com aquisição de chaves, conserto, abertura de fechaduras de portas e móveis e demais serviços no Tribunal de Justiça e comarca da Capital, segue quantitativo abaixo:

SERVIÇOS DE CHAVEIRO	
Aquisição de chaves, consertos de fechaduras e abertura de portas e de móveis	248

** Meses de novembro e dezembro não foram contabilizados.*

3.2.3. Consertos de fragmentadoras de papel
Quanto ao conserto de fragmentadoras, segue informação quanto ao serviço:

CONSERTOS DE FRAGMENTADORAS

Conserto de fragmentadoras de pequeno porte nos gabinetes, diretorias e nas Unidades do Tribunal de Justiça	18

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

3.2.4. Serviços de marcenaria

Os serviços de marcenaria, que incluem a montagem, desmontagem e consertos de móveis padrão, apresentam o quantitativo abaixo:

SERVIÇOS DE MARCENARIA	
Montagem de móvel	391
Conserto de móvel	490

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

3.2.5. Mudanças e movimentação de móveis

Em relação às atividades de movimentação de móveis e mudanças de gabinetes e de setores do Tribunal de Justiça, segue o quantitativo apurado:

MUDANÇAS E MOVIMENTAÇÃO DE MÓVEIS	
Mudança de gabinetes/setores no prédio sede e anexos	72
Movimentação de móveis	1.419

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

3.2.6. Recolhimento de material

O recolhimento de material, que engloba bens para baixa patrimonial, volumes entregues nas dependências do Tribunal de Justiça e movimentação de caixas plásticas com processos no ano de 2016, apresentou os números que seguem:

RECOLHIMENTO DE MATERIAL	
Busca de materiais para baixa	4.939
Movimentação de caixas plásticas com processos	6.579
Volumes entregues	19.291

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

3.2.7. Monitoramento dos elevadores

Abaixo os números referentes ao monitoramento dos elevadores das Torres I e II do Tribunal de Justiça:

MONITORAMENTO DE ELEVADORES	
Abertura de chamados dos elevadores à Diretoria de Engenharia e Arquitetura	127

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

3.2.8. Fotocópias

A seguir, o quantitativo de fotocópias extraídas pelos diversos setores do Tribunal de Justiça e público externo:

FOTOCÓPIAS	
MÊS	QUANTIDADE
Janeiro	41.092
Fevereiro	63.318
Março	87.834
Abril	71.106
Maio	86.939
Junho	94.175

Julho	84.290
Agosto	65.460
Setembro	66.941
Outubro	58.693
Novembro	58.026
TOTAL	**782.874**

** O mês de dezembro não foi contabilizado.*

3.2.9. Encadernações

Concernente ao serviço de encadernação em espirais, foram realizados para os diversos setores do Tribunal de Justiça Santa Catarina:

ENCADERNAÇÕES	
MÊS	ESPIRAL
Janeiro	62
Fevereiro	65
Março	98
Abril	122
Maio	66
Junho	61
Julho	75
Agosto	76
Setembro	276
Outubro	49
Novembro	91
TOTAL	**1.041**

** O mês de dezembro não foi contabilizado.*

3.2.10. Atendimentos aos Gabinetes

Com relação ao atendimento de serviços efetuados aos gabinetes e diversos setores do Tribunal de Justiça:

ATENDIMENTO A GABINETES E DIVERSOS SETORES	
MÊS	QUANTIDADE
Janeiro	1.482
Fevereiro	2.432
Março	2.877
Abril	2.780
Maio	2.599
Junho	2.699
Julho	2.349
Agosto	2.551
Setembro	2.060
Outubro	1.984
Novembro	1.960
TOTAL	**25.783**

** O mês de dezembro não foi contabilizado.*

3.2.11. Demais atividades

Outras atividades que fazem parte da rotina da Seção de Apoio – TJSC:

ATIVIDADES

Atendimento de solicitações de serviços por e-mail	1.444
E-mails de feedback de serviços especializados	287
Controle de veículos na portaria da área de carga e descarga	9.684
Descarregamento de caminhão	221
Montagem de gabinetes/setores/salas nas unidades do Tribunal de Justiça	10
Reconfiguração/manutenção/entrega de controles remotos do portão de veículos	12
Acompanhamento de eventos ocorridos no Tribunal Pleno, realizando atividade de condução do elevador para portadores de necessidades e serviço de portaria na área de carga e descarga	3
Mudança de acervo em gabinetes de magistrados	6
Requisições de compra emitidas pela Seção	4
Processos administrativos analisados	22
Emissão de relatórios referentes a visitas técnicas relativas às máquinas fotocopiadoras	14

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

4. DIVISÃO DE TRANSPORTE

A Divisão de Transporte é responsável pelo controle, acompanhamento e gerência dos serviços referentes aos veículos integrantes da frota oficial (infrações de trânsito, sinistros, seguro da frota, abastecimentos, manutenção da frota, entre outros), mudança de magistrados, transporte de cargas em virtude de reforma parcial ou global das unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina, serviço de transporte aos desembargadores com veículo executivo, quando da ocorrência das sessões na Câmara Especial Regional de Chapecó – CERC, bem como serviço de transporte aos magistrados e servidores do Poder Judiciário quando da chegada ao aeroporto em Chapecó, mediante a locação de veículo e ainda o serviço de transporte executivo para eventos na grande Florianópolis. Abaixo seguem tabelas contendo as despesas geradas com a prestação dos serviços que se encontram sob a responsabilidade da Divisão de Transporte.

4.1. Despesas com mudanças de magistrados

MÊS	GASTOS (R$)
Janeiro	0,00
Fevereiro	16,012,75
Março	18.995,85
Abril	0,00
Maio	34.824,22
Junho	10.559,70
Julho	15.072,25
Agosto	0,00
Setembro	14.908,84
Outubro	13.398,54
Novembro	*
Dezembro	*
TOTAL	**107.759,40**

** Valores não contabilizados.*

4.2. Despesas com transportes de cargas (mudanças das unidades do PJSC)

MÊS	GASTOS (R$)
Janeiro	0,00
Fevereiro	75.496,16
Março	28.516,38
Abril	33.308,76
Maio	11.333,84
Junho	7.275,84

Julho	37.239,09
Agosto	4.082,19
Setembro	0,00
Outubro	0,00
Novembro	*
Dezembro	*
TOTAL	**197.252,26**

** Valores não contabilizados.*

4.3. Despesas com transporte executivo em Chapecó (desembargadores)

MÊS	CONTRATO	GASTOS (R$)
Janeiro	136/2012	0,00
Fevereiro	136/2012	0,00
Março	136/2012	2.948,89
Abril	136/2012	2.527,62
Maio	136/2012	2.527,62
Junho	136/2012	0,00
Julho	136/2012	3.370,16
Agosto	193/2016	0,00
Setembro	193/2016	0,00
Outubro	193/2016	0,00
Novembro	193/2016	*
Dezembro	193/2016	*
TOTAL		**11.374,29**

** Valores não contabilizados.*

4.4. Despesas com aluguel de veículo em Chapecó

MÊS	CONTRATO	GASTOS (R$)
Janeiro	167/2014	0,00
Fevereiro	167/2014	0,00
Março	167/2014	730,14
Abril	167/2014	689,57
Maio	167/2014	0,00
Junho	167/2014	0,00
Julho	167/2014	2.620,59
Agosto	167/2014	0,00
Setembro	167/2014	0,00
Outubro	167/2014 - 275/2016	0,00
Novembro	275/2016	*
Dezembro	275/2016	*
TOTAL		**4.040,30**

** Valores não contabilizados.*

4.5. Seção de Manutenção da Frota

A Seção de Manutenção da Frota gerencia a aquisição de combustível e a manutenção da frota atual de 251 veículos do Poder Judiciário de Santa Catarina, distribuídos na sede do Tribunal de Justiça e nas comarcas do Estado. O serviço é controlado por meio de sistema de gerenciamento eletrônico.

4.5.1. Despesas com combustível

MÊS	VEÍCULOS COMARCAS	VEÍCULOS DESEMBARGADORES	VEÍCULOS SECRETARIA TJ	GERADORES/ CALDEIRAS	TOTAL (R$)
Janeiro	6.503,67	11.012,30	11.382,67	0,00	28.898,64
Fevereiro	12.640,36	17.384,84	11.403,81	1.334,81	42.763,82
Março	13.666,63	20.301,84	19.495,34	0,00	53.463,81
Abril	11.882,13	18.093,02	17.570,37	10.211,00	57.756,52
Maio	11.644,30	17.432,31	16.939,18	2.135,00	48.150,79
Junho	11.270,86	17.839,78	17.389,10	10.894,00	57.393,74
Julho	28.059,63	18.874,56	17.732,24	718,63	65.385,06
Agosto	16.395,70	18.014,02	20.898,08	0,00	55.307,80
Setembro	17.097,93	16.323,48	21.704,29	0,00	55.125,70
Outubro	10.082,73	16.772,78	21.482,88	1.499,50	49.837,89
Novembro	*	*	*	*	*
Dezembro	*	*	*	*	*
TOTAL	**139.243,94**	**172.048,93**	**175.997,96**	**26.792,94**	**514.083,77**

** Valores não contabilizados.*

4.5.2. Despesas com manutenção da frota

MÊS	GASTOS EM (R$)	REVISÃO (R$)	SEGURO/ FRANQUIA/SINISTRO/ DPVAT (R$)
Janeiro	18.060,02	0,00	3.874,53
Fevereiro	17.969,37	0,00	4.738,94
Março	31.589,74	1.504,00	13.463,99
Abril	32.475,48	0,00	169,072,73
Maio	32.181,30	1.066,51	10.733,62
Junho	40.248,19	0,00	1.600,00
Julho	59.453,57	0,00	800,00
Agosto	54.810,55	0,00	0,00
Setembro	46.998,10	0,00	800,00
Outubro	41.313,34	0,00	800,00
Novembro	*	*	*
Dezembro	*	*	*
TOTAL	**375.099,66**	**2.570,51**	**36.811,08**
TOTAL GERAL	**414.481,25**		

** Valores não contabilizados.*

4.6 Seção de Gerenciamento da Frota

A média mensal referente aos atendimentos prestados pela Seção de Gerenciamento da Frota à Secretaria do Tribunal de Justiça e à Central de Transporte Institucional é a que segue:

ATENDIMENTOS		
Central de Transporte Institucional	Secretaria do TJSC	Total mensal
531	589	1.120

Abaixo, a média de viagens realizadas pelos Agentes Operacionais de Serviços Diversos da Seção de Gerenciamento da Frota:

PEDIDOS DE VIAGENS (MÉDIA)		
Mensal	Semanal	Diário

20,7	4,6	1

Observação: os veículos lotados nas comarcas são de responsabilidade dos gestores cadastrados nas respectivas unidades, a Seção de Manutenção da Frota apenas orienta quanto aos procedimentos.

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

1. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

A Diretoria de Material e Patrimônio – DMP detém a responsabilidade por:

a) operacionalizar procedimentos administrativos para a seleção da proposta mais vantajosa objetivando contratações de obras, serviços, aquisição de bens móveis alienação e locação, por meio de licitação, dispensa e inexigibilidade de licitação, por meio da Divisão de Licitação e Compras Diretas;
b) gerir administrativamente os convênios e termos congêneres e todas as contratações públicas (Contratos, Requisições de Compras ou Atas de Registro de Preços), estas decorrentes dos processos de contratação por meio de procedimento licitatório competitivo ou por dispensa e inexigibilidade de licitação, por meio da Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços;
c) armazenar, gerir estoque e distribuir os materiais estocáveis para todas as unidades judiciárias, por meio da Divisão de Almoxarifado;
d) controlar os bens imóveis utilizados pelo Poder Judiciário de Santa Catarina; e,
e) normatizar procedimentos de registro e controle patrimonial de bens permanentes, seja móveis ou imóveis, assim como supervisionar os serviços relacionados ao recebimento, conferência, guarda, distribuição e baixa de bens no âmbito do Poder Judiciário catarinense, por meio da Divisão de Patrimônio.

Em fevereiro de 2016, sofreu uma reestruturação:

a) passou a contar não mais com 5 (cinco) Divisões, mas com 4 (quatro), extinguindo-se a Divisão de Compras, tendo a Seção de Aquisição Direta migrado para Divisão de Licitação e Compras Diretas e a Seção de registro de Preços, que passou a compor a Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços;
b) fusão das Seções de Controle de Estoque e de Conferência e Distribuição de Materiais na Seção de Atendimento e Expedição de Materiais na Divisão de Almoxarifado e extinção da Seção de Alienação, na Divisão de Patrimônio;
c) fusão da Seção de Controle de Bens Móveis e da Seção de Alienação de Bens Móveis, passando a ser Seção de Controle e Alienação de Bens Móveis; e
d) a Assessoria Técnico-Jurídica passou a contar com 4 (quatro) Assessores e não mais com 5 (cinco).

Dentre as atividades realizadas no ano de 2016, ressalta-se o acompanhamento do Plano de Licitação Institucional – PLI, lançado em 2015, cujo objetivo inicial era o de ter conhecimento acerca de qual o volume de contratações públicas que aportariam na Diretoria e os prazos a que estavam vinculadas, para fins de organização dos recursos disponíveis, frente às demandas elencadas. Os dados colhidos até o momento impulsionaram ações destinadas ao gerenciamento das atividades e prazos internos, enfatizando-se as de agrupamento de maior número de itens em uma mesma licitação. O ano de 2016 se encerra com a conclusão da nova versão do PLI, abarcando, agora, as atividades atinentes a cada tipo de contratação, considerando a complexidade dos objetos e se devem ser tratados de forma excepcional, em decorrência do ineditismo da contratação ou se é contratação recorrente deste PJSC.
Somente no ano de 2016 foram supervisionadas 2.015 lotações (unidades administrativas reguladas pela Resolução n° 9/2013-GP), as quais abrigam o total de 494.433 bens permanentes. Foram incorporados 22.470 bens, dentre eles 5 imóveis, sendo o restante bens móveis permanentes. Quanto aos bens inativos, foram baixados 12.544 bens, dentre eles 5 imóveis, sendo o restante bens móveis permanentes.
O controle patrimonial é uma exigência constitucional prevista no art. 58 da Constituição do Estado de Santa Catarina, disciplinado pela Lei Federal n° 4.320/64 e Lei Complementar n° 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, entre os anos 2014 e 2016 foram mais de 800 processos

administrativos analisados. Dentre eles a destacar as auditorias patrimoniais e os inventários realizados nas 79 lotações do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, cujas metodologias e procedimentos foram se desenvolvendo para perfectibilização da guarda patrimonial.
Empreendeu-se, ainda, visando à melhoria dos fluxos dos processos administrativos e redução dos prazos de tramitação de processos, tendo como grande ganho deste exercício a tramitação eletrônica dos processos de termos aditivos e pagamentos de contratos. Passou-se a celebrar termos aditivos unilaterais, nos casos previstos em lei. A tramitação digital dos processos de pagamentos também trouxe benefícios para os fornecedores, que tiveram seus prazos médios de recebimento reduzidos.
A adoção de Atas de Registro de Preços para fornecimento de bens, e de Contratos para a prestação de serviços, foi uma melhoria cujos resultados vêm sendo colhidos pela Divisão de Almoxarifado (e por todas as Unidades Requisitantes), ensejando que as demandas por processos licitatórios de fornecimento sejam iniciadas durante todo o ano e não mais concentradas no final do exercício (porque antes vinculados à vigência dos créditos orçamentários).
Foi um ano de inovação quanto à utilização do Pregão Eletrônico - em detrimento do presencial - para as contratações de serviços continuados de terceirização de mão de obra, com sucesso desde a primeira licitação, em setembro de 2016, em que compareceram 27 empresas interessadas. A meta da DMP até agosto de 2014 era a de realizar 50% de todos os Pregões na forma eletrônica, tendo sido obtido o resultado de 98% em 2016.
A utilização crescente do Credenciamento como forma de contratação de serviços que possam ser prestados por todas as empresas previamente cadastradas tem se demonstrado prática eficiente e possibilita a pulverização das contratações, mantido o mesmo preço, independentemente da empresa contratada. Foram objeto de credenciamento, neste ano, além dos serviços de leiloeiros e perícias médicas, já vigentes desde 2014 e 2015, respectivamente, o Serviço Móvel Pessoal (SMP) – modem e aparelhos celulares, e o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) - Conexão à Internet Banda Larga Fixa (todos disponíveis em http://www.tjsc.jus.br/licitacoes-contratos-e-fornecedores).
O leilão de veículos inservíveis foi realizado, pela primeira vez, com praceamento presencial e eletrônico simultâneos, e obteve êxito para a reversão, aos cofres públicos, do valor de R$ 405.800,00 (+ 37,18% sobre valor da avaliação inicial), em decorrência da alienação de 26 (vinte e seis) veículos.
Estudos desta Diretoria indicam, para 2017, sugestões de:

a) adoção do Credenciamento para doação de bens inservíveis;
b) adoção de processo simplificado de contratações por inexigibilidade de licitação abaixo de R$ 8.000,00 (duplo enquadramento – dispensa em função de valor e inexigibilidade);
c) implantação da Requisição de Compras Eletrônica (Dispensa de valor – até R$ 15.000,00 ou até R$ 8.000,00);
d) utilização, a partir do início de 2017, de SPA para todos os pagamentos de Atas de Registro de Preços, de empenhos ordinários em parcela única e Requisições de Compras; e
e) acompanhamento diário de prazos e atividades, pelo servidor da Divisão de Licitação e Compras Diretas especialmente designado, desde o planejamento da licitação até a entrega da contratação à Unidade Requisitante.

Dados estatísticos da Diretoria

1.1. GABINETE DA DIREÇÃO

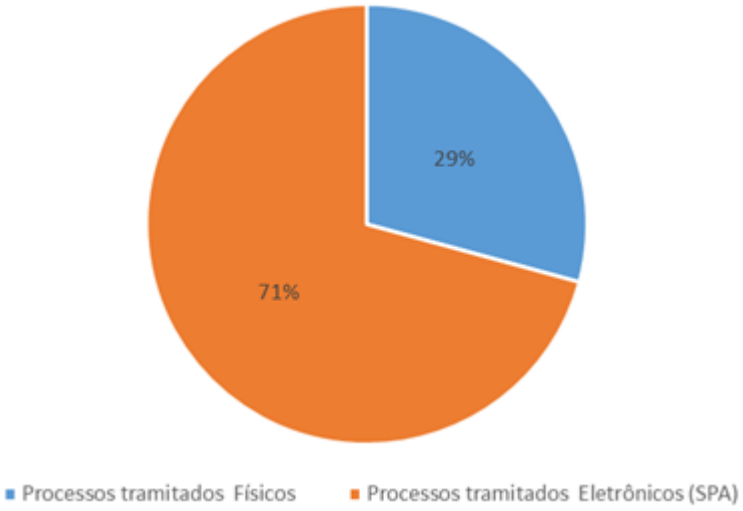
1.1.1. Secretaria

TABELA 1 – MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS NO GABINETE		2016	2015	2014	2013	2012	2011
Processos cadastrados		**1.178**	**2.323**	2.619	2.780	3.795	1.297
Processos tramitados	*Físicos*	**3.906**	**8.387**	**10.381**	**12.502**	**11.565**	**5.912**

Eletrônicos (SPA)	**9.458**	**3.115**	**583**

Fonte: Dados do setor

GRÁFICO 1 – MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS NO GABINETE



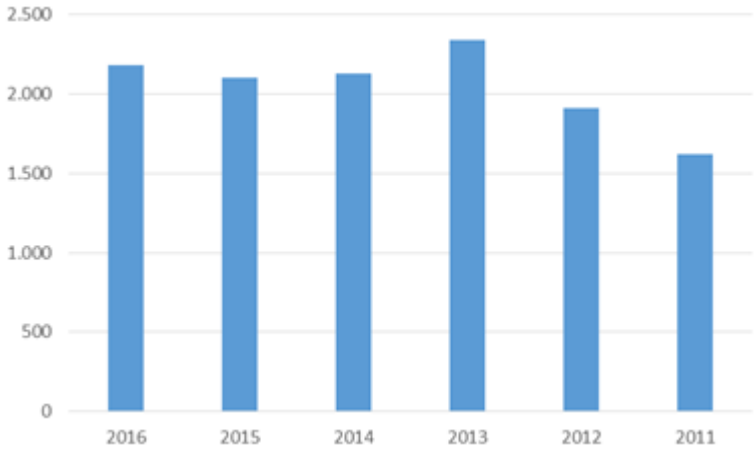
Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

1.1.2. Assessoria

TABELA 2 – ATIVIDADES DA ASSESSORIA	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Pareceres jurídicos	2.184	2.104	2.133	2.339	1.914	1.623
Análise de minutas de editais e contratos	491	470	483	849	910	806
Análise de minutas de convênios	91	44	40	47	105	96
Análise de minutas de termos aditivos convênios	160					
Análise de minutas de Termos aditivos	679	533	466	477	588	
Regularização de bens imóveis	15	21	18	13	28	
Assessoramento por e-mail, por telefone e em reuniões	7.548	6.257	3.750	2.789	2.370	
Realização de treinamento para as unidades (2hs cada)	5	6	3	10	8	

Fonte: Dados do setor (retificados os anos anteriores, em face do fechamento dos exercícios de 2011 a 2015)

GRÁFICO 2 – PARECERES JURÍDICOS



Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

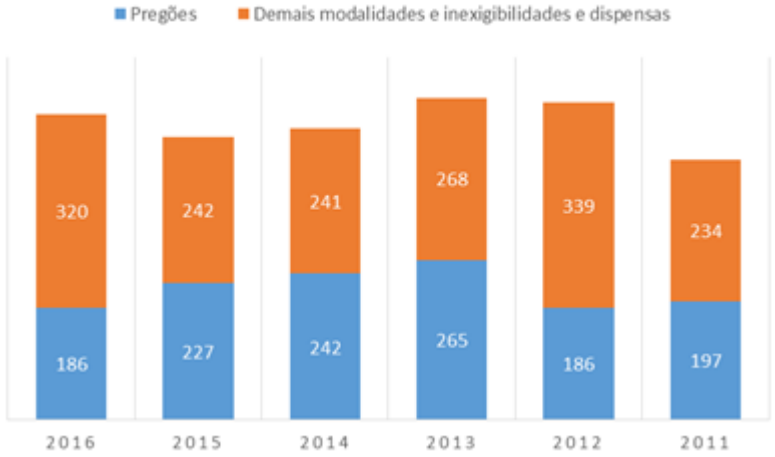
1.2. DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS DIRETAS

TABELA 3 – PROCEDIMENTOS REALIZADOS	2016	2015	2014	2013	2012	2011

Concorrências		2	4	7	14	12	20
Tomadas de Preço		13	8	9	36	52	50
Convites		4	1	0	0	18	14
Dispensas de Licitação (EXCETUADOS os incisos I e II, art 24)	Dispensa Emergencial	17					
	Dispensa (Inciso XII)	156	73	37	42	42	51
	Demais Dispensas	19					
Inexigibilidades de Licitação		104	131	138	144	149	77
Credenciamento		3	1	1			
Leilões		2	1	2	1	1	1
Pregões	Presenciais	4	29	242	265	186	197
	Eletrônicos	182	198				
Modalidade ainda não definida			23	47	31	65	21
TOTAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS		**506**	**469**	**483**	**533**	**525**	**431**

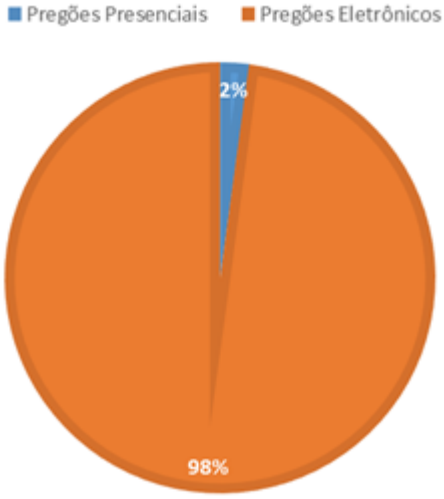
Fonte: Dados do setor

GRÁFICO 3 – MODALIDADES



Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

GRÁFICO 4 – PREGÕES ELETRÔNICOS X PRESENCIAIS



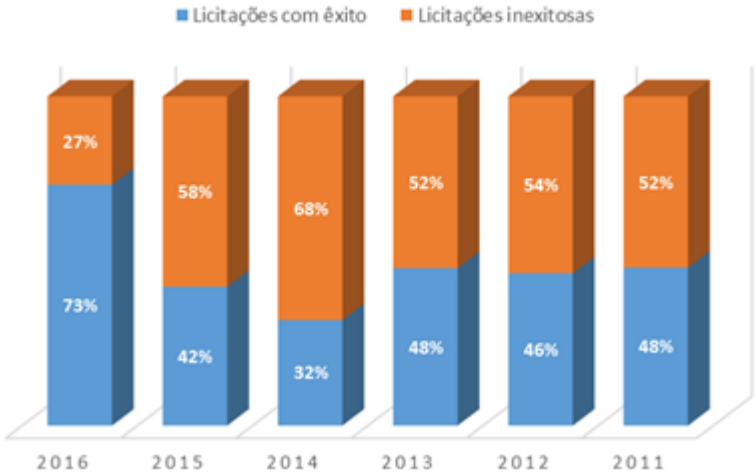
Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

TABELA 4 – SITUAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Licitações ainda não concluídas	74	220	294	223	226	180
Licitações com êxito	257	198	155	255	243	207
Licitações canceladas	8	12	11	26	31	21
Licitações desertas	2	25	19	22	17	14
Licitações fracassadas	5	13	4	7	6	6

Licitações revogadas	3	1	0	0	1	0
Licitações anuladas	2	0	0	0	1	3
TOTAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS	**351**	**469**	**483**	**533**	**525**	**431**

Fonte: Dados do setor

GRÁFICO 5 – LICITAÇÕES EXITOSAS

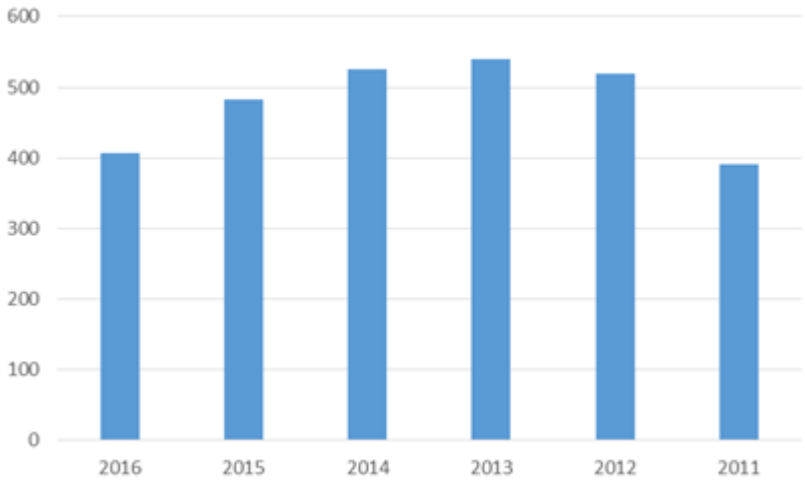


Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

TABELA 5 – ATIVIDADES DA SEÇÃO DE CONTROLE DE FORNECEDORES	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Pedidos de Reserva Orçamentária	345	478	556	586	532	484
Termos de Referência	407	483	525	539	519	390
Cadastro de fornecedores	905	804				
Credenciamentos	21	18				
Quantidade média quinzenal de atualizações cadastrais	700	700	700	625	520	500
Informações complementares (diversas)	666	159	138	109	103	

Fonte: Dados do setor

GRÁFICO 6 – QUANTIDADE DE TERMOS DE REFERÊNCIA ELABORADOS PELA SEÇÃO DE FORNECEDORES

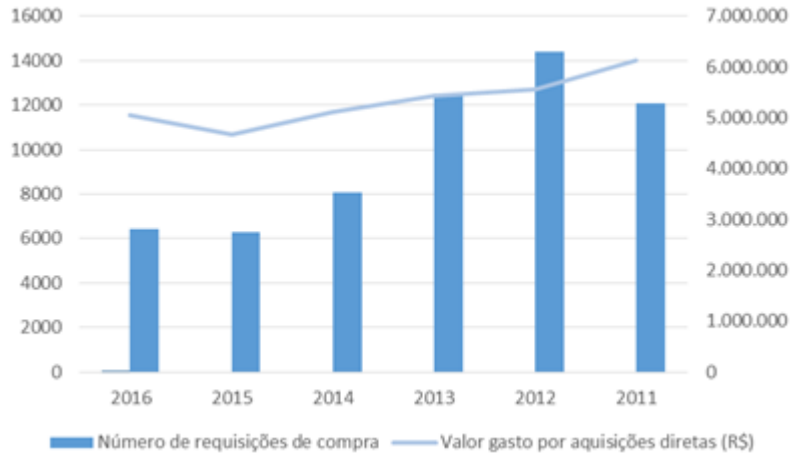


Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

TABELA 6 – AQUISIÇÕES DIRETAS	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Número de requisições de compra	6.434	6.294	8.089	12.506	14.391	12.093
Valor gasto por aquisições diretas (R$)	5.045.320	4.667.239	5.120.840	5.426.936	5.557.660	6.141.155

Fonte: Dados do setor (retificados os anos anteriores, em face do fechamento dos exercícios de 2011 a 2015)

GRÁFICO 7 – AQUISIÇÕES DIRETAS

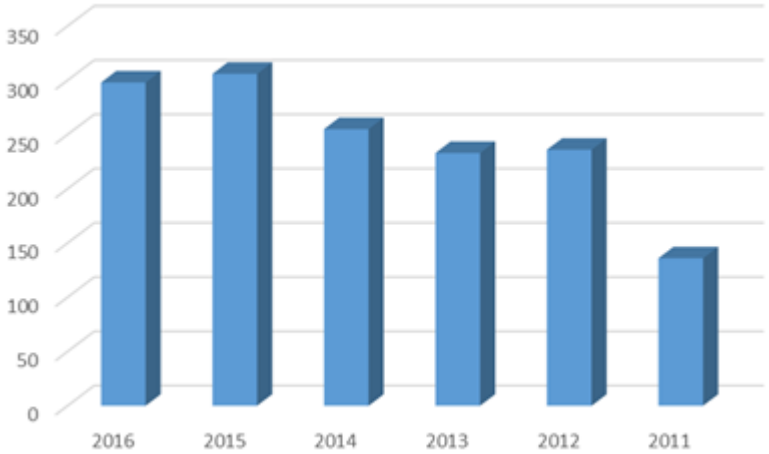


Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

TABELA 7 – ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS		2016	2015	2014	2013	2012	2011
Número de atas de registro de preços		298	306	255	233	236	136
Quantidade de pedidos relativos às atas		3.230	15.024*	2.533	1.374	1.654	1.811
Valor gasto por atas de registro de preços (R$)	Empenhado	14.310.719	48.856.345	38.836.793	5.982.954	14.778.984	17.496.878
	A empenhar		171.972		14.617	700.702	3.688.006
	* Incorporados os pedidos de livros (11.233 pedidos)						

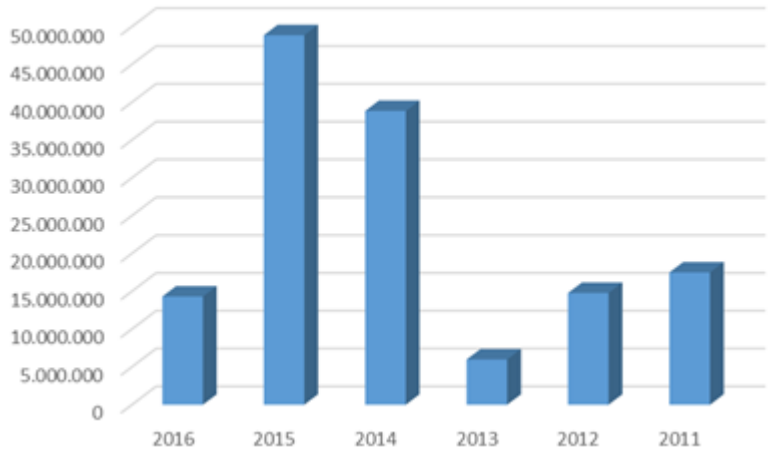
Fonte: Dados do setor

GRÁFICO 8 – ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS



Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

GRÁFICO 9 – VALOR GASTO POR ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS



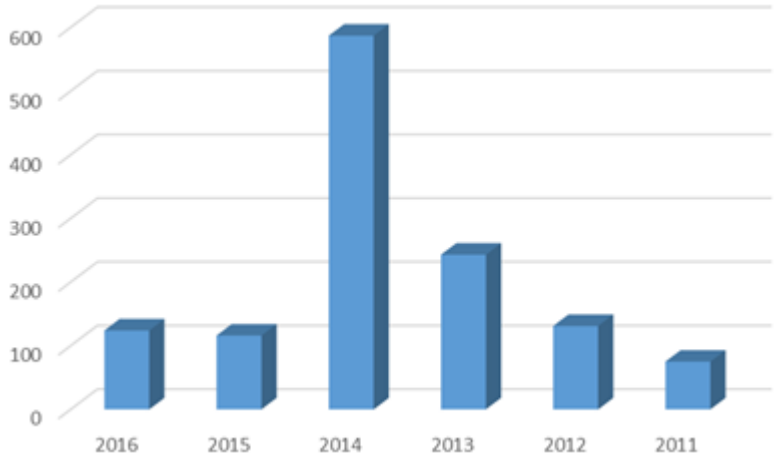
Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

TABELA 8 – AQUISIÇÕES POR EMPENHO	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Número de aquisições por empenho	124	116	587	243	131	75

Valor gasto por aquisições por empenho (R$)	3.345.622,18	2.645.133	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado

Fonte: Dados do setor

GRÁFICO 10 – AQUISIÇÕES POR EMPENHO



Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

GRÁFICO 11 – AJUSTES RESULTANTES DAS LICITAÇÕES EXITOSAS



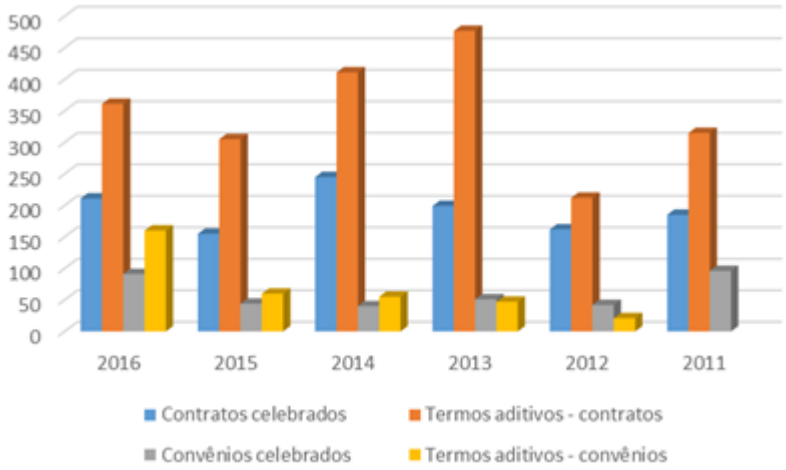
Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

1.3. DIVISÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E REGISTRO DE PREÇOS

TABELA 9 – MOVIMENTAÇÕES E ATIVIDADES	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Movimentação de processos - entradas	4.572	6.574	7.245	7.727	7.254	6.575
Movimentação de processos - saídas	5.178	6.572	7.076	7.780	6.928	6.715
Movimentação de proc. Eletrônicos (SPA) – entradas	8.372	968	270			
Movimentação de processos Eletrônicos (SPA) - saídas	6.014	600	181			
Contratos celebrados	211	147	214	185	150	180
Convênios celebrados	91	44	40	51	42	96
Comodatos celebrados		8	31	14	12	5
Termos aditivos elaborados (contratos)	361	305	411	477	212	315
Termos aditivos elaborados (convênios)	160	60	55	47	21	
Contratos prorrogados	209	168	135	121	145	215

Fonte: Dados do setor

GRÁFICO 12 – NÚMERO DE TERMOS CELEBRADOS



Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

TABELA 10 – VALORES GASTOS POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2016	2015	2014	2013	2012	2011
ADSL / Internet / Redes	13.575.670	7.060.490	6.253.873	3.459.877	4.397.381	701.214
Aquisição de licença informática	12.404.057	2.949.127	8.768.217	2.090.680	17.290.382	315.960
Chaveiro	25.545	32.493	89.991	76.330	67.376	31.494
Coleta de lixo / Resíduos / Bens apreendidos	623.298	587.563	366.593	93.373	31.948	32.307
Consultoria técnica	25.360	1.206.176	21.350	680.819	51.424	235.654
Controle de pragas	231.514	204.723	224.452	340.601	77.253	36.415
Cursos	250.300	550.498	506.180	421.839	188.102	307.122
Desenvolvimento e execução de Projetos de Pesquisa		232.800			177.480	141.525
Elaboração de Projetos	120.166	502.896	223.711	298.140	1.244.120	512.393
Emergências médicas	19.717	20.000	20.000	11.748	11.748	33.960
Eventos	83.254	226.493	67.684	214.097	161.298	133.495
Gerenciamento de frota	1.085.000	1.876.071	1.023.000	1.341.190	1.419.026	741.600
Higienização de processos					600.000	620.000
Locação de equipamentos	97.203	197.332	166.352	51.153	72.500	437.743
Locação de veículo	29.893	62.583	38.500	25.560	11.448	17.589
Locação de mão de obra	54.990.353	48.487.291	38.866.892	28.352.275	30.249.629	27.392.619
Monitoramento eletrônico	20.628	357.220	244.837	366.877	18.161	402.686
Mudança de magistrados	224.000	290.000	330.000	266.108	552.969	226.513
Passagens Aéreas	685.000	1.275.000	1.035.000	696.879	696.878	632.395
Prestação de Serviços Bancários	2.969.975	3.161.547	2.512.000	556.000	2.061.000	2.000.000
Produção e veiculação de programas de televisão	200.671	193.960	225.600	123.800	146.200	649.960
Publicações	116.566	123.871	177.748	126.240	82.800	72.000
Serviços de gravação de som e filmagem	520.000	455.000	525.000	300.000	98.500	166.275
Serviços de informática	7.385.087	3.528.785	20.523.483	4.605.821	6.742.068	4.520.052
Serviços de microfilmagem				180.000	800.000	600.000
Serviços de plotagem	5.618	15.000	7.000	15.000	15.000	8.000
Serviços de reprodução fotostática	-	1.343	1.000	20.013	97.470	3.000
Serviços gráficos					880.000	
Serviços postais	19.441.860	14.680.500	13.112.273	10.455.869	11.005.869	9.985.336
Transporte de mercadorias	850.704	1.150.000	1.000.000	840.000	840.000	755.146
Vigilância	35.253.599	31.383.923	28.161.834	23.766.200	11.751.291	5.796.746
TOTAL	**151.235.038**	**120.812.687**	**124.492.568**	**79.776.488**	**91.839.321**	**57.509.202**

Fonte: Dados do setor

TABELA 11 – VALORES GASTOS POR AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Equipamentos	11.967.598	16.873.296	7.341.048	1.792.957	4.018.550	4.932.728
Veículos				447.000	219.800	5.878.000

TOTAL	**11.967.598**	**16.873.296**	**7.341.048**	**2.239.957**	**4.238.350**	**10.810.728**

Fonte: Dados do setor

TABELA 12 – VALORES GASTOS POR AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSUMO	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Gêneros alimentícios	1.485.832	547.390	537.868	594.579	291.787	435.489
Materiais de consumo	338.525	591.399	673.455	830.566	1.361.612	549.154
TOTAL	**1.824.357**	**1.138.789**	**1.211.323**	**1.425.145**	**1.653.399**	**984.643**

Fonte: Dados do setor

TABELA 13 – VALORES GASTOS POR TELEFONIA	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Telefonia fixa	865.160	736.166	839.024	1.150.099	1.794.731	1.318.756
Telefonia móvel	962.792	1.031.487	978.699	1.183.086	1.648.700	1.430.691
TOTAL	**1.827.952**	**1.767.653**	**1.817.722**	**2.333.185**	**3.443.431**	**2.749.447**

Fonte: Dados do setor

TABELA 14 – VALORES GASTOS POR MANUTENÇÃO	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Climatização	1.524.448	1.066.640	859.416	395.018	383.865	322.717
Calefação	83.440	72.648	68.545	29.802	35.402	32.528
Elevadores/Plataformas elevatórias	442.779	451.846	421.923	300.634	335.863	291.482
Equipamentos	1.703.558	812.804	457.655	8.168	4.608	418.695
Sistemas de informática	19.680.790	16.010.273	8.883.641	3.271.968	3.919.432	9.445.967
Elétrica	2.694.413	3.976.691	1.827.944	817.262	1.577.929	214.282
Predial	5.919.842	8.741.011	8.952.390	5.663.572	55.000	197.625
TOTAL	**32.049.273**	**31.131.914**	**21.471.514**	**10.486.424**	**6.312.099**	**10.923.295**

Fonte: Dados do setor

TABELA 15 – VALORES GASTOS POR IMÓVEIS	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Locação	4.969.000	6.760.569	7.861.015	7.082.872	5.734.643	5.633.567
Construção	25.408.630	19.226.239	60.067.133	13.407.193	1.900.399	1.635.922
Reforma	14.076.323	11.315.756	3.712.321	11.004.520	4.859.721	2.023.498
Aquisição	10.477.502	60.720.970		19.498.000		
TOTAL	**59.931.457**	**98.023.534**	**71.640.470**	**50.992.585**	**12.494.763**	**9.292.987**

Fonte: Dados do setor

GRÁFICO 13 – VALORES GASTOS X CLASSIFICAÇÃO



Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

1.4. DIVISÃO DE ALMOXARIFADO

TABELA 16 – REQUISIÇÕES	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Requisições de materiais processadas	16.571	17.176	19.941	21.224	19.264	20.326
Requisições de compra	89	99	133	169	150	237

Fonte: Dados do setor colhidos até 8 dez. 2016

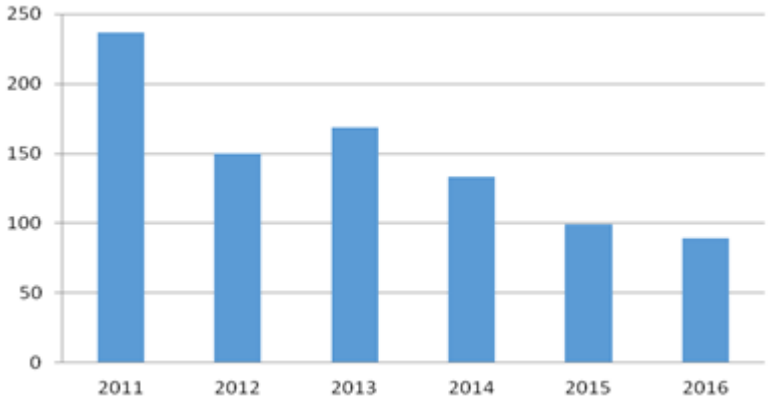
TABELA 17 – INCLUSÕES NO ESTOQUE	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Por compra	4.061	3.875	4.835	5.085	5.768	5.195
Formulário - Gráfica	186	166	153	396	424	390
Itens de materiais movimentados	72.272	78.006	90.741	103.050	103.630	106.038

Fonte: Dados do setor

TABELA 18 – TRANSPORTE	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Volumes transportados para Comarcas	37.515	43.711	57.086	54.538	45.708	53.364
Número de remessas para Comarcas	2.288	2.821	2.862	3.036	3.253	3.396
Peso dos materiais transportados (Kg)	507.160	630.736	807.536	792.608	732.993	787.519
Valor das mercadorias transportadas (R$)	7.199.118	11.335.655	22.678.121	13.267.491	11.959.003	17.250.143

Fonte: Dados do setor

GRÁFICO 14 – QUANTIDADE DE REQUISIÇÕES DE COMPRAS



Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

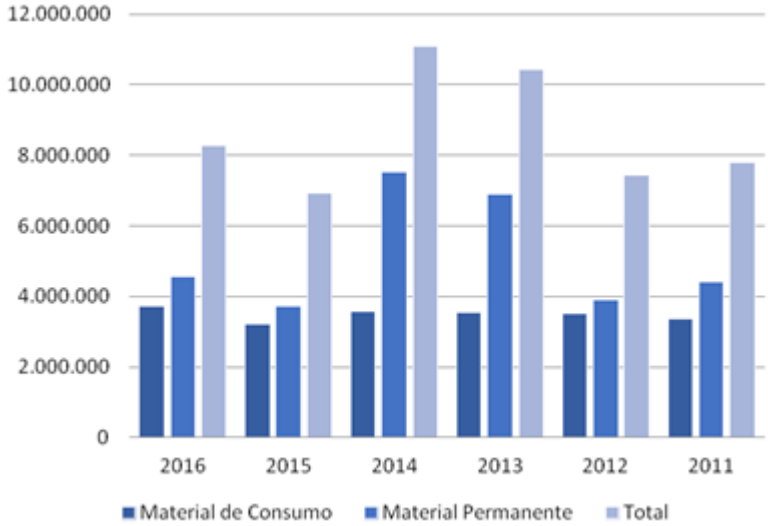
TABELA 19 – VALORES MOVIMENTADOS (R$)	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Material de Consumo	11.020.583	9.387.987	10.353.822	16.897.172	11.871.429	16.124.029
Material Permanente	11.307.913	54.583.476	61.656.052	22.520.437	30.448.187	25.759.742
TOTAL DE CONTRATAÇÕES	**22.328.496**	**63.971.463**	**72.009.874**	**39.417.609**	**42.319.616**	**41.883.771**

Fonte: Dados do setor

TABELA 20 – VALOR DO ESTOQUE (R$)	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Material de Consumo	3.714.125	3.215.277	3.561.215	3.544.518	3.510.218	3.365.503
Material Permanente	4.557.896	3.718.410	7.524.201	6.897.897	3.915.307	4.426.312
TOTAL	**8.272.021**	**6.933.687**	**11.085.416**	**10.442.414**	**7.425.525**	**7.791.815**

Fonte: Dados do setor

GRÁFICO 15 – VALOR DO ESTOQUE (R$)



Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

1.5. DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

TABELA 21 – INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Aparelhos de Equipamentos de Comunicação	849	657	725			
Aparelhos de Medição e Orientação	9	30	6			
Aparelhos e Utensílios Domésticos	48	29	38			
Aparelhos, Equip. Utens.Med.Odont.Laboratório	1	15	4			
Coleções de materiais bibliográficos	15.002	12.140	13.258	15.849	16.606	26.992
Edifícios	3	5	4			
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	472	326	2.415			
Empilhadeira	1					
Equipamentos de Processamento Dados	907	3.235	14.831			
Equipamentos e instalações				9.094	6.325	7.938
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	679	738	1.104			
Equipamentos Manobra Patrulhamento	1	1	1			
Equipamentos Proteção, Segurança e Socorro	273	270	122			
Máquinas e Equiptos Energéticos	367	2.314	3.116			
Máquinas e Equiptos Gráficos	2	1	4			
Máquinas Equiptos. Natureza Indústria	2	3	8			
Máquinas, Ferramentas e Utensílios	2	1	2			
Máquinas, Instr. Utensílios Escritório	121	156	290			
Máquinas, motores e aparelhos				4.327	3.817	7.355
Máquinas, Utensílios e Equiptos. Diversos	732	971	820			
Mobiliários	2.959	5.574	8.608	7.073	5.908	9.534
Software	34	43	100			
Terrenos	2	7	4			
Veículos		4	38	45	34	114
TOTAL	**22.466**	**26.520**	**45.498**	**36.388**	**32.690**	**51.933**

Fonte: Dados do setor

TABELA 22 – TRANSFERÊNCIA DE BENS	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Acessórios para automóveis	8	8				
Aparelhos de Equipamentos de Comunicação	2.388	1.920	2.975			
Aparelhos de Medição e Orientação	84	118	128			
Aparelhos e Utensílios Domésticos	73	56	84			
Aparelhos, Equip. Utens.Med.Odont.Laboratório	34	31	106			

Coleções de materiais bibliográficos	53	7.715				
Edifícios		1	5			
Empilhadeira	1					
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	1.542	907	2.763			
Equipamentos de Processamento Dados	11.014	13.945	30.019			
Equipamentos e instalações				17.374	5.833	602
Equipamentos Hidráulico e elétricos	2.109	2.378	3.044			
Equipamentos Manobra Patrulhamento	2	1	1			
Equipamentos Proteção, Segurança e Socorro	509	362	320			
Máquinas e Equiptos Energéticos	5.068	7.469	9.480			
Máquinas e Equiptos Gráficos	10	2	13			
Máquinas Equiptos. Natureza Indústria	2	11	6			
Máquinas, Ferramentas e Utensílios	1	3	2			
Máquinas, Instr. Utensílios Escritório	1.601	2.072	3.520			
Máquinas, motores e aparelhos				16.466	4.071	5.375
Máquinas, Utensílios e Equiptos.Diversos	2.541	2.267	3.782			
Mobiliário Geral	14.757	18.484	35.692	34.577	3.411	2.852
Obras de arte e peças para museu		2				
Softwares	25	74	79			
Terrenos		1	6			
Veículos	6	70				
TOTAL	**41.828**	**57.897**	**92.025**	**68.417**	**13.315**	**8.829**

Fonte: Dados do setor

TABELA 23 – BENS MÓVEIS BAIXADOS	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Acessórios para automóveis	20	1				
Aparelhos de Equipamentos de Comunicação	650	378	713			
Aparelhos de Medição e Orientação	18	19	7			
Aparelhos e Utensílios Domésticos	47	47	43			
Aparelhos, Equip. Utens.Med.Odont.Laboratório	31	4	2			
Coleções de Materiais Bibliográficos	2.293	4.839	6.076	4.756	5.777	6.138
Equipamentos de Processamento Dados	2.095	3.506	3.348			
Equipamentos diversos				1.799	992	2.031
Equipamentos Hidráulico e elétricos	698	1.172	368			
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	59	17	14			
Equipamentos Proteção, Segurança e Socorro	32	32	40			
Máquinas e Equiptos Energéticos	775	78	182			
Máquinas e Equiptos Gráficos	2	1				
Máquinas Equiptos. Natureza Indústria	2	2	1			
Máquinas, Instr. Utensílios Escritório	630	2.770	500			
Máquinas, motores e aparelhos				2.351	1.412	3.427
Máquinas, Utensílios e Equiptos.Diversos	647	684	299			
Mobiliário Geral	3.495	3.607	2.459	3.272	2.543	2.180
Utensílios					36	802
Veículos	31	22	10	41	3	0
TOTAL	**11.525**	**17.179**	**14.062**	**12.219**	**10.763**	**14.578**

Fonte: Dados do setor

TABELA 24 – ALIENAÇÃO DE BENS	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Processos de doação	117	115	108	177	129	139
Processos de inutilização	93	434	54	47	1	1
Processos de transferência a outros órgãos	78	38	32	18	18	30

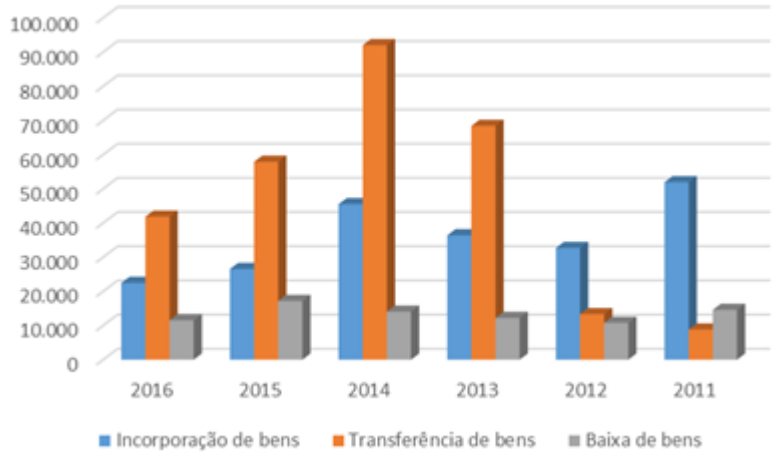
Entidades atendidas	195	126	92	148	137	120

Fonte: Dados do setor

TABELA 25 – BENS MÓVEIS CONSERTADOS	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Equipamentos diversos e mobiliário em geral	140	186	78	153	321	691

Fonte: Dados do setor

GRÁFICO 17 – MOVIMENTAÇÕES DE BENS



Autor: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

O Orçamento do Poder Judiciário de Santa Catarina é composto por duas Unidades Orçamentárias: Tribunal de Justiça e Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: TRIBUNAL DE JUSTIÇA
A Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça contempla os repasses recebidos pelo Tesouro do Estado, representados pelo duodécimo (9,31% da Receita Líquida Disponível e da arrecadação do Fundo Social e Seitec) e pela receita oriunda do Sistema de Depósitos Judiciais – Sidejud (Lei Estadual n.º 15.327/2010, art. 3º, §2º). Ademais, acrescentam-se a esta Unidade Orçamentária os recursos destinados ao pagamento de precatórios judiciais e os da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz (LC n.º 127/1994).
Os recursos do repasse do Governo do Estado, denominado duodécimo, podem ser aplicados no pagamento de despesas com:

- Pessoal ativo e inativo do Judiciário;
- Manutenção em geral do Judiciário;
- Material de consumo (gêneros alimentícios, despesas médicas/odontológicas, gás);
- Veículos de representação e de serviços em geral;
- Contratação de bolsistas;
- Terceirização (substituição de cargos efetivos extintos).

Os recursos do Sidejud podem ser aplicados no pagamento de despesas com:

- Construção, reforma, instalação e manutenção de Casas da Cidadania e Fóruns Municipais nos municípios que não sejam sede de comarca e nos distritos e bairros das cidades com alto índice demográfico;
- Instalação, desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades dos Juizados Especiais;
- Modernização das bibliotecas e dos arquivos do Poder Judiciário;
- Manutenção da Academia Judicial e aperfeiçoamento dos magistrados;
- Capacitação e aperfeiçoamento dos servidores;
- Manutenção, serviços, equipamentos e sistemas de informática;
- Aquisição e manutenção de mobiliário e de veículos;
- Implantação e manutenção dos sistemas de segurança do Poder Judiciário;
- Manutenção e aprimoramento do Sistema de Gestão Centralizada de Depósitos sob Aviso à Disposição do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.
- Comunicação institucional;
- Pagamento de débito do Poder Judiciário decorrente de reconhecimento de direito não implementado em tempo e modo oportuno por ausência de disponibilidade orçamentária e financeira;
- Cobertura de insuficiência financeira do Poder Judiciário, relativa ao Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina; e
- Aquisição, construção, manutenção, reforma e conservação de edificações em caráter complementar aos recursos advindos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ).

No tocante às verbas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz (transferidos ao Poder Judiciário por força da LC n.º 127/94), cumpre observar

que, por não fazerem parte do duodécimo, convém não os considerar quando se tratar de execução orçamentária. O mesmo tratamento será dado à descentralização orçamentária e financeira oriunda do IPREV.
Porém, importante mencionar que, referente aos precatórios, o orçamento teve como dotação inicial R$ 210 milhões. Com as respectivas alterações orçamentárias ocorridas durante o exercício (Suplementação/Cancelamento), alcançou a dotação orçamentária final de R$ 235.348.913,60. Contudo, foram pagos R$ 115.234.279,55. O detalhamento do pagamento de precatórios aos credores é abordado no item que trata desse assunto no presente relatório.
Quanto ao orçamento para pagamento de servidores inativos e pensionistas da categoria de Serventuários da Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz, no que tange a despesas de auxílio-funeral e plano de saúde, foi consignada dotação inicial de R$ 655 mil. Vale lembrar que, muito embora esse valor esteja vinculado ao orçamento do Poder Judiciário, sua execução depende de repasses financeiros oriundos do Poder Executivo, o que não ocorreu em 2016, impedindo, portanto, o processamento das despesas.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA – FRJ
A receita da Unidade Orçamentária do Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ – é composta pela arrecadação de custas judiciais e extrajudiciais, taxa judiciária, selo de fiscalização, SAT (recebimentos de cobranças de dívida ativa) e indenizações e restituições.
Os recursos afetos a esta Unidade Orçamentária poderão ser aplicados no pagamento de despesas com:

- Construções e reformas de prédios;
- Manutenção e conservação de edificações do Poder Judiciário;
- Capacitação de magistrados e servidores;
- Material de consumo;
- Material permanente;
- Mobiliário e sua adaptação;
- Implementação dos serviços de informática;
- Manutenção da gráfica e de equipamentos;
- Serviços de limpeza, jardinagem, lavação de toalhas;
- Devolução de custas;
- Terceirização;
- Contratação de estagiários.

Nos itens seguintes, são apresentadas informações sobre a execução orçamentária segregadas por fonte de recurso.

1.1. Recursos oriundos de repasses do Tesouro Estadual

A previsão de arrecadação de receitas desse grupo de fontes de recursos foi de R$ 1.405.680.584,00 (R$ 1.364.680.584,00 de dotações orçamentárias mais R$ 41.000.000,00 da insuficiência financeira do IPREV). Contudo, a arrecadação foi de R$ 1.302.937.750,68. Assim, foi verificado déficit de arrecadação de **R$ 107 milhões** (7,3% abaixo da estimativa).
No quadro abaixo é apresentado o resultado da arrecadação de forma detalhada por fonte de recurso:

FONTE DE RECURSO	RECEITA PREVISTA	RECEITA REALIZADA	SUPERÁVIT/DÉFICIT	%
Receita Líquida Disponível	R$ 1.340.640.000,00	R$ 1.251.765.385,60	-R$ 88.874.614,40	-7%
Fundo Social	R$ 35.186.084,00	R$ 14.858.650,36	-R$ 20.327.433,64	-58%
Seitec	R$ 18.154.500,00	R$ 10.992.987,43	-R$ 7.161.512,57	-39%
Remu. Dep. Bancário	R$ 6.600.000,00	R$ 12.955.711,76	R$ 6.355.711,76	96%
BB - folha - contrato 240/2013	R$ 5.100.000,00	R$ 5.249.267,20	R$ 149.267,20	3%
Indenizações e restituições	R$ -	R$ 2.489.290,72	R$ 2.489.290,72	

Soma	R$ 1.405.680.584,00	R$ 1.298.311.293,07	-R$ 107.369.290,93	-8%

No que tange à evolução das receitas oriundas do duodécimo (RLD, Fundo Social e Seitec), é importante destacar que foi fortemente afetada pela crise econômica que assolou o país. A RLD prevista para 2016 foi de R$ 14.400.000.000,00. Contudo, ao final do período resultou em R$ 13.717.725.700,92 (A receita auferida em dezembro de 2016 será repassada ao TJSC no mês de janeiro de 2017, conforme definida LDO, art. 27, § 2º). Desse modo, observa-se a ocorrência de déficit de arrecadação de **R$ 682.274.299,08**.

MESES	2016		EXCESSO/DÉFICIT 2016	% DO PREVISTO	% DE 2015
	2016 - ORÇADA	2016 - ARRECADADA			
JANEIRO	1.233.277.645,84	1.206.210.243,15	(27.067.402,69)	-2,19%	9,16%
FEVEREIRO	1.126.459.161,08	1.058.793.610,95	(67.665.550,13)	-6,01%	4,35%
MARÇO	1.122.567.929,55	1.044.381.321,56	(78.186.607,99)	-6,96%	2,86%
ABRIL	1.172.525.166,18	1.093.632.825,47	(78.892.340,71)	-6,73%	1,07%
MAIO	1.191.739.307,67	1.100.303.486,18	(91.435.821,49)	-7,67%	4,50%
JUNHO	1.175.089.597,22	1.072.595.753,39	(102.493.843,83)	-8,72%	3,80%
JULHO	1.135.382.240,05	1.054.623.247,19	(80.758.992,86)	-7,11%	1,36%
AGOSTO	1.171.250.269,93	1.069.172.898,05	(102.077.371,88)	-8,72%	4,79%
SETEMBRO	1.200.108.480,27	1.234.030.751,72	33.922.271,45	2,83%	23,00%
OUTUBRO	1.215.082.265,31	1.168.317.532,61	(46.764.732,70)	-3,85%	10,57%
NOVEMBRO	1.266.422.054,10	1.180.196.065,46	(86.225.988,64)	-6,81%	13,48%
DEZEMBRO	1.390.095.882,79	1.435.467.965,19	45.372.082,40	3,26%	23,41%
TOTAL	**14.400.000.000,00**	**13.717.725.700,92**	**(682.274.299,08)**	**-4,74%**	8,64%

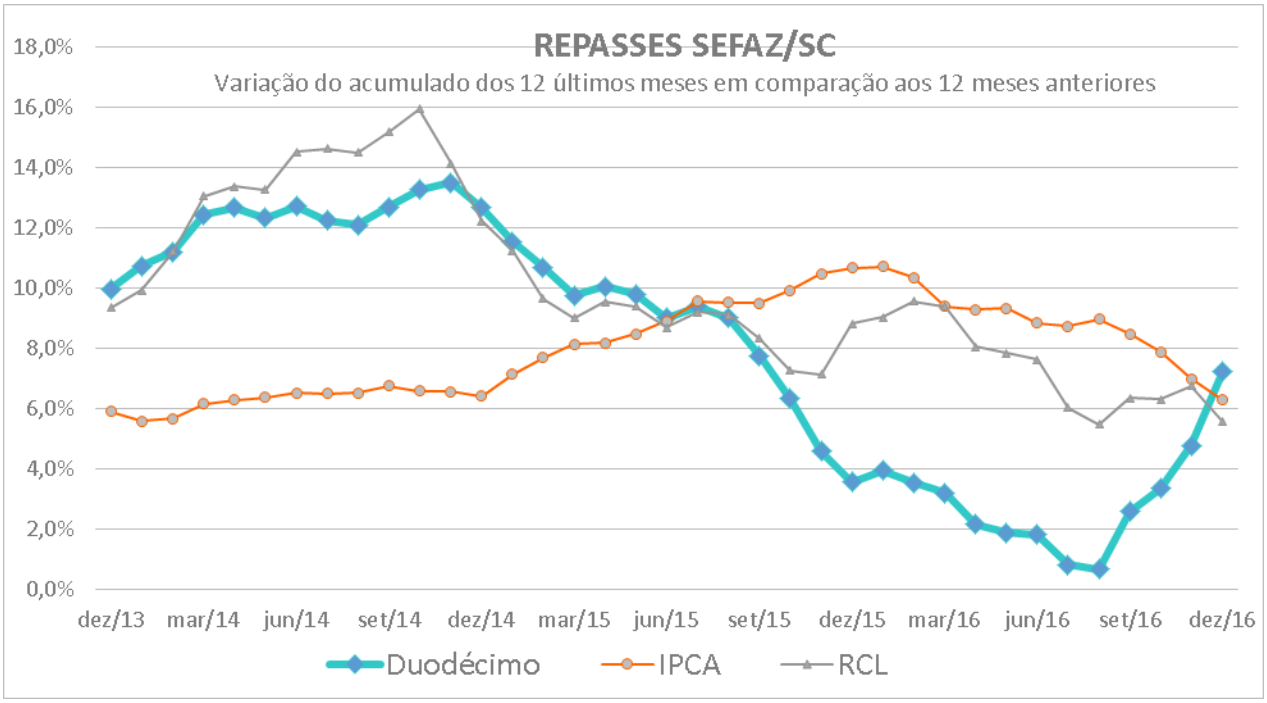
Apesar do déficit de arrecadação incorrido em 2016, observa-se uma relevante recuperação da receita no segundo semestre. Nos meses de setembro e dezembro foi verificado exesso de arrecadação oriundos de fatos pontuais, que atenuaram o déficit de arrecadação de 2016.

Em setembro de 2016, ocorreu incremento na receita bruta de ICMS, referente à conversão de receita extra-orçamentária dos contratos do PRODEC em receita de ICMS no valor de R$ 202.162.127,42. Durante o seu prazo de vigência, os valores arrecadados dos contratos do PRODEC são registrados como antecipações da receita representando aumento da disponibilidade financeira. Apenas após o término do prazo do contrato PRODEC os valores são convertidos em receita de ICMS, conforme artigo 9°,§ 2º da Lei Estadual 13.342/2005.

Com relação aos meses de novembro e de dezembro, ocorreram receitas referentes à transferência da União oriunda do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (Lei n. 13.254/2016 – Lei da repatriação de recursos).

Outro fato relevante que merece destaque é o processo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina n. 1600022577 em que ficaram evidenciadas irregularidades na contabilização de operações de doações da Celesc Distribuição S.A. ao Fundo Social. Depreendeu-se que as operações deveriam compor a base de cálculo para repartição constitucional da receita aos Municípios (CF, art. 158, IV) e para a Receita Líquida Disponível, base de cálculo para repasse do duodécimo aos Poderes e órgãos estaduais (LDO – Lei 16.445/2014, art. 26 e 27). A Secretaria de Estado da Fazenda efetuou as referidas operações no período de maio de 2015 até junho de 2016.

Considerando esses fato e a receita líquida disponível de dezembro/2016 (repasada em janeiro de 2017), observa-se que os repasses recebidos pelo Poder Judiciário a título de duodécimo tiveram crescimento superior ao da variação da inflação nos últimos doze meses. O gráfico abaixo apresenta a comparação da receita acumulada nos doze últimos meses em comparação aos doze meses anteriores a esse período:



As irregularidades observadas no processo TCE/SC n. 1600022577 resultaram na baixa variação dos repasses do duodécimo, onde foi observada a recuperação no último mês (variação de 7,3%), ficando acima da inflação verificada no mesmo período (6,28%).

No que tange às despesas dessa fonte de recurso, no exercício de 2016, a dotação orçamentária inicial foi de R$ 1.364.680.584,00. Durante o exercício, foram abertos créditos adicionais na ordem de R$ 58.949.636,73 oriundos do superávit financeiro apurado no balanço de 2015. Entretanto, ocorreram anulações na ordem de R$ 6.217.852,42. Além disso, durante o referido exercício, em cumprimento ao que dispõe o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, verificado o déficit de arrecadação nessa fonte de recurso, este Tribunal efetuou a limitação de empenho na importância de R$ 112.873.067,01. Desse modo, após as modificações supracitadas, a dotação orçamentária foi de R$ 1.304.539.301,30.

As despesas orçamentárias empenhadas nessa fonte de recurso importaram em **R$ 1.211.530.447,82**. Desse montante, 99,5% são relativos a despesas com Pessoal Ativo e Inativo e R$ 5.820.347,08 (0,5%) foram destinados à manutenção de serviços administrativos gerais e à Administração de pessoal extraquadro.

O índice de execução orçamentária dessa fonte representou 93%.

Quanto ao ativo financeiro relacionado a esta fonte de recurso, ao final do exercício apresentou saldo de R$ 126.257.203,79. Esse valor é composto pelas disponibilidades do Tribunal, pelas consignações e pelos rendimentos de aplicações financeiras. Por outro lado, o passivo financeiro (restos a pagar e outras obrigações) representou R$ 1.432.867,67. Desse modo, o **superávit financeiro** verificado no balanço patrimonial em 31-12-2016 importou em **R$ 124.824.336,12**.

Apesar do forte déficit de arrecadação neste exercício, o superávit financeiro foi possível graças às ações prudenciais do Poder Judiciário concretizadas na limitação de empenhos (contingenciamento), à não ocorrência do montante previsto de insuficiência financeira do IPREV, à promulgação da Lei n. 17.004/2016 e às receitas extraordinárias obtidas no final do exercício. Esse resultado positivo ganhará importância para a cobertura das prováveis frustrações na arrecadação de 2017, viabilizando a manutenção do equilíbrio financeiro e orçamento.

1.2. Recursos oriundos de receitas do Sistema de Gestão de Depósitos Judiciais - SIDEJUD

A dotação orçamentária inicial dessa fonte de recurso foi de R$ 254.000.000,00. Entretanto, o comportamento da arrecadação resultou no excesso de R$ 38.470.888,98, ou seja, a Receita auferida no

exercício foi de R$ 292.470.888,98.
Esse resultado teve origem no aumento da taxa Selic em percentual superior ao estimado pelo Banco Central (Relatório Focus) em meados de 2015. Quando da elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2016, o mercado previa uma taxa Selic média de 13,21% para 2016. Porém, a referida taxa manteve sua média anual em 14,17%.
Ademais, importante notar que o patrimônio líquido do Fundo de Investimento passou de R$ 5.024.744.253,22, no início do ano, para R$ 5.396.959.424,03, ao final de 2016, resultando em um aumento de 7,4%. Se comparado aos outros anos, observou-se relevante queda nessa variação (em 2015 o patrimônio do fundo de investimento cresceu 22%).
Realizou-se a abertura de créditos adicionais no valor de R$ 205.580.837,39, sendo utilizado, para tanto, superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercício anterior. Entretanto, ocorreu anulação parcial ou total de dotações orçamentárias na ordem de R$ 41.433.476,39.
As despesas orçamentárias empenhadas somaram R$ 230.760.945,00, sendo R$ 56.645.293,00 na administração de pessoal ativo e inativo, R$ 48.896.555,29 em capacitação e aperfeiçoamento dos servidores, R$ 67.216.864,20 em manutenção, serviços e equipamentos de informática, R$ 52.173.175,54 em manutenção e serviços administrativos gerais, R$ 672.495,62 em reformas de imóvel para abrigar áreas administrativas e judiciais do Poder Judiciário e R$ 5.156.561,35 com administração de pessoal extraquadro.
Considerando a dotação orçamentária autorizada de R$ 418.147.361,00, e não havendo contingenciamento nessa rubrica, revelou-se um índice de execução orçamentária de 55%.
Em virtude do superávit recebido de 2015, excesso de arrecadação e da economia orçamentária foi apurado superávit financeiro em 2016 de **R$ 252.443.320,56**.
O ativo financeiro relacionado a esta fonte de recurso, ao final do exercício, foi de R$ 5.669.053.273,69. Nesse valor incluem-se o spread do Sidejud e o montante de depósitos judiciais aplicado no Fundo de Investimento do Judiciário. O passivo financeiro, por sua vez, composto por restos a pagar e o saldo de depósitos judiciais verificado no Sidjeud, representou R$ 5.416.609.953,13.

1.3. Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça - FRJ

A dotação orçamentária inicial para essa fonte de recurso foi estimada em R$ 205.500.000,00. A arrecadação apurada foi de R$ 206.399.982,21.
No que tange às receitas, considerando o mês de sua competência, o FRJ obteve Excesso de Arrecadação na ordem de R$ 899.982,21. Entretanto, apesar de apontar para um resultado anual positivo total, é verificada a necessidade de limitação de empenhos na fonte de recurso que apresentou déficit, qual seja, a do Selo de Fiscalização, que terminou o exercício com R$ 692.159,57 contingenciados.
Realizou-se a abertura de créditos adicionais no valor de R$ 79.888.274,86, sendo utilizado, para tanto, superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercício anterior. Entretanto, ocorreu anulação parcial ou total de dotações orçamentárias na ordem de R$ 19.745.576,56. Ainda, foi contingenciado 692.159,57.
As despesas orçamentárias empenhadas importaram em R$ 208.254.896,88, sendo direcionadas da seguinte maneira: R$ 11.458.148,94 em ampliações de Fórum e dos prédios do almoxarifado, gráfica e patrimônio; R$ 10.477.502,89 na aquisição de imóvel para abrigar áreas administrativas e judiciais do Poder Judiciário; R$ 13.862.449,07 em construções; R$ 33.435.385,30 na coordenação do selo de fiscalização; R$ 125.195.893,09 em manutenção dos prédios do Poder Judiciário, dos serviços administrativos gerais e dos serviços e equipamentos de informática; e R$ 13.825.517,59 em reformas.
Observada a dotação orçamentária autorizada de R$ 264.950.538,73 (já deduzido o valor do contingenciamento de R$ 692.159,57) e considerando as despesas empenhadas supracitadas, demonstra-se um índice de execução orçamentária de 79%.

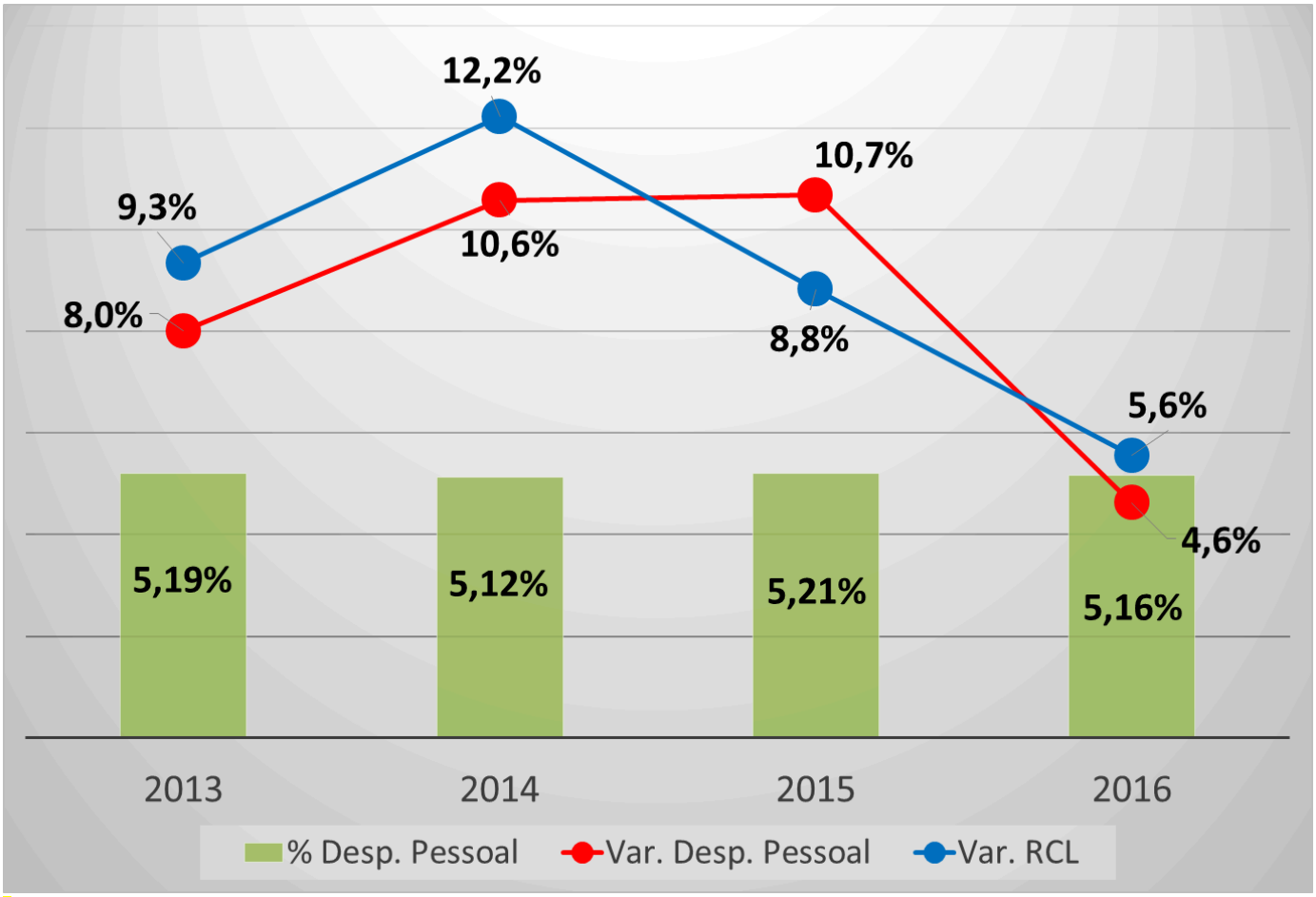
O ativo financeiro relacionado a esta fonte de recurso foi de R$ 128.510.232,48. Nesse valor incluem-se as receitas decorrentes das Custas Judiciais e Extrajudiciais, do Selo de Fiscalização, SAT (cobrança de dívida ativa) e da Taxa Judiciária, Receitas diversas, bem como de seus respectivos rendimentos. Já o passivo financeiro (restos a pagar e outras obrigações) representou R$ 51.065.099,52. Nesses termos, o superávit financeiro totalizou R$ 77.445.132,96.

2. RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu normas gerais de finanças públicas, voltadas para o controle da despesa, do resultado fiscal e do endividamento. As despesas com pessoal são as que mais despertam a atenção dos gestores públicos em razão de serem as mais representativas.

2.1. Despesa com pessoal

A mencionada Lei trouxe dispositivos para limitar as despesas com pessoal em relação à receita corrente líquida - RCL, estabelecendo 6% como limite legal, 5,7% como limite prudencial e 5,4% como limite de alerta.
No relatório apurado referente ao período de janeiro/2016 a dezembro/2016, a despesa líquida com pessoal do Poder Judiciário importou em R$ 1.057.049.076,99, equivalente a 5,16% da RCL, portanto dentro dos limites legal e prudencial.
No gráfico abaixo são apresentadas as variações da Receita Corrente Líquida e das Despesas com Pessoal e a evolução do percentual de despesa com pessoal do Poder Judiciário:



Percentual de 5,16% de gasto com pessoal em relação à RCL ficou abaixo da estimativa inicial em decorrência do déficit na arrecadação dos recursos do duodécimo, acarretando redução nos repasses no montante de R$ 94.949.694,90 e como consequência, o referido valor não pôde ser gasto em decorrência do contingenciamento.

2.2. Limitações de empenho e da movimentação financeira (contingenciamento)

A cada bimestre o gestor deve verificar se as receitas arrecadadas nas fontes de recursos estão de acordo com as estimativas. Caso ocorra arrecadação inferior, proceder-se-á à "limitação de empenho", o que significa que parte do orçamento será contingenciado, de forma retomar o equilíbrio orçamentário. No exercício financeiro de 2016, foi necessário contingenciar R$ 113.565.226,58 nos montantes discriminados conforme segue:

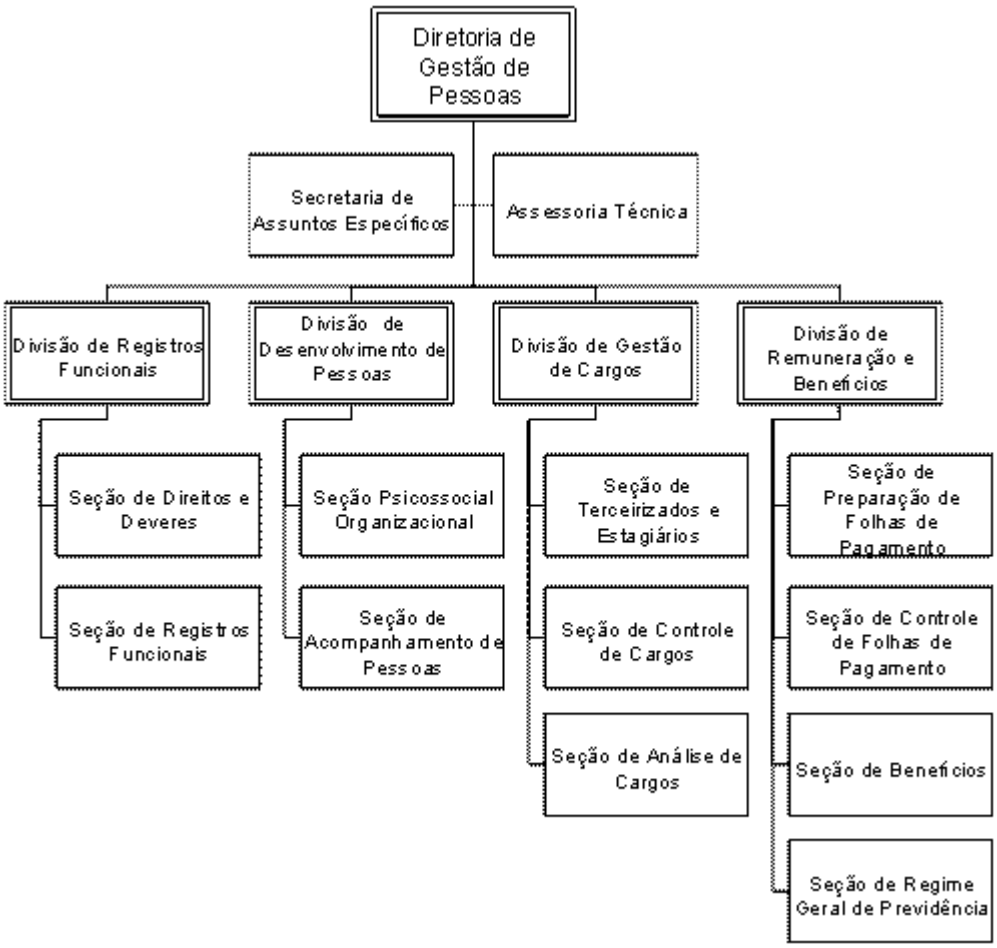
a – Fontes de Recursos – Duodécimo	
1 – Receita Líquida Disponível (FR 0100)	R$ 85.921.297,13
2 - Fundo Desenvolvimento Social (FR 0161)	R$ 20.718.531,45
3 – Seitec (FR 0162)	R$ 6.233.238,43
TOTAL	**R$ 112.873.067,01**
b – Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ	
1 – Selo de Fiscalização – (FR 0240)	R$ 692.159,57

2.3. Restos a pagar

São considerados restos a pagar as despesas empenhadas que não foram pagas até o fim do exercício financeiro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Contudo, para proceder à inscrição dessas despesas, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina a existência de disponibilidade de caixa. Em 2016, a inscrição de restos a pagar, nas três fontes de recursos, representou a quantia de R$ 45.451.316,00, sendo que a disponibilidade de caixa para fazer frente a essas despesas totalizou R$ 500.164.105,64.

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A Diretoria de Gestão de Pessoas é responsável pelo gerenciamento e supervisão do quadro de pessoal do Poder Judiciário, tanto da Justiça de Primeiro Grau, quanto da Secretaria do Tribunal de Justiça, envolvendo servidores efetivos e comissionados, inativos, estagiários, voluntários e terceirizados.
Esse trabalho envolve o controle do ingresso na carreira, com o acompanhamento dos processos de nomeação dos servidores, de contratação de estagiários e terceirizados, e de adesão dos voluntários.
É responsável, também, pelo controle da movimentação funcional dos servidores (remoção, disposição, lotação etc.), pelo registro de todos os incidentes ocorridos durante a vida funcional dos colaboradores do Poder Judiciário, e pela elaboração da folha de pagamento dos magistrados, servidores, inativos (incluídos os juízes de paz e extrajudiciais) e estagiários.
Controla, ainda, as avaliações de desempenho e de estágio probatório dos servidores, e os afastamentos legais, direitos, deveres e benefícios dos colaboradores.
No presente relatório serão apresentadas informações mais detalhadas sobre os principais programas e atividades de responsabilidade da Diretoria de Gestão de Pessoas desenvolvidas no decorrer do ano de 2016.
Por força da Resolução n. 8/2016-GP, houve alteração da denominação de Diretoria de Recursos Humanos para Diretoria de Gestão de Pessoas, a qual passou a contar com o seguinte organograma:



1. QUADRO DA FORÇA DE TRABALHO

GRUPO	QUANTIDADE
Pessoal cedido ao Poder Judiciário catarinense	242
Servidores exclusivamente comissionados	773
Servidores efetivos	5.780
Estagiários e bolsistas	2.508
Magistrados ativos	496
Militares	197
Residente judicial	144
Pessoal voluntário	631

2. SERVIDORES QUE JÁ PREENCHERAM REQUISITOS PARA APOSENTADORIA

A quantidade de servidores efetivos que poderiam se aposentar no corrente ano é de 464. Esse valor equivale a 8% do número de servidores efetivos.

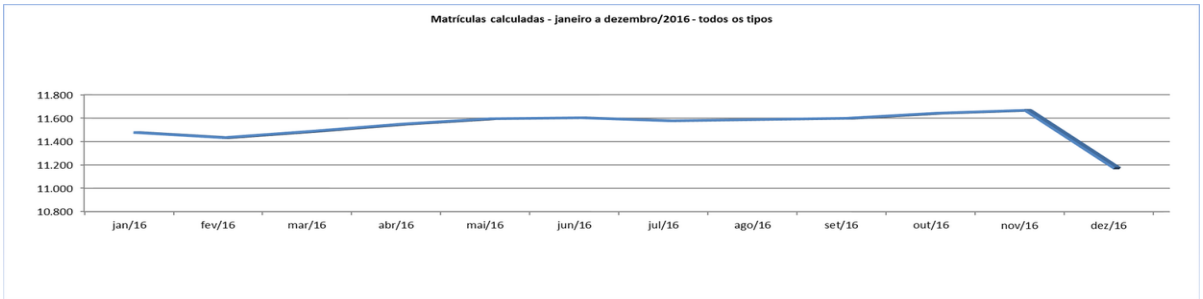
3. FOLHA DE PAGAMENTO (MATRÍCULAS CALCULADAS)

Apresenta-se abaixo a relação de matrículas calculadas durante o ano de 2016 de acordo com o vínculo com o Poder Judiciário de Santa Catarina.

MATRÍCULAS CALCULADAS POR TIPO - JANEIRO A DEZEMBRO/2016												
TIPO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Justiça de 1º Grau	4.463	4.450	4.432	4.425	4.425	4.415	4.406	4.399	4.383	4.377	4.372	4.366
Estagiários	2.740	2.696	2.773	2.836	2.859	2.867	2.853	2.860	2.909	2.924	2.946	2.508
Tribunal de Justiça	1.459	1.455	1.441	1.439	1.429	1.429	1.425	1.422	1.417	1.415	1.415	1.414
Justiça de 1º Grau inativos	693	702	716	720	725	733	740	743	749	757	764	762
Magistrados	504	504	503	502	502	502	502	499	499	497	497	496
Comissionados Tribunal de Justiça	403	412	408	412	407	409	411	412	392	397	396	383
Comissionados Justiça de 1º Grau	409	409	409	409	405	405	408	407	399	396	398	390
Tribunal de Justiça nativos	276	282	288	291	295	297	298	299	302	304	303	303
Militares	211	210	208	206	200	203	199	194	197	196	196	197
Magistrados inativos	139	139	140	141	141	141	140	143	143	145	145	146
Residência Judicial/ Candidatos Concurso para Magistratura	131	129	122	120	158	153	146	161	160	186	188	160
À Disposição	23	19	21	21	21	21	21	21	21	21	21	20
1º Grau Aposentados sem paridade.	24	24	25	25	25	25	25	25	25	24	23	23
TJ Aposentados sem paridade.	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3
TOTAL	11.477	11.433	11.488	11.549	11.595	11.603	11.577	11.588	11.599	11.642	11.667	11.171

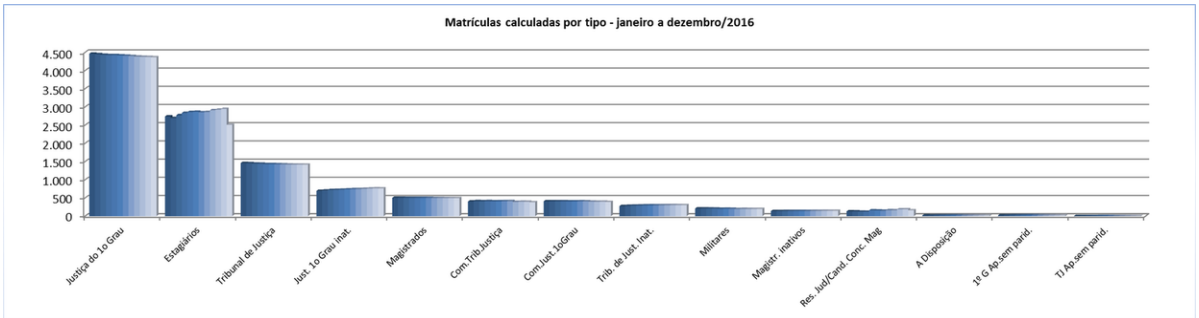
Fonte: FOLHA - relatório da rotina AU/FE

Matrículas calculadas de janeiro a dezembro de 2016 – todos os tipos



Fonte: Relatório Contábil do sistema de Folhas de Pagamento.

Matrículas calculadas por classe de janeiro a dezembro de 2016



Fonte: Relatório Contábil do sistema de Folhas de Pagamento

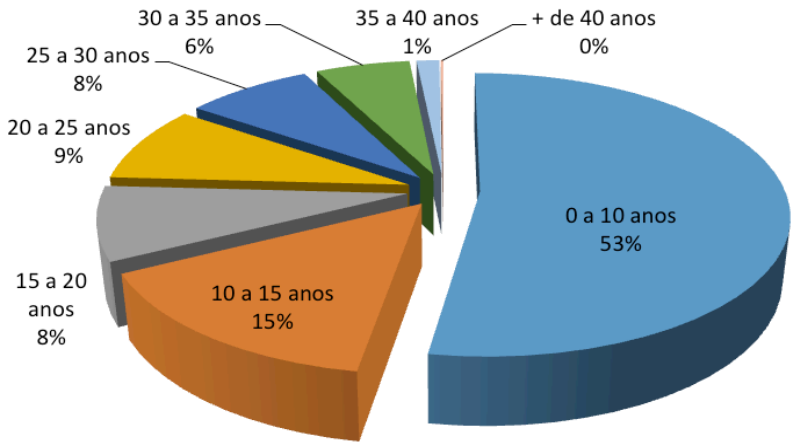
4. MAGISTRADOS E SERVIDORES ATIVOS POR TEMPO DE ADMISSÃO

A seguir expõe-se a quantidade de magistrados e servidores em atividade, bem como o tempo que se encontram vinculados a este Poder.

SERVIDORES ATIVOS POR TEMPO DE ADMISSÃO		
Tempo	**Quantidade**	**Percentual**
0 a 10 anos	3.447	52,60%
10 a 15 anos	973	14,85%
15 a 20 anos	553	8,44%
20 a 25 anos	575	8,77%
25 a 30 anos	517	7,89%
30 a 35 anos	385	5,88%
35 a 40 anos	93	1,42%
+ de 40 anos	10	0,15%
Total	**6.553**	

Fonte: SHF - relatório 74 da rotina RE/GE - dia 09/12/2016

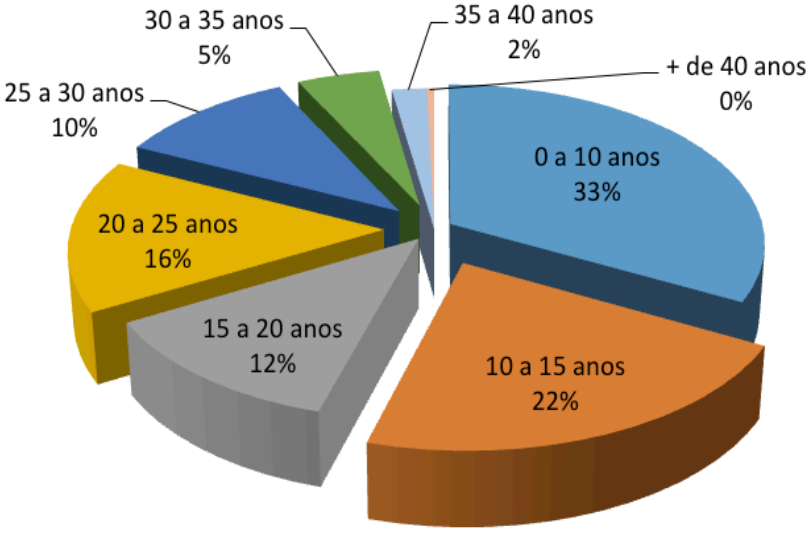
Servidores ativos por tempo de admissão



MAGISTRADOS ATIVOS POR TEMPO DE ADMISSÃO		
Tempo	**Quantidade**	**Percentual**
0 a 10 anos	163	32,86%
10 a 15 anos	107	21,57%
15 a 20 anos	61	12,30%
20 a 25 anos	77	15,52%
25 a 30 anos	52	10,48%
30 a 35 anos	24	4,84%
35 a 40 anos	10	2,02%
+ de 40 anos	2	0,40%
TOTAL	**496**	

Fonte: SHF - relatório 74 da rotina RE/GE - dia 09/12/2016

Magistrados ativos por tempo de admissão

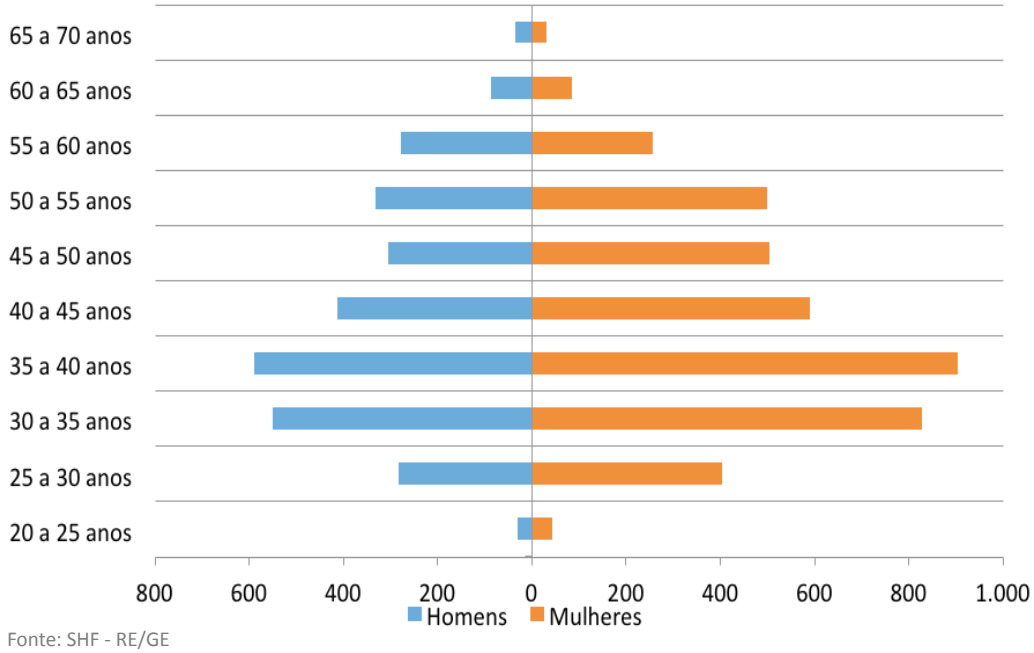


5. PIRÂMIDE ETÁRIA

Demonstra-se na tabela e no gráfico abaixo a composição do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina de acordo com a faixa etária e o sexo dos seus integrantes.

FAIXA ETÁRIA	HOMENS	MULHERES
20 a 25 anos	30	44

25 a 30 anos	283	403
30 a 35 anos	549	827
35 a 40 anos	589	904
40 a 45 anos	412	589
45 a 50 anos	304	505
50 a 55 anos	331	499
55 a 60 anos	278	257
60 a 65 anos	87	86
65 a 70 anos	35	31
70 a 75 anos	3	3



Fonte: SHF - RE/GE

DIVISÃO DE REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

6. BOLSA DE ESTUDOS

O Tribunal de Justiça mantém o Programa de Bolsa de Estudos, destinado a magistrados e servidores, para cursos de graduação, pós-graduação e para o curso da Escola Superior da Magistratura (Esmesc).
Por intermédio do programa, o Poder Judiciário custeia 70% do valor da mensalidade, exceto para o curso de direito, cujo custeio é de 100%.
No ano de 2016 foram oferecidas **330** vagas para cursos de graduação e **70** vagas para o curso de preparação para ingresso na magistratura, promovido pela Esmesc, conforme segue:

BOLSA DE ESTUDOS		
GRADUAÇÃO	**1º SEMESTRE**	**2º SEMESTRE**
Total de Bolsas disponíveis	**330**	**330**
Total de Bolsas renovadas	**174**	**192**
Total de Bolsas concedidas	**39**	**29**
Total de Bolsas remanescentes	**117**	**109**
ESMESC	**1º SEMESTRE**	**2º SEMESTRE**
Total de Bolsas disponíveis	**70**	**70**
Total de Bolsas renovadas	**31**	**29**
Total de Bolsas concedidas	**10**	**07**
Total de Bolsas remanescentes	**29**	**34**

Além disso, foram beneficiados com bolsas de estudo para cursos de pós-graduação na área jurídica **84** servidores e **37** nas demais áreas.

7. GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

A gratificação de nível superior, prevista no art. 14 da Lei Complementar n. 90/93, é destinada a servidores não ocupantes de cargo de nível superior que tenham graduação escolar superior.
A tabela abaixo indica o quantitativo de servidores que recebem a gratificação de nível superior desde o ano de 2007, e a variação percentual de um ano em relação ao anterior:

ANO	QUANTIDADE DE SERVIDORES QUE RECEBEM A GRATIFICAÇÃO	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR (%)
2007	1.975	-
2008	2.403	21,7%
2009	2.659	10,7%
2010	2.703	1,7%
2011	2.557	-5,4%
2012	2.868	12,2%
2013	3.129	9,1%
2014	2.975	-4,9%
2015	2.965	-0,34%
2016	2.939	-0,88%

Esta gratificação é percebida por **43,95**% dos servidores efetivos do Poder Judiciário.

8. AUXÍLIO-CRECHE

O auxílio-creche, previsto na Resolução n. 09/2001-GP, beneficia **1.004** servidores, conforme dados da folha de pagamento do mês de novembro de 2016. No ano de 2016 houve o deferimento de **237** pedidos.

9. VALE-TRANSPORTE

O vale-transporte corresponde à parcela de gastos que exceder a 6% da remuneração e é creditado mensalmente em folha de pagamento.
Em 2016, foram contemplados com o benefício **4** servidores, em média, no decorrer do ano.

10. AUXÍLIO-SAÚDE

O auxílio-saúde, benefício previsto na Resolução n. 12/2014-TJ, é o benefício assistencial concedido para custeio parcial de despesas com plano de assistência médica/odontológica e seguro saúde, do titular ou dos dependentes. Em 2016, o benefício foi concedido a **228** servidores.

11. AUXÍLIO MÉDICO-SOCIAL

Em 2016, foi implementado o benefício do auxílio médico-social, criado pela Lei Complementar estadual n. 680/2016 e regulamentado pela Resolução n. 52/2016-GP.
Trata-se de benefício assistencial concedido aos servidores e magistrados inativos do PJSC, fixado em R$ 500,00.
Ao longo do ano, o benefício foi concedido a **1.238** inativos.

12. AUXÍLIO-FUNERAL

O auxílio-funeral, previsto na Resolução n. 13/2013-TJ, corresponde ao benefício concedido ao familiar do servidor falecido, correspondente a 1 mês de remuneração ou proventos a que teria direito no mês de seu falecimento.
Em 2016, foram concedidos 16 benefícios dessa natureza.

DIVISÃO DE GESTÃO DE CARGOS

13. NOMEAÇÕES, EXONERAÇÕES E MOVIMENTAÇÃO FUNCIONAL

Durante o ano de 2016, ocorreram **39** nomeações de servidores para cargos efetivos deste Poder e **341** para cargos comissionados, totalizando **380** nomeações durante o ano.
Destas, destaca-se que **2** nomeações que se destinaram ao provimento de cargos efetivos e **7** de cargos comissionados decorreram de cargos criados por Lei Complementar, o que totaliza um aumento de **9** servidores no quadro deste Poder no ano de 2016.
Procedeu-se também à exoneração de **41** servidores ocupantes de cargo efetivo e de **326** de cargos comissionados.
Ainda, houve **117** concessões de gratificação especial prevista no art. 85, VIII, da Lei 6.745/85, pelo exercício de funções equivalentes às de cargo comissionado, bem como **129** revogações dessa natureza.
No que diz respeito à movimentação de pessoal efetivo, tem-se a ocorrência de **112** remoções dentro do quadro do Poder Judiciário, **32** lotações dentro da Secretaria deste Tribunal e 41 disposições. Quanto à movimentação de servidores ocupantes de cargo em comissão, ocorreram **87** lotações no Poder Judiciário.
Ademais, foi autorizada, no ano de 2016, a instituição de regime de cooperação em **42** processos, sendo 31 de Assistentes Sociais, 1 de Psicólogo, 8 de Oficiais de Justiça e 2 de Oficiais da Infância e Juventude.
Por fim, foram encaminhados 686 processos de nomeação de cargos comissionados para a Auditoria Interna.
Há, ainda, 4 disposições para órgãos externos.

14. TERCEIRIZAÇÃO

No que se refere aos funcionários terceirizados que laboram junto ao Poder Judiciário, o ano de 2016 encerra com **2.272** postos preenchidos nas seguintes áreas de atuação: Acabamento Gráfico, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Carga e Descarga, Copeira, Desenhista Industrial Gráfico, Engenheiro Mecânico, Garçom, Impressor de Corte e Vinco, Impressor de Serigrafia, Jardineiro, Marceneiro, Office-boy, Operador de Acabamento, Operador de Guilhotina, Operador de Sistemas, Porteiro, Preparador de Matrizes de Corte e Vinco, Recepcionista, Servente, Técnico em Edificações, Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado, Vigilante Armado e Zelador.
Do total de postos, **1.587** estão distribuídos às Comarcas e **685** à Secretaria do Tribunal de Justiça.
As empresas que atuaram junto ao Poder Judiciário em 2016 prestando serviços de mão de obra terceirizada foram: Canadense Administração e Serviços Ltda., Intersept Ltda., Liderança Limpeza e Conservação Ltda., Lince Segurança Eletrônica Ltda.-ME, Lince Segurança Patrimonial Ltda.-ME, Mobra Serviços de Vigilância Ltda e Suricate Serviços Terceirizados Ltda. Epp.

15. ESTAGIÁRIOS

O Poder Judiciário Catarinense encerra o ano de 2016 com **2.403** estagiários remunerados contratados na **área de Direito**, distribuídos em Cartórios e Gabinetes de 1º e 2º graus, e Diretorias da Secretaria do Tribunal.
Cumpre destacar também que, ao final deste ano, **442** vagas encontram-se ocupadas por estagiários remunerados na Secretaria do Tribunal de Justiça e Comarcas nas áreas de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Arquivologia, Artes Visuais, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Cinema, Comunicação Social, *Desing*, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Automação, Engenharia de Produção, Engenharia de Produção Civil, Engenharia de Produção Elétrica, Engenharia de Produção Mecânica, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Mecânica, Farmácia, História, Jornalismo, Letras (Português), Museologia, Pedagogia, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Serviço Social e Ensino Médio.
Assim, verifica-se que o Poder Judiciário Catarinense termina o ano de 2016 com um total de **2.845** estagiários em seu quadro.

16. VOLUNTÁRIOS

Durante o ano 2016 foram preenchidas **474** vagas para serviço voluntário nas áreas de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Arquivologia, Artes Visuais, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Cinema, Comunicação Social, *Desing*, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Automação, Engenharia de Produção, Engenharia de Produção Civil, Engenharia de Produção Elétrica, Engenharia de Produção Mecânica, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Mecânica, Farmácia, História, Jornalismo, Letras (Português), Museologia, Pedagogia, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Serviço Social.

DIVISÃO DE REGISTROS FUNCIONAIS

17. ABONOS DE PERMANÊNCIA

O Abono de Permanência é o benefício concedido ao servidor efetivo que tenha alcançado todos os requisitos para se aposentar previstos na legislação em vigor (idade e tempo de contribuição), e optou por permanecer em atividade, até, no máximo, atingir a idade para a aposentadoria compulsória (75 anos).
O benefício é o reembolso do valor da contribuição previdenciária descontada mensalmente do servidor para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (IPREV).
Em 2016, foram concedidos **156** abonos de permanência aos servidores efetivos deste Poder.

18. APOSENTADORIAS

É o direito conferido ao servidor público ocupante de cargo efetivo de se desvincular das atividades laborais, com a percepção de proventos mensais, após o cumprimento dos requisitos de idade e tempo de serviço exigidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, sendo que, em 2016, foram concedidas **108** aposentadorias aos servidores deste Poder.

19. LICENÇAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Conforme previsto nos arts. 64 a 68 da Lei Complementar Estadual n. 6.745/1985, será concedida licença para tratamento de saúde (LTS) remunerada ao servidor que, por determinação médica e com a concordância da Junta Médica Oficial do Poder Judiciário, necessitar afastar-se por mais de 3 dias para tratamento de saúde.

No ano de 2016 foram realizadas **2.499** concessões de licença para tratamento de saúde de servidores neste Poder.
Outra modalidade de licença para tratamento de saúde é aquela destinada ao acompanhamento de pessoa da família (art. 69 da LCE n. 6.745/1985 e LCE n. 47/1992), sendo que no ano de 2016 foram concedidas **2.058** licenças.

20. LICENÇA-GESTAÇÃO

Prevista na Lei Complementar estadual n. 447/2009, a licença-gestação alcança servidoras efetivas e comissionadas do PJSC.
Em 2016, após decisão do Conselho da Magistratura, o período de licença-gestação das servidoras exclusivamente comissionadas foi equiparado ao das servidoras com vínculo efetivo, passando a 180 dias.
Ao todo, foram concedidas 165 novas licenças em 2016.

21. LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

No ano de 2016, houve **21** novas concessões da licença para tratar de interesses particulares.

22. CERTIDÕES

A Diretoria de Gestão de Pessoas emite certidões e declarações para atender aos diversos interesses dos colaboradores do PJSC.
Além de certidões diversas, são confeccionadas Certidão de Tempo de Serviço, Certidão de Atividade Profissional, Declaração de Tempo de Contribuição para obtenção de benefício junto ao INSS, Certidão para atender ao disposto na Res. n. 156/2012-CNJ e Transcrições Funcionais.
Durante o ano de 2016 foram emitidas **744** certidões e/ou declarações.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

23. PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES

A pesquisa tem como objetivo medir a satisfação dos colaboradores desta Instituição em relação a componentes estruturais, organizacionais e comportamentais presentes no ambiente de trabalho. Seus resultados são utilizados como indicadores para o planejamento e desenvolvimento de ações que visem à melhoria constante do ambiente de trabalho na Instituição.
A pesquisa aplicada em 2016, entre os dias 14 de outubro e 30 de novembro, apresentou como resultado, divulgado em dezembro de 2016, o índice de 62,73% que reflete o grau de satisfação dos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina em relação aos componentes pesquisados.
Segue abaixo o resultado por questão pesquisada:

QUESTÃO	COMPONENTES PESQUISADOS	PORCENTAGEM DE SATISFAÇÃO
1	à disponibilização de treinamentos necessários ao desenvolvimento de seu trabalho.	51,09%
2	às oportunidades de promoção em seu cargo efetivo.	33,78%
3	à compreensão da missão e visão do Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC).	64,86%
4	ao atendimento que recebe de outras áreas do PJSC.	64,24%
5	à comunicação institucional no PJSC.	60,13%
6	à clareza dos seus direitos e obrigações.	66,66%
7	à adoção, em seu ambiente de trabalho, das medidas de sustentabilidade disponibilizadas pelo PJSC.	62,98%
8	à qualidade do serviço prestado pelo PJSC à sociedade.	60,93%

9	às condições de segurança oferecidas no ambiente de trabalho.	57,51%
10	às condições físicas de trabalho oferecidas.	59,74%
11	às ações preventivas de saúde oferecidas pelo PJSC.	39,46%
12	aos sistemas informatizados disponibilizados para o desenvolvimento do trabalho.	57,00%
13	aos equipamentos e materiais disponibilizados para o desenvolvimento do trabalho.	63,55%
14	à política de benefícios do PJSC.	41,16%
15	ao plano de saúde disponibilizado pelo PJSC.	41,34%
16	à proporcionalidade entre a remuneração recebida e o trabalho desempenhado por você.	45,67%
17	ao número de colaboradores para o desempenho das tarefas em seu setor.	49,59%
18	à distribuição das tarefas entre os integrantes de sua equipe.	68,22%
19	à cooperação entre os integrantes de sua equipe para a realização das atividades.	77,55%
20	ao tratamento que você recebe de seus colegas de equipe no ambiente de trabalho.	83,66%
21	à sua realização profissional pelo trabalho desempenhado no PJSC.	65,28%
22	ao seu comprometimento com o PJSC.	86,99%
23	à comunicação com seu superior hierárquico.	81,58%
24	à orientação, por parte de seu superior hierárquico, quanto a aspectos que podem melhorar seu desempenho profissional.	75,57%
25	à contribuição de seu superior hierárquico para que o trabalho da equipe seja realizado de forma mais eficiente.	75,48%
26	à possibilidade de participação da equipe na definição dos objetivos e métodos de trabalho.	72,40%
27	à valorização de seu trabalho por parte de seu superior hierárquico.	75,22%
28	à valorização de seu trabalho pela sua equipe.	79,83%
29	às oportunidades oferecidas com base na competência profissional demonstrada.	57,70%
TOTAL	**ÍNDICE GERAL DE SATISFAÇÃO**	**62,73%**

24. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A Avaliação de Desempenho dos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina é um processo contínuo de avaliação que tem como principal objetivo identificar o real desempenho de cada servidor para que, como consequência, seja possível favorecer, por meio de reuniões de *feedback*, o diálogo e a cooperação entre servidor e chefia; identificar necessidades de capacitação e competências que possam ser aproveitadas em outras áreas de atuação na instituição; contribuir para o crescimento profissional e para o desenvolvimento de novas competências; reconhecer o bom desempenho do servidor.
A avaliação ocorre semestralmente (períodos de junho a novembro e dezembro a maio), conforme Lei Complementar n. 90/1993 e Resolução n. 44/2013-GP. Foram recebidas e cadastradas cerca de 5.000 avaliações em cada período avaliativo.
Com a finalidade de melhorar a sistemática de avaliação e, consequentemente, o acompanhamento do desempenho dos servidores efetivos do PJSC, a Divisão de Desenvolvimento de Pessoas desenvolveu novo formulário de avaliação, aprovado pela Presidência deste Tribunal no ano de 2016, com previsão de implantação em junho de 2017. Em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação está sendo desenvolvido o sistema informatizado que possibilitará a implantação do novo formulário.
Como ação complementar no processo de mudança da sistemática da Avaliação de Desempenho foi desenvolvido, em conjunto com a Academia Judicial, o curso de “Avaliação de Desempenho: procedimentos e feedback” que teve duas turmas realizadas no ano de 2016, capacitando cerca de 800 gestores, entre servidores e magistrados, quanto aos conceitos e procedimentos da Avaliação de Desempenho.

25. ESTÁGIO PROBATÓRIO

A Seção de Acompanhamento de Pessoas da Divisão de Desenvolvimento de Pessoas é responsável pelo acompanhamento do período de Estágio Probatório dos servidores. Neste período os servidores são

avaliados trimestralmente com base nos critérios necessários para aprovação (assiduidade, disciplina, eficiência e idoneidade moral).
Em 2016 foram solicitadas, recebidas e cadastradas cerca de 2.800 avaliações de estágio probatório. Em 25 de novembro de 2016 havia 573 servidores em estágio probatório no Poder Judiciário de Santa Catarina. Até essa data, 200 servidores concluíram o estágio probatório.

26. PROMOÇÃO POR APERFEIÇOAMENTO

A Seção de Acompanhamento de Pessoas da Divisão de Desenvolvimento de Pessoas é responsável pela instrução e análise inicial dos processos de promoção por aperfeiçoamento. Em 2016 foram analisados mais de 6.800 processos, com a respectiva emissão de parecer.

27. HOMENAGEM AOS SERVIDORES APOSENTADOS

Para a Homenagem aos servidores aposentados, foi realizado um trabalho conjunto entre a Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Pessoal e a Divisão de Artes Gráficas. Foram elaborados 53 cartões de homenagem aos aposentados, posteriormente encaminhados a cada servidor que se aposentou no período compreendido entre janeiro de 2016 a novembro de 2016.

28. INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS

A Seção Psicossocial Organizacional é responsável pela elaboração de diagnósticos, trabalhos em grupo e acompanhamento de servidores que apresentam baixo desempenho nas avaliações de desempenho e estágio probatório ou encaminhados pela Corregedoria-Geral de Justiça ou outros setores do Tribunal de Justiça.
Em 2016, foram acompanhados 151 servidores de todo o Estado, além de terem sido realizadas 79 intervenções psicológicas decorrentes dos trabalhos realizados pela Seção. Ainda, foram realizados dois trabalhos em grupo na Comarca da Capital, sendo um deles o Programa de Desenvolvimento de Relações Interpessoais e o outro o Grupo Vivencial Florescer. Tendo em vista a Resolução 36/2015-GP, as demandas para o Programa de Desenvolvimento de Relações Interpessoais de outras Comarcas não puderam ser atendidas em 2016. Foram realizadas 2 intervenções decorrentes do Acompanhamento de Estágio Probatório e 10 intervenções *in loco* decorrentes do Programa de Acompanhamento do Desempenho dos servidores.

29. ENTREVISTAS DE LOTAÇÃO E RELOTAÇÃO

A Seção Psicossocial Organizacional é responsável pela realização de entrevistas para lotação ou relotação de servidores no Tribunal de Justiça. Durante o ano de 2016 foram realizadas 11 entrevistas de relotação.

30. PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA

O Programa de Preparação para a Aposentadoria tem como objetivo oportunizar momentos de reflexão, elaboração da transição e concepção de projetos aos servidores que estejam próximos da aposentadoria. Busca-se, assim, oferecer um apoio para se pensar a vida após o desligamento do trabalho, quebrar o antigo paradigma de que a aposentadoria é o tempo da ociosidade e fomentar a visão de que esse é o tempo de transformar sonhos em projetos. Foram realizadas duas edições do Programa no ano de 2016, com a participação total de 60 servidores.

31. PROGRAMA OLHARES: REVELANDO TALENTOS DO JUDICIÁRIO CATARINENSE

O Programa Olhares tem como objetivo incentivar a criatividade, divulgar e reconhecer os talentos do Poder Judiciário de Santa Catarina. Magistrados, servidores e colaboradores participaram da edição de 2016, por meio do envio de fotografias e mensagens de autoria própria, referentes a temas específicos. Em sua 3ª edição, o Programa Olhares registrou 32 participantes, totalizando o recebimento de 94 trabalhos. Com base nestes, foi desenvolvida a Revista Olhares, elaborada em conjunto com a Divisão de Artes Gráficas e lançada na 4ª Mostra de Boas Práticas, com 400 cópias impressas, sendo distribuídas aos participantes do Programa e às unidades deste Judiciário.

32. PROGRAMA RODÍZIO DE FUNÇÕES

O Rodízio de Funções tem como objetivo aumentar o conhecimento quanto às atribuições e funções exercidas pelas diversas unidades do Tribunal de Justiça/Comarca, melhorar a comunicação entre setores e proporcionar uma maior integração entre os servidores. A edição de 2016, além de ter contado com o maior número de servidores participantes, chamou a atenção pelo expressivo aumento na participação de servidores lotados na Justiça de Primeiro Grau. No total, participaram 40 servidores, sendo que 18 eram lotados no Tribunal de Justiça e 22 nas seguintes comarcas: Blumenau, Braço do Norte, Brusque, Capital, Chapecó, Içara, Itajaí, Joaçaba, Orleans, Santo Amaro da Imperatriz, São José e Tubarão.

33. PROJETO “DICAS” NO PERFIL SERVIDOR

A seção “Dicas” do Perfil servidor é um espaço destinado à disponibilização de conteúdos de Língua Portuguesa e Saúde que visam proporcionar ao servidor do Poder Judiciário catarinense o aprimoramento dos conhecimentos na nossa língua e a melhoria da qualidade de vida.
Em 2016 foram disponibilizadas 12 dicas de português e 12 de saúde.
A Dica de Saúde é elaborada pela diretoria de Saúde e disponibilizada pela Divisão de Desenvolvimento de Pessoas.

34. FORMULÁRIOS

34.1 FORMULÁRIO DE INGRESSO

O formulário de ingresso tem por objetivo levantar dados sobre o perfil do servidor que está ingressando no Poder Judiciário catarinense e servir como uma ferramenta para o planejamento de mudanças na Organização. Foram cadastrados 31 formulários de ingresso, sendo 29 de servidores que foram lotados na Justiça de Primeiro Grau e 2 servidores lotados na Secretaria do Tribunal de Justiça.

34.2 FORMULÁRIO DE DESLIGAMENTO

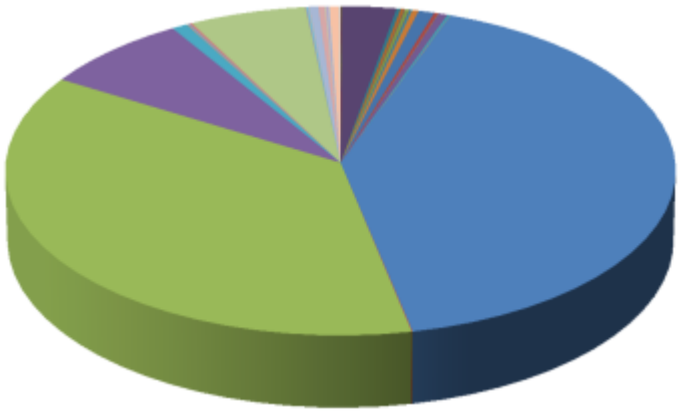
O Formulário de Desligamento é um instrumento que busca conhecer como o servidor que está saindo do Poder Judiciário percebeu a Organização e como se sentiu trabalhando nela enquanto fez parte do quadro de servidores, além de servir como uma ferramenta para o planejamento de mudanças na Organização.
No ano de 2016 foram cadastrados 159 formulários de desligamento, sendo 47 formulários referentes a pedido de exoneração e 112 de aposentadoria.
Dentre os pedidos de exoneração, 37 foram de servidores da Justiça de Primeiro Grau e 10 servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça. Os motivos que levaram os servidores a solicitar o desligamento foram por posse em outros cargos (33 servidores), outras escolhas profissionais (8 servidores) e 6 servidores por outros motivos.
Dentre os pedidos de aposentadoria, 86 foram de servidores do 1º grau e 26 de servidores lotados no 2º grau. Os motivos da aposentadoria foram por tempo de serviço (101 servidores), por invalidez (8 servidores) e compulsória (3 servidores).

DIRETORIA DE SAÚDE

A Diretoria de Saúde tem como atribuições atender emergências médicas, prestar assistência odontológica, serviços de enfermagem, acompanhamento psicológico e social.
É também responsável pela avaliação médica admissional, perícias médicas, avaliações psicossociais e análise de todo e qualquer processo afeto à saúde dos magistrados e servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina.
No presente relatório serão demonstradas as principais atividades e responsabilidades da Diretoria de Saúde.

1. JUNTA MÉDICA

A Resolução n. 15/2015-GP delegou competência à Junta Médica Oficial para, em relação aos servidores, proferir despacho final em pedidos de licença para tratamento de saúde própria e em pessoa da família.
Em 2016 foram analisados **2.547** (dois mil e quinhentos e quarenta e sete) processos de licença para tratamento de saúde e **1.974** (um mil e novecentos e setenta e quatro) processos de licença para tratamento de saúde em pessoa da família, totalizando **4.521** (quatro mil e quinhentos e vinte e um) processos.
Além disso, a Junta Médica realizou **309** (trezentos e nove) perícias e analisou **400** (quatrocentos) processos relacionados à saúde do servidor (conforme gráfico abaixo).



- ACIDENTE DE TRABALHO
- ACIDENTE EM SERVIÇO
- ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO
- ADMISSÃO
- APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
- AVALIAÇÃO
- AVALIAÇÃO DE BOLSA DE ESTUDO
- AVALIAÇÃO DE MARGEM CONSIGNÁVEL
- DILIGÊNCIA
- DISPOSIÇÃO
- GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE
- GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE
- GESTAÇÃO
- HOMOLOGAÇÃO DE LAUDO
- INCLUSÃO DE DEPENDENTES PARA FINS DE IMPOSTO DE RENDA
- ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA
- ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDÊNCIÁRIA
- LICENÇA ESPECIAL
- LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
- LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E RESTRIÇÃO DE FUNÇÃO
- LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA
- LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PRORROGAÇÃO
- LICENÇA PARA TRATAMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA EM PRORROGAÇÃO
- OUTROS
- PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO
- PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS
- PERÍCIAS
- PRORROGAÇÃO DA ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA
- PRORROGAÇÃO DA READAPTAÇÃO FUNCIONAL
- PRORROGAÇÃO DE POSSE
- READAPTAÇÃO FUNCIONAL
- RECONSIDERAÇÃO
- RECURSO
- REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA
- RELOTAÇÃO
- REMOÇÃO
- RESTRIÇÃO DE FUNÇÃO
- RESSARCIMENTO DE DESPESAS MÉDICAS
- TERMO DE INSPEÇÃO DE SAÚDE

2. DIVISÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

O Conselho Nacional da Justiça, através da Resolução n. 207, de 15 de outubro de 2015, instituiu Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.
Assim, considerando a responsabilidade das instituições pela promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças de seus membros e servidores, o Poder Judiciário de Santa Catarina, através da Divisão de Segurança e Saúde Ocupacional-DS providenciou as avaliações ambientais em todos os seus prédios, a fim de elaborar o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), bem como de implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

2.1. O LTCAT que tem como objetivo identificar a exposição aos agentes físicos, químicos e biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde e à integridade física do trabalhador para fins de concessão de aposentadoria especial. Para a elaboração do LTCAT foram avaliados todos os ambientes em que estão lotados os magistrados e servidores do Poder Judiciário, perfazendo o total de 157 edificações, incluindo as 111 Comarcas e o prédio sede do Tribunal de Justiça.

2.2. O PPRA que visa promover segurança e saúde no ambiente de trabalho, trabalha com foco em evitar doenças do trabalho e acidentes de trabalho. O referido programa foi elaborado para todas as 157 edificações do Poder Judiciário.

2.3. O PCMSO que tem caráter de prevenção, mapeamento precoce e diagnóstico dos agravos à saúde dos trabalhadores, além da constatação dos casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis causados por riscos do trabalho ou quaisquer situações ligadas ao ambiente de trabalho. Esse programa abrange o total de 8360 trabalhadores, incluindo todos os magistrados e servidores do Poder Judiciário. Com base no PPRA elabora-se o PCMSO, que determina quais os exames médicos ocupacionais e complementares (exames laboratoriais, audiometrias etc.) os trabalhadores deverão submeter-se, bem como a periodicidade dos mesmos.

A fim de atender o amplo conjunto de programas no campo da saúde dos magistrados e servidores, a Divisão de Segurança e Saúde Ocupacional providenciou:

- execução dos exames complementares de 11 (onze) servidores da Divisão de Artes Gráficas/DIE;
- orientação e monitoramento das vacinas ocupacionais dos 20 (vinte) profissionais da saúde (médicos, enfermeiros, dentistas e auxiliares de consultório odontológico), lotados na Diretoria de Saúde do Tribunal de Justiça.

Com o objetivo de impor barreiras de proteção e reduzir os riscos a que são expostos os servidores durante a jornada de trabalho, a DSSO orientou 40 (quarenta) servidores quanto ao uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Ao longo de 2016 foram fornecidos aos servidores 311 (trezentos e onze) EPI's, tais como: 223 (duzentos e vinte e três) luvas; 83 (oitenta e três) máscaras e 5 (cinco) jalecos.

Outra frente de trabalho muito importante desenvolvida pela Divisão de Segurança e Saúde Ocupacional está relacionada à ergonomia, que consiste no estudo da adaptação do trabalho às características fisiológicas e psicológicas do ser humano.

Para avaliar a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos magistrados e servidores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente, a Divisão de Segurança e Saúde Ocupacional (DSSO) realiza a análise ergonômica do trabalho, abordando as condições de trabalho.

Por indicação da Junta Médica, a DSSO avaliou ambientes de trabalho, com levantamento de riscos ambientais e de riscos associados ao trabalho, para relotação de servidores que possuem limitações físicas; para magistrados e servidores com problemas osteoarticulares; e para pessoas com deficiência. Além disso, realizou avaliação ergonômica dos postos de trabalho da Vara de Execução Fiscal da Comarca da Capital; dos postos de trabalho da 3ª Vara Cível da Comarca da Capital; das estações de trabalho da Coordenadoria de Magistrados; da Secretaria Geral da Presidência; nas diretorias e gabinetes do Tribunal de Justiça; e dos servidores que participam do Programa de Teletrabalho.

Um ponto fundamental em Ergonomia é realizar uma boa análise antes de adquirir o equipamento, por isso, a DSSO participa da elaboração de projetos básicos para aquisição de mobiliário para o PJSC. Para tanto, estuda, modifica e elabora as especificações técnicas para aquisição de mobiliário de madeira, de cadeiras, entre outros, em conformidade com as orientações de sustentabilidade ambiental.

A DSSO é responsável ainda pelo desenvolvimento de outras atividades, tais como:

- - Aquisição de equipamentos de proteção ergonômica e de acessórios ergonômicos;
- Substituição de mobiliário, cadeiras e/ou equipamentos de proteção ergonômica, quando verificada a necessidade;
- Elaboração e implementação de solução ergonômica (extensor para os pés das mesas) para melhorar o posto de trabalho de pessoas com alta estatura, acima da curva média da população, assim como, para pessoas que utilizam cadeira de rodas;
- Fiscalização qualitativa do material ergonômico, mobiliário e cadeiras, recebidos pela Divisão de Almoxarifado, e posteriormente distribuídos aos magistrados e servidores.
- Intervenções ergonômicas, avaliação de planilhas antropométricas, disponibilização de acessórios ergonômicos e substituição de cadeiras, conforme planilhas abaixo:

INTERVENÇÕES ERGONÔMICAS	QUANTIDADE

Gabinete da Presidência	19
Gabinete dos Desembargadores e Juízes	8
Corregedoria Geral da Justiça	6
Diretorias	22
Comarcas	31
TOTAL	**86**

Fonte: Dados da Seção de Ergonomia

AVALIAÇÃO DE PLANILHAS ANTROPOMÉTRICAS	QUANTIDADE
Gabinete da Presidência	13
Gabinete dos Desembargadores e Juízes	27
Corregedoria Geral da Justiça	5
Diretorias	55
Comarcas	199
TOTAL	**299**

Fonte: Dados da Seção de Ergonomia

DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSÓRIOS ERGONÔMICOS	QUANTIDADE
Apoio para os pés	270
Apoio para mouse	1549
Apoio para teclado	1549
Apoio para antebraço	1478
Apoio lombar	26
TOTAL	**4872**

Fonte: Dados da Seção de Ergonomia

SUBSTITUIÇÃO DE CADEIRAS	QUANTIDADE
Cadeira sem braço	14
Cadeira com braço	21
Cadeira especial PP	3
Cadeira especial PO	1
TOTAL	**39**

Fonte: Dados da Seção de Ergonomia

3. DIVISÃO DE SAÚDE AMBULATORIAL

VACINA DA GRIPE

A vacina da gripe tem por objetivo imunizar os magistrados, servidores e colaboradores do Poder Judiciário, sendo aplicadas 9.288 (nove mil e duzentas e oitenta e oito) vacinas em 2016.

KIT PSICOLÓGICO

A Divisão de Saúde Ambulatorial é responsável pela aquisição de testes e materiais psicológicos utilizados pelos psicólogos de todo o Poder Judiciário.
Na Diretoria de Saúde, os testes são usados frequentemente para avaliar os servidores encaminhados pela Junta Médica; os que estão em atendimento psicológico; para avaliar os candidatos à Magistratura e os juízes substitutos para fins de vitaliciamento.
No ano de 2016 foram adquiridos 18 testes psicológicos.

ATENDIMEMTO MÒVEL DE EMERGÊNCIA

É um serviço especializado de atendimento médico móvel com UTI móvel contratado para atender 13 (treze) unidades do Poder Judiciário, localizadas na Grande Florianópolis.

O atendimento móvel de emergência tem por objetivo a preservação da vida dos magistrados, servidores, colaboradores e daqueles que estão nas dependências das unidades protegidas.
Em 2016 foram atendidos 2 (dois) casos de emergências médicas.

ATENDIMENTO MÉDICO

A fim de cumprir o artigo 6º da Resolução n. 207/2015-CNJ, que estabelece como atribuição da Diretoria de Saúde – prestar assistência à saúde de caráter emergencial – nesse ano de 2016 foram realizados 359 (trezentos e cinqüenta e nove) atendimentos médicos emergenciais.

ENFERMAGEM

O serviço de enfermagem tem o propósito de exercer atividades relacionadas à restauração da saúde do paciente.
No ano de 2016 o serviço de enfermagem realizou 1.809 (um mil e oitocentos e nove) procedimentos.

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO AMBULATORIAL

O atendimento psicológico visa atender, acompanhar e tratar magistrados e servidores encaminhados pela Junta Médica e pela Diretoria de Gestão de Pessoas, para instrução de processo administrativo.
Em 2016 foram efetuados 1.012 (um mil e duzentos e doze) atendimentos psicológicos.

ATIVIDADES DO SERVIÇO SOCIAL

O serviço social elabora estudos sociais por meio de entrevistas, visitas em domicílio, em clínicas especializadas e no local de trabalho dos magistrados e servidores, para instrução de processos administrativos encaminhados pela Junta Médica.
As Assistentes Sociais, em 2016, realizaram **192** (cento e noventa e duas) atividades.

FARMÁCIA

A Seção de farmácia tem por objeto oferecer, exclusivamente, a magistrados, servidores ativos e inativos e a seus dependentes, medicamentos a preço de custo, mediante apresentação de prescrição médica/odontológica.
A Farmácia do Poder Judiciário Catarinense atende todas as Comarcas e Circunscrições do Estado.
No ano de 2016, foram adquiridos e liberados **8.104** (oito mil e cento e quatro) produtos.

4. DIVISÃO DE SAÚDE ORAL

Os serviços de atendimento odontológico são prestados a magistrados e servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina e seus dependentes, nos termos da Resolução n. 01/93-GP.
No período de janeiro a novembro de 2016, foram realizadas pelos odontólogos **2.369** (duas mil e trezentas e sessenta e nove) consultas a **1.971** (um mil e novecentos e setenta e um) pacientes, e **6.335** (seis mil e trezentos e trinta e cinco) procedimentos foram efetivamente realizados.

DENTISTAS	PACIENTES	CONSULTAS	PROCED.	DIAS ÚTEIS	NÃO TRAB.	PAC F	%F	PAC CAN	OUTRAS	DIAS ATEND.	HORAS	PROC DIA
José Eduardo C. Shiozawa	373	427	1.378	235	70	61	14,29	85	4	161	644	8,56
Maria Eugênia B. Burg	691	766	1.478	236	43	90	11,75	110	0	193	1.158	7,66
Lauro Bragaglia	397	507	1.995	236	68	27	5,33	118	0	168	672	11,88
Reginaldo Reitz	510	669	1.484	236	2	93	13,90	125	0	234	936	6,34
TOTAL	**1.971**	**2.369**	**6.335**		**183**	**271**	**11,44**	**438**		**756**	**3.410**	**8,61**

Fonte: Sistema Prodente.

Em relação ao Laboratório de Prótese, foram realizados **1.039** (um mil e trinta e nove) serviços, dentre eles confecção de dentes provisórios, moldeira individual, placa de bruxismo (Michigan), placa de clareamento, próteses.